

OFÍCIOS DE
clio REVISTA DISCENTE
DOS CURSOS DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS

V. 5, Nº09 | julho-dezembro 2020 | ISSN 2527-0524



OFÍCIOS DE dio

**REVISTA DISCENTE
DOS CURSOS DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS**

Vol. 5, Nº09 | julho - dezembro de 2020 | ISSN 2527-0524



Reitor:

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor:

Luis Isaías Centeno do Amaral

Pró-Reitora de Ensino:

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura:

Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Otávio Martins Peres

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretor:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional Maria Inez Figueiredo Figas Machado – CRB 10/1612 Biblioteca Campus Porto - UFPel

O32 Ofícios de Clio: Revista Discente dos

Cursos de História da
 Universidade Federal de Pelotas /
 Universidade Federal de Pelotas.
 Laboratório de Ensino de História
 – v.5, n.9 (2020) - Pelotas: UFPel,
 2020 -.

Semestral
ISSN: 2527-0524.

História - Periódico. I. Universidade Federal
de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História.

CDD: 981

EXPEDIENTE

Editora-Chefe

Profª Drª Márcia Janete Espig - *Universidade Federal de Pelotas*

Editora Assistente

Luiz André Gasparetto Pagoto - *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial

Ariane Regina Bueno Cunha - *Universidade Federal de Pelotas*

Bethânia Luísa Lessa Werner - *Universidade Federal de Pelotas*

Etiane Carvalho Nunes – *Universidade Federal de Pelotas*

Jéssica Camargo Trisch - *Universidade Federal de Pelotas*

Lucas de Souza Pedroso – *Universidade Federal de Pelotas*

Vitor Borges da Cunha – *Universidade Federal de Pelotas*

Capa

Domínio público

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.ª Drª Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas* Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª. Drª. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas* Profª. Drª. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª. Drª. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Márcia Janete Espig – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Profª Drª Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Profª Drª Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Profª Drª Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Profª Drª Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Profª Drª Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ermaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Adriana Fraga Vieira
Alanna Fernandes Duarte
Anderson da Silva Almeida
Alexander Braz
Carlos Alberto Noronha
Caroline Betemps Bozzano
Caroline von Muhlen
Cristina Souza da Rosa
Cristiane Mare da Silva
Cristiane Soares Santana
Elisângela Machieski
Eumara Maciel dos Santos
Fabiana Comerlato
Fábio Baqueiro Figueiredo
Fábio da Silva Souza
Giseli Origuela Umbelino
Gizele Zanotto
José Ricardo Resende Júnior
Juliana da Paz Alves
Lays da Cruz Capelozi
Luiz Carlos Ramiro Júnior
Luiz Otávio Carneiro Fleck
Manoel de Souza Neto
Márcia Rgeina Chuva
Maria Adaiza Lima Gomes
Mariana Affonso Penna
Mariana Muaze
Mariana Pastana
Marília Mezzomo Rodrigues
Mozart Matheus de Andrade Carvalho
Nei Nordin
Pedro de Oliveira Barbosa
Rafael Pereira Costa
Raony Mendes
Rodrigo Davi Almeida
Ruhama Ariella Sabião Batista
Sílvia Simões
Tânia Regina Dantas

Agradecimento especial ao Núcleo de Revisão de Textos da Universidade Federal de Pelotas pelo apoio na correção gramatical e às revisoras de abstracts dos manuscritos que compõem esta edição, Camila Motta Ávila e Márcia Chico.

Sumário

Apresentação do número 9

Equipe Editorial..... p. 8

Dossiê: Descolonização Africana e suas Ideias Políticas

Apresentação do dossiê

Camille Johann Scholl e Pedro de Oliveira Barbosa..... p. 15

A política externa e o projeto nacional da Frelimo no cinejornal moçambicano *Kuxa Kanema* (1978-1981)

Pedro de Oliveira Barbosa..... p. 19

Revista Charrua – relativizações das retóricas de intelectual revolucionário e literatura de combate (1977-1986)

João Antônio Batista Bortolotti..... p. 39

Desventuras do pós-independência em Moçambique: Nacionalismo, Guerra Civil e Memória Coletiva

Andressa da Silva Machado p. 55

Uma África do Sul pós independência observada sob a perspectiva pós-colonial: da emancipação ao Apartheid

Gabrielle Rani Marinho Lima e Izabella de Souza Colino..... p. 66

Literatura, Linguagem e Descolonização em Ngũgĩ wa Thiong’o (Quênia) e Chinua Achebe (Nigéria)

Bruno Ribeiro de Oliveira..... p. 81

Léopold Senghor & Cheikh Anta Diop, rivais: Descolonização e Unidade Africana

Camille Johann Scholl..... p. 99

Benjamin e Fanon: experiência e descolonização

Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa..... p. 111

Dossiê Educação

Avaliação no ensino de História: uma experiência no Colégio de Aplicação/UFSC

Diego Lunardelli e Marco Antônio Pinheiro Machado..... p. 121

Um museu, duas salas e os indígenas: a educação das relações étnico-raciais e a indigenização no Museu Júlio de Castilhos

Mariana Ribeiro..... p. 136

Estágio Supervisionado II no ensino fundamental: uma experiência de atividade na aula de História com uso de jogos em uma escola municipal de Ananindeua/PA

Eliandra Gleyce dos Passos Rodrigues..... **p. 148**

Políticas públicas e currículo na vivência da EJA: desafios, ações e novas perspectivas na Educação de Jovens e Adultos

Camila de Jesus Souza..... **p. 163**

Artigos Livres

A Princesa do Sul e seus moleques de pele negra: experiências de meninos escravizados em Pelotas - RS (1850-1870)

José Ricardo Resende Jr..... **p. 183**

O historiador, a feiticeira e o nativo: reflexões em torno de uma pretensa “caça às bruxas

Marcos Paulo Amorim dos Santos..... **p. 202**

Pequenos gatunos, vadios, vagabundos, delinquentes...”: Menores à margem da lei em Salvador Primeira República (1889-1920)”

Osnan Silva de Souza..... **p. 220**

O Batismo: Suas origens na Idade Média e seus usos e significados para os escravos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, Maranhão (1804-1806)

Tayná Silva Cuba..... **p. 238**

A insurgência estudantil paranaense no pensamento militar: uma análise da Operação Pente Fino no contexto ditatorial de 1968

Lucas de Jesus e Paula dos Santos..... **p. 256**

“Colorindo o passado com um valor que nos é caro”: Memórias que educam, histórias que se entrelaçam

Maria Letícia Vieira..... **p. 268**

Simone de Beauvoir para além da França: Como o livro “O Segundo Sexo” influenciou diversas gerações em diferentes locais do Mundo?

Ana Carolina de Montmorency Varizo..... **p. 282**

Rizicultura em Santa Catarina: um panorama sobre cultura, problemas socioambientais e o PROVÁRZEAS

Vinícius Bosignari..... **p. 292**

Liberdade e igualdade para as mulheres na perspectiva da anarquista Emma Goldman

Andrea da Conceição..... **p. 303**

A História Social e o Massacre da Linha do Parque

Lênin Pereira Landgraf..... **p. 322**

"Armação baleeira de Itapocoroia na obra de ‘Viagem à Província de Santa Catharina’ (1820) do naturalista Auguste de Saint-Hilaire"

Letícia Machado e Vinícius Bosignari..... **p. 332**

“Um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente”: Uma análise da representação do Barão do Rio Branco em Os Bruzundangas de Lima Barreto

Fabio Wroblewski Filho..... **p. 344**

“El Rebelde en la clandestinidad”: A resistência mirista para além das armas

Renata dos Santos Mattos..... **p. 360**

A Lisístrata e a Megera: panoramas da figura feminina na dramaturgia de Aristófanes e Shakespeare

Felipe Daniel Ruzene..... **p. 380**

A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d’Arc (987-1460), de Georges Duby (1992)

Vitor Mateus Viebrantz..... **p. 394**

Representações das histórias das mulheres na coleção indumentária do Museu Julio de Castilhos (1995-2010)

Andréa Reis da Silveira..... **p. 411**

A História a partir da subalterna: Breve debate bibliográfico entre os Estudos Pós-Coloniais e de Gênero

Nicole Angélica Schneider..... **p. 431**

A instrumentalização do futebol como meio para a consolidação da Ditadura Civil-Militar (1966-1970)

Thiago Lindemaier..... **p. 441**

A Ara Pacis Augustae na Itália fascista: breve análise sobre a reagrupação dos fragmentos a partir do Cinegiornale Luce

Augusto Antônio de Assis..... **p. 451**

Corpos estranhos, ou incompreensões da fé. Uma história religiosa sentimental: o caso do Pe. João Batista da Mota Veloso (Vila da Cachoeira – RS, Séc. XIX.)

Henrique Melati Pacheco..... **p. 470**

Resenhas

O exílio dentro do exílio de Herbert Daniel - um exemplo da homofobia presente na esquerda revolucionária brasileira.

Alysson Brenner Nogueira Pereira..... **p. 487**

Apresentação do Número 9

Prezados (as) colaboradores (as) e leitores (as) da Revista Discente Ofícios de Clio, é com imenso prazer e gratidão que a equipe editorial anuncia a publicação de seu nono número. No decorrer deste ano difícil, buscamos incentivar a publicação científica e a divulgação do conhecimento por meio de nosso periódico, e é com felicidade e sentimento de dever cumprido que trazemos a todos e todas nossa segunda e última produção do ano de 2020. Nesta edição, figuram sete artigos no Dossiê “Descolonização africana e suas ideias políticas”, sob a proposição e organização dos doutorandos Camille Scholl e Pedro de Oliveira Barbosa, ambos da Pontifícia Universitária Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), que realizaram ainda a apresentação dos artigos referentes a esse Dossiê.

Iniciamos a apresentação do número atual pelo dossiê Educação, que contém quatro trabalhos aprovados. O artigo intitulado “Avaliação no ensino de História: uma experiência no Colégio de Aplicação/UFSC” é de autoria dos graduandos em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Diego Lunardelli e Marco Antônio Marcon Pinheiro Machado. O texto surge a partir da disciplina de Estágio Supervisionado em História II e busca comparar as diferentes atividades de avaliação realizadas com os alunos, sugerindo a utilização de fontes históricas para a melhora do processo de ensino e aprendizagem.

Já a graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Mariana Ribeiro produziu o artigo intitulado: “Um museu, duas salas e os indígenas: a educação das relações étnico-raciais e a indigenização no Museu Júlio de Castilhos”. Em seu texto, a autora reflete sobre as representações da história e cultura Mbyá-Guarani existentes no espaço cultural daquele Museu. Além disso, apresenta a importância do ensino de História Indígena nas grades curriculares e na formação dos futuros docentes.

Intitulado “Estágio Supervisionado II no ensino fundamental: uma experiência de atividade na aula de História com uso de jogos em uma escola municipal de Ananindeua/PA”, o artigo de Eliandra Gleyce dos Passos Rodrigues, graduanda em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), apresenta um relato sobre a experiência obtida durante o período de um de seus estágios curriculares. A autora apresenta os resultados das ações realizadas (incluindo um *Quiz* envolvendo questões históricas) e reflexões sobre a importância do diálogo estabelecido entre as escolas públicas e as universidades.

Por fim, o artigo “Políticas públicas e currículo na vivência da EJA: desafios, ações e novas perspectivas na Educação de Jovens e Adultos” escrito por Camila de Jesus Souza, do curso de pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UEBA), desenvolve uma reflexão

sobre pesquisa realizada em escola do semiárido baiano com turmas de Educação de Jovens e Adultos. Nesse trabalho, a autora utilizou como ferramentas de pesquisa a aplicação de questionários e análises documentais. Em suas conclusões, salienta a distância entre o direito legal da educação e a prática escolar desses estudantes. Também discorre sobre a formação dos currículos e o campo de disputa em torno do que vai ser incluso ou não.

Em seguida e adjacente ao dossiê Educação, apresentamos a seguir a modalidade de artigos livres, contendo, nesta edição, 20 manuscritos, divididos entre graduandos e pós-graduandos de diferentes instituições de ensino superior, públicas ou privadas.

Iniciamos as apresentações com o artigo intitulado “A Princesa do Sul e seus moleques de pele negra: experiências de meninos escravizados em Pelotas - RS (1850-1870)”, de autoria do mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) José Resende Júnior, que aborda questões referentes à escravidão e à infância na cidade de Pelotas. O recorte temporal aborda os anos entre 1850 e 1870. Em suas páginas, o autor analisa as crianças como protagonistas na leitura de uma história social da escravidão.

O trabalho seguinte, “O historiador, a feiticeira e o nativo: reflexões em torno de uma pretensa “caça às bruxas”, do doutorando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas Marcos Paulo Amorim dos Santos, realiza um comparativo entre os artifícios para nomeação, entendimento e perseguição de bruxas e feiticeiras em diferentes épocas e locais, buscando aproximações e diferenças entre a Europa medieval e o sul da África no século XX. O autor elabora suas digressões a partir da análise detalhada de fontes primárias e secundárias referentes à temática.

A partir do diálogo entre documentações e historiografia, Osnan Souza, graduando pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), problematiza o tratamento que a sociedade soteropolitana despendia aos menores marginalizados no período que corresponde ao recorte temporal entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX. O resultado da pesquisa, apresentado em “Pequenos gatunos, vadios, vagabundos, delinquentes...: Menores à margem da lei em Salvador Primeira República (1889-1920)”, aponta para um controle social realizado, muitas vezes, através de punitivismo e violências.

Tayná Cuba, mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), traça um debate acerca da prática do batismo, analisando desde seu surgimento no período medieval até os usos e significados deste sacramento cristão para os trabalhadores escravizados da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, no Maranhão, entre os anos de 1804 a 1806. Utilizando o Livro de Registros de Batismos desta localidade, a

pesquisadora reflete acerca da representação deste sacramento, tanto para crianças quanto para adultos. Chama a atenção também a relevância dos padrinhos e madrinhas escolhidos nesse contexto e a adesão dos escravizados aos dogmas cristãos que, segundo a autora, poderia ser uma estratégia de resistência cultural. O título de seu manuscrito é “O Batismo: suas origens na Idade Média e seus usos e significados para os escravos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, Maranhão (1804-1806)”.

O artigo intitulado “A insurgência estudantil paranaense no pensamento militar: uma análise da Operação Pente Fino no contexto ditatorial de 1968”, de autoria dos graduandos Lucas Augusto Souza de Jesus e Paula Eloise dos Santos, da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), busca apresentar uma análise de documentos acerca da Operação Pente Fino, no Paraná, que teve como objetivo a prisão de lideranças estudantis durante a ditadura civil-militar. Além disso, o artigo demonstra a importância dessas lideranças e do movimento estudantil na denúncia das ações do Regime Militar, analisando ainda de que forma a população paranaense reagiu a essas prisões e perseguições.

Por conseguinte, Maria Letícia Vieira, mestranda da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) nos traz o trabalho intitulado “Colorindo o passado com um valor que nos é caro: Memórias que educam, histórias que se entrelaçam”, situado em um diálogo entre a História Cultural e a História da Educação. Nesse artigo analisa a cultura escolar do Colégio Alfredo Dantas, localizado em Campina Grande, na Paraíba, entre 1968 e 1987. Por meio da coleta de narrativas de memória de ex-alunos e ex-professores da instituição, a autora, focando nas sensibilidades educativas destas personagens, percebe que o Colégio Alfredo Dantas é, também, um espaço de sensibilidade, marcado por subjetividades percebidas a partir de narrativas pessoais.

No artigo de Ana Carolina de Montmorency Pestana Varizo, graduanda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que leva o título “Simone de Beauvoir para além da França: Como o livro ‘O Segundo Sexo’ influenciou diversas gerações em diferentes locais do Mundo?” a autora aponta como a figura de Simone de Beauvoir influenciou e continua influenciando o imaginário das mulheres feministas desde sua publicação original, em 1949. Discorre ainda sobre as três ondas do movimento feminista, a primeira no final do século XIX, a segunda em meados de 1960 e a terceira em meados dos anos 1990. Salienta movimentos internacionais e locais, estabelecendo conexões entre as relações de gênero a partir da obra de Simone de Beauvoir. Por fim, estabelece relações entre o livro “O Segundo Sexo” e outras fontes como documentários, filmes e livros de outras autoras.

Em “Rizicultura em Santa Catarina: um panorama sobre cultura, problemas socioambientais e o PROVÁRZEAS”, Vinícius Bosignari, graduando da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realiza uma pesquisa bibliográfica para contextualizar a história do arroz no Brasil e, especificamente, em Santa Catarina. Ao longo do artigo, o autor apresenta perspectivas políticas, sociais, culturais e ambientais da rizicultura com foco no impacto dos esgotos não tratados, no desmatamento e no uso de agrotóxicos. Para a análise dessa conjuntura a partir de uma perspectiva histórica, as fontes utilizadas são periódicos.

Em “Liberdade e igualdade para as mulheres na perspectiva da anarquista Emma Goldman”, Andrea da Conceição, mestranda pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) retoma as principais ideias e ações da pensadora anarquista Emma Goldman, especialmente ao que se refere à emancipação feminina frente à dominação estatal e religiosa. Para tanto, a autora busca apresentar uma breve biografia, demonstrando como a trajetória pessoal e política de Emma Goldman está relacionada à sua contribuição intelectual.

Lênin Pereira Landgraf, mestrando do Programa de Pós Graduação em História da UFPEL, apresenta uma perspectiva da História Social ao realizar a revisão bibliográfica do seu tema de estudo. Em seguida, estabelece uma discussão entre teoria e documentação ao analisar o Massacre da Linha do Parque, ocorrido na cidade gaúcha de Rio Grande em 1º de maio de 1950. Seu artigo, intitulado "A História Social e o Massacre da Linha do Parque" estuda a temática em tela através do uso da imprensa, mais precisamente através de dois periódicos, um vinculado aos sindicalistas e outro às classes dominantes.

No artigo "Armação baleeira de Itapocoroia na obra de ‘Viagem à Província de Santa Catharina’ (1820) do naturalista Auguste de Saint-Hilaire", escrito por Vinícius Bosignari e Letícia Machado, ambos graduandos do curso de História da UFSC, os autores retratam o funcionamento das funções administrativas da Armação Baleeira do Itapocoroia, atividade econômica importante para o Brasil entre meados do século XVIII e início do século XIX. Essa atividade fornecia produtos derivados da pesca da baleia, servindo ainda como base para alguns assentamentos de vilas na região de Santa Catarina. Como fonte, utilizam dois diários do viajante francês Saint Hilaire, bem como o Discurso Pronunciado por ele na Assembleia Legislativa de Santa Catarina de 1838.

Fabio Wroblewski Filho, graduando da Universidade Federal do Paraná (UFPR), nos traz o trabalho intitulado “Um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente: Uma análise da representação do Barão do Rio Branco em Os Bruzundangas de Lima Barreto”. Wroblewski Filho discute a forma com que o personagem reflete a atuação do Barão enquanto

ministro e intelectual. Aborda a formação do corpo diplomático bruzundanga e a política externa desta república fictícia. A partir do conceito de representação ficcional da realidade, faz, também, uma análise em torno da imaginação de um homem do começo do período republicano. Dessa forma, identifica na fonte literária uma perspectiva mais crítica ao Barão, que geralmente é tido como um herói nacional, destacando o ponto de vista de Lima Barreto, um observador dissidente de seu contexto.

Renata dos Santos de Mattos, mestra pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), faz uma reflexão sobre a atuação clandestina do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) no Chile ditatorial, em específico, através da publicação do periódico *El Rebelde*. O trabalho resultante dessa pesquisa recebe o título “El Rebelde en la clandestinidad: A resistência mirista para além das armas”. Embora o jornal já fosse difundido anteriormente ao golpe de Estado de 1973, foi somente com a instauração da ditadura militar no país e com a perseguição aos grupos de esquerda que a clandestinidade passou a fazer parte da estratégia de resistência do MIR. Assim, o MIR, para além das armas, permaneceu com as publicações ativas, convocando as massas para a luta e disseminando os ideais do movimento, tornando o jornal, atualmente, uma fonte história importante sobre a oposição política em tempos de autoritarismo.

Já o artigo intitulado “A Lisístrata e a Megera: panoramas da figura feminina na dramaturgia de Aristófanes e Shakespeare” é de autoria do graduando em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Felipe Daniel Ruzene. O autor teoriza sobre a visão do feminino dentro da dramaturgia através destas duas obras, propondo reflexões sobre como é possível analisar as relações e diferenças de gênero, tanto na antiguidade, quanto na Inglaterra elisabetana. A partir desses apontamentos, observa ainda as relações de gênero na contemporaneidade.

No decorrer de uma revisão bibliográfica, Vitor Mateus Viebrantz, graduando da Universidade de Passo Fundo, (UPF), analisa as relações de poder na Europa ocidental pautado, principalmente, pela obra “*A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d’Arc (987-1460)*”, de Georges Duby (1992)”. Refletindo sobre as mudanças políticas, religiosas e sociais ocorridas durante o período medieval, o autor conclui que o político – ou o mundo público – tinha um caráter masculino; e que o poder se fragmentou, tendo existido diversos personagens com força política.

Andréa Reis da Silveira, doutoranda do PPG em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), analisa os objetos de três exposições ocorridas no Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre. Tais exposições abordaram as indumentárias de mulheres rio-

grandenses. Sua pesquisa vem a público sob o título “Representações das histórias das mulheres na coleção indumentária do Museu Júlio de Castilhos (1995-2010)”. A partir dessas fontes, conclui que as construções narrativas da historicidade das peças passaram pela interpretação das “intelectuais mediadoras”, ou seja, as organizadoras das exposições; e que é possível identificar que a interpretação desse grupo, de classe média, branco etc., manteve um estereótipo sobre a história das mulheres e os papéis delas na sociedade.

No trabalho intitulado “A História a partir da subalterna: Breve debate bibliográfico entre os Estudos Pós-Coloniais e de Gênero”, Nicole Angélica Schneider, mestranda do PPG da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), reflete sobre produções científicas pós-1960 que se preocuparam em dar voz às mulheres. Resultado de uma movimentação social e acadêmica, esses trabalhos acabaram por fundar o que ficou conhecido como Estudos de Gênero. Este campo, por sua vez, acabou influenciado, também, pelos estudos pós-coloniais, e os pontos de contato entre essas duas abordagens é ponto principal do artigo. Concluindo, a autora aponta que os estudos pós-coloniais contribuíram para os Estudos de Gênero, aprofundando suas análises e questionamentos a respeito das estruturas de poder.

O artigo intitulado “A instrumentalização do futebol como meio para a consolidação da Ditadura Civil-Militar (1966-1970)”, de autoria do graduando Thiago Lindemaier, aluno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), analisa as aproximações no campo político e midiático do futebol durante o período da ditadura brasileira. O autor utiliza como fonte de análise principal o documentário *Memórias do Chumbo – Futebol nos Tempos do Condor*, obra datada de 2012, retratando como o futebol foi utilizado, principalmente por meio do cinema, como forma de propaganda e firmamento do regime ditatorial no país.

Em “A Ara Pacis Augustae na Itália fascista: breve análise sobre a reagrupação dos fragmentos a partir do Cinegiornale Luce”, Augusto Antônio de Assis, graduando da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), discute a relação de apropriação do passado romano pelo regime fascista. Para tanto, realiza uma análise envolvendo discursos de Benito Mussolini, o cinejornal do Istituto Luce de 01 de dezembro de 1937 e bibliografia especializada.

A partir de uma correspondência enviada ao governo pelo padre João Batista da Mota Veloso, datada de 1851, relatando as dificuldades enfrentadas na Vila da Cachoeira, Henrique Melati Pacheco, mestrando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), discute o potencial desse documento enquanto fonte historiográfica. A busca pelo nome, a reconstituição de micro-trajetórias e a abordagem que tem como premissa o jogo de escalas, permitiram reflexões sobre o que o autor chama de sensibilidades religiosas no século XIX,

pois a fala do padre indica a existência de conflitos e tensões entre ele e alguns habitantes da vila. Seu trabalho é apresentado sob o título “Corpos estranhos, ou incompreensões da fé. Uma história religiosa sentimental: o caso do Pe. João Batista da Mota Veloso (Vila da Cachoeira – RS, Séc. XIX.)”.

Para finalizar, apresentamos uma resenha de autoria de Alysson Brenner Nogueira Pereira, graduando pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que faz uma apresentação do livro *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel - Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*, lançado no ano de 2018, escrito pelo brasileiro James N. Green. A grande questão desta obra biográfica é retratar a trajetória de Herbert Eustáquio de Carvalho, mais conhecido como Herbert Daniel, um complexo personagem no contexto político da década de 1960 que, além de ser um guerrilheiro na luta pela democracia, viveu também uma luta interna com relação à sua sexualidade, mediante os preconceitos também existentes na esquerda.

Equipe Editorial:

Márcia J. Espig

Ariane R. B. Cunha

Bethânia L. L. Werner

Etiane Carvalho Nunes

Jéssica Camargo Trisch

Lucas de Souza Pedroso

Luiz André G. Pagoto

Vitor Borges da Cunha

Apresentação

Dossiê “A Descolonização Africana e suas Ideias Políticas”

Camille Johann Scholl¹

Pedro de Oliveira Barbosa²

O presente dossiê tem como proposta refletir sobre os processos de descolonização do continente africano, compreendido especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, considerando uma perspectiva das ideias políticas. Trata-se de olhar para a pluralidade de experiências descolonizadoras em um período-chave da formação política dos estados africanos, a partir de um olhar inspirado na história intelectual e/ou história dos conceitos.

Pretende-se colocar em pauta, ao público leitor, a descolonização do continente africano em diferentes abordagens. Para tal, o dossiê “A descolonização africana e suas ideias políticas” reúne pesquisas históricas a respeito das produções de intelectuais africanos e afro-diaspóricos, evidenciando suas perspectivas a respeito da descolonização, assim como o confronto e/ou comparação entre diferentes intelectuais que pensaram a descolonização para os contextos africanos e afro-diaspóricos.

O conjunto de textos proporciona uma interessante reflexão para os leitores no que tange a história intelectual e política, e abrange uma diversidade de trabalhos que desconstrói, por si, um olhar muitas vezes unitário que existe sobre o continente africano, trazendo uma multiplicidade de intelectuais e abordagens possíveis.

Entre os trabalhos realizados, destaca-se o foco que três autores deram especificamente ao caso moçambicano. Pedro Oliveira Barbosa, doutorando pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em “A política externa e o projeto nacional da Frelimo no cinejornal moçambicano *Kuxa Kanema* (1978-1981)” analisa o momento imediatamente pós-independência no país, quando, observada por meio do cinejornal estatal

¹ Técnica em Assuntos Educacionais da UFRGS e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) desenvolvendo a tese "Léopold Senghor e a Lusofonia". Possui Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e graduação em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1239919512431547>.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com pesquisa relacionada ao pensamento socialista na descolonização africana. Possui Mestrado em História na mesma instituição, concluído em 2018, e graduação em História (licenciatura) também na PUCRS (2016). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8736658275450507>.

Kuxa Kanema, a Frelimo - então partido único em Moçambique - promoveu um projeto marxista-leninista, apelando ao apoio dos países do chamado “Bloco Soviético” no contexto da Guerra Fria. No início da década de 1980, entretanto, o partido observou o fracasso em sua busca por alianças, e precisou buscar novas alternativas e diversificar suas políticas do cenário internacional.

É justamente na sequência desse momento que se insere o trabalho do mestre pela PUC-RS, João Antônio Batista Bertolotti, “*Revista Charrua – relativizações das retóricas de intelectual revolucionário e literatura de combate (1977-1986)*”. Nesse artigo, o autor demonstra que a partir do momento de enfraquecimento do projeto marxista em Moçambique, novas alternativas de linguagem literária também surgiram, contestando o papel exercido pelo Estado sobre a mesma até então, e propondo novas alternativas. É em meio a isso que surge o projeto da *Revista Charrua*, apresentado por ele.

Também com discussões relativas à literatura e política em Moçambique, Andressa da Silva Machado, licenciada em História pela PUC-RS e Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela UNIASSELVI, apresenta o artigo “Desventuras do pós-independência em Moçambique: Nacionalismo, Guerra Civil e Memória Coletiva”. Este se debruça mais especificamente sobre um romance específico, *Ventos do Apocalipse*, da autora Paulina Chiziane. Por meio dele, pode-se observar não apenas a memória coletiva demonstrada pela autora em relação a Guerra Civil que assolou o país no período pós-independência, como as próprias contradições do projeto nacional estabelecido pela Frelimo no país.

Ainda sobre a região sul do continente africano, Gabrielle Rani Marinho Lima e Izabella de Souza Colino, ambas graduandas em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), oferecem o artigo “Uma África do Sul pós independência observada sob a perspectiva pós-colonial: da emancipação ao Apartheid”. Esse artigo aborda um caso bastante particular no continente africano, aquele da África do Sul, que, ao contrário dos demais países citados neste dossiê, tornou-se independente no início do século XX. Apoiando-se nos estudos pós-coloniais, em especial nas contribuições de Albert Memmi e Immanuel Wallerstein, entretanto, as autoras questionam aqui até que ponto essa descolonização pode ser considerada completa, e demonstram os limites do projeto sul-africano do *Apartheid*.

Nos próximos três artigos, os autores optaram por uma perspectiva comparativa, explorando de que forma diferentes intelectuais refletiram sobre a ideia política da descolonização, tanto em uma perspectiva nacional quanto transnacional. Cada um a seu modo e por diferentes vieses, tendo por eixo condutor a descolonização, demonstram convergências

e divergências no pensamento político de africanos e afro-descendentes com diferentes formações e origens, demonstrando, em seu conjunto, a complexidade de elementos a respeito do tema aqui em pauta.

Bruno Ribeiro Oliveira, doutorando pela Universidade de Granada, no texto “Literatura, Linguagem e Descolonização em Ngũgĩ wa Thiong’o (Quênia) e Chinua Achebe (Nigéria)”, realiza uma análise entre as ideias de dois literatos contemporâneos, Chinua Achebe e Ngũgĩ wa Thiong’o, o primeiro queniano e o segundo nigeriano, demonstrando como estes refletiram sobre a produção literária colocando em debate a questão do uso da língua do colonizador no período pós-colonial. Ambos foram combativos em relação aos estados autoritários processados após as independências e utilizaram a literatura como forma de denúncia ante a persistência de problemas coloniais após as descolonizações. O autor realiza uma importante análise sobre o uso da língua e da literatura no que tange às descolonizações africanas, assim como demonstra de que forma estas são instrumentos políticos.

Camille Johann Scholl, doutoranda pela PUC-RS, em seu artigo “Léopold Senghor & Cheikh Anta Diop, rivais: Descolonização e Unidade Africana” olha para as negociações em prol das independências das colônias francesas capitaneadas de dentro do sistema colonial, apontando os diferentes projetos políticos federalistas em pauta, capitaneados por distintos partidos políticos, bem como apresenta as diferentes ideias sobre a descolonização e sobre a unidade africana entre dois conhecidos e renomados intelectuais senegaleses, Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop.

Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no texto “Benjamin e Fanon: experiência e descolonização” realiza uma análise sobre a noção de experiência em Walter Benjamin e Franz Fanon, proporcionando ao leitor um olhar a respeito das relações de opressão e suas formas de combate, abordando as ideias destes dois intelectuais sobre a condição humana. O autor nos proporciona uma relevante reflexão para pensar a questão da modernidade, das trágicas relações suscitadas pelo colonialismo e de aspectos da construção das descolonizações - pelas lentes das obras de Benjamin e Fanon.

Assim, por meio desses sete artigos, é possível observar a existência de múltiplas abordagens possíveis sobre o pensamento político africano e afro-diaspórico no seu período de descolonizações. Para além de uma perspectiva que simplesmente submete essas ideias ao contexto global da chamada Guerra Fria, o que se percebe aqui é a existência de reflexões que passavam pela estética literária, pela construção de identidades nacionais e transnacionais, de

modelos de governo e de desenvolvimento, e de contestação do próprio lugar em que o continente estava inserido. Combatendo um olhar único sobre o continente africano, o que esse dossiê apresenta de fato é a complexidade das ideias políticas existentes em diversas regiões do continente africano, que abrem espaço para variadas futuras pesquisas, necessárias para a compreensão do período.

A política externa e o projeto nacional da Frelimo no cinejornal moçambicano *Kuxa Kanema* (1978-1981)

Pedro Barbosa¹, PUCRS

Resumo

O cinejornal moçambicano *Kuxa Kanema*, produzido pelo órgão estatal Instituto Nacional de Cinema, era utilizado pela Frelimo, partido único do país, como um instrumento de propaganda e de promoção do projeto político nacional. Nesse sentido, a narrativa construída pelo mesmo em relação à política externa pode ser observada se moldando aos objetivos políticos do movimento em diferentes contextos. Entre 1978 e 1979, quando buscava estabelecer um projeto marxista-leninista e se preparava para uma Guerra Civil que ainda se iniciava, um discurso de aproximação com o chamado “Bloco Soviético” pode ser percebido. Já em 1981, quando essa busca por aproximação se mostrou frustrada a partir de uma negativa na candidatura do país ao COMECON, a Frelimo apelou para uma política externa mais aberta e focada nos interesses regionais do país.

Palavras-chave: Kuxa Kanema; Política Externa; Samora Machel; Frelimo.

Abstract

The Mozambican film newspaper *Kuxa Kanema*, produced by the state agency Instituto Nacional de Cinema, was used by Frelimo, the country's only party, as an instrument for propaganda and promotion of the national political project. In this sense, the narrative constructed by the same concerning foreign policy can be observed as being shaped to the political objectives of the movement in different contexts. Between 1978 and 1979, when he sought to establish a Marxist-Leninist project and was preparing for a Civil War that was still beginning, a discourse of rapprochement with the so-called "Soviet Bloc" can be perceived. Already, in 1981, when this search for rapprochement proved frustrated by the country's lack of candidacy for COMECON, Frelimo called for a more open foreign policy focused on the country's regional interests.

Keywords: Kuxa Kanema; Foreign Policy; Samora Machel; Frelimo.

Introdução

O contexto político em que se inserem as descolonizações na África, comumente chamado de “Guerra Fria”, exige que se leve em conta um mundo entre tensões e influências, no qual a questão internacional não pode ser excluída. Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), as duas principais potências do período, se colocavam como parte ativa dos processos políticos ao redor do mundo, oferecendo apoio a movimentos políticos, realizando alianças, prestando ajuda militar, refutando perante a comunidade internacional, realizando guerras e negociando a paz. Além deles, a China, que nasce nessa disputa atrelada a URSS, na década de

¹ Formado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), concluiu um mestrado na mesma instituição com a pesquisa “O Mito do Homem Novo: A imagem de Samora Machel no cinejornal *Kuxa Kanema*” (2019), que origina o presente artigo. Atualmente é doutorando ainda no programa de pós-graduação em história da PUCRS.

1960 passou a atuar como uma “terceira força” no cenário global, tornando o período ainda mais complexo. Quando se leva em consideração ainda os países nórdicos europeus, os partidos socialistas à oeste do Velho Continente, as ditaduras militares na América Latina, os conflitos no Oriente Médio e demais processos que estavam em curso na época, percebe-se finalmente o quão labiríntico é esse cenário. A forma como um país se colocava diante das inúmeras bifurcações que essa realidade representa certamente diz muito sobre sua política.

O caso moçambicano é significativo a partir dessas considerações. A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) foi um movimento anticolonial que realizou uma guerra contra o regime português no país entre 1964 e 1974, tendo sido privilegiado nas negociações pela sua independência. Em 25 de junho de 1975, quando aconteceu a descolonização, tornou-se partido político em um regime de partido único. Samora Machel, seu líder à época, tornou-se então o primeiro presidente do país, cargo no qual permaneceu até sua morte em 1986.

Ao chegar no poder, Machel precisou lidar com a complexidade do contexto que foi citado. O impacto da questão internacional na região fica evidente na análise dos países que fazem fronteira com Moçambique: ao sul a África do Sul, potência continental capitalista, passava pelo regime racista do Apartheid e era apoiada pelos EUA; a oeste estava primeiramente a Rodésia do Sul, que assim como a África do Sul era governada por uma elite branca apoiada pelos EUA. Em 1980, entretanto, a Zimbabwe African National Union (ZANU), movimento de oposição, chegou ao poder no país, mudando seu nome para Zimbabwe e assumindo a via socialista, com apoio tanto da URSS quanto da China; A noroeste encontra-se a Zâmbia, que também adotava um regime socialista, entretanto sem alinhamento internacional, baseando seu regime em princípios católico-humanistas; ainda a noroeste encontra-se o Malawi, que era associado ao capitalismo e aos Estados Unidos, mas que não adotava preceitos racistas; por fim, ao norte está a Tanzânia, que assumia uma via socialista arraigada no tradicionalismo africano e associada ao maoísmo chinês.

É em meio a esse quadro que Samora Machel buscou estabelecer um sentimento de nacionalismo em Moçambique a partir da independência do país através da promoção de um “Homem Novo”, um cidadão que deixaria para trás todo o seu passado “tribal” (expressão utilizada pelas lideranças da Frelimo na época) e tradições étnicas, renegaria tanto o colonialismo quanto o capitalismo, e assumiria os valores modernos da unidade nacional e do “marxismo-leninismo”, doutrina assumida pelo partido em 1977, durante seu 3º Congresso.

A opção por essa via precisa ser entendida no prisma da guerra anticolonial pela qual o país passou. Conforme Wested (2007), durante esse período a Frelimo via os EUA como uma

opção de alinhamento internacional inviável, visto que o governo americano possuía relações amigáveis com o regime colonial português, além de ser aliado do regime do *apartheid* na África do Sul, visto como um inimigo regional pelo movimento. Além disso, uma forte retórica anticomunista do regime lusitano, bem como o próprio contexto intelectual da época, fazia com que os africanos se identificassem com o discurso marxista. Assim sendo, desde o princípio houve uma tendência a essa via, que se fortaleceu uma vez que os regimes socialistas da URSS e da China, bem como diversos outros, passaram a apoiar a guerrilha moçambicana. Qual a via socialista, entretanto, é uma questão que deve ser discutida, visto que Martin (2012) afirma que o socialismo de Samora Machel sofria muita proximidade com o projeto político de Amílcar Cabral, que propunha uma reafirmação dos espíritos, muito relacionada a própria realidade da Guiné-Bissau. Já Maloa (2011) afirma que a principal influência desse regime seria o socialismo africano, proposto por Julius Nyerere, que vislumbrava um “socialismo africano”, associado as suas sociedades tradicionais, rechaçando o modelo estabelecido na URSS. A decisão oficial quanto a isso, entretanto, está no âmbito do 3º Congresso da Frelimo, que aconteceu em 1977. O modelo adotado pelo partido, anunciado por Samora Machel, foi o chamado Socialismo Científico, que se baseava especialmente no modelo soviético em suas políticas.

Aqui é importante citar alguns dados pragmáticos que podem estar relacionados a essa decisão: 1) a URSS possuía um enorme poderio econômico, e condições para incluir ou não Moçambique no grupo econômico “Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON);² 2) URSS e China eram as principais potências internacionais no cenário socialistas, e principais apoiadoras da Frelimo durante a guerra anticolonial. O cenário de conflitos políticos ocasionados pela morte de Mao Tsé-Tung na China pode ter ocasionado uma pendência para a “via soviética” moçambicana;³ 3) Moçambique estava localizada em uma região de extrema tensão política, e o envolvimento em um conflito armado contra a RENAMO já havia se iniciado no contexto do Congresso, de modo que aliar-se a URSS, uma grande potência militar, poderia significar também receber apoio nesse campo.⁴ As políticas

² O COMECON foi uma organização internacional fundada em 1949 que visava a integração econômica dos países socialistas. Em sua fundação, era composto apenas por países do Leste Europeu, entretanto com o tempo passou a aceitar demais países socialistas, como Cuba e Vietnã.

³ Duas linhas, a facção de Deng Xiaoping, relacionada a Zhou Enlai, e o “Bando dos Quatro”, liderado por Jiang Qing, esposa de Mao Tsé-Tung, disputavam o poder no país após sua morte. Os relatos dessa disputa são descritos por Dikotter (2016).

⁴ A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) foi um movimento formado na Rodésia do Sul em 1975 que se opunha a Frelimo. Sua origem se dá, segundo demonstra Tavuyanago (2011), a partir de dois fatores: 1) a existência de um grupo de ex-combatentes da Frelimo que, após conflitos no movimento, foram expulsos e, após a independência, passou a reivindicar participação política no país; 2) os conflitos regionais. Tanto o movimento

implantadas passam então a ser no sentido da construção desse socialismo científico. Vão ser criadas aldeias comunais e assembleias populares, técnicos soviéticos e do Leste Europeu serão cooptados para auxiliar no projeto de planificação econômica, diversas empresas vão ser nacionalizadas e os currículos escolares reorganizados.

É crucial citar, entretanto, que em 1981 a candidatura do país ao COMECON foi recusada, frustrando suas expectativas de um maior apoio econômico vindo do Leste Europeu. Segundo aponta Matshine (2011), isso representa uma abertura política de Moçambique, que se permite a uma flexibilização do regime socialista e maior aproximação com o mundo ocidental. Ao longo da década de 1980 o país aumenta então sua atuação regional, liberaliza a economia e, em 1984, adere ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, buscando combater uma crise econômica que aumentava cada vez mais como efeito de uma Guerra Civil que tomava proporções cada vez maiores.

A proposta na presente pesquisa é então perceber a narrativa construída pela Frelimo sobre a questão internacional através do cinejornal *Kuxa Kanema*.⁵ Produzido pelo Instituto Nacional de Cinema (INC), o programa semanal era baseado em modelos de cinejornal produzidos em outros países socialistas, especialmente em Cuba.⁶ O uso político do cinema no país era notável. O INC é apontado por Watkins (1995) como o mais poderoso centro de engajamento político da África, e por Schefer (2012) como parte de um projeto marxista e nacionalista do país. O *Kuxa Kanema*, por sua vez, é definido por Convents como “um instrumento do partido de mobilização contra o inimigo” (CONVENTS, 2011, p. 471). Assim sendo, ele se mostra uma fonte relevante na compreensão de como a própria FRELIMO construía uma narrativa sobre suas relações internacionais.⁷ O recorte temporal aqui trabalhado

anticolonial da Rodésia do Sul quanto o movimento anticolonial da África do Sul eram socialistas e apoiados pela Frelimo, e esses países passaram a apoiar a formação de um grupo anticomunista como forma de combater o regime moçambicano. Assim, a RENAMO iniciou ainda em 1976 uma guerra-civil possuindo apoio desses regimes que perdurou até 1992, quando foi assinado um acordo de paz e o país passou a adotar o multipartidarismo.

⁵ Uma obra cinematográfica vista como narrativa aparece definida da seguinte maneira: “a narrativa é o enunciado em sua materialidade, o texto narrativo que se encarrega da história a ser contada. Porém, esse enunciado que, no romance, é formado apenas de língua, no cinema compreende imagens, palavras, menções escritas, ruídos e música, o que já torna a organização da narrativa filmica mais complexa” (AUMONT...et al, 2002, p. 106). Assim, a análise aqui realizada leva em conta justamente “a voz narrativa” em torno da questão internacional no cinejornal *Kuxa Kanema*, sem levar em conta questões mais técnicas das imagens, a menos que as mesmas sejam fundamentais na construção narrativa das cenas citadas.

⁶ Fundado no primeiro ato cultural do governo de Samora Machel, essa instituição ganhou destaque na comunicação do país, atraindo diretores de renome internacional como Jean Rouch, Jean-Luc Godard, Santiago Álvarez e Ruy Guerra a Moçambique. Sua importância é declarada por Patraquim, um dos mais importantes roteiristas da instituição, que afirma que ela não fazia parte do ministério da cultura, como acontecia com órgãos semelhantes, mas sim do ministério da informação.

⁷ Em 1991 ocorreu um incêndio de grandes proporções na sede do INC, e grande parte de seu acervo foi perdido. O acesso as edições do cinejornal a partir disso passou a ser muito difícil. Em 2013, entretanto, a partir de uma iniciativa do Ministério para a Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha, em parceria com o Instituto Nacional

se dá em dois momentos: entre 1978-1979, quando, um ano após o país assumir a via “marxista-leninista”, foi produzida uma primeira fase do cinejornal; e em 1981, quando a segunda fase passou a ser exibida, no mesmo ano em que Moçambique foi rejeitado no COMECON.

A política externa na primeira fase do *Kuxa Kanema*

A questão das relações internacionais moçambicanas na primeira fase do cinejornal *Kuxa Kanema* ganha grande visibilidade, uma vez que as reportagens mais longas da amostragem são justamente sobre a temática. Essas imagens tratam-se, basicamente, de quatro reportagens que retratam a visita de autoridades estrangeiras ao país. Essas autoridades são: Pak Song-Chol, vice-presidente da República Popular Democrática da Coreia; Agostinho Neto, presidente da Angola; Erich Honecker, secretário-geral e principal governante da República Democrática Alemã; e Todor Jivkov, presidente do Conselho de Estado e principal governante da República Popular da Bulgária.

Um primeiro ponto que pode ser apontado é que se tratam de países socialistas aliados ao chamado “bloco soviético”⁸. Isso já denota, por si só, uma narrativa que associa Moçambique a esse alinhamento político através do cinema. Além disso, a mensagem em todos os casos é bastante clara: são países “amigos”, que apoiavam o povo moçambicano desde o período da guerra anticolonial e que agora participavam de uma grande cooperação internacionalista pela liberdade dos povos. Isso é perceptível em questões discursivas, uma vez que tanto a retórica de Samora Machel e dos visitantes, quanto os textos da locução, possuem uma mensagem nesse sentido. Mas também é perceptível através da narrativa visual, que enquadra constantemente uma população mobilizada e engajada na recepção desses visitantes estrangeiros, além de focar também em um exército sempre alinhado prestando continências a eles.

Além disso, uma política de memória é estabelecida em todas as reportagens.⁹ Sempre existe um destaque ao apoio que a FRELIMO recebeu dos visitantes durante a guerra

de Audiovisual em Cinema (INAC – órgão que sucedeu o INC), com a Universidade de Bayreuth, com a Universidade Eduardo Mondlane e com o Instituto Cultural Moçambique-Alemanha, foi realizado o projeto “O Mundo em Imagens”, que se propôs a recuperar parte desse acervo. É a partir dos DVDs resultantes desse projeto que essa pesquisa se realiza. Estão disponíveis então 7 entre os 10 programas da primeira fase (sendo um deles uma “edição especial” que não conta na contagem oficial), bem como 28 entre os 30 primeiros programas realizados na segunda fase, todos eles datados do ano de 1981. Essa é uma amostra bastante relevante para refletir entre os anos de 1978 e 1981 em Moçambique.

⁸ Entende-se aqui por Bloco Soviético o grupo de países aliados a União Soviética naquele período. Moçambique, apesar de oficialmente compor o movimento dos países não-alinhados, e nunca ter se tornado membro do COMECON, é um país muitas vezes apontado como parte do bloco, visto que se autodeclarava marxista-leninista e contava com uma série de apoios econômicos, técnicos e militares dos países desse bloco.

⁹ Autores como Pollack (1989), Le Goff (2003), e Ricoeur (2007) já demonstraram a importância das políticas de memória na constituição dos Estados, uma vez que os abusos da memória para fins ideológicos de construção nacional é uma prática nos estados-nação a partir do século XIX.

anticolonial, discursos que apontam semelhanças entre o passado moçambicano e o desses países, filmagens deles visitando monumentos em homenagem aos guerrilheiros mortos ou, em especial, em homenagem a Eduardo Mondlane.¹⁰

A reportagem mais discreta entre essas é a relativa a visita de Pak Song-Chol. Nela, todos esses elementos estão presentes: a locução afirma que se trata de “um amigo do povo moçambicano” (*KUXA KANEMA 02*, 00:10 – 00:12); ele é recebido no aeroporto por um grande grupo de pessoas e por um exército alinhado que lhe presta continências; é associado a guerra anticolonial pela locução, que afirma que “esse país socialista da Ásia apoia-nos nessa fase da reconstrução nacional como fez na luta armada” (*KUXA KANEMA 02*, 00:32 – 00:38); é relacionado ao internacionalismo através de gritos que partem do povo com dizeres como “Viva a República Democrática da Coreia” e “Viva a Solidariedade dos Povos”; e se encontra com Samora Machel, tendo o encontro associado pela locução a questão dos “inimigos externos”: “sentimo-nos satisfeitos pela vossa presença nesta terra da África, nesta zona da África Austral ainda dominada por racistas. Diria o presidente Samora ao receber o representante do povo da Coreia” (*KUXA KANEMA 02*, 01:40 – 01:52).

Isso tudo se dá, entretanto, em uma reportagem de apenas 1 minuto e 57 segundos, sem grande tempo para a construção de uma narrativa mais elaborada. Além disso, é Marcelino dos Santos que recebe ele no aeroporto, destacando-se como o único dos casos nessa primeira fase em que não é Samora Machel que realiza tal recepção.¹¹ Uma vez que o presidente moçambicano se caracteriza como uma liderança carismática a ausência é bastante significativa na mensagem que se constrói.¹² Isso pode estar relacionado ao próprio caráter de vice-presidente de Pak Song-Chol, uma vez que era Kim II-sung o líder máximo do país.¹³ Além

¹⁰ Eduardo Mondlane foi o primeiro presidente da Frelimo após a formação do movimento em 1962. Com formação nos Estados Unidos, foi um importante intelectual para a luta contra o colonialismo na África durante a década de 1960. Foi assassinado em um atentado com bomba em 1969 atribuído a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), subordinada ao regime colonial português. Existem alegações, entretanto, de que ele teria sofrido uma conspiração por parte de membros da própria Frelimo que não concordavam com as posições do seu grupo dirigente à época.

¹¹ Marcelino dos Santos é uma das principais lideranças da Frelimo no período trabalhado. Foi membro fundador do movimento e um dos seus vice-presidentes. Após a independência, foi Ministro da Planificação e Desenvolvimento. A partir de 1977 tornou-se o presidente da recém fundada Assembleia Popular, onde permaneceu até 1994.

¹² Samora Machel se encaixava no conceito de “líder carismático” definido por Max Weber em diversos artigos, reunidos no Brasil na coletânea “Ensaio de Sociologia” (1982). Esse tipo de liderança aparece para o autor como a autoridade que se constrói a partir da devoção as características, atos e caráter pessoais do líder, desenvolvendo um governo que se legitima devido especificamente a pessoa do líder. Matshine (2001) já destaca essa característica em Machel. Essa característica do líder moçambicano é mais profundamente analisada em Barbosa (2019).

¹³ Um indicativo da relação de proximidade entre os países nesse período é que Kim II-Sung tornou-se nome de avenida em Maputo. Nesse sentido, a avenida assume um papel de “lugar de memória”, definido por Nora (1993), e possui um papel de memorização altamente relacionado com projetos de identidade.

disso, esse se mostra o visitante que representava menos interesses moçambicanos entre os presentes na amostragem da primeira fase do *Kuxa Kanema*, já que não possuía proximidades geográficas, e nem se trata de uma grande potência econômica.

Já o caso angolano é bastante distinto. Existiam uma série de similitudes e interesses em comum entre Angola e Moçambique naquele contexto. Ambos passaram simultaneamente por uma guerra contra o regime colonial português, tendo tido a descolonização no mesmo período de tempo, como consequência da Revolução dos Cravos em Portugal, de uma pressão política internacional, além do próprio andamento de suas respectivas guerras anticoloniais.¹⁴ Além disso, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que foi privilegiado nas negociações com Portugal, tornando-se partido único do país, também foi apoiado pelo chamado “Bloco Soviético”, tendo influência ideológica desses países. Os dois ainda se localizam na África Austral, sendo aliados em diversas questões de interesse regional, compartilhando a Rodésia do Sul e a África do Sul como principais “inimigos externos”. Eles também passavam naquele momento por uma guerra civil em suas fronteiras contra grupos de oposição que são apoiados por agentes externos, além de verem na questão da diversidade étnica um problema na construção nacional. A própria maneira como essa diversidade foi combatida é semelhante em ambos os países. Assim sendo, uma aproximação entre eles era natural naquele contexto. É justamente essa proximidade que aparece sendo vista na reportagem analisada do *Kuxa Kanema*.

Nesse caso, ela possui 10 minutos de duração, mostrando a visita do presidente do país, Agostinho Neto.¹⁵ Dessa vez, ela inicia-se com a recepção calorosa de Samora Machel ao líder angolano. Ambos são filmados conversando com o rosto próximo, enquanto Samora sorri. A população ostenta pequenas bandeiras da Angola enquanto um grupo dança e canta uma letra que exalta que “vamos apoiar a luta de Angola”. Na sequência, a cena é cortada para o discurso de Agostinho Neto, que afirma que “Angola e Moçambique podem estar uma vez mais em família [...] cumprir a regra de amizade e, com o contato, a regra da cooperação” (*KUXA KANEMA* 08, 01:20 – 01:44), dando evidência já a questão do apoio mútuo entre ambos, destacada anteriormente.

¹⁴ A Revolução dos Cravos aconteceu em Portugal em 25 de Abril de 1974. Liderado por militares da esquerda portuguesa, esse movimento derrubou a ditadura do Estado Novo, que dominava o país desde 1933. Uma das principais reivindicações dos revolucionários era justamente o fim das guerras que se perpetuavam nas colônias africanas, segundo Marxell (2006).

¹⁵ Assim como já citado no caso de Kim II-Sung, Agostinho Neto também se tornou nome de avenida em Moçambique durante o período, fazendo parte das políticas de memorização do governo.

Agostinho Neto afirma ainda que chegando em Moçambique não se sente um visitante estrangeiro, mas um “moçambicano como Samora Machel [...] como se sentem moçambicanos os revolucionários militantes da FRELIMO” (*KUXA KANEMA* 08, 03:06 – 03:36), evidenciado que ele não está apenas ressaltando Moçambique, mas uma Moçambique específica, sendo aquela idealizada pela FRELIMO e pelo seu líder, os “verdadeiros moçambicanos”. Essa narrativa que vincula o país aos militantes da FRELIMO ganha ainda mais significado na sequência, quando ele passa a exaltar aqueles guerrilheiros que não viveram para ver os frutos de sua luta, exaltando Eduardo Mondlane. As imagens reproduzidas nesse momento mostram o presidente de Angola visitando o túmulo do primeiro presidente da FRELIMO, dando significado a questão da memória já citada.

Na sequência, é Samora Machel que discursa. Ele afirma que Agostinho Neto é um herói, combatente contra o colonialismo, contra o imperialismo e contra a exploração do homem pelo homem. “É o companheiro Agostinho Neto que fundou o MPLA, e fundou o MPLA quer dizer que organizou a unidade de Angola de Cabinda ao Cunene” (*KUXA KANEMA* 08, 08:12 – 08:30). Essa citação evidencia então a grande proximidade que se propõe entre os dois. Se o lema do governo de Samora Machel é “Moçambique unida do Rovuma a Maputo”, a afirmação de que Agostinho Neto organizou a unidade angolana “de Cabinda ao Cunene” é seu equivalente de Angola.¹⁶ Os pontos aqui abordados: a luta anticolonial, os imperialistas e colonialistas como inimigos e a construção nacional, são os pontos em comum entre a FRELIMO e o MPLA, e mais uma prova de que a imagem construída é de igualdade e amizade entre eles.

A importância de sua proximidade em questões regionais fica evidente uma vez que a locução afirma que esse encontro foi o “abraço forte entre dois países amigos e vitória política para os povos da África Austral [...] ato de relevância maior nos estados da linha de frente e da unidade africana”¹⁷ (*KUXA KANEMA* 08, 09:19 – 10:02). Assim, essa longa reportagem demonstra que em termos domésticos Moçambique busca se apresentar como um país amigo de Angola, ratificando suas histórias e inimigos em comum, e evidenciando a proximidade de seus interesses e projetos.

¹⁶ A expressão “do Rovuma a Maputo” era um dos lemas do governo de Samora Machel, e indicava uma unidade nacional desde o extremo norte (Rovuma) até o extremo sul (Maputo), reivindicando a “moçambicanidade” de todas as populações nesse território, para além da diversidade étnica.

¹⁷ A Linha de Frente foi uma aliança no continente africano que durou entre as décadas de 1960 e 1990 e teve o objetivo de acabar com os regimes de minorias brancas na África. Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue fizeram parte da aliança ao longo de sua existência.

Por fim, cita-se a Alemanha Oriental e a Bulgária, os únicos países da COMECON, grupo com o qual Moçambique buscava se aproximar devido a interesses estratégicos relacionados a sua economia e, especialmente, ao apoio militar. Além disso, Ferrão (2002) demonstra que os principais apoiadores do governo moçambicano vinham justamente desses países. Esse é um olhar necessário na análise das suas lideranças nas reportagens do *Kuxa Kanema*. A Alemanha Oriental e a Bulgária possuem, respectivamente, 15:29 minutos, e 7:15 minutos nas telas do cinejornal, o que já demonstra a importância que ganham nessa narrativa. É importante abordar aqui cada um desses países separadamente, analisando as duas reportagens. Entretanto, é fundamental também entendê-los como parte dessa unidade econômica.

Ferrão afirma que a Bulgária possuía um papel importante no apoio à agricultura moçambicana, enquanto a Alemanha Oriental estava presente nos setores de mineração, indústria e planificação econômica, além de apoiar o sistema interno, na organização do partido, educação ideológica, coordenação da propaganda e formação política. Segundo aponta Visentini (2013), a revolução nos dois países faz parte de um processo de avanço do antifascismo na Europa que se iniciou ainda no fim da Segunda Guerra Mundial e permitiu que a URSS se tornasse influente em todo o leste europeu. Foram esses os dois países do Leste Europeu com os quais o governo de Samora Machel demonstrou mais proximidade. Assim sendo, o visitante vindo da Bulgária foi Todor Jivkov, o Secretário-geral do Partido Comunista Búlgaro e Presidente do Conselho de Estado da Bulgária. O da Alemanha Oriental foi Erich Honecker, que naquele período acumulava os cargos de secretário-geral do Partido Unificado da Alemanha, Presidente do Conselho Nacional de Defesa e Presidente do Conselho de Estado.

Essas reportagens possuem diversas similitudes entre si. Primeiramente, se existe uma narrativa visual que aparece de modo geral nessa primeira fase do *Kuxa Kanema*, já citada, aqui ela é ainda mais enfatizada. Em ambas se nota um grande período de tempo sendo dedicado a imagens do povo nas recepções, cantando músicas em homenagem aos visitantes e carregando bandeiras, tanto da Bulgária quanto da Alemanha. Os números de dança e o exército aparecem novamente, dessa vez filmados ainda mais detalhadamente. Além disso, faixas com o rosto de Samora Machel, e de Marx, Engels e Lênin são enquadradas pela câmera, demonstrando que o fator “marxismo-leninismo” do governo ganha maior evidência. Além disso, é aqui que o apelo em favor do internacionalismo se destaca. Samora Machel afirma que Jivkov é um grande internacionalista, que só está presente onde existe luta de classes e luta para criar a ordem. Já quanto a Alemanha Oriental, ele afirma que o apoio não veio apenas durante a guerra

anticolonial, mas que depois houve o envio de professores e técnicos ao país para fortalecer seu desenvolvimento.

Novamente a política de memória se faz presente, buscando relacioná-los ao apoio na luta anticolonial. No caso do líder búlgaro, inclusive, o discurso de Samora Machel chega a afirmar que eles também foram colonizados, uma vez que “não é uma questão racial colonialismo, é um sistema”¹⁸ (*KUXA KANEMA* 09, 03:03 – 03:08). Além disso, o presidente moçambicano afirma que na Bulgária a superação do colonialismo se deu para construir o socialismo. O claro apontamento de um passado em comum entre os países se faz visível então. Já o líder alemão é filmado visitando um monumento em homenagem aos heróis moçambicanos da luta anticolonial.

Outro detalhe que aparece aqui também é a questão do combate aos inimigos externos. Enquanto o político búlgaro afirma em seu discurso que Samora Machel é um guia do povo moçambicano no combate contra o imperialismo, a locução afirma que as primeiras palavras de Samora Machel ao receber Honecker foram “bem vindo a essa zona quente de nosso continente. Zona quente onde de armas na mão lutamos contra o racismo e o imperialismo” (*KUXA KANEMA* 10, 00:56 – 01:03).

Fica claro nessas reportagens então que a relação estabelecida com os países da COMECON possui alguns pontos que se destacam em relação aos outros países citados. Samora Machel e seu regime aparecem aqui com uma ênfase ainda maior em sua característica socialista. Se a afirmativa é de que o *Kuxa Kanema* buscou afirmar seu projeto marxista-leninista, fica claro que o apoio dos países pertencentes ao COMECON é um dos elementos fundamentais nesse processo. A espera dessa participação fica evidente também uma vez que se destaca muito o elemento “internacionalista” desses países. A própria questão dos inimigos externos, que sempre são apontados como os “racistas”, “imperialistas” ou “colonialistas”, e não diretamente como a África do Sul ou a Rodésia do Sul, já é uma forma de buscar relacioná-los com os inimigos desses países.

A política externa na segunda fase do *Kuxa Kanema*

A questão das relações internacionais é muito mais diversificada na amostragem da segunda fase do cinejornal. São apresentados agora seis países africanos, seja com líderes

¹⁸ Esse “colonialismo” afirmado por Machel que foi sofrido pelos búlgaros trata-se tanto do domínio do império otomano sobre aquele território quanto a invasão nazista sofrida pelo país. Fica claro, nesse sentido, que o objetivo do presidente moçambicano era estabelecer um elo entre os países através de uma memória manipulada, visto que esses processos citados são absolutamente distintos do processo colonial sofrido no continente africano durante os séculos XIX e XX.

viajando a Moçambique, como na amostra da primeira fase, seja com imagens de viagens de Samora Machel ao exterior. Além deles os países da COMECOM voltam a ganhar espaço, tendo a Bulgária e a Alemanha com representatividade novamente. A Tchecoslováquia dessa vez se junta a eles. Agora se fazem presentes também países europeus que não fazem parte do chamado “Bloco Soviético”, o que indica uma mudança na política externa do país. São tratados ainda alguns encontros de autoridades internacionais, como um encontro da OUA no qual Samora Machel discursou, uma feira internacional que aconteceu em Maputo com representantes de vários países, e uma reunião que aconteceu em Moçambique sobre a questão da Namíbia, com políticos do continente africano e representantes da ONU.¹⁹

Essa diversidade se reflete também na narrativa construída. Se antes era possível apontar algumas questões em comum que estavam presentes, com maior ou menor intensidade, em todas as reportagens analisadas, o que se percebe agora é a existência de algumas narrativas que vinculam Moçambique de diferentes maneiras a países e situações distintas. Além disso, cabe destacar que a própria questão internacional é menos enfatizada, possuindo uma narrativa mais simplória que, de modo geral, se preocupa em colocar Samora Machel como uma liderança relevante a níveis internacionais, além de mobilizar contra os inimigos externos. Além disso, a montagem dos programas agora é muito mais ágil, de modo que todas as reportagens trabalhadas são bem mais curtas do que as vistas na primeira fase, dificilmente passando dos 3 minutos de duração.

Falando primeiramente dos países africanos, um primeiro grupo que se pode destacar inclui a Argélia, a Zâmbia, Botswana e Cabo Verde. Esses países, ao contrário daqueles que aparecem na primeira fase do programa, são caracterizados por um não-alinhamento mais evidente, possuindo certa distância do chamado “Bloco Soviético”, tão enfatizado antes. A mensagem de amizade entre Moçambique e esses países se repete, e o maior foco está na cooperação regional ou no combate a inimigos externos. Enquanto na reportagem sobre a Argélia - que se trata da visita a Maputo do Secretário das Relações Exteriores do país, Coronel Silmane Hoffman - enfatiza a amizade existente entre a FRELIMO e a FLN, no caso da Zâmbia - que tem seu presidente Kenneth Kaunda em visita à cidade da Beira, no norte moçambicano - é a mobilização contra os inimigos externos que se faz mais presente, uma vez que, segundo

¹⁹ Segundo indica Pini (2014) o projeto de independência da Namíbia está relacionado com a formação do Partido do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), que em 1963 iniciou uma guerra contra o colonialismo sul africano na região. O conflito envolveu diversas autoridades estrangeiras, e, conforme demonstra o autor, teve um apoio muito cauteloso do “Ocidente”, obrigando o movimento a recorrer aos países de ideologia socialista. A própria URSS, entretanto, via o mesmo com muita desconfiança. Os países africanos de ideologia socialista, entretanto, demonstraram mais apoio a esse movimento, que conquistou a independência da Namíbia em 1990.

afirma a locução, a estratégia dos imperialista e suas ações de desestabilização nessa zona foram os principais assuntos tratados no encontro entre Kaunda e Machel.²⁰ Ainda se aponta que o país está sofrendo ataques – diretamente - dos sul-africanos.

A Botswana, por sua vez, é mostrada apenas através de fotos, uma vez que foi Samora Machel que visitou o país, e não o contrário. Com exceção de uma foto, que é enquadrada muito rapidamente, em que ele aparentemente está abraçando Quett Masire, presidente do país no período, nenhuma liderança da Botswana se faz presente ou é citada pela locução. É Samora Machel que ganha destaque, aparecendo em indústrias, palestras e em meio a população do país. Nesse sentido, fica visível um personalismo que coloca Machel no protagonismo da pauta sobre política internacional. Enquanto essas imagens são passadas, a locução afirma que o país faz parte da Linha de Frente e que é um dos parceiros de Moçambique no desenvolvimento da África Austral. Já Cabo Verde é mostrada através da visita de Pedro Pires, primeiro-ministro do país, a Moçambique. Ele faz uma reunião com Samora Machel, onde os assuntos tratados, segundo a locução, foram a cooperação entre os países, além de ser o encontro “entre combatentes pela causa de liberdade de África e pelo desenvolvimento dos povos” (*KUXA KANEMA* 09, 01:56 – 02:01), repetindo a retórica já tratada.

É notável aqui o silêncio quanto ao processo que afirmou separação entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Segundo aponta Fernandes (2007), o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), projetado por Amílcar Cabral, sofreu com um racha em 1980, de modo que Nino Vieira, líder do partido na Guiné-Bissau, deu um golpe de Estado. Como resultado desses conflitos, o movimento foi dividido em dois. Pedro Pires foi um dos protagonistas desse processo, que levou a formação do PAICV e ao fim da união entre os dois países. Sobre isso, é digno de nota que o PAIGC era um parceiro histórico da FRELIMO. Desse modo, ressalta-se aqui que no momento de uma cisão de um “partido amigo” da FRELIMO, como é o caso, o cinejornal não faz qualquer comentário sobre o processo. Isso pode ser explicado pela própria formação da FRELIMO, que possuía diversas linhas em conflito. Assim sendo, calar-se sobre essa situação em Cabo Verde faz parte da narrativa de coesão nacional e partidária que era do interesse do partido que estava no poder naquele momento.

²⁰ Tanto a Zâmbia governada por Kenneth Kaunda quanto a Argélia governada pelo FNL tratam-se de países com retóricas socialistas, entretanto com forte característica de não-alinhamento. Ambos os países apoiaram a FRELIMO durante a Guerra Anticolonial, recebendo inclusive escritórios do movimento em suas capitais. Entretanto, estiveram ausentes da narrativa do movimento na primeira fase do *Kuxa Kanema*.

O segundo bloco de países africanos abordados aqui, São Tomé e Príncipe e Congo, são, esses sim, países que se declaravam adeptos ao “socialismo científico”, buscando proximidade com o “Bloco Soviético”. O que se percebe, no caso desses dois países, é que aquela retórica que foca na união regional dos africanos se faz presente novamente, não diferindo tanto do bloco anterior. Nesses casos, entretanto, também existe uma maior exaltação da mobilização popular e da imagem das lideranças. Isso pode ser justificado pelo próprio caráter “popular” dos regimes marxista-leninistas, onde enaltecer uma massa popular engajada em torno de líderes socialistas ganha mais sentido.

O caso do Congo se materializa em uma visita de Denis Sassou-Nguesso, presidente do país. Ele é recebido de maneira fraterna por Samora Machel, com quem realiza uma reunião. Uma grande população animada em sua recepção é muito utilizada nas imagens. A locução afirma que ele disse que “Moçambique encontra-se na primeira linha de combate pela libertação do continente” (*KUXA KANEMA* 11, 04:45 – 04:54), destacando a retórica combativa do período e o protagonismo dado ao moçambicano.

Já no caso de São Tomé e Príncipe é o presidente, Manuel Pinto da Costa, que é recebido em Maputo. Quanto a esse país, cabe ressaltar as grandes semelhanças entre seu projeto e o de Moçambique (bem como de Angola, conforme já citado), que busca promover um “Homem Novo” socialista para além da diversidade étnica. A amizade entre os países, bem como o engajamento popular em sua recepção, é bastante enfatizada nessa narrativa também. Durante uma reunião que ocorre entre ele e Samora Machel, a retórica de combate aos inimigos regionais fica evidente, uma vez que a locução afirma que houve uma “identidade de pontos de vista políticos, desde a independência para a Namíbia, à crescente agressividade da gestão Reagan cujas consequências de veem hoje em Angola”²¹ (*KUXA KANEMA* 21, 01:25 – 01:34). Esse é também o único caso entre os países africanos dessa segunda fase em que a questão da memória aparece de forma mais explícita, uma vez que o presidente visitante discursa exaltando um passado de exploração em comum, visto que ambos foram colonizados por Portugal. A locução ainda destaca a importância dessa visita para acabar com uma imagem negativa que a população moçambicana tinha do país como herança do escravagismo, em clara manipulação da memória.²²

²¹ Angola entrou em guerra imediatamente após sua independência, tendo o MPLA e a UNITA como os dois principais agentes do conflito. Com o passar do tempo, entretanto, o apoio a UNITA por parte da África do Sul e dos Estados Unidos cresceu muito, como maneira de se opor ao MPLA, apoiado por Cuba e pela União Soviética. Assim sendo, esse conflito torna-se cada vez mais uma guerra com proporções internacionais.

²² Ao contrário de outras regiões da África, em São Tomé e Príncipe não existia uma população local antes do domínio português nas ilhas. Assim sendo, o local foi o destino de muitos africanos que foram levados para trabalho forçado na região. Esse processo é descrito por Nascimento (2004).

Já os países do Leste Europeu, conforme citado, são três. A Bulgária está presente novamente, dessa vez em duas reportagens. A Alemanha Oriental também volta a aparecer, bem como a Tchecoslováquia, que se junta a eles. Esses países estão presentes de maneira muito mais contida, entretanto. Dessa vez nenhuma das lideranças do “Bloco Soviético” vai a Moçambique, e as referências aos países se dá apenas através de fotos ou de citações. Ainda assim, eles voltam a ser associados a prática de um “internacionalismo” e as políticas de memória.

A Bulgária é quem ganha mais espaço devido as comemorações do 1300 aniversário da fundação do seu primeiro Estado. Uma série de comemorações, organizadas por um comitê que possui Samora Machel como presidente honorário, são realizadas. José Luís Cabaço, Ministro da Informação à época, cita uma celebração em homenagem ao “povo irmão da Bulgária” (*KUXA KANEMA* 10, 06:58 – 07:00). Imagens do país são então reproduzidas enquanto a locução afirma que no ano de 681 afirmou-se a primeira nacionalidade búlgara. Logo, entretanto, a narrativa já pula para o ano de 1933, destacando a figura de Georgi Dimitrov.²³ Na sequência, Todor Jvikov ganha destaque como atual dirigente do país, que, segundo a narrativa está “ao serviço de seu povo e da paz no mundo” (*KUXA KANEMA* 10, 08:12 – 08:15). A reportagem seguinte relaciona-se exatamente com Jvikov. Uma exposição de fotos é feita justamente pela ocasião citada. O discurso destacou novamente a prática do internacionalismo militante, que seria comum nos países socialistas, e especialmente na Bulgária. Assim, percebe-se aqui uma continuidade na narrativa relativa a cooperação internacional e o caráter positivo do socialismo implantado no Leste Europeu, bem como a continuidade da política de memória.

Essa narrativa se repete nas duas reportagens relativas a outros países da região. A República Democrática da Alemanha (R.D.A) aparece em imagens que apresentam o Major General Hama Thai acompanhando o embaixador da R.D.A em Moçambique a uma visita a uma exposição de fotos sobre o país europeu, inaugurando a semana de amizade Moçambique – Alemanha Democrática.²⁴ Ao mostrar as fotos, são as imagens de Samora Machel ao lado de Erich Honecker algumas das enquadradas. Enquanto isso, a locução afirma que “a semana foi ponto de encontro do internacionalismo proletário” (*KUXA KANEMA* 10, 00:44 – 00:48). Ainda é mostrada uma comitiva do país em visita a indústria do metal. Essa visita, segundo é afirmado,

²³ Georgi Dimitrov foi um militante comunista búlgaro. Secretário-geral da Internacional Comunista entre os anos de 1934 e 1943 enquanto vivia na URSS, retornou ao seu país após o exército vermelho expulsar a Alemanha Nazista do território para tornar-se seu principal líder. Faleceu em 1949. Aqui, existe uma forte relação com uma política de memória já citada anteriormente.

²⁴ Hama Tai é um militar de destaque moçambicano, que durante o governo de Samora Machel possuía importância política e chegou a participar de reuniões e tomadas de decisão junto ao presidente.

“serviu para mostrar os laços econômicos a cooperação em setores estratégicos da economia que une os dois povos” (*KUXA KANEMA* 10, 01:32 – 01:38). O destaque aqui fica então com o internacionalismo.

Já o caso da Tchecoslováquia trata-se sim de um encontro de Samora Machel com uma liderança tcheca, entretanto isso aconteceu no país europeu, de modo que foi retratado apenas por fotos. A presença do líder moçambicano ganha muito destaque em sua partida novamente, enfatizando sua relevância como líder carismático, entretanto o encontro em si apenas é associado a cooperação entre os países e a empreendimentos na agricultura e na indústria que serão feitos em conjunto, repetindo a retórica internacionalista.

Os dois países que aparecem como principais novidades nessa amostragem da segunda fase do *Kuxa Kanema* são Itália e Suécia. Eles possuem uma característica bem distinta de tudo o que foi apontado até aqui, visto que não representam países com interesses regionais em comum com Moçambique, e tampouco possuem uma proximidade ideológica com o país, pelo menos teoricamente. Ambos são não-alinhados que na época estabeleciam diálogos tanto com o “Bloco Socialista” quanto com os países alinhados dos EUA, mantendo status democrático. A aproximação com eles demonstra uma opção política muito mais aberta por parte de Moçambique.

A primeira reportagem a se fazer presente é referente a uma visita do primeiro-ministro sueco, Thorbjörn Fälldin. Ele chega a Moçambique junto a uma pequena comitiva no turno da noite, o que torna sua recepção bem mais contida e sem grandes características de culto a personalidade. Na sequência é mostrada uma reunião realizada entre as comitivas dos dois países, em que Machel e Fälldin sentam ao centro da mesa. A locução afirma que ela se dá visando o aprofundamento da relação entre os países. Assim sendo, aqui mostra-se que essa narrativa que aponta os países estrangeiros amigos como relacionados a uma grande cooperação internacional se dá de maneira bastante diversificada.

Já a Itália aparece na mesma reportagem já citada em que a Tchecoslováquia se faz presente. Samora Machel é filmado chegando em Moçambique, e a viagem é contada apenas por fotos, uma vez que ele foi aos dois países. Essas fotos mostram o presidente moçambicano em reunião com o presidente italiano Sandro Pertini.²⁵ Além disso, ele também é fotografado discursando na cidade de Reggio Emilia.²⁶ Bem como, visitando o túmulo do padre Cesar

²⁵ Um dos ícones na resistência contra o fascismo na Itália, Pertini foi uma importante liderança do Partido Socialista Italiano (PSI) e também um grande opositor ao colonialismo. Assumiu a presidência do partido em 1978 e permaneceu no cargo até 1985.

²⁶ Segundo aponta Rinaldi (2014) a cidade de Reggio Emilia é conhecida a partir do fim da Segunda Guerra Mundial como uma cidade que, com a derrota do fascismo, implantou políticas progressistas em sua reconstrução.

Iberturi em Brescia, sobre o qual a locução constrói uma narrativa de memória, afirmando que “este padre italiano morreu em 1976 e foi um combatente da causa do povo moçambicano, denunciando as atrocidades cometidas pelo regime colonial fascista, e a sua aliança com a igreja católica portuguesa” (*KUXA KANEMA* 27, 01:18 – 01:33). Destaca-se assim que existe uma política de memória associada ao país, o que ganha mais significado uma vez que não se trata de um aliado da URSS.

Por fim, termina-se a análise relativa a questão internacional com as reportagens que não se tratam de um país específico, mas de outros momentos relevantes na construção de uma narrativa sobre a questão internacional. A primeira trata-se de uma reportagem sobre a décima oitava cimeira da OUA, que aconteceu em Nairóbi, capital do Quênia, e fala muito sobre essa narrativa que coloca Machel como um “player” da questão internacional. Enquanto algumas imagens da cidade são reproduzidas, a locução afirma que os três principais pontos desse encontro eram: a ocupação marroquina do território saariano;²⁷ a situação jihadiana;²⁸ e o conflito somali-etíope.²⁹ Nenhum desses assuntos diz respeito diretamente a Moçambique. Ainda assim, o presidente moçambicano é filmado aqui afirmando reconhecer o direito do povo saarauí e alegando que “resolvido o problema colonial do Saara estamos em condições de consagrar de uma maneira dinâmica, de uma maneira vigorosa [...] os esforços unidos da África na liquidação do colonialismo na Namíbia e do *Apartheid* na África do Sul” (*KUXA KANEMA* 11, 08:10 – 08:34). Apesar de realizar essa relação com os inimigos diretos da FRELIMO, fica evidente sua postura de autoridade perante questões continentais. Isso é também enfatizado na reportagem que retrata a visita de uma comissão da ONU a Moçambique para discutir a questão da Namíbia, dando esse protagonismo a Machel.

A última reportagem aqui trabalhada refere-se a uma feira internacional que estava acontecendo em Maputo, com comerciantes de diversos países expondo seus produtos. O presidente moçambicano fez uma visita a essa feira, retratada na reportagem em questão,

O modelo lá desenvolvido partia do pressuposto de grande participação da comunidade na administração dos espaços públicos.

²⁷ Filho (2010) afirma que esse conflito se dá no âmbito da descolonização da região do Saara Ocidental pela Espanha em 1976. Nesse momento, esse território foi ocupado então pelo Reino do Marrocos, na época governado por Hassan II. O movimento “Frente Polisário” afirma que é ele o representante do povo saarauí.

²⁸ A reportagem não esclarece muito quanto ao que se está abordando aqui. Entretanto, é relevante citar que Israel e Egito naquele momento realizaram algumas aproximações, que eram mal vistas pela Irmandade Muçulmana, de modo que no período houve um aumento da violência por parte do grupo. Meses depois desse evento, datado no início de julho de 1981, o presidente egípcio Muhammed Al Sadat foi assassinado por membros do grupo.

²⁹ A região do Chifre Africano é uma das mais conflituosas do continente, e ao longo das últimas décadas passou por uma série de tensões. Duas disputas estão em questão aqui: o próprio conflito entre Somália e Etiópia em torno da região de Ogaden, encerrado em 1978 com a Etiópia como principal vitoriosa, mas que deixou os ânimos acirrados entre os dois países; e o conflito da Etiópia contra a separação da Eritreia, que se resolveu apenas em 1991 com a independência da região.

verificando produtos, negociando com os estrangeiros, e estabelecendo boas relações com todos. Entre algumas bandeiras expostas no evento que são enquadradas pelas câmeras, podem ser percebidas a da Dinamarca, da Alemanha, de Portugal, do Brasil, da Grã-Bretanha e do México. O clima aqui é claramente o de negociações, evidenciando que Moçambique possui uma narrativa de abertura econômica. Os países das mais diversas doutrinas políticas se fazem presentes, acabando com a retórica de um alinhamento mais rígido com qualquer bloco econômico.

Considerações Finais

A análise aqui proposta explicita alguns pontos importantes na observação da narrativa construída no cinejornal *Kuxa Kanema* sobre as relações internacionais moçambicanas. É evidente que a FRELIMO utilizou esse cinejornal, entre outros objetivos, para se posicionar perante essa questão, uma vez que ela ganha muito espaço na amostragem trabalhada, e mobiliza diversos símbolos visuais e retóricos que claramente estabelecem tomadas de posição nesse assunto.

Existem diversas rupturas nessa narrativa ao longo das duas fases analisadas. Entretanto, começamos aqui destacando as continuidades: o cinejornal é utilizado especialmente, ao longo de todo o recorte temporal, para destacar as relações de amizade estabelecidas pelo governo moçambicano com autoridades estrangeiras, reforçando uma mensagem de cooperação internacional e mobilização contra determinados inimigos externos. Isso é muitas vezes contrastado com imagens do exército e de grandes massas populares, que interagem de maneira eufórica com as lideranças políticas. Além disso, outra continuidade notável, ainda que com maior intensidade na primeira fase, é a utilização de políticas de memória na busca por aproximação com os países visitantes. Assim sendo, pontos em comum entre os passados moçambicano e estrangeiro são sempre apontados na narrativa, reforçando que sua relação seria então mais longa.

Por outro lado, algumas mudanças merecem bastante destaque: a primeira fase é focada, especialmente, em apontar uma proximidade com o Bloco Soviético e exaltar seu internacionalismo, como forma de buscar apoio. Todos os países presentes nessa amostragem possuem proximidades políticas com a URSS, e a própria retórica construída, muito mais focada em questões intercontinentais do que regionais, demonstra esse objetivo. Além disso, os inimigos apontados são definidos de maneira genérica como “racistas”, “imperialistas” e “colonialistas”, de modo que englobe também o inimigo dos países desse bloco econômico.

Já a segunda fase possui uma retórica muito mais voltada para os interesses regionais. Isso fica evidente uma vez que os países africanos são a grande maioria dos apresentados nesses programas. Além disso, o próprio discurso construído no cinejornal se dá mobilizando interesses muito mais relativos a Moçambique, e menos genéricos, como na primeira fase. Agora a questão da Namíbia aparece sendo citada diversas vezes, bem como a atuação de Ronald Reagan no continente e o regime do *Apartheid* na África do Sul. Além disso, essa fase presencia uma abertura política no país. Se na primeira a busca por apoio vinha exclusivamente de países aliados da URSS, na segunda a maioria dos países presentes possui uma característica mais forte de não-alinhamento. A atuação de Samora Machel é outra característica distinta agora, uma vez que ele não é mais um político passivo que simplesmente recebe visita e apoio de autoridades estrangeiras, mas sim um verdadeiro “player” internacional, que viaja para o exterior, se posiciona em questões externas e negocia com países de posições políticas diversas.

Isso demonstra então a importância de observar o contexto que permeia a construção das narrativas. Em um primeiro momento Moçambique buscava estabelecer um regime socialista e lidar com a guerra-civil que se iniciava no país. A importância então era garantir o apoio de grandes potências estrangeiras que pudessem dar suporte a esse processo. A narrativa construída buscou justamente afirmar esse apoio, apontando as relações externas moçambicanas muito relacionadas ao chamado Bloco Soviético.

No segundo momento, entretanto, essa procura havia se mostrado frustrada. No início da década de 1980, cabe lembrar, o país passava por uma grande crise econômica e humanitária, resultantes da guerra-civil que atingia o país. O apoio esperado do Leste Europeu nunca supriu as expectativas moçambicanas, e a candidatura recusada no COMECON é reflexo disso. A narrativa coloca então o líder do país, Samora Machel, como uma grande liderança, capaz de buscar novos apoios, dialogar com os distintos países, se tornar relevante em questões regionais e negociar perante comerciantes estrangeiros. É uma clara demonstração de que o país é capaz de se tornar autônomo e diversificado em questões internacionais.

Assim sendo, o que se percebe é que a narrativa construída pelo *Kuxa Kanema* realmente serve aos interesses da FRELIMO nos diferentes contextos. Mais que isso, suas mudanças denotam justamente as rupturas no discurso desse movimento, que, através do cinema, buscou estabelecer uma memória no país, definir discriminadamente quem eram os amigos e quem eram os inimigos de Moçambique, bem como definir quem e o que de fato eram os Moçambicanos.

Referências

- ARAÚJO, Michele. Kuxa Kanema: o (re)nascimento do cinema. In: CARELLIN, Fabiana; BUENO, Fátima; CUNHA, Maria. **Texto e Tela [recurso eletrônico]: Ensaios sobre cinema e literatura**. São Paulo: FFLCH/USP, 2014.
- AUMONT, Jacques et al. **A Estética do Filme**. Campinas: Papyrus Editora, 2002.
- BARBOSA, Pedro. **O Mito do Homem Novo: A imagem de Samora Machel no cinejornal Kuxa Kanema**. Porto Alegre: PUCRS, 2019.
- CHABAL, Patrick; BIRMINGHAM, David; FORREST, Joshua. **A history of postcolonial Lusophone Africa**. Indiana: Indiana University Press, 2002.
- CONVENTS, Guido. **Os moçambicanos perante o cinema e o audiovisual: uma história político-cultural do Moçambique colonial até à República de Moçambique (1896-2010)**. Maputo: Edições Dockanema/Afrika Film Festival, 2011.
- DIKÖTTER, Frank. **The Cultural Revolution: A People's History, 1962—1976**. New York/London: Bloomsbury Publishing, 2016.
- FERNANDES, Antero. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. Porto: Universidade do Porto, 2007.
- PENNA FILHO, Pio. A difícil e esquecida questão do Saara Ocidental. **Boletim Meridiano 47**. Brasília: v. 11, n. 114, p. 3-5, jan. 2010.
- FERRÃO, Virgílio. **Compreender Moçambique**. Maputo: Editora Escolar, 2002.
- GEIGER, Luana. **A política nuclear norte-coreana: dissuasão, nacionalismo e relações regionais**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.
- MALOA, Joaquim Miranda. O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 122, p. 85-92, 2011.
- MARTIN, Guy. **African political thought**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- MATSINHE, Cristiano. A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1982). In: FRY, Peter. **Moçambique: Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MATSINHE, Laví. **Moçambique: Uma longa caminhada para um futuro incerto?** Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.
- NASCIMENTO, Augusto. Escravatura, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral. Porto: **Africana Studia**, n. 7, p. 183-217, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. Porto Alegre: n. 10, p. 7-29, 1993.
- O MUNDO em Imagens I. **INAC**: 2012, Maputo.
- O MUNDO em Imagens II. **INAC**: 2013, Maputo.
- PINI, André Mendes. **A descolonização da Namíbia: as negociações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, p 3-15.
- PRASHAD, Vijay. **The darker nations. A Biography of the Short-Lived Third World**. New York: Left Word Books, 2007.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- SCHEFER, Raquel. O nascimento da ficção. **Poiésis**. Tubarão: v. 5, n. 9, p. 260-279, 2012.
- SHUBIN, Vladimir. **The Hot'' Cold War''**. London: Pluto Press, 2008.
- TAYLOR, Ian. The developmental state in Africa: The case of Botswana. In: MBABAZI, Pamela; TAYLOR, Ian. **The Potentiality of 'Developmental States' in Africa**. Dakar: CODESRIA, 2005.
- TAVUYANAGO, Baxter. RENAMO: from military confrontation to peaceful democratic engagement, 1976-2009. **African Journal of Political Science and International Relations**, v. 5, n. 1, p. 42-51, 2011.
- VIEIRA, Sílvia. O Nascimento do Cinema Moçambicano. Beira: **Cinema em Português**, p. 69, 2016.
- VISENTINI, Paulo. **Revoluções e Regimes Marxistas**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2013.
- WATKINS, Claire. Portuguese African Cinema: Historical and Contemporary Perspectives: 1969 to 1993. **Research in African literatures**, v. 26, n. 3, p. 134-150, 1995.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1982.
- WESTAD, Odd. **The Global Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Revista Charrua – relativizações das retóricas de intelectual revolucionário e literatura de combate (1977-1986)

João Antônio Batista Bortolotti¹, PUCRS

Resumo

Este artigo objetiva contextualizar e analisar os significados da *Revista Charrua* (1984-1986), periódico idealizado e publicado por um grupo de jovens escritores imbuídos de ideias e intenções de demarcar um novo momento da literatura moçambicana, distanciando-se das retóricas de intelectual revolucionário e poesia de combate, caras ao projeto nacional do Estado-Frelimo. Para tal, contextualizo brevemente o momento da formação da Frente de Libertação de Moçambique, e mais amplamente o período após a independência, marcado pelo início de uma guerra civil, bem como por um projeto nacionalista autoritário, a envolver a elaboração de um conceito de cultura moçambicana.

Palavras-chave: *Revista Charrua*; Moçambique; literatura moçambicana; Frelimo; Renamo; poesia de combate.

Abstract

This paper aims to contextualize and analyze the meanings of *Charrua Magazine* (1984-1986), idealized and published by a group of young writers imbued with ideas and intentions of lining off a new moment in Mozambican literature, distancing from the rhetoric of revolutionary intellectual and combat poetry, dear to the State's national project. To accomplish that, I briefly contextualize the moment of Mozambique Liberation Front's formation, e more widely the moment after independence, marked by the beginning of a civil war, as well as by an authoritarian nationalist project, which involved the elaboration of a concept of Mozambican culture.

Keywords: Charrua Magazine; Mozambique; Mozambican literature; Frelimo; Renamo; combat poetry.

Introdução

Este artigo está dividido em três seções². Na primeira seção, contextualizo brevemente a formação da Frente de Libertação de Moçambique, com intenções de combater militarmente o domínio colonial Português, e mais amplamente o momento posterior à independência de

¹ Mestre em História – Escola de Humanidades/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa História Intelectual e História dos Conceitos: conexões teórico-metodológicas. Acesso ao currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1917075799262197>. E-mail para contato: joao_bortolotti@hotmail.com.

² Este artigo é resultado do amadurecimento da pesquisa de mestrado do autor, cujo objeto principal de estudo foi o significado político de *Ualalapi* (1987), obra de estreia de Ungulani Ba Ka Khosa. Durante a pesquisa, a *Revista Charrua* foi de grande importância, dado que Ungulani foi um dos membros fundadores daquele movimento literário. Em alguns momentos deste artigo me reportarei a uma publicação minha sobre a *Revista Charrua*, um dos capítulos do livro *História Intelectual e História dos Conceitos – a historicidade em suas múltiplas escalas: Europa, América, África*, lançado pelo GT História Intelectual e História dos Conceitos, de que faço parte. Trata-se de um artigo que escrevi quando a pesquisa ainda estava em andamento, logo muito foi aprendido e amadurecido desde então. Ainda assim, a contextualização que fiz das políticas culturais da Frelimo, bem como das intenções de superar a retórica de intelectual revolucionário e de literatura de combate, declaradas pelos escritores fundadores da *Revista Charrua*, será tomada como ponto de partida para algumas análises e exposições desenvolvidas neste novo texto.

Moçambique, analisando o início da guerra civil, com o surgimento da Resistência Nacional Moçambicana, e pontuando alguns aspectos relativos ao Acordo de Nkomati (1984), primeira tentativa de encerrar o conflito por meios diplomáticos, porém frustrado.

Na segunda seção, contextualizo e analiso as políticas culturais da Frelimo, situando a criação da Associação dos Escritores Moçambicanos (1982) e expondo as retóricas de intelectual revolucionário e poesia de combate, caras ao projeto nacional. Na terceira e última seção, exponho a existência do movimento literário autoidentificado como Geração Charrua (1984-1986). Tal movimento foi catapultado por um grupo de jovens escritores moçambicanos carregados de ideias e intenções de renovar a literatura nacional, demarcando algum distanciamento do discurso de intelectual revolucionário e da retórica da poesia de combate, caros aos projetos da Frelimo relacionados à cultura e, portanto, à literatura.

Notas sobre a história contemporânea de Moçambique

A formação da Frente de Libertação de Moçambique é parte de um cenário mais amplo da história contemporânea do continente africano. Iniciado nas primeiras décadas e acelerado na segunda metade do século XX, o momento era o da emergência de ideologias nacionalistas entre indivíduos das elites intelectuais, gradualmente reunidos e formalizados em movimentos de libertação.

Os movimentos que mais tarde constituiriam a FRELIMO começaram a se organizar e se reunir em territórios estrangeiros. Tais movimentos eram: a *União Democrática Nacional de Moçambique* (UDENAMO), formada em Bulawayo, na Rodésia do Sul, em 1960; a *Mozambique African National Union* (MANU), formada entre emigrantes Makonde no Quênia e na Tanzânia, em 1954; e a *União Nacional de Moçambique Independente* (UNAMI), reunida no Malawi, também em 1961. (NEWITT, 1997; BARBOSA, 2019).

A FRELIMO teve sua existência formalizada e oficializada em junho de 1962, em Dar es Salaam, antiga capital do Tanganica, atual Tanzânia. Com o apoio e o estímulo de Julius Nyerere, à época presidente daquele território, os diferentes movimentos que lutavam contra o

colonialismo Português foram unificados em torno da figura de Eduardo Mondlane³, que mais tarde se tornaria o primeiro presidente da FRELIMO⁴.

Após o assassinato de Eduardo Mondlane em um atentado a bomba⁵, em fevereiro de 1969, Samora Moisés Machel⁶ assumiria a liderança da FRELIMO, de 1970 em diante. Enviado à Argélia para obter treinamento militar, Machel ganhou cada vez mais força no movimento após suas primeiras participações em ações militares, por volta de 1966, sendo um dos principais responsáveis pela guinada em direção a ideias e condutas marxistas-leninistas. Após as crises de 1968-69, após a morte de Eduardo Mondlane, Samora Machel se tornou o único presidente da FRELIMO, em 1970 (NEWITT, 1997). A ascensão de Samora à liderança do movimento de libertação e a subsequente paulatina adoção do marxismo-leninismo como doutrina estariam nas origens da maneira como a nação Moçambicana seria politicamente imaginada e construída após a independência⁷.

³ Eduardo Mondlane foi um político moçambicano nascido em 1924, na província de Gaza. Quando foi forçado a abandonar seus estudos universitários na África do Sul, por conta da política do apartheid, Mondlane viajou para Portugal a título de tentar seguir seu curso. Porém, seu doutoramento seria obtido nos Estados Unidos da América, na Universidade de Harvard, onde conseguiu uma bolsa de estudos. Eduardo Mondlane trabalhou como professor universitário de História e Antropologia e foi funcionário das Nações Unidas, o que lhe permitiu regressar à África. Envolvido com a causa da independência de Moçambique, Mondlane foi o principal fundador da FRELIMO, tendo sido eleito o primeiro presidente do movimento, em 1962, e reeleito em 1968. Em meio à violência da guerra anticolonial e de contendas internas à FRELIMO, Mondlane morreria assassinado em 1969, vítima de um atentado a bomba.

⁴ Durante a guerra de libertação foram realizados o Primeiro e o Segundo Congressos da FRELIMO, em 1962 e 1968, respectivamente. O Primeiro Congresso foi marcado pela identificação simbólica do inimigo que se deveria combater, a ser o colonialismo português ou qualquer ameaça contra a unidade do movimento; enquanto o Segundo foi caracterizado pelo confronto entre duas correntes políticas do movimento, que divergiam acerca de como dar andamento à guerra, bem como em relação às políticas que deveriam ser executadas após a independência (MENESES, 2014).

⁵ A despeito da retórica de unidade mobilizada no auge da guerra contra as forças Portuguesas, durante os anos de sua criação a FRELIMO esteve bastante dividida e passava por graves e amargas disputas internas. Posteriormente, tais divisões foram descritas em termos ideológicos refletindo as percepções políticas da era da Guerra Fria, ainda que à época tenham sido abastecidas por uma variedade de fatores, desde a hostilidade étnica entre os Makonde do norte e os “do sul”, até rivalidades pessoais que resultaram em sucessivas disputas pela liderança do movimento (NEWITT, 2002). Tais disputas foram superadas com o término da década de 1960, às custas de grave violência e expulsão de membros, os casos mais conhecidos sendo Lázaro Nkavandame, Uria Simango e Joana Simeão.

⁶ Samora Machel nasceu em 29 de janeiro de 1933, em Chilembene, na província de Gaza. Tendo atuado como enfermeiro auxiliar no hospital de Lourenço Marques (atual Maputo), Machel se tornaria membro da Frente de Libertação de Moçambique desde a sua fundação, em 1962, tendo sido enviado a países como a Argélia para receber treinamento militar. Após liderar várias operações durante a guerra anticolonial, Samora é nomeado secretário da defesa, em 1966, e comandante-chefe, em 1968. Após as violentas disputas que culminam no assassinato de Eduardo Mondlane, Samora Machel assume o cargo de Presidente da FRELIMO, em 1970.

⁷ Dentre as referências teóricas acerca da formação dos nacionalismos que subjazem nossas pesquisas, refere-se o conhecido livro *A invenção das tradições*, organizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2015); a obra *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, de Benedict Anderson (2008); e o artigo *Ficções criadoras: as identidades nacionais*, de Anne-Marie Thiesse (2001). Thiesse (2001) analisa elementos da construção de identidades nacionais europeias forjadas ao longo do século XIX, defendendo que uma nação é construída através da invenção de um patrimônio comum, uma consciência coletiva inalienável a ser transmitida de uma geração para a próxima. Contudo, enquanto Hobsbawm (2015) considerava ainda amplamente desconhecido o complexo processo político-discursivo de “invenção das tradições”, bem como os diferentes e específicos elementos que o compõem, Thiesse (2001) defende já ser possível identificar e nomear tais elementos

Passados onze anos de guerra de libertação, a independência de Moçambique foi oficializada a 25 de junho de 1975, e o controle do aparelho de Estado foi unilateralmente entregue pelo Governo Português à Frente de Libertação de Moçambique. Após a realização de seu 3º Congresso (1977), a Frelimo passa a declarar-se oficialmente um Partido de cariz Marxista-Leninista⁸, levando adiante uma série de políticas econômicas e culturais autoritárias alinhadas como um projeto de Homem Novo, um projeto de se construir uma nova identidade nacional moçambicana, uma nação moçambicana socialista.

As políticas nacionais da Frelimo vinham acompanhadas do objetivo de implementar transformações modernizantes na sociedade. O ideal de formação de um Homem Novo esteve no núcleo de tal projeto em todos os aspectos possíveis, e tais transformações modernizantes deveriam incluir o fornecimento de educação e saúde pública, bem como outros serviços básicos, mas também uma reforma no direito consuetudinário e no processo judicial, questões todas que, aos olhos da Frelimo, requeriam a eliminação dos chefes tradicionais e das instituições religiosas e sua substituição por oficiais indicados pelo Estado (NEWITT, 2002).

Neste contexto pós-independência, a memória histórica da nação moçambicana foi objeto de disputa política. Conforme Gallo (2017), tal disputa envolveria uma narrativa oficial, produzida e promulgada pelo Estado-Frelimo, a ser confrontada pela emergência de narrativas alternativas. A narrativa oficial propalada pelo Estado seria baseada na experiência da guerra da libertação, bem como na ideia de que tal experiência teria criado uma unidade nacional que possibilitou a derrota do sistema colonial. A retórica da Frelimo por trás dessa narrativa objetivava legitimar a construção identitária que era núcleo de seu projeto nacional, e o fato de ser baseada na guerra de libertação nacional refletia a situação de guerra civil daqueles anos após a independência, iniciada com a formação da Resistência Nacional Moçambicana⁹.

em uma “check-list identitária”, dentre os quais os principais seriam: uma galeria de heróis, ancestrais fundadores, uma língua, monumentos culturais e históricos, um folclore, lugares de memória e uma narrativa que estabeleça a continuidade histórica da nação desde tempos imemoriáveis.

⁸ Entende-se que a realização do 3º Congresso seja um marco de transição na trajetória política da Frelimo. Em demarcar a adoção oficial de uma ideologia marxista-leninista, o momento estabelece a diferença entre as grafias FRELIMO (uma Frente Ampla de Libertação Nacional) e Frelimo (um Partido de Vanguarda Marxista-Leninista) (PAREDES, 2014).

⁹ Há diferentes versões sobre os detalhes do processo de formação da Resistência Nacional Moçambicana. Porém, há consenso acerca do envolvimento direto de elites políticas e econômicas rodesianas, interessadas em enfraquecer a Frelimo e, portanto, reduzir o apoio externo dado ao ZANLA, movimento de guerrilha de Robert Mugabe. Em verdade, a guerra civil tinha braços internacionais, sendo abastecida pela necessidade que tanto Rodésia quanto África do Sul sentiam de combater o apoio dado pela Frelimo aos movimentos que operavam em seus territórios. Portanto, por vezes nomeado “guerra de agressão externa”, o conflito é melhor compreendido e interpretado se acrescentarmos à equação os efeitos causados pelo repentino colapso do domínio colonial Português em Pretória e Salisbúria, respectivamente capitais da África do Sul e da Rodésia, antigos protetorados britânicos (NEWITT, 1997) (MACUACUA, 1998).

A partir dos anos finais da década de 1970, a população de Moçambique foi vítima da escalada da guerra civil, com o crescente apoio financeiro e logístico da Rodésia, e posteriormente da África do Sul, gradualmente aumentando as tropas militares da Renamo, bem como o número de províncias em que o movimento havia fixado bases militares.

Durante o período de 1980 a 1983, a Renamo orquestrou verdadeira campanha de ataques e violência, indo desde a destruição de rodovias, ferrovias, instalações industriais, escolas governamentais, escritórios e centros de saúde, até horrorosos massacres contra a população rural, incluindo o recrutamento de soldados-crianças os quais, como rituais de iniciação, por vezes eram forçados a assassinar pessoas comuns ou até membros de suas próprias famílias (NEWITT, 2002). Conforme reforça Cahen (1993), a Renamo reunia e militarizava desejos dissidentes vindos de setores bastante distintos e heterogêneos da população, que tinham em comum a decepção com a opressão característica do projeto nacional da Frelimo, um tipo de “coalizão de marginalidades”¹⁰.

O Acordo de Nkomati, assinado em 16 de março de 1984 entre o governo de Moçambique, portanto a Frelimo, e o governo da África do Sul, que financiava a Renamo, objetivou encerrar as guerras que destruíam os territórios e prejudicavam a economia das nações moçambicana e sul-africana. O Acordo estabelecia que o governo moçambicano deixaria de apoiar o Congresso Nacional Africano (ANC), em troca do abandono do apoio dado à Renamo pelo governo da África do Sul (CAHEN, 2018). Apesar disso, as negociações foram malsucedidas, tendo a África do Sul continuado a apoiar a Resistência Nacional Moçambicana¹¹.

Nesta seção, pontuei brevemente o momento de formação da FRELIMO, e contextualizei mais amplamente o cenário pós-independência, marcado pelo início de uma guerra civil, com a formação da Renamo, e por um projeto político de criação de uma identidade nacional moçambicana. Tendo em mente esse contexto, na seção a seguir analiso as políticas da Frelimo voltadas a questões culturais, a título de entender o lugar reservado à literatura e ao ofício do escritor moçambicano no projeto nacional.

¹⁰ Em analisar um documento ultrassecreto do comando militar rodesiano, intitulado “*Short-Term Strategy for Mozambique, 23 March to 23 July 1979*”, que detalha as estratégias e os objetivos de guerra para o período, Stephen Emerson (2014) enumera três pontos principais: criar o maior estado de instabilidade possível em Moçambique; dar o maior suporte possível a qualquer grupo anti-Frelimo e não comunista e minimizar o apoio dado pelo governo da Frelimo à ZANLA.

¹¹ A guerra civil se encerraria apenas com os Acordos Gerais de Paz, de 1992, seguidos das eleições multipartidárias ocorridas em 1994.

A Associação dos Escritores Moçambicanos e o conceito *frelimista de cultura*

Para favorecer a execução de suas políticas de criação e disseminação de uma certa cultura moçambicana, a Frelimo funda várias associações de massa durante a década de 1980. Dentre elas, foi criada a Associação dos Escritores Moçambicanos (1982), um espaço que reuniria intelectuais, artistas, poetas ou escritores que deveriam ser responsáveis por levar adiante os ideais do Estado (LOPES, 2006). Nesse sentido, revela-se o pragmatismo por trás da presença de escritores mais antigos, como José Craveirinha¹² e Marcelino dos Santos¹³, já durante os primeiros anos de existência da AEMO (SOUSA, 2016; PINHEIRO 2019). A produção poética desses escritores vinha desde os anos da guerra de libertação e seria reformulada e mobilizada pelo governo da Frelimo para encorajar uma retórica de literatura de combate e intelectual revolucionário durante aqueles anos pós-independência.

O discurso da Frelimo declarava que a construção de uma nação socialista deveria passar pela transformação da cultura, bem como da noção de “intelectual moçambicano”, sendo demandada ampla participação da população intelectual no processo. Com tais políticas, a Frelimo desejava que sua postura política e ideológica alcançasse até os níveis mais profundos e íntimos da sociedade e da população, sendo que as estratégias para cumprir tais objetivos vinham acompanhadas de uma retórica de combate revolucionário bastante radical e agressiva, a ser uma remodelação de um discurso já existente durante a guerra anticolonial.

Entre 1978 e 1982 transcorreram em Moçambique ações cujo foco foi consolidar a implantação da cultura moçambicana revolucionária conforme concebida pela Frelimo, nomeadamente a Campanha de Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural (GRAÇA *apud* BORTOLOTTI, 2020). Nesse contexto, os objetivos da Reunião Nacional de Cultura e da Direção Nacional de Cultura¹⁴ eram controlar ou vigiar os movimentos culturais após a independência (BORGES *apud* BORTOLOTTI, 2020).

¹² José João Craveirinha nasceu em 28 de maio de 1922, em Lourenço Marques. Iniciou carreira como jornalista n’*O Brado Africano*, tendo colaborado com diferentes órgãos de informação em Moçambique. Grande parte de sua obra poética está dispersa na imprensa, não tendo sido publicada em livros. À época da guerra de libertação, Craveirinha esteve preso pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), dividindo cela com o pintor e poeta Malangatana e com o também poeta Rui Nogar. Craveirinha é considerado um dos grandes poetas da África de Língua Portuguesa, pai da literatura moçambicana, tendo sido o primeiro autor africano a conquistar o Prêmio Camões, em 1991.

¹³ Marcelino dos Santos foi um político e poeta moçambicano, membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique. Foi Ministro da Planificação e Desenvolvimento após a independência, deixando o cargo em 1977, com a constituição do Parlamento do país, a Assembleia Popular, da qual Marcelino dos Santos foi presidente até as eleições multipartidárias de 1994. Como poeta, dos Santos publicava com os pseudônimos Lilinho Micaia e Kalungano, tendo poemas publicados n’*O Brado Africano* e em duas antologias da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Com seu nome oficial, Marcelino dos Santos tem apenas um livro publicado pela Associação dos Escritores Moçambicanos, intitulado *Canto do Amor Natural*.

¹⁴ Segundo afirma Edson Borges (2001), o órgão Direção Nacional de Cultura, que leva adiante as Reuniões Nacionais de Cultura, foi criado no final do ano de 1975. Por seu lado, algumas reportagens da *Revista Tempo*

Tendo em mente que a Campanha Nacional de Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural se estenderia até o ano de 1982, momento da fundação da AEMO, é interessante analisar brevemente dois excertos de um discurso realizado por Marcelino dos Santos, em agosto de 1982, na abertura da Conferência Constitutiva da Associação dos Escritores Moçambicanos:

A constituição de uma associação dos escritores no nosso país é um acto cujo significado está intimamente associado ao lugar que a literatura assume na nossa sociedade e ao papel que dentro dela o escritor desempenha. A literatura moçambicana, parte da cultura, é elemento da superestrutura ideológica da sociedade, e teve seu berço no tempo longínquo, vem de longe com a história, com o nosso povo. Desses tempos remotos, dos nossos antepassados, das gerações de escritores que nos precederam em séculos de literatura de tradição oral, e também da literatura de tradição escrita dos tempos recentes, nós queremos ser a estrada que continua. A República Popular de Moçambique, nascida da luta armada revolucionária de libertação nacional, vive um processo de profundas transformações sócio-económicas e políticas. São transformações que se operam fazendo surgir novas relações sociais entre os homens no processo da produção e impulsionam o desenvolvimento das forças produtivas. São transformações que fazem emergir um Estado com uma natureza diferente, dão lugar ao surgimento de uma nova moral, de uma nova cultura e ideologia. Nesse processo de transformação da sociedade em que todos nós somos sujeito e objecto, ganha uma importância fundamental o despertar e o esclarecer da consciência e dos horizontes políticos e culturais das massas populares, o estímulo dos sentimentos mais nobres de fidelidade à pátria, do amor ao socialismo, da dedicação ao internacionalismo, à solidariedade, à amizade e à paz entre os povos (SANTOS *apud* ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS, 2007, p. 19-20).

O escritor é chamado a levar a literatura a realizar a sua função pedagógica. Escrevendo ele engaja-se como sujeito actuante da transformação cultural e ideológica, no processo de edificação do socialismo na nossa pátria. É o envolvimento político de classe do nosso escritor, que compartilha o dia-a-dia do povo, que lhe pode permitir dar contributo à elevação do nível da cultura material e espiritual da sociedade moçambicana, engrandecendo o património literário nacional e universal (SANTOS *apud* ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS, 2007, p. 20).

A Associação dos Escritores Moçambicanos, caros camaradas e amigos, é condição de florescimento da nossa literatura, é a via necessária de mobilizar os obreiros da produção literária. Com a constituição da nossa Associação de Escritores, ajustamo-nos às exigências de trabalho colectivo e de vida colectiva do tempo presente nesta terra que é nossa. Damos a nós próprios à garantia de uma participação organizada, e por isso sempre mais efectiva e ampla, no processo revolucionário moçambicano. Criamos as condições favoráveis para que a acção dos escritores moçambicanos frutifique. Dentro da Associação, os escritores moçambicanos educar-se-ão como escritores e como moçambicanos e, com passos seguros, farão a Literatura Moçambicana permanecer armada ao serviço da Revolução, para benefício do nosso povo e da Humanidade. Declaro solenemente aberta a Conferência Constitutiva da Associação dos Escritores Moçambicano (SANTOS *apud* ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS, 2007, p. 21).

falam da criação da Direcção Nacional de Educação e Cultura, após fevereiro de 1976. Aparentemente, trata-se de uma alteração burocrática deste órgão estatal, talvez meramente cosmética, mas que pode ter incluído alguma mudança nas suas funções práticas.

Os excertos acima dirigem-se especificamente ao ofício da escrita literária. Conforme a fala de Marcelino dos Santos, os escritores moçambicanos ali atuantes deveriam ter em mente determinada “função pedagógica da literatura”, expressão que denota a demanda da participação da classe intelectual no processo da Revolução (BORTOLOTTI, 2020). Para além disso, a função da literatura seria também política, dado que ao escrever o escritor moçambicano “engaja-se como sujeito actuante da transformação cultural e ideológica, no processo de edificação do socialismo na nossa pátria.” (SANTOS *apud* ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS, 2007, p. 20).

As palavras de Marcelino dos Santos apontam para o passado, em instituir a construção política do que teriam sido séculos anteriores de literatura moçambicana oral e escrita. Referenciando a luta de libertação como sendo o que fez nascer a República Popular de Moçambique, evocando escritores da poesia de combate representados por José Craveirinha, Marcelino dos Santos indica que a fundação da Associação dos Escritores Moçambicanos abra portas para um novo momento da literatura nacional.

A despeito disso, em certo sentido os desígnios políticos de que se deveriam incumbir os escritores membros da AEMO não estão de acordo com as motivações para uma ruptura temático-estética que se advogava para a literatura moçambicana deste período, conforme aprofundaremos na seção seguinte. Tais motivações seriam sentimentos de descrença e distopia em relação às políticas do Estado, perante a realidade presente e o prognóstico para o futuro próximo da nação recém independente, acarretado pela continuada situação de guerra quando o momento deveria ser de paz.

Revista Charrua (1984-1986): relativizações da poesia de combate e debates acerca da literatura nacional

Tendo em mente a criação da Associação dos Escritores Moçambicanos (1982), nesta seção viso a uma melhor compreensão do entrelaçamento entre determinada ruptura advogada para a literatura moçambicana e os eventos subjacentes às políticas econômicas, sociais e culturais da Frelimo, tomadas como parte de um projeto de construção nacional.

À medida que a guerra civil se intensificava a partir do fortalecimento pela Renamo, “adotada” pela África do Sul, perdia força o discurso de uma literatura moçambicana revolucionária e de um intelectual moçambicano engajado na construção do socialismo,

demarcado pela presença na AEMO de escritores como Luís Bernardo Honwana¹⁵, Marcelino dos Santos e Rui Nogar¹⁶, alguns dos quais eram associados à FRELIMO desde às épocas da guerra de libertação. E, se tal discurso gradualmente esmorecia, nos lugares que se iam deixando vagos começava a tentar nascer e crescer uma conduta diferente acerca do que deveria ser a literatura moçambicana, marcada por mudanças de estilo poético e criativo, bem como de valores morais e políticos algo diferentes, sem que fosse inteiramente negada a importância da poesia de combate (FUJISAWA; KACZOROWSKI *apud* BORTOLOTTI, 2020).

O movimento literário a publicar a *Revista Charrua* (1984-1986)¹⁷ teve como fundadores escritores como Ungulani Ba Ka Khosa, e Eduardo White¹⁸, contando com a participação de vários outros, como Armando Artur¹⁹ e Filimone Meigos²⁰. A intenção de se romper com a retórica de literatura revolucionária e poesia de combate, conforme declaravam alguns escritores a publicar na *Revista Charrua*, toma parte nas disputas políticas referidas por Gallo (2017). As ideias expressas por Ungulani Ba Ka Khosa acerca das influências das

¹⁵ Luís Bernardo Honwana nasceu em 1942, na cidade de Lourenço Marques, atual Maputo, e cresceu em Moamba. No mesmo ano em que publicou seu mais famoso livro, *Nós matamos o cão tinho* (1964), Honwana foi preso pela PIDE, por ser militante da FRELIMO, tendo passado três anos encarcerado. Após a independência, foi nomeado Diretor de Gabinete do Presidente Samora Machel e participou ativamente da vida política do país, tornando-se Secretário de Estado da Cultura, em 1982, e Ministro da Cultura, em 1986.

¹⁶ Francisco Rui Moniz Barreto, conhecido como Rui Nogar, é um escritor moçambicano nascido na então Lourenço Marques, a 2 de fevereiro de 1932, e falecido a 11 de março de 1993, em Lisboa. Tendo sido preso várias vezes pela PIDE como ativista político, Rui Nogar foi funcionário de Agência de Publicidade, iniciando sua atividade no movimento cultural e literário surgido em Lourenço Marques depois do final da Segunda Guerra Mundial, na Associação Africana e nos jornais *Itinerário* e *O Brado Africano*. Militante da Frelimo desde 1964, Rui Nogar ocupou os cargos de Deputado da Assembleia Popular e Diretor do Museu da Revolução, Diretor Nacional da Cultura, Conferencista e Declamador. Primeiro Secretário da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), seus poemas estão traduzidos em várias línguas e figuram nas mais importantes antologias de poesia africana de língua portuguesa.

¹⁷ As quatro primeiras edições da *Revista Charrua* foram publicadas entre junho e dezembro de 1984; a quinta e a sexta edições foram publicadas em um único exemplar, referentes ao período entre abril e junho de 1985; a sétima edição foi lançada em agosto de 1985; enquanto a oitava e última edição dada de dezembro de 1986.

¹⁸ Eduardo White é um poeta moçambicano nascido em Quelimane, no ano de 1963. O autor é muito mais voltado para a escrita lírica do que para a prosa, tendo grande número de poemas publicados ao longo das oito edições da *Revista Charrua*.

¹⁹ Armando Artur é um escritor moçambicano nascido a 28 de dezembro de 1962, na província da Zambézia. Dentre suas obras, situa-se *Espelho dos Dias* (1986), *O Hábito das Manhãs* (1990), *Estrangeiros de Nós Próprios* (1996), *Os Dias em Riste* (2002), *A Quintessência do Ser* (2004), *No Coração da Noite* (2007) e *Felizes as Águas* (antologia de poemas de amor). Armando Artur já foi agraciado com o prêmio Consagração FUNDAC e com o Prêmio José Craveirinha, possuindo também obra dispersa em revistas literárias, livros didáticos, antologias e jornais nacionais, além de textos traduzidos e/ou publicados fora de Moçambique. O escritor é membro fundador da Associação Pan-Africana de Escritores (PAWA), na qual é representante de Moçambique. Foi Secretário-Geral da Associação dos Escritores Moçambicanos e atualmente exerce o cargo de Vice-Presidente do Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.

²⁰ Manuel Meigos Filimone nasceu em 4 de março de 1960, na cidade da Beira. Foi professor universitário, secretário de governador, jornalista e oficial das Forças Armadas de Moçambique. Tendo atuado como editor cultural do semanário *Savana*, Filimone Meigos é membro ativo da Associação dos Escritores Moçambicanos e tem publicações disseminadas por vários órgãos de informação do país. Seu primeiro livro chama-se *Poema & Kalahs In Love*, lançado na *Coleção Timbila* nº 14, pela AEMO, em 1995. Meigos fez parte da geração de poetas e prosadores moçambicanos cuja iniciação literária se deu nas páginas da *Revista Charrua* (1984-1986).

políticas estatais na produção literária, acerca da relação entre literatura e política, iluminam o lugar ocupado pela literatura em tais disputas:

A relação entre literatura e política? Essa pergunta é difícil. Há sempre relação. Agora o que acontece é que realmente a política não pode dirigir a literatura. Não nos podem mandar escrever de determinada maneira sobre determinado assunto. A literatura também tem que fazer a revolução, também tem que entrar nela. Há linhas gerais, não é? Há um determinado fim, que todos nós queremos atingir. Agora, os políticos têm que utilizar uns certos meios, que têm que ver como dirigir, etc. Os que fazem literatura também têm que chegar àquele fim, mas também têm que acompanhar a realidade.

Mas o realismo socialista²¹, eu com isso não concordo. O realismo tem que ser mais do que isso, tem que ser mesmo uma realidade que a gente vive no dia-a-dia, os erros e as vitórias. Um caso concreto é a literatura soviética. Acontece é que dos anos 30 até aos anos 80 a literatura foi praticamente dominada por isso. E hoje são os próprios soviéticos que já dizem que não pode ser assim. E nós, que estamos a fazer uma revolução, não vamos cair no mesmo erro em que os soviéticos caíram. O Governo não pode definir o que se deve ou não escrever. É preciso que o escritor tenha consciência da sua realidade social e dos objectivos a atingir.

Eu fiz um conto, “Confissão”, que criou muitos problemas quando foi publicado. O Marcelino dos Santos perguntou por mim, queria que eu explicasse o que queria dizer com certas passagens. O problema era que eu retratava uma pessoa, um indivíduo que roubou sapatos. Por que é que roubou sapatos? Porque estive numa bicha e não consegui sapatos... Houve problemas. O diretor da revista *Tempo* pediu-me que lá fosse explicar o conto. O Marcelino afinal não chegou a falar comigo, não chegou porque ele estava na Beira. Perguntou, mas depois a coisa passou.

Há esse tipo de problemas. Agora, eu que escrevo, não tenho que partir com esses problemas, não posso fazer uma autocensura. Ou eu escrevo, ou não escrevo. Há riscos, eu posso correr o meu risco, mas eu acho que não há grandes problemas, em todo o caso. Historicamente nós temos a vantagem de sermos poucos, e de serem precisos escritores (KHOSA, 1994, p. 314-315, grifo nosso).

A fala acima de Ungulani é potente, em dirigir uma crítica à interferência da política na literatura, ou seja, aos direcionamentos estatais acerca das temáticas que se poderia ou não se poderia, se deveria ou não se deveria desenvolver em textos literários. O escritor menciona um episódio em que o conteúdo de um de seus contos, intitulado *Confissão*²², tenha sido questionado por Marcelino dos Santos, ponto a que retornarei adiante.

Analisando textos de alguns autores dentre aqueles que publicaram na *Revista Charrua*, rastreio momentos em que se debateu, na literatura e através da literatura, sobre diferentes formas de ser um escritor moçambicano. Para isso revisito o momento em que, a despeito de seu trabalho como poeta e membro do corpo editorial do periódico *Caliban*, o escritor Rui Knopfli fora ostracizado naqueles anos pós-independência, por influência da perspectiva

²¹ Por “realismo socialista”, entende-se o estilo artístico oficial adotado pela União Soviética a partir de 1930. O estilo por vezes é chamado *ждановiano*, em referência a Andrei Jdanov, funcionário do regime de Stalin responsável pela produção cultural. O realismo socialista é associado a um comunismo ortodoxo, ou a regimes de inspiração socialista/stalinista, como é o caso de Moçambique pós-independência.

²² O conto *Confissão* apareceria, alguns anos mais tarde, no livro *Histórias de Amor e Espanto*, publicado por Ungulani em 1999.

doutrinária da poesia de combate, dado que seus textos não apresentavam vínculos com a estética literária que se preconizava no momento (PINHEIRO *apud* BORTOLOTTI, 2020).

Atualmente mais aceito no interior de Moçambique enquanto autor nativo, ainda que tenha oficializado uma cidadania portuguesa, Rui Knopfli foi reivindicado como poeta moçambicano por escritores como Ungulani Ba Ka Khosa. Em entrevista, Ungulani rememora o episódio envolvendo Knopfli, além de contextualizá-lo como parte de um contexto em que os escritores envolvidos com a publicação da *Revista Charrua* percebiam que o momento era de abrir mão do nacionalismo literário da poesia de combate, que consideravam carregado de uma ideologia demasiado estreita e panfletária (KHOSA, 2019, p. 115).

O momento de reivindicar a recuperação da pertença do poeta Rui Knopfli à literatura moçambicana seria parte de um projeto de renovação da expressão literária nacional, marcada, nos primeiros anos após a independência, pela literatura de combate (BORTOLOTTI, 2020). Coloca-se ao lado do caso de Rui Knopfli, o caso do próprio Ungulani, com seu conto *Confissão*, a serem exemplos de como o projeto nacional do Estado-Frelimo influenciaria os rumos que a literatura moçambicana seguiria, em meio às políticas culturais revolucionárias.

O título de um poema de Eduardo White, lançado na segunda edição da *Revista Charrua*, faz menção o episódio narrado por Ungulani sobre seu conto, *Confissão*. Transcrevemos na íntegra o curto poema, intitulado *(Des)confissão*, dedicado por White a Ungulani Ba Ka Khosa:

(Des)confissão – ao Ungulani Ba Ka Khosa

Deixem que eu saia!
 Deixem que eu saia!
 E não me perguntem onde moro
 Onde abrigo as raízes dos males que me movem.
 Eu, apenas eu
 Quero erguer este nada que construo,
 Esta prisão que me levanta e diz:
 ESCRAVO!
 E agora sem mesmo nunca ter perguntado: QUANDO?
 eu mesmo, sem nada, sem casa,
 sem um olhar que veja aquela razão,
 hei de remover o pecado,
 abrir os abismos mais profundos
 matar as mortes mais desumanas,
 e dizer asco veloz e preso.
 Asco.
 Asco.
 Asco.
 Asco sulfúrico, mijo, sal, esperma,
 raça de ser gente mesmo ESCRAVO (WHITE, 1984, p. 28).

Desde o título do poema, White faz referência direta ao conto *Confissão*, que trouxe problemas a Ungulani ao ser publicado na *Revista Tempo*. E o faz a partir do acréscimo do

prefixo “des” ao título do conto de seu colega escritor, a denotar o desfazer simbólico de algo que não se pode realmente remover do passado recente daqueles artistas, quase como se White desejasse (des)fazer as indagações de Marcelino dos Santos acerca do conto de Ungulani.

Em seus primeiros versos, White constrói um eu-lírico que exclama o desejo de libertar a si próprio, mas o faz pedindo autorização, pedindo que o “deixem” e que não o peçam informações pessoais, não lhe perguntem onde mora. Parece-me que os versos mais significativos sejam “Quero erguer este nada que construo,/Esta prisão que me levanta e diz:/ESCRAVO!”. Nesses versos, é invertido o significado da ideia de construção nacional tão cara ao discurso oficial da Frelimo, enquanto White carrega seu eu-lírico da ânsia de se ver liberto da prisão que se vem construindo a sua volta, tornando-o escravo.

Em retomar as palavras de Mendonça (2011), Pinheiro (2019) aponta que tais acontecimentos tenham marcado as transições de um pensamento que estivesse de acordo com o realismo socialista para o confronto ou embate em diferentes posições e perspectivas acerca da literatura. Escritores como Ungulani Ba Ka Khosa, Eduardo White e Mia Couto²³ percebiam que as políticas culturais da Frelimo no período levavam a algum excesso que inevitavelmente contaminaria a produção literária (BORTOLOTTI, 2020).

Alguns escritores a publicarem na *Revista Charrua*, como Eduardo White, seguiam celebrando a moçambicanidade e até o socialismo, porém demarcando distanciamentos temáticos e estéticos da poesia de combate, enquanto vários outros escritores “menores” seguiam vinculados aos motivos e temas de tal literatura, a qual deixava muito a desejar por vincular-se ideologicamente a uma visão de mundo excessivamente rígida, a permitir pouco espaço para que houvesse o florescimento de pensamento crítico (NGOENHA *apud* BORTOLOTTI, 2020). Partindo disso, a *Revista Charrua* existiu enquanto uma publicação literária que refletia sobre si própria e sobre o lugar ocupado por si no contexto histórico de sua produção. Tal contexto, enquanto marcava-se pelas influências das políticas culturais da

²³ Em entrevista a Vanessa Pinheiro (2019) o escritor Mia Couto relata as críticas que seu primeiro livro de contos, *Vozes anoitecidas* (1986), recebeu de Rui Nogar durante uma atividade cultural da qual o entrevistado participava, e fala sobre a saturação que se vivia por conta das políticas nacionais da Frelimo e da violência da guerra civil. (BORTOLOTTI, 2020, p. 274-276). Neste sentido, é interessante que a primeira edição da *Revista Charrua*, do mês de junho de 1984, traga ao público as palavras do poeta Rui Nogar. Depreende-se das palavras de Rui Nogar que a literatura e a própria atividade criativa dos escritores moçambicanos membros da AEMO era considerada legítima apenas quando se envolvia e se deixava contaminar pela práxis revolucionária, a referir-se que “[a]queles que sobreviveram e se mantiveram no combate literário, creio que já poderão, agora, servir de incentivo aos que continuam o combate que eles travaram” (NOGAR, 1984, p. 3), afinal, “a literatura é um permanente combate” (NOGAR, 1984, p. 3). Textos publicados nas edições da *Revista Charrua* que tratam sobre escritores moçambicanos mais antigos, como José Craveirinha e Noémia de Souza, ou mesmo aqueles textos que trazem entrevistas com alguns deles, como Orlando Mendes e Rui Nogar, levam-nos a relativizar o alcance e a real efetividade das intenções de se inaugurar um novo momento na literatura moçambicana (BORTOLOTTI, 2020).

Frelimo, subjacentes ao projeto nacional, também era formado pelos textos publicados na *Revista Charrua*, a agir sobre o contexto e constituí-lo (BORTOLOTTI, 2020).

Na quarta edição, de dezembro de 1984, a sessão *Personagens* traz um texto de Eduardo White intitulado *Craveirinha, o imbondeiro da Mafalala...*²⁴. Em falar sobre a importância que entendia ter a poesia de José Craveirinha para aquele momento da literatura moçambicana, White defende que o poeta e o combatente nacionalista devem ser considerados em separado, já que, em seu texto, fala-se do antigo poeta “num Moçambique totalmente diferente àquele onde José Craveirinha desenvolveu parte da sua actividade” (WHITE, 1984, p. 11). Para Eduardo White:

Craveirinha e tantos outros merecem bem o facto de hoje serem o que são: POETAS e não mais. As patentes que posteriormente lhes foram atribuídas, quer justa ou injustamente, são o produto do seu processo de homens, de militares e nunca de poetas. Porque, ao fim das contas, só existe um conforto para o poeta verdadeiro e consciente: Escrever (WHITE, 1984, p. 12).

Por seu lado, em buscarmos o que se declara serem as palavras do próprio Craveirinha, retomadas por Fátima Mendonça em artigo publicado na sétima edição da *Revista Charrua*, vemos a defesa que não haja distinção entre o poeta e o indivíduo comprometido com a política de sua época:

José Craveirinha, que acumula a intuição permanente e admirável de poeta com a de crítico sagaz e implacável dizia em 1983: “A poesia quando surge aqui e ela tem lugar na **colónia** e continua a ter lugar na **nação** ela é política. (O sublinhado é nosso)²⁵. Ela insere-se num panorama político e não se pode dissociar. O que está em causa é o homem, as suas reivindicações, os seus ideais. Postos de que forma? Uns põem no gatilho, outros põem no papel. O poeta e o homem constituem uma unidade. Não há o homem político e o homem poeta.” (Entrevista concedida a Gulamo Khan, Jornal “Domingo”, 12/6/83) (MENDONÇA, 1985, p. 15).

Tal discrepância, para além de demonstrar que os Craveirinhas mobilizados por Eduardo White e Fátima Mendonça são construções políticas²⁶, aponta o que superficialmente soariam como inconsistências. Afinal, enquanto o texto de White denota a intenção de reforçar algum distanciamento da poesia de combate, ao retratar Craveirinha como um poeta que teria sido incumbido de patentes militares nacionalistas, vê-se uma edição posterior da *Revista Charrua* trazer uma perspectiva diametralmente oposta acerca do papel histórico de José Craveirinha.

Em verdade, o fato indica que o direcionamento das políticas estatais afetava os rumos da *Revista Charrua*, tanto quanto aponta que mesmo o significado político da presença literária

²⁴ A Mafalala é o bairro de Maputo onde vivia o poeta José Craveirinha. Atualmente, o bairro conta com a Fundação José Craveirinha, criada e administrada por filhos e netos, a abrigar objetos de memória do antigo poeta.

²⁵ Ou seja, o sublinhado é da autora, no texto original.

²⁶ Neste ponto, cabe referenciar as “tradições inventadas” de Hobsbawm (2015), as “comunidades imaginadas” de Anderson (2008) e a check-list identitária de Thiesse (2001). Nota-se como o mero mencionar o nome próprio de um autor, aqui, José Craveirinha, quando feito por dois indivíduos diferentes, em duas situações diferentes, pode implicar em significados políticos diferentes e até opostos.

de um escritor em seu país natal é carregado de diferentes camadas semântico-discursivas elaboradas artificialmente, por diferentes atores sociais, conforme diferentes intenções ou objetivos políticos. Trata-se de um perpétuo jogo entre as mobilizações do passado pelos agentes do presente, que o interpretam, o selecionam, deixando de lado o que não lhes é interessante, sobrevalorizando aquilo que lhes importa mais no momento²⁷.

Considerações finais

Este artigo dividiu-se em três seções. Na primeira delas, contextualizei brevemente o momento da formação da Frente de Libertação de Moçambique, a partir da união de diferentes movimentos que se opunham militarmente ao regime colonial português, e mais ampla e detalhadamente o momento pós-independência, situando o início da guerra civil, com a formação da Resistência Nacional Moçambicana, e detalhando algumas questões em torno do Acordo de Nkomati (1984), primeira tentativa de encerrar o conflito por vias diplomáticas.

Na segunda seção, contextualizei e analisei as políticas culturais da Frelimo, situando a criação da Associação dos Escritores Moçambicanos (1982) e as retóricas de intelectual revolucionário e literatura de combate, alinhadas com o projeto nacional. Na terceira e última seção, pontuei a existência do movimento a publicar a *Revista Charrua* (1984-1986), com declaradas intenções de relativizar determinados aspectos do projeto nacional no que dizia respeito à literatura, intenções que se traduziam em um distanciamento da poesia de combate, bem como no desejo de inaugurar um novo momento da expressão literária nacional. Apesar das intenções de se relativizar os ideais de intelectual revolucionário e demarcar um distanciamento e/ou rompimento com os valores estéticos e temáticos da literatura de combate, conforme analisei expor episódios como aqueles envolvendo os escritores Rui Knopfli, Ungulani Ba Ka Khosa e Eduardo White, a influência das políticas nacionais da Frelimo ainda se faria presente e influenciaria os caminhos que a *Charrua* seguiria.

²⁷ No ensaio “Espaço de experiência e horizonte de expectativa”, a partir do desenvolvimento das categorias metafóricas “experiência” e “expectativa”, Reinhart Koselleck defende que o tempo histórico seja resultado da tensão entre ambas (2012, p. 313). Conforme Koselleck: “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltada para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2012, pp. 309-310)

A tarefa de se efetivamente entender os significados da *Revista Charrua*, enquanto publicação literária imbuída de motivações políticas, bem como da Geração Charrua, entendida como um movimento literário amplo e complexo, demandaria uma pesquisa mais ampla e complexa, algo que está longe dos alcances e das intenções deste artigo. Ainda assim, os textos presentes na *Revista Charrua* que selecionei e analisei apresentam-se como adequados para que vislumbremos que debates eram travados na literatura e pela literatura, acerca da Revolução Socialista e da poesia de combate, ou sobre o papel político reservado aos intelectuais e escritores moçambicanos naqueles anos pós-independência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- BARBOSA, Pedro Oliveira. **O mito do “Homem Novo”**: a imagem de Samora Machel no Cinejornal *Kuxa Kanema* (1978-1981). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- BORGES, Edson. A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1982). In FRY, Peter. **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
- BORTOLOTTI, João Antônio Batista. Os lugares da literatura nos processos de construção nacional pós-independência em Moçambique: Associação dos Escritores Moçambicanos (1982) e *Revista Charrua* (1984-1986). In PAREDES, Marçal de Menezes; SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **História Intelectual e História dos Conceitos** – a historicidade em suas múltiplas escalas: Europa, América e África. Passo Fundo. Acervus Editora. 2020. p. 253-283.
- CAHEN, Michel. The war as seen by Renamo: Guerrilla politics & the “move to the North” at the time of the Nkomati Accord 1983-1985. In: CAHEN, Michel; MORIER-GENOUD, Eric; ROSÁRIO, Domingos Manuel do. **The war within: new perspectives on the civil war in Mozambique 1976-1992**. New York: Boydell & Brewer, 2018.
- COUTO, Mia [entrevista]. In: PINHEIRO, Vanessa Rimbau. **Entre Áfricas e Ocidente: a formação do cânone literário em Moçambique**. Maputo: Alcance Editores, 2019. p. 51-62.
- EMERSON, Stephen. **The battle for Mozambique: the Frelimo-Renamo struggle, 1977-1992**. Pinetown: Helion & Company Limited, 2014.
- FUJISAWA, Mariana. KACZOROWSKI, Jacqueline. Literatura e Sociedade em Moçambique: breve panorama histórico. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 171-184, 2016.
- GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. Literatura, Memória e Narrativa História em Moçambique. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 31, p. 249-266, 2017.
- GRAÇA, Pedro Borges. **A construção da nação em África (Ambivalência Cultural de Moçambique)**. Coimbra: Edições Almedinas, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Paz e Terra. 2015.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka [entrevista]. In: CHABAL, Patrick. **Vozes Moçambicanas: literatura e nacionalidade**. Lisboa: Editora Vega, 1994. p. 309-315.

- KHOSA, Ungulani Ba Ka [entrevista]. *In: PINHEIRO, Vanessa Riambau. Entre Áfricas e Ocidente: a formação do cânone literário em Moçambique*. Maputo: Alcance Editores, 2019. p. 115-128.
- MACUACUA, Lázaro. **Acordo de Nkomati**: esforços pela paz e coexistência pacífica entre os Estados da região austral de África (1975-1980). Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo. 1998.
- MENDONÇA, Fátima. Literatura moçambicana dez anos depois. *In: Charrua – Revista Literária (edição comemorativa dos 30 anos)*, Maputo, n. 7. p. 15-18. [1985] 2016.
- MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2015.
- NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. [S. l.]: Publicações Europa-América. 1997.
- NEWITT, Malyn. Mozambique. *In: CHABAL, Patrick. A history of postcolonial lusophone Africa*. Indiana. Indiana University Press. 2002.
- NGOENHA, Severino Elias. **A (im)possibilidade do momento moçambicano**: notas estéticas. Maputo. Alcance Editores. 2016.
- PAREDES, Marçal de Menezes. **A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência**: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. Porto Alegre: Anos 90, 2014.
- PINHEIRO, Vanessa Riambau. **Entre Áfricas e Ocidente**: a formação do cânone literário em Moçambique. Maputo: Alcance Editores. 2019.
- SANTOS, MARCELINO DOS. Condições para mobilizar obreiros literários – Discurso de Marcelino dos Santos na abertura da Conferência Constitutiva da Associação dos Escritores Moçambicanos. *In: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS. Memorial*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2007. p. 19-21.
- SOUZA, Luiz Guimarães. **Tertúlias Moçambicanas**: periódicos de cultura, literatura e construção nacional em Moçambique pós-independência (1978-1986). Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras**: as identidades nacionais. Porto Alegre: Anos 90, 2001/2002.
- WHITE, Eduardo. (Des)confissão – ao Ungulani Ba Ka Khosa. **Charrua – Revista Literária (edição comemorativa dos 30 anos)**, Maputo, n. 2, p. 28, [1984] 2016.
- WHITE, Eduardo. “Craveirinha, o imbondeiro da Mafalala”. **Charrua – Revista Literária (edição comemorativa dos 30 anos)**, Maputo, n.4, p. 11-12, [1984] 2016.

Desventuras do Pós-Independência em Moçambique: Nacionalismo, Guerra Civil e Memória Coletiva

Andressa da Silva Machado¹, UNIASSELVI

Resumo

O presente artigo apresenta as principais contradições do projeto político nacional da Frelimo, em sua tentativa de construção de uma consciência nacional no pós-independência em Moçambique. É possível identificar alguns aspectos que interagem e moldaram a memória coletiva do povo moçambicano com relação à guerra civil, como no romance *Ventos do Apocalipse* de Paulina Chiziane, onde a autora enuncia, de forma crítica ao governo socialista e unipartidário em Moçambique, uma narrativa literária que pode ser analisada como fonte histórica.

Palavras-chaves: Moçambique; Nacionalismo; Guerra civil; Literatura; História da África.

Abstract

This paper presents the main contradictions of Frelimo's national political project, in its attempt to build a national consciousness post-independence in Mozambique. It is possible to identify some aspects that interacted and shaped the collective memory of the Mozambican people in relation to the civil war, as in the novel *Ventos do Apocalipse* by Paulina Chiziane, where the author critically enunciates the socialist and unipartisan government in Mozambique, a literary narrative that can be analyzed as a historical source.

Keywords: Mozambique; Nationalism; Civil war; Literature; History of Africa.

Introdução

No continente africano, durante a segunda metade do século XX, ocorreram diversos processos de lutas contra o colonialismo europeu, fundamentando as bases históricas do surgimento de novos Estados-Nação. O novo ciclo forjou as nações independentes africanas e com Moçambique não foi diferente: nesse sentido o tema trabalhado no artigo será as contradições do nacionalismo em Moçambique, a Guerra Civil e a memória coletiva como herança do trauma do conflito armado no pós-independência, a luz dos conceitos do que seria a consciência nacional de Frantz Fanon e memória coletiva de Michael Pollak. A delimitação do tema foi definida no pós-independência moçambicano, a partir de 1975, onde a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) - sob o comando de Samora Machel - toma frente da nova nação. Com a implantação do projeto político nacional, a tentativa de forjar o Homem Novo e os conflitos com a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), vê-se a eclosão da Guerra Civil, levando a criação de uma memória coletiva que pode ser analisada historicamente através da produção literária.

¹ Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela UNIASSELVI, Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul 2018/2. E-mail: asmachado1994@gmail.com.

A partir dessas especificações, quais as contradições do projeto político nacional da Frelimo relacionado a Guerra Civil e a memória coletiva representada em *Ventos do Apocalipse* de Paulina Chiziane? Para responder o questionamento, as hipóteses levantadas referem-se ao pós-independência em Moçambique, onde é instituído o unipartidarismo baseado no marxismo-leninismo, deflagrando conflito com a anticomunista RENAMO, que não teve suas demandas atendidas e não concordou com o projeto nacionalista, iniciando-se a Guerra Civil em 1977. O conflito armado ensejou uma memória coletiva na população moçambicana com relação aos anos de guerra, sendo substrato histórico da produção literária que vai representar e criticar as consequências deste conflito para a jovem nação. Com base nisso, o objetivo principal é analisar as contradições de uma consciência nacional e cultura nacional no governo. Os objetivos específicos são identificar os principais pontos que desencadearam a Guerra Civil, e compreender como a memória coletiva marcou o povo moçambicano levando a produção literária criticando o projeto político nacional da Frelimo.

Referente aos aspectos teóricos metodológicos, o estudo é de natureza teórica e abordagem do tema é qualitativa, para a realização dos objetivos foi uma pesquisa descritiva explicativa, onde os procedimentos técnicos estão baseados na análise bibliográfica. Em termos de ferramentas intelectuais para análise do objeto de estudo, utilizamos os conceitos: *Consciência Nacional* de Frantz Fanon; *Nacionalismo* de Fernando Catroga; e *Memória Coletiva* de Michael Pollak.

Para Fanon (2010), consciência nacional deveria ser um conjunto de ambições que representam o povo e não apenas um mecanismo de dominação que vai acarretar em dificuldades para novas nações independentes como Moçambique, que no pós-independência vai ter o discurso nacionalista perdendo a ligação orgânica com população. Nacionalismo, segundo Catroga (2008), é definido como preferência de tudo que está relacionado a nação, ou doutrina do partido político que colocar essa preferência como princípio, podendo ser usado em reivindicações políticas, vai ser esse nacionalismo reivindicatório dando origem a nações como Moçambique. Pollak (1989) afirma que a memória coletiva é constituída de hierarquias e classificações em comum para determinado grupo, criando o sentimento de pertencimento e laços socioculturais. Essas questões, que vão ser abordadas através da fonte literária, no romance *Ventos do Apocalipse* de Paulina Chiziane; que narra a aproximação da guerra na região de Macuacua, misturado com a fome, seca e conflitos tribais representados por Sianga, um antigo régulo, que vai tentar reaver seu poder fazendo alianças com grupos armados inimigos do governo vigente, colocando em destaque a insatisfação do povo naquele momento

histórico, que vai representar a memória do povo moçambicano com relação a Guerra Civil e ao governo socialista instaurado pela Frelimo no pós-independência.

Para a utilização de uma obra literária como fonte e no intuito de alcançar os objetivos do estudo, deve-se levar em conta, conforme Borges (2010), que representações literárias possuem interesses sociais, principalmente nos grupos em que são produzidas, relacionando a posição social com os discursos contidos no texto, porque a mentalidade dos grupos sociais não é neutra. Conforme as suas regras de produção se aproximando do real, cria um mundo possível, dialogando com a realidade e legitimando o que existe e propondo algo novo, podendo negar ou reafirmar algo, romper ou manter algo, ou seja, reconstrói o passado e inventa o futuro tendo como critério a semelhança com o real. Na análise de fonte literária, o historiador deve se manter atento às representações construídas a partir do entendimento do autor sobre a realidade que está inserido, do dito e do não dito.

Contradições do Nacionalismo em Moçambique

Em 1962 - através da união de diversos grupos que deram origem à FRELIMO - defendia-se um nacionalismo anticolonial contra a metrópole. Em 1967 as orientações políticas a esquerda estavam se tornando mais relevante, e o grupo opta por uma orientação socialista revolucionária. Segundo Moloa (2011), essa decisão vai causar um racha entre os militantes, um lado chamado de *revolucionários* e de outro os denominados *reacionários*, sendo a inspiração marxista uma tendência. Essa orientação à esquerda adotada pela FRELIMO é produto da Guerra Fria e pelos seus contatos com a União Soviética e demais países socialistas, dos quais ganhava apoio militar, sendo menos provável que adotassem o capitalismo. Após dez anos de luta armada, em 25 de junho de 1975, Moçambique se tornou independente de Portugal e a FRELIMO, com o intuito de produzir para a jovem nação uma nova estrutura política e social a partir da criação do Homem Novo; em 1977, no III Congresso foram publicadas as teses que embasavam a transformação da Frente de Libertação em um partido marxistas-leninista de vanguarda (operária-camponesa), que ganhava essa nomenclatura para encobrir práticas samorianas (MALOA, 2011, p. 90). O partido Frelimo², a partir desse momento torna-

2 Segundo Paredes (2014, p.157), “A distinção entre FRELIMO e Frelimo busca chamar atenção para a diferença entre uma frente ampla de movimentos políticos reunidos no combate anticolonial, no período pré-Independência, e a transformação desta em partido político único e com uma orientação ideológica definida. No primeiro caso, trata-se de uma sigla e por isso é escrito em letras maiúsculas; no segundo, trata-se de um nome de agremiação política.”

se o fio condutor do Estado, instituindo o unipartidarismo, um estado centralizado, e um projeto nacionalista. Basílio (2007, p. 3) aponta os seguintes elementos sobre o

[...]projeto da Frelimo: a) criação da sociedade nova e do Homem Novo, com a mentalidade livre e revolucionária; b) construção de uma nação e de um estado moçambicanos seguindo os princípios da modernidade e c) desenvolver a economia agrícola e industrial.

Como presidente de Moçambique, Machel vai alargar as responsabilidades da Frelimo não apenas libertar o povo, mas organizar o Estado Nacional, a Nação e a Sociedade moçambicana, que seriam as bases para o Homem Novo, e vem ao encontro de Catroga (2008, p. 35) com relação a essas responsabilidades e preferências. Nessa questão Fanon (2010, p. 198) aponta,

O partido, hoje, tem por missão fazer chegar ao povo as instruções que emanam da cúpula. Não há mais aquele vaivém fecundo da base à cúpula e da cúpula à base, que funda e garante a democracia num partido. Ao contrário, o partido se constituiu como um anteparo entre as massas e a direção.

Pode-se entender que essa ampliação realizada por Machel fez com que a Frelimo atuasse de formar vertical na sociedade moçambicana, sem atentar-se as particularidades entre cidade e campo. Verificamos no discurso realizado na cidade da Beira em janeiro de 1980, Samora Machel vai tentar preencher a lacuna referente ao que seria a nação personificada no “povo”, tentando neutralizar particularidades, regiões e tribalismos dizendo: “nós matamos a tribo para fazer nascer a nação” (MACAGNO, 2005, p. 8). Em contrapartida para Fanon (2010, p. 233)

O nacionalismo não é uma doutrina política, não é um programa. Se quisermos verdadeiramente evitar ao país esses retrocessos, essas paradas, essas falhas, é preciso passar, rapidamente, da consciência nacional para consciência política e social. A nação não existe em parte alguma, a não ser num programa elaborado por uma direção revolucionária e retomado lucidamente e com entusiasmo pelas massas.

Faz-se explícito um dos problemas do projeto nacional da Frelimo, que era a constante luta para criar uma consciência nacional, sem atender às particularidades regionais (cidade e campo) e da população. Instituiu um Estado centralizado, fazendo intervenções na produção e distribuição de bens e serviços, combatendo o individualismo e a propriedade privada para eliminar a luta de classes (BASÍLIO, 2017, p. 6). Na tentativa de construir a identidade nacional através do projeto do Homem Novo, Paredes (2014, p. 140) aponta que esse elemento,

Merece alguma reflexão a designação de “palimpsesto” cultural para Moçambique. Como se sabe, um palimpsesto significa etimologicamente o “riscar de novo”. Sua utilização para a formação cultural moçambicana remete ao caráter de reescrita, ressignificação e, sobretudo, para a existência de múltiplas camadas de significado ou de “presenças/ausências” culturais. Simboliza, resumindo, a impossibilidade de recuperação total de uma postulada essência original.

Compreende-se então que o palimpsesto³ cultural em Moçambique seria o projeto de nação baseado num idealismo romântico revolucionário vindo de Machel e da Frelimo acreditando que conseguiriam apagar o passado tribal e colonial⁴ do povo moçambicano, fazendo uma transformação em nível macrossocial e individual. O Homem Novo significava um militante com uma nova mentalidade com ideias revolucionárias e que tivesse consciência da capacidade transformadora da sua força de trabalho. Para isso como indica Basílio (2007, p. 5), o estado vai celebrar o casamento entre a educação e a ideologia, sendo assim, a educação um instrumento de criação das novas mentalidades, já que o acesso ao ensino era universal para difundir a coesão do povo ignorando as diferenças étnicas. Ainda na tentativa de construção de um estado centralizado e do novo cidadão moçambicano, observa-se a experiência da Operação Produção⁵ a partir de 1981 que era um projeto de reeducação popular em campos de cultivo chamado de machambas no interior de Moçambique (PAREDES, 2014, p. 149). As machambas eram uma forma de ir contra as alianças entre os líderes rurais e colonos, sendo usado para criar um cidadão alinhado ao Estado. Dentro desta perspectiva de Fanon (2010, p. 209) diz,

Quando se afirma a necessidade de politizar o povo, decide-se mostrar, ao mesmo tempo, que se quer ser apoiado pelo povo na ação que empreende. Um governo que declara querer politizar o povo expressa o seu desejo de governar com o povo e para o povo.

Destaca-se então mais umas das contradições da tentativa da construção de uma consciência nacional, que é a falta de ligação orgânica entre povo e o governo não conseguindo compreender e nem se identificar com o desejo da Frelimo por ser um projeto político importado do ocidente, que acaba por não contemplar a população tradicional. Não se pode esquecer dos dissidentes da Frelimo, que vão ser os principais opositores ao governo desencadeando a Guerra Civil por não concordarem com as decisões tomadas no pós-independência, em especial com relação ao novo projeto de nação.

3 Palimpsesto designa um pergaminho ou papiro cujo texto foi eliminado para permitir a reutilização. Tal prática foi adotada na Idade Média, sobretudo entre os séculos VII e XII, devido ao elevado custo do pergaminho.

4 Por fim, denuncia-se que a facilidade com que os portugueses teriam conquistado Moçambique teria sido “em grande parte o resultado das divisões tribais e étnicas do nosso povo”. Os portugueses teriam usado a regra do “dividir para dominar”, numa “tática tipicamente imperialista” (PAREDES, 2014, p. 142).

5 Destaca-se a forte experiência da chamada Operação Produção. Organizada a partir de 1981, tratava-se da organização do projeto de reeducação popular em grandes campos de cultivo rural- as machambas- localizados no interior do país, sendo a maioria no norte do país, nas regiões de Cabo Delgado e Nampula (PAREDES, 2014, p. 149).

Guerra civil e nacionalismo

Após a independência iniciaram-se os conflitos raciais entre os residentes brancos e moçambicanos acarretando na emigração da população branca, que consigo levou seus investimentos e destruiu suas possessões causando a perda de capital para Moçambique. Com a ideia de nacionalização da economia e banimento da propriedade privada acaba entrando em crise; ao mesmo tempo observava-se a Rodésia do Sul vivendo uma independência unilateral não reconhecida pelo mundo. A Frelimo apoiava os rebeldes rodesianos e a mando da ONU (Organização das Nações Unidas) fechou as fronteiras interferindo no abastecimento, os rodesianos passam a atacar estradas, pontes e fontes de abastecimento dentro de Moçambique intensificando a crise do país. Neste momento com o apoio da Rodésia do Sul temos o nascimento da Resistência Nacional Moçambicana - RENAMO – se colocando contra o socialismo e a Frelimo iniciando a Guerra Civil em 30 de maio de 1977. A RENAMO se organiza a partir de dissidentes da FRELIMO que deixaram de ter espaço quando se decidiu pela orientação marxista-leninista, por exemplo André Matsangaíssa, como aponta Maloa (2011, p. 88),

No processo de luta armada os *revolucionários* alcançaram hegemonia na direção da FRELIMO, logo após o assassinato do primeiro presidente em 1969. A partir deste período, houve mudanças radicais na direção da FRELIMO. O movimento passou a ser dirigido por um conselho de presidência, composto por Uria Simango, Marcelino dos Santos e Samora Machel. Entretanto o grupo próximo a Uria Simango, foi expulso da fileira da FRELIMO, acusado de ser reacionário.

Durante o período da Guerra Civil o governo da Frelimo não obteve um controle efetivo fora das áreas urbanas, ficando isoladas da capital e estrategicamente foram cooptadas pela RENAMO que impediu uma aproximação do governo central. Referente a essa falha da Frelimo por ser um partido urbano percebe-se, “Seu erro, nosso erro, foi, a pretexto de luta contra a balcanização, não tomar em consideração este fato pré-colonial que é o territorialismo” (FANON, 2010, p. 185). A oposição inicia ações terroristas principalmente nas áreas rurais contra civis, o governo central na intenção de aumentar seu controle acaba também levando a violência. A Guerra Civil em Moçambique é a personificação de um conflito anterior a Independência e de caráter étnico que foi reivindicado pela RENAMO de forma central durante o conflito. Macagno (2005, p. 12) salienta que a RENAMO provinha do grupo étnico *ndau* localizado no centro do país e acusando a Frelimo de perseguição as etnias do centro já que era apoiada pelas etnias do sul e norte do país. Como presidente, Samora Machel, junto com a elite da Frelimo, tentam enquadrar a identidade moçambicana dentro do projeto do homem novo.

Em 1980 com a independência do Zimbabwe (antiga da Rodésia do Sul) vai migrar para a África do Sul onde apoiava o regime do Apartheid, já que a Frelimo apoiava a ZAPU (União do Povo Africano do Zimbabwe) e a ANC (Congresso Nacional Africano) de Nelson Mandela. A RENAMO continua investindo e espalhando suas ações militares mesmo com as tentativas de negociação por parte do governo moçambicano. No ano de 1984 Machel assina o Acordo de Nkomati,

[...]em princípio, previa que o governo moçambicano deixasse de apoiar o *African National Congress* em troca de o governo sul-africano deixar de apoiar a Renamo, esses documentos iam permitir comprovar que o segundo continuava clandestinamente, mas ativamente, a apoiar a Renamo com material bélico e não bélico (CAHEN, 2019, p. 23).

Também assina o acordo com o Banco Mundial e FMI, desistindo do governo socialista para poder resolver questões econômicas do país. Em 16 de outubro de 1986 o presidente Samora Machel acaba por falecer em um acidente aéreo retornado da Zâmbia, além dele outros funcionários do governo também faleceram. Joaquim Chissano vai ser o sucessor no governo da Frelimo, trazendo reformas como mudança da ideologia marxista para a capitalista, iniciando negociações de paz com a RENAMO.

Em 1990 vai ser promulgada uma nova constituição que prevê um sistema multipartidário, economia de livre mercado e eleições livres. Durante a Guerra Civil, as contradições com relação ao projeto nacionalista ficam explícitas, levando o governo de cunho socialista ao declínio por causa das consequências da guerra, da fome, da crise econômica e descontentamento da população. Nos anos 1990, temos o fim do unipartidarismo e reabertura política em 4 de outubro de 1992 que é decretado o fim da Guerra Civil em Moçambique.

A literatura como memória coletiva

A historicização da literatura leva a compreender sua inserção no tempo e na sociedade em que foi produzida, recorrer a esse tipo de documentos nos proporciona conhecer o imaginário social, sendo assim um registro social que faz parte de uma memória produzida por seus agentes. Para Pollak (1989, p. 3),

Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicações empíricas da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

Levando em consideração os pontos acima indicados, consideramos o romance *Ventos do Apocalipse* de Paulina Chiziane um produto da memória coletiva do povo moçambicano,

com relação ao governo da Frelimo no pós-independência e durante a Guerra Civil. Szmidt (2010, p. 6), salienta que a narrativa do romance traz à tona as tradições dos antepassados como forma de procurar e valorizar a cultura tradicional, criticando o projeto nacionalista, e explorando o realismo dos tempos de guerra. Referente ao projeto nacionalista, Chiziane (2010, p. 165) coloca em xeque o conflito de identidade que se criou na população no pós-independência,

— A crise existe porque o povo perdeu a ligação com a sua história. As religiões que professam são importadas. As ideias que predominam são importadas. Os modos de vida também são importados. O confronto entre a cultura tradicional e a cultura importada causa transtornos no povo e gera a crise de identidade. Estamos tão sobrecarregados de ideias estranhas à nossa cultura que da nossa gênese pouco ou nada resta.

Demonstrando assim a ineficácia da tentativa de se construir uma consciência nacional importando ideias de contextos sociopolíticos diferentes, e tentar aplicar em uma sociedade híbrida que abriga diversos grupos étnicos. Também não se viam representados no homem novo e não conseguiam identificar pontos em comum, que fizessem criar o sentimento de pertencimento com a nova nação que a Frelimo tentava construir com bases no socialismo. Acrescentando, Tedesco (2010, p. 85) diz que a narrativa representa as frustrações com relação ao projeto político idealizado durante os primeiros anos de consolidação do Estado Nacional, ficando claro que a identidade nacional não deve ser pensada de forma racional. Essa frustração pode ser compreendida como uma memória herdada,

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

Sendo assim, Chiziane escreve o romance a partir da memória herdada de forma individual e coletiva sobre os anos de governo socialista da Frelimo, já que não se faz literatura sem contato com a sociedade, cultura e história vivida. Na obra *Ventos do Apocalipse* a autora descreve as memórias da Guerra Civil de forma realista e naturalista e rica em detalhes e emoções. Conforme as consequências da guerra vão chegando às regiões onde se passa a narrativa,

A desgraça penetrou em Mananga. Já se ouvem rumores da guerra em Macuácuá, mas ultimamente os roquetes de bazucas e rajadas de metralhadoras aproximam-se de Alto Changane. Já se ouvem notícias de camponeses mortos e capturados (CHIZIANE, 2010, p. 35).

A autora continua adiante:

Vê pássaros lá no horizonte. São enormes, são velozes, parecem abutres. Fazem um ruído ensurdecedor e caminham em grupo de cinco. Voam cada vez mais baixo e dirigem-se em bando para as mesmas bandas. As matronas esquecem o parto por alguns momentos e olham para o céu. Não são pássaros, são aviões de combate, agora

voam por cima das suas cabeças mais ameaçadores que os abutres (CHIZIANE, 2010, p. 100).

Nesses trechos é representado como as comunidades rurais percebiam a chegada da Guerra Civil com medo do desconhecido, e muitas vezes não compreendiam os motivos desses acontecimentos. O conflito armado entre Frelimo e RENAMO durou 12 anos colocando em xeque as divergências com relação a nação que vinha sendo construída. Tedesco (2010, p. 84) afirma que o conflito trouxe a público ações repressivas do governo por causa de práticas culturais ditas obscurantistas, no romance é representado pelo régulo Sianga que tenta através de rituais antigos reconquistar o poder. E reacendendo a discussão com relação às autoridades tradicionais em muitos casos se aliaram a RENAMO durante a Guerra Givil por terem sido excluídos no pós-independência conforme a citação a seguir,

Sianga é o cabecilha da conspiração, arrastando consigo os seis ex-súbditos mais devotos. Conhece-os bem. Passaram a mesma infância, e juntos fizeram armadilhas às lebres, fisgaram pássaros, e roubaram galinhas nas capoeiras da aldeia. Na adolescência unira-os o desregramento e a malandragem da idade. Quando Sianga ascendeu à posição de régulo, chamou-os ao seu reino. Que maior recompensa poderia dar aos seus compinchas senão nomeá-los ministros da sua corte? Quando os ventos da independência chegaram, juntos foram escorraçados, a vida fez o seu nó, unindo-os eternamente na alegria e na dor (CHIZIANE, 2008, p. 30).

Com auxílio de Borges (2010, p. 98) compreende-se o romance de Chiziane como uma representação social e histórica de Moçambique no pós-independência e durante a Guerra Civil. Faz parte da memória coletiva dos moçambicanos, construído com a manutenção dos hábitos e atitudes, sentimentos e pensamentos em comum, expectativas e esperanças que circularam na sociedade moçambicana e na sua história.

Considerações finais

Pensando com Fanon, foi possível realizar algumas aproximações com relação as desventuras do pós-independência em Moçambique que se devem a três pilares, as contradições existentes no projeto político nacional, perpassadas pela memória coletiva da Guerra Civil pois juntos ajudam a responder o porquê do fracasso do governos da Frelimo. O projeto do Homem Novo para a criação da identidade nacional em Moçambique, baseado no marxismo-leninismo com a intenção de extirpar tudo que lembrasse o período tribal e colonial, sem fazer uma adaptação a realidade híbrida moçambicana. O projeto nacionalista se transforma em uma doutrina partidária que vai acabar por esterilizar o sentimento de pertença, nessa tentativa o partido vai atuar de forma vertical, sem atender e a diversidade cultural e regional do território de Moçambique. Em meio as dificuldades causadas pela Guerra Civil viram-se no autoritarismo

a saída para criar esse indivíduo consciente que o romantismo revolucionário de Samora Machel idealizava para a nova Moçambique.

O projeto nacionalista vai ser uma das principais causas da Guerra Civil iniciada pela RENAMO, composta por dissidentes e grupos contrários a Frelimo e de conflitos anteriores à independência. Esse conflito vai ter como causa central a questão étnica reivindicada pela RENAMO que acusava sua rival de perseguir as etnias localizadas no centro do país, que vai desestabilizar a ideia de “matar a tribo para fazer nascer a nação” tão desejada por Machel. A Guerra Civil vai deixar claras as lacunas existentes no projeto nacionalista, além da dificuldade econômica, fome e consequências da guerra que vai levar o governo socialista ao declínio.

O romance *Ventos do Apocalipse* de Chiziane representa aspectos vivos na memória do povo moçambicano com relação aos projetos nacionalistas, e Guerra Civil deixando explícitos os pontos que levaram à falência da tentativa de criar a consciência nacional em Moçambique. Que foi a importação de ideias que não contemplavam as exigências de uma população híbrida e com diversos grupos étnicos que possuem culturas diferentes não se identificando com projeto do Homem Novo. A narrativa traz as frustrações dos moçambicanos com relação ao pós-independência e Guerra Civil que a autora descreve sobre o medo que as comunidades rurais viviam conforme o conflito avançava, além de explicitar a repressão do governo e conflitos com as lideranças locais que apoiavam a RENAMO.

Referências

BASILIO, Guilherme. Samora Machel: O princípio do Homem Novo e seus significados. **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.9, n.17. p. 112-121, jul/dez 2017. Disponível em: <https://www.revista.up.ac.mz/index.php/UDZIWI/article/view/173>> Acesso em: 15 de março de 2020.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História** Ano 1, Número 3, p. 94-109. jun./ 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf> Acesso em: 12 de março de 2020.

CATROGA, Fernando. **Pátria, Nação e Nacionalismo**. Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África, (Org) TORRALBA, L.R, PIMENTA, F.T, SOUSA, J.S. (ORGs). Coimbra, 2008.

CAHEN, Michel. **Não Somos Bandidos**. A vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo do Nkomati (1983-1985). 1ª edição, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2019.

CHIZIANE, Paulina. **Ventos do Apocalipse**. 3ª edição, Maputo: Editora Ndjira, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1º reimpressão atualizada, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

MACAGNO, L. **Lendo Marx “pela segunda vez”: Experiência colonial e a construção da nação em Moçambique.** In: IV COLÓQUIO MARX E ENGELS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 11. 2005, Campinas. Anais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005, p. 1-17. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%e7%f5es/GT4/gt4m1c2.PDF>> Acesso: 15 de março de 2020.

MALOA, Joaquim Miranda. O lugar do marxismo em Moçambique: 1975 -1994. **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 122 – Julho de 2011, ANO XI, p. 85-92. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10413>> Acesso em: 15 de março de 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 12 de março de 2020.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 202-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>> Acesso em: 12 de março de 2020.

PAREDES. Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/46176>> Acesso em: 15 de março de 2020.

SZMIDT, Renata Díaz. **“O legado tradicional africano e as influências ocidentais: a formação da identidade e da moçambicanidade na literatura pós-colonial de Moçambique”.** In: Anais do CIEA7: Literaturas africanas entre tradiciones y modernidades. n.21. Lisboa. 2010. Disponível em http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6739/6/Tese_ReconstrucaoHistoricaCabanagem.pdf.txt> Acesso em: 17 de março de 2020.

TEDESCO, Maria do Carmos Ferraz. Reconfiguração da moçambicanidade nos Romances de Paulina chiziane e Mia Couto. **Revista Mosaico**, v.3, n.1, p.81-91, jan./jun. 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3339/1/2008_MariadoCarmoFTedesco.pdf > Acesso em: 17 de março de 2020.

Uma África do Sul pós independência analisada sob a perspectiva pós-colonial: da emancipação ao Apartheid

Gabrielle Rani Marinho Lima¹, UEPA
Izabella de Souza Colino², UEPA

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo utilizar-se dos estudos pós-coloniais para analisar o contexto da África do Sul, desde sua independência até a instituição e desenvolvimento do Apartheid. Baseando-se principalmente nos escritos de Albert Memmi e Immanuel Wallerstein, discorrer-se-ão perspectivas políticas, econômicas e sociais para comentar o processo de descolonização do país. Em conclusão, nota-se que, apesar da emancipação sul-africana da sua antiga metrópole, ideais de opressão e desigualdade continuaram a ser perpetuados.

Palavras-chave: África do Sul; Pós-colonialismo; Apartheid.

Abstract

The present research aims to make use of the postcolonial studies to analyze the South African context, from its independence until the establishment and development of the Apartheid. The theoretical bases of this study are the works of Albert Memmi and Immanuel Wallerstein. Based on these authors, this paper will illustrate the political, economic, and social perspectives of the decolonization process in South Africa. In conclusion, it is identified that, even though South Africa was emancipated from its old metropolis, ideals of oppression and inequality were still being sustained.

Keywords: South Africa; Postcolonialism; Apartheid.

Introdução

O conceito de “pós-colonialismo” pode ser caracterizado como o período histórico posterior aos processos de descolonização do “terceiro mundo” (BELLESTRIN, 2013), esse termo também configura uma práxis social, política, econômica e cultural com a meta final de resposta e resistência ao colonialismo, tomado no sentido mais abrangente possível (BONICCI, 2005). Nesse viés, a presente pesquisa abarca não só a primeira definição, dado o recorte histórico realizado, como também procura tratar da segunda.

Este estudo tem como principal objetivo analisar de que maneira a colonização influenciou a África do Sul, desde o momento da sua independência até o estabelecimento e progressão do Apartheid. Para isso, primeiro serão apresentadas questões político-ideológicas por uma perspectiva histórica, sendo essas domésticas e do sistema internacional. Em seguida, tratar-se-ão de aspectos econômicos. Por fim, as circunstâncias sociais, centrando o debate no

¹ Discente de Relações Internacionais na Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: gaby.rani17@gmail.com

² Discente de Relações Internacionais na Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: izabellacolino3@gmail.com

regime do Apartheid. Concluindo, percebe-se que os ideais de repressão e dominação, reforçados por uma legitimação política, estiveram completamente enraizados no Estado sul-africano, impedindo um maior desenvolvimento socioeconômico da nação e perpetuando um ideal de colonialismo.

É importante ressaltar que o processo de descolonização da África do Sul é bem diferente do de outros países africanos. Enquanto a maioria conquista a sua independência somente após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 60 e 70, a África do Sul torna-se emancipada politicamente em 1910, rompendo quaisquer laços restantes com o Reino Unido em 1961. Percebe-se, assim, que enquanto as demais nações africanas ainda estavam se estruturando no período da Guerra Fria, a África do Sul já estava mais estabelecida como Estado-nação no sistema internacional. No entanto, o que a torna peculiar, é a forte instauração de um regime colonial interno.

Notas sobre o pós-colonialismo

O pós-colonialismo pode ser entendido como uma corrente que visa compreender o colonialismo por uma nova perspectiva, criticando percepções eurocêntricas e reconstruindo a história por meio da análise intrínseca dos países afetados, assim como, sua cultura, economia e política. O pós-colonialismo implica uma revisão crítica da história e aponta um presente permeado de práticas e discursos, além de atos políticos que perpetuam a distribuição assimétrica do poder no mundo. (AGUILLAR; SOCIO, 2014, p. 4)

No entanto, apesar de teorias contemporâneas como a decolonidade, considerarem tal corrente permeada de falhas na sua análise e sem perspectiva de transformação no seu discurso, acredita-se na importância de autores como Albert Memmi e Immanuel Wallerstein para a reconstrução desse período histórico. Além disso, nota-se que o pós-colonialismo foi uma das primeiras teorias após as guerras mundiais, a entender a colonização como um fator que influencia “simultaneamente, igualmente e inseparavelmente”, a economia política e a cultura (COMAROFF; COMAROFF *apud* FILHO; DIAS, 2015, p. 9).

Esse estudo também se baseará no conceito de colonialismo interno como um ponto central de análise, o qual seria uma “estrutura prolongada de relações sociais de dominação e exploração entre grupos sociais heterogêneos dentro de sociedades duais ou plurais” (GONZÁLEZ CASANOVA *apud* QUINTERO, 2014). Isso implica que, apesar da sociedade não estar sobre controle direto de sua antiga metrópole, ainda é exercido internamente e no âmbito internacional, práticas que remetem a uma mentalidade colonial. Pode-se compreender

que uma hierarquização entre grupos sociais, o qual mantém uma elite estrangeira no topo, e se fortalece na desigualdade, seria um exemplo de colonialismo interno.

A África do Sul foi um dos primeiros países a se tornar independente da colonização direta. Em 1910, já havia instituído um governo soberano, porém, a colonialidade interna permeou-se de forma explícita na região durante a Guerra Fria. O controle da elite branca pode ser mais bem descrito como um colonialismo interno que criou um sistema institucionalizada de opressão contra a maioria negra e foi tolerado pelo Ocidente (PEREIRA, 2010, p. 36). Porém, antes de se comprometer a investigação do colonialismo, necessita-se entender a dinâmica da política na África do Sul durante aquela época.

História sul-africana da independência ao Apartheid sob o viés de Memmi e Wallerstein

A Guerra Fria foi um conflito o qual dividiu o mundo em duas facetas, capitalista e socialista, que respectivamente simbolizavam as políticas internas dos EUA e da URSS. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, esses dois países disputavam a hegemonia militar, econômica e política na seara internacional, enquanto os outros Estados tentavam se recuperar das perdas no conflito. Um sistema bilateral foi instaurado, outras nações precisavam se identificar e desenvolver a sua política com base na economia planificada ou no sistema capitalista. Nesse contexto, a maioria das nações africanas conquistaram sua independência, porém essa emancipação não significou o fim de um sistema colonial.

A África do Sul era governada pela minoria branca, correspondente de 20% da população e apesar de ter sido considerada a mais desenvolvida nação do continente durante a Guerra Fria, seu PIB se mantinha com 50% do capital estrangeiro (BUTLER *apud* PEREIRA, 2010, p. 51). Além disso, o funcionamento do aparato governamental sul-africano se baseava na regulamentação de políticas e medidas econômicas para enfatizar a superioridade dos colonizadores e seus descendentes. No entanto para entender melhor essa dinâmica na África precisa-se retornar a década de 1910.

Nessa década, os bôeres e os britânicos haviam se conciliado e estabeleceram a União da África do Sul, e posteriormente estipularam o Apartheid. Os bôeres podem ser definidos como os colonos de descendência holandesa, e em menor parte de origem francesa e alemã (BRAGA, 2011, p. 60). Esse grupo optou por se africanizar e se autodeterminar *africânder*, “os bôeres foram o primeiro grupo europeu a tornar-se completamente alienado do orgulho que o homem ocidental sentia em viver num mundo criado e habitado por ele próprio” (SAMPSON *apud* BRAGA, 2011, p. 61). Apesar de não parecer relevante, a mudança de nome empoderou

esse povo a estabelecer medidas mais duras de segregações raciais, pois acreditavam que África pertencia primeiramente a eles.

A União Sul-Africana era formada pelo território da Transvaal, Orange, Cabo e Natal, e com a instauração da República, novas leis segregacionistas foram implementadas. O *Native Labour Act*, de 1913, dividiu o território sul-africano em dois, 7% foi destinado aos negros, os outros 93% aos brancos (PEREIRA, 2010, p. 37). A divisão também considerou a produtividade da terra, logo, nas regiões ocupadas pela população negra se desenvolveram somente atividades de subsistência, enquanto no resto do território a indústria era a atividade central. Essa norma limitou a possibilidade dos negros de viver em cidades, assim como o *Native Affairs Act* consolidou a exploração da mão de obra negra.

Leis tão rígidas sobre a regulação do trabalho africano e o espaço foram tentativas do governo em limitar o fluxo dos africanos para a cidade e assim manter uma reserva de empregos para brancos. O país passava por um processo de urbanização que prejudicou muitos agricultores africânderes, conseqüentemente houve uma grande pressão política em recuperar a economia (BRAGA, 2011, p. 68).

Em 1914, os africânderes, liderados por Hertzog, fundaram o Partido Nacional, que tinha como objetivo a tomada do poder sem o apoio da classe inglesa. O partido conseguiu chamar atenção de fazendeiros com dificuldades econômicas e também ganhou o apoio dos intelectuais africânderes. (BRAGA, 2011, p. 68). Além disso, é importante ressaltar que a desigualdade não era só instaurada pela cor, mas também pela classe. Em 1922, ocorreu a “Greve de Rand”. Esse movimento social tinha como membros, em sua maioria, brancos, pobres e descendentes de bôeres. Esse evento histórico foi importante para a união desses trabalhadores e a fortificação do Partido Trabalhista, o qual se uniu ao Partido Nacionalista.

Já em 1924, ocorreram as eleições, e Barry Hertzog, general de guerra, subiu ao poder representando os dois partidos. No entanto, com a nova crise de 1929³, a dinâmica política mudou, e a união partidária foi desintegrada. Conseqüentemente, o Partido Nacional forjou uma nova aliança com o Partido Sul-Africano, que contava com o maior apoio da população de origem inglesa. O governo de Hertzog, nos anos iniciais, focou em se desvincular da hegemonia britânica e tentou conter a crise mundial, ao investir na indústria substitutiva. No seu governo foram dadas as bases para uma futura instauração do Apartheid.

Essa união perdurou até 1948, ano em que aconteceu a mudança de governo e Daniel François Malan, pastor protestante, assumiu a presidência. Ele fundou o Partido Nacional

³ Crise econômica mundial de 1929.

Purificado, e no seu mandato foi institucionalizado o regime de segregação racial - o Apartheid. Esse regime foi um modelo de “desenvolvimento separado de cada raça, na área geográfica que lhe é determinada” (CORNEVIN *apud* CARVALHO *et al*, 2015, p. 178). Essa separação se instituiu por meio da Lei de Registro da População (1950), a qual classificava a raça de cada indivíduo, e conseqüentemente seus direitos e deveres.

A catalogação dentro de um sistema de Colonialidade gera a diferença entre “eles” e “nós”, e a partir disso pode-se reconstruir a identidade de um povo e as suas bases sociais. Esse tema é melhor explanado por Albert Memmi, teórico tunisiano.

Alexandre Mordekhai Bennillouche, mais conhecido como Albert Memmi, busca compreender amplamente os papéis sociais, e as formas de dominação política no contexto colonial. O teórico publicou em 1950, “O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador”, o autor buscou narrar nessa obra a colonização como experiência pessoal.

Memmi divide o livro em: o retrato do colonizador e o retrato do colonizado. Ele destaca que assim como o colonizador precisa reconhecer o colonizado o inverso também é verdade, logo as identidades de colonizador e colonizado são estabelecidos de forma conjunta, portanto só pode existir “nós” se houver “eles”. Isso pode ser contextualizado pelo comportamento do Partido Nacional Purificado, o qual desde do início atribuiu a diferença das raças para fundamentar medidas econômicas e sociais exploratórias. O Apartheid trouxe uma nova roupagem ao imperialismo, mas ainda manteve práticas passadas do colonialismo e consolidou o retrato do colonizado e do colonizador em uma dinâmica interna legalizada.

Esse processo teve continuidade com outras leis, o *Native Labour Act* (1953), pretendeu permear essa segregação com a criação de dez batustãos, *black states*, os quais eram divididos pelos grupos étnicos da população nativa. Além disso, eram governados pelo décimo primeiro estado, o dos brancos. No entanto, sem se desvincular do contexto da Guerra Fria, em 1950, o decreto de supressão ao comunismo entrou em vigor, assim como a Lei de Emenda da Legislação Geral (1961). Essa lei estabelecia a detenção por qualquer suspeita de crime, porém a maioria era acusada de ser pró-comunista apenas por ter um comportamento diferente ou em desacordo com o governo. (CALVOCORESSI *apud* CARVALHO *et al*, 2015, p.180).

Com diversas leis de sancionamento à liberdade negra, nota-se a criação interna de uma dependência dos batustãos a região central urbanizada, habitado em sua maioria por brancos. Isso possibilitou uma desigualdade econômica e social que é análoga a diferença entre países centrais e periféricos. Immanuel Maurice Wallerstein, sociólogo estadunidense, consegue desenvolver melhor essa ideia pela sua teoria do sistema-mundo.

Immanuel Wallerstein, autor pós-marxista, ao analisar o capitalismo histórico, discorre sobre as desigualdades sociais e interestatais, e descreve o capitalismo como um modo de produção visando a obtenção de lucro. (WALLERSTEIN, 2001). A partir disso, pode-se entender a dinâmica social do século XX, e o sistema-mundo que o rege: economia-mundo capitalista.

Essa economia é caracterizada por uma ampla divisão de trabalho e uma descentralização laboral, assim como uma rede de cadeias mercantis com caráter transnacional. Conseqüentemente, com base nessa organização, o mundo foi dividido em países, centrais, semiperiféricos e periféricos, tal classificação define o tipo de economia e exportação dos Estados.

Os centros se comportam como países industrializados, e exportam tecnologia. Os periféricos exportam matéria prima, e seriam nações subdesenvolvidas, já os semiperiféricos se comportam, ora como centrais, ora periféricos (ACCO, 2018, p. 179). Diante dessa ordem mundial, as trocas desiguais são firmadas. Wallerstein explica que a zona com o produto menos escasso vendia essa mercadoria a outra zona e assim perpetua um ciclo de vantagem (WALLERSTEIN, 2001, p. 29-30).

Logo, pode-se aplicar esses conceitos à realidade sul-africano, na qual a dinâmica interna poderia ser vista como dual, representado pelo: Centro e a Periferia. Em um só país, podia-se notar dois tipos de sistemas. Essa análise interna não corresponde à visão internacional da África, já que pelo seu legado de colonização e pela nova dinâmica neocolonial durante a Guerra Fria, a África do Sul era vista como um país periférico. Essa nação mantinha diversos níveis de dependência na seara internacional. Isso será melhor explicado no estudo econômico deste artigo.

As políticas internas na África do Sul criaram um sistema de periferia, vivida pela grande maioria negra, no qual a economia era de subsistência. Já o centro, no estado “Branco”, passava-se por um forte processo de industrialização. Cerca de mais de 90% da população vivia em um sistema econômico-político dependente do estado central e da sua tecnologia.

Além disso, percebe-se a desvalorização da mão de obra negra, pois além de considerar o produtor capitalista só preocupado com a disponibilidade e o preço do trabalhador (WALLERSTEIN, 2001, p. 20). Percebia-se, também, a mentalidade racista e exploratória que estabelecia o negro como um tipo de selvagem que necessitava de educação e auxílio. Essa perspectiva é notada também nos países de centro em relação às nações subdesenvolvidas ou emergentes, a visão disseminada era de que os mais desenvolvidos deveriam servir de guia para

os outros. Portanto, essa desigualdade interna deixou um legado de desumanização e uma profunda crise econômica, mesmo após a queda do Apartheid.

Em 1969, o regime e o governo do Partido Nacional começaram a declinar, após estudantes negros serem contidos em um protesto contra o ensino obrigatório da língua Africânder nas escolas. Outro fator decisivo foi a independência da maioria dos países africanos nessa década, além da intensificação das atividades do Congresso Nacional Africano (CNA), do Partido Comunista, do Congresso Pan-Africano (PAC), da pressão e do isolamento internacional.

O CNA foi criado em 1912 e foi um marco da luta negra, o partido sempre lutou pela igualdade e melhores condições de vida. “O Congresso Nacional Africano foi fundado com propósitos de congregar a nação africana, e, desde então, suas ações têm sido sempre no sentido de criar uma consciência nacional, de verdadeira comunidade entre várias nacionalidades em nosso país.” (ZUMA *apud* PEREIRA, 2010, p. 48). Nelson Mandela posteriormente se tornou líder do CNA, e se tornou a face da luta contra o Apartheid.

Em relação a pressão internacional, precisa-se compreender que a validade de tal governança sul-africana se deu pela bipolaridade da Guerra Fria, pois se tornou uma luta por interesses, e contanto que o Estado apoiasse o EUA ou URSS, e assim reprimir a outra ideologia, a organização estatal não interessava as superpotências.

No entanto, com o enfraquecimento do conflito, houve um fortalecimento nas ideias humanitárias e da disseminação de direitos humanos universais (PEREIRA, 2010, p. 56), e a África do Sul foi isolada na seara internacional pela sua política repressiva. Em 1994, o Apartheid é revogado, e Frederick de Klerk foi deposto do cargo de presidência.

Assim, com essa pincelada histórica, pode se analisar a situação política sul-africana, como um aparato de dominação legitimada de uma minoria branca, em relação a uma maioria negra. Porém, nota-se a importância da Guerra Fria para a validação desse evento histórico, pois pela ótica de um mundo bilateral, o alinhamento aos EUA, significava a sua proteção, independente da dinâmica interna ser contrária aos ideais humanitários fortemente estabelecidos nas constituições e nos discursos ocidentais.

Além disso, percebe-se a visão criada de não pertencimento dos negros a África, como uma ferramenta comum de distorção dos privilégios, já que se não pertence a “eles” o território, logo, não merece nenhum tipo de privilégio. Essa distorção se qualifica como um processo de mudança de identidade explanado por Albert Memmi como um dos elementos essenciais para a instauração do colonialismo interno.

Outro ponto a citar, é a institucionalização de leis com o propósito de haver uma separação das raças. A partir disso, percebe-se uma luta para manter benefícios e criar uma sociedade ideal africana, fundamentada em uma política racista exploratória. Essa política se desenvolve em duas dinâmicas econômicas, uma similar aos países centrais e outra as nações periféricas. Portanto, a desigualdade entre os “estados negros” e o “estado branco” é a exploração interna na sua forma mais radicalizada.

Uma economia que reflete as desigualdades

Enquanto dominados pelo Reino Unido, a concepção do capitalismo britânico transformou toda a dinâmica socioeconômica da colônia (BRAGA, 2011, p. 44). Isso refletiu, obviamente, na economia da África do Sul já emancipada. A partir de 1932, houve uma grande política de industrialização que também se sucedeu nas décadas seguintes, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. O positivo desempenho econômico gerou uma capacidade de consumo elevada, apesar de fortemente concentrada. Isto atraiu o capital internacional industrial, o que diversificou e modernizou a economia (DATHEIN, 2010, p.100), em especial no estado branco.

Dessa maneira, principalmente na década de 1960, ocorreu grande crescimento econômico, com a emergência da indústria manufatureira como setor dominante da economia (BRAGA, 2011). Apesar disso, o autor discorre que o país era não só parcialmente industrializado, fato explicado pelo advento do capitalismo tardio comum a nações que foram colonizadas, mas também profundamente marcado pelas divisões sociais instituídas pelo Apartheid. Ainda assim, o setor econômico concentrava cada vez mais trabalhadores negros, e por causa disso, o Estado aprimorou seus meios de repressão racial, “com leis de passes cada vez mais severas, remoções forçadas e detenções sem julgamento” (BRAGA, 2011, p. 59)

Nesse sentido, percebe-se que na medida em que a África do Sul se desenvolvia economicamente, esse crescimento era acompanhado de uma série de desigualdades e políticas racistas legitimadas pelo Apartheid, o que favorecia a elite e classe média branca do país. Esse pensamento é confirmado por Pereira, que afirma que a institucionalização do Apartheid se tornou um dos pilares do novo surto de desenvolvimento (PEREIRA, 2008, p. 142).

Ainda no que tange à divisão social do trabalho no Estado sul-africano, entende-se assim que a etnicidade é um fator crucial, que divide ainda mais as populações negra e branca, com o sistema político vigente conferindo benefícios a essa última. Esse pensamento é validado por Wallerstein, ao afirmar que “busca-se a identificação de grupos étnicos definidos, procurando

vinculá-los a papéis específicos na distribuição da força de trabalho, com níveis diferenciados de remuneração real” (WALLERSTEIN, 2001, p. 27). Portanto, fica claro que essa separação, legitimada politicamente, proporcionava melhores condições laborais e econômicas à minoria branca, conferindo à parcela negra trabalhos insalubres.

Mesmo com a industrialização, o setor industrial continuava altamente dependente da importação de bens de capital, financiados pela moeda estrangeira obtida com a exportação de produtos primários (PEREIRA, 2008, p. 142). Isso revela um pouco da lógica capitalista descrita por Wallerstein, em que os países periféricos exportam matéria-prima e produtos primários para países desenvolvidos e importam desses bens de maior tecnologia, denunciando uma desigualdade, explicada pelo conceito de troca desigual (WALLERSTEIN, 2001, p. 29-30). Essa relação de centro-periferia demonstra a profunda dependência econômica que a África do Sul, país que foi colonizado, ainda mantinha com as antigas metrópoles.

A economia sul-africana, depois de sua boa fase e expansão nos anos 60, declina e entra em total crise nas décadas de 70 e 80. Esse desequilíbrio está associado aos desdobramentos do Apartheid, que depois de anos em voga, demonstra claramente sinais de colapso, como explica Braga que durante a terceira década do regime, as consequências das políticas segregacionistas se mostraram no setor econômico, “com escassez de mão de obra qualificada, baixos níveis de produtividade, déficits em balança de pagamentos, saturação do mercado e subutilização do parque industrial” (BRAGA, 2011, p. 65).

Em relação aos acontecimentos da década de 1980, Pereira (2008) afirma que três pontos foram culminantes para o agravamento da crise econômica, apontando para o fim do Apartheid. Seriam eles a queda dos preços do ouro, que afetou também o valor de outras matérias-primas e levou a um declínio de exportações; os altos gastos estatais com a manutenção do Apartheid, além de despesas militares; e as sanções financeiras impostas ao país.

Todos esses agravamentos financeiros demonstraram que, além das óbvias desigualdades econômicas do mundo capitalista, o sistema de discriminação interno corroborou com a crise econômica. Desse modo, no final da década de 80, o Apartheid já caminhava para o seu fim.

De modo geral, a economia sul-africana, que já estava fadada a pouca complexidade devido a suas origens coloniais, encontra um empecilho com a legitimação do Apartheid, visto que essa política gerou, por fim, um total desgaste e declínio do sistema econômico. Além disso, essa gênese colonial corroborou para a existência de um Estado semiproletarizado, que viabiliza a existência de um patamar salarial mais baixo possível (WALLERSTEIN, 2001, p. 36-37), o

que impediu a classe trabalhadora, já condicionada às desigualdades raciais, de obter melhores condições de vida.

Uma visão pós-colonial para com a perspectiva econômica permite concluir que, mesmo já sendo um país independente, as desigualdades promovidas e reforçadas pelo sistema capitalista fazem com que a África do Sul continue dependente de países desenvolvidos e, internamente, a manutenção dos ideais de opressão e dominação não só aprofundaram ainda mais as diferenças entre a população negra e branca, como também proporcionaram afundamento em uma crise geral da economia, essa sendo o estopim para a extinção do Apartheid.

A dinâmica social no Apartheid- Um regime pós-colonial?

Durante a Guerra Fria, o âmbito social do país sul africano, como visto previamente, estava sendo afetado pelo sistema do Apartheid. Uma das implicações desse marco histórico foi a imposição da língua da elite e minoria branca sobre o país, o africâner. Albert Memmi explica melhor esse processo.

O autor destaca o bilinguismo do colono como um instrumento de perda de identidade e controle do colonizado. Percebe-se assim que a língua é um eixo central tanto na colonização, quanto no colonialismo interno, pois destrói uma dinâmica cultural de união e nacionalismo.

Na África do Sul, buscava-se sempre disseminar a ideia de não-pertencimento, tanto pela exploração da mão de obra, assim como pela ênfase de uma fragmentada identidade sul-africana. O colonizado não conhecia mais a sua língua e para participar da sociedade era necessário utilizar a língua do colonizador (MEMMI, 2007, p. 175). O africâner foi considerado a língua oficial do país em 1925 e as outras línguas foram marginalizadas e excluídas. Logo, o Partido do Nelson Mandela considerou um ato de liberdade denominar o inglês como língua oficial do CNA.

Memmi expõe que o esmagamento do colonizado é o projeto da colonização, o amor ao colonizador e o ódio a si mesmo como classe inferior é o objetivo final. Isso é uma forma de sobrevivência e assimilação dessa situação de profundo estresse que o colonizado enfrenta. Ademais da língua ser utilizada como ferramenta na manutenção do controle, um dos primeiros passos no grande projeto da colonização é o processo de desumanização dos colonos.

O teórico destaca que assim “se degradam, um a um todas as qualidades que fazem do colonizado um homem. E a humanidade do colonizado, recusada pelo colonizador, torna-se de fato para ele opaca” (MEMMI, 2007, p. 122-123). Por meio desse discurso, percebe a realidade

sul-africana como um processo de desumanização e obtenção de privilégios pela ideologia de superioridade. Durante o Apartheid, a identidade sul-africana foi moldada para respeitar a mentalidade colonizadora.

Outro ponto que corroborou para a manutenção do colonialismo interno foi a relação de hierarquização entre os colonos. Essa categorização pelo poder, é chamada de pirâmide social por Albert Memmi. Os funcionários e agentes da autoridade entre outras profissões formam uma categoria que deseja escapar da sua condição política e social. Contudo, nota-se que ao se pôr à disposição do colonizador acaba-se adotando a ideologia colonial em detrimento da sua própria comunidade e de si mesmo. (MEMMI, 2007, p. 49).

O caso da África do Sul também segue essa “pirâmide do poder” (MEMMI, 2007). Com o desenvolvimento dos batustãos e os estados independentes em 1990, surge então uma nova classe dirigente dentre os “colonizados” que assumiu responsabilidades administrativas e econômicas. Essa nova classe, integrada por africanos beneficiou-se da proposta neocolonial e aderiu a sua mentalidade, eles desempenharam uma função essencial em minar o processo e as lutas de libertação nacional. A pequena elite africana conseguiu reduzir e conter os anseios de uma liberdade por mudar o foco para as reivindicações locais baseadas em frações do nacionalismo tribal (PEREIRA, 2010, p. 47).

Portanto, por haver um sistema de dominadores e dominados em todos os eixos da sociedade, as políticas de cunho colonialistas conseguiam se perpetuar de forma mais eficaz, já que se dispunham de uma lógica de privilégios.

Outro destaque de Memmi é a luta por emancipação, e como ela se dá por uma reconquista de si mesmo e uma dignidade autônoma. Felizmente, no fim dos anos 80, pode se acompanhar a intensificação das lutas por equidade na participação política de quase todos Estados do continente africano. O Pan-Africanismo foi uma prova disso, visto que, no século XX, o movimento se consolidou e passou a lutar pela união política e social dos nativos africanos, apoiando todos os movimentos emancipatórios.

No entanto, precisa-se considerar que apesar de uma mudança social drástica, com o término da Guerra Fria, a descolonização ainda é um processo vigente. As marcas de um sistema de apartheid, nos anos subsequentes do fim do conflito bipolar, eram claras, o país estava em crise e lutava para dialogar com as diferentes etnias negras e brancas, assim como precisavam reestruturar o sistema territorial, para criar uma identidade unitária nacional do povo sul-africano. Logo, a sociedade sul-africana foi permeada por lutas raciais e desigualdades, e o evento histórico de 1945-1991 não ajudou a desarticular práticas

discriminatórias, pois enquanto houvesse o apoio ao capitalismo naquela região, não haveria intervenção nacional.

Conclusão

Dessa maneira, com o desgaste do Apartheid, uma abertura para sua extinção formal se inicia em 1990, concretizando-se em 1994, culminando com a posse presidencial de Nelson Mandela. Urge-se afirmar, nesse sentido, que mesmo após o fim da colonização britânica na África do Sul, o país continuou sobre o domínio de uma elite minoritária branca, iniciando assim um colonialismo interno institucionalizado pela legislação e estabelecimento do Apartheid.

Portanto, percebe-se que, infelizmente, desde a instituição legal do regime até seu fim, a maioria da população (negra) não vivia em pleno gozo dos seus direitos fundamentais – muito pelo contrário, eles eram marginalizados, perseguidos pelo *status quo* e excluídos da participação política vigente.

Além disso, pontua-se que mesmo com a crítica ao viés pós-colonial, essa corrente se mostra uma perspectiva importante para a análise do contexto sul-africano. Já que, como afirma Memmi (2007), a sociedade colonizada é incapaz de romper totalmente com as estruturas de dominação.

Pode-se perceber que o corpo civil sul-africano tem um legado fundamentado em ideais de opressão, e ainda sofrem em equilibrar os diferentes grupos étnicos e os aspectos socioeconômicos. Ademais, ressalta-se a imposição de uma língua padrão e da hierarquização social como ferramentas de dominação e fragmentação de uma identidade comum.

No entanto, também é importante ressaltar os movimentos de resistência negra, principalmente na década de 1970, que lutavam pela igualdade racial e fim do Apartheid. Tal organização social precisa ser lembrada como uma quebra de paradigmas e um esforço admirável de manter um nacionalismo baseado no respeito, igualdade e na busca da identidade africana.

Isso é visto pois eixos da sociedade, como membros do partido CNA e adeptos ao pan-africanismo, se mantiveram em luta para ir contra esse legado colonial. Logo, percebe-se que enquanto o Apartheid - a mais ampla e evidente forma de colonialismo interno - estava em processo de ruína, o empenho por melhores condições de vida e por uma ruptura com a opressão legalizada se consolidava, por parte desses grupos de resistência.

Considera-se a resiliência da sociedade negra em sobreviver e manter seu legado mesmo sendo usurpada de direitos essenciais. O partido CNA na sua luta por uma África igualitária não só encontrou voz nos discursos de Nelson Mandela, mas no coração do povo sul-africano marginalizado.

Assim, entende-se que grande parte da população negra sul-africana luta para se desvincular da sua caricatura estabelecida pelo imperialismo e firmar novas prerrogativas, diferentes das que foram duramente institucionalizadas. Felizmente, movimentos como o Pan-africanismo serviram de base para reformular o contexto político-social pós-Apartheid.

No âmbito da economia, vê-se que mesmo com uma industrialização e crescimento econômico, o fato da África do Sul ser periférica e exportadora de matéria-prima promoveu uma inserção no sistema capitalista global de uma forma dependente dos países do centro. Isso evidencia as desigualdades internas, visto que grande parte da população negra participava da economia como mão de obra explorada.

O Apartheid, que Pereira (2010), definiu como responsável pelo surto de desenvolvimento, se tornou uma das causas da crise econômica que o país enfrentou no final da Guerra-Fria. Por fim, o sistema capitalista definido por Wallerstein (2001), em que todas as diferenças existentes são reforçadas, mostrou que a África do Sul continuou sendo uma nação periférica e subjugada economicamente, mesmo sendo uma das primeiras colônias britânicas a obter a independência.

Desse modo, conclui-se que o contexto sul-africano pós independência, analisado por um viés pós-colonial, é marcado por desigualdades originárias de uma colonização europeia, que permitiu a perpetuação de assimetrias socioeconômicas legitimadas por políticas raciais. Assim, por mais de quarenta anos, a África do Sul foi permeada por uma legislação tirana, oprimindo a parcela negra em diversos âmbitos.

Apesar disso, é necessário ratificar a importância da resistência negra do período, e entender o final do regime como um momento de virada histórica para o país. Nesse sentido, é essencial estudar o que foi o Apartheid e o que ele significou, para compreender a complexidade e profundidade de uma herança da dinâmica colonial.

Referências Bibliográficas

ACCO, MARCO ANTONIO. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. *Brazil. J. Polit. Econ.* São Paulo, v. 38, n. 4, 2018, p. 708-730.

AGUILAR, Aleksander; SOCCIO, C. A Análise do Discurso na perspectiva Pós-colonial: uma via para a decolonização. In: **2 Seminário de Graduação e Pós-graduação de Relações Internacionais**, 2014, João Pessoa. Anais Eletrônicos do 2 Seminário de Graduação e Pós-graduação de Relações Internacionais, 2014. Disponível em: http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1412362716_ARQUIVO_AGUILAR_SOCCIO_AAnalisedoDiscursonaperspectivaposcolonialumaviaparaadecolonizacao_final.pdf. Acessado em: 02/07/2020

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 16 jul. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_arttext. Acessado em: 30/06/2020.

BONNICI, Thomas. Avanços e ambiguidades do póscolonialismo no limiar do século 21. **Léngua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana: UEFS, v. 4, no 3, 2005, p. 186-202.

BRAGA, Paulo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 342 p.

CARVALHO, Rita Flávia Gomes; LACERDA, Tamires Santos; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Apartheid na política internacional entre 1948 e 1994**. Belo Horizonte; Conjuntura Internacional, 2015, 184 p.

DANTHEIN, Ricardo. Economia da África do Sul: a convivência entre o moderno e o atraso ou os desafios do rompimento com as estruturas sociais determinadas pela história. In: **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. / Paulo G. Fagundes Visentini [et al.]; organização de Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira. Brasília : FUNAG/CESUL, 2010, p. 99-117

FILHO, Wilson Trajano Filho; DIAS, Juliana Braz, **O colonialismo em África e seus legados: e poder no ordenamento da vida social**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB), Brasília, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1371#quotation>. Acessado em: 30/06/2020.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador** / Albert Memmi; [prefácio de Jean-Paul Sartre]; tradução de Marcelo Jacques de Moraes. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994). In: **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. / Paulo G. Fagundes Visentini [et al.]; organização de Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010, p. 35-64

_____. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: **Desvendando a história da África** / organizado por José Rivair Macedo. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 139-147.

QUINTERO, Pablo. **Colonialismo interno, Neocolonialismo, Colonialidade do Poder: Contribuições, limites e problemas dos modelos teóricos sobre os povos indígenas e as situações coloniais na América Latina**. Rio Grande do Sul, 2014, p. 10. Disponível em: <https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjIwNzUiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiZDVkMTgyNzQxOGM4MDNkZjVlY2E5YjM0ZjQxOWRhMjQiO30%3D>. Acessado em: 02/07/2020.

VISENTINI, PGF. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África [online]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades séries, p. 123-137).

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Trad. R. Aguiar e C. Benjamin. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001, 144 p.

Literatura, Linguagem e Descolonização em Ngũgĩ wa Thiong’o (Quênia) e Chinua Achebe (Nigéria)

Bruno Ribeiro Oliveira¹, Univerisade de Granada

Resumo

A história de literatura africana contemporânea está repleta de debates que tratam de sua utilidade frente aos povos de África e a natureza dessa literatura. Através das ideias de dois escritores africanos, Chinua Achebe e Ngũgĩ wa Thiong’o, este artigo revisita a história das ideias desses autores em respeito à literatura africana e sua linguagem de escrita. Tratamos de perceber como dois autores da mesma geração, porém de locais diferentes, Nigéria e Quênia, respectivamente, pensaram a produção literária e sua função em África no período pós-colonial. **Palavras-chave:** Chinua Achebe (1930-2013); Ngũgĩ wa Thiong’o (1938-); Literatura Africana; Línguas Africanas.

Abstract

The history of African contemporary literature is full of debates that deal with its utility to the many African people and the nature of this literature. Through the ideas of two African writers, Chinua Achebe and Ngũgĩ wa Thiong’o, we revisit the history of the ideas of these authors in relation to African literature and the language in which this literature is written. We try to perceive how authors from the same generation, but from different locals, Nigeria and Kenya, respectively, thought their literary production and its function in Africa in the post-colonial period.

Keywords: Chinua Achebe (1930-2013); Ngũgĩ wa Thiong’o (1938-); African Literatures; African Languages.

Introdução

O escritor nigeriano Chinua Achebe (1930-2013) escreveu uma das obras mais famosas da literatura africana, *Things Fall Apart* (1958). Nesse livro, estão presentes questões que foram abordadas por intelectuais e escritores africanos de todo o continente africano. Tal fato é evidente devido a história compartilhada entre os diversos locais de África que sofreram sob a colonização e a intersecção entre mundos africanos e europeus. Nessa obra são encontrados muitos dos temas e debates que seriam partilhados por muitos intelectuais de África, como os danos causados pelo colonialismo nas sociedades autóctones de África e a reação dos africanos a esse acontecimento.

Como Achebe, outros escritores de África se dedicaram às questões do entrelaçamento entre os mundos e as cosmovisões europeias e africanas. O resultado disso foi uma miríade de romances de uma geração de escritores de fronteira. Costuma-se chamar de escritores de fronteira os escritores que, como Chinua Achebe, cresceram sob o mando colonial, em contato

¹ Doutorando no Programa de Doutorado em História e Arte da Universidade de Granada. É Mestre em História com ênfase em História de África pela Universidade de Lisboa.

com a educação europeia (normalmente ministrada por missões religiosas), em contato com a educação de suas culturas autóctones e chegaram a vida adulta em países independentes. Esses escritores (e são normalmente homens, sendo baixo o número de mulheres escritoras nessa geração) podem ser entendidos como pontos de intersecção entre o mundo europeu e o africano. E o tema do contato entre povos europeus e africanos abundam em seus escritos.

Em *Things Fall Apart* é narrada a vida dos igbos antes da chegada dos colonizadores e a interação dos novos agentes na vida da sociedade igbo. O mundo se despedaça frente aos novos atores e a cosmovisão que eles trazem para o seio do mundo igbo. O drama também é presente em *Death and The King's Horseman* (1975) do nigeriano Wole Soyinka (1934) e em *The River Between* (1965) do queniano Ngũgĩ wa Thiong'o (1938). O mundo iorubá e o mundo quicuío, respectivamente, se encontram com o europeu e sofrem profundas alterações nesse contato

Para além da intersecção entre Europa e África, o que une todos esses escritores africanos é o uso da língua do colonizador em suas literaturas. Inglês, francês e português, majoritariamente formam o cerne da literatura africana. No rair das independências e dos escritores africanos de fronteira, as línguas africanas estavam relegadas para um segundo plano. As línguas europeias permaneceram como língua oficial dos novos estados e dos intelectuais africanos.

O predomínio das línguas da Europa não ocorreu apenas como uma política dos países independentes. A imposição das línguas europeias se deu através de décadas de dominação colonial que violentava não apenas fisicamente, mas culturalmente os povos de África. O expansionismo europeu que formou o mundo moderno e contemporâneo tratou de hierarquizar as línguas do mundo. As línguas africanas foram rebaixadas para um nível de menor importância no cenário internacional e até mesmo em seus locais originais. Essa divisão ocorreu em todos os continentes conquistados (América, Ásia e África). Enquanto as línguas europeias são compreendidas como línguas que produzem conhecimento e teoria e as línguas não europeias são relegadas para um papel de formação de cultura e folclore, nunca conhecimento (MIGNOLO, 2011, p. 19).

O uso de línguas europeias permitiu a expansão da literatura africana para o restante do mundo. E favoreceu, também, a intercomunicação entre intelectuais de diferentes locais do mundo. Mas o uso das línguas europeias mantém o rebaixamento das línguas africanas para uma existência de menor importância. Essa situação gerou debates sobre o uso das línguas europeias e africanas na literatura de África.

Ao tempo da descolonização também se debatia o uso das línguas nos novos estados. O uso do árabe permaneceu no norte, mas ao sul do Saara, ainda que grande parte dos habitantes falassem línguas africanas ou dominassem línguas nativas e europeias, as elites nacionais, educadas em línguas europeias, mantiveram as línguas dos colonizadores nos novos países. Não só formas de governo ocidentais foram mantidas, mas as línguas europeias também. Excepcionalmente, a Tânzania de Julius Nyerere (1922-1999) manteve o suaíli como língua oficial do país.

A questão do embate, da convivência ou da combinação entre línguas africanas e línguas europeias não é nova, nem está perto de acabar. Desde a colonização (com a introdução das línguas europeias e o escanteamento das línguas africanas para um segundo plano) até a descolonização (com o manutenção das línguas europeias e o surgimento de diversos intelectuais e militantes que propunham o uso de línguas africanas), as questões de que língua escrever, para quem se escreve quando se escreve em línguas europeias e para quem se escreve quando se escreve em línguas africanas, permanecem. Esse debate é longo e gerou, ao longo do tempo de vida dos escritores de fronteira, inúmeras discussões sobre o que fazer com as línguas de África e as línguas de Europa. Um dos debates mais interessantes que ocorreu entre escritores de fronteira sobre esse tema foi entre Chinua Achebe e o escritor queniano Ngũgĩ wa Thiong'o. Por mais que esses autores sejam mundialmente conhecidos e debatidos nas academias, ainda falta espaço para se apreciar e compreender suas diferentes visões sobre o papel das línguas africanas e europeias no continente. Iremos, ao fluir das próximas páginas, visualizar a origem de duas formas de pensar o lugar da linguagem na literatura africana dos escritores de fronteira.

As origens do debate da questão das línguas na literatura africana contemporânea

Chinua Achebe foi um importante agente na história da literatura africana não apenas por sua relevância como escritor, mas também como uma peça fundamental na seminal coleção *Heinemann African Writer Series*. Na Conferência de Escritores Africanos de Expressão Inglesa em Makerere, Uganda, em 1962, dois fatos importantes ocorreram. Primeiro, foi levantada a questão do uso da língua inglesa por autores africanos presentes no evento. Em um continente que se descolonizava e onde estados-nações eram criados, havia espaço para se discutir qual o local e a função das línguas africanas nos novos países e qual o papel do escritor africano nessa situação.

A literatura africana, após a queda dos impérios coloniais, ficou em mãos de editoras europeias. A Heinemann foi responsável por fazer que a literatura dos escritores de fronteira de língua inglesa percorresse o mundo. Essa conferência alargou a discussão entre diferentes locais

de África juntando escritores de fronteira de toda África e ela proporcionou um espaço em comum para os autores discutirem questões sobre seu continente. Mas o encontro de Makerere continuava a relegar a literatura escrita em línguas africanas para um nível inferior em divulgação, discussão e produção.

O segundo importante fato que ocorreu em Makerere foi a ação de um jovem e curioso escritor que ainda era estudante dessa universidade. Em 1962, James wa Thiong'o era um desconhecido escritor, mas já tinha alguma experiência em escrever contos e peças de teatro, além de ter produzido artigos para jornais. O jovem autor queria conhecer o escritor sul-africano Es'kia Mphahlele (1919-2008), cuja autobiografia, *Down Second Avenue* (1959) o havia impressionado. E queria entregar o manuscrito de um livro para Chinua Achebe (THIONG'O, 1962, p. 7). Achebe tomou conhecimento do escrito e o recomendou para ser publicado na *Heinemann African Writer Series*, que se interessou em expandir suas publicações para o leste africano.

Foi por meio de Achebe que Thiong'o conseguiu publicar sua primeira obra, *Weep Not, Child* (1964), e iniciar uma longa relação com a Heinemann. Achebe trabalhava como assessor de editoração da editora (CURREY, 2003, p. 576). A indicação de Achebe foi essencial para Thiong'o tornar-se um escritor. A Heinemann tinha apenas algumas obras publicadas, mas a decisão da editora, junto de Achebe, acabou por fortalecer uma série que se tornaria seminal nos estudos africanos com mais de trezentos títulos publicados (ACHEBE, 2009, p. 102).

Thiong'o e Achebe possuem semelhanças em seus escritos. Por serem escritores da mesma geração, escritores de fronteira, indivíduos de ex-colônias britânicas, atores de semelhantes cenários e de ocorrências históricas que guardam semelhanças, certos temas aparecem na obra de ambos. A interação entre colonizados e colonizadores, sempre catastrófica para os colonizados, a introdução da religião cristã e os conflitos que isso gerava no seio de suas sociedades e a produção de diegeses baseadas em suas experiências coloniais que estão amparadas em seus devidos grupos culturais, ou seja, igbo para Achebe e quicuío para Thiong'o, são recorrentes. Mas ao analisá-los em suas particularidades descobre-se que, nas profundezas de suas mentalidades, moram diferenças que foram responsáveis em guiar esses autores para diferentes rumos.

As diegeses de Achebe estão embasadas no povo igbo, em sua história, costumes e região e a diegese de Thiong'o se amparam no povo quicuío. Ambos trabalham como seus devidos grupos culturais se relacionaram com os colonizadores, mas cada um desses grupos se relacionou de formas diferentes. E, mesmo dentro desses grupos, foram variadas as experiências da colonização. Ambos autores recontam a história de seus povos, ou seja, oferecem

conhecimentos históricos ao leitor. Essas experiências possuem semelhanças (educação cristã e ocidental, educação em língua inglesa, educação autóctone e em contato com novas formas governamentais, econômicas e culturais), e possuem diferenças (relações familiares diferentes, experiências culturais autóctones diferentes, línguas africanas diferentes, diferentes formas de se relacionar com a introdução do inglês e relação com diferentes fatos históricos).

Os autores africanos que cresceram sob a opressão colonial tenderam a escrever contra um pessimismo em relação aos povos africanos. Escritores como Achebe, Thiong'o, Soyinka, Alex la Guma (1925-1985) ou Ousmane Sembène (1923-2007), por exemplo. Esses escritores forneceram uma narrativa que destoava das narrativas dos colonizadores, cumprindo uma função didática e decolonial (ARAB, 1979, p. 6). Durante o período colonial os escritos sobre África e seus povos era concentrado nas academias dominadas por brancos e por vieses, em grande medida, racistas. Para Achebe, um dos seus objetivos como escritor era contrapor o discurso de África realizado por europeus (ACHEBE, 2009, p. 66). Desse modo, a literatura africana dessa geração pode ser compreendida por um viés decolonial.

A escrita de Achebe e de Thiong'o promovem uma desocidentalização. Essa desocidentalização promove uma cultura que antes era julgada como inferior, neste caso, as culturas igbo e quicuiu, trazendo à tona dados culturais pertencentes a esses povos que agora podem ser celebrados e vividos sem uma força que os oprima. A história dos povos outrora silenciados é reconquistada, afastando a predominância da história dos colonizadores e seus feitos coloniais e genocidas das mentes desses povos que se recuperam. Se essa reconquista da própria história não elimina a intromissão da história europeia em suas vidas, ao menos ela diminui o espaço dela na vida dos ex-colonizados. Esses dois intelectuais e romancistas tratam de tingir as cores do presente com dados positivos de seus respectivos povos. Isso valoriza suas culturas e é um processo onde se deixa de ser o africano incivilizado da narrativa colonial europeia e o se adquire humanidade não por se tornar igual ao antigo colonizador, mas por ter sua humanidade reconhecida e celebrada na diferença de sua existência (MIGNOLO, 2011, p. 49). De outra forma, somos humanos não porque somos como os europeus, somos humanos dentro de nossas próprias características civilizacionais.

Achebe e Thiong'o oferecem uma descolonização mental. Ocorre que esse processo de descolonização não impede que as sociedades pós-independência de África adotem meios linguísticos, culturais, políticos e econômicos introduzidos pela Europa. Pode parecer paradoxo falar em descolonização e desocidentalização enquanto se mantém estruturas de origem europeia. Mas o processo de colonização foi longo e o processo de descolonização também o

é. E, talvez, nunca seja completo num mundo globalizado onde o passado e o presente de África estão conectados com outros locais.

Apesar de pensadores negros como o americano W.E.B. Du Bois (1868-1963) e o jamaicano Marcus Garvey (1887-1940) já produzirem escritos sobre África e haver escritos de africanos, como o de Olaudah Equiano (1745-1797), o número de africanos produzindo sobre a África só se torna relevante e de alcance mundial com a geração dos escritores de fronteira que surge junto dos processos de independência e descolonização.

A geração de escritores de fronteira produziu com propósitos semelhantes (descolonizar, afirmar a humanidade dos africanos e, por vezes, orientar possibilidades de futuro), mas atuou politicamente com propósitos variados. Enquanto o interesse em escrever era mostrar ao mundo e aos africanos que a África não era uma região de barbarismo e de incivilidade, os escritores de fronteira ofereciam uma emancipação do conhecimento produzido por europeus sobre África. Mas as estradas para o futuro eram variadas. Alguns países enveredavam no caminho socialista como a Gana de Kwame Nkrumah (1909-1972). Outros seguiam a rota do capitalismo como o Quênia de Jomo Kenyatta (1894-1978).

Thiong'o e Achebe participaram desses processos, mas as estradas que eles tomaram foram em direções diferentes. Ambos tinham interesse em questões políticas e nos rumos de seus respectivos países e do continente. Mas os meios pelos quais eles examinavam a realidade eram divergentes e os futuros que eles desejavam também.

Thiong'o, Achebe e a política das línguas em África

O raiar das independências descambou em estados autoritários por quase todo o continente africano. As lógicas de partido único não permitiam o dissenso, a estrutura repressiva dos regimes coloniais e a forma de poder autocrático dos colonizadores fizeram escola, e as elites pós-coloniais estavam mais interessadas em garantir seu poder. Frantz Fanon (1925-1961) e Amílcar Cabral (1924-1973) escreveram que as elites nativas, educadas nas metrópoles, tinham mais interesse em se tornar os novos senhores dos estados africanos do que prosseguir com uma mudança revolucionária (FANON, 2004, p. 16; CABRAL, 2016, p. 43). No contexto da Guerra Fria, diversos regimes socialistas foram criados no continente. Não menos autocráticos que seus vizinhos capitalistas. Guerras civis, golpes e boicotes por parte do Ocidente tornaram-se parte da vida dos africanos. Foi nesse cenário que Achebe e Thiong'o se desenvolveram como escritores de renome. E, para além das injustiças do passado colonial, o cenário pós-colonial os inspirou a escreverem.

Em seus respectivos países Achebe e Thiong'o desafiaram seus governantes autocratas. Denunciavam os abusos dos sistemas em que viviam e criticavam a desigualdade, injustiça e violência dos regimes pós-coloniais. Não eram apenas romancistas, mas agentes de transformação social em seus respectivos locais de atuação. Em 1966, Achebe publicou *A Man of The People*, obra que satirizava um país fictício muito semelhante com a Nigéria (ACHEBE, 2009b, p. 6). No mesmo ano a Nigéria sofreu dois golpes de estado, um em janeiro e outro em julho. O primeiro, foi realizado majoritariamente por militares do grupo cultural igbo, e o segundo por soldados hauçás e fulanis que passaram a perseguir os igbos. Isso gerou um fluxo migratória de igbos que fugiam da perseguição violenta por todo o país. Achebe foi obrigado a fugir de Lagos porque soldados o perseguiram para descobrir o que era mais forte, suas armas ou a escrita do autor (ACHEBE, 2009b, p. 5). Em menos de um ano, mais precisamente em julho de 1967, a Nigéria estaria em guerra civil, quando a região de Biafra, majoritariamente habitada pelos igbos, declarou independência e se tornou a República de Biafra, que existiu por três anos e teve entre seus mais ardentes defensores Chinua Achebe. Sua atuação ficou registrada em suas memórias, *There Was a Country*, de 2012, onde Achebe descreve sua atuação como político, militante e até diplomata em nome da breve república.

Do outro lado do continente, Thiong'o conheceu os horrores da guerra ainda nos tempos de escola. Quando explodiu a Insurgência Mau Mau, entre 1952 e 1960, Thiong'o viu sua mãe e irmão serem presos, viu sua comunidade ser desfeita, assistiu à construção de campos de concentração e ele mesmo foi detido mais de uma vez (OLUOCH-OLUNYA, 2000, p. 85). Os Mau Mau, mesmo que derrotados, marcariam a escrita de Thiong'o para sempre e eles aparecem em diversos de seus escritos, ora como personagens da diegese, ora como tema principal. Os guerrilheiros Mau Mau aparecem como exemplos históricos a serem seguidos na luta contra o imperialismo. Esse embate colonial marcou a vida de Thiong'o, mas seu embate contra a autocracia ultrapassou o período colonial. Após a independência, Thiong'o se tornou professor do departamento de literatura de Universidade de Nairóbi. E, foi dessa posição que ele passou a militar pela literatura africana e por um caminho socialista para o Quênia, África e até mesmo para o terceiro mundo dentro do contexto da Guerra Fria.

Quando ele era professor ele foi convidado pela comunidade da aldeia de Kamiriithu para formar um centro educativo. Kamiriithu era uma antiga aldeia criada pelos britânicos no tempo da Insurgência Mau Mau para prender guerrilheiros e seus apoiadores. Após o fim das hostilidades, muitas pessoas continuaram a viver no local. Oficialmente chamado de *Kamiriithu Community Education and Cultural Centre*, o local oferecia aos quicuios da região alfabetização, aulas de teatro e, uma experiência que foi muito importante na formação

intelectual de Thiong'o, a possibilidade de se produzir uma peça de teatro num processo coletivo de colaboração.

No contato com Kamiriithu foi que Thiong'o se deparou com o problema de ser um escritor que escrevia em inglês. Como escrever em inglês quando o público que se deseja atingir não é alfabetizado em inglês? A solução foi trocar o inglês pelo quicuio. A experiência marcaria o autor e seria entendida por ele como uma quebra epistemológica em sua carreira (THIONG'O, 2005, p. 44). Assim nasceu *Ngaahika Ndeenda (I Will Marry When I Want)*, em 1977. A obra, escrita por Thiong'o e Ngugi wa Mirii (1951-2008), mas com a avaliação e reescrita de certas partes pela comunidade de Kamiriithu acabou sendo um sucesso que atraiu, não só os olhares da população queniana, mas a atenção das autoridades do país. O governo pós-colonial se sentiu ameaçado pelo sucesso da peça e sua retórica anticapitalista. Proibiu suas exibições, fechou teatros onde ensaiavam, destruiu o centro de Kamiriithu e prendeu Thiong'o por um ano devido ao seu envolvimento com uma obra que criticava as autoridades e conclamava os trabalhadores a resistirem ao poder neocolonial representado pelas elites.

Nesse ponto, mora a diferença entre Achebe e Thiong'o. Ainda que ambos quisessem escrever para os africanos, Thiong'o envereda por um questionamento: como escrever para emancipar a mente das classes trabalhadoras quando elas não têm o inglês como sua língua de vida cotidiana? Thiong'o queria que suas obras chegassem ao público que ele acreditava possuir um potencial revolucionário. É outra diferença entre Achebe e o queniano. Thiong'o enquadra o mundo através da ideia de luta de classes. Achebe não se apoderou de conceitos e teorias marxistas para pensar África e o mundo, Thiong'o, pelo contrário, o fez e adicionou-os aos seus escritos ensaísticos e fictícios.

Ao publicar seu terceiro livro, *A Grain of Wheat* (1976), James wa Thiong'o, mudou seu nome para Ngũgĩ wa Thiong'o. O autor alterou sua identidade atacando-a no nome ocidental que lhe foi dado e escolheu reencontrar um nome devidamente quicuio. Era um passo na africanização do seu ser. O ato de trazer o passado africano ao seu presente na tentativa de alterar a obra da colonização e pensar uma possibilidade de futuro foi importante para sua produção subsequente. Consideramos esse o primeiro passo na estrada que Thiong'o tomou em relação as línguas em que a literatura africana era produzida. A já relatada experiência de Kamiriithu mostrou ao autor a necessidade de se escrever em quicuio para atingir os aldeões e trabalhadores quenianos. O trabalho nesse local o levou para a prisão com outros prisioneiros políticos do regime de Jomo Kenyatta e seu sucessor, Daniel arap Moi (1924-2020). Mas a prisão deu ímpeto para o autor escrever seu primeiro romance totalmente produzido em quicuio,

escrito em rolos de papel higiênico (o único papel ao qual ele tinha acesso) (THIONG'O, 2018, p. 7), e publicado em 1980 sob o nome de *Devil on the Cross*.

A forma de Thiong'o pensar língua e literatura africana veio de sua experiência no Departamento de Literatura da Universidade de Nairóbi e nos debates com seus pares (THIONG'O, 2005, p.1), da experiência de Kamiriithu com uma comunidade quicuio e a influência de pensadores como Frantz Fanon, Amílcar Cabral e do escritor nigeriano Obi Wali (1932-1993). Em 1963, um ano após a conferência de Makerere, Wali escreveu que as possibilidades de exploração de uma língua fazem a literatura e que muito já havia sido feito pelo francês e pelo inglês. Era hora dos escritores africanos fazerem isso pelas línguas africanas (WALI, 1963, p. 14). Thiong'o, embarcou nessa missão.

Após o processo de colonização territorial das terras, foi aberto um espaço para a colonização da cultura e da mente dos africanos (THIONG'O, 2005, p. 16). Ocorre que, aos quicuios das terras centrais do Quênia, a colonização trouxe a língua inglesa que era ensinada em escolas das missões cristãs e em escolas independentes (assim chamadas porque eram dirigidas pelos próprios quicuios). Porém, as missões tratavam de impor uma educação onde o centro das matérias estudadas era o Reino Unido e a Europa. As escolas independentes, ainda que ensinassem o inglês, eram mais próximas dos interesses quicuios dentro do contexto colonial (BENNET, 1957, p. 122; KANOOGO, 1987, p. 79). A centralidade dos valores e saberes europeus predominou nos anos de escola secundária e até na Universidade de Makerere, onde Thiong'o se graduou. A história, a literatura, a geografia, a política e a filosofia eram todas ministradas tendo em seu centro a metrópole londrina e a Europa.

O desenvolvimento intelectual de Thiong'o, vai de um autor com um viés humanista e cristão (influência da educação cristã) para um autor com viés socialista e revolucionário. Thiong'o acredita que as línguas africanas são mantidas pelas classes com potencial revolucionário, ou seja, trabalhadores urbanos e aldeões (THIONG'O, 2005, p. 23). Por esse motivo, seu interesse é escrever para a libertação dessas pessoas contra as correntes do capitalismo e do imperialismo ocidental. A receita que o autor encontra é escrever em quicuio, pois é a língua com a qual ele consegue se comunicar com seu público-alvo. Sobre as classes superiores, Thiong'o afirma que elas são mentalmente dominadas pela cultura e pelas línguas europeias e isso causa o seu afastamento da realidade africana em que os subalternos vivem. Enquanto Thiong'o se ampara em Fanon para pensar as classes superiores como separadas da realidade das classes baixas, o revolucionário e pensador marxista da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, fornece ao queniano o pensamento sobre cultura.

Cabral via no reencontro com a cultura africana a base para contestação do colonialismo (CABRAL, 2016, p. 38-39), Thiong'o dá um passo além nessa ideia. Para o autor, no resgate da cultura é necessário recuperar as línguas apagadas ou rebaixadas pelo projeto colonialista. As línguas africanas, na forma como Thiong'o as encara, são portadoras de cultura. Segundo Thiong'o, as línguas e suas tradições orais e literárias carregam valores que permitem que as pessoas conheçam a si mesmas e o mundo que as cercam. E, como a linguagem afeta a maneira como as pessoas se compreendem e entendem o mundo, a introdução de uma outra língua altera essas lógicas (THIONG'O, 2005, p. 16). Para Thiong'o, a introdução do inglês na vida quicuio fez com que eles tivessem visão de mundo alterada e essa alteração é o que permitiu que os quicuios se tornassem mão de obra para os interesses europeus (THIONG'O, 2005, p. 15).

Foi contra isso que Thiong'o se posicionou ao defender em sua obra de 1986, *Decolonizing the Mind*, o retorno dos escritores africanos ao uso das línguas africanas. Thiong'o deseja que os escritores africanos façam por suas línguas aquilo que os escritores europeus fizeram pelas suas, consolidando-as e enriquecendo-as (THIONG'O, 2005, p. 6). Porém, essa missão designada por Thiong'o não abre muitas possibilidades de desfecho senão um: a escrita de autores africanos em línguas africanas deve estar conecta com os interesses das classes mais baixas e produzir escritos que levem à democracia, ao socialismo entre os povos do mundo e à derrota do imperialismo (THIONG'O, 2005, p. 30).

A colonização, na obra de Thiong'o, aparece como um fato que afastou os africanos de sua africanidade. Isso é entendido como a separação entre um grupo e sua língua de vida comunal e de interação entre as pessoas e o ambiente em que habitam. Isso cria uma situação onde o africano habita uma esfera linguística que não representa sua realidade (THIONG'O, 2005, p. 28). Como a cultura se transmite na comunicação entre seres humanos e em suas ações e experiências (THIONG'O, 2005, p. 14), o colonialismo se infiltrou nesse processo que existia sem a interferência europeia, alterando-o. Isso criou uma situação onde a mente do africano que habita África é moldada para e por padrões europeus, alienando o africano de sua própria cultura e realidade. Thiong'o entende que a fala e a escrita cumprem a missão de dar sentido à vida de determinado povo e de lhes informar sobre sua própria realidade. Alienados da língua e de sua cultura pelos colonialistas os povos se tornam passíveis de serem explorados. Thiong'o coloca a cultura na linha de frente do combate contra o imperialismo porque é através dela, acredita o autor, que o legado do colonialismo pode ser combatido.

Nesse ponto, existe uma importante relação entre cultura e história na obra e no pensamento de Thiong'o. Se o imperialismo busca negar o processo histórico dos povos africanos através da dominação e apagamento de sua cultura (CABRAL, 2016, p. 37), a busca

pela cultura autóctone de determinado povo africano é o método pelo qual esse determinado povo vai conseguir se recolocar novamente nos trilhos de sua própria história (CABRAL, 2016, p. 38-39). O autor queniano acredita que a história é um jogo dicotômico entre aqueles que buscam dominar e aqueles que resistem e, nesse enredo, personagens históricos são heroicizados com o propósito de servirem de exemplos históricos de resistência para os seus leitores. Exemplo disso é o personagem Matigari (1986) da obra de mesmo nome. Matigari vaga pela África pós-colonial denunciando a injustiça, o neocolonialismo, o imperialismo e conclamando o povo à luta armada contra as elites nativas que ele considera agentes dos interesses do ocidente, em outras palavras, Matigari faz um chamado à revolução socialista.

A proposta de descolonização das mentes de Thiong'o prevê que as línguas europeias sejam eliminadas da literatura, do teatro e de todos escritos africanos. O autor acredita que o contínuo uso das línguas europeias são resquícios coloniais que mantêm a África no seu estágio neocolonial. O uso de línguas europeias na literatura escrita por africanos, para Thiong'o, não constitui literatura africana, mas sim literatura afro-europeia. Wole Soyinka, Chinua Achebe, Ayi Kwei Armah (1939) são, então, escritores de literatura afro-europeia e, dentro dessa nomenclatura, Thiong'o entende que essas literaturas estão mais próximas das classes burguesas (THIONG'O, 2005, p. 27). Autores como Okot p'Bitek (1931-1982) e Tom Mboya (1930-1969), por escreverem em línguas africanas, são escritores de literatura africana que estão mais próximos das classes trabalhadoras (THIONG'O, 2005, p. 24).

Para ser uma literatura considerada africana, o autor acredita que ela deve ser escrita em alguma língua africana. Dado que a língua, como portadora da cultura, tem o poder de reconectar os povos colonizados com sua cultura e, por consequência, com sua história, o intelectual africano que produz em línguas africanas cumpre esse objetivo. Mas na escrita em línguas europeias mora o manutenção da situação neocolonial de África. Thiong'o rejeita a hierarquia das línguas imposta pela modernidade ocidental. Outro ponto do autor é que ele não advoga uma nova hierarquização das línguas. Não é seu objetivo fazer as línguas africanas superiores, mas permitir que elas coexistam em situação de igualdade e em conexão com as outras línguas do planeta, enriquecendo-as e sendo enriquecidas por elas (THIONG'O, CANTALUPO, 2016, p. 11).

Diferente de Thiong'o, Achebe produziu em inglês por toda sua vida. O autor encontrou nessa língua o seu meio de expressão. Achebe não foi menos ativo socialmente como escritor e, em 1968, ele apresentou um artigo sobre a missão do escritor: escrever para denunciar as injustiças que afetam as pessoas (OGUNGBESAN, 1974, p. 46). Achebe se pronunciou sobre a função da literatura ao afirmar que a arte deve estar a serviço da comunidade para tornar a

vida mais fácil (ROWELL, 1990, p. 86) por nos fornecer interpretações sobre a vida para os mais diversos momentos de nossas existências e que isso é realizado por escritores africanos sérios (ROWELL, 1990, p. 88). Achebe até mesmo expressa que os escritores existem porque o mundo está cheio de problemas para serem debatidos (OGBAA; ACHEBE, 1981, p. 4).

A visão de Achebe sobre a literatura africana é menos dogmática do que a visão de Thiong'o, porém, ao mesmo tempo, ela é menos precisa, no sentido de que ela pode se encaixar em qualquer modelo ideológico e político. Enquanto Thiong'o expõem o problema com bases fundamentadas em seu pensamento influenciado por Fanon e Cabral e fornece a solução com propostas socialistas, Achebe fornece uma resposta aberta. Tornar a vida melhor, interpretar a vida e deixar a arte ao serviço da comunidade são expressões que permitem uma miríade de possibilidades de interpretações e conclusões. Achebe chega a argumentar que todo o desenvolvimento de um país, como a Nigéria, depende da capacidade da literatura em permitir que valores sejam transmitidos aos leitores de modo a fazer com que façam escolhas e lutem (OGBAA; ACHEBE, 1981, p. 13). Trata-se de uma afirmação abstrata, dado que os valores não são pontuados. Ademais, enquanto Thiong'o possui um interesse maior em reconquistar uma africanidade impactada pelo colonialismo, Achebe declara que ter nascido nessa encruzilhada entre dois mundos foi a melhor coisa que lhe ocorreu como escritor (ROWELL, 1990, p. 101). Ou seja, enquanto Thiong'o critica as imposições coloniais, Achebe consegue reconhecer vantagens nesse entrecruzamento de culturas.

Perguntas que já foram colocadas por outros autores podem nos ajudar a identificar e separar as ideias de Thiong'o e de Achebe. Pode-se perguntar o que é linguagem para cada um dos autores, qual o objetivo da escrita em determinada língua, o que e quem o escritor busca com seus escritos e qual a relação do uso de uma língua para seu contexto (BOTWE-ASAMOAH, 2001, p. 747-748)? Como Thiong'o, as percepções de Achebe vem de seu entorno cultural igbo, na relação de seu grupo cultural com os colonizadores britânicos e no seu percurso biográfico dentro de conjunturas históricas. Achebe declarou que escrevia sobre o seu povo e que em sua escrita havia conhecimentos antropológicos e sociológicos sobre os igbos. O autor nigeriano acredita que seus livros cumpriam uma função de explicar o mundo dos igbos ao restante do mundo (OGBAA, ACHEBE, 1981, p. 1). Achebe reconhece que a leitura de suas obras por brancos expande o arcabouço intelectual dessas pessoas, uma vez que permite que elas saboreiem um mundo além do europeu (ACHEBE, NWACHURWU-AGBADA, 1987, p. 285). Apesar da intromissão colonial, Achebe não considera que a cultura igbo foi destruída pelos europeus, mas foi profundamente abalada. Ele compreende esse processo de culturas que se chocam e se influenciam como uma constante na história mundial.

Os igbos sofreram sob o colonialismo, tiveram sua cultura influenciada por uma força estrangeira, mas mesmo que ela tenha se modificado, ela permanece viva (OGBAA, ACHEBE, 1981, p. 3). Por essa compreensão de Achebe quanto aos igbos, fica mais fácil de entender seu interesse na língua inglesa e em se considerar um autor africano que escreve em inglês.

Chinua Achebe pensa o uso da língua inglesa de maneira pragmática. O autor argumenta que a língua inglesa oferece uma forma para os nigerianos se comunicarem. Os mais diferentes grupos culturais e linguísticos do país podem, então, se comunicar por uma língua comum enquanto mantém suas línguas tradicionais em suas devidas comunidades. O contrário, Achebe acredita, seria ignorar as vantagens que o inglês trouxe para África (ROWELL, 1990, p. 95). Achebe não compartilha da visão de Thiong'o sobre o uso das línguas africanas e nem sobre a ideia do autor queniano em declarar que a literatura escrita em línguas europeias por africanos não é uma real literatura africana. Achebe joga de lado a crítica de Thiong'o sobre isso ser uma continuidade da obra do colonialismo. O autor crê que Thiong'o está faltando com a verdade ao tratar da língua inglesa e sua história no continente (ACHEBE, 2009, p. 100). Para o nigeriano, Thiong'o quer esconder as histórias da relação entre os povos autóctones de África e a língua inglesa. Achebe critica o fato de Thiong'o dizer que o inglês foi uma imposição britânica (ACHEBE, 2009, p. 107).

Thiong'o mergulha pouco na história da língua inglesa no Quênia colonial em seus escritos. Os quicuios procuraram o ensino em língua inglesa de modo a se engrenar nas instituições introduzidas pelo controle colonial. Os quicuios até acabaram favorecidos linguisticamente uma vez que os colonizadores britânicos optaram por descartar o suaíli na comunicação com os povos das regiões centrais da colônia do Quênia e optaram por utilizar o quicuiu em sua relação com os autóctones (PETERSON, 2006, p. 191). A própria criação de um alfabeto quicuiu foi produzida por europeus que estudavam a língua e algumas traduções da Bíblia foram realizadas para o quicuiu como parte dos esforços de conversão.

Por momentos, na história da língua inglesa na colônia do Quênia, não se trata de uma imposição direta dos colonialistas, mas uma imposição indireta. Ainda que eles não obrigassem o estudo da língua inglesa (a obrigação só ocorreria em 1952, com o início da Insurgência Mau Mau), somente essa língua dava acesso à modernidade europeia. Podia se viver a falar quicuiu, mas falar quicuiu não dava acesso ao mundo que os colonialistas criavam e o mundo pré-colonial, onde o quicuiu era mais relevante, estava desmoronando. Ocorre que no Quênia colonial, o mundo quicuiu era alterado em sua política, economia e sociabilidade. E a história da relação dos quicuios com os britânicos mostra que eles ora se alinhavam, ora lutavam contra

os colonizadores e que, nunca houve uma posição geral e unânime entre os quicuios sobre os europeus (MAXON, 2002, p. 93).

Thiong'o e Achebe são frutos da intromissão colonial e da relação de seus povos com os colonizadores. O inglês permitiu o sucesso de ambos na vida colonial e pós-colonial. A diferença é que o autor nigeriano pensa a língua por um viés pragmático e culpa o pluralismo linguístico de África pelo uso das línguas europeias (ACHEBE, 2009, p. 109) e, o autor queniano, culpa o imperialismo europeu pelo uso das línguas desse continente. Achebe pode ser entendido como parte do grupo dos autores africanos que consideram sua literatura de um ponto de vista pragmático, enquanto Thiong'o compreende a literatura escrita por africanos em línguas europeias, como uma subordinação à Europa (BOTWE-ASAMOAH, 2001, p. 746). Ainda que Thiong'o tenha afirmado que as classes subalternas poderiam africanizar o inglês, do mesmo modo que existe um inglês australiano ou nigeriano (THIONG'O, 1985, p. 113), ele passa a desconsiderar essa premissa porque o uso do inglês sempre constitui uma continuação do colonialismo, ou seja, uma língua alienígena aos povos africanos não pode refletir uma cultura e história de povos africanos.

A questão da história e cultura não perturba Achebe, porque ele não busca profundas mudanças no sistema, ele vê o problema na liderança nigeriana e sua forma de gerir as instituições. Enquanto Thiong'o propõem soluções coletivas e impostas de baixo para cima de modo a fazer com que essa hierarquia social capitalista seja superada, Achebe mira nas elites nigerianas e africanas. Ele crê que um sistema político é constituído de líderes e seguidores e pensa que eles devem se apoiar mutuamente para realizar um objetivo (ACHEBE, 2009, p. 141-141). Ele identifica que na Nigéria isso não ocorre, mas ao mesmo tempo, Achebe não discute quais as possibilidades de futuro. Achebe não discute propostas coletivistas, ele apenas crê que uma liderança forte e responsável é necessária para guiar os países africanos a qualquer rumo que seja e não pode haver sucesso social sem lideranças efetivas (ACHEBE, 2009, p. 142). Achebe reconhece que existem diversos tipos de lideranças: políticas, militares, intelectuais, industriais, técnicas, entre outras, e que essas lideranças tem o dever de influenciar e guiar as massas. Ele imagina uma hierarquia onde as lideranças, acima das massas, podem lhes dizer o que e como fazer (ACHEBE, 2009, p. 145). Ao seu ver, não existe mundo sem elites, mas mundo com elites justas ou não (ACHEBE, 2009, p. 147). Acredita, o autor, que os problemas de seu país e de África podem ser resolvidos por uma elite iluminada. O problema, segundo Achebe, não está no sistema político e econômico, mas nas pessoas que estão a controlar as instituições que regem o sistema (ACHEBE, 2009, p. 141).

Porém, a posição de nenhum dos autores é totalmente correta. Isso se deve a não compreenderem que estão a falar de posições históricas, geográficas e culturais diferentes (ainda que possam ser encontradas semelhanças). Nessa discussão, os autores ignoram as realidades de cada um deles e trazem suas particularidades locais para o cenário geral do continente africano e sua história em relação a língua inglesa. É como se eles interpretassem a África a partir de suas memórias pessoais e coletivas e a partir da história dos locais onde estão inseridos. Desse modo, Thiong'o não só produz literatura por um viés quicuío e Achebe por um viés igbo, mas ambos tendem a interpretar a colonização de outros locais de África a partir de suas experiências individuais e de seus grupos autóctones respectivos.

O principal fator que difere Thiong'o de Achebe é o enquadramento marxista do autor queniano em relação a realidade africana e o fato de ele compreender que uma língua carrega cultura e a força da vida comunal (BOTWE-ASAMOA, 2001, p. 750). Falar a sua língua de origem torna-se uma questão de orgulho e dignidade, além da literatura escrita em línguas africanas enriquecer as línguas do continente (BOTWE-ASAMOA, 2001, p. 752). O que Thiong'o tem em mente são os estados-nações europeus e suas línguas nacionais. Sua pergunta é: porque franceses, russos e alemães possuem línguas nacionais, enquanto nós, africanos e em estados-nações africanos, precisamos utilizar línguas importadas? Pode-se pensar que Thiong'o tenta resguardar valores quicuíos e a história desse povo desafiando a hierarquia linguística imposta pela Europa. E Achebe trata de entender os valores igbos e sua história no entrecruzamento desse povo com o fato colonial. O autor queniano quer descolonizar totalmente e o autor nigeriano quer descolonizar dentro de limites da praticidade de um mundo que ainda é dominado pelo Ocidente. Thiong'o tem pressa em derrotar o capitalismo europeu, Achebe pensa que o sistema não está errado, mas tem muito a melhorar.

Ainda que Achebe reconheça que a educação literária a qual foi exposto nas escolas coloniais lhe ensinasse uma incivilidade do africano em contraponto a civilidade do europeu (ACHEBE, 2009, p. 120-121), e que a linguagem dessas narrativas justificasse o imperialismo e o colonialismo (ACHEBE, 2009, p.160), Achebe concluiu que poderia se utilizar do inglês para rebater devidos discursos. Isso é algo que Thiong'o não segue. Pois, em sua ideia de descolonização mental, o uso de uma língua europeia não pode ser uma portadora de cultura e nem refletir a história de um povo africano.

Achebe encontra no inglês a própria forma de derrotar o colonialismo britânico. Podemos compreender da seguinte forma: o ocidente e a modernidade introduzida por ele no restante do mundo tratam de narrar suas virtudes, racionalidade e conquistas, enquanto esconde seus crimes (MIGNOLO, 2011, p. 2-3). Então, para autores que engrenam na modernidade

imposta sobre suas civilizações por forças colonizadoras e genocidas, usar a linguagem e a episteme dos europeus é uma maneira de denunciar e sabotar seus projetos desumanos. É isso que Achebe faz e foi isso que ele fez em *Things Fall Apart*, onde narra a desagregação do mundo igbo pré-colonial, sem romantizar os igbos, ao mesmo tempo que mostra o horror da colonização. E, os autores africanos que produziram e produzem em inglês, usam um inglês adaptado às suas experiências e aos seus mundos (MADUBUIKE, 1975, p. 147). Desse modo, Achebe se sente confortável em utilizar o inglês, não porque ele foi uma imposição, mas porque a aceitação da nacionalidade nigeriana (um estado-nação formado ao estilo europeu) por parte dos diferentes grupos culturais que formam a Nigéria, criou a necessidade de se utilizar uma língua comum, o inglês (ACHEBE, 2009, p. 122).

Thiong'o concorda com Achebe nas fronteiras legadas pelo colonialismo que deram origem aos estados-nações africanos, mas ele não está interessado em manter uma língua estrangeira como língua oficial de seu estado. Pode-se dizer que até mesmo se trata de um viés patriota interessado na soberania nacional. Mas essa afirmação não seria correta, porque Thiong'o acredita na união dos trabalhadores ao redor do mundo e sonha com um planeta unido sob a bandeira vermelha do socialismo. O projeto de Thiong'o é rico porque enxerga e valoriza a pluralidade de vidas e línguas e, dado que a língua carrega cultura e história, compreende um mundo não só multicultural, mas intercultural onde muitas histórias caibam e que não sejam impostas umas sobre as outras.

Conclusão

A história da língua inglesa em África é diversa como os povos que constituem o continente. Independente da forma que for estudada, sua história e a história da interação colonial com os habitantes de África é a história da expansão imperial da cosmovisão europeia sobre a África. Os problemas legados pelo colonialismo não são apenas de natureza econômica e política, mas impactaram e impactam as mentalidades e as culturas da África passada e hodierna. Na discussão sobre as línguas em que a literatura africana deve ou não ser produzida mora uma parte da história intelectual de África. Achebe e Thiong'o, junto com Soyinka e Ousmane, são os mais bem sucedidos escritores de fronteira cujas obras atravessaram todos os oceanos. Ainda que não sejamos capazes de dizer qual o desfecho de suas ideias para o futuro da literatura africana, compreendemos que suas ideias são fruto de suas experiências coloniais e pós-coloniais que os colocaram em choque com forças autocráticas. O debate entre Achebe e Thiong'o colocou em choque duas perspectivas para entender a situação de África através da literatura e sua relação com o público que desejavam influenciar. É preciso entender que a

literatura dos escritores de fronteira está carregada de história e de política e que esses são temas presentes na literatura africana.

A emancipação buscada por esses dois escritores para os africanos procura atuar na mente dos ex-colonizados. Enquanto a África se livrava geograficamente e institucionalmente do controle colonial, Achebe e Thiong'o buscam uma emancipação mental. Seus escritos reafirmam o orgulho, atacam o racismo, o colonialismo e prezam pela liberdade dos povos de África (KUNENE, 1992, p. 9). Achebe e Thiong'o faziam algo digno pelos seus povos, recuperavam e mantinham vivas histórias, memórias e tradições (ROTHWELL, 1980, p. 75). Temas que não estão longe de críticas, erros e de disputas entre intelectuais e suas maneiras de enquadrar o mundo e a vida. O debate sobre a literatura africana e qual língua é mais apta para lhe representar está longe de terminar. Achebe e Thiong'o são parte dessa história. O futuro? A possibilidade é de que a escrita em línguas europeias vá existir durante muito tempo em África, uma vez que também se tornaram línguas africanas e, as línguas africanas, vão continuar a ser utilizadas em diversas produções literárias, disputando espaço e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. **A Educação de uma Criança sob o Protetorado Britânico**. São Paulo: Editora Schwartz, 2009.
- ACHEBE, Chinua; NWACHURWU-AGBADA J.O.J.. An Interview with Chinua Achebe. **The Massachusetts Review**, v.38, n.2, 1987, pp.273-285.
- ACHEBE, Chinua. What is Nigeria to me? In: ACHEBE, Chinua. **Africa's Tarnished Name**. Penguin Random House, 2009b, pp.1-9.
- ARAB, Si, Abderrahme. **The Novel as a Chronicle of Decolonization in Africa**. Sussex: University of Sussex, 1979.
- BENNET, George. The Development of Political Organizations in Kenya. **Political Studies**, v. 5, n. 2, 1957, pp.113-130
- BOTWE-ASAMOAH, Kwame. African Literature in European Languages: Implications for the Living Literature. **Journal of Black Studies**, v.31, n.6, July, 2001, pp.746-763.
- CABRAL, Amílcar. Libertação Nacional e Cultura. In: MONDAINI, Marco. **Cultura em Tempos de Libertação Nacional e Revolução Social: Amílcar Cabral, Samora Machel e Mário de Andrade**. Recife: Editora UFPE, 2016, pp.31-58.
- CURREY, James. Chinua Achebe, the African Writer Series and the Establishment of African Literature. **African Affairs**, v.2, n.409, 2003, pp.575-585.
- FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. New York: Grove Press, 2004.
- KANOGO, Tabitha. **Squatters & the Roots of Mau Mau**. James Currey Ltd. London, 1987.

- KUNENE, Daniel P. African-Language Literature: Literature and Hope. **Research in African Literatures**, v.23, n.1, 1992, pp.7-15.
- MADUBUIKE, Ihechukwu. Chinua Achebe: His Ideas on African Literature. **Présence Africaine**, n.93, 1975, pp.140-152.
- MAXON, Robert M. Colonial Conquest and Administration. In: OCHIENG, William R. (Edt.). **Historical Studies and Social Change in Western Kenya**. Nairobi: East African Educational Publishers Ltd., 2002, pp.93-109.
- MIGNOLO, Walter D. **The Darker Side of Western Modernity**. Durham: Duke University Press, Durham & London, 2011.
- PETERSON, Derek R. Language Work and Colonial Politics in Eastern Africa: The Making of Standard Swahili and “School Kikuyu”. In: HOYT, David L.; OSLUND, Karen. **The Study of Language and the Politics of Community in Global Context**. Plymouth: Lexington Books, 2006, pp.181-210.
- ROTHWELL, Angela Downing. Language and Theme in the novels of James Ngugi (Ngugi wa Thiong’o). **Atlantis: Revista de la Asociación Española de Estudios Anglo-Norteamericanos**, v. 2, n. 2, 1980, pp. 74-87.
- ROWELL, Charles H. An Interview with Chinua Achebe. **Callaloo**, v. 13, n.1, 1990, pp.86-101.
- WALI, Obiajunwa. The Dead End of African Literature? **Transition**, n. 10, 1963, pp.13-16.
- OGBAA, Kalu; ACHEBE, Chinua. An Interview with Chinua Achebe. **Research in African Literature**, v. 12, n.1, 1981, pp.1-13.
- OGUNGBESAN, Kolawole. Politics and the African Writer. **African Studies Review**, v.17, n.1, May, 1974, pp.43-53.
- OLUOCH-OLUNYA, Garnette. **Contextualising Post-Independence Anglophone African Writing: Ayi Kwei Armah and Ngugi wa Thiong’o compared**. Glasgow: University of Glasgow, 2000.
- THIONG’O, Ngũgĩ wa; CANTALUPO, Charles. African Literature... Says Who? **Transition**, n.20, 2016, pp.4-21.
- THIONG’O, Ngũgĩ wa. **Decolonizing the Mind**. Portsmouth: James Currey, 2005.
- THIONG’O, Ngũgĩ wa. **Wrestling with the Devil**. London: Vintage, 2018.

Léopold Senghor & Cheikh Anta Diop, rivais: Descolonização e Unidade Africana

Camille Johann Scholl¹, PUCRS

Resumo

Este trabalho pretende fazer uma análise entre o pensamento de dois eminentes intelectuais senegaleses, Léopold Sédar Senghor e Cheikh Anta Diop, tendo como linha condutora as distintas interpretações a respeito da descolonização e da construção da Unidade Africana. Trata-se de pontuar as dissensões políticas e intelectuais com um olhar para o contexto histórico, pontuando como forjaram distintas interpretações a respeito da “África Negra”.

Palavras-Chave: Léopold Sédar Senghor; Cheikh Anta Diop; Descolonização; Unidade Africana.

Abstract

This work proposes an analysis between the thinking of two eminent Senegalese intellectuals, Léopold Sédar Senghor and Cheikh Anta Diop. The guideline is different interpretations regarding the decolonization and the construction of an African Unity. It delimits the intellectual and political dissension, looking at the historical context, pointing out how they forged different interpretations about “Black Africa”.

Keywords: Léopold Sédar Senghor; Cheikh Anta Diop; Decolonization; African Unity.

Descolonização e Unidade Africana, temas comuns pautados entre dois intelectuais nascidos no Senegal: Léopold Sédar Senghor e Cheikh Anta Diop. Provindos de origens distintas, Senghor, um serere católico e Anta Diop, um wolof e islâmico, ambos tiveram a formação possibilitada para a elite colonial nativa senegalesa: rumaram para Paris para realizarem os estudos superiores, Senghor em 1928, Diop em 1946.

No campo intelectual e político tiveram profundas dissensões, que serão analisadas por este artigo, com a pretensão de perscrutar as suas diferentes filiações partidárias, que estão estritamente vinculadas com as visões sobre como o processo de descolonização deveria ser construído no continente africano.

Trata-se de investigar a construção do processo de descolonização, em linhas gerais, com foco na experiência da África Ocidental Francesa, tendo em vista pensar a opção pela via do federalismo – e permanência da ideia, após a falência de algumas experiências, como a Federação do Málí². Assim, pretende-se olhar para os diferentes projetos políticos e visões sobre a Unidade Africana, a partir destes dois icônicos intelectuais e políticos senegaleses, Senghor e Diop.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientada pelo Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes e bolsista de doutorado da CAPES.

² Esta abarcava o território do atual Senegal e Málí e teve duração de alguns meses entre 1959-1960.

Léopold Senghor no contexto da União Francesa à “Loi-Cadre Defferre” (1946-1956)

Um marco fundamental no prelúdio das negociações pela descolonização no contexto francês pós-guerra (1945-1946) foi a criação dos partidos políticos africanos. Como demonstra Suret-Canale e Boahen (2010), este foi em um contexto ainda de “assimilacionismo”, do qual o Senegal era colônia exemplar. Os autores ressaltam estas novas organizações políticas africanas estavam vinculados com os partidos franceses:

Convém todavia sublinhar que, contrariamente aos seus homólogos das colônias britânicas, estes partidos estavam associados a partidos franceses, por vezes como o seu prolongamento direto: tal é o caso do Partido Socialista, no tocante ao qual a Federação do Senegal dominaria a vida política desse território até 1948. [...] Frente à contra--ofensiva colonial desenvolvida no curso do verão de 1946, alguns africanos eleitos convocaram uma reunião de todos os partidos políticos em Bamako, em outubro de 1946 (SURET-CANALE e BOAHEN, 2010, p. 208-209).

Neste contexto, Léopold Senghor, então deputado da Assembleia Nacional Francesa pelo Senegal desde 1945, acompanha, de dentro do sistema político francês, todas as convulsões e reconfigurações da França e seu Império no pós-guerra, assim como participa da forja, junto aos outros deputados da Assembleia Nacional Francesa representando os “territórios africanos”, de uma reordenação jurídica das antigas colônias – o que desembocou na construção de uma via política para a descolonização. Neste período, Senghor era filiado à Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO) - com vínculos socialistas. No Senegal, a SFIO tem desencontros internos: Lamine Gueye, o líder socialista no Senegal, era muito mais voltado aos interesses de uma elite ligada à cidade de Saint-Louis e Senghor, neste momento, está muito mais preocupado com os interesses da população rural.

Em decorrência da cisão política, Senghor une-se a Mamadou Dia, criando o “*Bloc Démocratique Sénégalaise*” (BDS), em 1948, ao desfiliar-se da SFIO. Assim, enquanto os socialistas de Gueye faziam suas campanhas no espaço urbano, Senghor dava prioridade às zonas rurais e criava laços com as autoridades tradicionais, assim como as islamizadas (COLEMAN, 1964). O BDS era caracterizado como:

uma ‘federação orgânica’ a qual as pessoas poderiam associar-se individualmente ou por grupos regionais ou intermediários, como o fez a *Tukolor Union Général des Originaires de la Vallée du Fleuve* e o *Mouvement des forces Démocratiques de la Casamance*, como também o fizeram pequenos grupos étnicos e locais. O partido enfatizava valores e interesses

africanos e advogava medidas econômicas e sociais simples que tinham apelo a população rural³ (COLEMAN, 1964, p. 20).

Nesta conjuntura é que Senghor e Mamadou Dia, líderes do BDS, na Assembleia Nacional da França, vão alinhar-se com o grupo de deputados denominados “*Indépendants d’Outre-Mer*” (IOM). O grupo era composto por parlamentares representantes dos departamentos do continente africano, não alinhados aos socialistas e nem aos comunistas: uma terceira via. O IOM faz uma declaração em 1948, repetida nos mesmos termos em 1951, rejeitando o objetivo da independência imediata em prol de uma controlada e negociada, propondo a manutenção das relações com a Metrópole (Cooper, 2014, p. 190).

Em tal momento, Senghor pedia uma “solidariedade vertical” e uma ação comum entre a França e as suas antigas colônias, assim como defendia um “federalismo ativo”. Entre 1953 e 1954, o BDS requisitou uma revisão constitucional que possibilitasse a construção de uma grande Federação Francesa (Cooper, 2014, p. 238). Por “federalismo ativo” entendeu-se uma “descentralização dupla”: da França e dos governos gerais, em benefício das assembleias territoriais, democratizando o sistema.

Segundo análise de Elaigwu e Mazrui (2010, p. 529):

O Bloco Democrático Senegalês (BDS), liderado por Senghor soube, também ele, transcender os laços étnicos e mobilizar o povo senegalês, em prol da independência. Ainda mais notável, em um país predominantemente islâmico, o cristão Senghor obteve a adesão dos mais influentes marabutos muçulmanos, os quais desempenharam um papel de primeira grandeza em sua vitória sobre o seu rival Lamine Gueye. O caso de Senghor denota, clara e primeiramente, a existência de um nascente, porém dinâmico, processo de edificação da nação, antes mesmo da independência. Oferecendo um belo exemplo de sucesso ecumênico, este católico governou um país composto por 80% de muçulmanos.

Neste processo de “edificação da nação antes da independência” é preciso ressaltar as tentativas de manutenção do sistema colonial em outros moldes, tal como ocorre em 1956 com a aprovação da “*Loi-Cadre Defferre*”: esta concede autonomia (com restrições) aos oito territórios da África Ocidental Francesa, descentraliza a administração de cada um dos oito territórios, introduz o sufrágio universal, concede autoridade às assembleias territoriais provendo um conselho de ministros e coloca um fim na política de assimilação, ou seja, pavimentou o caminho para as independências (COLEMAN et al., 1964, p. 22). As

³“An organic federation with wich people could be associated either individually or through regional or other intermediary groupings, such as Tukolor Union Général des Originaires de la Vallée du Fleuve and Mouvement des forces Démocratiques de la Casamance, as well as tiny local ethnic or craft groups. The party emphasized African Values and interests, and advocated specific economic and social measures wich had a direct appeal to the bush population.”.

modificações delineadas por esta lei foram aprovadas por conta dos debates parlamentares provindos do exterior da metrópole, ou seja, dos territórios africanos, muito embora o cenário, em 1956, já estava bastante radicalizado (Birmingham, 2009).

É neste contexto que se configura o discurso de Senghor, ainda muito com foco em análises culturais da África Negra, a respeito da questão da mestiçagem. Este representa uma inflexão no seu pensamento: pensar uma África Negra, enquanto unidade, a partir da chave explicativa da mestiçagem, “menos biológica”, e “sobretudo cultural” (Senghor, 1964). Concomitantemente, ele abarca em sua obra ponderações sobre o marxismo e passa a proferir uma interpretação sobre este, pensando uma nova via africana para construção do socialismo africano. Junto a isto, também já realiza uma autocrítica da própria obra, aceitando ser necessário ampliar as visões no que diz respeito às análises da “infra-estrutura” na perspectiva da dialética marxista.

Trata-se da proposição de uma nova tonalidade ao socialismo, por meio “africanização” deste no âmbito democrático, sob o alicerce de uma filosofia humanista, que segundo análises de Senghor, é própria do negro-africano. O autor mobiliza, então, alguns fundamentos do Movimento da Negritude (lançados uma década anterior, junto à Léon Damas e Aime Césaire) entrelaçando agora, a “*Négritude*” com novas realidades políticas.

Já a presença da mestiçagem, transportada para o âmbito político, configura-se pela ideia de conciliação, ou seja, advoga uma relação pacífica entre as diferenças. Desta forma, também emergem as ideias de federação e confederação – muito em diálogo com as soluções da IV República para reordenar a nação e evitar o conflito para além da Argélia (Sheppard, 2006).

Cheikh Anta Diop, o jovem comunista: da Conferência de Bamako ao RDA

A Conferência de Bamako, ocorrida após a instituição da União Francesa⁴, foi uma reunião de partidos convocada por deputados africanos eleitos para a Assembleia Nacional Francesa em Outubro de 1946, na cidade de Bamako, no Sudão Francês (atual Mali). O encontro ocorreu sob a liderança do deputado pela Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny⁵. Como

⁴ Houve uma reorganização da jurisdição do território da República. O formato da República Francesa dividia-se em França metropolitana, *département et région d'outre-mer*, a Argélia, os *Territoires d'outre-mer* (ex-colônias), Territórios associados (Camarões e Togo) e Estados associados (Marrocos, Tunísia, Camboja, Laos, Vietnam).

⁵ Segundo apresentação de Suret-Canale e Boahen (2010, p.209-210) “Félix Houphouët-Boigny, médico africano originário de uma família reinante do país baoulé, antigo chefe de cantão e grande plantador, fora em 1944 o criador do Sindicato Agrícola Africano, reunindo os plantadores africanos de café e de cacau. À época, eles encontravam-se envolvidos em um severo conflito com os colonos que haviam herdado do governo de Vichy importantes privilégios, tais como preços de compra preferenciais e o monopólio sobre a mão de obra, caracterizada pelo trabalho forçado, bem como sobre o equipamento”.

encaminhamento do mesmo, ocorre a criação do “*Rassemblement Démocratique Africain*” (RDA), um partido que aglutinava diferentes movimentos anticoloniais da África Ocidental e Equatorial Francesa, tendo como pautas a rejeição da assimilação assim como a solicitação pela independência política imediata das colônias francesas (BENOT, 1981, p. 99). O RDA, naquele período, acabou ficando estreitamente relacionado com o Partido Comunista Francês, com intelectuais formados em seus grupos de estudos. Também aglutinava o movimento sindical da “*Confédération Générale du Travail*” (CGT) e o movimento estudantil dos africanos em Paris.

Os debates do RDA foram marcados pela pauta do federalismo e pela defesa da independência imediata. Por ser vinculado ao Partido Comunista Francês, os deputados africanos vinculados aos socialistas, como Léopold Senghor, boicotaram o encontro em Bamako (BENOT, 1981, p. 99).

Cheikh Anta Diop foi integrante do movimento de estudantes dentro dos quadros do RDA, na “*Federação de Estudantes Africanos da França*” (FEANF). Os estudantes participantes do movimento do RDA são apresentados por Diop como mobilizadores de uma posição anticolonialista mais incisiva com base em uma perspectiva marxista, ao mesmo tempo em que valorizavam a questão do “conceito cultural”. Diz que:

Os arquivos da FEANF (Federação de Estudantes Africanos da França) indicam que ela não começou a adotar posições anticolonialistas até ser dirigida por estudantes da RDA. Enfatizamos o conteúdo cultural e político que incluímos no conceito de independência para que este seja adotado na África francófona [...] O conceito cultural chama especialmente a atenção aqui, o problema foi colocado em termos de restauração da personalidade nacional africana coletiva [...] Pode parecer tentador iludir as massas envolvidas em uma luta pela independência nacional, tomando liberdades com a verdade científica, revelando um passado mítico e embelezado⁶ (DIOP, 1974, p. 2).

Desde este período, em Diop, o aspecto cultural se relaciona mormente com a construção de uma “consciência histórica”. Tal se expressa pela percepção de que a “África Negra” seria um “contínuo histórico” (DIOP, 2012, p. 19) que tem sua gênese na civilização egípcia antiga: esta seria a precursora da civilização negro-africana, ou seja, haveria uma “maternidade egípcia” para as civilizações africanas. Neste sentido, politicamente, o autor define que a “alienação cultural” (DIOP, 2012, p. 30) é usada como arma de dominação, ou

⁶ “The archives of FEANF (Federation of African Students in France) indicate that it did not begin to adopt anticolonialist positions until it was directed by RDA students. We stressed the cultural and political content that we included in the concept of independence in order to get the latter adopted in French-Speaking Africa (...) The cultural concept especially will claim our attention here, the problem was posed in terms of restoring the collective national African personality (...) It could seem to tempting to delude the masses engaged in a struggle for national independence by taking liberties with scientific truth by unveiling a mythical, embellished past.”

seja, cada vez que um povo conquistou outro, tem dela se utilizado, negando ao dominado toda a “capacidade criativa” (DIOP, 2012, p. 30). É dentro deste escopo que um dos ataques ao colonialismo, defendidos por Diop, se trata da construção de uma consciência cultural e histórica dos significados da “África Negra”.

De forma que sua pesquisa, desenvolvida na Universidade de Paris entre 1948 e 1953, a qual resultou em sua tese, “Nações Negras e Culturas”⁷ estava engajada nas pautas do movimento anticolonial ao qual transitava. A tese tratou de expressar: “Todas as nossas ideias sobre a história africana, o passado e o futuro de nossas línguas, sua utilização nos campos científicos mais avançados e na educação em geral, nossos conceitos sobre a criação de um futuro estado federal, continental ou subcontinental.”⁸ (DIOP, 1974, p. 2) construindo uma “atividade intelectual” que contribuiria para despertar a “consciência cultural dos africanos”. (DIOP, 2012, p. 42).

Já na obra subsequente, “A Unidade Cultural da África Negra” (1959), Diop defende uma origem autóctone para o Egito Antigo: uma gênese “negra” e “africana”. Neste texto, ele justifica seu esforço científico na busca de “libertar a profunda unidade cultural que permaneceu vivaz sob ilusórias aparências de heterogeneidade” (DIOP, 2015, p. 9) em busca de mobilizar as condições materiais para “explicar os traços culturais comuns a todos os africanos, desde a vida doméstica até a da nação, passando pela superestrutura ideológica, os sucessos, os fracassos e as regressões técnicas” (DIOP, 2015, p. 9), tratando das bases da defesa de uma Unidade para os “Povos da África Negra”.

Estes textos são fundantes de uma ideia de “cultura africana” sinônimo de “cultura negra” ao qual ele contrapõe a uma “cultura nórdica” ou “cultura ariana”, dizendo que “em cada um destes domínios, tão diversificados, procurei desvendar o denominador da cultura africana por oposição à cultura nórdica” (DIOP, 2015, p. 10). Assim, Diop trabalha em prol da disseminação dessas ideias e torna-se um dos principais ideólogos de um discurso histórico – formando uma escola de historiadores africanos “diopistas” (Barry, 2000) – que trabalham em prol de pesquisas científicas com objetivo de embasar a ideia de “Unidade Africana”.

⁷ “Nações Negras e Cultura” foi a tese de doutorado de Cheikh Anta Diop, produto de suas pesquisas enquanto estudante da Universidade de Paris. Em 1951 defende a mesma, que não foi aprovada, demonstrando a delicadeza do tema em relação à conjuntura a qual foi apresentada. Em linhas gerais, ele arguia uma origem negra para o Egito Antigo. Diop, nos próximos anos, segue com suas investigações históricas complementando a tese. Publica a mesma, antes de ser aceita (o que ocorre em 1960, ano que Diop retorna ao Senegal).

⁸ “All our ideas on African history, the past and the future of our languages, their utilization in the most advanced scientific fields as in education generally, our concepts on the creation of a future federal state, continental or subcontinental”.

A unidade através da Federação: a experiência da Federação do Mali, querelas entre Senghor e Diop (1958-1960)

Para o contexto francês, a crise de Maio de 1958, que emerge por conta dos conflitos na Argélia, leva o General Charles de Gaulle novamente ao centro do poder em Paris (Shepard, 2006). Governando por decretos, é aberta uma nova Assembleia Constituinte que irá instituir a Quinta República e há a substituição da União Francesa pela Comunidade Francesa, momento ao qual, por intermédio da participação ativa de Félix Houphouët-Boigny, as colônias terão direito de escolha pela participação na Comunidade ou pela independência imediata⁹.

Nesta conjuntura, os deputados da Assembleia Nacional Francesa pelo Senegal – entre eles, Léopold Senghor e Mamadou Dia - assim como os do Sudão Francês, Alto Volta e Daomé reúnem-se em Bamako e depois em Dakar, para redação de uma constituição com vista de construir uma federação entre os estados da antiga África Ocidental Francesa, o que acaba por tomar forma com o nome de “Federação do Mali”. Esta prometia uma independência com associação à “Comunidade Francesa”.

No processo, o Daomé e o Alto Volta saem do projeto, e os representantes do Sudão Francês (representados por Modibo Keita) e do Senegal (representados por Senghor e Dia) agrupam-se no “*Parti de la Fédération Africaine*” (PFA). Neste contexto, a França abre negociações com os representantes da Federação do Mali para a transferência pacífica da soberania.

Com relação a experiência da Federação do Mali, iniciada em 1959, Senghor (1965, p.20) requeria a “realização de uma nação Negro-Africana, de língua francesa, da qual o estado federal, a Federação do Mali, constitui a primeira etapa”. Defende a ideia de federação a partir da teoria de Pierre-Joseph Proudhon – que faz parte do espectro de suas leituras do socialismo. Acaba por entrelaçar a teoria com o argumento do sucesso dos estados federados, como Estados Unidos da América, Canadá ou o Brasil, que seriam exemplos para a adequação da federação

⁹ Birmingham (2009, p. 22) analisa o processo da viagem de De Gaulle a África Ocidental e construção do que seria denominado a “via gaullista”: “He visited Africa dangling a carrot and wielding a stick. The carrot was the offer of special privileges to colonial politicians, funds for economic and educational development, and free access to Paris society where elite Africans felt culturally at home. The price was the acceptance of membership of a French union that would be much more closely knit than the British commonwealth and in which France would make the grand strategic decisions. The stick was short and blunt: any colony that voted Non to De Gaulle’s union would be cast out to fend for itself without access to the technical, financial or philosophical comforts.” Tradução livre: “Ele visitou a África balançando uma cenoura e empunhando um pedaço de pau. A cenoura era a oferta de privilégios especiais aos políticos coloniais, fundos para o desenvolvimento econômico e educacional e livre acesso à sociedade de Paris, onde os africanos de elite se sentiam culturalmente em casa. O preço era a aceitação da adesão de uma união francesa que seria muito mais estreitamente ligada que a comunidade britânica e na qual a França tomaria as grandes decisões estratégicas. O bastão era curto e direto: qualquer colônia que votasse ‘não’ na união de De Gaulle seria expulsa por si mesma sem acesso aos confortos técnicos, financeiros ou filosóficos.”

em território africano, a ser inserido dentro de uma estrutura política maior, a “*Commonwealth a la Française*” (SENGHOR, 1965, p. 20).

Tais ideias de Senghor estão inscritas na obra “*Nation et voie du socialisme africaine*”¹⁰. Portanto, percebe-se que Senghor de fato aspirava ser um “construtor de comunidades” ao “estilo federal” (Senghor, 1965). Assim, ele é assertivo quando afirma que a nação constrói a sua soberania com o desenvolvimento econômico – e as nações em emergência, como as do continente africano, correriam o perigo da balcanização.

Senghor define a via africana do socialismo: esta teria como alicerce um “tríplice inventário” que construiria o “nosso plano de desenvolvimento baseado em contribuições europeias, socialistas e no que houver de melhor na civilização negro-africana” (SENGHOR, 1965, p. 8). Com esta análise histórica em vista, o autor desenvolve e defende o conceito de uma “democracia federal” como sustentáculo da “unidade africana” (Senghor, 1965).

Senghor, em síntese, apresenta que:

Somos, para sermos precisos, negro-africanos misturados com bérberes, nascidos em uma certa terra e sob um certo clima, com uma herança cultural original. Mas homens do século XX moldados, queiramos ou não, por uma civilização socializante, que está destinada a tornar-se planetária [...] é a realização da simbiose dos valores negro-africanos, mais exatamente negro-bérberes, com os valores europeus, porque é a Europa que proporciona os meios teóricos da civilização em formação (SENGHOR, 1965, p. 6-7).

Por definição do autor, a civilização Negro-africana seria socialista e democrática na sua origem, de forma que a opção por uma forte democracia federal teria como objetivo a “preservação da diversidade” da mesma forma em que “a diversidade enriquece a federação” (SENGHOR, 1965, p. 62). Com relação a sua leitura de democracia e diversidade é possível ver que esta vem para assegurar a concepção de uma “África Negra” como resultado de uma mestiçagem das diferentes matrizes de civilizações que a compuseram ao longo da história.

No contraponto, há o debate a respeito do modelo federalista na obra de Cheikh Anta Diop. Este é o manifesto “África Negra: as bases econômicas e culturais para um estado federal”, no qual Diop apresenta um tópico sobre a questão da conformação política da federação. Para ele, “a ideia de federação deve constituir – para todos nós, especialmente para aqueles que ocupam altos cargos políticos – um método de sobrevivência” (DIOP, 1987, p. 16).

Na formação do estado federal, Diop defende que o formato assumido pelo governo deveria se configurar a partir de uma percepção sobre a história. Apresenta como forma de

¹⁰ A tradução para o português foi feita no Brasil com o título “*Um caminho do Socialismo*” no contexto após visita do autor ao território brasileiro em 1964.

governo o “bicameralismo” e destina todo um capítulo para fundamentá-lo. Segundo sua tese, este sistema remonta ao “tempo dos faraós”, quando o matriarcado vigorava e constituía um sistema político que “dava às mulheres a participação nos espaços públicos” (DIOP, 1987, p. 33). Segundo ele, as mulheres participavam de assuntos públicos sob a forma de uma assembleia feminina possuindo as mesmas prerrogativas que as dos homens (DIOP, 1987, p. 33). Também assegura que o estado deveria ser um “reestabelecimento moderno” de uma “democracia” que supostamente seria corrente no período pré-colonial e que dever-se-ia ser retomado como uma “honra aos nossos ancestrais” (DIOP, 1987, p. 33).

Assim, tanto Senghor quanto Diop compartilham de ideias federalistas, pensando que este sistema garantiria a democracia, ou seja, a participação mais ampla. No entanto, a argumentação diverge quando Senghor trata da democracia e do federalismo enquanto produtos da construção da modernidade do estado e da nação, assim como seria um projeto de futuro visando a congregação dos “valores” negro-africanos, árabo-bérberes e europeus – objetivando, por fim, a construção da “Civilização do Universal”. Já Diop pretende a construção da democracia e do federalismo sobre as bases de um passado suficientemente estudado (e reconhecido amplamente). Ao assumir e arguir em minúcias uma origem comum para os “povos africanos” – remetendo ao Antigo Egito – pretende dar as bases para a construção política Pan-Africana, com a ideia de “unidade africana”¹¹ assim como de uma retomada do que ele assinala como modelos políticos “pré-coloniais”.

Cabe dizer que a Federação do Mali é dissolvida após três meses de existência, por dissidências internas, originando dois estados independentes, o Senegal e o Mali (antigo Sudão Francês). Tal conflito e fragmentação se deve a disputas de poder e concepções políticas distintas, herdeiras do histórico de fragmentação do RDA. De um lado, Modibo Keita, líder do Mali, alinha-se à Sékou Touré, oriundo do movimento sindical (vinculado ao RDA e tendendo ao marxismo-leninismo), chefe de estado da Guiné-Conacri. Assim, Keita, direciona o estado do Mali junto à experiência da União Gana-Guiné. Já Senghor procura um caminho socialista ao qual ele denominou “via africana do socialismo” para o Senegal: filia-se ao “Espírito de Bandung” (Senghor, 1965).

¹¹ Coleman e Rosenberg (1964) retratam que os Sudaneses estavam reunidos em torno de um partido único cujo líder era Modibo Keita e tinham uma unidade de ação que destoava das dissensões internas do UPS do Senegal. Tendo em vista a união dos dois territórios e suas estruturas administrativas e políticas em uma federação, o Senegal ficaria prejudicado economicamente com a união pois era um estado mais desenvolvido e a liderança forte e autoritária de Keita poderia sobrepujar os líderes senegaleses, que não estavam organizados em torno de uma figura única. Os autores analisam que Keita teria começado a cooptar lideranças muçulmanas e que o momento final de ruptura foi um congresso da juventude da UPS ao qual Keita, que estava como observador, quis se colocar lado a lado no debate com Senghor e Dia, como presidente do PFA do Senegal. Em torno das lutas de poderes, rompe-se a Federação do Mali depois de 3 meses de existência.

Senghor - “presidente-poeta” e Diop - “revolucionário-cientista”: balanços e considerações finais

Este texto apresentou algumas etapas do processo de descolonização do Império Francês, sem pretensão de esgotar o assunto, na busca de apresentar as diferenças no que tange a ideia de descolonização entre dois grandes intelectuais nascidos no Senegal, Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop. Ambos são nomes importantes para pensar os movimentos que trataram da ideia de “Unidade Africana” assim como de suas respectivas construções de estados independentes. Percebeu-se uma parte da ampla gama de projetos políticos federalistas (ou não) para o continente africano pensada por líderes africanos.

Foi possível perceber, na primeira parte do texto, as divergências político-partidárias entre Senghor e Diop durante a década de 50: Diop era ligado aos quadros comunistas do RDA – relacionado aos quadros do Partido Comunista Francês – e Senghor vinculado aos quadros socialistas franceses da SFIO e do IOM. Tais divergências, em um período ainda anterior à independência, irão persistir após a descolonização e o processo de conformação da Federação do Mali.

Olhando para o que é denominado pelos autores como “questão cultural”, é perceptível as divergências no que tange os significados de “cultura negro-africana” e “África Negra”. Diop especula estas noções a partir do olhar da egiptologia, defendendo a construção de uma consciência histórica dos “africanos” sobre sua origem cultural e racial comum difundida a partir das migrações da antiga Civilização Egípcia, o que denotaria uma “Unidade cultural da África Negra”. Já Senghor defende que a “cultura negro-africana” e a “África Negra” é definida para além de sua “negritude”, ou seja, é o conjunto das civilizações negro-africana, árabo-béberes e europeias que, pelos processos históricos de colonização, migrações e mestiçagem – os quais definiriam o continente africano em sua diversidade. Ele trata a “unidade” de África como uma “liberdade de escolha”, ou seja, uma opção política que seria o antídoto do perigo da “balcanização” – tendo em vista o processo de descolonização em um horizonte próximo.

Este trabalho possibilitou vislumbrar que a ideia de “África Negra” e “Civilização Negro-Africana” ou “Cultura Negro-Africana” não é uníssona, ou seja, há significações distintas no que se relaciona a um possível embasamento para a “Unidade Africana” e consequentemente, tal incide na construção de diferentes projetos de futuro no terreno político africano. Em Senghor há uma leitura que olha antropologicamente para os processos de mestiçagens ocorridos em determinadas regiões do continente africano. Já em Diop há uma

busca da construção de um discurso histórico a respeito da difusão e migração da Civilização Egípcia na antiguidade, dando origem às diferentes civilizações do continente africano.

Tais concepções distintas são retratadas em opostos projetos políticos para “África Negra”. Por mais que compartilhassem de concepções de molde federalista assim como da ideia de Unidade Africana, são opositores durante a conjuntura aqui apresentada. É interessante notar a insistência da concepção da via federalista como a mais acertada para ambos projetos políticos que, mesmo após a falência da Federação do Máli, ainda permanecem como molde para dar corpo político à Unidade. Por fim, pode-se dizer que a observação dos fundamentos da rivalidade entre Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop, ajudam a compreender os debates sobre modernidade e história no âmbito da ideia de África e de “cultura africana”, colaborando para compreender os diferentes projetos políticos para África e as dissidências que tomam corpo no pós-1960.

Fontes

DIOP, Cheikh Anta. **Naciones negras y cultura**. Barcelona: Belaterra. 2012.

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origin of Civilization: Myth Or Reality**. Chicago: Lawrence Hills Books, 1974.

DIOP, Cheikh Anta. **Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Lisboa: Editora Pedagogo, 2015.

DIOP, Cheikh Anta. **Black Africa: the Economic and Cultural Basis for a Federated State**. Westport (EUA): Lawrence Hill and Company, 1987.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Um caminho do socialismo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Liberté I – Négritude et Humanisme**. Paris: Éditions du Seuil, 1964.

Referências

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: O Desafio da História Regional**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Universidade Cândido Mendes, 2000.

BENOT, Yves. **Ideologias das independências africanas**. Lisboa: Sá Costa Editoras, 1981.

BIRMINGHAM, David. **The decolonization of Africa**. London: Taylor & Francis e-Library, 2009.

COLEMAN, JS e ROSENBERG, C. Jr. **Political Parties and National Integration in Tropical Africa**. California: University of California Press, 1964.

COOPER, Frederick. **Citizenship between Empire and Nation: remaking French and French Africa 1945-1960**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

ELAIGWU, J.I. MAZRUI, Ali. **Construção da nação e evolução das estruturas políticas**. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

GINIO, Ruth. **French colonial unmasked: the vichy years in French West Africa**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.

MARTIN, Nicolas. **Senghor et le monde: la politique internationale du Sénégal**. Paris: Afrique biblio club, 1979.

SHEPARD, Todd. **The Invention of Decolonization: The Algerian War and the Remaking of France**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

SURET-CANALE e BOAHEN. **A África Ocidental**. In: *História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

Benjamin e Fanon: experiência e descolonização

Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa¹, UFPel

Resumo

Neste artigo, analiso alguns aspectos dos pensamentos de Walter Benjamin e de Frantz Fanon e as possíveis interlocuções entre ambos a partir da noção de experiência. Para Benjamin, os oprimidos têm que se libertar das experiências que produzem um “estado de exceção”, que na verdade é a regra das relações entre opressores e oprimidos, em desfavor destes. Para Fanon, não há como libertar-se da experiência dos corpos e das mentes negras, porque é da própria experiência destes que brotará a consciência ontológica do ser negro, de onde começará a ser construída a superação da condição de oprimido. Em ambos, é a condição humana que está em questão, uma condição analisada à luz da descolonização dos corpos e mentes negros em Fanon. **Palavras-chave:** Descolonização; Experiência; Walter Benjamin; Frantz Fanon.

Abstract

In this paper, I analyze some aspects of Walter Benjamin and Frantz Fanon’s thoughts and the possible interlocutions between both from the notion of experience. For Benjamin, the oppressed have to free themselves from experiences that produce a “state of exception” which, seen as such is, in fact, the rule of relations between oppressors and oppressed, to the detriment of the latter. For Fanon, there is no way to free oneself from the experience of black bodies and minds, because it is from the very experience of the black being that the ontological consciousness of the black being will emerge, from where the overcoming of the oppressed condition will begin to be built. In both, it is the human condition that is in question, a condition analyzed in the light of the decolonization of black bodies and minds according to Fanon.

Keywords: Decolonization; Experience; Walter Benjamin; Frantz Fanon.

Introdução

Quantos autores, próximos nas ideias e nas épocas, não souberam de sua existência comum, a ponto de, lendo-se, compartilharem a crítica às posições conservadoras de que foram contemporâneos? Não que isso fosse necessário. Se considerarmos o “espírito do tempo”, ou o tempo histórico, podemos acreditar que o mundo estava pronto para o surgimento deste ou daquele pensamento, que engendrou esta ou aquela ação, e que o encontro entre seus autores se daria em outro plano, não no material, mas no “espiritual”.

Talvez se possa dizer que ocorreu algo parecido com Walter Benjamin (1892-1940), na Berlim e na Paris efervescentes do final do século XIX, início do século XX, e Frantz Fanon (1925-1961), na Martinica então sob domínio francês, e depois na Europa e na África, nas guerras anticoloniais. Quando Fanon nasceu, Benjamin recém completara 33 anos. Quando Benjamin morreu, Fanon completara 15 anos. A mesma guerra que vitimou Benjamin, em 1940,

¹ Jornalista, mestrando no PPGH/UFPel.

aos 48 anos, teve a participação do jovem Fanon em suas fileiras, quatro anos depois, aos 19 anos.

Todas essas seriam apenas curiosidades históricas não fossem esses dois pensadores marxistas situados em ambientes distintos, mas com reflexões com vários pontos em comum, muitas delas derivadas de uma mesma vertente teórica. Sendo a principal, a crítica aos teóricos do capitalismo, mesmo em suas correntes liberal-democráticas, e do marxismo ortodoxo como forma de dar impulso à luta dos oprimidos contra os opressores, em todos os tempos.

A denominação “oprimidos”, aliás, não pode ser usada como mera referência teórica. Ela é intencional e distintiva da opção feita por ambos pensadores, que se colocam em um lugar em que não cabe mais a simples oposição entre burguesia e proletariado, mas o compromisso com a diversidade que a humanidade representa. Não se trata apenas de uma opção conceitual, mas de uma tomada de posição em defesa de todas as pessoas exploradas, oprimidas, humilhadas, em todos os tempos. Se Benjamin falava do centro irradiador do capitalismo no mundo, Fanon falava a partir da periferia. Sua participação no conflito armado que se desencadeou na Europa e, posteriormente, sua atuação na guerra de libertação da Argélia, na África, permitiu que sua crítica ao sistema capitalista englobasse elementos de que Benjamin não se ocupou diretamente, como a questão racial e os efeitos da exploração capitalista, pelas economias centrais, nas mentes e corpos dos habitantes das economias periféricas.

Este artigo analisará alguns aspectos dos pensamentos de Benjamin e Fanon e as possíveis interlocuções entre ambos a partir da noção de experiência. Mesmo com diferenças de abordagem, é a compreensão do conceito a partir do reflexo na condição humana que está em questão. O moderno Benjamin, em sua crítica à Modernidade, vê o homem às voltas com o desejo de sonhar como forma de compensação “da tristeza e do desânimo dos dias, (...) [das pessoas] cansadas das infinitas complicações da vida quotidiana” (BENJAMIN, 2016, p. 90). Como consequência, um “desejo de libertar-se de todas as experiências”.

Mas as experiências de que os oprimidos terão de se libertar são as que produzem um “estado de exceção” que, visto como tal, na verdade é a regra das relações entre opressores e oprimidos, em desfavor destes. Somente ao tomarem consciência de sua condição, segundo Benjamin, os oprimidos poderão romper com esse estado, tornando-se “a classe vingadora que levará às últimas consequências a obra de libertação em nome de gerações de vencidos” (BENJAMIN, 2016, p. 16).

A experiência dos corpos e das mentes negras será o objeto de Fanon. Não há como libertar-se *dessa* experiência, porque é da própria experiência do ser negro que brotará a

consciência ontológica do *ser negro*, de onde começará a ser construída a superação da condição de oprimido: “Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro” (FANON, 2008, p. 103). Ele não desconhece a existência do “ser-para-o-outro” de que fala Hegel, mas assinala: “[...] qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada” (FANON, 2008, p. 103).

O negro diante do outro – do branco colonizador – não poderá colocar-se diante do espelho, ver-se diante dele, na imagem ontológica que o branco forçosamente veria não fosse o negro considerado um objeto, uma coisa cuja experiência foi reduzida a escombros, tendo como uma das causas principais a consolidação de um sistema que se edificou pela distinção entre classes e raças.

Os elementos distintivos do pensamento de ambos, o *locus* de onde falam, ao contrário de limitarem uma aproximação, contribuem para uma leitura das contradições que empurram o mundo para a barbárie ainda e cada vez mais na atualidade, a despeito dos avanços propiciados pela ciência e mesmo as conquistas representadas pelos direitos humanos, principalmente pós-Segunda Guerra, para citar um evento importante na vida dos dois autores. São esses os elementos que abordarei neste artigo. Mais do que estabelecer limites a uma ou outra interpretação da realidade, é à complementaridade dos pensamentos de ambos que pretendo aludir.

Benjamin e a pobreza da experiência

Há uma tradição segundo a qual os oprimidos estão por trás dos elementos da cultura, sem que seu mérito seja reconhecido. Esta tradição deveria falar por si, apontando os caminhos para sua superação. Diz Benjamin: “Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie” (BENJAMIN, 2016, p. 13).

Apesar de sua condição permanente, este verdadeiro “estado de exceção” de barbárie, de destruição e decadência não tem servido como elemento motivador para despertar a consciência das classes oprimidas. Uma explicação, apresentada por Benjamin no texto *Experiência e pobreza* (1933), alude à “nova forma de miséria que surge com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem” (BENJAMIN, 1993, p. 115).

A experiência empobrecida pelo advento da técnica e pela crença no progresso irrefreável estaria na base da incapacidade de então (primeira metade do século XX) de superar as contradições do momento histórico que levou à Segunda Guerra. Este evento teria colocado

ainda mais em evidência, pelo paradoxo, o mutismo dos soldados e a incapacidade de relatar as experiências pessoais desta que foi a experiência das experiências, produto das inovações técnicas e de um sistema cujas contradições teriam chegado ao limite.

Nas *Teses sobre a história* (1940), a crença na técnica e no progresso também serão alvos do autor, que pouco antes de morrer continuará a vê-los como obstáculos à compreensão crítica do caminho que o materialismo histórico aponta para a superação da tradição que divide a humanidade entre opressores e oprimidos.

Mas apenas a compreensão crítica não basta. É preciso lembrar os sofrimentos dos antepassados, submetidos à opressão histórica, e agir para que esta não mais se repita. É o que lembra Löwy, ao comentar a Tese II de Benjamin:

A redenção messiânica/revolucionária é uma tarefa que nos foi atribuída pelas gerações passadas. Não há um Messias enviado do céu: somos nós o Messias, cada geração possui uma parcela de poder messiânico e deve se esforçar para exercê-la (LÖWY, 2005, p. 51).

Esta não é apenas uma missão ou tarefa, mas uma exigência das gerações passadas. Somente assim *todas* as vítimas do passado serão salvas. Isto é importante, para a finalidade deste artigo, porque mostra que a distinção feita por Benjamin sobre quem mereceria ser salvo opera sim no âmbito da luta de classes, mas na oposição entre oprimidos e opressores, e não apenas em uma distinção de ordem econômica “formal” entre burguesia e proletariado, como categorias que a tudo englobariam.

Essa distinção o aproximará das preocupações de Fanon que, mesmo à primeira vista atendo-se exclusivamente aos efeitos da escravização e colonização para a população negra, não desconhecerá também o outro, o branco que integra a outra face da relação opressiva, e cuja compreensão limitada também deverá ser afetada para que a contradição chegue a termo. Fanon também não desconhecerá o fator da luta de classes, porque contextualiza a experiência negra dentro de um sistema de exploração econômica que levou à criação das categorias de colonizador/colonizado, branco/negro, sujeito/objeto, e à consolidação das categorias senhor/escravo.

Mais do que à *Erfahrung*, ou “experiência forte” em Benjamin, expressão que é o centro de muitas das análises de sua obra, e que refere à experiência que se perdeu com o advento da técnica e da “nova barbárie que atinge a toda humanidade” (BENJAMIN. 2016. P. 115), interessa aqui um outro conceito, introduzido pelo autor nas “Teses sobre a história”, a *Einfühlung*, empatia ou identificação afetiva. No caso, identificação dos historicistas da história

oficial aos vencedores, que na guerra de classes não cessaram de vencer os oprimidos (LÖWY. 2005, p. 71).

Para Benjamin, a experiência de identificação tem de ser outra. Para “escovar a história a contrapelo”, como propôs, a partir das *Considerações Intempestivas* de Nietzsche, publicadas em 1876, será necessário recusar-se a se juntar ao cortejo triunfal dos vencedores. Mas a experiência dos vencidos não será diferente da dos antepassados oprimidos apenas pela recusa. É preciso assumir uma postura ativa, lutar contra a corrente, ver a história do ponto de vista dos vencidos, assumir um lugar na luta de classes, e então engajar-se decididamente na verdadeira *revolução*.

Fanon e a experiência vivida

Enquanto o judeu Benjamin viveu o avanço do fascismo na Europa, até sucumbir diante dele, Frantz Fanon analisou uma experiência imersa no mesmo caldo opressor que provocou o suicídio de seu contemporâneo. Quis o destino que os desdobramentos da Segunda Guerra permitissem a Fanon a análise do processo colonial e suas consequências para o povo negro, participando ativamente daquilo que Benjamin anteviu como solução para virar a balança histórica em favor dos oprimidos: a revolução. A atuação de Fanon na guerra de libertação da Argélia, e mesmo antes, na Segunda Guerra, permitiu ao filósofo e psiquiatra martinicano a elaboração de reflexões sobre a dominação de mentes e corpos que ainda hoje são referência nos movimentos de protestos, contestação e rebeldia contra posições conservadoras.

Quem nos fala um pouco sobre a experiência de Frantz Fanon é o filósofo camaronês Achille Mbembe:

Esquecemo-nos com demasiada frequência que Frantz Fanon pertence a uma geração que passou, por duas ou três vezes, pela provação do desastre e, através da experiência de fim do mundo que toda a catástrofe consigo acarreta, indivisamente, pela provação do mundo. Poderia ter facilmente podido contar-se entre as inúmeras vítimas da segunda guerra mundial em que participou com dezanove [sic] anos de idade; e nunca teria sido questão de *Pele negra, máscaras brancas*, nem d’*Os Condenados da terra*. Conheceu a colonização, a sua atmosfera sangrenta, a sua estrutura de asilo, o seu quinhão de feridas, os seus modos de arruinar a relação com o corpo, a linguagem e a lei, os seus estados inauditos, a guerra da Argélia (MBEMBE, 2017, p. 1).

Na obra *Pele negra, máscaras brancas* (1952), citada por Mbembe, o autor desafia os mecanismos de dominação exercidos pelo sistema colonial sobre os povos colonizados, especialmente os povos africanos. Todo o livro poderia ser considerado uma reflexão sobre a relação entre lugar e identidade. Ou, como a perda do lugar e as violências correlatas anulam a condição do sujeito, que se torna então mero objeto diante do outro. No capítulo 5, “A

experiência vivida do negro”, Fanon nos leva da ausência total da consciência de si, pela imposição do olhar do outro, à descoberta de si e à consciência da importância da luta de todos os “negros” do mundo. A experiência vivida, ou a psicopatologia do racismo, é importante porque desmonta o esquema corporal diante do racismo, da negação do corpo e da consciência negras, recolocando um negro inteiro diante do outro, até que este outro o reconheça como tal. Retira a máscara branca e oferece ao conhecimento do mundo a pele negra, como sugere Mignolo (2009).

Fanon trata do negro que não se reconhece diante do outro, e que só é reconhecido nessas circunstâncias “como objeto diante de outros objetos” (FANON, 2008, p. 103). Motivo: está “fora de casa”, em uma sociedade colonizada, em uma civilização que lhe foi imposta. Ele não é um ser-para-o-outro, como diz Hegel, porque este outro não o reconhece como sujeito. Para o branco, o negro não tem existência ontológica, ou seja, não existe essencialmente. Não há uma essência do negro que possa se dar a conhecer ao branco, apenas a natureza do branco, de uma civilização que não tem por princípio reconhecer outro que não o branco.

A crítica de Fanon alude ao esquema corporal definido pelo filósofo francês Maurice Merleau-Ponty, na obra *Fenomenologia da Percepção* (1945), principalmente, e também em outros trabalhos. Para este, o homem é produto tanto da consciência quanto da experiência. Merleau-Ponty é citado por Fanon: para um ser que adquiriu a consciência de si e de seu corpo, que chegou à dialética do sujeito e do objeto, o corpo não é mais a causa da estrutura da consciência, tornou-se objeto da consciência. (FANON, 2008, p. 186).

Mas, que homem assoma no esquema diante do único olhar que importa para o branco? O homem que emerge “através de mil detalhes, anedotas, relatos” (FANON, 2008, p. 105). Para este homem, “o conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa” (FANON, 2008, p. 105). Uma tripla negação da consciência do negro colonizado, que não é europeu/americano nem africano, tampouco o negro que o branco insiste em dizer que ele é. Por isso, em vez do esquema corporal, Fanon propõe um esquema epidérmico ou histórico-racial. Este é um homem preto, com um corpo, uma raça e uma história. Daí a existência em triplo.

O negro que chega a um mundo pronto torna-se ele mesmo um objeto. Reconhece-se como tal, diante do olhar do branco. Mas também se identifica com o negro nas Américas, na África, na Argélia (aqui, o problema é o árabe). As referências ouvidas cotidianamente, que destroem o corpo negro, reconstruindo-o conforme estereótipos, não se referem apenas ao negro saído da Martinica, referem-se a todos os não brancos do mundo. O branco se apropria mais

uma vez da história. E a história do negro é apenas um estágio da história do branco. A salvação vem novamente pela ancestralidade, o autoconhecimento a partir do conhecimento do sujeito histórico, coletivo, africano e a descoberta de que a civilização negra nada devia à branca.

Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria. Não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal. No meu peito nenhuma probabilidade tem lugar. Minha consciência negra não se assume como a falta de algo. Ela é. Ela é aderente a si própria (FANON, 2008, p. 122).

Para alguns, a luta dos negros é apenas um dos polos da relação dialética: a noção de classe subsume a noção de raça. Mas é necessário substituir a consciência como absoluto pela consciência engajada na experiência, de onde brotará o ser negro, vitória da imprevisibilidade contra o devir histórico, determinado e determinista.

Considerações finais

As ruínas de que fala Benjamin, os escombros empilhados ao longo da história como testemunhos da história contada pelos vencidos têm um sentido, aquele que a história apresenta à compreensão humana. A consciência desses fatos é o oposto da perda de capacidade da “experiência forte” (*Erfahrung*). Mas é preciso haver o sujeito da compreensão, aquele que, diante da consciência do curso da história, assumirá uma posição, um lado, diante da barbárie, uma experiência distinta daquela dos historicistas com os “vencedores da história” (*Einfühlung*).

É preciso “nadar contra a correnteza”, não se deixar enganar pelas promessas das conquistas pelo trabalho ou pela exploração da natureza (Tese XI), comprometer-se com o “Agora” (*Jetztzeit*), explodir o tempo contínuo da história contada do ponto de vista dos vencedores. A experiência revolucionária almejada por Benjamin só terá lugar quando o presente contínuo, o véu sobre os olhos da humanidade, for levantado pela rememoração dos fatos passados, dos fatos iluminados pelo “salto do tigre em direção ao passado” (Tese XIV). O mesmo salto, mas sob o céu livre da história, que “é o salto dialético com que Marx definiu a revolução”.

Em Fanon, essa compreensão é feita *a partir de dentro*, da consciência do ser humano negro para quem é negada a condição humana. A própria condição do *ser negro* é reduzida a escombros pelos colonizadores. Na verdade, tem existência parcial, porque é produto de uma vontade que não a do sujeito que veio a ser considerado negro. É uma existência problemática desde a origem. Fanon descreve um tipo, que à primeira vista se distingue do tipo benjaminiano por ser espécie do gênero tratado por Benjamin – a humanidade – em um determinado momento

da história. Mas em ambos o procedimento metodológico – estabelecer uma genealogia (uma fenomenologia?) da opressão – trata do despertar da consciência dos oprimidos para a ação. Tanto em Fanon quanto em Benjamin, analisar o passado com outra lente só tem sentido se isso for transformador no presente.

O problema aqui considerado situa-se na temporalidade. Serão desalienados pretos e brancos que se recusarão enclausurar-se na Torre substancializada do Passado. Por outro lado, para muitos outros pretos, a desalienação nascerá da recusa em aceitar a atualidade como definitiva (FANON, 2008, p. 187).

Poderíamos utilizar uma imagem segundo a qual em algum momento haverá necessidade de um encontro entre as experiências dos olhares de Fanon e de Benjamin, talvez um dos grandes dilemas atuais no combate ao avanço do conservadorismo, e mesmo do fascismo, e de resto um desafio de sempre da filosofia – e da história. E também, sem aprofundar a análise da referência, analisar um elemento comum a ambos, a vontade de destruir o mundo orientado pela régua dos vencedores e construir o mundo em que não houvesse mais vencedores e vencidos.

Do ponto de vista dos vencidos, seriam necessárias a consciência e a vontade. Algo como aquilo com que se depararam os habitantes da caverna platônica n' *A República*. Em algum momento, a consciência da realidade fora da caverna teria de se somar à vontade de sair da caverna. Não basta apenas ter consciência do mal para ser bom – pressuposto socrático negado por Platão. É preciso *querer* ser bom. Não basta apenas ter consciência da ignorância para agir em nome do bem – ou, numa variante atual, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. À consciência da história do ponto de vista dos vencidos, dos oprimidos de todos os tempos, deve-se somar uma vontade de ação, com impacto efetivo nas relações sociais.

Benjamin e Fanon traduzem para os contemporâneos uma necessidade de apropriação de experiências passadas e presentes. Em ambos, mais em Benjamin, trata-se, pela rememoração de acontecimentos passados, de encontrar os pontos de apoio no presente histórico que garantirão a superação das relações de opressão desde tempos imemoriais na história da humanidade.

Se para Benjamin o período anterior à Segunda Guerra já apresentava os sinais do colapso de uma civilização que, mesmo assim, continuava a gravitar em torno das ideias de progresso pelo avanço da técnica, em Fanon são justamente as consequências do conflito que constituirão o ambiente da crítica filosófica e política ao sistema em ruínas.

Em ambos, as armas do combate não são as mesmas dos opressores. Se Benjamin faz referência à coragem, ao humor, à astúcia e à tenacidade (Tese IV), em Fanon os elementos

subjetivos, culturais, históricos serão a base para a construção de uma nova epistemologia dos sujeitos, para dar conta da necessidade de descolonização epistemológica.

No caso específico de que se ocupa este artigo, a empatia ou identificação afetiva que em Benjamin propiciará a construção de uma resistência coletiva ao opressor, pela identificação de classe, em Fanon se dará pelo reconhecimento de um elemento de classe associado ao elemento epidérmico ou histórico-racial. Identificado este, escolhido o lado na luta contra o opressor, será possível incorporar não brancos e brancos oprimidos à luta contra a opressão. “Sou um homem, e é todo o passado do mundo que devo recuperar” (FANON, 2008, p. 187).

A provação do fascismo que levou Benjamin ao suicídio foi vivida por Fanon associada ao colonialismo e ao contato avassalador com a França metropolitana onde foi estudar e onde provou com intensidade o sabor amargo do racismo. São *as três clínicas do real* de que fala Mbembe, molde da experiência vivida de Fanon. O mergulho na arquitetura da destruição do negro, ou melhor, do não branco, é outra forma de enfrentar a problemática da barbárie para cuja aparição Benjamin lançou insistentes alertas. Não com relação ao que se aproximava, mas com relação a uma rotina que se desdobra desde sempre, com as mesmas vítimas, e os mesmos privilégios.

E aí se podem inverter cronologicamente as abordagens de Fanon e Benjamin. Como se o universo trabalhado por Fanon fosse sim um extrato do que historicamente tem se sucedido: o cortejo dos vencedores soterrando as ruínas de uma civilização decadente, mas orgulhosa de seus feitos. O recorte de Fanon nos horroriza, pela extensão e proximidade no tempo. Mas não é uma novidade, em termos históricos. Para usar a terminologia de Benjamin, é o “estado de exceção” que novamente se faz passar por algo excepcional, algo que só parece fugir à regra, mas que é permanente.

Nestes tempos sombrios, em que a velocidade dos fatos narrados traduz não apenas superficialidade, mas também engodo, sempre em favor dos mesmos privilegiados, para a eternização dos privilégios, mais uma vez Fanon e Benjamin nos convidam a agir contra a regra que determina a vitória do opressor.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BARRENTO, João. Walter Benjamin, **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. Experiência e pobreza. In: BARRENTO, João. Walter Benjamin, **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. Experiência e pobreza. **Obras escolhidas, Magia e Técnica, Arte e Política**. 6a ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 115.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

LÖWY, Michel. **Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Trad. de Wanda Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2005.

MBEMBE, Achile. **A universalidade de Frantz Fanon**. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2297191/mod_resource/content/1/MBEMBE%2C%20Achille.%20E2%80%9CA%20universalidade%20de%20Frantz%20Fanon%E2%80%9D.pdf. Acessado em: 18 Ago 2017.

MIGNOLO, Walter D. Frantz Fanon y la opción decolonial el conocimiento y lo político. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

Dossiê Educação

Avaliação no ensino de História: uma experiência no Colégio de Aplicação/UFSC

Diego Lunardelli¹, UFSC

Marco Antônio Marcon Pinheiro Machado², UFSC

Resumo

O artigo apresenta uma análise sobre as possibilidades de entender a avaliação como parte central do processo de ensino/aprendizagem em História. Essa reflexão surge como produto da atividade de regência de classe pertinente à disciplina de Estágio Supervisionado em História II, na Universidade Federal de Santa Catarina. Portanto, há nesta discussão elementos empíricos (resultados das avaliações formativas, avaliação somativa e autoavaliação da turma), que, em diálogo com referenciais teóricos, permitiram-nos tecer considerações que apontam para resultados propositivos quanto ao uso sistemático de avaliações, por meio de atividades com fontes históricas. Dessa maneira, esse trabalho estabelece uma comparação entre avaliações objetivas e formativas, demonstrando que a utilização de avaliações formativas com fontes históricas pode contribuir para um melhor processo de ensino/aprendizagem.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado de História; Colégio de Aplicação; Avaliação; Ensino de História.

Abstract

The article presents an analysis of the possibilities of understanding evaluation as a central part of the teaching/learning process in History. This reflection arises as a product of the class activity pertinent to the subject of Supervised Internship in History II, at the Federal University of Santa Catarina. Therefore, there are empirical elements in this discussion (results of formative assessments, summative assessment and self-assessment of the class), which, in dialogue with theoretical references, allowed us to make considerations that point to propositional results regarding the systematic use of assessments, through activities with historical sources. Thus, this paper establishes a comparison between objective and formative assessments, demonstrating that the use of formative assessments with historical sources can contribute to a better teaching/learning process.

Keywords: Supervised History Internship; Laboratory School; Evaluation; History teaching.

Introdução

Este artigo é fruto da experiência desenvolvida durante o período de regência na disciplina de História com a turma 2ºB, no Colégio de Aplicação/UFSC, sendo parte integrante das atividades das disciplinas de Estágio Supervisionado de História I e II, nos respectivos períodos letivos de 2019.1 e 2019.2. A primeira etapa (2019.1) foi desenvolvida em três partes:

¹ Graduando no Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: dihego122@gmail.com

² Graduando no Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marco.antonio.m@grad.ufsc.br

observação, aula piloto e planejamento do período de regência. O período de regência (2019.2) foi de cinco semanas, com quinze aulas realizadas e um total de cinco avaliações, que envolveram análise de fontes históricas, tais como: produção cinematográfica, fotografia, literatura e imprensa.

A turma 2ºB é composta por vinte e sete estudantes, sendo que no período da regência estavam ausentes cinco estudantes: três estavam em projeto de intercâmbio em Córdoba (Argentina) e dois, em situação de evasão. Nessa turma, também havia um estudante com deficiência (quadro de paralisia cerebral) e uma estudante estrangeira participante do projeto de Córdoba. O Colégio de Aplicação/UFSC possui um sistema de ingresso constituído por sorteio público, portanto, a diversidade socioeconômica é um elemento nitidamente presente na turma.

No décimo terceiro artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), estão dispostas as responsabilidades do docente no processo de organização da educação nacional. O inciso V relaciona algumas dessas responsabilidades: “(...) ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional (...)” (BRASIL, 1996, art.13). Dessa forma, avaliar o corpo discente é, para além de uma competência do docente, uma obrigação enquanto profissional da área da educação. Os métodos utilizados para avaliar são diversos e estão intimamente atrelados à abordagem do docente no processo de ensino/aprendizagem.

Neste artigo, refletimos sobre esse processo e discutimos teórica e metodologicamente a avaliação em História. É possível avaliar individual e coletivamente de forma eficaz? Podemos conceber, na prática, a avaliação como parte integrante do processo formativo dos estudantes? É razoável realizar avaliações utilizando diversas fontes históricas, valorizando o processo de reflexão dos estudantes e não somente a conformidade de suas respostas com o conteúdo trabalhado durante as aulas? Todas essas indagações caracterizam a dinâmica das aulas ministradas durante a regência e orientam as reflexões presentes neste artigo.

Na experiência em questão, foram aplicadas três formas de avaliação: a somativa, referente a todo período percorrido no estágio, analisando o processo de aprendizagem dos estudantes; a formativa, referente à resposta tanto do aluno como dos professores quanto à qualidade do processo de ensino-aprendizagem; e a autoavaliação das aulas, orientando os estudantes a observarem e refletirem sobre o processo coletivo de aprendizado no mesmo ambiente. As avaliações foram pensadas no sentido de utilizar diferentes fontes e métodos de avaliação e pesquisar os métodos mais adequados.

Observados esses pontos, primeiramente, no “referencial teórico”, vamos propor um debate bibliográfico relacionado ao tema, para indicar os parâmetros que guiaram nossos olhares no decorrer da reflexão. Autores como Juan Manuel Álvarez Méndez, Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli, Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner constituíram o arcabouço teórico que conduziu as atividades avaliativas durante a regência, contribuindo de forma indispensável no processo de autocrítica e reflexão quanto aos resultados apresentados pela turma e pela equipe docente.

Em “metodologia de trabalho”, serão expostas as estratégias construídas a partir das referências teóricas no desenvolvimento do processo de avaliação da turma. Nesse ponto, tratamos das nossas escolhas quanto ao uso de fontes históricas no processo de avaliação. Além disso, também tratamos da tônica voltada à História local no processo de ensino/aprendizagem, estando, portanto, intimamente ligada à forma como o estudante percebe o conhecimento produzido em sala de aula, reconhecendo o seu papel nessa produção e, por fim, apropriando-se dele. A maneira como as avaliações estão dispostas no período de regência e o trânsito entre o caráter coletivo e individual de cada atividade também serão alvo de exposição e análise nessa seção.

Por fim, em “resultados”, o foco dissertativo será a reflexão sobre o processo avaliativo, partindo da percepção do conjunto docente no que tange à aplicabilidade do método empregado no processo de ensino/aprendizagem. Trazemos para o debate o produto do planejamento em relação à execução das atividades, apontando as deficiências e qualidades percebidas no decorrer das aulas e somando, também, a percepção dos estudantes extraída por meio de dinâmica desenvolvida no fim da regência.

Referencial Teórico

A avaliação tende a ser vista por muitos membros da comunidade escolar como uma forma de classificação, comumente gerando tensão e um clima de competitividade entre os estudantes. Pensar o processo avaliativo como parte efetiva e sistemática do aprender e ensinar é muito difícil, levando em consideração que estamos imersos em uma cultura escolar³ que exige a materialização de resultados práticos traduzidos em notas, conceitos e apreciações. Na perspectiva do docente, mostra-se árdua a tarefa de avaliar com critério, buscando algo que

³ Conjunto de valores e práticas que constroem a vivência de discentes e docentes em ambiente escolar, articulando elementos dos fatos econômicos, sociais e culturais que circundam a comunidade, assim como também as políticas públicas e a tradição escolar de uma determinada escola, país, etc.. Para compreender mais, ver FÁRIA FILHO, L.M.; GONÇALVES, I.A.; VIDAL, D.G.; PAULILO A.L. (2004).

expresse equidade numa sociedade tão desigual e meritocrática, afinal, a forma como conduzimos as avaliações podem ser fonte do sucesso ou do fracasso escolar, e, assim, do agravamento da própria condição social do estudante.

Quando assumimos a responsabilidade de pensar a avaliação como prática formativa e como parte do processo de ensino-aprendizagem, devemos não só propor atividades que envolvam o corpo discente, mas também nos deixarmos envolver por este momento, buscando ressignificar as nossas experiências, ampliando o conhecimento já adquirido sobre o tema e religando o sentido educativo, no significado mais amplo do termo, dos conteúdos trazidos. Nesse sentido, Mendez afirma que

[...] precisamos conceber e praticar a avaliação como outra forma de aprender, de ter acesso ao conhecimento, e como uma oportunidade a mais de aprender e de continuar aprendendo. Precisamos transformá-la em um meio pelo qual os sujeitos que aprendem expressam seu saber não sobre o imediato, mas sim sobre o saber acumulado integrado habitualmente aos modos de raciocinar e de agir em um estado (de formação) que é dinâmico, variável, aberto, inseguro, imaturo, provisório, cheio de dúvidas e de contradições, de sobressaltos, de curiosidade (MENDEZ, 2002, p. 81-82).

A contribuição que o autor nos traz dialoga com a ideia de que a avaliação é um instrumento de reflexão não só do estudante, mas também do docente, principalmente pensando no conhecimento histórico, que possui uma dinâmica própria, moldando-se às conjunturas das sociedades e ao seu respectivo tempo.

Para que consigamos compreender a avaliação como parte inseparável do processo de ensino/aprendizagem, é necessário levar em consideração as condições objetivas de sua execução por meio de um método que busque englobar toda a experiência do sujeito enquanto estudante em sala de aula. Abordando a questão do método, Schmidt e Cainelli (2009) tratam do tema propondo um processo avaliativo composto por diferentes planos que possuem características e finalidades distintas, mas que apresentam no seu arcabouço relacional a chave para o êxito.

Assim, a avaliação inicial pretende obter informações sobre conhecimentos, atitudes, interesses ou outras qualidades do aluno; determinar a posição dele no início de uma unidade de ensino ou período; determinar causas subjacentes às dificuldades de aprendizagem. (...) A avaliação formativa tem como finalidade principal dar um *feedback* ao professor e ao aluno sobre as mudanças relacionadas com o conhecimento, bem como detectar problemas de ensino-aprendizagem. Os aspectos enfatizados na avaliação formativa são os resultados da aprendizagem relativamente aos objetivos, a comparação entre os diferentes resultados obtidos pelo mesmo aluno, o processo de aprendizagem que permitiu a obtenção dos resultados e as causas dos

insucessos na aprendizagem. Quanto à avaliação somativa, seu principal objetivo é realizar um diagnóstico de aluno no final de um período relativamente longo (uma unidade de ensino, um bimestre, um ano). Ela pode ser utilizada no final de um período de longa duração e pode incidir sobre uma amostragem significativa dos objetivos propostos (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 184-185).

Entendemos, portanto, que há uma forma de pensar a avaliação como um processo sistemático e contínuo e que há condições objetivas para desenvolver esse processo por meio de um método que trata de planificar em três estágios distintos a avaliação, sempre visando à construção de diagnósticos relativos ao processo de ensino/aprendizagem. Por conseguinte, pensando especificamente na avaliação em História, é importante também focar na sua efetivação e no pós-avaliação, pois a maneira com que o docente propõe a atividade avaliativa e o seu retorno para o estudante são primordiais para atingir os objetivos planejados para o bloco de ensino.

Sobre o desenvolvimento da avaliação em História, é fundamental termos em mente que o esforço de análise e reflexão, proposto no exame de fontes históricas, pode ser uma ótima alternativa às tradicionais avaliações objetivas e mesmo às dissertações livres que buscam tão somente constatar se o estudante consegue associar datas a eventos e suas respectivas conjunturas.

O presente, que é o espaço/tempo dos estudantes, de onde eles olham para si mesmos e para o passado, torna-se histórico, na medida em que, passo a passo, o professor de História consegue historicizar as instituições, as políticas, os modelos culturais, os modos de ser e, sobretudo, as identidades. Na escola, o ensino de História coloca os estudantes diante das representações que as gerações passadas produziram sobre si mesmas (nossas fontes) e, ao mesmo tempo, estimula-os a elaborar a crítica das representações que hoje produzimos sobre nosso próprio passado (MULLET, 2008, p. 119).

Dessa forma, o intento de propor atividades avaliativas com fontes históricas não é puramente fazer com que os estudantes observem o passado com o olhar daqueles e daquelas que lá viveram, mas de formar sujeitos, cidadãos e cidadãs, que consigam identificar o processo de produção das representações que constituem o imaginário social do presente. Isto é, fazer com que percebam que cada fonte, cada resquício do passado está repleto de relações de poder e que essas relações influem diretamente no funcionamento da sociedade da qual hoje fazem parte.

Segundo Mullet (2008, p. 127), “[...] não precisamos para isso, necessariamente, ensinar o estudante a ler um documento, mas apenas, singelamente, a desconfiar do documento, a olhar para ele como uma construção do seu tempo.”. Ou seja, trata-se também de aprofundar o

entendimento da dinâmica de alteração, transformação e do conteúdo transitório da vida e da sociedade, apreendendo o movimento da realidade e seus diferentes momentos, mesmo que através de nuances.

Levando em consideração essas questões, Schmidt e Cainelli (2009) trazem mais uma contribuição para o nosso debate quando estabelecem um sistema que articula campos conceituais relacionando o conhecimento histórico às manifestações de entendimento e apropriação desses conceitos por parte dos estudantes. As autoras expressam de forma objetiva o funcionamento desse processo no quadro abaixo, representado pela Figura 1.

Quadro 1 – Sugestões para orientar a avaliação em História

Elementos históricos	Indicadores de compreensão pelo aluno
Cronologia	Tem experiências no estabelecimento de limites históricos, como antes de Cristo e depois de Cristo, geração, década e século. É capaz de: estabelecer sequência de datas e períodos; determinar sequência de objetos e imagens; relacionar acontecimentos com uma cronologia.
Testemunhos	É capaz de compreender tipos de testemunhos que o historiador utiliza. Distingue fontes primárias e secundárias. É consciente da necessidade de ser crítico na análise de documento. Tem consciência de como os historiadores empregam os testemunhos para chegar a uma explicação do passado.
Linguagem	Compreende o significado de determinadas palavras num contexto histórico.
Semelhança e diferença	Estabelece comparações simples entre o passado e o presente com referência a uma diversidade de períodos, culturas e contextos sociais.
Continuidade e mudança	Entende que a História é tanto um estudo da continuidade como da mudança. Compreende que um acontecimento histórico pode responder a uma multiplicidade de causas.
Identificação	É capaz de se identificar com pessoas que viveram no passado e cujas opiniões, atitudes, cultura e perspectiva temporal são diferentes das suas.

Fonte: (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 187)

Dito isso, no processo de correção das avaliações também é muito importante observar o que Schmidt e Cainelli (2009, p. 186) definem como metacognição: “[...] consiste fundamentalmente, no processo de autorreflexão por parte do aluno acerca da relação que estabeleceu com os conteúdos específicos a cada unidade ou capítulo.”. Dessa maneira, atrelar o sistema de avaliações diagnósticas, formativas e somativas à dinâmica de processamento dos resultados apresentada na Figura 1, levando em consideração o desenvolvimento metacognitivo

dos estudantes, contribui para um amplo processo de otimização da gestão dos conteúdos em sala de aula.

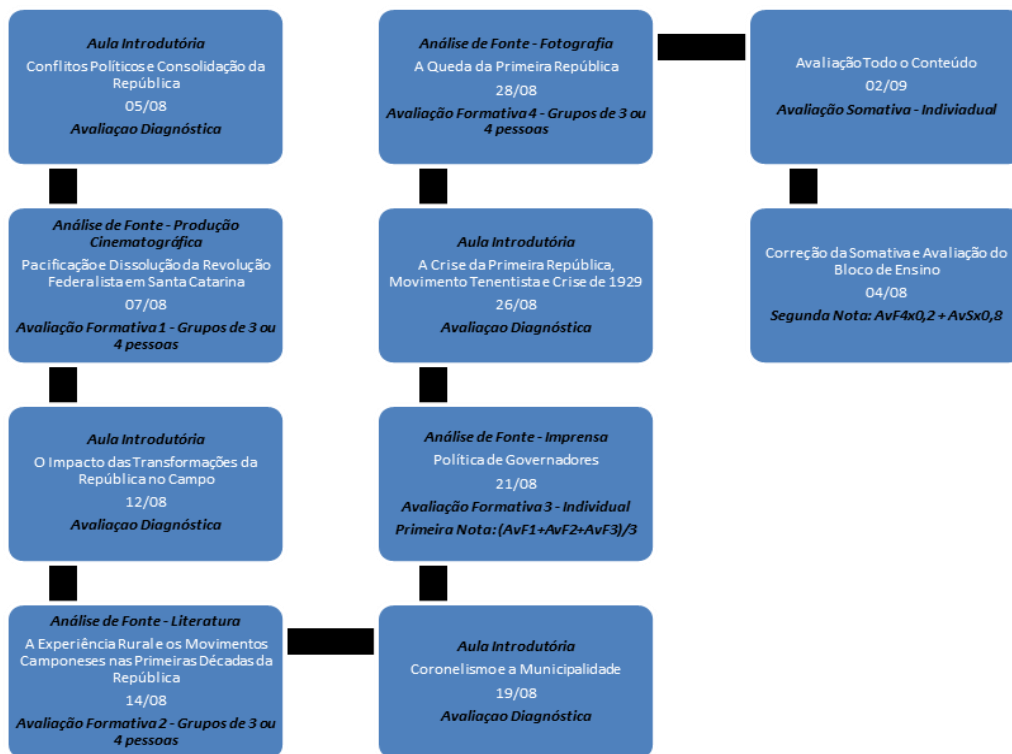
É baseando-nos nesses entendimentos sobre o processo de ensino-aprendizagem, embricados no método de avaliação e de condução da construção do conhecimento histórico escolar, que nos debruçamos sobre as possibilidades presentes em nossa experiência de estágio.

Metodologia de trabalho

O período de regência de classe, desenvolvido enquanto parte das atividades da disciplina de Estágio Supervisionado de História II, no Colégio de Aplicação/UFSC, tornou-se um laboratório para experienciar a docência, buscando colocar em prática aquilo que acreditamos ser o mais assertivo no que diz respeito ao processo de ensino/aprendizagem. Esse período foi de exatamente cinco semanas, contabilizando um total de quinze aulas de quarenta minutos cada, sendo sempre uma aula no último período das segundas-feiras e duas aulas em sequência, no terceiro e no quarto período, às quartas-feiras, antes do intervalo do meio da manhã.

O tema trabalhado no período de regência foi “Primeira República Brasileira (1889-1930)”. Durante o período, deveríamos construir junto à turma avaliações que resultassem em duas notas: a primeira a ser entregue ao professor supervisor no fim da terceira semana de regência e a segunda, no fim do processo. Dadas essas questões, considerando os prazos de entrega das notas e o recorte temático definido para o período durante o planejamento das aulas, construímos uma estratégia no que se refere aos processos de avaliação, conforme a Figura 2:

Figura 1 – Planejamento das avaliações



Fonte: Elaborado por Diego Lunardelli e Marco Antônio Marcon Pinheiro Machado com base nas avaliações realizadas durante o estágio.

Determinados os conteúdos e definidos o método de fracionamento e a distribuição numa lógica que visa a tratar principalmente dos aspectos políticos, econômicos e sociais da Primeira República no Brasil, desenvolvemos um sistema que buscou explorar o modelo descrito anteriormente por Schmidt e Cainelli, procurando inserir avaliações diagnósticas, formativas e somativas de forma relacional ao longo da regência.

Em cada semana, foi realizado um recorte específico do tema, trabalhando, paulatinamente, com foco nas questões postas em debate durante a respectiva semana. A primeira aula de cada semana teve por objetivo apresentar, introdutoriamente, o contexto histórico relacionado ao recorte de forma expositiva e dialógica. Essa primeira aula cumpria a importante função de fazer o levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre a temática e a identificação de possíveis especificidades que deveriam receber orientação mais direta e intensa no decorrer das aulas seguintes.

Nessas foram realizadas, inicialmente, revisões dos pontos trabalhados nas aulas introdutórias, com reforço em questões que acarretaram dúvidas entre os estudantes e, por fim, foram desenvolvidas avaliações formativas, conforme perspectiva e compreensão de Schmidt e Cainelli, expressa em formato de análise de fonte histórica. As análises foram propostas de maneira a privilegiar diversas tipologias de fontes históricas, sendo respectivamente: produção cinematográfica, literatura, imprensa e fotografia. Essas análises foram efetivadas com o apoio

de questionários que orientariam o olhar dos estudantes durante as avaliações, buscando atentar para as reflexões pertinentes ao conteúdo proposto em sala de aula.

Existe, nesse processo avaliativo, a efetivação de análises em grupos de três ou quatro estudantes e de forma individual. As avaliações realizadas em grupo são importantíssimas, pois, além de incentivar o trabalho conjunto, promovem entre eles o debate aberto sobre a temática selecionada, abrindo espaço para a diversidade de ideias, de visões de mundo, de sociedade, de construção das análises. Ou seja, incentiva a tolerância, o respeito ao contraditório e o desenvolvimento de capacidades argumentativas.

Todavia, dedicar espaço exclusivo para a participação individual numa avaliação formativa corrobora para construirmos um processo equânime na construção do resultado final das avaliações, além de proporcionar ao docente a condição de diagnosticar especificamente o estágio de desenvolvimento de cada estudante em determinada altura do bloco de ensino e, por isso, também não restringimos o formato das avaliações diagnósticas à condição coletiva.

A avaliação somativa, aplicada em forma de exame objetivo no fim do período de regência, procurou levantar um quadro geral de todo o conteúdo trabalhado em sala de aula. A escolha pela tipologia da avaliação vem ao encontro de duas questões centrais: o diagnóstico do desenvolvimento das aulas, levando em consideração a fragmentação do conteúdo e o desempenho da turma e dos docentes no cumprimento dos objetivos propostos; a busca pela inserção de avaliações com perfil tradicional para fins comparativos com relação ao desempenho da turma.⁴ Dessa maneira, a avaliação somativa é constituída por questões objetivas de múltipla escolha, com respostas somatórias, dissertativas e associativas. A diversidade presente na forma como as questões foram constituídas deve-se à tentativa de contemplar essa mesma diversidade presente na turma, buscando oferecer alternativas para as resoluções dos problemas que apanhem as especificidades de cada estudante.

Por fim, a última atividade — uma autoavaliação da turma — foi realizada em forma de dinâmica com o objetivo de refletir, por meio da opinião dos estudantes, sobre o desenvolvimento da turma e o desempenho da equipe docente no decorrer do período de regência. Essa avaliação teve caráter coletivo e anônimo num primeiro momento, para depois passar a ser uma discussão aberta.

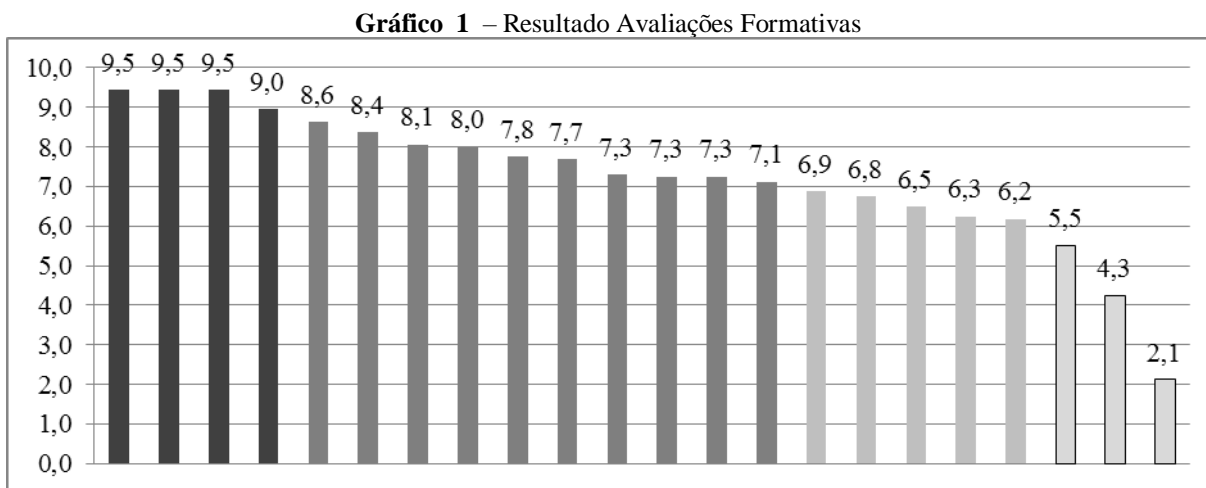
Cada estudante recebeu uma ficha, na qual havia duas perguntas com relação ao bloco de ensino, a primeira indagando sobre o que os estudantes mais gostaram no período de regência

⁴ O termo “perfil tradicional” ao qual estamos tratando aqui remete a avaliações de caráter estritamente objetivo. Atrair o termo ao objeto em questão parte de uma referência pessoal dos autores.

da equipe docente e a segunda questionando o oposto, o que menos gostaram ou no que poderíamos melhorar. Em seguida, questões que surgiram nas fichas preenchidas pelos estudantes como “participação da turma”, “metodologia de ensino”, “materiais didáticos”, “avaliações formativas e somativas” foram lidas em voz alta perante a turma e anotadas no quadro para análise e debate dos resultados em conjunto. A ideia nesse ponto foi dar autonomia para que os estudantes pudessem criticar o desenvolvimento das aulas de forma a incentivar um debate claro sobre os pontos positivos e negativos das metodologias empregadas durante a regência.

Resultados

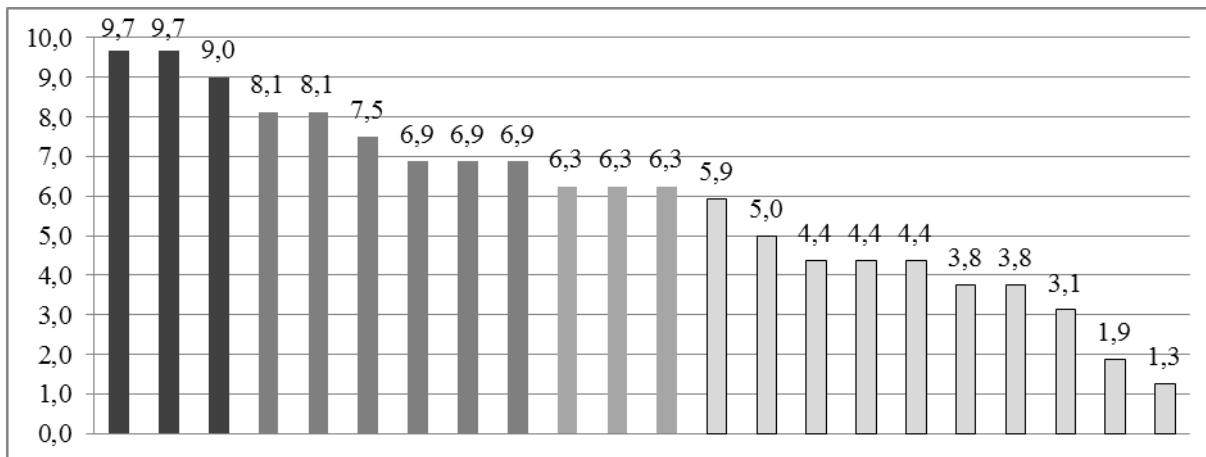
O caráter das avaliações formativas e somativas são distintos. No entanto, é necessário salientar que a proposta dessas avaliações foi justamente aplicar o método apontado em nosso referencial teórico, almejando comparar o desempenho da turma nos dois processos e refletir sobre as especificidades de cada uma das estratégias adotadas. Para tanto, analisamos os dados referentes aos resultados das avaliações iniciando com a média das quatro avaliações formativas, conforme Gráfico 1.



Fonte: Diário de classe turma 2B do Colégio de Aplicação /UFSC referente ao segundo e terceiro trimestre de 2019.

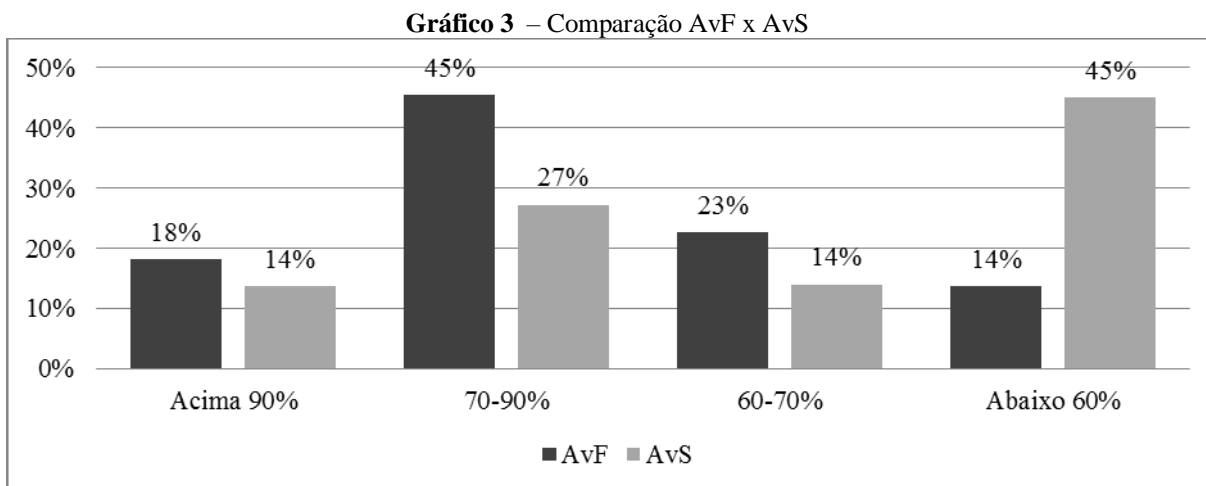
No gráfico 1, podemos observar que 18% da turma atingiu índice superior a 90% de aproveitamento nas avaliações formativas; 45% atingiram entre 70% e 90% de aproveitamento; 23% atingiram entre 60% e 70%; e apenas 14% da turma apresentou desempenho inferior a 60%. Levando em consideração que o índice para a aprovação é de 60%, constatamos que, nesse quadro, 86% da turma teria condições de aprovação com os resultados apresentados.

Gráfico 2 – Resultado Avaliação Somativa



Fonte: Diário de classe turma 2B do Colégio de Aplicação /UFSC referente ao segundo e terceiro trimestre de 2019.

Analisando o gráfico 2 , observa-se um cenário bastante diverso do anterior. Nessa avaliação, 14% da turma atingiu desempenho superior a 90%; 27% atingiram entre 70% e 90%; 14%, entre 60% e 70%; e 45% apresentaram índice de aproveitamento inferior a 60%. Ou seja, nesse cenário, cerca de metade da turma estaria em condição de reprovação. Na Figura 5, podemos identificar a dimensão da comparação entre os resultados das avaliações formativas (AvF) e da avaliação somativa (AvS).



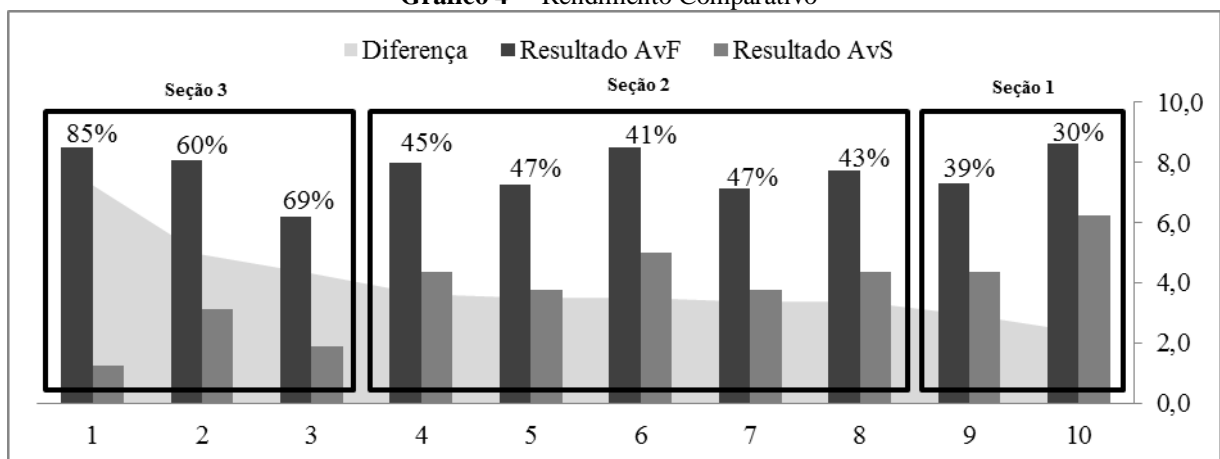
Fonte: Diário de classe turma 2B do Colégio de Aplicação /UFSC referente ao segundo e terceiro trimestre de 2019.

Aqui observamos que houve diminuição de 4% entre os estudantes que haviam atingido desempenho superior a 90% nas avaliações formativas; diminuição de 18% entre os que alcançaram índices de 70% a 90%; diminuição de 9% entre os que haviam atingido desempenho entre 60% e 70%; e aumento de 31% entre os estudantes que ficaram abaixo dos 60%. Há, portanto, uma clara transposição de parte da turma — que, nas avaliações formativas, estava

com níveis de desempenho adequados para aprovação — para uma condição de reprovação, levando em consideração os resultados da avaliação somativa. Ou seja, o índice de reprovação aumentou cerca de 120%.

É nítido que houve, na avaliação somativa, uma drástica queda de rendimento em todas as faixas de desempenho que estariam na margem de aprovação (acima de 60%). Dessa forma, na Figura 6, estão expostos os dez casos em que a diferença de desempenho esteve acima dos 20%.

Gráfico 4 – Rendimento Comparativo



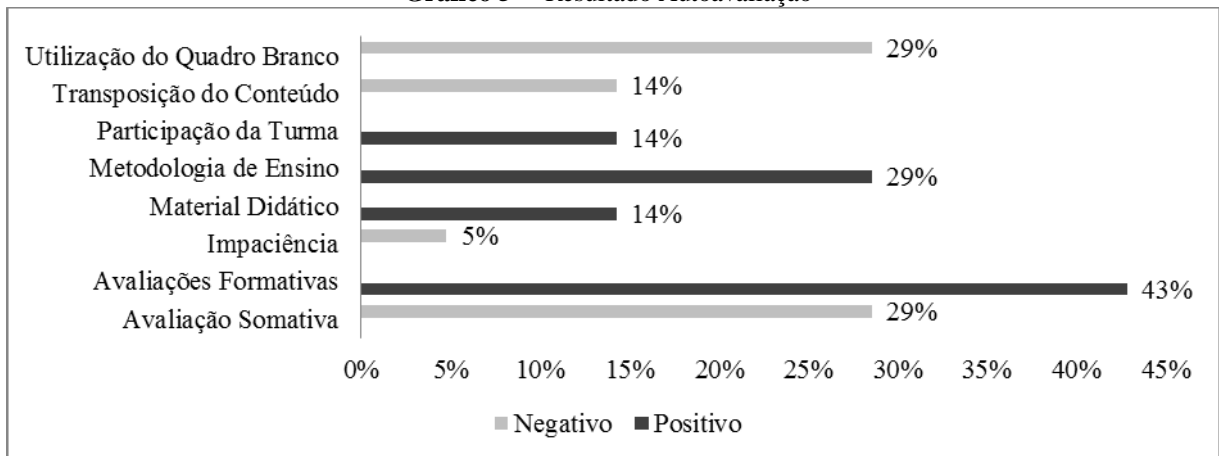
Fonte: Diário de classe turma 2B do Colégio de Aplicação /UFSC referente ao segundo e terceiro trimestre de 2019.

Neste gráfico 4, constatamos que, no grupo de dez estudantes que apresentaram maior queda de rendimento na avaliação somativa, existem diferenciações de proporção, ou seja: 20% tiveram queda de rendimento na faixa de 30% a 40% (Seção 1); 50% orbitaram na faixa de 40% a 50% (Seção 2); e 30% do grupo teve uma grande queda de desempenho, passando dos 60% (Seção 3). É interessante apontar que 90% dos estudantes presentes nesse grupo estavam com resultados positivos nas avaliações formativas, porém ficaram muito abaixo dos 60% de aproveitamento na avaliação somativa.

Os resultados mostram que a avaliação somativa, na forma como foi proposta, promoveu um processo de recessão sistemática no desempenho dos estudantes de todas as faixas apresentadas, inclusive dos que tiveram ótimos resultados nas quatro avaliações formativas. Possivelmente, isso deve-se ao modelo de avaliação empregado, à falta de prática desse tipo de avaliação ao longo do semestre e também a outros fatores relacionados à iniciação da equipe docente na produção e na aplicação desse tipo de avaliação.

No processo de autoavaliação, executado enquanto última atividade da regência de classe, buscou-se ouvir a opinião dos estudantes sobre todo o processo desenvolvido no bloco de ensino. Os resultados estão expostos no gráfico 5.

Gráfico 5 – Resultado Autoavaliação



Fonte: Dados retirados com base nas respostas das fichas preenchidas por vinte e um estudantes durante a atividade de autoavaliação desenvolvida no dia 04 de setembro de 2019.

No Gráfico 5, fica evidente que, na perspectiva dos estudantes, os dois maiores acertos da equipe docente no decorrer do período de regência foram: a maneira como as aulas se deram, ou seja, a metodologia de ensino empregada — com 29% de indicação — e as avaliações formativas na forma das atividades de análise de fontes históricas realizadas em sala de aula — com 43% de indicação. Já quanto aos problemas detectados pelos estudantes, destacam-se com igual incidência de apontamentos a desorganização quanto à utilização do quadro branco e dificuldades com a avaliação somativa, ambas apontadas por 29% da turma.

Considerações Finais

Examinando todo o desenvolvimento do período de regência com foco no processo avaliativo, fica claro que não é tarefa simples avaliar, muito menos parte isolada do processo de ensino-aprendizagem como culturalmente parece ser a concepção a imperar. Existem muitas questões que envolvem esse processo, e os resultados das avaliações podem dizer tanto ou mais sobre o trabalho dos docentes do que um simples diagnóstico do nível de conhecimento dos estudantes.

Conceber a ideia de avaliar fora do eixo de um processo classificatório é muito difícil, tendo em vista que a própria sociedade exige uma crescente clivagem e filtragem social. Isso se reflete numa divisão entre “bons” e “maus” estudantes, entre aqueles que terão acesso a boas universidades e aqueles que nem pensam em cursar ensino superior. Uma divisão que tem caráter social entre os que têm o direito de mandar e os que têm a obrigação de obedecer.

Observamos, no nosso esforço de análise aqui proposto, que diante da estratégia montada com base no referencial teórico, houve êxito no que diz respeito ao processo de avaliações por meio de fontes históricas: os índices de desempenho dos estudantes foram positivos e, até nos poucos casos de dificuldade, houve condições de recuperação. Já na avaliação somativa, com caráter objetivo, constatou-se maior dificuldade de grande parte da turma. Essa dificuldade refletiu-se na queda de rendimento perante os resultados comparativos com as avaliações formativas e na própria interlocução da turma no processo de autoavaliação, que determinou como ponto mais positivo as atividades de análise de fonte histórica e como ponto mais negativo a avaliação objetiva.

Podemos compreender, com esses resultados, que a forma com que se dá a avaliação pesa muito no processo de ensino/aprendizagem. Com base nos resultados aqui apresentados, fica nítido que avaliar em História requer mais que perguntar e enumerar respostas para serem selecionadas, pois se trata de conhecimento naturalmente subjetivo e de difícil quantificação. Diante dos processos que levaram à Guerra do Contestado ou que desencadearam a conquista do poder por Getúlio Vargas e sua coalizão, por exemplo, é um esforço de difícil conclusão apreender se o discente consegue articular os elementos econômicos, políticos e culturais para entender o passado. Além disso, apreender se ele consegue relacionar essa experiência localizada no passado com o movimento da sociedade ao seu redor. Essas são questões que para sempre desafiarão os professores de História.

Algo muito importante de se apontar é a forma como a turma comportou-se diante dos desafios de cada uma das avaliações. As avaliações formativas foram, em si, muito mais complexas de desenvolver se comparadas à avaliação objetiva, pois exigiam domínio e clareza na redação dos textos e trataram de temas abstratos, que remeteram a profundas reflexões conceituais, exigindo dos estudantes muita dedicação e compreensão do conteúdo trabalhado em sala de aula. Entendemos que, em grande medida, o bom resultado apresentado pela turma nas avaliações formativas deve-se ao perfil da equipe docente do Colégio de Aplicação/UFSC, que incentiva o desenvolvimento do pensamento crítico e estrutura a dinâmica das aulas de maneira a formar estudantes autônomos no exercício de suas faculdades.

Acreditamos que o modelo proposto por Schmidt e Cainelli, incluindo avaliações somativas, pode ter seus limites definidos na medida em que parece não apresentar bons resultados nesse ponto específico, inclusive revelando-se um método rejeitado pela turma no processo de autoavaliação. Todavia, esse estudo levou em consideração uma turma de vinte e sete estudantes de segundo ano do ensino médio num colégio de referência em qualidade de

ensino em nossa cidade. Dessa forma, enfatizamos que mais estudos devem ser realizados com essa temática para que possamos aprimorar o processo avaliativo em História, buscando deixar nas sombras do passado a sua face excludente.

Fontes

DIÁRIO DE CLASSE. Colégio de Aplicação /UFSC, Turma 2ºB. 2019.

FICHAS. Colégio de Aplicação /UFSC, atividade de autoavaliação turma 2ºB. 2019.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. Editora Cortez, 2. ed. 2008.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Distrito Federal: 20 de dezembro de 1996.

FARIA FILHO, L.M.; GONÇALVES, I.A.; VIDAL, D.G.; PAULILO A.L. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação da história da educação brasileira**. Educação e pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004

MENDEZ, J.M.A. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PEREIRA, Nilton Mullet. SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história?** Sobre o uso de fontes na sala de aula. Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. 15, n. 28, Porto Alegre, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009, p. 183-194.

Um museu, duas salas e os indígenas: a educação das relações étnico-raciais e a indigenização no Museu Júlio de Castilhos

Mariana Ribeiro¹, UFRGS

Resumo

O artigo expõe de que formas a História e a Cultura Mbyá-Guarani são retratadas no espaço do Museu Júlio de Castilhos. O objetivo do texto é compreender os papéis que a instalação da nova Sala Indígena e do plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho” possuem enquanto espaço e ação pedagógica de Ensino de História e como eles respondem às recentes concepções de Educação das Relações Étnico-Raciais. Para isso é comparada a montagem e a expografia da antiga Sala Farroupilha com o novo espaço, a Sala Indígena. Também é feita a análise da Sala Indígena e do plano de ensino sob a luz da Lei 11.645/2008. Conclui-se que essa lei tem papel fundamental no fomento à formação de educadoras e ao Ensino de História Indígena.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; História Indígena; Indigenização de museus; Museu Júlio de Castilhos.

Abstract

The article explores how the history and culture of Mbyá-Guarani people are portrayed in the Júlio de Castilhos Museum. Following the teaching plan *Os Mbyá-Guarani e o Milho*, the aim is to comprehend the roles that the installation of the new Indigenous Room plays as a place for pedagogical action and history teaching, and how these roles respond to recent notions on the teaching of ethnical and racial relations. Thus, the installation, as well as the exhibit design of the old Farroupilha Room, was compared with the new Indigenous Room. The analysis of the Indigenous Room and the teaching plan is further carried out under Brazilian law 11.645/2008. The conclusion points to the Brazilian law 11.645/2008 as playing a pivotal role in promoting the formation of teachers and in the teaching of Indigenous History.

Keywords: Patrimonial Education; Indigenous History; Indigenization of museums; Júlio de Castilhos Museum.

Introdução

Este artigo tem por finalidade refletir de que forma se dá a representação da cultura e da História Mbyá-Guarani na Sala Indígena do Museu Júlio de Castilhos e quais as potencialidades desse local para o ensino de História Indígena. Entre os objetivos do texto, estão a compreensão de qual é o papel que a instalação da Sala Indígena – local que abriga o patrimônio histórico e cultural – possui enquanto espaço de ensino de História, e de que forma ela atende às recentes concepções de Educação das Relações Étnico-Raciais. Para tanto, foi examinada a aplicação da lei 11.645/2008 – referente à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – no plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho”, desenvolvido em conjunto por

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). E-mail: mariana.rbr@hotmail.com

Ana Caroline C. das Neves, Mariana Ribeiro e Karolini M. K. dos Santos, e posto em prática em seis mediações no Museu Júlio de Castilhos.

Dessa forma, o artigo elabora-se a partir da comparação entre a concepção, a montagem e o acervo das Salas Farroupilha e Indígena e da análise do plano educacional que foi posto em prática na Sala Indígena. Como fontes, será trabalhada a própria experiência empírica vivenciada ao longo do contato com o Museu Júlio de Castilhos e também a versão final do plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho” (NEVES; RIBEIRO; SANTOS, 2019). Essa experiência foi gerada a partir do requisito obrigatório da disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial, que demanda o desenvolvimento de um plano de ensino e sua prática em alguma instituição de caráter museológico e/ou voltada para a Educação Patrimonial. O estágio obrigatório, formado por carga horária teórica e prática, estendeu-se ao longo do segundo semestre de 2019. A distribuição de sua carga horária se deu da seguinte forma: 10 horas voltadas para que as discentes pudessem observar mediações do museu escolhido, 10 horas de exploração e de pesquisa do acervo museológico e do setor educativo da instituição e 20 horas de atuação com o público escolar, equivalentes a, no mínimo, seis mediações. Além da carga horária mínima determinada e atendida, fez parte da construção dessa experiência duas reuniões com a equipe técnica e educativa do Museu Júlio de Castilhos, em que foram debatidas a história e a origem do museu, as antigas e as novas diretrizes museológicas e pedagógicas adotadas pela instituição, e sugestões e apontamentos para a elaboração do planejamento e das mediações.

O suporte teórico para atingir os propósitos do artigo será baseado nas discussões em torno de conceitos vivenciadas ao longo da disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial, em sua bibliografia indicada e no acréscimo de literatura relacionada com o assunto, pensando sempre na união e na coerência entre formação teórica e prática de educadoras de História.

A pertinência deste texto ampara-se na avaliação de Freire (2016), que defende que espaços de educação como museus e escolas não podem ser perpetuadores de preconceitos, “des-ensinamentos” e do senso comum. Este artigo visa salientar a importância do tema aqui tratado, abordando a representação de indígenas – formadores de grupos étnico-sociais, que se fazem presentes em questões sensíveis do presente e que têm estado em disputas narrativas recentemente – em um espaço de Memória e História, campos em que essas disputas também se dão.

O museu e as salas

O Museu do Estado teve a sua criação outorgada pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, através de um decreto-lei em 1903.² A partir de 1907, seu nome é mudado para Museu Júlio de Castilhos em homenagem ao antigo presidente do estado, Júlio Prates de Castilhos, falecido em 1903 e que fora grande aliado político de Borges de Medeiros. Júlio de Castilhos residiu na casa sede do museu entre 1898 e a data de sua morte. O principal aspecto na transformação da antiga casa de Castilhos no primeiro museu do estado foi a influência positivista no cenário político rio-grandense da virada do século. O estabelecimento de um museu especificamente naquela antiga casa representou para os positivistas uma forma de alcançar a superação da morte, já que a vida de Júlio de Castilhos seria eternizada naquele local público.

A trajetória de exposições permanentes e temporárias do Museu Júlio de Castilhos remete, majoritariamente, à apologia e à representação de *grandes figuras* da História do estado do Rio Grande do Sul. Os personagens retratados no museu, até pouco tempo atrás, tinham um perfil definido: homens brancos, na maioria das vezes pertencente à elevada classe econômica e política. A perspectiva historiográfica dos *vencedores*, até então priorizada por essa narrativa museológica, pouco preocupava-se em reconhecer a presença de grupos marginalizados ao longo da história, como negras, negros e indígenas. Porém, essa narrativa vem sendo subvertida nos últimos anos em acordo com as novas tendências historiográficas e museológicas que prezam pela representação desses grupos previamente subjugados, ao passo que existe um esforço institucional do museu em destacar o protagonismo desses indivíduos nos processos históricos que eles fazem parte. Pensando na democratização dos espaços de História, Memória e Cultura, a equipe responsável pelo Museu Júlio de Castilhos tem desenvolvido diversas exposições e eventos com o intuito de fazer do museu um espaço plural.

A reflexão sobre espaço museológico, o Museu Júlio de Castilhos, possibilita traçar possíveis usos do Patrimônio histórico-cultural como ferramenta e objeto do ensino de História e educação patrimonial. De acordo com Costa (2017), parte dessas possibilidades conectam-se com a noção de que a problematização dos objetos encontrados nos museus, enquanto parte da produção material humana, relaciona-se de forma expressiva com o ensino de História. Essa

² As informações a respeito da história e da fundação do Museu Júlio de Castilhos foram reunidas e assimiladas a partir da apresentação da instituição pelos funcionários do museu. Essas e outras informações sobre o museu podem ser encontradas no seu *website* oficial. Disponível em: <<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

perspectiva provoca várias alternativas que a leitura de um objeto pode ter no ensino e na aprendizagem de História. Conforme afirma a autora

Pensar o ‘mundo dos objetos’, em uma sociedade marcada pelo colecionamento do ato de comprar e pela valorização, em consequência, do descarte, é um dos caminhos para construir relações significativas para o ensino de História, pautado na problematização do tempo presente (COSTA, 2017, p. 98).

Assim, identificam-se possibilidades educacionais nesses espaços que intencionam o desenvolvimento de um ensino de História no qual presente, passado e futuro são questionados e problematizados e as “conexões que os objetos propiciam entre o singular e o universal, o material e o imaterial, o eu e o nós” (COSTA, 2017, p. 102) são exploradas. A partir disso, almeja-se que os educandos não somente se reconheçam como sujeitos de agência histórica em sua individualidade, mas que também todos os indivíduos, mesmo que aparentemente alheios a si mesmos, sejam percebidos dessa forma.

Uma vez que as atividades museológicas são compreendidas enquanto parte da prática e da produção do conhecimento histórico, pode-se pensar nas atividades de curadoria de uma exposição em um museu como análogas ao processo historiográfico de seleção de fontes. Segundo Costa e Bahlis (2016), “A história é feita com fontes, dados do passado que a partir das perguntas que lhe são feitas, são interpretadas por quem as faça. Não há história sem fontes, porque são essas as peças do passado que o historiador tem para analisar” (COSTA e BAHLIS, 2016, p. 349). Portanto, a análise da expografia da antiga Sala Farroupilha do Museu Júlio de Castilhos se mostra indispensável para a compreensão do tipo de narrativa histórico-museográfica escolhida pelos museólogos, historiadores e técnicos.

Ao longo de sua existência, a Sala Farroupilha recebeu variadas exposições temáticas referentes à época farroupilha. No período aqui analisado, entre setembro e novembro de 2012, esteve ativa a exposição permanente sobre a Revolução Farroupilha. Segundo a listagem e a análise dos trinta e oito objetos expostos na sala, feita por Morates (2012), todos eles respondem a uma proposta narrativa de *Grandes Homens*. Interessante notar que esses *Grande Homens* eram todos parte do grupo Farroupilha, possivelmente uma resposta museográfica às demandas de identidade coletiva dos gaúchos em relação à Guerra dos Farrapos.

Entre os objetos que constituíam essa exposição, eram encontrados principalmente objetos pessoais dos *heróis farroupilhas* (porta-areia, tinteiro, suspensório), quadros (retratos e pinturas de residências), objetos de simbologia farroupilha (bandeira republicana, distintivo em tecido, hino rio-grandense) e objetos de caráter bélico (lanças, canhão de salva, garrucha, ponta

de lança, espada).³ Contudo, é evidente no inventário de objetos da exposição uma questão marcante: a ausência de mulheres, negros e indígenas.

Nessa expografia, as mulheres são mencionadas somente na legenda de um distintivo usado pelas senhoras e moças republicanas e na figura de Anita Garibaldi que, por sua vez, é sempre associada ao revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi (MORATES, 2012, p. 65). Quanto aos negros, que tiveram importante participação na Guerra dos Farrapos como reconhece a historiografia recente, são brevemente lembrados pela atuação do agrupamento dos Lanceiros Negros. Porém, pode ser apontado o silêncio da exposição sobre o apoio dos líderes farrapos à escravidão, em contradição à sua luta por liberdade. Por fim, a representação de grupos e indivíduos indígenas é limitada à referência do uso e fabricação das lanças utilizadas nas batalhas. Não existe na exposição nenhum objeto de origem indígena e nos dois grandes textos de apresentação da Sala Farroupilha não há aprofundamento sobre a participação indígena no conflito e nem sequer sobre a natureza do apoio indígena aos farrapos.⁴

Faz-se importante lembrar que o processo de pesquisa e de construção da expografia de uma exposição em um museu relaciona-se com escolhas e seleção de temas, objetos-documentos, sujeitos que formam a narrativa a ser proposta pela instituição aos visitantes. Portanto, mesmo que aos museus possa ser atribuído o título de detentores do monopólio da História e Memória públicas, é importante ressaltar que essa *oficialidade* tem caráter arbitrário, uma vez que as escolhas feitas naquele espaço, apesar de cerceadas por conhecimento especializado, ainda são escolhas que compõem uma narrativa histórico-museológica. Não escapa dessa perspectiva a Sala Farroupilha e a sua tradicional exposição, que foram pensadas dentro de um contexto no qual a História de grupos marginalizados ainda não havia sido incorporada naquele espaço público. Em contrapartida desse caso, temos a Sala Indígena, construída em torno da noção da existência e resistência, pluralidade e protagonismo dos indivíduos e povos indígenas brasileiros no tempo presente, e não em torno de sua história até à época colonial.

A nova Sala Indígena do Museu Júlio de Castilhos está aberta para visitas desde agosto de 2019. Ela atualmente ocupa parte do espaço que anteriormente abrigava a antiga Sala

³ A listagem completa e detalhada dos objetos dessa exposição pode ser encontrada em MORATES, 2012, p. 54-73.

⁴ Contrariando o silenciamento da exposição, Neumann (2014, p. 107) afirma que “[...] as populações ameríndias estiveram presentes do primeiro ao último dia [da Guerra dos Farrapos]. Não se trata de uma participação fortuita ou efêmera, muito ao contrário, eles foram parte integrante das tropas e milícias formadas nesse decênio bélico, ocasião em que as armas foram constantemente acionadas na fronteira meridional.”. Esta e outras extensas pesquisas historiográficas corroboram o paradigma de participação ativa de grupos de indígenas e negros nos conflitos farroupilhas (1835-1845).

Farroupilha, que deixou de existir em junho do mesmo ano. Antes da Sala Indígena aqui tratada, existiu no museu outra sala com o mesmo nome, que ocupava outro espaço. A opção pela substituição e reorganização de uma Sala Indígena por outra e também pela extinção da antiga Sala Farroupilha surgiu exatamente a partir do entendimento de que existia uma lacuna no museu a respeito da representação da História e Cultura de povos indígenas. No que tange à Sala Farroupilha, atualmente toda a equipe do museu está envolvida em um processo de pesquisa sobre os farrapos e levantamento dos objetos relativos ao tema no acervo, para que uma nova sala e exposição sejam concebidas.

De acordo com o “Guia da Exposição Memória e Resistência” (2019), elaborado pela equipe de historiadores e de museólogos da instituição, a Sala Indígena e sua primeira exposição, *Memória e Resistência*, têm como principal projeto o combate a preconceitos a partir da apresentação de informações sobre povos indígenas brasileiros, com destaque àqueles situados na região sul do país. A orientação de educação antirracista da sala esteve presente desde sua elaboração inicial, dado o compromisso do museu em modificar a forma que os indivíduos e os grupos indígenas eram representados naquele espaço. Para que a exposição não fosse centrada somente em uma perspectiva de conhecimento e de experiências não-indígenas, parte da equipe do museu fez algumas visitas à comunidade indígena Cantagalo, em Viamão-RS, buscando a orientação e a assistência de seus habitantes. A partir dessas visitas, foram construídos laços de amizade e cooperação entre o museu e a comunidade, de modo que as visitas foram retribuídas e o museu foi presenteado com diferentes espécies de milho, alimento sagrado para os Mbyá-Guarani e que não pode ser comercializado.

O acervo da exposição, que foi selecionado em conjunto com os Mbyá-Guarani, preocupa-se em apresentar variados aspectos da vida e cotidiano de diversos povos indígenas. Entre os objetos expostos estão produções artesanais, como colares e pulseiras, cerâmicas, máscaras de uso religioso, arcos e flechas de tipos e usos variados, fotografias e as espigas de milho que foram doados ao museu. Também existe na sala uma composição estética que remete à natureza, com folhas secas espalhadas pelo chão e sons de pássaros que ajudam a criar a atmosfera que faz lembrar os locais de habitação de povos indígenas no Rio Grande do Sul, como os Mbyá-Guarani e os Kaingang. Os objetos expostos e a própria sala pretendem representar parte das peculiaridades, contextos e cerimônias aos quais estão vinculados, operando a conscientização do público do museu sobre a História e a resistência indígena, destacando as relações entre as lutas do passado e do presente desses povos.

O plano de ensino e as mediações

Como tem sido discutido, museus e exposições histórico-museológicas são campos de disputa discursiva e narrativa. Também fazem parte dos espaços de disputa o Currículo Escolar e o Ensino de História, já que ocorrem também nesses campos a legitimação e *oficialização* das narrativas históricas públicas. Ao tratar sobre a presença dos indivíduos e dos povos indígenas ao longo da história do Ensino de História no Brasil, Bittencourt (2013) ressalta que, pelo menos, desde o final do século XIX existe uma “tradição escolar” no país a respeito do ensino da História desses povos. Entretanto, essa tradição limita a presença indígena na história do país com início na chegada dos europeus às Américas e o fim com a formação do Estado Nacional brasileiro. A presença da História Indígena sob essas condições representa a rejeição do passado e do presente desses povos, uma vez que “A negação pela maioria dos historiadores em reconhecer os indígenas como povos históricos tem sido uma marca da produção historiográfica no Brasil, fortemente calcada no eurocentrismo, e esta tendência se apresenta nos livros dos diferentes níveis escolares.” (BITTENCOURT, 2013, p. 131).

Apesar disso, Bittencourt (2013) salienta que a promulgação da Lei Federal 11.645, em 2008 – que diz respeito à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas de educação básica, públicas e particulares – tende a ser uma ruptura com o antigo legado escolar, já que sua eficiência enquanto legislação depende diretamente da formação de educadores em torno desses temas. É possível compreender que a promulgação da lei representa, além de outros aspectos, a noção de que a educação, e nesse caso a educação *antirracista*, tem papel primordial no combate a preconceitos.

Em consonância com essas ideias, temos a produção do plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho” (NEVES; RIBEIRO; SANTOS, 2019), elaborado ao longo da disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial. Pensado coletivamente a partir da exposição *Memória e Resistência*, o plano de ensino foi posto em prática ao longo de visitas de escolas públicas ao Museu Júlio de Castilhos. Enquanto ferramenta de ensino e avaliação na formação de educadoras, esse planejamento teve sua fundamentação teórica apoiada principalmente na Lei 11.645/2008 e na noção de que espaços de patrimônio histórico-cultural são de expressiva relevância na democratização e na pluralização do ensino de História. Conforme afirmam as autoras no documento

[...] entendemos o museu como oportunidade de executar uma prática pedagógica que possibilite a construção e difusão de um conhecimento histórico libertador e construído de forma plural, respeitando e promovendo a

cidadania e democracia, e não mais enquanto uma compilação cronológica de grandes fatos e homens (NEVES; RIBEIRO; SANTOS, 2019, p. 4).

Assim, é possível afirmar que a estruturação da ação educativa “Os Mbyá-Guarani e o Milho” foi feita de modo a combater preconceitos através da educação e demonstrar o crescente interesse de educadores em incluir a História Indígena em suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, pode-se dizer que algumas dificuldades foram encontradas no processo de elaboração, escrita e prática desse plano de ensino. Entre os maiores desafios figurou a carência na formação de professores e de pesquisadores de História a respeito da História Indígena e de metodologias historiográficas e pedagógicas que contrastem com o eurocentrismo predominante. Porém, é interessante ressaltar que foram essas carências formativas que, em parte, estimularam a pesquisa a respeito da relação dos Mbyá-Guarani com o milho e a reflexão acerca das práticas pedagógicas dos educadores.

Esse plano de ensino foi desenvolvido em torno de um elemento comum entre alunos não-indígenas e o povo Mbyá-Guarani: o milho. Essa foi uma escolha motivada pela percepção das autoras sobre a familiarização dos alunos-visitantes com os Mbyá-Guarani, a partir de um elemento cotidiano a todos, colabora com a desconstrução de preconceitos e de estereótipos relativos aos grupos indígenas. Assim, partindo de três perguntas que questionam preconceitos comuns a respeito dos indígenas: Os indígenas são selvagens atrasados? Muita terra para poucos indígenas? e os indígenas são preguiçosos? Com base nessas questões, ao longo das mediações foi possível desenvolver com os alunos a relação do milho com a organização social Mbyá-Guarani, destacando três aspectos: seu relacionamento com a tecnologia, com a terra e com o tempo.

Ao longo das mediações, foram compartilhadas e discutidas com os alunos informações sobre o modo de vida e de habitação dos Mbyá-Guarani, suas produções tecnológicas e seus usos, suas práticas religiosas e culturais e seu relato de origem através das ligações desse povo com o milho, alimento sagrado e que faz parte de sua base alimentar. Fez-se visível no decorrer do plano de ensino e das mediações a evidência dada à História contemporânea dos Mbyá-Guarani. Isso ocorreu de modo que narrativas eurocêntricas, que costumavam apagar e secundarizar a presença de indígenas em espaços museológicos e na História nacional, foram subvertidas para marcar a resistência e o protagonismo no tempo presente desses povos.

Assim, ficam marcados os dois objetivos centrais no plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho”; o primeiro deles é a desconstrução de preconceitos étnico-sociais contra a população indígena, através da educação antirracista, e o segundo é o reconhecimento e valorização da História de povos indígenas como História do tempo presente, identificando suas

formações sociais e culturais contemporâneas. No decorrer das mediações, que também foram compartilhadas coletivamente pelas educadoras, a exposição *Memória e Resistência*, em sua seleção de objetos e montagem da sala, mostrou ter plena importância na troca de conhecimentos que ali ocorreu. Por conta disso, é dado destaque à curadoria coletiva das peças utilizadas na exposição e nas interações das mediações, uma vez que “[...] quando as populações indígenas interagem com os objetos de coleções particulares ou depositadas em museus, elas dão vida a esses objetos, pois a partir deles são lembradas e revividas histórias, mitos, acontecimentos, pessoas, canções, performances rituais etc.” (SILVA, 2016, p. 72).

A Sala Indígena ainda permitiu que os saberes sobre os Mbyá-Guarani não fossem monopolizados pela fala expositiva das professoras, mas sim que esses indivíduos pudessem ser os contadores e os protagonistas de sua própria História, através de suas produções materiais e imateriais. Isso é demonstrado em um dos momentos das mediações, quando foi exibido um vídeo aos alunos, que mostra um professor Mbyá-Guarani narrando uma das várias versões da história do milho às crianças da Aldeia Reflexo da Água Cristalina - SC. Esse momento ilustra a intenção das educadoras, museu e ação educativa de subverter o local museológico ao dar espaço para a população indígena não mais ser objeto de estudo, mas no lugar disso ser agente de sua própria história.

Considerações finais

Após a análise comparativa entre as Salas Farroupilha e Indígena aqui apresentada é possível observar que, apesar de aproximações de caráter técnico, como a seleção de objetos para expografia de acordo com a narrativa almejada, destacam-se as diferenças entre elas. Por um lado, a antiga Sala Farroupilha pouco ou nada atendia às demandas sociais, já existentes na época, a respeito da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino da História e Cultura Indígenas. Por outro, a nova Sala Indígena e sua exposição *Memória e Resistência* mostra ter envolvimento intrínseco com uma noção de educação antirracista, voltada para o combate de preconceitos através do acesso à informação e a variados conhecimentos. É interessante notar que, no processo de mudança e reformulação das salas, um mesmo espaço físico teve seus diferentes usos contrastados. Pode-se atribuir a modificação da sala e de concepções museológicas da instituição, em parte, à promulgação da Lei 11.645/2008, que tem fomentado ações educativas que respondem a novas tendências historiográficas, museológicas e pedagógicas.

O Museu Júlio de Castilhos tem se associado ao que parece ser uma nova consciência no campo da museologia, que busca valorizar e representar a diversidade étnico-racial brasileira. A respeito disso, Silva (2016) escreve que “[...] os museus que outrora já foram identificados e criticados como instrumentos do colonialismo ocidental vêm sendo percebidos, cada vez mais, como lugares potenciais para a produção e partilha de conhecimentos e de encontro, diálogo e interação intercultural” (SILVA, 2016, p.75).

Sendo assim, os museus e outros locais de educação patrimonial devem ser encarados como espaços e ferramentas pedagógicas que possibilitam a sensibilização de seus visitantes-alunos em relação às diferentes temporalidades do passado, presente e futuro. Isso se dá em decorrência de que sua mais importante matéria-prima, os objetos, podem ser trabalhados, questionados e problematizados de modo a provocar sua desnaturalização e, assim, instigar a curiosidade, principal atributo do fazer científico. Sendo indispensável ao Ensino de História a capacidade de produção de significados, museus podem ser locais de educação privilegiados.

Por fim, a Lei 11.645/2008 demonstra ter impacto positivo, mesmo com limitações, não apenas no âmbito da Educação Básica, uma vez que sua relevância influenciou a produção do plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho” e as mediações que o colocaram em prática, por parte de professoras de História em formação. Portanto, pode-se afirmar que a história e cultura indígena, mais especificamente do povo Mbyá-Guarani, são representadas em consonância com as mais recentes concepções historiográficas e metodológicas, tanto na Sala Indígena e na exposição *Memória e Resistência* quanto no plano de ensino “Os Mbyá-Guarani e o Milho”.

Pensando na forma que os indígenas, e nesse caso os Mbyá-Guarani, foram representados ao longo da ação educativa aqui tratada, seu planejamento e mediações, é possível dizer que teoria e prática estiveram atreladas a concepções de uma educação democrática, plural e antirracista. É destacado também que durante as mediações, em que a interação entre museu-objetos-educadoras-alunos era tangida, foi sempre intencionada a ênfase à historicidade do tempo presente dos Mbyá-Guarani, de forma que a tradição escolar de excluir grupos e indivíduos indígenas da narrativa histórica brasileira após o período colonial (BITTENCOURT, 2013) pôde ser superada.

O maior aspecto positivo da indigenização dos museus e dos planos de ensino é a possibilidade que grupos marginalizados e subjugados, como os povos indígenas, têm de tomar o lugar de protagonistas em suas representações. Mais do que isso, além questionar a forma como o Ensino de História tem representado essas populações historicamente, faz-se urgente

colaborar com a abertura de espaços para que indígenas tenham cada vez mais agência sobre como eles querem *se* representar.

Fontes

BRASIL. Lei nº 11.645 de 15 de abril de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acessado em: 20/12/2019.

MJC. Guia da Exposição Memória e Resistência. Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 2019.

NEVES, Ana Caroline C. das; RIBEIRO, Mariana; SANTOS, Karolini M. K. dos. **Os Mbyá-Guarani e o Milho**. (Plano de aula desenvolvido para a disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2019.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

COSTA, Carina M. A poesia das coisas no ensino de História: exercícios de sensibilização. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina (orgs.). **Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017, p. 95-121.

COSTA, Gabriel Castello; BAHLLIS, Marcelo. Você e o museu: Objetos, História e Memória. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, jul., p. 348-363, 2016.

FREIRE, Ribamar Bessa. Museus indígenas, museus etnográficos e a representação dos índios no imaginário nacional: O que o museu tem a ver com educação? In: Marília Xavier Cury (org). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura/ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016, p. 33-38.

MORATES, Lucas Antônio. **Testemunhas silenciosas: análise expográfica da Sala Farroupilha no Museu Júlio de Castilhos**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2012.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>>. Acessado em: 03/07/2020.

NEUMANN, Eduardo Santos. "Um só não escapa de pegar em armas": as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). **Revista de História**, São Paulo, n. 171, dez., p. 83-109, 2014.

SILVA, Fabíola Andréa. "Leva para o museu e guarda": uma reflexão sobre a relação entre museus e povos indígenas. In: Marília Xavier Cury (org). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura/ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 71-79.

Agradecimentos

Agradeço à equipe de profissionais do Museu Júlio de Castilhos por tão bem receber a mim e as colegas Karolini M. K. dos Santos e Ana Caroline C. das Neves na realização do estágio. À Prof.^a Dr.^a. Caroline Pacievitch, pela orientação e ensinamentos compartilhados na disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial no segundo semestre de 2019. Agradeço também ao tradutor Luiz Felipe Lipert, pela revisão e sugestões sobre o texto e pela tradução do resumo.

Estágio Supervisionado II no ensino fundamental: uma experiência de atividade na aula de História com uso de jogos em uma escola municipal de Ananindeua/PA

Eliandra Gleyce Dos Passos Rodrigues¹, UFPA

Resumo

O trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada no espaço escolar, prática proporcionada pela disciplina de Estágio Supervisionado II, apresentando como resultados as principais atividades realizadas de observações, de regências e de intervenções em sala de aula. Entende-se que acompanhar a disciplina de História, no sistema público de ensino, é a forma pela qual a Universidade dialoga com o ensino da escola pública e proporciona mecanismos de preparação aos futuros professores. Através desse contato com a escola, que recebe os acadêmicos nas suas práticas de estudo, pesquisa e extensão, e de formação docente na área de História, busca-se também incentivar a promoção de metodologias experimentadas, a serem inseridas no ensino em sala de aula; como resultado deste processo de estágio é apresentado aqui a metodologia de um *Quiz* Histórico usado em sala de aula.

Palavras-Chave: Relato de Estágio Supervisionado II; Sala de Aula; Ensino de História; Metodologia de Ensino.

Abstract

This paper aims to report the experience in the school space, which was the supervised internship discipline II, presenting, as results, the main activities, observations and interventions performed in the classroom. It is understood that accompanying the discipline of History in the public school system is the way in which the University not only dialogues with the public school teaching, but also provides the mechanisms for the preparation of future teachers through contact with the school. The public school receives academics from the University for the practice of study, research and teacher education in the area of history, and encourages the promotion of methodologies to be inserted in classroom teaching. As a result of this internship process, we present here the methodology of a Historical *Quiz* carried out in class.

Keywords: Supervised Internship Report II; Classroom; History Teaching; Teaching Methodology.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo pontuar as vivências e as regências proporcionadas pela disciplina de Estágio supervisionado II, e apresentar os materiais produzidos e realizados durante o processo de estágio. Essa experiência só foi possível devido às características da disciplina² que elenca a teoria por meio de leituras e de debates de textos

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Pará do Campus Universitário de Ananindeua, meus agradecimentos à (pela) orientação prof.^a Dr.^a Sidiana da Consolação Ferreira de Macedo e à professora da disciplina de Estágio Supervisionado II. Ao corpo docente, administrativo e operacional da escola e principalmente à professora da disciplina de História que ministra aulas do 6º ao 9º ano, que me recebeu em sua sala permitindo a realização do meu estágio e a meta do cumprimento das 100 horas na disciplina acadêmica de Estágio Supervisionado II, meus agradecimentos. E a todos os demais trabalhadores daquela Escola, meus agradecimentos pela recepção na unidade escolar. E-mail: rodrigues.f@outlook.com.br

² O Projeto pedagógico do curso de licenciatura em História (e seus anexos) dispõe que os estágios nos cursos de licenciaturas são disciplinas obrigatórias que devem ser cumpridas em sala na Universidade (teorias) e a outra

acadêmicos com a prática do estágio, nesse caso a sala de aula do fundamental II. Sem essa integração, a elaboração de materiais para o ensino ficaria mais difícil por não ter o contato com a sala. O objetivo do Estágio II não foi apenas proporcionar o contato com a sala de aula, mas também, inserir os acadêmicos às realidades do mercado de trabalho (no caso a área do ensino) e na atuação do docente (Instituição de Ensino), que vai para além da sala de aula. Encontra-se no labor da profissão, uma atuação maior do que aquela que se imagina empiricamente. Dessa forma, o estágio contribui socialmente para o estreitamento de laços entre a Universidade pública e o Ensino básico, como a promoção da pesquisa e da extensão e para colocar os acadêmicos no contato direto com a área de atuação, aprimorando e formando continuamente o licenciando. Este relato objetiva registrar alguns desses processos de experiência no ambiente escolar, apresentando o que foi gerado na disciplina por meio do contato com a sala de aula na escola pública, acompanhamento/auxílio da professora da escola e leitura de textos acadêmicos na Universidade.

O Estágio II tem por foco a inserção do discente de graduação no espaço escolar, promover o contato com a equipe pedagógica, com o funcionamento da escola e vivenciar a cultura escolar. Nesse estágio, o acadêmico acompanha todos os processos do funcionamento da instituição de ensino, além de estar em sala de aula presenciando a relação do professor com os alunos e o manejo da disciplina lecionada em sala. Nesse tipo de estágio, os discentes da Universidade realizarão a regência na escola pública em uma série (etapa) do ensino fundamental, de modo que a professora da Universidade, ministrante da disciplina do Estágio Supervisionado II, assista-o em algum momento. O processo do estágio é formativo, portanto, ele consiste em conhecer a escola e o corpo pedagógico, observar o espaço escolar e o ambiente de trabalho dos professores como um todo. Portanto, conclui-se que esse Estágio é a base da formação de professores de História para os discentes do curso de licenciatura em História.

parte, no caso, a prática docente, as bases de extensão da Universidade, nas escolas, com supervisão das professoras. A disciplina de Estágio Supervisionado II está disposta no código H01053 do Curso. A disciplina de estágio é o momento que, em dada escola da educação básica, o docente da Universidade ministrante da disciplina de estágio acompanha os graduandos em sala de aula e também observa as regências efetuadas pelos estagiários licenciandos. São observadas as competências do estagiário como manuseio e domínio da turma, postura e a forma como ele mobiliza os saberes historiográficos, as metodologias de ensino usadas. Vale ressaltar que durante os outros meses do estágio da atuação em sala na escola parceira contava com participações/observações, e atuações junto com a professora da disciplina de História na escola, com breves comentários sobre o assunto ministrado pela mesma nas séries do fundamental.

O chão da sala: conhecendo a unidade escolar

A etapa do Estágio Supervisionado II ocorreu numa Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada em Ananindeua³ no bairro Centro, na Rodovia BR 316. A escola tem turmas de ensino fundamental do 6º ao 9º ano na modalidade regular em funcionamento matutino e vespertino. Ela também conta com a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), à noite. Mais informações referentes ao quadro administrativo, ao número total de alunos que a escola atende, ao histórico da unidade escolar, aos alunos beneficiários de bolsa família e etc., não foi possível obter no primeiro momento, quando perguntado à diretoria sobre o Projeto Político Pedagógico Escolar (PPP), no qual julgo que talvez pudesse abarcar essas informações, pois o acesso ao documento estava indisponível. Em uma segunda tentativa, a fim de extrair informações oportunas, o PPP ainda estava em construção, em última e terceira tentativa, antes de findar o mês do processo de Estágio II, ao fazer uma nova busca na escola sobre o documento e gentilmente atendida pela diretora, novamente o mesmo encontrava-se inacessível, em fase de passar pela reunião do conselho escolar. Assim, o único PPP da escola disponibilizado para acesso era o do ano anterior (2018).

No tocante ao PPP, é importante ressaltar que “o contato do estagiário com o Projeto Político Pedagógico e com outras modalidades de registro sobre gestão e desempenho, como PDE Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), poderá trazer elementos de análise e reflexão” (LIMA, 2008, p. 202). Dessa forma, é ressaltado que o estágio não engloba apenas a sala de aula ou o planejamento dos professores, mas também busca oportunizar para que o licenciando conheça o ambiente escolar e a atuação do professor como um todo. Isso inclui conhecer a documentação da unidade escolar para ter uma maior e melhor dimensão da escola e do seu ensino.

A escola tem boa localização, na BR 316, o que permite atender toda a comunidade com eficiência. É também considerada uma das melhores escolas da rede municipal, com índice de IDEB⁴ satisfatório, quando comparado às demais escolas no ranking⁵ do site do Instituto

³ O curso superior de licenciatura em História, ofertado pelo UFPA, é intervalar. Conforme o PCC do curso, as aulas teóricas e práticas de estágio II ocorreram no período de março/2019 a jun./2019 e os alunos foram encaminhados à respectiva escola, que é escola-parceira da UFPA, recebendo estagiários e bolsistas PIBIC e PIBID da instituição UFPA. Essa escola já está habituada a atender e acolher os acadêmicos no local.

⁴Índice de desenvolvimento da educação básica. Essas informações podem ser encontradas no link disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/seam?cid=2413093>. Acesso em 03 de julho de 2019.

⁵Ministério da Educação Ranking do IDEB. Esses dados podem ser encontrados no site. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/15212068#grafico-comparacao>. Acesso em 03 de julho de 2019.

Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Durante os meses de Estágio II, algumas atividades foram desenvolvidas, tais como: análises de livro didático, acompanhamento das aulas com a professora da disciplina, elaboração de atividades extracurriculares para os alunos, disposta em elaboração de Planos de Aulas⁶, breves participações nas aulas, acompanhamento dos simulados e provas dos alunos, aplicação e acompanhamento na prova de Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) de 2019, elaboração de materiais como um jogo⁷ e resumos dos conteúdos, bem como participação em eventos como ouvinte em palestras referentes à área do ensino, tudo isso com a finalidade de treinamento e conhecimento na área da docência.

A maioria das atividades trabalhadas no estágio consistiu em trabalhos extra classe, resumos e jogo, com foco nas turmas C e D do 6º ano da escola⁸, não excluindo a minha participação em outras séries/turmas quando possível, sem atrapalhar a lotação dos demais estagiários na escola, pois tudo foi bem organizado e distribuído pela professora da disciplina no ambiente escolar. Vale mencionar que, durante a vivência de estágio, pouco ou quase nada do que dispus no Plano de Ensino de Estágio⁹ consegui colocar em prática, devido à realidade das dinâmicas do espaço escolar e dos contratempos. Embora relatado, isso não atrapalhou por total as minhas atividades de estágio na escola.

As intervenções em sala de aula: turma do 6º ano do fundamental

Como resultado dessa experiência, apresento aqui a metodologia de um *Quiz* Histórico em sala no formato de *PowerPoint* usado durante o processo de estágio na escola. Sobre o uso do jogo em sala e nas aulas de História, Andrade (2007) cita que há uma possibilidade muito rica, em suma, ela afirma que: “o conhecimento histórico em nossa disciplina é imensamente aberto aos recursos lúdicos e que estes não são apenas instrumentos de motivação, mas

⁶ O Plano de aula é o recurso usado para deixar mais organizadas as atividades; o jogo em formato de *Quiz*, antes de ser elaborado no Microsoft Office PowerPoint 2016, teve sua reflexão na ferramenta do planejamento, isto é, no Plano de Aula.

⁷ O jogo é referente ao *Quiz* Histórico que contém a temática de “Mesopotâmia”, a ser passado em aula após revisão do conteúdo de “Egito Antigo” e “Reino Kush”.

⁸ Devido ao número de acadêmicos da UFPA, houve uma distribuição de estagiários por turmas e séries nos horários matutino e vespertino da escola, ficando por hora a divisão de dupla ou trio de alunos estagiários em uma sala.

⁹ Antes dos discentes em História avançarem para a sala de aula da escola pública, foi necessário fazer um “Plano de Ensino de Estágio” orientado pela professora do curso de História na disciplina de Estágio Supervisionado II, com recortes de conteúdo e apresentação das metodologias traçadas para os conteúdos selecionados, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular para o ensino Fundamental e o Parâmetro Curricular Nacional de História, bem como com o uso de alguns livros didáticos do 6º ano disponíveis.

interferem e conferem significados singulares às noções e conteúdo que se queira trabalhar” (ANDRADE, 2007, p. 95).

Assim, descrevo uma das realizações de atividades de observação nas turmas do 6º C e 6º D. Em um primeiro momento o contato com os alunos causou estranheza, à medida que estava observando o cotidiano da sala, pois era ao mesmo tempo observada por eles. Com o passar dos meses, os discentes foram habituando-se com minha presença em sala; a professora da turma tinha uma excelente relação professor-aluno, conhecia todas as especificidades dos estudantes. Ela ministrava a disciplina de História, do 6º ao 9º em todas as turmas pelo período da manhã e tarde. Seu regime de trabalho era por contrato temporário, já atuava há cerca de 4 anos exclusivamente naquela escola, somando a experiência de mais de 8 anos na docência da educação básica.

Com o estágio, concluí que realmente as duas turmas são bem específicas. A primeira, 6º C, com cerca de 39 alunos dos sexos masculino e feminino, com faixa de 12 anos de idade. Havia 4 alunos presentes como dependentes da disciplina de Matemática, dentre os quais apenas um estava dependente em duas disciplinas como Matemática e História. A turma tinha como característica principal ser a mais calma de todas da escola, segundo alguns professores vez ou outra relatavam isso em conversa informal, realizando quase 100% das atividades propostas. Os alunos eram participativos nas aulas de modo mediano e pouco agitados.

O 6º D, por outro lado, continha 37 alunos dos sexos feminino e masculino, na faixa de 12 a 13 anos, contendo 5 alunos em dependência. A característica principal da turma era ser a mais agitada de todas, com alunos bem participativos no quesito de perguntas e curiosidades. Por serem mais agitados, apresentavam certo nível de desatenção, muitas vezes sendo preciso ser chamada a atenção em sala. Realizavam quase 75% dos trabalhos propostos, de acordo com o observado em momento de estágio. Os alunos daquela classe não gostavam muito de escrever, em certos momentos, eles diziam para a professora que passava questões no quadro com um: “tá bom, tia...”, “tudo isso, professora?”, “é pra escrever?”, “é pra deixar quantas linhas?”. Enfim, era uma classe um pouco mais difícil de trabalhar quando comparada com as demais, devido à característica de ser a turma mais agitada. Entretanto, ambas as turmas do 6º ano tinham um pouco de descuido com o livro didático, não apresentando desenvolvido o hábito de leitura e zelo.

Vale ressaltar que a escola, em nível de estrutura, contava com várias salas: de leitura onde funcionava a biblioteca, o refeitório, a sala dos professores, a secretaria, da diretoria, a sala de interação (atendimento individualizado de alunos com necessidades especiais) e os

banheiros, contando também com banheiros voltados para pessoas com necessidades especiais (PNE). Isso demonstra que o local é um ambiente bem agradável e estruturalmente definido.

Notei que a professora de História daquela escola usava bastante o livro didático nas aulas, portanto, propus uma atividade que tinha o objetivo de incentivar mais os alunos a recorrerem ao livro didático que tinham em mãos. Segundo Adriel Ramos, em relação ao livro didático:

[...] a regência da aula de História junto ao professor, auxilia e propõe as metodologias e oportuniza a aprendizagem aos alunos. Diante de todas as formas que compõem este instrumento, podemos finalmente reafirmar que é uma das peças mais importantes na composição da aula de História (RAMOS, 2018, p. 23).

Desse modo, busquei acompanhar no estágio a metodologia já usada pela professora, através do uso do livro didático.

O jogo *Quiz* Histórico e o Plano de Aula

Uma das atividades propostas de intervenção em sala contava com o planejamento de um jogo, o *Quiz* Histórico¹⁰ Escolhi esse jogo porque observei, durante o processo de acompanhamento, que a turma fazia pouco uso do livro didático e não mostrava zelo pelo mesmo, embora a professora da disciplina usasse recorrentemente o livro didático como ferramenta em aula. Observando esse processo, decidi elaborar um jogo, com perguntas de nível fácil, médio e difícil sobre o conteúdo a ser trabalhado. Ao todo haviam nove perguntas separadas por três blocos de slides, todas baseadas no livro do aluno¹¹, com questões adaptadas do livro e de pesquisas relacionadas aos conteúdos presentes nos livros deles. Os slides, para serem mais atraentes, estavam disponíveis em cores diferentes para cada bloco de perguntas,

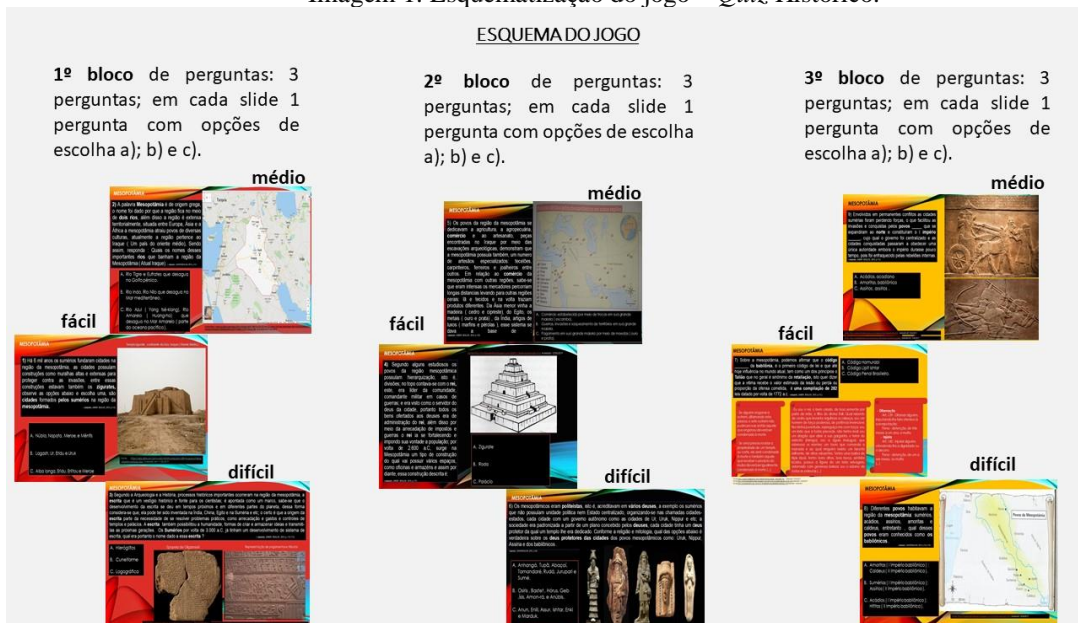
¹⁰ O *Quiz* Histórico focava no conteúdo da *Mesopotâmia*. Ele foi organizado com 9 perguntas, contando ao todo com 15 slides, pensado e fundamentado sua utilização no Plano de Aula aonde contém as regras e modo do jogo. Vale mencionar que a palavra *Quiz*, segundo o Dicionário Online de Português, define como sendo um agrupamento de questões em sequência de perguntas e respostas que visam a investigar o conhecimento sobre algo que, neste caso, podem ser atualidades, ou conhecimentos da área como algum assunto de história, biologia, geografia e etc.; ou de alguém como no caso de celebridades. Já o site Wikipédia define assim: é um termo em inglês e nome dado a um jogo de característica mental, podendo ser jogado em equipes ou individualmente, englobando perguntas e respostas mediante as opções das questões colocadas. Sua popularização a princípio foi bastante comum no contexto televisivo de programação de entretenimentos.

¹¹ O jogo foi construído com base no livro didático, mas isso não impede a aplicação dele em outros anos e séries, mesmo que essas não usem esse livro em específico, visto que um apostilado poderá ser preparado pelo professor(a) com leituras complementares. A aplicação e o funcionamento do jogo dependem apenas de a instituição de ensino ter os recursos para aplicá-lo Datashow, caixinha de som, extensões, notebook ou CPU, disponíveis.

com animações, sons, efeitos, uso de mapas, fotos e desenhos, deixando assim o jogo mais interativo.

Os recursos visuais inseridos no jogo, como mapas, desenhos e fotos foram todos referenciados nos slides, tanto os retirados do livro didático do aluno, quanto algumas fotos de páginas do Facebook e Blogs. A cada bloco de questões, o nível de complexidade ia subindo, havendo blocos com perguntas de grau fácil, médio e difícil. Os alunos que prestavam atenção nas aulas da professora, ou que tinham algum hábito de estudo pessoal no livro, não iriam ter dificuldade alguma, mas os alunos que não tinham desenvolvido o hábito da leitura poderiam encontrar dificuldades na proposta. A partir do desempenho individual e coletivo no joguinho, os alunos poderiam, após o jogo, focar um pouco mais na prática de leitura.

Imagem 1: Esquemática do jogo – *Quiz Histórico*.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Embora o jogo tenha sido preparado exclusivamente para uma turma, ele podia e pode ser aplicado nas outras séries. Foi aplicado apenas o primeiro bloco de perguntas na turma do 6º C. No momento do jogo os alunos dessa turma apresentaram-se bastante entusiasmados, entretanto, como o tempo da aula já estava estourando, apenas o primeiro bloco de três perguntas foi passado a nível de revisão do conteúdo. Para essa turma foi importante aplicar um pouco do *Quiz Histórico Mesopotâmico*, visto que o jogo era parte do processo de revisão antes da prova do bimestre. Para o 6º D ficou inviável a revisão do conteúdo de Mesopotâmia com o jogo devido às falhas técnicas ocorridas nos últimos vinte minutos de aula. Por conta disso, a professora da disciplina encarregou-se de revisar o conteúdo de Mesopotâmia. Como era um

período que antecedia prova dos alunos, preparei também um roteiro de revisão¹² que foi passado para eles via uso do quadro da sala, excluindo desse processo o uso das atividades¹³ elaboradas no roteiro.

A última parte da aula ficaria reservada ao jogo para revisar o outro conteúdo. Todas essas atividades tiveram como subsídio o Plano de Aula¹⁴ desenvolvido no estágio, embora não tenha conseguido com total êxito pôr em prática todo o planejamento. Segundo Vidigal (2018), em relação às metodologias que utilizam ou que se propõem a usar os jogos em formato de *Quizzes*, cita que o professor “também pode procurar outros meios para aplicar o *Histoquiz*, uma vez que utilizado o papel cartão para fazer as plaquinhas, as perguntas também podem estar inseridas da mesma forma” (VIDIGAL, 2018, p. 168). A autora propõe que, caso os professores não tenham disponíveis na escola em que trabalham os recursos tecnológicos, os *quizzes* podem ser feitos de papel e cartolina.

O *quiz* preparado para a aula de revisão na sala carecia de uso tecnológico porque, em primeiro lugar, a escola disponibilizava o recurso, segundo, porque as imagens e os mapas usados na interação do jogo necessitavam de visibilidade. O jogo foi pensado para ser lúdico e interativo e a visibilidade era essencial, até mesmo para os comentários explicativos que pudessem ser dados em sala, pela regente estagiária da aula. Além disso, algumas questões eram usadas para a reflexão e serviam para as bases das respostas das equipes. As imagens em alguns blocos entravam no slide como complemento das perguntas, como é o caso do uso dos mapas e da leitura dos códigos, disponível no slide do terceiro bloco de perguntas.

Embora houvesse todo esse recurso interativo, o jogo ficou inviável na última turma, devido às falhas técnicas que ocorreram no momento. Como um todo, o ato do jogo em sala foi bastante importante para a autoavaliação, a aprendizagem e o melhoramento da minha prática docente. Considero ter alcançado os objetivos quanto ao conteúdo ministrado naquela aula, no caso do Egito, embora na regência pudesse ter focado um pouco mais no quesito reinos da dinastia faraônica negra e comentado mais sobre a mulher no Egito antigo, como no caso das “Candaces”. Abaixo, apresento imagens de alguns slides e do Plano de Aula que fundamentou e justificou a possibilidade da aplicação do *Quiz* em sala. É importante ressaltar que, ao final do jogo, as perguntas corretas estavam disponíveis tanto no gabarito final quanto nas respostas

¹² Além do jogo, um roteiro de revisão foi passado para aquela aula. O Roteiro de Revisão de conteúdos sobre “Egito” e “Reino Kush”, que continha indicação de páginas no livro didático.

¹³ A professora da escola já disponibilizava um planejamento para sua atuação, portanto, para não interferir diretamente nos trabalhos e ofício da professora, decidi excluir as atividades de perguntas elaboradas no material da revisão.

¹⁴ Plano de Aula: Mesopotâmia e Egito: Revisão de conteúdo.

certas das questões comentadas e/ou justificadas nos últimos slides, finalizando o jogo com slide de referências e bibliografia das questões, mapas, desenhos, e fotos que compunham o jogo.

Imagem 2: 1ª pergunta do 1º bloco de perguntas, com uso de mapa

MESOPOTÂMIA

2) A palavra **Mesopotâmia** é de origem grega, o nome foi dado por que a região fica no meio de **dois rios**, além disso a região é extensa territorialmente, situada entre Europa, Ásia e a África a mesopotâmia atraiu povos de diversas culturas, atualmente a região pertence ao Iraque (Um país do oriente médio), Sendo assim, responda : Quais os nomes desses importantes **rios** que banham a região da Mesopotâmia (Atual Iraque).

(adaptado, JUNIOR BOULOS, 2015, p.111)

A. Rio Tigre e Eufrates que desagua no Golfo pérsico.
B. Rio Indo, Rio Nilo que desagua no Mar mediterrâneo .
C. Rio Azul (Yang tsé-kiang), Rio Amarelo (Huang-ho) que desagua no Mar Amarelo (parte do oceano pacífico).

Turquia
Síria
Iraque
Irão

Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Imagem 3: 2ª questão do 3º bloco de perguntas, com uso de trechos de códigos

MESOPOTÂMIA

7) Sobre a mesopotâmia, podemos afirmar que o **código** da **babilônia**, é o primeiro código de lei e que até hoje influência no mundo atual, tem como um dos princípios o **Talião** que no geral é sinônimo da **retaliação**, isto quer dizer que a vítima recebe o valor estimado da lesão ou perda ou proporção da ofensa cometida, é **uma compilação de 282 leis** datado por volta de **1772 a.c.** (adaptado, JUNIOR BOULOS, 2015, p.113.)

A. Código Hamurabi
B. Código Lipit Ishtar
C. Código Penal Brasileiro.

- Se alguém enganar a outrem, difamando esta pessoa, e este outrem não puder provar, então aquele que enganou deverá ser condenado à morte.

- Se uma pessoa roubar a propriedade de um templo ou corte, ele será condenado à morte e também aquele que receber o produto do roubo deverá ser igualmente condenado à morte (...)

- Eu sou o rei, o bem criado, de boa semente por parte de mãe, o filho do divino Enlil. Qual rebento de cedro que levanta orgulhoso a cabeça, sou um homem de força poderosa, de potência invencível. Na minha juventude, espreguei-me com força: sou um leão que a todos precede, não tenho rival; sou um dragão que abre a sua garganta, o terror do exército (inimigo); sou a água Imdugud, que sobrevoa os montes; um touro que comanda a manada e ao qual ninguém resiste; um bisonete brilhante, de olhos reluzentes. Tenho uma barba de lápis lázuli, tenho bons olhos, boa boca, sentidos lúcidos, possuo a figura de um leão selvagem, adornado com generosa beleza; sou o adorno de todas as palavras (...)

- **Difamação**
Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:
Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa

- **Injúria**
Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa (...)

Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.

É importante lembrar que, em relação aos jogos: “[...] temos de levar em consideração o nível de conhecimento, a dinâmica de funcionamento e o grau de utilidade que esse jogo irá proporcionar aos alunos e não apenas aplicá-los como uma espécie de passatempo para distrair os alunos” (VERRI; ENDLICH, 2009, p. 67). Pensando por esse lado, o Plano de Aula que

antecede a criação do jogo em slides justifica a possibilidade e uso em sala, bem como apresenta a metodologia de aplicação do jogo e regras a seguir. A atividade lúdica possibilita que se reflita sobre as questões levantadas pelos autores, a fim de organizar, sistematizar e refletir questões sobre a criação do jogo. Na sequência, apresento o Plano de Aula preparado para a respectiva aula que antecedeu o jogo do *quiz* em sala.

Arquivo 1: Anexo – Plano de Aula elaborado e usado para a aula de revisão

Universidade Federal do Pará.
Campus Ananindeua.
Faculdade de História.
Estágio Supervisionado II

PLANO DE AULA

Disciplina: História

Identificação do tema: Mesopotâmia e Egito: Revisão de conteúdo.

Público-alvo: Ens. Fundamental II / 6º ano.

Elaborado por: Eliandra Gleyce Rodrigues

OBJETIVOS

GERAL: Revisar os assuntos trabalhados durante o semestre de maneira a reforçar o conteúdo da prova, a fim de que os alunos revejam as partes importantes passadas nas aulas. A revisão em sala é o momento que o aluno deve rever brevemente os conteúdos já estudados com vistas a relembrar os pontos principais do conteúdo.

ESPECÍFICO:

- 1) Permitir que o aluno relembre/revise o conteúdo estudado durante o semestre, antes da realização das provas.
- 2) Enfatizar o conteúdo estudado e induzir o aluno ao exercício dos estudos pessoais.
- 3) Rever o tema Egito por meio de um roteiro de revisão, e rever Mesopotâmia por meio do jogo em sala.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os assuntos a serem abordados na revisão têm como base o livro didático do aluno nas seguintes unidades: Mesopotâmia e Egito.

RECURSOS INSTRUCIONAIS

Serão usados, durante as aulas, os seguintes recursos: **a)** roteiro de revisão elaborado pela professora; Quadro, pincel, apagador, livro didático. **b)** jogo de revisão elaborado pela professora; Datashow, notebook, internet.

PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS

a) Uso do quadro branco no primeiro momento para revisão do conteúdo do Egito. b) uso do jogo de revisão em forma de *quiz* referente à Mesopotâmia, no segundo momento. c) divisão das equipes e distribuição das fichas e placas de opções (A, B e C).

PREVISÃO DE TEMPO

Para aplicação deste planejamento o cronograma previsto será de 2 aulas (levando em conta ao todo a carga horaria de 01h30). No primeiro horário, a revisão no quadro, no ultimo horário revisão em jogo na sala. (Passíveis de modificações conforme a necessidade da sala)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bibliografia Básica

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania: História**, sexto ano, 6º, fundamental II: livro do aluno. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015. 320 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.472 p.

- Documento eletrônico/impresso:

BASTOS, R. **Planejamento 2019 de acordo com a BNCC**. Destinatário: Estagiários escola José Maria. 7 mai. 2019. 1 mensagem eletrônica¹⁵.

- Bibliografia Complementar

COLEGIO WEB. Motivos para rever o conteúdo após as aulas. **Blog Colégio Web**. 28 out. 2016. Disponível em: <https://www.colegioweb.com.br/orientacao/motivos-para-rever-o-conteudo-apos-as-aulas.html>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

KUTOVA, M.A.S; OLIVEIRA, C.C.G. Jogos digitais, competição e socialização na sala de aula. *in*: XII WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 2006, Campo Grande-MS. **Anais do XXVI Congresso da SBC**. Campo Grande MS, 2006, p. 231-239.

DE OLIVEIRA SANTOS, Lucas et al. Design Quiz: jogo baseado em pictograma para o ensino de História da Arte e do Design. **Blucher design proceedings**, v. 2, n. 2, p. 1600-1606, 2015.

¹⁵ Material cedido gentilmente pela professora da turma, via mensagem instantânea no grupo da escola “Estagiários José Maria”, através do aplicativo *WhatsApp*. O planejamento (6º ao 9º) de autoria da professora Bastos, para a escola em Ananindeua, contém 32 páginas, as quais nortearam a proposta desenvolvida pelos estagiários no período da regência na escola com base no planejamento de conteúdos da professora.

VIDIGAL, V.E.M. HistoQuiz: uma didática de interação e educação. In: NUNES, Francivaldo Alves; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Org.). **Ensino de História: Linguagens, abordagens e perspectivas**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. p. 157-168.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023: Informação e documentação: Referências: Elaboração**. Rio de Janeiro. ABNT, 2018.

OBSERVAÇÕES E MODELO DE FICHA

- **QUIZ HISTÓRICO MESOPOTÂMIA:** contém 9 perguntas com 3 opções: A; B; C, sendo apenas uma das alternativas correta. Cada bloco contém 3 perguntas fáceis, 3 perguntas de média complexidade e 3 perguntas de complexidade alta.
- **Justificativa:** a metodologia do jogo em sala visa a promover o assunto estudado durante o semestre, baseada na leitura do livro didático do aluno. Durante a observação das aulas, percebeu-se que há um desinteresse pela leitura por grande parte dos alunos e também despreço pelo livro didático, em vista disso, o uso do jogo em formato de *quiz* foi uma tentativa de suscitar nos alunos outra perspectiva em relação ao livro didático.
- **Regras:**
 - Divisão das equipes: cada uma com 6 integrantes e todos devem participar.
 - Cada equipe receberá uma plaquinha colorida com as opções A, B e C; os membros das equipes deverão entrar em consenso para levantar apenas uma delas no momento do jogo.
 - As equipes receberão uma ficha para colocar as opções. (Essa metodologia tem a finalidade de gabaritar as respostas de cada equipe, a fim de evitar a ‘manipulação/ trapaça’ nas opções e contabilizar os pontos pelo professor, através da resposta da equipe valendo como atividade avaliativa em sala também).
 - A pergunta de nº 5 é um coringa no *quiz*, as equipes terão 1 minuto cronometrado para procurar as respostas nos materiais como: livro didático, apostilas, anotações no caderno, pesquisa no celular e biblioteca da escola.
- **Fórmula da contabilização de pontos:** F.C.P
 - Números de acertos x 0,2 (utilizar arredondamento professor).
 - **$F.C.P: n^{\circ} \text{ acertos} \times 0.2 : \cong$**
- **Modelo de ficha e placas A, B e C para as respostas das equipes:**

Série: _____ Turma: _____

Equipe: _____

Pontuação: _____

1	2	3
4	5	6
7	8	9



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Considerações Finais

A prática de estágio desenvolvida no espaço escolar consiste primeiramente em preparar e depois observar e acompanhar as aulas, sendo um processo do qual resulta bastante ganhos e aprendizagens. Ter o contato com o chão da escola promoveu fazer um balanceamento nas tomadas de decisões, principalmente no que tange ao planejamento e aos recortes de conteúdo. Além disso, essa experiência mostra a ampla dimensão que é atuar no magistério, pois envolve não somente a sala de aula, mas também é preciso reconhecer que há outras exigências escolares de planejamentos, projetos, reuniões de professores e familiares dos alunos (atendimento pedagógico/plantão pedagógico) e conselhos escolares em jogo na prática docente.

Considero que esse estágio serviu para aprender sobre os desafios do cotidiano do professor, não somente em sala, com a demanda dos conteúdos, metodologias de ensino, mas também as demandas de nível cognitivo de aprendizagem e comportamental dos alunos. Foi possível aprender sobre o funcionamento da cultura escolar como um todo, da escola e do que é ser professor. Enfim, resultou em grande aprendizado, pois o estágio também objetiva a inserção aos poucos dos graduandos na realidade escolar, promovendo ganhos e contribuições no quesito profissionalização, pesquisa e extensão na área da educação, além do compromisso social, estreitando os laços entre universidade e escola.

Sobre o processo de estágio e de regência, enquanto aprendiz docente foi bastante importante, ainda que não tenha conseguido atingir por total o que havia planejado, o processo serviu para autoavaliação e para melhorar minhas futuras aulas, por meio de aprimoramento dessa práxis. Em suma, pude concluir que na sala de aula nem tudo é planejamento, é preciso certa medida de improvisação, ou melhor, um plano B que leve em conta as falhas técnicas e tecnológicas, por exemplo. Carece-se da improvisação em sala no sentido de buscar outras

saídas (ou metodologia) quando se trata de recursos tecnológicos tais como Datashow, TV, Dvd's, computadores, etc. A experiência de estágio me fez concluir sobre a importância do contato do acadêmico com professores e escolas. Percebi que o ato da docência começa com a preparação das aulas, mesmo antes de entrar na sala de aula. Fora da sala o professor também pesquisa, lê e procura métodos de ensino para aplicar em sua turma, prepara apostilados e planejamentos que venham a agregar ao seu trabalho com eficiência.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Débora El-Jaick. O lúdico e o sério: experiências com jogos no ensino de história. **História & Ensino**. Londrina, v. 13, set. 2007. p. 91-106.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania: História**, sexto ano, 6º, fundamental II: livro do aluno. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015. 320 p.
- LIMA, Maria Socorro Lucena. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores. **Rev. Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 8, n. 23, jan./abr. 2008. p. 195-205.
- RAMOS, Adriel Eleris. **Livro didático de história: uma análise de estrutura, abordagens e conteúdos contemporâneos**. Orientador: Wesley Garcia Ribeiro Silva. 2018. 24 f. Artigo (Especialização em Ensino de História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2018.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Campus Ananindeua. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em História**. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1eMHDTIAMqW-EDfvskZXiMgEc9y_PwO_I. Acessado em 04/06/2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Campus Ananindeua. **Anexos do PCC**. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1zvfrnucfAAhFeTnglnuHb0EThUprb1L5>. Acessado em 04/06/2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Campus Ananindeua. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Geografia**. Disponível em: https://campusananindeua.ufpa.br/images/Campus_Ananindeua/Menu/Graduacao/Licenciatura/Geografia/ProjetoPedagogico.pdf. Acessado em 04/06/2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Campus Ananindeua. **Anexos do PCC**. Disponível em: https://campusananindeua.ufpa.br/images/Campus_Ananindeua/Menu/Graduacao/Licenciatura/Geografia/AnexosProjeto.pdf. Acessado em 04/06/2019.
- VERRI, Juliana Bertolino; ENDLICH, Ângela Maria. A utilização de jogos aplicados no ensino de geografia. **Revista Percorso - NEMO**. Maringá, v. 1, n. 1, 2009. p. 65-83.
- VIDIGAL, Victória Emi Murakami. *HistoQuiz: uma didática de interação e educação*. In: NUNES, Francivaldo Alves; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Org.). **Ensino de História: Linguagens, abordagens e perspectivas**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. p. 157-168.

Sites

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Brasil). In: INEP. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/15212068#gráfico-comparacao>. Acessado em 03/07/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). INEP. **Ananindeua, Pará Ideb resultados e metas**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado.seam?cid=2413093>. Acessado em 03/07/2019.

QUIZ. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Quiz>. Acessado em 01/07/2019.

QUIZ. In: DICIO: dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/quiz/>. Acessado em 01/07/2019.

Políticas públicas e currículo na vivência pedagógica da EJA: desafios, ações e novas perspectivas na Educação de Jovens e Adultos

Camila de Jesus Souza¹, UNEB

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar a presença de políticas públicas e o currículo nas turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos), sendo realizado um estudo em uma escola do semiárido baiano, utilizando como metodologia a pesquisa qualitativa, e como instrumento de pesquisa o uso de questionário e análise documental. Dessa maneira constatamos que apesar de ser reconhecida como direito legalmente, no chão da escola a realidade da EJA ainda está longe da almejada em lei, por diversos entraves que permeiam o cotidiano tanto dos alunos como de professores e das escolas. Para mudar esse cenário deve-se partir da efetivação na prática das políticas públicas, entrelaçada com formações que levem a comunidade escolar a conhecer o que são e a importância das políticas públicas, somente dessa maneira poderemos alcançar o ensino emancipador, pautado na identidade e equidade.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Políticas públicas; Ensino.

Abstract

This article aims to identify and analyze the presence of public policies and the curriculum in EJA (Youth and Adult Education) classes. A study was carried out in a school in the semi-arid region of Bahia, using qualitative research as a methodology, and, as an instrument of research, questionnaires and document analysis. Thus, we found that, despite being recognized as a legal right, the reality of EJA is still far from what is desired by law, due to several obstacles that permeate the daily lives of students, teachers and schools. In order to change this scenario, one must start putting into practice public policies, intertwined with formations that lead the school community to know what these policies and their importance are. Only in this way can we achieve emancipatory education, based on identity and equity.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA); Public policy; Teaching.

Para início de debate...

A Constituição Federal de 1988 garante direitos para o cidadão, dentre eles a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN de 1996, vem consolidar esse direito, não havendo cláusulas restritivas e nem de priorização de classes. Como está declarada na LDBEN (1996), precisamente no art. 4,-I sancionando a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para aqueles que não tiveram acesso na idade estipulada. No sentido de não restar nenhuma dúvida, o “inciso VII”, reitera que a oferta de vagas para jovens e adultos, na escola regular deve considerar as dificuldades e disponibilizar condições de acesso a esse aluno ao ensino.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia pela UNEB- Universidade do Estado da Bahia, no Campus VII – Senhor do Bonfim- Ba. E-mail: camillajesussouza@gmail.com

Apesar das garantias da lei, o fracasso da EJA ainda salta aos olhos como confirmam os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), que atestam uma realidade em que 50,2% da população brasileira acima de 25 anos não finalizou o ensino fundamental. Certamente, fatores sociais e econômicos são fundamentais nessa análise, pois estes trazem problemas que extrapolam o campo da educação como falta de continuidade de medidas que possam garantir não só acesso, mas à permanência de jovens e adultos na escola como afirmam Freire (2011), Ferreira e Cunha (2014).

Conforme esclarece Machado (2013), o fracasso escolar produz marcas que causam danos profundos na identidade e autonomia do sujeito. Ferreira e Cunha (2014), trazem uma análise da base legal que regula a EJA, afirmando que essa modalidade ainda é frágil, e na prática precisa-se pensar muito além da oferta de vagas.

Dias, Fernandes e Inácio (2014) fazem uma análise das leis e diretrizes voltadas para a EJA, afirmando a necessidade de um olhar mais responsável para essa modalidade, principalmente nas construções de leis e currículo adequado. Preocupação relevante quando considerada as atuais discussões para elaboração e reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que não apresentam orientações específicas para a EJA.

Diante da falta de clareza da BNCC, juntamente com repasse da responsabilidade de adequação das Diretrizes do Ensino de Jovens e Adultos para os estados e municípios, nota-se a importância da construção de currículos que abranjam as especificidades deste público, respeitando e incluindo as suas vivências e culturas.

Para Sacristán (1998), currículo não é meramente a organização de conhecimentos, mas um campo de diferentes agentes, com diversas interferências no resultado de sua práxis. O autor defende que o currículo é o principal norteador do processo de ensino e aprendizagem na escola, e deve incluir na sua prática a realidade do mundo, o contexto dos envolvidos, sendo eles: social, político e o mais importante ouvir sempre as vozes de alunos e professores.

Dessa forma este artigo tem como objetivo identificar e analisar como se apresentam as políticas públicas e o currículo na educação de jovens e adultos de uma escola do semiárido baiano, no município de Jaguarari. Para alcançar o objetivo proposto optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa.

Segundo Silveira e Córdova (2009), este tipo de pesquisa busca analisar os fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações variáveis, onde atenta-se para os motivos, significados, crenças, valores dos investigados, do grupo social ou espaço que pertence. Por estas razões foi utilizado ainda como instrumento de pesquisa um questionário com professores

da EJA de uma escola municipal jaguariense. Para Gil (2002), o uso do questionário possibilita a obtenção de dados na perspectiva do pesquisado.

Foi realizada também uma análise documental, pois como defendem Ludke e André (1986), a análise documental serve de grande utilidade por se consistir em um estudo estável e rico, pois os documentos costumam se manter válidos por muito tempo, podendo ser recorridos quantas vezes o pesquisador tiver interesse.

A abordagem desse estudo do EJA tratado nesta pesquisa torna-se relevante se considerarmos a trajetória da EJA, a pouca idade da LDBEN (1996) e os impactos positivos e negativos ocorridos no campo dessa modalidade. Além do mais, serve para profissionais da educação e poder público que desejam proporcionar aos jovens e adultos uma educação plena respeitando os seus direitos, cultura e necessidades.

Educação de jovens e adultos no Brasil: Um histórico necessário

Para Haddad e Di Pierro (2000), tentar explicar a trajetória da Educação de jovens e adultos não é uma tarefa fácil, pois a mesma vem carregada de práticas formais e informais no processo de compartilhar conhecimentos. Os primeiros registros de educação para jovens e adultos no Brasil vem do período colonial onde os jesuítas dedicavam-se a evangelizar os indígenas e logo após os negros. “Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial” (HADDAD, DI PIERRO, 2000, p. 109).

O que não se pode negar segundo os autores foi a desorganização do ensino a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, tanto a primeira constituição de 1824 ainda no período colonial, como a segunda de 1891 após o Brasil tornar-se república, ensaiaram assegurar o ensino primário para todos, mas na práxi tornou-se uma exclusividade para a elite.

Conforme explica Gadotti (2011), a educação de jovens e adultos no Brasil para melhor ser analisada pode ser dividida em três períodos. O primeiro de 1946 a 1958, tratava o analfabetismo como uma doença grave, criando assim a Lei Orgânica de ensino primário e supletivo, o Serviço de Educação de Adultos (SEA). Houve então a primeira Campanha Nacional de Educação de Jovens e Adultos no ano de 1947.

O segundo período vai de 1958 a 1964. Ainda em 1958, o ensino de EJA foi discutido no II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, desmistificando o mito preconceituoso que alunos do EJA são incapazes e ignorantes. Novos discursos passaram a ser

difundidos através dos resultados das experiências de Paulo Freire com estudantes de EJA de Pernambuco, que defendeu a necessidade de um ensino contextualizado.

Temos o terceiro período, a partir do golpe militar de 1964, havendo campanhas como a “Cruzada do ABC” (Ação básica cristã) e posteriormente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Na década de 70, foi promulgada a Lei Federal n. 5692, com a implantação do ensino supletivo. Já no ano de 1974 foram criados centros de Estudos Supletivos (CES), em cada Estado com o objetivo de diminuir o tempo e custos efetivos. Porém com o retorno da Democracia, o Mobral foi extinto em 1985 e foi substituído pelas ações da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos.

Houve, portanto, a partir dos anos 1980 um maior acolhimento das camadas populares nas escolas, por meio do aumento de oferta de vagas. Porém não se pode deixar de fazer um alerta para as condições oferecidas, já que “A ampliação da oferta escolar não foi acompanhada de uma melhoria das condições do ensino, de modo que, hoje, temos mais escolas, mas sua qualidade é muito ruim” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 125).

Por tais fatores, há enormes desafios das escolas atualmente em adequar a educação para jovens e adultos, e desta forma fazer com que esse público alvo tome posse do conhecimento de forma plena em suas vidas, pois quando isso não acontece ocorre uma nova forma de negação e exclusão educacional, tão presente em várias realidades da EJA.

Políticas públicas voltadas para Educação de Jovens e Adultos

Souza (2006), evidencia que ao se falar em políticas públicas é preciso elucidar que a mesma possui várias definições, mas na sua concepção a explicação mais coerente seria o “estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (SOUZA, 2006, p. 26).

Quando voltamos nossa atenção para o campo educacional, temos Rummert e Ventura (2007), afirmando que só podemos citar a existência de políticas públicas direcionadas a educação de jovens e adultos a partir de 1990, com a LDBEN (1996), tornando-se o primeiro registro brasileiro que traz nos seus atos a EJA como modalidade de ensino, mas isso não significou que a EJA ganhou um lugar de destaque.

[...] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/ 96) e demais instrumentos legais imprimiram às políticas públicas, no âmbito da educação, o tom acentuadamente pulverizado e compensatório (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 31).

Nota-se que muitas das ações dos governos e financiamentos foram voltadas a parcelas da população da extrema pobreza, porém Rummert e Ventura (2007) contestam a maneira como foram desenvolvidas e aplicadas essas políticas públicas. Para fundamentar as suas discordâncias, os autores criticam os investimentos feitos nos anos 90, como a Emenda Constitucional nº 14/1996 (EC 14/1996) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

Para Carvalho (2014), esse financiamento seria de extrema importância na efetivação da reforma educacional, porém Fernando Henrique Cardoso invalidou as determinações firmadas na qual exigia a obrigatoriedade do governo em conjunto com a sociedade de excluir o analfabetismo e tornar acessível a todos o ensino fundamental em dez anos.

Essa ação ocasionou baixas nas matrículas da EJA e assim menos recurso do FUNDEF, ou seja, “o Fundef marginalizou ainda mais a educação oferecida à população jovem e adulta, mantendo o descaso com que esta modalidade de ensino tem sido tratada pelo poder público”. (CARVALHO, 2014, p. 636).

Por essa visão de assistencialismo, a EJA herdou um lugar secundário quando se trata de políticas educacionais, e ainda segundo Rummert e Ventura (2007, p. 33)

Tais características, entretanto, não alteram sua marca histórica: ser uma educação política e pedagogicamente frágil, fortemente marcada pelo aligeiramento, destinada, predominantemente, à correção de fluxo e à redução de indicadores de baixa escolaridade e não à efetiva socialização das bases do conhecimento.

Porém os autores reconhecem que durante a gestão do presidente Lula, a EJA ganhou destaque, tornando-se o único governo da Nova República a centralizar ações mais concretas nessa modalidade. Mas para eles, essas iniciativas ainda estavam impregnadas mesmo que de forma moderada na necessidade de certificar os alunos de EJA.

Foi no ano de 2007, no governo de Lula que aconteceu a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), com vigência até o ano de 2020 e abrangeu todas as modalidades da educação básica incluindo a EJA. No entanto para Carvalho (2014), a EJA novamente foi tratada com inferioridade pois foram destinados recursos insatisfatórios a essa modalidade de ensino.

Para Silva, Pereira e Conceição (2017), com o PNE aprovado com a lei nº 13.005, que repassa para os municípios a responsabilidade de alcançar as metas propostas, evidenciou-se a falta de sincronia das três esferas de poderes (municipal, estadual e federal), que na prática gera um grande empecilho para qualidade do ensino da EJA.

Compactua de pensamento parecido Carvalho (2014), criticando as políticas pública no geral e principalmente o financiamento, pois as administrações das cidades e estados são quem definem os valores investidos e fazem com que a EJA sempre esteja em desvantagem em relação às outras modalidades de ensino.

Estão, assim, longe de ser atingidos objetivos como a superação de déficits quantitativos e qualitativos da EJA nas redes públicas, bem como da necessária isonomia no que tange ao financiamento público das diversas modalidades e etapas da educação básica (RUMMERT; VENTURA, 2007 p. 42).

Para Rummert e Ventura (2007, p. 41 “O reconhecimento da EJA como modalidade de educação básica ganha espaço no plano formal, porém isto não tem sido traduzido no plano político concreto”. Há de se reiterar que quando a pauta é a trajetória da EJA existem avanços e retrocessos, desse modo é preciso que haja assim investimentos a altura das particularidades do público dessa modalidade de ensino.

O Currículo na EJA

Mello (2014), compreende currículo como a seleção de todos os saberes (conhecimentos) considerados importantes, e são esses que os alunos terão acesso no decorrer da sua formação escolar. Para Mello (2014), existem diferentes teorias que influenciaram as organizações de currículo, havendo sempre essa luta de quais conhecimentos incluir.

Para Apple (2008), esses conjuntos de conhecimentos presentes nos currículos nunca surgem da neutralidade, eles chegam nas salas de aula como representantes de uma tradição seletiva, resultado de uma seleção e visão de algum grupo, principalmente dos dominantes. O currículo se torna “produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam o povo” (APPLE, 2008, p. 71).

No Brasil a partir da LDBEN (1996), houve a aprovação do modelo de currículo, partindo da Base Nacional Comum, em conjunto com os três bases governamentais sob a supervisão do Ministério da Educação (MEC), nessa perspectiva o Conselho Nacional da Educação (CNE), criou e continuam trabalhando nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), essas orientam quais valores e princípios devem abordar os currículos específicos.

Tivemos o Parecer CNE/CEB n° 11/2000 e a adequação da Resolução CNE/CEB n° 1/2000, que estabeleceram Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, e que no ano de 2008 passou por modificações, resultando no Parecer CNE/CEB n° 23/2008, onde a Câmara de Educação EJA, definiu parâmetros de duração e idade dos cursos

para a EJA; aos parâmetros de idade mínima e de certificação dos Exames na EJA; além de orientações para os cursos de EJA desenvolvidos com mediação da Educação a Distância. Segundo Amorin, Dantas e Aquino (2017), essas ações foram importantes, mas não causaram mudanças concretas expressivas.

Mello (2014) destaca ainda que há muitas dificuldades de articulação existentes entre as DCNs e derivadas do CNE e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) elaborados pelo MEC para o ensino fundamental I e II. Nota-se que com a vinda de um novo século, diversas emendas na LDB (1996), foram aprovadas, e ao invés de alinhar as propostas anteriores, causou mais confusão de termos e aplicação na prática.

Diante do que foi exposto, podemos apontar que o currículo tem papel importante ao considerar o que fomos, somos e o que nos tornaremos, no âmbito educacional, pois “O currículo, como espaço de significação, está estreitamente vinculado ao processo de formação de identidades” (SILVA, 2001, p. 27).

Atualmente nessa disputa de interesses de formação dos currículos, o que vem ditando as escolhas são as visões para o mercado, que utiliza a educação como instrumento econômico e industrial e assim vai mantendo o *status quos*. No entanto, existem outras perspectivas, como a de Paulo Freire (2011) que enxerga a educação como a possibilidade para a construção de uma sociedade com identidades sociais autônomas e plurais

Analisando dados sobre a EJA a partir de questionário com professores

Para tentar chegar no objetivo proposto de análise da realidade do EJA ne uma escola jaguariense fez-se necessário aplicar um questionário com questões fechadas e abertas para identificar e analisar as políticas e o currículo de EJA na prática pedagógica da escola estudada². A escola onde os professores trabalham trata-se de uma instituição municipal, localizada no município de Jaguarari, no semiárido baiano. A princípio buscamos conhecer o perfil do professor que atua nessa modalidade naquela unidade escolar. Para ter acesso às informações aplicamos um questionário com os professores, no turno noturno, onde trabalham cinco professores, porém somente quatro quiseram responder o questionário.

O questionário contém 15 questões, sendo elas fechadas e abertas. As questões fechadas nos sinalizaram o perfil do professor, a primeira categoria de nossa análise. As questões abertas, por sua vez, nos ajudaram identificar as demais categorias: 1. A participação do professor:

² Para evitar especulações que exponham as identidades dos professores, o nome da escola onde a pesquisa foi realizada em Jaguarari-Ba, será preservado.

construindo documentos e escolha do livro didático da EJA; 2. Limites que dificultam o trabalho pedagógico na EJA; 3. Sobre Educação de Jovens e Adultos, políticas públicas e currículo: o que sabem os professores; 4. A BNCC e o professor de EJA: O que diz e 5. Ser professor da EJA: quais as dificuldades.

Sobre o perfil do professor

As primeiras questões foram fechadas e abrangem perguntas sobre o perfil do professor; tornando-se relevantes para a pesquisa saber a idade, o nível de formação e o tempo de docência desses profissionais no EJA, para dessa forma traçar as principais percepções dos professores.

Inicialmente foi constatado que dentre as opções, 100% responderam que estão abaixo dos 40 anos. Ou seja, são professores considerados jovens. Neste sentido, o financiamento da educação básica e a entrada da EJA no FUNDEB mesmo gerando opiniões muito controversas, trouxe um mercado de trabalho mais atrativo para jovens.

Isto ocorre pois segundo as determinações do próprio FUNDEB (BRASIL, 2015), pode ser gasto até 60% com salários de professores, atrelado a isso existe a alusão do plano de carreira que quando colocado em prática é uma segurança e um atrativo a mais para um jovem que quer seguir a carreira de professor.

Além disso 100% dos professores alegaram possuir pós-graduação, evidenciando que todos buscaram se qualificar, essa ação é uma oportunidade de os professores devolverem para a escola novos conhecimentos. De acordo com Amorin, Dantas e Aquino (2017, p. 98) “a formação do professor que atua na EJA deve ser reconhecida e valorizada, uma vez que esta modalidade de ensino acolhe sujeitos que não tiveram oportunidade de estar na escola na infância ou adolescência”.

Ao questionar a sua área de formação, foi levantado que 50% assinalaram em História, 25% em Pedagogia e 25% Matemática. Esses números demonstram que os mesmos têm formação em áreas distintas, lembrando que essa escola possui ensino fundamental I e II. Quando indagados sobre há quantos anos lecionam na EJA, os mesmos apresentaram um tempo considerável, onde 75% dos entrevistados possuem de 11 a 15 anos, somente 25% apresentou 10 anos. Por conseguinte, todos possuem experiências na modalidade e trabalham há mais de uma década na mesma escola.

Para Tardif (2002), uma pessoa que leciona muitos anos consequentemente impregna algo de si mesmo nesse trabalho, “esses saberes são plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona no próprio exercício do trabalho conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber ser bastante diversificado e provenientes de fontes diversificadas” (TARDIF, 2002, p.

61). Além disso, a atuação em sala de aula fornece a esses professores um conhecimento que complementa as teorias vistas nas universidades constituindo-se uma fonte indispensável para o saber ensinar.

A participação do professor: construindo documentos e escolha do livro didático da EJA

A segunda parte do questionário apresenta questões abertas para que assim o sujeito pesquisado consiga explicar de melhor forma as suas respostas e opiniões sobre os principais documentos e leis que regem a Educação de Jovens e Adultos. Dentre os questionamentos estavam o período de atuação deles nesse ambiente escolar, e se os mesmos já tinham colaborado na construção de algum (uns) documento (s) presente (s) na escola.

Vejamos o que dizem os professores: (Prof^o1)³ “Projeto Político Pedagógico, plano de curso e escolha de material didático”; (Prof^o2) “Projeto Político Pedagógico, Plano de curso, adequação do currículo e escolha de material didático”; (Prof^o3) “Projeto Político Pedagógico e plano de curso”; (Prof^o4) “Projeto político pedagógico, plano de curso e escolha de material didático”.

Analisando as respostas acima, constatamos que todos os professores afirmam que já contribuíram com a elaboração do PPP e dos planos de curso, como aponta Pereira, Oliveira e Freitas (2017, p. 149) esses documentos “[...] devem ser produzidos pelo coletivo da escola, com a cooperação e participação de todos os sujeitos envolvidos”.

Já na escolha do livro didático 75% participaram dessa escolha. Para Martins (2006), a importância do livro didático ultrapassa os conteúdos disciplinares escolares que eles abordam, a escolha de um bom livro didático pode cooperar com a personalidade, sua visão sobre cultura e pertencimento. Sendo o papel do professor essencial, pois todos devem ser convocados para essa escolha como fala no Decreto n° 9.099, é papel do professor e a equipe pedagógica em conjunto escolherem o livro didático.

Porém a menor participação segundo os docentes é na adequação do currículo, somente 25% dos professores afirmaram já terem contribuído, ou seja, 75% desses professores nunca se reuniram para sugerirem propostas para currículo da EJA, como sugere as DCNs do CNE. E desta forma, existe uma grande possibilidade desse currículo não assegurar características próprias desses alunos que lá estudam. Como afirma Silva (2001), a grande maioria dos

³ Utilizaremos a abreviatura prof, para assegurar a identidade do sujeito colaborador e o numeral 1, 2, e assim sucessivamente para indicar um novo sujeito.

currículos estão vazios da representatividade, esses não retratam as culturas e vivências dos presentes no chão da escola.

Limites que dificultam o trabalho pedagógico na EJA

Ao se questionar a existência de alguma (as), dificuldade (s), para a realização de um trabalho pleno e produtivo, obteve-se o seguinte retorno dos entrevistados: (Profº 1) “ Falta de material didático adequado”; (Profº 2) “Falta de material didático”; (Profº 3) “ Falta de material didático”; (Profº 4) “Falta de material didático”. Concluímos que 100% dos professores enxergam como a maior dificuldade no processo de ensino-aprendizagem a falta de material didático adequado.

Assim podemos declarar que essa escassez de material desrespeita a LDB (1996), no art. “37”, no inciso I que garante um ensino apropriado, podemos incluir material didático, isto é, as escolas por lei são obrigadas a disponibilizar aos seus professores e alunos. Souza (2007), esclarece que os materiais didáticos só serão benéficos quando bem utilizados, no entanto ela defende a tese que a escola tem a obrigação de fornecer materiais que possibilitem o aluno ter acesso ao conhecimento, como também é de sua responsabilidade assegurar e deixar a disposição do professor materiais que lhe dão condições de desenvolver plenamente o seu trabalho.

A falta de material didático sinaliza um desrespeito às políticas públicas dentre elas podemos citar o financiamento do FUNDEB, garantindo que até 40% dos seus recursos podem ser destinados entre outros fins, para a aquisição de material didático escolar, (BRASIL, 2007), o que não vem acontecendo nessa escola, sendo um dos fatores que mais dificulta o trabalho pedagógico.

Sobre Educação de jovens e adultos, políticas públicas e currículo: o que sabem os professores

Ao ser investigado o que os professores entendem sobre a Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas e Currículo da EJA, vejamos o que dizem os professores sobre Educação de Jovens e adultos: (Profº1) “É uma modalidade de ensino que oportuniza o adulto a vivenciar o seu sonho interrompido no passado e contribui o jovem a corrigir a distorção idade (série)”; (Profº 2) “É a formação de pessoas com mais de 15 anos e que por um motivo ou outro não teve oportunidade de estudar e que hoje sente necessidade de se atualizar”, (Profº 3) “Uma

forma de educação que contempla pessoas que, por situações diversas e adversas, deixaram em seus períodos regulares; (Prof^o 4) “ É o tipo de educação orientado para adultos que completaram ou abandonaram a educação formal”.

Podemos apurar em todas as respostas, certas referências a LDB de 1996, onde garante o direito à educação a quem por diversos motivos não usufruiu anteriormente da mesma; de forma geral, todos os professores caracterizam a EJA como a oportunidade do sujeito ter uma nova experiência com a escola.

No entanto a fala do (Prof^o 1), faz uma observação muito importante em relação às diferentes idades acolhidas nas turmas atualmente, essa resposta vai de encontro com a nova realidade da EJA também relatada por Haddad e Di Pierro (2000), onde sinalizam as mudanças do perfil dos estudantes da EJA a partir de 1980, com o objetivo de devolver esse aluno a série que sua idade “indica” e muitas vezes causa inseguranças para os professores.

Advir do entendimento dos professores sobre a EJA, buscou-se saber o que eles compreendem como políticas públicas. (Prof^o 1) “São medidas que contribui na formação social dos jovens e adultos, tornando estes iguais em direitos e deveres”; (Prof^o 2) “São ações e decisões do governo p/ beneficiar a população independente de classe social de cultura de aprendizado. Elas têm participação pública ou privado”; (Prof^o 3) “São políticas de favorecimento a pessoas ou grupos que, em algum momento ou espaço estão distantes dos processos comuns de bens de consumo ou intelectuais”; (Prof^o 4) “São atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos”

As respostas dos sujeitos pesquisados foram diversificadas, algo normal segundo Souza (2006), pois é uma vertente com várias definições. Nas falas dos professores ficam notório que eles entendem que as políticas públicas existem unicamente por iniciativa dos governos, em nenhuma resposta mencionou que outras entidades e grupos podem sugerir para os representantes melhorias. Para esse mesmo autor é preciso a elaboração das políticas a partir da contribuição dos sujeitos para quem serão destinadas essas leis.

Diante das respostas acima, averiguou-se se eles conhecem as políticas públicas para EJA. (Prof^o 1) “A nível de FNDE temos o livro didático, o transporte escolar, a merenda escolar. A nível municipal há carências”; (Prof^o 2) “Sim”, (Prof^o 3) “Não até por ser muito complexa, visto que não há um esclarecimento a respeito do que se pode ser feito”, (Prof^o 4) “Garantia da escolarização, ações voltadas para alfabetização, transporte e merenda escolar”.

É inegável nas respostas do (Prof^{os} 1 e 4) que eles entendem as políticas públicas como investimentos e financiamento na educação, e assim seguem a percepção de Carvalho (2014),

que defende a inexistência de políticas públicas sem bons investimentos, pois é a partir dos financiamentos proporcionais às demandas, que se pode gerar uma educação de qualidade.

Já a resposta do (Profº 2) é vaga, o que dificulta analisá-la, porém a resposta sincera do (Profº 3) acende um alerta, e traz à tona a realidade de grande parcela da população que desconhece qual é o objetivo das políticas públicas e assim acabam não exigindo os seus direitos ou lutando por eles.

Buscando-se identificar melhor aspectos sobre políticas públicas, então questionou-se sobre a importância da efetivação da mesma na educação de jovens e adultos, obtendo as seguintes respostas: (Profº 1) “Promover a autoestima, oportunizar uma atividade profissional, proporcionar novos caminhos e saberes”; (Profº 2) “A possibilidade dos mesmos chegarem até a faculdade dando passo a passo nesses programas”, (Profº 3) “Elas dariam um norteamento a esta modalidade, o que fortalecerá inclusive o trabalho do professor”; (Profº 4) “Inclusão educacional, assistência social aos direitos humanos”.

Revela-se que todos os professores acreditam que a efetivação das políticas traria benefícios para os alunos em várias vertentes de suas vidas, seja a pessoal ou profissional e ajudaria na qualidade dessa modalidade de ensino, pois seria um fator que facilitaria o trabalho dos professores. Como diz Souza (2006), as políticas públicas influenciam a vida das sociedades.

A começar por conhecer a obrigatoriedade do currículo nas escolas, buscou-se saber o que os professores conhecem como currículo e sua importância. (Profº 1) “É um conjunto de normas, regras, conceitos, que permite uma nova vivência de mundo e debates sobre a realidade local, regional e global”; (Profº 2), “O Currículo é a relação de disciplina e conteúdos a serem estudados em cada série de ensino. O mesmo passa segurança ao docente no decorrer de seu trabalho”; (Profº 3) “Na educação currículo é tudo aquilo que é montado para fomentar, favorecer algo”; (Profº 4) “É uma ferramenta ou uma proposta de organização de uma trajetória de escolarização, que no ambiente escolar é o referencial”.

Com as respostas dos professores reparamos que todos entendem o currículo como importante para a escola, na maioria das falas há citações que atribuem o currículo como: ferramenta, organização, normas, regras, disciplinas e conteúdo. E realmente esses elementos fazem parte do currículo, mas só na resposta do (Profº 1), mesmo que de forma tímida cita a necessidade das vivências, não havendo associação do currículo com identidade, cultura ou as lutas que o aluno carrega.

Como defende Silva (2001), currículo é relação social e não um produto acabado. Nele muitas vezes há relação de poder, onde a cultura é desconsiderada e assim não acontece a produção de identidades culturais, e não há uma significação no currículo.

Outro documento norteador das escolas é o Projeto Político Pedagógico (PPP), indagamos se eles conhecem o da sua unidade escolar e seu conhecimento de políticas públicas para a EJA. (Profº 1) “A nível modalidade EJA, é viável respeitar as propostas para combater a evasão, evitar repetência...”; (Profº 2) “O Projeto Político Pedagógico (PPP) reflete a proposta educacional da escola e os caminhos para ensinar. Povo sem conhecimento não poderá atingir os objetivos”; (Profº 3) “Não, as reuniões que participei para se discutir o PPP, são sempre reuniões vazias e de informes sem contundência”; (Profº 4) “Sim”.

Três professores afirmam que conhecem o PPP da escola, (Profº 1) por exemplo comenta que no PPP há preocupação com a evasão e repetência, mas não cita quais direcionamentos ou ações são realizadas para diminuir esse problema. Já o (Profº 2), faz uma explanação sobre o que é o PPP e sua importância para o objetivo da escola que é propagar o conhecimento adquirido pela sociedade sem citar objetivamente a escola que leciona.

O (Profº 3), foi o único a declarar que não conhece o PPP da escola que trabalha, na sua justificativa alega que não existe autenticidade no que está colocado com a realidade vivida. Conforme Amorin, Dantas e Aquino (2017), no mínimo o PPP deve buscar abranger os anseios daqueles que fazem parte da escola, não podendo ser uma cópia idealizada em um outro espaço e simplesmente lançada nas instituições de ensino. Por último o (Profº 4), em uma única frase revela conhecer o PPP de sua escola e as políticas presentes nele, mas não apresenta mais informações.

Por meio das respostas apresentadas, ficou evidenciado que os professores precisam conhecer os registros legais que regem a suas unidades escolares, além do mais identificou-se que os professores não relacionaram o PPP e currículo nas suas respostas, porém acredita-se que esses precisam andar entrelaçados para um processo de ensino aprendizagem que preze por uma educação plena.

A BNCC e o professor de EJA: O que diz...

Não se pode desconsiderar as discussões e mudanças oriundas da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e por isso foi questionado se eles a conhecem, e suas opiniões sobre recomendações para a EJA. (Profº 1) “As instruções para a modalidade EJA, são ineficientes, pois coloca esse grupo de estudante, é rígida principalmente no quesito

mercado de trabalho” (Profº 2) “Sim. É um documento normativo para as redes de ensino, obrigatório para a elaboração do currículo”, (Profº 3) “Sim, Não se toca nela em assuntos relacionados a uma progressão, ou complementação de favorecimentos ao desenvolvimento de pessoas que por situações já mencionadas ficaram fora da educação por algum tempo no caso da EJA”; (Profº 4) “É um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições. Caso sejam colocadas em prática, boa”.

Todos garantem conhecer a BNCC, contudo nas respostas não houve um detalhamento. O (Profº 1), faz uma crítica às “orientações” diz que são ineficientes e rígidas e prejudicam os alunos no mercado de trabalho. No entanto a versão final da BNCC segundo Ferreira (2019), ficou a cargo do Estados e Municípios, adequarem o currículo da EJA, ou seja, o professor fez uma crítica ao currículo já em vigência. Os (Profºs 2 e 4) explicam o que seja a BNCC mas não explanam sobre a EJA propriamente dita, o (Profº 4) ainda afirma que se colocada em prática será boa. Ela desconsiderou a falta de orientações concretas da BNCC para essa modalidade.

Já o (Profº 3) questiona a falta de abordagem de temas voltados para a EJA, que busque o melhoramento desse ensino. Opinião compartilhada por Ferreira (2019) quando sinaliza a falta de um olhar diferenciado para essa modalidade que tanto lutou para ser reconhecida.

Ser professor da EJA: desafios a serem superados

Perguntou-se se nas turmas de EJA destes professores existiam problemas com evasão e por quais motivos: (Profº 1) “A evasão é uma prática comum e rotineira a cada ano, visto que as necessidades de se manterem financeiramente inviabilizam a escola. Trabalho tende a oprimir”; (Profº 2) “Sim o aumento dos índices de evasão escolar está ligado a vários fatores: Famílias desestruturadas, jovens que precisam trabalhar para contribuir com a renda familiar e vícios como as drogas”; (Profº 3) “Sim. Os motivos são os mais diversos: Colheitas sazonais em épocas, gravidez e o cansaço por conta das altas jornadas de trabalho”; (Profº 4) “Uma evasão dentro da normalidade da modalidade, vários são os fatores: Desinteresse, emprego, falta de perspectiva”.

A evasão é uma realidade nas turmas de todos os professores e por motivos diversos, um dos mais pontuados foi a necessidade de trabalhar desses estudantes e por falta de empregos que consigam conciliar com a escola, eles optam pelo emprego ou chegam nas salas de aulas extremamente cansados. Para Haddad e Di Pierro (2000), a evasão é fruto da má qualidade das escolas e ensinos, além de não haver outras condições que garanta a permanência desse Jovem ou adulto na escola. Desse modo, existe um “contingente numeroso de crianças e adolescentes

que passam pela escola sem lograr aprendizagens significativas e que, submetidas a experiências penosas de fracasso e repetência escolar, acabam por abandonar os estudos (HADDAD; DI PIERRO, 2000 p. 125).

Para melhor entendimento, procurou-se conhecer a maior dificuldade encontrada atualmente por esses professores em lecionar especificamente na EJA. (Prof^o 1) “Atualmente é a falta de definição do público alvo, confunde-se a quem se ensina, criança/ Adolescente ou jovem/ adulto /idoso”, (Prof^o 2) “Falta de interesse do alunado”; (Prof^o 3) “O problema que não é apenas da EJA, a falta de perspectiva do estudante”; (Prof^o 4) “A clientela de hoje existente não corresponde o objetivo inicial da modalidade”.

O (Prof^o 1) afirma que seu maior problema é a falta de definição de um público específico. Haddad e Di Pierro concordam que ao juntar dois grupos distintos causa dificuldades quando parafraseia “colocam novos desafios aos educadores, que têm que lidar com universos muito distintos nos planos etários, culturais e das expectativas em relação à escola” (2000, p.126).

Os (Prof^{os} 2 e 3), enumeram a falta de interesse dos alunos, já o (Prof^o 4) mediante a sua fala, deixa a entender que os alunos e objetivos da EJA foram modificados dificultando um bom trabalho, fato já ponderado por Haddad e Di Pierro (2000, p.126), quando declaram que “oportunidades formativas a adultos trabalhadores, vêm perdendo sua identidade, na medida em que passam a cumprir funções de aceleração de estudos de jovens com defasagem sériedade e regularização do fluxo escolar”.

Mediante todas as respostas é possível descrever que os professores possuem uma carreira longa na EJA, afirmaram conhecerem e participaram na construção de documentos e escolhas que regem a escola, entretanto percebemos que 75% nunca participaram da adequação do currículo, por exemplo, apesar de os mesmos reconhecerem a importância para a EJA.

Observamos que a evasão é a maior dificuldade, porém os professores não conseguem articular essa dificuldade com a ausência de Políticas Públicas que tenha foco nessa realidade. Quando falam das políticas públicas, nos deparamos com respostas vagas, o que nos faz crer que nem todos são conhecedores das políticas públicas que embasam essa modalidade, talvez por não terem a dimensão da sua importância muitos já não cobram melhores condições para realizarem seu trabalho de educador e já consideram normais os altos índices de evasão.

Análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola

Ao nos depararmos com as respostas dos professores, sentimos a necessidade de analisar o PPP desta escola, o mesmo contém 51 laudas, buscamos conhecer qual é a visão escolar, como descrevem o perfil dos alunos, as dificuldades apresentadas como sendo: evasão, níveis de aprendizagem, e a falta da participação da família na escola. Porém, apesar de 100% dos professores citarem no questionário, instrumento desta pesquisa, a falta de material didático como o maior problema enfrentado por eles em lecionar na EJA, no PPP da escola essa dificuldade não está registrada.

Discorrendo um pouco mais sobre o texto, nos deparamos com os dados da escola, como o perfil dos alunos que lá frequentam, a sua localização no centro da cidade mas a maioria dos seus 500 alunos, divididos entre ensino fundamental I e II regular e EJA, não há menção separadas de quantidades por modalidade e nem turnos, citam no geral, mas assevera que a grande maioria são oriundos da zona rural, bairros mais afastados e as ruas periféricas. Ao colocar essa observação, podemos fazer uma analogia a Amorin, Dantas e Aquino, (2017), sobre a necessidade de se conhecer a realidade desses alunos e assim a bagagem que trazem de conhecimentos e dificuldades.

Conforme o PPP, para a comunidade escolar o maior desafio é sanar os números de reprovações (com consequência repetições de séries) e a evasão. Esses problemas, demonstram e ineficiência na prática da LDB (1996), que garante além da gratuidade do ensino, assegura condições para a sua permanência escolar.

Para reverter esses problemas e garantir uma educação de qualidade, apresentam possíveis ações entre elas: Desenvolver um projeto de inclusão dos alunos no mercado de trabalho; a proposta não menciona a EJA claramente, mas projetos como esse comungam com Art. 37, § 3º da LDB (1996), no qual demonstra o interesse em dar a oportunidade para que os jovens e adultos atrelam a sua escolarização com a educação profissional, determinação reiterada pela Lei nº 11.741, de 16/07/2008).

O ideal seria esses alunos dedicarem-se somente aos estudos, mas como não há nenhum programa que assegure isso, essa demanda de preparação que insere o aluno no mercado de trabalho vinculados a unidade escolar poderia vir a diminuir a evasão citadas pelos professores e no próprio PPP como problema a ser superado.

Mas a partir da maioria das falas desses mesmos professores no questionário ao justificarem os altos índices de evasão, é apontado a falta de compatibilidade entre trabalho e escola. Apontando-se que muitos optam por trabalhar, muitas vezes em outros Estados e nos

faz acreditar que esse projeto nunca foi colocado em prática, ou não apresentou resultados satisfatórios.

Projetos voltados para o alcoolismo, tabagismo, drogas e IST (Infecções sexualmente transmissíveis) são simplesmente citados, não tendo datas ou ações incluso no PPP. Existindo carência de intervenções práticas, segundo uma pesquisa, quando afirma que ainda é um grande problema o uso de drogas por exemplo. Infelizmente a falta de ações elaboradas a longo prazo faz com que as palestras ou outras atividades emergenciais não causem bons resultados.

Freire (2011, p. 62), faz o alerta “Não é possível o respeito aos educandos, a sua dignidade, a seu ser formado-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo”, pois, fazendo eles se reconhecerem nas situações, influenciariam na formação para a cidadania plena.

Para superar esses embaraços, o PPP propõe realizar visitas às famílias dos alunos evadidos com a finalidade de conhecer as causas da mesma. Quando se deseja superar emperros e indispensável ouvir as partes envolvidas no processo. É válido fazer essa leitura da vida desses alunos e escutar suas necessidades de “ ir ‘lendo’ cada vez melhor a leitura de mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte”. (FREIRE, 2011, p. 78).

Mas não isenta a responsabilidade da escola, pois todo período que o aluno estiver nos espaços escolares é uma oportunidade de contribuir com a formação daquele cidadão. Porém nos 6 planos de ações e 2 anexos (inclusive um idealizado pela coordenadora geral do município) vinculados ao PPP, não relata atividades desenvolvidas especificamente para EJA.

Por exemplo, só no cronograma geral mediante uma tabela exhibe as duas ações diretamente para a EJA. Uma é a comemoração do dia da mulher que no diurno conta com uma vasta programação, mas para a EJA no noturno está descrito simplesmente atividade direcionada apenas para mulheres em espaços como pizzaria e palestras. sem mais informações. A EJA é citada novamente sobre um passeio ao Shopping, apesar disso não apresenta justificativas, objetivos e nem datas.

Conceição, Bispo e Amorim (2017, p. 104), alertam para o desenvolvimento de “[...] situações pedagógicas que satisfaçam as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos, em função das especificidades socioculturais deste segmento”. Mas examinando os 6 planos e anexos, todos voltados para o diurno, esses não sinalizam possíveis adaptações ou outras propostas pedagógicas para que os alunos da EJA no noturno também possam participar.

Diante do que foi exposto, não conseguimos encontrar no PPP ações claras que conectem as políticas públicas com as propostas do currículo elaboradas por essa unidade escolar, nele até há reconhecimento dos benefícios da realização de ações voltadas em resguardar os direitos e identidade do aluno, porém no decorrer das atividades é perceptível iniciativas soltas e excludentes, que tem como resultado uma escola ainda presa as amarras da falta de preparo ao lidar com as especificidades deste público.

Considerações Finais

Diante dos dados analisados é possível constatar que a EJA tanto da escola analisada em Jaguarari-Ba, como em maior parte do Brasil, ainda depara--se com diferentes adversidades, pois é notório que a grande maioria das queixas e limitações apresentadas pelos professores são oriundas de conjuntos de fatores sociais e educacionais dentre elas: a ausência de conhecimento sobre políticas públicas e a falta da sua efetivação por meio dos poderes responsáveis.

Essas “faltas” se tornam grandes influências na estruturação do currículo vivenciado naquele ambiente escolar. Tendo como reflexo a carência de material, a inexistência de clareza em como se prostrar diante do alunado e suas realidades. E assim voltamos para o ponto inicial, não é tendência da nossa sociedade explicar sobre as nossas leis, pois grande parte da população brasileira não tiveram a oportunidade de interair-se dos seus direitos garantidos em constituição.

De modo particular, muitos estudantes da EJA, não tem entendimento para exigir legalmente um ensino adequado, pois não podemos esquecer que esses voltam às escolas buscando uma nova oportunidade, dentre elas tomar posse do conhecimento que lhe torne crítico o suficiente para conhecer seus direitos.

Para que as escolas do Brasil possibilitem uma educação que interligue políticas públicas e currículo na EJA, é preciso partir do pressuposto de efetivar as leis e incluí-las como ações no currículo. Isto posto, é imprescindível formações para a comunidade escolar conhecê-las. Não menos importante, toda intervenção além de respeitar os direitos dos alunos e professores, deve ter o ato da escuta tornando a relação de políticas públicas e currículo um espaço de equidade, respeito às identidades e culturas dos estudantes.

Referências

APPLE, Michael. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávio SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 10ªed. São Paulo, Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 setembro. 2019.

BRASIL. Lei nº. 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, nº. 248, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 15 setembro. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>. Acesso em: 03 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: **FUNDEB**. 2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Programas do livro didático. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livrodidatico/historico>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

CARVALHO; M,P. O financiamento da EJA no Brasil: repercussões iniciais do Fundeb. **Revista RBPAAE**. v. 30, n. 3, p. 635 - 655 set./dez. 2014.

CONCEIÇÃO; H.; BISPO, S,V,S.; AMORIM, A. A gestão da formação do educador da Eja: Políticas de formação e de autoformação. In: AMORIM, A.; DANTAS, T,R.; AQUINO, M,S. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: políticas públicas, formação de professores, gestão e diversidade de multicultural**. Salvador: EDUFBA, 2017.

DIAS, L,T,; FERNANDES, E; INÁCIO, G, F; SILVA, J, P. Projeto de Intervenção Local: Vivência, contexto para motivar a aprendizagem na EJA. Universidade de Brasília Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI. **II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA/** 2013-2014. Santa Maria-DF, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br>. Acesso em: 10 de maio de 2019

FERREIRA. C.L. A Educação de Jovens e adultos em tempos (im) prováveis e de (in) certezas: A BNCC em discussão. **Revista Augustus** .Rio de Janeiro. p.9-27. 2019

FERREIRA, F,F; CUNHA, N, B. Desafios e evolução da EJA no Brasil. **REVISTA UNINGÁ**, [S.l.], v. 40, n. 1, jun. 2014. ISSN 2318-0579. Disponível em: <<http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/1164>>. Acesso em: 19 maio. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M; ROMÃO J. E (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e Propostas**.12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A,C, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

- MARTINS, I. Analisando livros didáticos na perspectiva dos Estudos de Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. **Revista Pro-Posições** v.17 n.1 (49), 2006
- MELLO, G. N. Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas. São Paulo: **CEESP**, 2014. Disponível em: <www.ceesp.sp.gov.br/comunicado.php?id=321>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1992.
- PEREIRA, D.M, L, S.; OLIVEIRA, M,O, M.; FREITAS, K, S.; O projeto político pedagógico e a gestão da EJA em escolas públicas estaduais no município de Salvador. In: AMORIM, A.; DANTAS, T,R.; AQUINO, M,S. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: políticas públicas, formação de professores, gestão e diversidade de multicultural**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- RUMMERT, S, M; VENTURA, J, P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br>>. Acesso em 19 de Julho de 2019.
- SACRISTÁN, G. Os professores como Planejadores. In: SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Pérez (org). **Compreender e transformar o ensino**. São Paulo: Artmed, 1998. p. 271-293.
- SILVA; T, S. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 1º reimpressão. Editora: Autêntica, Belo Horizonte, 2001.
- SILVA; R, C.; PEREIRA: A.; CONCEIÇÃO; A,P, S. O fórum de educação de jovens e adultos da Bahia e sua participação na construção do plano nacional de educação (PNE 2014-2024). In: AMORIM, A.; DANTAS, T,R.; AQUINO, M,S. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: políticas públicas, formação de professores, gestão e diversidade de multicultural**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. p. 31-42.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45. jul/dez 2006.
- SOUZA, S.E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Arq Mudi. **Anais**. 2007. Disponível em: <http://www.dma.ufv.br>. Acesso: 01 de dezembro de 2019.
- TARDIF, Maureci. **Saberes docentes e formação profissional**, Petrópolis, RJ, 5º edição. Vozes, 2002.

Artigos Livres

A Princesa do Sul e seus moleques de pele negra: experiências de meninos escravizados em Pelotas - RS (1850-1870)

José Resende Júnior¹, UFPel

Resumo

O presente artigo tem como cenário o extremo sul do Império escravista brasileiro; a cidade de Pelotas (1850-1870) e tem a intenção de refletir sobre a presença das crianças negras nessas escravarias. A história social da escravidão, principalmente após 1980, tem se dedicado a diversas gamas de pesquisa sobre essa população. Todavia, são poucos trabalhos que centralizam as crianças como protagonistas nessas narrativas. O trabalho possui esse intuito, e para isso trabalha com algumas fontes documentais, principalmente inventários *post-mortem* e processos criminais, tentando entender a importância demográfica dessas crianças, sua circularidade pela cidade, assim como o cotidiano dessa infância negra.

Palavras-chave: Escravidão; infância-escrava; Pelotas.

Abstract

This article presents as a setting the southernmost party of the Brazilian slavery empire: the city of Pelotas (1850-1870). It intends to reflect upon the presence of black children in this slavery. The social history of slavery, especially after 1980, has dedicated several research topics on this population. However, there are only a few pieces of research that focus on children as protagonists in these narratives. This paper has this purpose, and, to achieve that, we use documental sources, mainly post-mortem inventories and criminal processes, trying to understand the demographic importance of these children, their circularity around the city, as well as the daily life of this black childhood.

Keywords: Slavery; slave-childhood; Pelotas.

Introdução

As crianças escravizadas circulavam quase que livremente pela cidade, brincando no cais, correndo entre vielas ou pelos campos, acompanhando outros escravos mais velhos em seus ofícios, juntando agulhas para costurar agasalhos, selando cavalos, pregando tábuas, cruzando a cidade para entregar recados ou até mesmo indo comprar suprimentos para seus senhores, perpassando a urbe e o campo seja dia ou noite. A figura desses infantes forçadamente condicionados à escravidão ainda foi pouco explorada pela historiografia da escravidão brasileira, ao menos de uma forma que centralize esses sujeitos. O intuito desse artigo reside nessa lacuna historiográfica, tendo o objetivo de analisar a presença dos meninos e moleques nas escravarias pelotenses antes e depois do fim do tráfico, problematizando se houve alteração

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas.

no uso da mão de obra infantil. Na primeira parte desse artigo, apresentamos o conceito de infância escravizada, como a entendemos. Posteriormente, traremos alguns poucos trabalhos localizando as elites, a economia e a estrutura de posse de escravizados em Pelotas e na terceira parte trabalhamos com um processo crime vivenciado e protagonizado por meninos escravizados.

Breves apontamentos sobre a infância escrava

Gregório poderia ter nascido do lado atlântico contrário do que sua mãe desembarcara forçadamente, quando o menino atingisse a mesma idade em que foi encontrado no inventário do senhor José Inácio da Cunha, aberto no ano de 1865. Caso o tivesse sido, teria seu penteado cuidadosamente feito e adornado com um coque coroado por penas, ornamentado por cachos e tranças laterais, anéis e braceletes para que fizesse o rito de passagem pela *cucumbis* (PRIORE, 2016) e assim começaria seus primeiros passos entre a juventude e a vida adulta. Mas Gregório nasceu crioulo, no extremo sul de um Império escravista, e desde muito jovem fora inserido em um meio de produção que colocava medo até mesmo nos mais revoltosos escravizados, que lutavam pelas suas liberdades ao norte: as charqueadas pelotenses. Crescera em meio ao cheiro putrefato dos couros esticados, pisando no chão salgado, por onde escorria o sangue dos bois e sob o céu pintado de negro, da cor das aves que espreitavam a carniça.

A figura dos meninos escravizados no sul do Império foi retratada por diversos autores, através da construção da lenda do negrinho do pastoreio. Reza a lenda que um estancieiro, em um dia muito frio de inverno, mandou que um dos mais jovens de seus escravizados fosse pastorear os cavalos e potros que tinha acabado de comprar. Quando o negrinho volta, o estancieiro diz faltar um cavalo, “Você vai me dar conta do baio, ou verá o que acontecerá”, de volta a noite escura e fria, o negrinho encontra o baio, mas ao laçá-lo a corda se arrebenta e o menino perde o baio, o que mais tarde resultaria em uma tortura e em sua morte: o estancieiro lhe castigou com chibatadas e o amarrou nu sobre um formigueiro. No dia seguinte, quando o estancieiro foi ver o estado de sua vítima, o menino estava lá, de pé, com a pele curada e sem nenhuma marca das chibatadas e ao seu lado estava a imagem da Virgem Nossa Senhora. (CARRASCO, 2013)

Gregório, assim como o negrinho do pastoreio, trabalhava como campeiro na charqueada de seu senhor. “Os escravos campeiros eram encarregados de levar os animais até um primeiro curral, local cercado onde os encaminhavam até a mangueira de matança” (VARGAS; MOREIRA, 2018, p. 153) Campeiro é a profissão, entre os inventários

pesquisados, que os meninos mais aparecem desenvolvendo na cidade de Pelotas, entre os anos de 1850-1870. Segundo a lenda, o negrinho do pastoreio morre após sofrer um duro castigo de seu senhor. Uma triste e semelhante história também ocorre com Quirino, escravizado de apenas 14 anos, nascido e criado na cidade de Rio Grande, morto em 1877 após sofrer um castigo severo de seu senhor e ser obrigado a trabalhar nessa condição.

Talvez o mito do negrinho do pastoreio relate uma dura realidade da vida no sul do Império, e apesar de tão antiga lenda, ilumina uma seara ainda pouco explorada pela historiografia da escravidão: a infância escrava. No entanto, quais os caminhos possíveis de interpretação da infância no século XIX?

Houve poucas palavras para nomear as crianças brasileiras no passado. Os termos *meúdos*, *ingênuos*, *infantes* foram destacados por Mary Del Priore como sendo expressões encontradas nos documentos referentes à vida social dos pequenos no Brasil colonial (PRIORE, 2002, p.84). Segundo o Código das Ordenações Filipinas, o conceito de *criança* sequer existia e para classificar aqueles com menos idade apareciam os termos *menor*, *órfão* e *enjeitado*. A noção legal de criança vem para o Brasil apenas no século XIX. Mais especificamente sobre os termos designados às crianças escravizadas, classificadas pela fase etária (infâncias ou juventude), da forma que apareciam descritas nas fontes primárias.

[...] costumeiramente, as idades da criança escrava aparecem assim escalonadas, conforme atestam alguns autores: as “crias de peito” eram os bebês até um ano de idade, enquanto as “crias de pé” eram crianças muito novas, mas que já sabiam andar. “Menino” e “menina” eram termos usados para designar as crianças até aproximadamente oito anos de idade, e “moleque” e “moleca” indicavam que a criança tinha entre treze e quatorze anos (NEVES, 1993, p.56 – grifos da autora).

Baseados nessas categorias e também nas fontes trabalhadas, criamos os recortes etários que trabalharemos nessa pesquisa, utilizaremos primeiramente as noções expressas por Muaze. No século XIX, as idades da vida eram compreendidas de forma distinta ao que concebemos hoje. Havia a primeira infância, do nascimento aos três anos, período em que a criança necessitava ser amamentada e cuidados específicos. A segunda infância começava desde então até por volta dos sete anos, quando havia a necessidade de cuidado, mas iniciava a preparação para a vida como os aprendizados possíveis. Entre os sete e os quatorze anos era a fase da puerícia, dos castigos e dos afastamentos. A juventude era reconhecida entre o final dessa fase aos vinte ou vinte cinco anos, conforme os sexos (MUAZE, 2008). Necessário ressaltar que Muaze pensou a infância branca, porém essa breve reflexão nos localiza temporalmente. Outros autores, como Reis (1980), Andrade (1988) e Mattoso (1991) entenderão que a criança escravizada não passava categoricamente da faixa etária de doze anos. A partir dessa idade,

eram descritas como moleques ou outras tipificações. Segundo o Código Criminal do Império, até os quatorze anos esses jovens escravizados não eram responsabilizados por seus crimes, portanto essa é nossa idade teto. Portanto, durante a análise dos inventários *post-mortem* e dos processos criminais, categorizamos as infâncias em duas tipologias: Crianças A (de 0 a 8 anos), compreendendo a primeira e segunda infância; Crianças B (de 9 a 14 anos) compreendendo a puerícia e parte da juventude.

Depois de estabelecidas as diretrizes para compreensão do que entendemos como infância escravizada, é necessário que questionemos “qual o lugar das crianças nesse mundo diaspórico, em contato com a estrutura da escravidão brasileira?”

Começamos pela participação das crianças africanas no tráfico atlântico. É uma análise comum para os estudiosos do tráfico ou da demografia da escravidão brasileira, ao perceberem um índice de masculinidade exacerbado em uma determinada região, que esse fenômeno possa ser um indicador de fluxo intenso no tráfico atlântico. No entanto, quando a região tem maior paridade de gênero, até 1850, significava um fraco fluxo do tráfico atlântico. Dessa forma podemos concluir, que por muitos séculos o principal alvo dos arrebatamentos de africanos, traficados forçadamente para à América, eram de homens adultos. Todavia, é notável que consideremos a participação dessas crianças, nas primeiras décadas do século XIX. Ernst Ebel, que esteve no Brasil em 1824. Em *O Rio de Janeiro e seu arredores*, Ebel destacou a presença exacerbada de crianças de dez a quatorze anos no desembarque de um negreiro.

Gutiérrez (1989) compreende que a visão de Ebel fosse exagerada, deslocada da realidade, quando comparadas ao percentual do tráfico durante todo século anterior. Analisando o registros dos navios que embarcaram em Luanda, as crianças representavam apenas 10% dos escravos traficados de este porto angolano para o Brasil, entre 1734 e 1769 e que comparado ao tráfico inglês, dinamarquês e espanhol nas Antilhas, o número de crianças no tráfico para a América portuguesa era bastante inferior (GUTIÉRREZ, 1989) O autor ainda aponta um alvará decretado em 1758 que estabelece novas taxas e critérios. De agora em diante dever-se-ia pagar um imposto de 8\$700 – além de \$300 de subsídio – por cada escravo que excedesse quatro palmos de altura (um metro mais ou menos), seja homem ou mulher. Quanto as crianças, o alvará distingue duas categorias. Por um lado, as crianças que já caminhavam e que mediam até quatro palmos; denominadas *crias de pé*, teriam abatimento de 50%, isto é, deviam pagar cada uma direitos equivalentes a 4\$350 mais \$150 de subsídios. A segunda categoria contemplava as *crias de peito* que estariam “livres de todo e qualquer imposto, fazendo uma só cabeça com suas respectivas mães” (GUTIÉRREZ, 1989, p. 62) Este novo sistema de

tributação, em Luanda, o principal porto de Angola durante o século XVIII, acarretou três consequências: primeiro, diminuía o rigor do cômputo dos bebês de colo, pois seu registro era indiferente para as finalidades da tributação; segundo, reduz-se a incidência das crias de pé, talvez confundidas, intencionalmente ou não, com adultos; terceiro as crianças de pleno direito, isto é, com mais de quatro palmos de altura, ora figurariam separadamente, ora começariam a aparecer na lista dos adultos sem possibilidade de serem identificadas.

Mendes (1977) aponta que haviam dois tipos de escravidão em Angola: a) Aqueles já condenados por adultério e roubo, praticada desde os tempos mais remotos; b) As formas ilegais e condenáveis, que eram constituídas pelo sequestro à força ou recorrendo calúnias. Os sequestradores organizavam-se em fortes investidas percorrendo léguas dos portos, escravizados mulheres, crianças e homens deviam percorrer as regiões interioranas até chegar nos portos; outros aportavam por mar capturados em pontos costeiros adjacentes. Os *funidores* permutavam escravizados por tabaco, missangas, pólvora, fazendas, prendendo dezenas escravizados em correntes de ferro as quais foram chamadas *libambo* (MENDES, 1977, p. 39) Nos portos eram efetuados os forçados batismos católicos, e marcados com ferro quente os escravizados já encomendados. Dentro dos navios no tráfico português as crianças e mulheres muitas vezes iam separadas da população adulta masculina. Porém, Walsh (1985) no início do século XIX observou um navio português, capturado pela marinha britânica, em que os meninos ficavam comprimidos junto a população adulta masculina, já as crianças mais novas, meninas e mulheres em um espaço adjacente.

Karasch (2000), baseada nas visões dos viajantes que visitavam os portos nas duas primeiras décadas do século XIX apontam para uma forte presença de crianças, jovens e até mesmo bebês. Um observador preciso, o alemão Freireyss, chegou a estimar que três quartos dos negros importados eram crianças (1814-1815). Outros estrangeiros eram menos específicos e apenas supunham que as crianças mais jovens no mercado tinham mais de cinco ou seis anos, em concordância com os registros de idade mais antigos nas amostras de navios negreiros posteriores a 1830 (KARASH, 2000) Esses dados colidem com os apresentados por Gutiérrez, é difícil analisar a precisão das fontes ou da própria compreensão de infância para aquele momento, porém é também possível que os viajantes tenham percebido as crianças de forma tão exacerbada pois a escravidão neste patamar etário explora o quão naturalizada era essa violência, talvez a fragilidade dessas crianças, tenha saltado aos olhos em uma perspectiva que poderia ser exagerada por essa condição.

Todavia, a partir dos dados referentes às viagens transatlânticas de escravizados, disponíveis no site *The Transatlantic Slave Trade Database: Voyages*, Manolo Florentino e Carlos Villa (2016) refletiram sobre a influência do abolicionismo inglês no tráfico e concentração destas crianças escravizadas, de 1810 a 1850. Desenhando um extraordinário aumento de infantes de ambos os sexos a bordo dos navios negreiros - desembarcados na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro - em detrimento da participação de homens adultos para 1811-15 (c.27%), 1816-25 (c.37%), 1826-35 (c.48%), 1836-45 (c.59%) e 1846-50 (c.35%) (FLORENTINO; VILLA, 2016) Podemos perceber a direta influência dos acordos a respeito do tráfico de escravizados entre Portugal e Inglaterra, entusiasmado a busca por crianças africanas e a inserção em massa destas no tráfico a partir de 1815.

Essa expressividade não acontece apenas para o tráfico português, todavia Gutiérrez registra a dificuldade de pensar infância e suas diferenças para perspectiva portuguesa, angolana, caribenha, inglesa, dinamarquesa e espanhola. Mas o autor revela alguns dados disponíveis de uma amostra de navios negreiros que operaram no Caribe inglês entre 1791-98, pode constatar-se que o percentual de crianças ("children" sem maiores especificações) alcançara a 14% do total de escravos trazidos da região de Congo-Angola. Por outro lado, nas embarcações destinadas ao Caribe dinamarquês esse índice aumentava para 17,9% (amostra de 49 navios que navegaram entre 1777 e 1789), ao passo que no Caribe holandês chegava a 21,7% (amostra para o período 1730-1795). O caso mais notável é Cuba que registra para as décadas de 1790-1820 uma porcentagem de crianças nos carregamentos de escravos que atinge 43% do total. Mas neste caso é possível saber que na contagem foram incluídos muleques e malecones de entre 7 e 17 anos (GUTIÉRREZ, 1989, p. 71).

Em um recente trabalho, Villa e Florentino (2020) apontaram para a interferência através de investimento capital dos grandes traficantes, entre 1809 e 1830, também no comércio interno. Formando um grande movimento de tráfico constituído pelo atlântico e o interprovincial. Na diacronia, refletindo o interesse cada vez maior do mercado por crianças e mulheres adultas, a média anual de famílias despachadas cresceu constantemente passando de 1,7 entre 1809 e 1818, para 12,2 de 1819 a 1826, 22,3 entre 1826 e 1830, alcançando 33,3 nos primeiros anos após o fim do tráfico legal. (FLORENTINO, VILLA, 2002, p. 26) essa busca ascende juntamente com a valorização monetária dos escravizados, incentivando a venda de humanos, das pequenas para as grandes escravarias. Ambos autores também apontam para uma intensificação na venda de crianças solitárias, sem a família, predominantemente meninas de até 12 anos. Essa densidade infantil na demografia do comércio interno também refletiu nas

peessoas trazidas forçadamente para o sul do Império. Nos dados levantados por Gabriel Berute (2006) há um aumento considerável da porcentagem das crianças que eram direcionadas para o Rio Grande do Sul. Entre 1838 e 1852 as crianças entre cinco e quatorze anos representavam 36% dos escravizados importados do Rio de Janeiro.

Marcus Carvalho (2018) analisa o desembarque de africanos no porto de Pernambuco após 1831 e conclui que os proprietários rurais litorâneos não só como principais beneficiários, mas também agentes do tráfico ilícito. É necessário lembrar que o impacto demográfico da escravidão na África, também foi um motivador da implementação das crianças nesse tipo de comércio. Ainda que os traficantes mais ricos pudessem escolher os cativos, dispensando normalmente, velhos e doentes, a oferta de crianças nos portos africanos era real. Sendo relativamente baixa a densidade populacional da África Centro-Ocidental comparada com a África Ocidental, é razoável supor que o tráfico provocou uma certa exaustão demográfica, principalmente da população masculina em idade produtiva, fomentando o surgimento de novas formas de escravização que vitimavam pessoas desprotegidas ou pertencentes aos degraus mais baixos dos laços de dependência das sociedades organizadas em linhagens (CARVALHO, p. 140).

Além da implementação da mão-de-obra infantil africana, Robert Slenes (1995) acredita também que essa infância e juventude tiveram papéis fundamentais na formação da cultura escrava “Se é verdade que crianças e adolescentes acima de oito anos não eram “especialistas” nos rituais religiosos de sua etnia de origem, nem conhecedores de toda a intrincada rede de deveres e direitos de parentesco de seu país, mesmo assim eles já teriam assimilado as orientações culturais básicas” (SLENES, 1995) Para o autor, a presença desses jovens africanos foram cruciais para a “transculturação” entre os africanos, superando as barreiras impostas anteriormente pelos recortes étnicos, sendo o elo de conexão na construção de uma identidade Bantu.

Os relatos da “viagem pitoresca” de Debret nos ajudam a compreender uma outra vertente da infância negra no Império, o cotidiano das crianças crioulas, ou seja, nascidas no cativeiro. A ótica de Debret romantiza a relação entre as sinhás e os filhos das escravizadas, que até os cinco anos conviviam nos quartos mais brancos da casa, servindo como uma espécie de animal doméstico dessas pequenas senhoras. Mas Apesar de circularem, nos primeiros anos de vida, dentro dos cômodos mais brancos da casa, essas crianças negras eram tratadas basicamente como animais domésticos. A partir dos cinco anos, começavam a ser inseridas no mundo do trabalho, de forma bastante bruta, , como um rito de passagem da primeira infância.

Segundo Matoso “ainda novo, o filho da escrava é olhado, como escravo em redução, somente diferente do escravo adulto que mais tarde será, pelo tamanho e pela força” (MATOSO, 1988)

Para as crianças crioulas, que não vivenciaram a experiência traumatizante do navio negreiro, o castigo e tortura era a estratégia daquela estrutura para perpetuar a cultura do medo, já na sua prematura entrada no mundo do trabalho. Ainda que inseridas prematuramente no mundo do trabalho, o ato de nascimento da criança perpassava ritos que já a inseriam dentro dessa sociedade, o compadrio entre escravizados ou até mesmo entre escravizados e libertos/livres, estabelece os primeiros vínculos (junto à mãe) sociais e de afeto. Essas crianças tinham olhos atentos dos padrinhos as vigiando enquanto circulavam pela casa dos senhores, cedo já acompanhavam suas mães na lida, e a partir da segunda infância já poderiam aparecer aprendendo algum ofício, o que nos faz questionar sobre a mão-de-obra dessas crianças no cativeiro.

Eram diversas as atividades desenvolvidas pelas negras mãos infantis, mas possivelmente, após o final do tráfico atlântico é que essas crianças ganham um destaque dentro das escravarias. São elas a representação de um futuro para a estrutura escravista, que não mais receberia novos africanos. Um dos trabalhos que pauta a mão-de-obra das crianças escravizadas é a tese da Heloísa Teixeira (2003), através dos inventários *post-mortem* a autora pode perceber a importância do trabalho infatil para manutenção das pequenas e médias escravarias, pesquisando Mariana nas duas últimas décadas do cativeiro.

Segundo os dados levantados por Teixeira, através dos inventários *post mortem*, em uma amostragem de 3795 escravos, os menores de 15 anos representavam 27,9%. A autora salienta que esse resultado talvez fosse mais comum, a partir da metade do século XIX até o ventre-livre, para regiões com a economia mais internalizada, essas crianças e jovens muito presentes em escravarias de pequeno e médio porte, mais atingidas pela crise da mão-de-obra escrava. Necessário ressaltar que a seara de pesquisa da autora foi Mariana, uma região de economia diferente, se comparada à *Princesa do Sul*. Sendo assim, quais as funções dessas crianças nas escravarias de Pelotas? Qual a relação delas com o mundo livre, seus horizontes de liberdade? Por quais meios circulavam e quais vínculos afetivos estabeleciam?

Sal, olaria e a carne preta: a escravidão infantil em Pelotas

Exalando o cheiro putrefato dos couros esticados, pisando na terra temperada pelo sal que escorria da carne, expondo seu corpo e as feridas a um ambiente totalmente insalubre à

sobrevivência humana, cresceu o pequeno crioulo Sabino, que quando aberto o inventário de sua senhora, Teresa da Silva Santos d'Oliveira, no ano de 1849, possuía apenas quatorze anos.

Sabino em sua lida convivia com centenas de escravizados, ajudando-os no processo de abatimento. Ainda que as charqueadas pelotenses tenham sido um ambiente predominantemente adulto e masculino, havia crianças como Sabino que circulavam e faziam parte desses espaços, que abrigavam proporcionalmente números semelhantes de concentração de mão de obra escravizada, a algumas regiões de produção cafeeira no Sudeste.

Pelotas não se resume apenas à produção de carne salgada, sob uma diferente perspectiva (MOREIRA; ALA-ALAM; PINTO, 2013), que representa a adaptável estrutura econômica da cidade, o inventário de Cecília e de José Antunes nos indica um contraponto interessante para pensarmos um pouco acerca da distribuição das crianças nas escravarias pelotenses. Aberto em 1853, o inventário dos Antunes, apresentou um número de escravizados bem distante do possuído por Teresa da Silva Santos d'Oliveira, que possuía além de Sabino, mais 91 escravizados em sua morte. O casal Antunes, datando o seu falecimento, possuía apenas 1 escravizada em seu inventário, uma criança de apenas 2 anos chamada Margarida.

Essa comparação, é um exemplo da distribuição das crianças nas escravarias pelotenses. Presentes em escravarias de todos os tamanhos, dos maiores aos menores, é passível pensar que as funções dessas crianças provavelmente mudavam em relação ao tamanho da escravaria e o local onde estavam inseridos. Para uma maior compreensão do mundo da escravidão pelotense, resgataremos brevemente algumas das mais recentes pesquisas que pensam a elite, economia e estrutura de posse de escravizados nessa região.

Durante o século XIX, ocorreu a consolidação das elites sulistas e grande parte destes proprietários rurais desenvolviam a produção do charque, como considera Jonas Vargas (2013), quando avalia as riquezas dos charqueadores pelotenses, para interpretar as elites locais. A primeira metade da década de 1830 será a da institucionalização da localidade hoje conhecida como Pelotas. Até então, apenas mais uma freguesia cortada por água, de terrenos banhados, mas de pouca importância das elites regionais. O crescimento de Pelotas está intrinsecamente ligado com a tendência do período regencial de aliar as políticas locais e nacionais, ao entorno do mercado escravista, que vai alicerçar a cidade nas práticas da produção de charque.

O que favorece o sucesso da produção de charque na região de Pelotas, é sua geografia fluvial que permitia o escoamento da água, sua proximidade com o porto de Rio Grande fortalecia a estrutura do comércio. A cidade de Pelotas ganharia destaque no cenário da Província do Rio Grande de São Pedro, pela sua promissora produção e exportação de carne

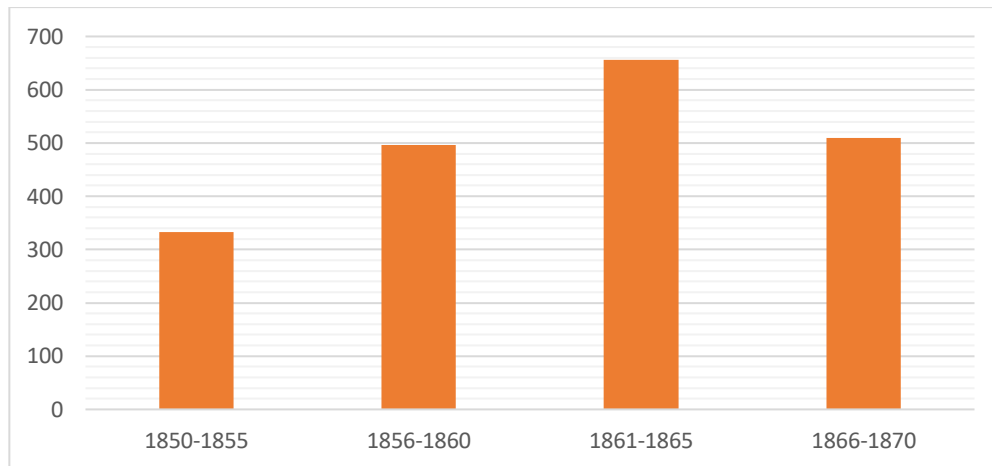
salgada, que acarretaria numa prosperidade econômica que por sua vez, construiria a fama pelotense da vida refinada aos moldes europeus.

Vargas, através da análise de 45 inventários de charqueadores pelotenses, traçou o perfil destes trabalhadores escravizados, o autor percebeu que a média de escravos foi decrescente ao longo de todo o período (1835-1885), enquanto a razão de sexo aumentou, chegando a 850 escravos homens para cada 100 mulheres nos últimos decênios (VARGAS, 2013, p. 216). Em escravarias predominantemente masculinas, como era o caso das de maior estrutura, o autor aponta a dificuldade de se estabelecer famílias, diminuindo a taxa de natalidade. Vargas analisou a taxa de crianças nos inventários dos charqueadores, entre 1831-1850, estas representavam apenas 9,1 %, no recorte entre 1851-1865 o número cai para 6,2% e volta a aumentar timidamente para 6,9% entre 1866-1885.

Para além das charqueadas, outro trabalho bastante significativo é a dissertação de Bruno Pessi (2012). O autor levantou todos os inventários da cidade de Pelotas entre 1850 e 1884 para detectar a distribuição dos escravizados e a estrutura de posse de cativos. No geral, 66,1% dos indivíduos com inventários abertos entre 1850 e 1884 eram proprietários de escravos. Pessi analisa de que forma a Lei Eusébio de Queiroz afetou bruscamente a população pelotense escravista. Segundo o autor, ser senhor de escravo em Pelotas vai se tornando cada vez mais difícil, enquanto a segunda metade do século XIX avança, devido a interrupção das duas matrizes que sustentavam o comércio de escravizados, sendo elas o tráfico atlântico e o ventre materno, tornando praticamente impossível para maior parte dos senhores terem acesso à novos escravizados.

Em uma pesquisa anterior tabulamos (JR RESENDE, 2018) a presença das crianças nas escravarias pelotenses, a partir dos inventários *post-mortem*. Entre 1850 e 1870 encontramos 4146 escravizados, destes, 913 (22%) possuíam menos que 14 anos. Cerca de quase 65% dessas crianças foram descritas nos inventários com idade entre 0 e 8 anos de idade. Durante esses vinte anos, as crianças mais novas são as que mais se fazem presentes nas escravarias. Talvez devido ao alto índice de mortalidade infantil da época, pela má-amamentação ou o tétano umbilical. Ou talvez, essas crianças mais velhas, tendo em vista a crise da mão-de-obra escravizada, estivessem abastecendo escravarias menores através do tráfico interprovincial. É possível perceber o aumento considerável do preço dessas crianças, o que seria um bom indicativo dessa hipótese.

Gráfico 1 – Dados dos valores das crianças escravizadas entre 1850 a 1870 (em mil réis)



Dados levantados, *inventários post-mortem* Pelotas (1850-1870) Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php> >

Na primeira década sem a presença do tráfico atlântico, o valor das crianças escravizadas vai de 333\$000 mil réis para 656\$000 mil réis, ele praticamente dobra. O aumento gradual é perceptível na análise do gráfico. À medida que o século XIX avança, o valor em mil réis dessas crianças também vai ascendendo. Ainda que os inventários *post-mortem* não sejam a melhor fonte para abordarmos monetariamente os preços das crianças, essa fotografia nos dá a sugestão de um aumento do valor das crianças escravizadas.

É válido também ressaltar, que talvez o aumento no valor dessas crianças apenas acompanhasse um aumento geral nos preços dos escravizados, devido a procura e a falta de abastecimento das escravarias com o fim do tráfico, como era comum para essa população na fase adulta, dentro desse recorte temporal. Quanto a distribuição dessas crianças por tamanho de escravaria, através dos 422 inventários pesquisados construímos uma tabela para tentar localizar em que tamanho de escravaria essas crianças mais apareceram.

Tabela 1 – Crianças escravizadas por tamanho de escravaria (Pelotas 1850-1870)

Escravarias	Inventários	Adultos	Crianças	Crianças 0-8 anos	Crianças 09-14 anos
100+	2	207	27 (11%)	20 (74%)	7 (26%)

51 a 100	14	624	71 (8%)	48 (68%)	23 (32%)
26 a 50	19	432	147 (22%)	91 (62%)	56 (38%)
16 a 25	31	372	172 (29%)	111 (65%)	61 (35%)
6 a 15	118	620	347 (33%)	234 (67%)	113 (33%)
3 a 5	121	294	129 (28%)	72 (56%)	57 (44%)
1 a 2	117	111	30 (19%)	14 (47%)	16 (43%)

Dados levantados, *inventários post-mortem* Pelotas (1850-1870) Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php> >

Os inventários de médio e pequeno porte são os que apresentam a maior quantidade de escravizados com menos de 14 anos. Nas escravarias de 6 a 15 cativos, a porcentagem de crianças foi 33%, uma parcela bastante significativa. As grandes escravarias concentravam um índice baixo destes indivíduos. A maioria dos infantes foram categorizadas como de origem crioula, de cor parda. Na primeira década havia uma paridade entre meninos e meninas, já para a segunda, as meninas representam a maioria das crianças em situação de cativo. Florentino e Villa (2020) apontaram para uma movimentação mais elevada de meninas, inseridas no tráfico interno. Pinheiro (2005) ao estudar a escravidão urbana em Salvador, encontrou também mais meninas ocupadas em ofícios, em comparação aos meninos, na segunda metade do século XIX.

Três meninos na rua da Igreja: a infância nos processos criminais de Pelotas (1850-1870)

Apesar das restrições do Código Criminal, as fontes criminais foram uma brecha para tentarmos entendermos qualitativamente a experiência dessas crianças negras. Através da leitura dos processos criminais, é possível pensarmos o cotidiano, assim como fez Chalhoub, salientando aos perigos e possibilidades de lidar com essa fonte. “Ler processos criminais não significa partir em busca “do que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente:

versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência” (CHALHOUB, 1986) Seria papel do historiador atentar-se as armadilhas impostas por estes documentos, caso o faça, abre-se um leque de possibilidades de pensar o cotidiano.

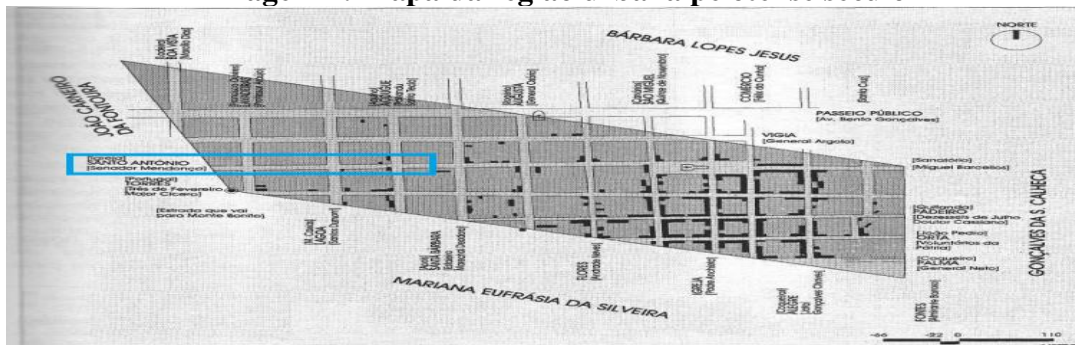
Seguindo essa orientação, um adendo que se faz necessário e ilumina as possibilidades de pesquisa sobre a criminalidade e a infância negra no sul, é que, ainda que nossa seara de pesquisa se restrinja à Pelotas. Em um levantamento preliminar foram encontrados 156 processos criminais que envolvam crianças escravizadas como ré ou vítima de crimes por todo Rio Grande do Sul entre 1820-1870. Dessa seleção, 12 processos ocorreram em Pelotas-RS. Destes, 8 processos são descritos pela tipologia de “reduzir à escravidão pessoas livres”. Apontamentos acerca da fragilidade e risco que essas crianças corriam, ao circular quase que livremente por esses lugares, estando suscetíveis ao sequestro e contrabando, já foram destacadas por outras leituras. Reforça os dados apresentados nos mapas estatísticos em relação ao alto percentual de indivíduos de menor idade entre as vítimas de escravização ilegal. Além disso traz também um elemento explicativo para tal fato: o fim do tráfico atlântico de escravos com a extinção da entrada de cativos no auge de sua força física, teria motivado uma utilização sistemática de mão-de-obra mais jovem (LIMA, 2010).

Eram essas crianças as principais vítimas dos sequestradores, quando comparados a essa mesma população em fase adulta, possivelmente por rondar pelas ruas com maior tranquilidade, estavam mais expostas a sofrer esses raptos. A grande maioria das crianças que foram vítimas desses crimes, possuíam mais de oito anos de idade, portanto correspondiam a fase etária em que começavam efetivamente a aprender ofícios, como aprendizes e participar dos mundos do trabalho escravo efetivamente. Além de que, para esses sequestradores, carregar uma criança para cruzar a fronteira poderia dar menos trabalho do que a um adulto. Alguns desses raptos passaram de alguma forma nas mãos das autoridades policiais, casos que desenrolaram-se judicialmente, rendendo tristes histórias, que foram trabalhadas por Grinberg (1999), Flores (2012), Caratti (2010) e Lima (2010) entre outras e outros, e não serão o enfoque deste trabalho. Como uma forma de tentar perceber outras experiências das crianças escravizadas optamos por utilizar um processo crime que aborda os meninos escravizados tanto como réus, mas também como vítima.

O afogamento de Paulo, junto ao arrombamento da casa do Padre Nicolau de Gênova, aconteceu no dia 27 de março na rua da Igreja matriz na cidade de Pelotas, no ano de 1854. Os réus André e Lino foram pegos e submetidos a interrogatório preliminar, depois de feito o

os dois exames de corpo de delito (roubo e homicídio). Nesse primeiro interrogatório, eles foram defendidos pela figura de um curador, na presença da senhora do alfaiate André. Quando perguntados em relação a idade que tinham, as duas crianças afirmam possuir menos de 14 anos. Como já foi dito, o código criminal de 1830 não permitia que fossem julgados os menores de 14 anos. Sendo essa uma possível brecha, para que esses meninos fossem absolvidos.

Imagem 1. Mapa da região urbana pelotense século XIX



Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888 / Ester J. B. Gutierrez. - Porto Alegre : Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.-550 p.:il. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999

Mas ao contrário disso, a investigação continuou e o próprio delegado acabou desconfiando da idade das crianças. As testemunhas mantiveram um certo padrão nos relatos, nenhuma delas afirmou ter visto as crianças praticando nenhum dos dois crimes, mas de terem conhecimento que Paulo cuidava da casa do Padre, enquanto este viajava. Das cinco testemunhas temos um carpinteiro, dois rendeiros portugueses, um padre e um armador. Aparentemente as testemunhas pareciam ter mais proximidade ao Padre, do que necessariamente as três crianças.

No interrogatório preliminar, André e Lino confessam terem cometido o crime. André relata que Paulo havia dito para ele, que estava cuidando da casa do Padre Nicolau, enquanto esse viajava e que a mesma possuía uma caixa com muitas riquezas. Assim, o primeiro réu passara a informação para Lino, que ficou “tentado” a cometer o roubo. Machado (1987) classificou os furtos cometidos pelos escravos em Campinas e Taubaté, a partir de dois nortes. De um lado, há os desvios de produção agrícola (nos quais os escravos aparecem como coautores junto com livres que comprem seus roubos), inseridos em uma complexa rede de percepções e direitos que os cativos alimentavam em relação ao seu trabalho e produtividade. De outro, está o roubo de dinheiro e objetos (símbolos da dominação branca), caracterizados como “crimes integrativos”. Os itens roubados pelos dois menores foram: uma faca com cabo de prata, um relógio, uma bomba de ferro para mate, uma moeda de dez mil reis, um canivete.

Enganados por Paulo, não encontraram a riqueza esperada na casa do padre, ainda assim, baseado nessas categorias, acreditamos que se tratou de um roubo integrativo.

Segundo André, os dois menores pularam a cerca da casa, ficando próximos da cacimba e chamaram Paulo para que visse dentro dela uma quantidade de caranguejos, enquanto André o distraía, Lino o empurrou para dentro da cacimba o afogando. A versão de Lino, diz que foram os dois que cometeram o homicídio, ao esperar Paulo deitar-se de barriga para baixo, e de sorrateiramente invadir a propriedade e puxar o pequeno escravizado pelos pés, afogando-o na cacimba logo em seguida. Lino diz ter pego um vaso de flor para ocultar os pés do pequeno Paulo, a parte que ficara para fora. Depois disso, os dois arrombaram as dobradiças da casa do padre com uma faca e um martelo.

Passado o relato das testemunhas, o promotor público intimou que os senhores verificassem o batismo, afim de tirar prova da idade dos meninos, que para ele, durante todo o processo tinha permanecido “muito suspeita”. É nesse momento que a história dá um giro e passamos a entender a visão dos senhores em relação às crianças escravizadas. Enquanto o senhor de Lino, que era tutelado, relatou ao escrivão acompanhado do registro de batismo do mesmo, comprovando que ainda não teria completado 14 anos, acrescentou que Lino sempre fora um escravo fiel e que seria incapaz de cometer tais atrocidades, devido a sua idade, que provavelmente deve ter sido coagido pelo outro menor. “O crioulo menor de quatorze annos e por isso deve espaçar a punição da lei, por falta de intenção e conhecimento do mal” (..) “Esteja ainda o suplicante convencido que o escravo e seu pupilo não tem ainda nem a idade nem o discernimento necessario para ser responsável por seus atos”². Esse posicionamento vai ser crucial, no futuro julgamento dos réus.

Em contraponto, a senhora de André não conseguiu defende-lo da mesma forma e além disso, ao apresentar os documentos referentes ao batismo de André, os escrivães perceberam que na verdade André possuía 16 anos e não 14. Após a intimação, e mesmo através da súplica do curador e do senhor de Lino, o promotor incluiu André no artigo 271, roubo seguido de morte, crime que tem pena máxima de morte, pena média de perpétua e mínima de vinte anos. Enquanto encaixa Lino dentro das condições do artigo 10, mas ao considera-lo com ciência da execução do crime, ambos são presos até o julgamento.

Alguns meses depois são convocados os de competência jurídica para o julgamento dos réus, inclusive o Juíz de direito da Comarca que da abertura ao julgamento, na presença de doze

² Segundo consta no Processo Crime nº 444 cidade de Pelotas 1854, disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

jurados para compor o conselho de sentença. São novamente interrogados os réus, que mais uma vez falam sobre os acontecimentos, mas curiosamente desta vez, nenhum dos dois afirma sobre a própria idade, inclusive dizem “não saber” a idade que possuem. Após o interrogatório na presença do júri, o promotor público abre o código criminal e declama os artigos onde julga os réus estarem incurso, juntamente a libelo e os depoimento das testemunhas.

O júri indica por unanimidade que o réu André cometeu o crime com circunstância agravante, o enquadrando a partir do artigo 17, o clamor dos curadores ainda que para um júri composto por proprietários diminuí a pena máxima que seria de morte, ou prisão por vinte anos, para a também brutal pena de 200 açoites e uso de ferro no pescoço por 4 anos. Lino, por outro lado, pareceu ter comovido mais o júri que imediatamente solicita que fosse solto e absolvido.

Considerações Finais

A idade parece, entre outros fatores, ter sido um fator de relevância nos júris a partir de 1840³. Ainda que o Código Criminal defendesse os réus menores, haviam disputas em relação a própria manutenção da escravidão, os senhores não poderiam deixar impunes menores escravizados que cometiam delitos de sangue. Ainda que, o caso de Lino, mostre o contrário, as palavras de seu tutor e o clamor do curador, conseguiu deixar o menor impune ao poder público. Segundo o que foi descrito dos réus e as testemunhas, tudo indica que quem verdadeiramente cometera o crime tenha sido o mais jovem, aquele que instigara e que realmente interferira no destino do pequeno Paulo, o afogando. Teria Lino ciência da violência que cometera? Sabia ele que poderia cometer esses crimes e sair impune? Dificilmente poderíamos responder essa questão, mas se o fosse, o quão resistente era a violar uma lei, criada por mãos brancas, as mesmas mãos que condicionavam Lino ao cativo e sair impune. É necessário um olhar atento para esse caso e incentivar produções historiográficas que pensem as crianças como réus e de que forma o poder público lidava com isso. Provavelmente seja esse um caso isolado, Lino e André escaparam da morte, ou da prisão, ainda que tenham sofrido muito durante o processo, não fora a mesma “sorte” que tivera tantos outros menores que cometeram crimes ao decorrer do século XIX.

Para além do século XIX, os debates sobre a criminalização e genocídio da juventude negra são pautas contemporâneas. Desde 1993 tramita no Congresso Nacional propostas de emenda à constituição a favor da redução da maioridade penal no Brasil, um país que possui

³ Fazendo referência a isenção de pena de morte na punição dos menores no caso do Cantagalo estudado por Pirolla (2012).

mais de 40% dos presos ainda sem julgamentos, segundo os dados do DEPEN. Não é coincidência que 2 a cada 3 presos no Brasil (2016) sejam negros, mas sim reflexo da herança imposta pela escravidão. Segundo o atlas da violência do IPEA, a principal vítima de homicídios no Brasil são jovens negros solteiros, com até sete anos de escolaridade. A ponte que liga os crimes sofridos pelos jovens escravizados que encontramos nas fontes judiciais do Império, e os dados que apresentamos neste último parágrafo, é a raça. A raça é o marcador nesses diferentes processos de marginalização, o fio condutor que dialoga entre a criminalidade das crianças escravizadas e a criminalização da juventude negra no século XXI. Flagrar a infância escrava, é perceber o tom naturalizado dessa violência, que sob a ótica do crime fica ainda mais visível, e sua conexão com o presente pode demonstrar raízes mais profundas do que entendemos como a estrutura do racismo brasileiro.

Fontes

Inventários *post-mortem* (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul)

Processos-crimes (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul)

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Thiago L. **A escravidão entre a guerra e a abolição: O impacto as fugas e os peios de extradição de escravos nas fronteiras platinas (Década e 1840)**. 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, SC. 2013

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)**. Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, Dissertação de Mestrado, 1995.

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul, [1858]** Belo Horizonte, Itatiaia. 1980

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para o porto do sul: características do tráfico negreiro de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1790-1825**. Tese – Programa de Pós-Graduação em História (UFRGS). Porto Alegre, 2006.

CARATTI, Jônatas. **Vinte anos de escravidão: escravizações ilegais e reescravização na fronteira da província do Rio Grande do Sul (1842-1862)**. XII Encontro Estadual de História ANPUH-RS. São Leopoldo. 2014

CARVALHO, Marcos. A rápida viagem dos berçários infernais e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina. **Do tráfico ao pós abolição**. Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. pp. 126-165.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

COUTO, Mateus. **A pia e a cruz: a demografia dos trabalhadores escravizados em Herval em Pelotas (1840-59)**. Dissertação – Programa de Pós Graduação em História UPF. Passo Fundo. 2010

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

EBEL, Ernest. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**, São Paulo, Editora Nacional, 1972, p. 42.

FARINTATTI, L. A. E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2010

FERNANDES, Valéria. Escravização de pessoas livres na fronteira Brasil-Uruguai: Pelotas (1850-1866). **História em Reflexão**. Vol.3.n.6. Dourados jul/dez. 2009

FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil (1810-1850). 2016. **História (São Paulo)**. V.35 e 78, 2016.

_____. As crianças na dinâmica do tráfico interno a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834). **Afro-Ásia**. Salvador: nº 61. 7-36. 2020

FLORES, Mariana F.C.T. **Crime de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)** Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

GUTIÉRREZ, Horácio “O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII”, **Revista História**, São Paulo, 120, 1989, pp. 59-72

JR RESENDE, José. “**As crianças pretas da Princesa do Sul**”: um estudo quantitativo dos inventários post-mortem e das cartas de alforria – Pelotas/RS, 1850-1870. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de História Licenciatura. Universidade Federal de Pelotas, 2018

KARASH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**, São Paulo, Cia das Letras, 2000.

LIMA, Rafael peter de. **A nefanda pirataria de carne humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)**. Dissertação – PPGH UFRGS. 2010.

MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987

MACHADO, Maria Helena P.T. Mulher, Corpo e Maternidade. In: Lilia Schwarcz; Flávio Gomes. (Org.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MATTOS, Hebe. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Brasiliense. Campinas. 1987.

MATTOSO, Kátia. “O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre)”, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988, pp. 37-5

MAUAD, Ana Maria. **A vida das crianças de elite durante o Império**. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p.137-176.

MENDES, Luiz Antônio de Oliveira, **Memória a Respeito dos Escravos e Tráfico da Escravatura entre a Costa d África e o Brasil**. Escorpião. Porto. 1977

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

NEVES, M. de F. R. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1993.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese de Doutorado – PPGHIS/UFF, Niterói, 1999.

PESSI, Bruno S. **Entre o fim do tráfico e a abolição: manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (c. 1850 - c. 1884)**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo – USP, São, 2012

PINHEIRO, Maria. O trabalho das crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Afro-Ásia**. Salvador: nº32. 159-183. 2005.

PRIORE, Mary Del. **O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império**. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p.84-106.

_____. **Histórias Da Gente Brasileira – Colônia – Vol.1**. Leya Casa da Palavra. 2016

SLENES, Robert. “Malungu, Ngoma vem!: África encoberta e descoberta no Brasil”, **Cadernos do Museu da Escravatura, n. 1, Luanda**, Ministério da Cultura, 1995, p. 56.

TEIXEIRA, Heloísa. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. Tese(doutorado) PPHE. USP. 2007.

VARGAS, Jonas M. **Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

VARGAS, Jonas; MOREIRA, Paulo. Charqueada escravista. In: **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos** /Lilia Scharwz e Flávio Gomes (org). 1ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2018, p.151

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829)**. São Paulo- Itatiaia/Edusp, vol. II. 1985.

O historiador, a feiticeira e o nativo: reflexões em torno de uma pretensa “caça às bruxas”

Marcos Paulo Amorim dos Santos¹, UNICAMP

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os artifícios para nomeação, entendimento e perseguição de bruxas e feiticeiras em dois diferentes períodos históricos. Utilizando de metodologias próprias à história comparada, selecionei alguns documentos, tanto produzidos pelo Vaticano ou por notórios inquisidores europeus – incluindo textos de meados do século VI até meados do século XIV -, bem como documentos que constituíram ou fomentaram políticas de Estado para a construção sul-africana nos primeiros anos do século XX. Apesar das diferenças entre esses documentos, pretendo investigar a permanência do “medo das bruxas”, que se inicia na Europa e pode ter reverberado em algumas colônias em África, bem como refletir sobre como as acusações de bruxas e feiticeiras podem ser indícios de outras latentes questões sociais em diferentes períodos históricos.

Palavras-Chave: História Comparada; Inquisição; Colonialismo; Feitiçaria.

Abstract

This paper aims to reflect on the devices for naming, understanding, and persecuting witches and wizards in two different historical periods. Using typical methodologies of comparative history, I selected some documents, either produced by the Vatican or by notorious European inquisitors - including texts from the mid-sixth to the mid-fourteenth centuries - and documents that constituted or fostered state policies for the South Africa construction at the beginning of the twentieth century. Despite the differences between these documents, my intention is to investigate the permanence of the “fear of witches,” which begins in Europe and may have reverberated in some colonies in Africa. These accusations of witches and sorceries could be signs of others latent social issues must also be considered in different historical periods.

Keywords: Comparative History; Inquisition; Colonialism; Sorcery.

Introdução:

Há alguns anos, quando da minha graduação no curso de história, fui abordado por uma estudante de outro curso nos corredores da universidade em que estudava. Ela não me conhecia, mas ficou muito curiosa com o livro que eu precisava ler para a aula de História Moderna: *Magistrados e feiticeiras na França do século XVII*, do historiador francês Robert Mandrou

¹ Doutorando em História Social da África pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É também Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e graduado em História (2011). Atualmente, é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq). Desenvolve projeto de pesquisa sobre a perseguição e repressão à pretensa prática de feitiçaria e bruxaria em território sul-africano nas primeiras décadas do século XX. Interessa-se por temas ligados aos estudos africanos, especificamente sobre África Contemporânea, religiões afro-brasileiras e cultura afro-brasileira. E-mail: m211380@dac.unicamp.br.

(MANDROU, 1979). Ao me seguir da lanchonete até a porta da sala de aula, a moça finalmente me interpelou e questionou: “Mas essas feiticeiras são de mentira, não é mesmo?”. Ainda que o acontecimento soe como uma anedota, mal sabia eu o quanto essa pergunta voltaria ao meu horizonte tantas vezes, nesses anos todos.

Estudar a bruxaria, ou mesmo a imensa gama de objetos e temáticas que dela descende, ou o que lhe é tido como análogo: magia negra, feitiçaria, ocultismo, religiões africanas, religiões africanas em seus espaços americanos, religiões africanas na chamada Idade Moderna, religiões africanas no começo do século XX etc., pode representar duas vertentes: de um lado, podemos classificar e categorizar os cultos como se déssemos a “validade” ou não de uma existência dessas formas sociais no passado (GINZBURG, 1991). De outro lado, a análise dessas práticas, notadamente em lugares sociais de subalternidade, pode revelar outras possibilidades de estudo, como a sobrevivência de homens e mulheres em lugares de extrema violência e hostilidade. Nesses casos, tanto na África quanto na Europa, sempre encontramos acusações falaciosas, objetivando desqualificar a vítima ou mesmo usar a letra da lei com fim específico de coagir um eventual e anterior detrator (HARNISCHFEGGER, 2000). Igualmente, é possível entender o teatro social em que essas personagens estavam inscritas, bem como verificar o quanto esse vocabulário é mobilizado para subalternizar pessoas no decorrer de determinado tempo histórico.

O fato é que nunca se soube as bruxas de Mandrou, se os demônios de Stuart Clark (CLARK, 2006) eram verdadeiros ou não – este não deve ser o interesse da história e dos historiadores. Meu interesse pelos feitiçeiros (e todas as suas variações cronológicas e geográficas) sempre foi e tem sido perceber o quanto essas acusações revelam sobre o tecido social de determinado grupo no tempo. Além disso, há algo que eu nunca consegui responder para aquela moça, e que só aprendi empreendendo anos de pesquisa em torno do tema: a bruxaria e feitiçaria até podem ser um processo individual ou característico de um grupo ou sociedade, mas sua transposição para algo que precisa ser execrado e não admitido é normalmente expediente de um extrato social hegemônico, que vê nessas práticas a promulgação de seus fins mesquinhos, violentos e desiguais.

Assim, neste artigo, pretendo observar documentos de naturezas distintas, produzidos tanto na Europa quanto no sul da África². Meu objetivo é, novamente, assinalar o quanto essas

²Insisto e insistirei na categoria de “sul da África” diferente de “África do Sul”, principalmente pelo espaço cronológico que as fontes que serão apresentadas foram produzidas. Deve-se notar que só existirá um território chamado África do Sul a partir de 1909, com a Promulgação do Act of Union (1909). Antes disso, podemos falar em diversas colônias, com governos relativamente autônomos submetidos a um Governo Geral que, por sua vez, estava submetido ao Estado inglês.

formas se assemelham e se distanciam no decorrer da história. Além disso, notar que, mesmo em espaços cronológica e geograficamente distintos, existe aproximações entre os documentos. Evidentemente, não podemos levar em conta somente a lógica do espelho de Calibã³ como único responsável pela forma com que a legislação sul-africana se constituiria no início do século XX, mas compreender essas fontes como exemplos de uma “longa história” das acusações de feitiçaria no interior da historiografia.

As “bruxas” daqui nem sempre são as de lá ou Sobre uma História Comparada

As semelhanças em história, [...] não implicam em aproximações. Certo. Muitas semelhanças, ao examiná-las de perto, parecer-nos-ão irreduzíveis à imitação. Apraz-me afirmar que essas são mais interessantes de observar, pois permitem-nos dar um passo na frente na busca apaixonante das causas. É aqui que o método comparativo parece capaz de prestar aos historiadores os mais assinaláveis serviços ... (BLOCH, 1998, p. 128).

Cumprido primeiro estabelecer que, normalmente, quando a inquisição ou os textos legais sul-africanos se referiam à “bruxa” ou a “bruxo”⁴, muito possivelmente a acusação se referia a um feiticeiro ou feiticeira. Isso porque, como já disserta a longa teoria sobre o assunto, a bruxaria pressuporia somente o rompimento com o cristianismo e a aceitação do diabo como um “antideus” ou um verdadeiro deus na existência da bruxa. Desse modo, está suposto que uma bruxa poderia ser também feiticeira, mas que nem todas as feiticeiras são bruxas.

Normalmente, e os textos inquisitoriais são bem mais evidentes nesse assunto, há certa clareza na distinção entre feitiçaria e bruxaria, o que não é o caso dos instrumentos legais sul-

³ Largamente utilizado pelos teóricos sobre a colonização, principalmente nas Américas, a metáfora repousa na peça *A tempestade*, de William Shakespeare. Na trama, Próspero, o duque de Florença, acaba preso em uma ilha. Para vingar-se da ausência de socorro de seus patrícios, ele se alia ao espírito mágico Ariel e aprisiona a bruxa Sycorax, escravizando seu filho, Calibã. Para manter o cativo, Próspero insiste na incapacidade de Calibã, expondo sua suposta falta de inteligência e beleza. O historiador Richard Morse, um dos mais conhecidos no uso dessa metáfora, entende que um dos artifícios para a submissão das populações americanas pelos europeus estava justamente no uso das características das primeiras como anti civilizadas, atrasadas e, portanto, dependentes do pensamento e formas de cultura e estados europeias. Na visão do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, analisando o caso da Colonização Portuguesa, existe um *status* intermediário no caso de Portugal: afinal, o país não teria o mesmo lugar no concerto das nações europeias e nos quadros do capitalismo moderno. Podemos utilizar a compreensão de “interidentidade” no colonialismo de Boaventura dos Santos para refletir, igualmente, sobre as duas fontes analisadas. Afinal, textos inquisitoriais não possuem o peso de uma estrutura de Estado, contudo, podem exercer tal fim regulador. O mesmo pode ser dito sobre a legislação sul-africana que não é mera cópia das legislações inglesas, mas, igualmente, uma tentativa de conciliar interesses ingleses e bôeres ao sul da África. Ver: MORSE, Richard. **O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade”. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, Rio de Janeiro, v.1, n.66, 2003, pp. 23-52.

⁴ No caso do inglês, é ainda mais difícil a definição, pois a acusação normalmente versa sobre a “bruxaria”, sem especificá-la individualmente.

africanos. Aqui só podemos induzir os motivos para tanto, contudo, podemos acatar o postulado por Evans Pritchard:

Os Azande acreditam que certas pessoas são bruxas e podem lhes fazer mal em virtude de uma qualidade intrínseca. *Um bruxo não pratica ritos, não profere encantamentos e não possui drogas mágicas.* Um ato de bruxaria é um ato psíquico. Eles creem ainda que os feiticeiros podem fazê-los adoecer por meio da execução de ritos mágicos que envolvem drogas maléficas. Os Azande distinguem claramente entre bruxos e feiticeiros. Contra ambos empregam adivinhos, oráculos e drogas mágicas (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 33).

Como a lei versa, sobretudo, por sobre a existência de um fato jurídico concreto, isto é, a acusação de uma bruxa ou bruxo - , podemos supor que os colonizadores estavam, portanto, informados do longo folclore em torno da feitiçaria na Europa, usando-o como mote na elaboração da legislação. A análise de Pritchard, entretanto, destoa da interpretação corrente sobre bruxaria. Pelo entendimento do antropólogo, os Azande vão compreender magia e bruxaria em lugares muito diferentes do colonizador europeu. Ainda sobre o excerto, quando o autor afirma que a “bruxaria é um ato psíquico” (EVANS-PRITCHARD, 2005), ele a afasta do entendimento europeu e folclórico de uma bruxaria cujo alinhamento com satanás parece ser a única explicação por parte dos inquisidores e fontes analisadas.

Deve-se, contudo, salientar que não podemos interpretar nem Europa nem África como processos únicos e acabados no correr da história, pois, pelo argumento do historiador Dipesh Chakrabarty (CHAKRABARTY, 2007), convém historiarmos mesmo as estruturas que são hegemônicas no interior do processo historiográfico. Nesse pensamento, podemos enfraquecer a tese do exclusivo histórico da metrópole em relação às colônias e, ainda, refletir os pontos do globo como construções próprias e intrínsecas a qualquer processo social.

Pensando nessa construção, o historiador francês Jean Delumeau, destaca:

Desde o século XIV – com pestes, penúrias, revoltas, avanço turco, o Grande Cisma somando a tudo isso seus efeitos traumatizantes -, uma cultura de “cristandade” se sente ameaçada. Essa angústia atinge seu apogeu no momento em que a reforma protestante provoca uma ruptura aparentemente sem remédio. Os dirigentes da Igreja e do Estado encontram-se mais do que nunca diante da urgente necessidade de identificar o inimigo. Evidentemente, é Satã que conduz com fúria seu derradeiro grande combate antes do fim do mundo (DELUMEAU, 1989, p. 203).

Não somente no trabalho em destaque, como também em outros do historiador (DELUMEAU, 1973), percebe-se que Delumeau defende a construção da Igreja e seus supostos detratores – muitas vezes criados pela própria Igreja - como frutos e consequências de um amplo

e complexo sistema social. Nas pegadas do historiador, é possível interpretar grande parte dos passos dados pela cristandade europeia como fruto das mudanças em curso na Europa. Para ilustrar esse argumento, apresento duas fontes eclesiásticas, europeias, escritas em tempos diferentes:

O leigo que tenha comido no pasto ou feito libações em lugares sagrados pagãos, se fez por ignorância e promete não repetir o erro, jejuará durante quarenta dias a pão e água. Se fez por desprezo, isto é, depois de ser advertido pelo padre que seu ato representaria um sacrilégio e apesar de tudo comeu na mesa dos demônios, se fez isso por gula, jejuará durante três quaresmas a pão e água. Porém, se com seu ato, quisera render culto aos demônios ou honrar ídolos, fará três anos de penitência.⁵

Jejuar, pagar penitências, são penas brandas ao pecador, ao que indica a fonte: basta ele prometer que não fará mais. Esta indulgência – motivada por uma necessidade da Igreja do começo da Idade Média em garantir fiéis – por parte das autoridades religiosas parece diminuir no decorrer do tempo:

Quem invoca demônios rendendo-lhes culto de idolatria, se o confessa ou, em qualquer caso, comprovado juridicamente, não será tratado como adivinho ou como mago, mas como herege. Se se arrepende e esconjura tal ato, será separado da vida como herege penitente. Se não se arrepende, como herege impenitente, sofrerá pena de morte. O mesmo se aplicará a quem arrependido, e havendo jurado, rescinde no mesmo pecado. Este gênero de evocadores deve ser tratado do mesmo ponto de vista que os demais hereges.⁶

Nicolaus Eymerich, entretanto, que já escreve no século XIV, parece menos tolerante em relação ao herege (DELUMEAU, 1989), mais uma vez nas palavras de Delumeau, expediente que se tornaria comum a “Uma cristandade, que se acreditava sitiada...”. Também é digno de nota a necessidade de comprovar-se o fato juridicamente, bem diferente do primeiro trecho que avaliza o pecado somente por meio da autoridade eclesial. Assim, é lícito utilizar os textos em questão como comparações, inclusive, do mesmo espaço geográfico. Além disso, os

⁵ “El laico que haya comido pasto o hecho libaciones en lugares sagrados paganos, si obró por ignorancia e promete no repetir el error, ayunará durante cuarenta días a pan y agua; si obró por desprecio, es decir, después de haber sido advertido por el cura que sua acto representaría un sacrilegio y pese a todo comió en la mesa de los demonios, si lo hizo por glotonería ayunará durante tres cuaresmas a pan y agua, pero si con su acto quiso rendir culto a los demonios o bien honrar a los ídolos, hará tres años de penitencia.” In: Poenitentiale di san Colombano del s. VI, Apud. VOGEL, C. **Le pécheur et la pénitence au Moyen Age**. Paris: Editora Du Cerf, 1969, p. 71.

⁶ “Quien invoca a los demônios rindiéndoles culto de latría, si lo confiesa o em cualquier caso acaba convencido de ello judicialmente, no será tratado como adivinho o como mago, sino como hereje. Sí se arrepiente y abjura de ello, será apartado de por vida como hereje penitente: si no se arrepiente, como hereje impenitente sufrirá pena de muerte. Lo mismo se aplicará a quien, arrependido y habiendo abjurado, reincide en el mismo pecado. Este género de evocadores há de tratarse desde cualquier punto de vista igual que los demás hereges.” In: EYMERICH, Nicolaus. **Le Manuel des inquisiteurs, con el comentário de Francisco Peña**. Paris: Mouton, 1973, p. 67.

textos reforçam a tese de Chakrabarty (CHKARABARTY, 2007) da Europa (e seus eventos históricos) menos como um fato histórico acabado, mas no interior de um processo histórico.

Ora, se podemos afirmar que havia uma cristandade sitiada, poderíamos dizer que haveria um colonialismo sitiado? Ora, evidente que não. Desse modo, e como já demonstra Robert Mandrou (MANDROU, 1979), faz-se necessário estabelecer as diferenças de julgamento quando a inquisição se encarregara do processo e quando da centralização e burocratização do Estado, momento em que a autoridade eclesiástica passa a ser dividida com o lado secular. Mais do que isso, é necessário ainda compreender como as disputas em torno da espiritualidade se configuram de modo distinto no continente africano, no século XX.

O sul da África, por outro lado, conheceu uma notória migração de missionários das mais diversas confissões religiosas (CHIDESTER, 1996). Mesmo assim, nunca houve um intenso processo de espiritualização do Estado, exceto, é claro, na formulação de alguns teóricos do *apartheid* anos depois (e, mesmo assim, não diria que o processo foi inteiramente religioso) (COETZEE, 1991). Posso, contudo, colocar a “caça às bruxas” no que David Chidester chama de uma necessidade por uma “retórica de controle” (CHIDESTER, 1996). A rigor, religiões africanas não apresentavam riscos a nenhuma instituição de Estado, mas eram inimigas naturais do projeto colonial que visava o apagamento das identidades e subjetividades das populações locais (FANON, 2008). Desse modo, o que se estabelece é uma retórica que passe a versar sobre todos os aspectos públicos e privados da vida do indivíduo. Antes, contudo, que se suponha que as autoridades seculares britânicas entendiam religião como sinônimo de bruxaria, deve-se elencar a bibliografia produzida para entendimento desses “ritos” (como comumente são chamados à época):

Estamos lidando aqui com um povo iletrado, cujas tradições históricas, metade esquecidas, são fragmentadas e conflituosas, o historiador dessa raça deve – primeiramente – munir-se de um conhecimento geral sobre o assunto para estar em posição de preencher as lacunas corretamente.⁷

O texto do etnólogo Alfred Byant – que ocupou cargos tanto em esfera religiosa, quanto secular – aqui destacado, está numa introdução de um compêndio sobre zulus e outros povos nativos sul-africanos. Note que ele reconhece não somente a historicidade dessas sociedades, como acha que compreende seus “ritos” (EISELEN, 1934). Portanto, se a autoridade religiosa

⁷ “We are dealing here with an illiterate folk, whose historical traditions, already half forgotten, are fragmentary and conflicting. The historian of such a race must first needs have so through a general acquaintance with this subject as to be able in a position himself to put the crooked straight and to fill in the gaps.” In: BRYANT, Alfred T. “Preface”. _____. **Olden Times in Zululand and Natal**. Leiden: Leiden University Press, 1929,p.VIII.

no medievo europeu se esforçara para estabelecer uma cruzada religiosa, o sul da África assistiu, na origem da repressão social a esses cultos e ritos, em outras palavras, a completa secularização do ato mágico⁸. Acredito que o motivo para tal empreitada esteja, obviamente, nas diferenças cronológicas e da própria formulação de Estado nos dois contextos analisados. Contudo, respeitando as diferenças intrínsecas à temporalidade, podemos ressaltar algumas semelhanças.

Se esvaziarmos – em um mero expediente retórico – as especificidades dos dois contextos aqui expostos, iremos encontrar artificios semelhantes aos de uma “retórica de controle”. Ora, não há a negação da existência da magia, de demônios ou de feitiços em nenhum dos casos, o que se pretende é conjugar essas crenças no interior de um discurso hegemônico para, finalmente, suprimi-las por completo. É o caso das feiticeiras medievais ou freiras que submetiam demônios a fins benéficos e pessoais ou mesmo da própria retórica de criação de um “inimigo”, novamente em Caro Baroja:

A prática de atribuir aos confessores de uma religião que não a oficial como tão somente crenças equivocadas, assim como costumes nefastos e contrários a própria moral, é conhecida, não somente pelo que os pagãos disseram sobre os cristãos, mas também, os cristãos dos próprios pagãos e dos judeus, os muçulmanos dos cristãos [...]. Em essência, consiste em realizar uma inversão de valores de sorte que, segundo o fiel de uma religião, o inimigo religioso chega, em seu desatino, aos atos mais imundos e contrários à decência (CARO BAROJA, 1973, pp. 100-101).

Desse modo, podemos descartar a ideia de uma feitiçaria desconhecida e difusa⁹, cujo inquisidor só soubesse em partes do que se tratava. Se, em determinadas regiões, como resalta Delumeau, existe um distanciamento da autoridade eclesial constituída (DELUMEAU, 1973), isso já está em outra questão. A existência de bulas papais e manuais (GUI, 1964) diversos, cujo objetivo, além de ser didático a inquisidores e ao povo vítima ou acusador dos atos de bruxaria, parece ser um expediente necessário dadas as realidades da Europa medieval, o que nem sempre é o caso sul-africano.

Para manter o controle sobre as práticas, acusações e repressões à feitiçaria no sul da África, foi necessário um complexo e sistêmico corpo burocrático que conseguisse controlar

⁸ Novamente, é possível observar um expediente semelhante de “secularização” na Europa da Idade Moderna quando da unificação dos Estados europeus. A diferença que pretendo enfatizar com essa premissa é a necessidade do processo contra as supostas feiticeiras passarem pelo braço religioso na Europa, o que é diferente do Sul da África, onde o processo é completamente conduzido pelo braço secular.

⁹ Julio Caro Baroja e Jean Delumeau, nos textos já citados, estão em consenso sobre determinados fatores que propiciam o amplo entendimento sobre magia e feitiçaria na Idade Média. Um dos fatores, apontado por ambos, é a ascensão do Papa João XXII e sua suposta obsessão pela perseguição à magia.

indivíduos em todos os aspectos da vida cotidiana. As possibilidades que a inquisição demorara séculos para obter – a punição no interior do Estado – iniciam-se no século XX como prática corrente. A desvantagem numérica que o colono possuía em relação ao nativo é rapidamente equilibrada com um hábil esquema de denúncia entre as próprias vítimas do crime:

O princípio da responsabilidade comunal ou coletiva é reconhecido pelos nativos onde o sistema tribal prevaleceu. Sob ele, um homem estava obrigado a informar a seu superior comissionado sobre qualquer crime que pudesse estar ciente *ou quaisquer circunstâncias extraordinárias ou suspeitas* que pudessem chegar ao seu conhecimento. Por exemplo, se um membro de uma aldeia viu um crime sendo cometido, ele estaria obrigado a denunciar o fato ao chefe local. De acordo com os relatos, o último era obrigado a agir, se necessário, e informar a seu superior e assim por diante, até que o próprio Ministro Chefe do Supremo conhecesse o fato ocorrido.¹⁰

Feita a denúncia, foi necessário que os ingleses criassem um corpo legal para coibir os atos de bruxaria, além de tribunais específicos para julgar os casos nativos (LEWIN, 1938, p. 16):

Para suprimir a imputação ou prática de fingir bruxaria

Seja promulgado pelo Governador do Cabo da Boa Esperança, por e com o aconselhamento e consentimento do Conselho de Estado e da Assembleia Legislativa, como segue:

1. Quem acusa qualquer outra pessoa de usar meios não-naturais ou para causar qualquer mal a qualquer pessoa ou propriedade, isto é, aquele que nomeia ou indica qualquer pessoa como sendo um bruxo ou bruxa (na linguagem Kafir *Umtakati*) deve, em condenação, pagar uma multa não superior a duas libras esterlinas ou, em caso de inadimplência, prisão, com ou sem trabalho forçado, por um período não superior a quatorze dias, a menos que referida multa seja paga antecipadamente.
2. Quem, tendo assim nomeado ou acusado como bruxo ou bruxa, como dito anteriormente, se provado na ocasião do julgamento – em última instância – como sendo, por hábito e reputação, um curandeiro ou adivinho (na língua kafir *Isanusi*), torna-se condenável por convicção. Em lugar da punição prevista no parágrafo anterior, por multa não superior a cinquenta libras, ou a prisão, com ou sem trabalho forçado por qualquer período não superior a dois anos, ou a punição corporal superior a trinta e seis chicotadas ou a quaisquer duas ou mais dessas punições.
3. Quem empregar ou solicitar tal curandeiro ou adivinho, conforme mencionado, para nomear ou indicar qualquer pessoa como feiticeiro ou feiticeira, como dito anteriormente, será responsável, mediante condenação, por uma multa de até cinco libras e, por inadimplência, a prisão com ou sem

¹⁰ The principle of communal or collective responsibility was recognized by the Natives wherever the tribal system prevailed. Under it a man was bound to report to his superior the commission of any crime that he might become aware of or any extraordinary or suspicious circumstances that might come to his knowledge. For instance, if a member of a kraal saw a crime committed he was bound to report the fact to the head of his kraal; the latter was bound to act if necessary upon the report and to inform his superior and so on until the Paramount Chief himself was aware of Avhat had taken place. In: **South African Native Affairs Commission – Report**. Cidade do Cabo: Cape Times Limited Printers, 1905, p.44 (grifos meus).

trabalho forçado, por qualquer período não superior a dois meses, a menos que essa multa seja paga antecipadamente¹¹.

Sobram termos que designam, abertamente, “o destinatário” ou as pretensas vítimas dessa legislação – que permaneceu em vigor até ser revisada em 1957. As expressões que estão designadas pela “língua Kafir”, palavra que no africâner é comumente traduzida como “infiel”, são retiradas do zulu, um dos povos ainda numerosos na costa oeste sul-africana. As punições que envolvem trabalho forçado ou multa parecem irrisórias, mas representariam fortes rombos em uma população francamente empobrecida, como era o caso dos primórdios do século XX (GOMES, 2015).

Ora, diferentemente, é claro, dos manuais inquisitoriais, não há a intenção de identificar como e quais são os/as feiticeiros/feiticeiras a serem punidos pela lei. Esse tipo de expediente, entretanto, é encontrado em outras publicações como as escritas pelo Governador-Geral ou outros funcionários comissionados ao Ministro do Interior (CHANOCK, 2001). O que é digno de nota, entretanto, é que como – já por princípio – supõe-se a inexistência dessa prática, o sistema colonial procurou formas de coibir a crença, que não era exatamente objeto direto da lei. Assim, bem como nos textos inquisitoriais do medievo¹², descobriu-se na perseguição da sexualidade e na regulação do matrimônio uma forma de coibir atos de bruxaria, como se pode notar em um relatório escrito pela Comissão para Assuntos Nativos, formada pelo Alto Comissário das Colônias sul-africanas entre os anos de 1903-1905:

A Comissão considera que as provas demonstraram que poligamia está em decadência, os nativos estão gradualmente perdendo sua fé nela. Estão recorrendo menos a curandeiros e, embora ainda fortemente ligados a seus costumes nativos, como os casamentos e os dotes com gado, há considerável mudança na forma do dote ou ‘lobolo’.¹³

¹¹ “To Suppress the imputation or Practice of Pretend witchcraft /Be it enacted by the Governor of the Cape of Good Hope, by and with the advice and consent of the Legislative council and the house of Assembly thereof, as follows: 1. whoever imputes to any other person the use of non-natural means in causing any disease in any person or property, that is to say, whoever names or indicates any person as being a wizard or witch (in the Kafir Language Umtakati) shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding two pounds sterling or in default of payment to imprisonment, with or without hard labor, for a period not exceeding fourteen days unless such fine be sooner paid. /2. whoever, having so named or indicated any person as wizard or witch as aforesaid, shall be proved at his trial under the last preceding section to be by habit and repute a witch-doctor or witch-finder (in the kafir language Isanusi) shall be liable on conviction, in lieu of the punishment provided by the last preceding section to a fine not exceeding fifty pounds, or to imprisonment, with or without hard labour for any term not exceeding two years, or to corporal punishment not exceeding thirty six lashes or to any two or more of such punishments.” In: *Witchcraft Suppress Act*, 1895.

¹² Me refiro, é claro. A questão intrínseca da sexualidade no interior do casamento. Ver: CARO BAROJA, Julio. “La participación del demonio”. In: _____. **Las brujas y su mundo**. 4.ed. Madrid, 1973, p. 127 e seguintes.

¹³ The Commission considers that evidence has shown that polygamy is on the decrease, that the Natives are gradually losing their faith in and are resorting less to witch doctors, and that, though still strongly attached to their Native customs as to cattle marriages, considerable change in the form of the dowry or ‘lobolo’. In: **South African Native Affairs Commission – Report**. Cidade do Cabo: Cape Times Limited Printers, 1905, p. 52.

Há um entendimento, bastante comum no começo do século XX, de que a poligamia é uma instituição que propicia a promiscuidade masculina e estimula relações extraconjugais. Na visão dos missionários e/ou religiosos do Sul da África, essa seria a razão para o aumento de doenças, sobretudo, aquelas sexualmente transmissíveis (DELIUS; GLASER, 2004). Com a diminuição da poligamia, existiria certo monopólio da virtude masculina, evitando, dessa forma, a contaminação e o contágio dessas doenças. Ainda que esse discurso seja muito comum quando da análise de fontes e documentos produzidos sobre e no sul da África, no século XX, é fácil encontrar essa associação (de bruxaria contra a virtude) em textos desde a Antiguidade europeia, como nos explica Julio Caro Baroja: “Partindo desse grupo de reflexões, pode chegar-se à conclusão de que nunca uma pessoa que defende a integridade da razão frente a uma paixão amorosa (ou outra) poderá ser dominada pelo feitiço de uma mulher, por mais esperta que ela seja” (CARO BAROJA, 1973). Diferente, entretanto, das sociedades europeias, a feitiçaria – no caso do excerto analisado – não seria causada pelo ato sexual múltiplo ou fruto da sedução de uma mulher – como o citado por Baroja –, mas passaria a acontecer quando o indivíduo fosse procurar ajuda médica com o curandeiro que era, pelo texto legal, um feiticeiro.

Ainda na análise feita pela Comissão durante a elaboração do relatório, quando essas populações estivessem doentes, seria quase inevitável – dados os costumes nativos – a busca pelo curandeiro/feiticeiro ou, em seu original, *witch-doctor*. Acreditava-se que essa situação poderia ser evitada com o aumento de médicos, remédios e hospitais em áreas de maior circulação de nativos¹⁴, como podemos notar em outro excerto do Relatório da South African Native Affairs Commission¹⁵:

A multiplicação dos Cirurgiões Distritais e do estabelecimento de dispensários (de medicamentos) nos hospitais, em conexão com magistraturas nas áreas nativas tiveram um efeito benéfico. Não apenas para a restauração ou preservação da saúde, mas também para separar os nativos da fé em feiticeiros, sacerdotes, adivinhos, ou homens que professam ter poderes sobrenaturais ou conhecimentos em medicina, ou uma mistura disso.¹⁶

¹⁴ Deve-se ressaltar que os debates sobre saúde pública estavam em alta na África do Sul nos primeiros anos do século XX. Acreditava-se, além disso, na possibilidade de disseminação de políticas racistas e segregacionistas, que a saúde pública era uma importante via para o progresso. Ver: SALVE, Giovanni Grillo de. **Uma história de traição: Um projeto assimilacionista coloured na Cidade do Cabo, 1906-1910**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Estadual de Campinas (IFCH/PPGH/UNICAMP), 2012.

¹⁵ Comissão instituída entre os anos de 1903 e 1905 para levantar informações diversas sobre as realidades nativas no território sul-africano do início do século XX e às vésperas da constituição da União Sul-Africana, em 1910.

¹⁶ The multiplying of District Surgeons and the establishing of Dispensaries and Hospitals in connection with Magistracies in Natives areas would have a beneficial effect, not only for the restoration or preservation of health, but also for weaning the Natives from faith in witch- doctors, diviners or soothsayers, or men who profess to have supernatural power or knowledge whether as medicine men or otherwise. In: *South African Native Affairs Commission – Report*. Cape Town: Cape Times Limited Printers, 1905, p.54. (tradução livre, colchetes nosso)

Desse modo, podemos entender que, se na Europa Medieval, o que se perseguia era a mágica, no caso sul-africano o que se perseguia era a representação de atraso, bem como os empecilhos ao progresso que a feitiçaria representava. Ora, assim, e independentemente das razões enumeradas, podemos observar uma “caça às bruxas”, fortalecida, sobretudo, por uma retórica de controle, colocada pelos meios de autoridade nas duas épocas históricas analisadas.

Os dois espaços geográficos - separados por séculos e experiências históricas completamente distintas - permitem a construção não de semelhanças, mas de um padrão no mecanismo de coerção a essas práticas: uma retórica que não só subalterniza o indivíduo, mas também prioriza o que de fato necessita ser perseguido em detrimento da construção de um projeto social. O texto de Bernard de Gui, que data do século XIV, por exemplo, lista claramente as perguntas que necessitam ser feitas pelos inquisidores de menor para maior importância:

VI. Sobre os feiticeiros e adivinhos, sobre os invocadores de demônios:

[...] 2. Interrogatório de feiticeiros, adivinhos e evocadores do demônio. – Ao feiticeiro, adivinho e evocador de demônios terá que se examinar e perguntar da natureza e do número de feitiços, adivinhações e evocações que conhece e que tenha presenciado.

Item, se observará todos os detalhes, prestando atenção a condição e as especificidades das pessoas, porque o interrogatório não deve ser o mesmo para todos. O de um homem será diferente de uma mulher. Porém deve se fazer ao acusado as seguintes perguntas: o que sabe, que lhe ensinou, que práticas tem realizado para enfeitiçar ou liberar os malefícios às crianças.¹⁷

O decreto de supressão à bruxaria sul-africano só regula, de fato, um único ponto – sendo os demais decretos apenas desdobramento do primeiro –: o ataque ao indivíduo e à propriedade privada, discussão importante para aquele contexto histórico.

Diante do exposto anteriormente, podemos descartar a tese de que existe uma transferência absoluta da legislação europeia para a África. Existe, evidentemente, semelhanças, mas mesmo elas precisam estar cotejadas por um tempo muito específico da sociedade europeia: os primeiros anos da Idade Moderna. Ainda que esse período seja privilegiado na comparação com a África – também porque o século XIV marca o princípio dos contatos predatórios europeus no continente africano –, escolhi a comparação com o medievo

¹⁷ “VI. De los hechiceros (sortilegi), de los adivinhos (divini), de los evocadores de demonios (invocadores demonum) [...] 2- Interrogatorio de hechiceros, adivinhos y evocadores de demonios. – Al hechicero, el adivino y el evocador de demonios que haya que examinar se preguntará la naturaleza y el número de los sortilegios, adivinaciones o evocaciones que conoce y que le hayan enseñado./ *Item*, se reparará en los detalles, prestando atención a la condición y las prerrogativas de las personas, porque el interrogatorio no debe ser para todos el mismo. El de un hombre será diferente del de una mujer. Podrán hacerse al acusado las siguientes preguntas: qué sabe, qué há enseñado, que practicas ha llevado a cabo para embrujar o liberar del maleficio a los niños”. In: GUI, Bernard. *Manual de l'inquisiteur*, v.1, 2.ed, Paris: Editora de Bocard , 1964, pp.20-25.

ocidental principalmente pelo caráter de construção que pode ser observado no período. A Europa que conhecemos ou que a história conheceria na época moderna ainda estava por se fazer, seus cultos – que servem de indícios para o entendimento da sociedade na época – também. Mais do que isso, podemos estabelecer uma história comparada mesmo em tempos distintos da mesma Europa, tamanha a complexidade dos eventos e períodos:

Em certos casos excepcionais, porém, a comparação poderá discernir relações extremamente antigas entre sociedades historicamente muito diferentes, de onde não podemos concluir, sem uma absurda temeridade, por uma filiação comum, mas que levam pelo menos a admitir a existência, numa época muito recuada, de uma certa comunidade civilizacional (BLOCH, 1998, p. 141).

O excerto do historiador Marc Bloch, acima destacado, também coloca um termo importante para a compreensão das acusações de feitiçaria tanto na Europa quanto na África: a inscrição dos indivíduos, tanto acusadores quanto acusados, no interior de um modelo – muitas vezes distante da realidade de uma época – civilizacional. É nessa arena de disputa, na qual os traços humanos da existência resistem ou sucumbem, em outras palavras, onde se observa a manutenção ou não de um costume em torno de um projeto de cultura na história de determinada sociedade (THOMPSON, 1998).

Desse modo, garantindo as especificidades próprias a cada período histórico, cada espaço geográfico, bem como a “invenção de uma tradição” que visa a subalternizar e reprimir populações, podemos categorizar a “caça às bruxas”, tanto na Europa como na África, como um projeto cujo fim será a supremacia de um Estado e *status-quo* privilegiado: tanto no que toca à cristandade (DELUMEAU, 1989), quanto nas formas e formulação do Estado Imperial (HOBSBAWM, 2014).

Uma “longa história” da “bruxaria”?

Na primeira parte desse texto, procurei definir os mecanismos e semelhanças em torno de uma “retórica de controle” na perseguição a bruxas e feiticeiras na Idade Média europeia e ao sul da África, pretendo nesta derradeira parte ressaltar as diferenças entre os dois espaços selecionados. De modo geral, e citando Michael Bailey:

Qualquer um que tente entender a feitiçaria em um sentido histórico amplo, mas preciso, necessita enfrentar uma série de problemas. Talvez nenhum mais básico do que: a difícil questão de como definir exatamente quais elementos constituem a feitiçaria em um aspecto praticamente universal e perene de todas as culturas humanas? Por outro lado, o conceito de feitiçaria é altamente dependente de tempo e lugar históricos [...] o período das grandes caçadas europeias só poderia ter existido, e só pode ser entendido, dentro do território

de uma cultura cristã específica que prevaleceu na época. Por aqueles que temem ser realidade, a feitiçaria sempre foi definida como um conjunto de ações, práticas e comportamentos que certas pessoas realmente realizam para efeitos supostamente terríveis e, acredita-se, que as bruxas causam grande mal no mundo através da feitiçaria prejudicial com que trabalham, incluindo uma aliança com as forças das trevas [...]¹⁸

Nota-se que o filósofo busca estabelecer um conceito universal para entendimento dessas bruxas e feitiçarias, o que não somente considero falacioso como ineficaz para entendimento da temática. Bailey, na tentativa de definir um conceito esbarra, a meu ver, em algo fundamental para a compreensão da “caça às bruxas”: um vocabulário que transpassa épocas e espaços, conseguindo enquadrar bruxas e feitiçarias no interior de uma prática única. O historiador Julio Caro Baroja refletiu sobre essas categorias, sendo responsável, no meu entendimento, pela tese de que podemos aventar pensar uma “longa história” das acusações de feitiçaria. Como afirma o espanhol, é necessário refletir – primeiramente – sobre as sociedades nas quais se notam as acusações de feitiçaria para, posteriormente, refletir sobre quais atos foram entendidos como feitiçaria (CARO BAROJA, 1973). Ainda em Baroja:

Por onde começar? Talvez o mais direto seja colocar-nos frente a primeira e mais expressiva imagem da feitiçaria popular europeia. Esta imagem, repetidas vezes, vincula-se a uma terra ou a um país. Os mais antigos testemunhos sobre a fama das mulheres de Tessália como feitiçarias foram escritos por Aristófanes e em Platão. O primeiro o fez em “As nuvens”, uma comédia de 423 a.C. (CARO BAROJA, 1973, p. 181-182).

O que garante a sobrevivência dessas imagens por tanto tempo e em sociedades tão distintas, mesmo na Europa? O historiador acredita que uma das razões possíveis é o intenso trabalho de sistematização e acusação por parte dos inquisidores durante séculos, tendo seu apogeu no século XVI. Conhecedores desses textos clássicos, juristas e teólogos acabaram por fundar um tipo de bruxa espelhada na tradição grega clássica (HARNISCHFEGGER, 2000).

Apesar disso, podemos destacar as diferenças dos feitiços e das pessoas supostamente enfeitiçadas no decorrer da história. Ao observar a história da bruxaria, é possível notar dois processos: de um lado, contínuos “renascimentos” dessas práticas e, de outro – por parte da

¹⁸ Anyone trying to understand witchcraft in a broad yet accurate historical sense must confront a number of problems of which perhaps none is more basic than the difficult question of how to define exactly what elements constitute witchcraft appears as virtually universal and seemingly perennial aspect of all human cultures. Regarded in another way, the concept of witchcraft is highly contingent on historical time and place. [...] the period of the great-European witch-hunts could only have existed and can only be understood within the specific Christian culture that prevailed at that time. By those who fear its reality witchcraft has always been defined as a set of actions, practices, and behaviors that certain people actually perform to supposedly terrible effect, and witches are believed to cause great evil in the world through the harmful sorcery that they work, genclose alliance with dark [...]. In: BAILEY, Michael D. *Historical Dictionary of witchcraft*. Maryland: Scarecrow Press, 2003.

Igreja – o aumento paulatino de uma associação sumária com o diabo, cujo apogeu é, obviamente, os séculos XIV e XV. Antes disso, entretanto, é possível observar – tanto em textos jurídicos quanto em manuais eclesiásticos – uma imensa gama de magias e feitiçarias praticadas no medievo (CARDINI, 1982).

A reflexão de Cardini, resumida no parágrafo anterior, ajuda a compreender as formas que as repressões a bruxas e feiticeiras vão sendo construídas e levadas a cabo no decorrer da história. O historiador italiano conclui, por seu turno, que a força da bruxa estaria na suposta debilidade da mulher em sujeitar-se aos designios do demônio (CARDINI, 1982): o que me parece justo, se refletido no interior do que Cardini chama de “ocidente medieval”. Desse modo, cumpre estabelecer um ponto que me parece comum à história da bruxaria, tanto na Europa quanto no resto do mundo: quais são os mecanismos de acusação para que essas práticas tenham sido perseguidas no correr da história?

As respostas são muitas e variam a cada período cronológico. Apenas a título de ilustração, trarei como exemplo novamente o caso sul-africano:

Na minha opinião, a história social das acusações de feitiçaria deve se tornar mais do que um estudo de comportamento desviante. Ao lidar com a feitiçaria, pesquisadores devem explicar não só por que a alegada bruxa(o) agiu dessa forma, mas também porque os vizinhos e parentes da bruxa suspeitaram e a acusaram. É possível que o/a bruxo(a) pudesse estar respondendo a pressões sociais ou econômicas quando amaldiçoou seus inimigos ou os “enfeitiçou”. [...] É igualmente verdade que as acusações de feitiçaria na província de Limpopo (como no início da modernidade europeia) permitiam a resolução de conflitos entre si e seus vizinhos, além de explicar o infortúnio ocorrido em suas vidas.¹⁹

O mesmo parece ser entendido pela historiadora Riekje Pelgrim:

As acusações de feitiçaria são, portanto, principalmente destinadas a pessoas com visibilidade social; naqueles que são inexplicavelmente ricos e prosperam quando os tempos são difíceis; naqueles cujos cultivos florescem quando os outros falharam; naqueles que mostram comportamentos extravagantes como ter uma quantidade inapropriada de parceiros sexuais; e naqueles que se acredita terem ganhado o poder de uma maneira injusta²⁰

¹⁹ In my opinion, the social history of witchcraft accusations should become more than a study of deviant behaviour. In dealing with witchcraft, researchers must explain not only why the alleged witch acted in a certain way, but also why the witch’s neighbours and relatives suspected and accused him/her. It is possible that the alleged witch might have been responding to social or economic pressures when he/she cursed his/her enemies or used ‘witchcraft’ against them, [...] It is equally true that witchcraft accusations in the Limpopo Province (as in early modern European communities) allow people to resolve conflicts between themselves and their neighbours and to explain misfortune that has occurred in their lives. In: KGATLA, Thias. “Witchcraft accusations and their social setting: cases in the Limpopo Province”. **Oral History Journal of South Africa**, Pretória, v.3, n.1, 2015, p.59.

²⁰ Accusations of witchcraft are thus mostly aimed at people with a social disposition; at those that are inexplicably rich and prosper when times are hard; at those whose crops flourish when others’ have failed; at those that show

Desse modo, entendo que o ponto conformador entre acusação, rito de perseguição e a pretensa bruxaria no sul da África é um movimento que é social e político no interior de uma comunidade. A feitiçaria, nesses casos, pode ser somente uma contenda entre vizinhos, pode ter o objetivo de modificar e destituir as relações de poder em determinada aldeia, pode ser igualmente fruto de uma intriga entre vizinhos ou ex-amigos que levou a acusação (o último caso, não tão diferente do medievo).

Note-se, entretanto, que se a magia e feitiçaria na Europa vão ganhando, paulatinamente, caráter popular²¹, os excertos apontados deixam implícitos que os casos sul-africanos se referem, principalmente, a pessoas que possuem certo prestígio em suas comunidades (WILSON, 1951), talvez - e não à toa – seja essa a razão pela qual o Witchcraft Suppression Act, de 1895, inicia condenando bruxas que causem mal “à propriedade de alguém”.

A insistência da legislação sul-africana pela defesa da propriedade privada, os casos notórios – perseguidos pela teoria – de pessoas que foram enfeitiçadas por sua influência social, bem como – no caso do medievo europeu - a notória diabolização da mulher, o afastamento da magia da cristandade, a construção da heresia como prática de condenação, a crescente hierarquização da Igreja Católica no decurso dos séculos (COHN, 1985) são sinais iguais de que as práticas de feitiçaria e bruxaria revelam – e muito – indícios de transformação e mudança da sociedade. Mais do que isso, a bruxaria e a feitiçaria – ou o que é incorporado no interior desses dois termos – é de fundamental importância para a apreensão de historiadores: pois, ao compreender o que se tentava execrar da sociedade, podemos entender quem ou quais são os polos de força dela (BURKE, 2010).

Por fim, é necessário ressaltar que dificilmente o historiador não encontrará uma sociedade que não tenha registro de bruxas e/ou feitiçarias em determinado momento de sua história. Longe de dizer que isso é, somente, os “olhos do Império” espalhados pelo mundo, deve-se pontuar o que, na verdade, está sendo perseguido nessas “bruxas”, o que de fato elas simbolizam e como as transformações desses ritos contribuem para um entendimento maior da lógica que a história precisa realmente capturar.

extravagant behavior like having an inappropriate amount of sexual partners; and at those who are believed to have gained power in an unjust manner. In: PELGRIM, Riekje. **Witchcraft and policing: South Africa Police Service attitudes towards witchcraft and witchcraft-related crime in the Northern Province**. Leiden: African Studies Centre, 2003, p.21.

²¹ Com certeza, podemos afirmar que o termo popular é mais apropriado para se referir ao povo na Idade Moderna. No caso do medievo, estou usando o termo apenas por falta de um melhor para classificar as populações que não eram nobres ou do alto clero.

Considerações Finais

Com esse texto, procurei observar fontes e bibliografias especializadas na questão da bruxaria e da feitiçaria – tanto na Europa, como no sul da África – não para somente identificar a bruxaria ou sua existência como elemento natural ou ritual em uma sociedade, mas os traços dela na história. Esse exercício me levou a comparar melhor algumas documentações produzidas em tempos tão distantes e sem nenhuma ligação aparente, também como forma de observar a suposta caça às bruxas no interior de uma longa história. Como era de se esperar, a premissa de pesquisar brevemente vestígios de bruxas e feiticeiras acabou por me colocar em diálogo com alguns artifícios de repressão a essas práticas.

Cumpru estabelecer que não existe uma transferência – salvo de parte do folclore existente em torno da “bruxa” – completa dos modos de verificação, acusação ou mesmo do vocabulário utilizado para enquadrar os supostos feiticeiros e feiticeiras no sul da África. Desse modo, o que permite a comparação entre dois grupos que, aparentemente, só possuem de igual sua classificação no interior de uma sociedade?

Nas pegadas de Julio Caro Baroja, poderíamos estabelecer uma história comum da bruxaria pelo globo. Isso sim, em grande parte, por conta da influência europeia nos demais territórios, mas não somente por conta disso. É necessário refletir também sobre a necessidade que instituições políticas e sociais possuem de qualificação de um inimigo comum, de modo a garantir o status e o privilégio social. Assim, podemos afirmar – objetivamente – que a cristandade procurou um modelo de “antiprojeto” para convencer e manter fiéis presos à sua vontade. Esse modelo passou por revisões e atualizações no decorrer de sua história, mas, claramente, mantinha – pelo medo – uma população cativa à vontade de um deus não visto e, muitas vezes, mal compreendido por boa parte da sociedade.

Em relação às sociedades ao sul da África no princípio do século XX, não se pode verificar tamanha influência da Igreja, porém, percebe-se outro tipo de mecanismo de manutenção e controle das populações nativas: o artifício de tratar toda e qualquer crença em um lugar de charlatanismo e repressão. Mais do que isso, o colonizador inglês procurou, em vários momentos, substituir as buscas pela feitiçaria por meios e métodos do interior do Estado. Em certo sentido semelhante com a Europa do medievo, a feitiçaria foi uma prática existente e constituída no interior da sociedade sul-africana, inclusive por via religiosa.

Ainda que exista semelhanças, as acusações à bruxaria e à feitiçaria no sul da África notadamente eram, normalmente, direcionadas a membros de prestígio no interior das sociedades nativas; a feitiçaria era, portanto, um instrumento de controle e verificação da

hierarquia social. Diferente, nesse ponto, das sociedades europeias, que assistiam a acusação de bruxas e feiticeiras em partes mais empobrecidas da sociedade medieval.

Portanto, entendo que – a despeito das diferenças – podemos classificar as fontes elencadas nesse texto como indícios e possibilidades de apreensão da bruxaria no interior de uma história do mundo. Como a bruxaria sempre vai ser um fenômeno geral, mas específico; genérico, mas datado; global, mas, igualmente, local, cumpre ao historiador refletir para além da acusação, bem como se essas acusações, acusadores, manuais, relatórios, além de supostas bruxas(os) e feiticeiras(os) não são produtos e produtores de uma lógica histórica e, nesse sentido, “janelas” para a compreensão de outros e maiores fenômenos no interior da história.

Referências Bibliográficas

- BAILEY, Michael D. **Historical Dictionary of witchcraft**. Maryland: Scarecrow Press, 2003.
- BLOCH, Marc. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CARDINI, Franco. **Magia, brujería y superstición en el Occidente medieval**. Barcelona: Edicions 62, 1982.
- CARO BAROJA, Julio. **Las brujas y su mundo**. 4.ed. Madri: Alianza, 1973.
- CHAKRABARTY, Dipesh. “Postcoloniality and the Artifice of History: Who speaks for “Indian” pasts?”. **Representations**, Califórnia, v.1, n. 37, 1992, pp. 1-26.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**. 2.ed. Nova Iorque: Princeton University Press, 2007.
- CHANOCK, Martin. **The making of South African Legal Culture, 1902-1936: Fear, favour and Prejudice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CHIDESTER, David. **Savage systems: Colonialism and Comparative Religion in Southern Africa**. Cidade do Cabo: University of Cape Town Press, 1996.
- CLARK, Stuart. **Pensando com Demônios: A Idéia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- COETZEE, John Maxwell. “The mind of apartheid: Geoffrey Cronjé (1907-)”. **Social dynamics: a journal of African studies**, Cidade do Cabo, v.17, n.45, 1991, 1-35.
- COHN, Norman. **Los demonios familiares de Europa**. Madri: Alianza, 1985.
- DELIUS, Peter; GLASER, Clive. “The myths of polygamy: a history of extra-marital and multi-partnership sex in South Africa”. **South African Historical Journal**, Cambridge, n.50, 2004, pp. 84-114.
- DELUMEAU, Jean. **El catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Editorial Labor, 1973.
- DELUMEAU, Jean. **O medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- EISELEN, Max. **Initiation rites of Banasemola**. Leiden: Leiden University Press, 1934.

- EVANS-PRITCHARD, Edward. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscara branca**. Salvador: Editora da UFBA, 2008.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. **De Espinhos e Agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje, 1902-1930**. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Estadual de Campinas (IFCH/PPGH/UNICAMP), 2015.
- GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1, n.21, 1991, pp. 9-20.
- HARNISCHFEGER, Johannes. “Witchcraft and the State in South Africa.” **Anthropos**, v.95, n.1, 2000, pp. 99–112.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. 17.ed, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.
- KGATLA, Thias. “Witchcraft accusations and their social setting: cases in the Limpopo Province”. **Oral History Journal of South Africa**, Pretória, v.3, n.1, 2015.
- LEWIN, Julius. “The recognition of Native Law and Custom in British Africa”. **Journal of Comparative Legislation and International Law**, Cambridge, v.20, n.1, 1938, p.16.
- MANDROU, Robert. **Magistrados e feiticeiras na França do século XVII**. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1979.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- PELGRIM, Riekje. **Witchcraft and policing: South Africa Police Service attitudes towards witchcraft and witchcraft-related crime in the Northern Province**. Leiden: African Studies Centre, 2003.
- SALVE, Giovanni Grillo de. **Uma história de traição: Um projeto assimilacionista coloured na Cidade do Cabo, 1906-1910**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Estadual de Campinas (IFCH/PPGH/UNICAMP), 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade”. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, Rio de Janeiro, v.1, n.66, 2003, pp. 23-52.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WILSON, Monica. “Witch Beliefs and Social Structure”. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v.61, n.4, 1951, pp.307-313.

“Pequenos gatunos, vadios, vagabundos, delinquentes...”: Menores à margem da lei em Salvador Primeira República (1889-1920)

Osnan Silva de Souza¹, UNEB

Resumo

A pretensão é, através deste artigo, pesquisar, problematizar e apresentar quem eram os chamados menores delinquentes, abandonados, vagabundos, gatunos etc. O que eles faziam para serem alvos das prisões policiais, reclamações, apelos, discussões e das propostas políticas e sociais na imprensa e nos meios parlamentares, e como esses menores reagiam às tentativas de controle social: são algumas das questões históricas que estão a ser refletidas neste trabalho. Para tanto foi necessário um diálogo com muitas fontes: reportagens, queixas, reclamações, propostas políticas, discursos religiosos, depoimentos, dentre outras coisas que encontramos nos jornais e periódicos da época. Foi imprescindível também incluir nesta conversação os estudiosos, tanto aqueles que trabalham com a Bahia como os que pensam outras regiões do Brasil.

Palavras Chaves: Menores. Primeira República; Salvador.

Abstract

This paper has the intention to research, problematize and present who were the so-called juvenile delinquents, abandoned, vagabonds, sneakers etc. What they did to be targets of police arrests, complaints, appeals, discussions and political and social proposals in the press and parliamentary media, and how these minors responded to attempts at social control: these are some of the historical issues that are being reflected upon. This required a dialogue with many sources: reports, complaints, political proposals, religious speeches, testimonials, among other materials found in the newspapers and publications of the time. The scholars were essential pieces to be included in our discussion, both those who work with Bahia issues and those who think other regions of Brasil.

Keywords: Minors; First Republic; Savior.

Introdução

Marcellino José Ferreira, menor de 12 anos, residente à rua das Campellas, dizia um articulista em 1915, “como todos os menores da sua idade, é um grande vadio”. A indignação teria sido por que o jovem pegou uma ponga “em um carro da linha soledade, porém fez com tanta infelicidade que cahindo, uma das rodas do vehiculo esmagou o pé direito arrancando os cinco dedos” (A NOTÍCIA, 30/03/1915). No período aqui estudado encontra-se em abundância – como veremos no decorrer do texto – matérias intituladas “menores vadios”, “menores gatunos”, “menores vagabundos”, “menores delinquentes” etc. Houvera muitas discussões e debates nos meios políticos sobre a situação dos menores abandonados e

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado da Bahia; atua, através do programa de Iniciação Científica, pesquisando a criminalidade durante a Primeira República em Salvador.

delinquentes. Por exemplo: ainda inconformado com a separação entre Igreja e Estado, em 1890 o periódico *Leituras Religiosas*, nessas discussões sobre menores no crime, alertava ao Governo Provisório para as consequências da corrupção e para o “resultado do ensino sem Deus”; dizia: “Não se espantem os homens que se acham no poder, quando a geração que se levanta começar a encher as prisões” (LEITURAS RELIGIOSAS, 25/02/1890).

Em verdade, a discussão sobre a questão de crianças no mundo da “criminalidade” atravessa grande período, senão todo, da história do Brasil: toma bem antes do recorte temporal deste artigo, e chega até aos nossos dias. Há atualmente muitos debates parlamentares, públicos sobre a redução da maioria penal; diferentes esforços, ideias ou iniciativas visando possíveis mudanças na legislação brasileira sobre a penalização de menores de dezoito anos, especialmente no que diz respeito à possível redução da idade para aplicação de punição criminal (legalmente chamada de imputabilidade penal). E este debate ultrapassa o âmbito da política institucional, indo, por exemplo, para as músicas. Alguns sujeitos utilizaram o *Rap* como forma de se manifestar contra a negligência com que crianças e adolescente foram e são tratadas. Em 1999, o grupo *Facção Central*, na música *12 de outubro* narrava a situação das crianças nas periferias do Brasil: “Não dá pra ser criança comendo lixo/ Enrolado num cobertor sujo e fedido. É ‘dá esmola pelo amor de Deus’ num dia/ No outro, ‘é assalto: não reage vadia” – canta o rapper Eduardo Taddeo – “O Brasil não me respeita, quer me ver morrer/ Quer um preso a mais, por que que eu fui nascer? Pra não ter um carrinho, um Danone/ Eu trafico uma droga ou morro de fome”.² Mas há mais: quem não conhece a clássica obra literária, com grande teor histórico *Os Capitães da Areia*? Neste romance, Jorge Amado narrava, em 1937, a história de um grupo muito temido de menores abandonados, marginalizados e muito astutos, que aterrorizavam a cidade de Salvador e sobreviviam de furtos: “vestidos de farrapos, sujos semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas” (AMADO, 1997, p. 21)

Existe na historiografia uma rica problematização e produção sobre esse fenômeno. Por exemplo: em *Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, o historiador Boris Fausto mostra que no Brasil ainda em fins do século XIX, a adolescência não era um conceito e que mesmo em nossos dias, a expressão não tem sentido quando aplicada à pirâmide social, trazendo que os meninos de rua não tinham condições de serem crianças e adolescentes por toda a dinâmica de suas vidas, como a fome, a violência e o medo. “Mas a figura do menor,

² *Facção Central*, 12 de outubro, Versos Sangrentos, 1999.

só na aparência próxima do adolescente, aplica-se em toda a extensão aos meninos pobres. Deixando de lado a menoridade civil, concretizada nas normas legais de incapacidade” – escreve Fausto – “podemos mesmo afirmar que a menoridade na sua dimensão ligada à esfera do trabalho ou a pedagogia terapêutica é um conceito aplicável à gente pobre” (FAUSTO, 1984, p. 80).

Em 1999, Mary Del Priore organizara o livro *História das Crianças no Brasil*, composto por obras muitíssimas interessantes. Posso mencionar aqui *Criança E Criminalidade No Início Do Século XX*, de Marco Antônio Santos e *Crianças Operárias Na Recém-industrializada São Paulo*, de Esmeralda Moura. O primeiro mostra que no mesmo ínterim em que São Paulo ia se industrializando, que a economia ia se dinamizando, a criminalidade vai se avolumando, juntamente espacialização dos instrumentos de repressão. O historiador acentuando a diferença tanto qualitativa como quantitativa dos delitos cometidos pelos menores e adultos e mostrando que a criminalidade infantil estava quase sempre condicionada ao que se chamava de vadiagem, afirma que “o roubo, o furto, a prostituição e a mendicância tornaram-se instrumentos pelos quais estes menores proviam a própria sobrevivência e a de suas famílias” (BOLSONARO, 1999, p. 206) Já a historiadora mostra um pouco do cotidiano das crianças e adolescentes nas fabricas e oficinas em São Paulo, refletindo que havia sempre “situações-limite cuja versão mais alarmante traduz-se nos acidentes de trabalho, mas que infelizmente neles não se esgotam, incorporando a violência em vários níveis” (BOLSONARO, 1999, p. 246) Aqui na Bahia há o conhecido trabalho de Andréa Da Rocha Rodrigues, *A infância esquecida Salvador 1900 – 1940*. Analisando o anônimo das crianças abandonadas ou fujonas, a autora explicita o quão rígido poderia ser a vida desses jovens, sejam nas oficinas com os mestres, em casa com a família, ou na rua tentando sobreviver de diversas formas: muitas vezes, escreve Rocha Rodrigues “atividades informais, como vendedor de balas e doces (...) possibilitavam que a criança fugisse do controle direto de seus patrões e abriam brechas para que a mesma se permitisse ter momentos de lazer” (RODRIGUES, 1998, p. 40)

É a minha pretensão aqui contribuir para os estudos que estão sendo feitos sobre a criminalidade, sobre Primeira República e Pós-Abolição, e problematizar: quem eram os menores, chamados de delinquentes, que viviam pelas ruas? O que e como faziam para sobreviver em Salvador, e qual o cenário desta cidade no período estudado? Eram de fato uma ameaça à ordem e à segurança pública, como diziam autoridades e a imprensa? Como as autoridades agiam para controlar as ações desses menores? E as medidas de controle social, até onde eram eficazes? Toda esta problemática está inserida no contexto histórico do Pós-

Abolição. No mais, onde posso encontrar esses jovens, os “menores”? Além dos processos criminais e das leis, nos jornais e periódicos da época: *A Hora, A Justiça, A Manhã, Gazeta de Notícias, Correio do Brasil, Cidade do Salvador, A Notícia, A Capital, Pequeno Jornal, Revista do Brasil*. Dentre outros. Mas o que encontramos para além das notícias alarmantes acompanhadas das solicitações exigindo a presença policial? Depoimentos, entrevistas, imagens, relatórios, artigos de especialistas, discursos políticos, e muito, muito mais. Resolvi seguir em linhas gerais os discursos que encontrei nos documentos e sempre expor no corpo do texto, para travar um diálogo mais intenso com as fontes e construir algo mais ou menos coerente. Antes de prosseguir, talvez seja importante refletir a análise de Eric Hobsbawm. Em *Bandidos* o autor nos alerta que, embora para as autoridades quaisquer sujeitos, individualmente, ou em grupo, que cometa um crime, seja um furto ou assalto, seja aqueles que roubam na esquina ou guerrilheiros revolucionários, oficialmente não reconhecidos como tal, são bandidos. Mas que os historiadores e sociólogos não podem ter uma visão tão limitada. (HOBSBAWM, 2010, p. 22).

I

A 12 de fevereiro de 1915, depois do recesso, o Superior Tribunal do Estado da Bahia, voltava às atividades. A ocasião reunira o governador do Estado, J. J. Seabra e Major Henrique de Farias, além de outras autoridades, como o chefe de polícia, juízes e secretários do Estado. O conselheiro Braulio Xavier, presidente do tribunal, como de costume, abriu a seção. Em seu discurso ocupou-se em tratar dos chamados menores delinquentes, “levantando um verdadeiro brado em favor desses desgraçadinhos” – nas palavras de um articulista do *A Notícia* –, “ao mesmo tempo em que protestou contra a insalubridade da casa de correção” (*A NOTÍCIA*, 13/02/1915). O conselheiro falava dos menores abandonados e da inexistência de um estabelecimento disciplinar, agrícola ou industrial, na Bahia para que, nos termos do Código Penal, os internasse, e criticava a situação desses jovens dentro da mórbida e horripilante unidade prisional: “Sua pena será a do extermínio absoluto, sua morte, mais ou menos lenta, conforme o gráo da propria resistencia ás infecções a que vae logo submettido pelo calabouço infecto, imundo, subterraneo” – alertava o presidente do Supremo Tribunal –

que mais se assemelha ás catacumbas, destinadas (...) ao supplicio do extermínio dos christãos, do que a uma prisão que uma sociedade moderna e tambem christian possa destinar aos que, (...) pela perversidade ou fraqueza, tenham se tornados perigosos (*A NOTÍCIA*, 13/02/1915).

Por sinal, Andréa Rodrigues aponta vários casos de menores que, mantidos nas mesmas celas com quaisquer tipos de criminosos adultos, eram espancados nesse estabelecimento policial, refletindo que “a prática nem sempre esteve de acordo com o discurso disciplinador e reformista das elites” (RODRIGUES, 1998, p. 24). Mas é preciso saber: quem são esses menores, por que iam presos, qual o cenário em que viviam? Na verdade, havia uma mescla, de menores abandonados ou fujões, famintos, da mais tenra idade, pedindo esmola aos mais espertos que apedrejavam, mentiam, enfrentavam a polícia, furtavam; ou mesmo aqueles que estavam praticando atos que eram de costume dos seus meios ou mesmo que faziam parte de suas aspirações infantis, mas eram vistos como crime ou vadiagem perante à lei, como jogar capoeira, ou visto como vagabundagem por parte da sociedade como jogar bola, tomar banho de mar ou empinar pipa. Não havia uma separação por grupo. Muitos menores poderiam fazer algumas coisas que citei ou todas elas. Muitos, aliás, estavam no trabalho informal, vendendo bala, bilhetes de loteria jornais etc.

Se é verdade que eram “pequenos entregues ao jogo, especialmente ao denominado de a *batedora* uns já amestrados em trapanças, outros avezados ao fumo e às bebidas e todos na ignorancia completa do alfabeto”, como apontou um articulista do *Revista do Brasil* (15/11/1909); ou mesmo “menores gatunos”, “pequenos que, sem ocupações, permanecem (...) a furtar e roubar durante o dia inteiro” (A MANHÃ, 21/07/1920); eram também, com efeito, um bando de “famintos e maltrapilhos, [que] vagam dia e noite pelos principaes districtos dessa capital” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06/11/1912), nas palavras do major Cosme de Farias, escritas em 1912. Oito anos depois, lê-se no *A Manhã* (09/06/1920): “temos na Bahia uma enorme quantidade de crianças, verdadeiramente, entregues ao mais absoluto abandono e na pratica dos roubos e dos furtos de todas as especies”. O garoto que brincava alegremente era o mesmo que furtava como muita astúcia, no dizer de Marco Antônio Santos, que anota a “presença de garotas, ora mendigando pelas calçadas ou furtando pequenos estabelecimentos, ora prostituindo-se para obter o difícil sustento” (SANTOS, 1999, p. 206). Ademais, o fato é que essas crianças sofriam todas as espécies de violência, vindo de vários lados, como escreveu Adriana Albert Dias em *A Malandragem da Mandiga*, indicando que os menores “eram vítimas frequentes de outros moleques mais fortes, de indivíduos comuns, desordeiros, policiais, etc” (DIAS, 1994, p. 13).

No entanto, para se entender por que eram ou deveriam ser presos, seja os “15 menores apontados como autores do furto de cacau em um trapiche do Pilar” (A HORA, 14/01/1919), ou menores jogando bola pelas ruas (A HORA, 12/02/1919), ou mesmo porque “sobre as vagas

do bravio do oceano, nadavam os menores Anizio da Silva Bacohy e Eufrazio Santos” (A HORA, 14/10/1915), é preciso compreender que na sociedade Pós-Abolição as classes mais privilegiadas eram obcecadas pelo combate ao que se chamava de vadiagem, ociosidade, vagabundagem etc, porque tudo isso seria um passo para o furto. Os pobres e pretos já eram vistos como criminosos em potencial, por causa da sua condição enquanto raça ou classe social, e o trabalho era posto como a grande ferramenta educadora e civilizadora. Sem o trabalho formal o pobre era um perigo para sociedade. A ociosidade deveria ser combatida, “não só porque negando-se ao trabalho o indivíduo deixa de pagar sua dívida para com a sociedade, mas também porque o ocioso é um pervertido, um viciado que é representa uma ameaça à moral e aos bons costumes” – nos esclarece em *Trabalho Lar e Botequim*, Sidney Chalhoub –, “sendo assim, a ociosidade é estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual (CHALHOUB, 2008, p. 43).

De mais a mais, esmagadoramente as reclamações sobre a falta de assistência aos menores abandonados eram acompanhadas pelo lamento e indignação de que essas crianças não estavam trabalhando, ou no mínimo aprendendo um ofício. Quando o major Cosme de Farias protestara sobre os menores famintos nas ruas da cidade, ele também alertara que a “Bahia carece ter, com máxima urgencia, uma Escola Correccional, onde os pequenos tornem-se homens de bem, por meio da instrução do Trabalho” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06/11/1912). Mas o trabalho informal, de vender alguns produtos pelas ruas e bondes era aceito? Nem sempre era bem visto. Na verdade, em fevereiro de 1913, o *Gazeta de Noticias* estava chamando a atenção do chefe de polícia, Álvaro Cova, para acabar com os menores vendedores de balas e bilhetes de loteria incomodando os passageiros dos bondes; menores estes que “ficariam muito bem internados em um estabelecimento disciplinar”, dizia o articulista, destacando a criação da Guarda Civil, modelo de asseio, para corrigir e disciplinar “menores que dos jornaes, dos bilhetes e das balas passam sempre ao furto, a libertinagem e ao capoeirismo desefreado e criminoso” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17/02/1913).

Mas há mais: se, em 1913, o *Gazeta de Notícias* solicitava o fim dos menores vendendo balas e jornais nos bondes, porque estavam incomodando os passageiros, e porque daquele trabalho informal eles passariam ao furto e à capoeira criminosa, um ano antes este mesmo veículo de comunicação anunciava que “os menores Manoel dos Reis e João Benecdito, vendedores de queimados, foram presos hontem, á noite, na Praça Castro Alves, por estarem jogando capoeira” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06/11/1912). Para se ter uma ideia, quando, em

janeiro de 1913 houve um misterioso roubo de joias na Casa Ferraz, na rua Chile (cujo dono era Plínio Ferreira do Couto Ferraz, conceituado negociante) e a polícia ainda não tinha pistas, pois a abertura feita no assoalho do primeiro andar do prédio era bem pequena e estreita; media mais ou menos vinte centímetros, e só uma criança ou um adulto bem magrelo poderiam passar (GAZETAS DE NOTÍCIAS, 28/01/1913). O delegado Castro Lima logo mandou prender os menores João Archanjo de Oliveira, Justino de Oliveira e Pedro Bispo de Lima, alegando que queria fazer umas “indagações”. Fora necessário que o supracitado major Cosme de Farias solicitasse ao juiz da primeira vara criminal o *habeas-corpus* dos jovens. Dizia o requerimento “que nenhuma pessoa, em face da legislação em vigor, pode ser presa para prestar esclarecimento a policia, constituindo, a prisão dos ditos menores um abuso, tanto mais quanto já são decorridos 5 dias” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 31/01/1913). Os “verdadeiros culpados” (Ibidem, 08/03/1913 – 11/03/1913) seriam encontrados alguns meses depois. Ao examinar o estado de São Paulo, Boris Fausto percebeu que as prisões arbitrárias e contravencionais, ou as efetuadas para se fazer indagações, ou mesmo as sem nenhum motivo concreto “revelam uma estrita preocupação com a ordem pública, aparentemente ameaçada por infratores das normas do trabalho, do bem viver, ou simplesmente pela indefinida figura dos ‘suspeitos’ (FAUSTO, 1984, p. 33). O historiador ainda reflete que o combate à desordem e à vadiagem prevista no Código de 1890 tinha um caráter de criminalizar certos comportamentos e reprimir uma camada social específica (Ibidem, p. 35).

Há uma matéria muito interessante do jornal *Cidade do Salvador*, de 1898, que nos ajudar a entender um pouco mais o cotidiano de alguns menores nas ruas. Trata-se de uma reclamação contra a brincadeira com arraias nas ruas da cidade. É importante notar, além da menção ao trabalho feita pelo articulista, da diversão social envolvendo menores e alguns adultos, as crianças que passam fascinadas com as arraias no ar, ao ponto de deixarem e esquecerem os seus afazes. Talvez isto nos instigue muito a saber mais sobre o cotidiano desses jovens, inclusive dentro de casa, sua relação com a família, etc. É como se elas nunca tivessem visto e vivenciado nada igual:

Por mais preocupado ou distraído que esteja o transeunte, ha de fatalmente despertar do aparente lethargo em que se achar so pela descommunal gritaria ou infernal barreira produzida por esses ociosos, que no furor de destruírem os artefactos dos adversários lançam mão de todos os meios de que dispõem para tal fim. Cada grupo capitaneado por um ou dous adultos, cujo a robustez para o trabalho braçal é ali desperdiçada, dispõe-se ao combate, e então principiam as scenas de pugilatos, de pedradas vibradas ao som de nomes obscenos, telhas arrancadas ou quebradas e por fim apparecem duas arraias embaraçadas e que despedaçaram pelo proposital cruzamento, e ao som do mais pornographico

vocabulário e aplausos do partido vencedor. (...) Todos os meninos que passam em tais ocasiões, encantados ou tentados por tão *inocente* passatempo não prosseguem mais o seu caminho, e até esquecem-se das ordens ou mandados que foram encarregados, porque tais menores embevecidos pelo suspirado quadrilongo de papel em suspensão, só imaginam a posse dele, que nos ares altea vistoso e brilhante (CIDADE DO SALVADOR, 05/10/1898).

II

Até onde os menores eram um problema social? Na verdade, não estariam mais para vítimas desses problemas? Primeiramente, é verdade, durante a República as crianças, isto é, os chamados menores, foram, talvez como nunca antes, apresentadas como uma ameaça, um perigo tanto presente quanto futuro; porém ousou dizer que, por outro lado, nos próprios discursos encontrados e selecionados, observo a associação da falta de escola e, é claro, da falta de trabalho a um instrumento que empurrava o jovem para o vício, vadiagem e para criminalidade, doravante. O fato de ter havido crianças que viviam “roubando tudo que lhes está ao alcance das mãos”, e que cresciam “analfabetas e estupidas, porém muitos habeis no crime e na podridão dos vícios” era “culpa do governo que cooperou para esse resultado” – escreve com evidente indignação um articulista do *A Manhã*, em 09/06/1920 – “pois foi elle quem o quiz, uma vez não criando uma escola, uma colonia especial, onde internasse todos os menores delinquentes e vagabundos”. O chefe de polícia Antônio Barbosa de Souza ao relatar, em 1895, sobre “a malta de menores vadios e peraltas (...) que entrega-se á pratica de todos os vícios, atira pedra, incommoda os transeuntes e promove desordens de todas as especies”, sabia que era “indispensavel a instituição de uma colonia agricola onde não só aprendam elles a trabalhar, como recebam uma educação regular” (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE POLÍCIA, 07/04/1895, p. 5). Só assim deixaria de ser um criminoso, e se tornaria um cidadão de família, necessário à pátria. Em uma reflexão, em 1915, um articulista do *A Notícia* diz:

Pobres meninos vagabundos que, á falta de officinas e escolas onde aproveitem o tempo, vivem entregues a toda sorte de vícios. Não ha praça, não ha rua, por menor que seja, onde se não notem grupos de menores de vagabundos, o dia inteiro á solta, porque não têm trabalho nem protecção. No mais triste convívio, nos meios onde proliferam os vícios, vão crescendo esses infelizes para a vida de amanhã, sem, ao menos, a instrucção rudimentar do A B C, ou sem conhecer o manejo de um instrumento qualquer que lhes ensine o trabalho laborioso das tendas e officinas. (...) São vagabundos que se vão cremado para os vícios e para os crimes (A NOTÍCIA, 07/10/1915).

Logo após o discurso de Bráulio Xavier no Superior Tribunal do Estado, outros pronunciamentos e pontos de vista surgiram para colaborar com a discussão. No ano de 1915, o *A Notícia* fora palco e veículo de propagação desse debate. Muitas autoridades deixam suas

impressões. Em uma série de artigos publicados neste jornal, que mais tarde, em 1924, farão parte da sua trilogia *Os Systemas Penitenciarios do Brasil*, Lemos Britto grande defensor de uma reforma no sistema carcerário e no Código Penal que melhorasse a situação dos menores, dizia que estes, de acordo com a psicologia, “não têm, mesmo quando normaes, um funcionamento perfeito das valvulas destinadas a manter o equilíbrio das paixões e impulsos naturaes”, e perguntava: “applicar a estes [menores] as mesmas penas que visam os homens feitos não será um absurdo?” (A NOTÍCIA, 03/03/1915), refletindo, sempre a partir de uma ideia de civilização, diz que o menor é um “ser” em formação e que precisa de amparo. Britto desassocia radicalmente a mentalidade – que resultará nas ações – infantil da adulta. O parlamentar dizia que a sociedade poderia ver o adulto como um delinquente, pois ele já tinha o conhecimento das leis, as faculdades intelectuais desenvolvidas, experiência da vida, maior facilidade de domínio sobre as paixões, exceto em alguns casos de doenças que afetavam os cérebros, e os menores não tinham esses elementos humanos a seu favor. Certamente por ter a noção de que eram os menores as grandes vítimas das mazelas sociais do Brasil e, especificamente no caso em questão, da Bahia, propunha uma reforma no código penal, quanto à punição dos menores, e a criação de um tribunal para menores com caráter bastante humanista, sensível e paternalista. Alguns pontos da proposta:

- A. Considerar os menores até 14 anos irresponsáveis.
- B. Dos 14 aos 18 empregar medidas educativas, visando sempre salvar o menor delinquente, jamais punir.
- C. Para os menores de 18 a 21 annos, determinar que o juiz tenha sempre em vista o móvel do crime, e tanto aqui como no que refere aos menores de 14 a 18 annos, levar em consideração o desenvolvimento intellectual do acusado, alem de seus precedentes domesticos e dos daquelles que o formaram e em cujo meio vivia.
- D. Admitir para os menores a pena de liberdade fiscalisada, restricta pelo Estado de acordo com a gravidade do caso e o carater do acusado
- E. Retirar do jury o julgamento dos menores, dando-os a juízes ou tribuanes especiaes (A NOTÍCIA, 06/03/1915).

Professor da Escola de Direito, Lemos Britto demonstrava ser um sujeito por dentro do assunto do Direito Penal, da criminologia. Estava sempre mencionando encontros e congressos que aconteciam pelos Estados Unidos e Europa, assim como as reformas no sistema penitenciário que, de acordo como o deputado, vinham ocorrendo em outros países; bem como citava uma série de criminologistas, juízes, filósofos entre outras figuras, como Dostoievsky, Hugo Conti, Du Mesnil, Rene Garraud, Enrico Ferri, Franz von Liszt, muitos desses conhecidos na política criminal. Britto estava sempre combatendo a ideia de punir. Educação, trabalho e amparo eram o caminho. É interessante reparar, como já disse, o caráter paternalista imaginado

e planejado por Britto em um possível tribunal para menores. O juiz seria um magistrado especializado. Um juiz-pai:

Esses juizes têm a missão espinhosa e difficilima de se tornarem familiares com esse mundo mysterioso e quiçá imenetavel que é a alma infantil. Será um juiz calmo, amavel, dedicado ao seu sarcedocio. Juiz-pae, eis a expressão que melhor o deveria caracterizar (A NOTÍCIA, 10/03/1915).

Mas há mais: os bandos “de menores famintos e maltrapilhos” mencionados por Cosme de Farias são os mesmo que “desamparados (...) estão em demanda no lodaçal do crime, palmilhando a estrada do vicio”, e ainda são esses que “precisam ter um abraço protector que os ampare, enquanto é cedo, apontando-lhes o caminho da honra e do dever” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06/11/1912). Merece ainda um pouco de atenção a relação que o Major Cosme de Farias faz de menores faminto indo para criminalidade; faz-nos lembrar de alguns estudos que mostram como a fome a carestia em Salvador durante o século XIX e início do XX impactou no cotidiano da população (FRAGA FILHO, 1996, p. 13-14) e como esta reagiu de diversas formas, de mobilizações sociais e políticas até a pedir esmola e furtar produtos de primeira necessidade. Não foi Walter Fraga Filho (1996, p. 43-44), que nos mostrou que por vezes as pessoas só tinham duas opções: esmolar ou furtar? O mesmo jornal que vinha com a matéria intitulada *A Carestia da Vida. A população da Bahia está quasi ás portas da fome* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 03/03/1913), reclamando o custo dos cereais e da carne, era o mesmo que intitula a matéria de *Que fome! Pão p’ra burro* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 09/01/1914), ou *Um trabalho para satisfazer o estômago* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 04/09/1913), anunciando roubo de pães, biscoitos, carnes seca, frutas etc. “Desde menino que roubo e estreei numa venda furtando bolachas por não encontrar dinheiro” (A NOTÍCIA, 14/10/1914), contou um jovem, ex-aprendiz de marinho preso. Esses elementos históricos contribuem para a problemática: eram os menores o grande problema, ou vítimas deste?

Em segundo lugar, quando passavam a cometer crime contra a propriedade ou contra a vida, o quanto o faziam? Certamente nunca saberemos. Ainda no embalo da discussão levantada por Bráulio Xavier, o diretor da Penitenciária do Estado, F. P. Castro Lima alegava que, embora a casa de correção para menores criminosos fosse uma necessidade, “o numero de menores condemnados é muito pequeno entre nós, conforme se verifica da Estatistica Criminal, pela primeira vez, levantada no anno passado [1914] na nossa Penitenciaria” (A NOTÍCIA, 23/02/1915). De acordo com ele, em 1913 havia na penitenciaria 222 homens criminosos, cujo apenas seis eram menores de 14 a 17 anos – todos presos por homicídio; e dezoito rapazes entre 17 a 21 anos – metade por homicídio, dois por homicídios e roubo, quatro apenas por roubo, e

três por ferimentos graves e leves. No ano seguinte entraria na unidade prisional mais nove menores, contra sessenta e seis adultos. É preciso estar atento para o fato de que esses números pertencerem somente à Penitenciária do Estado, não a outros estabelecimentos policiais.

Contudo, esta breve estatística de menores na penitenciária dialoga muito com o número de menores presos em São Paulo, onde, em 1904 e 1906, 40% das prisões de menores foram motivadas por “desordens”, 20% por “vadiagem”, 17% por embriaguez e 16% por furto ou roubo. Numa rápida comparação, 93,1% dos homicídios foram cometidos por adultos, e somente 6,9% por menores, o que mostra a diversidade do tipo de atividades ilegais entre ambas as faixas etárias. As estatísticas mostram que os menores eram responsáveis neste período por 22% das desordens, 22% das vadiagens, 26% da “gatunagem”, 27% dos furtos e roubos, 20% dos defloramentos e 15% dos ferimentos (SANTOS, 1999, p. 202). Estou com Marco Antônio Cabral, quando o historiador, além de nos trazer estes dados, afirma que estes índices apontam uma menor agressividade nos crimes cometidos por menores, cujos maiores instrumentos de ação nas ruas eram a astúcia, a lábia, esperteza, práticas de golpes etc.

Nas pesquisas feitas e fontes selecionadas, pude encontrar, pelo menos nos jornais e periódicos, esmagadoramente mais matérias como a de 1904, do *Correio do Brasil* chamando a atenção do subcomissário do distrito da rua do Paço, a fim de que fosse “posto um paradeiro e dado um destino qualquer a malta de menores vagabundos que se reúne todas as tardes e noites no adre do convento do Carmo, no Largo do mesmo (...) trazendo em continuo sobressalto as numerosas famílias que ahi habitam”, o jornal dizia que “ultimamente estes pequenos garotos e futuros bandidos talvez, entretém-se em lançar bombas de chloral” (CORREIO DO BRASIL, 25/04/1904); ou mesmo reclamações alegando que “vários menores desocupados, transformaram o Largo de São Francisco, num verdadeiro campo de foot ball”; do que matérias como a do *A Capital*, de 04/12/1926, intitulada *Uma quadrilha de gatunos, composta por menores*, onde indignavam-se do “grande numero de gatunos menores” existente na cidade, e anunciando que a polícia havia prendido uma “quadrilha composta por quatro menores, que era chefiada por um gatuno reincidente, conhecido pela alcunha de Leão”, que viviam cometendo vários furtos pelas ruas (A CAPITAL, 21/10/1916). Não foi fácil encontrar fontes com o mesmo teor desta: “Os gatunos precoces”, narrando que “o menor Anisio de Araujo, de 10 annos de idade, foi preso (...) no districto de Sant’Anna, por ter furtado em casa do engenheiro Moreira, a ladeira da Prata, um alfinete de ouro com brilhantes” (A NOTÍCIA, 10/09/1915) – onde especifica-se o nome, a idade e a ação do menor.

O maior crime cometido pelos menores era, com efeito, o que se chamava de vadiagem. As ruas da cidade repletas de trabalhadores informais e pedintes era o local de várias prisões de pessoas tachadas de vagabundas e desocupadas. Os menores eram grandes vítimas dessas prisões arbitrárias. A ideia seria combater tudo o que fosse incompatível com a lógica do progresso, civilidade e do trabalho, através da repressão e controle social – e eu continuo citando Marco Antônio Santos –, “sobretudo a vadiagem tornara-se alvo deste combate, pois representava a antítese daquela sociedade calcada na produção capitalista” (SANTOS, 1999, p. 202).

Mas há mais: é a História um mar de questões. Destarte, ainda podemos perguntar se os mecanismos mais utilizados para combater a rebeldia infantil eram eficazes. Resolviam o problema da vagabundagem, da vadiagem e dos furtos? As autoridades tiveram êxito em suas medidas que visavam o controle social? No entanto, como observou Eric Hobsbawm, as respostas às perguntas históricas nunca são simples ou fáceis de serem dadas. Primeiramente, parece que não havia na Bahia um concreto estabelecimento disciplinar para acolher esses menores que a polícia recolhia, durante o recorte temporal que delimita este trabalho. Ficavam em postos policiais, na casa de correção misturados com todos os tipos de presos, juntamente com mulheres e os chamados loucos. Havia algumas poucas instituições privadas de caridades e assistencial que acolhiam crianças abandonadas, que, às vezes, o governo auxiliava; as escolas públicas que funcionavam precariamente eram poucas, e já foi dito acima que mecanismos impediam o acesso de crianças negras e pobres. “Merecem louvores, pois, os dignos obreiros salesianos na Bahia pelo muito que têm agido em bem da infância desamparada e da sociedade, mantendo uma média de 70 orfãos, cada ano”, elogiava o periódico *Revista do Brasil* (15/11/1909) o Liceu Salesiano da Bahia, instituição de ensino profissional, cujo apenas uma parcela ínfima de cerca de 125 aprendizes pagavam pensão em 1909. No relatório da Secretaria de Polícia, de 1893, o chefe de polícia Augusto Gomes da Silva se queixava da dificuldade de encontrar um local para os menores desvalidos, alegando que o Arsenal da Marinha só os recebe sob certas condições, “relativas a idade, côr e robustez física”; e dissera o quanto seria “urgente a criação de colônias militares e orphanológicas” (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE POLÍCIA, 1893, p. 4).

Rocha Rodrigues diz que muitas vezes a solução dada para o problema do menor nas ruas foi o seu envio à Escola de Aprendizes de Marinheiros e à Casa de Correção. Tratando-se da Escola de Aprendiz de Marinheiro, instituição militar de caráter disciplinar e rígido, onde, através de certo processo seletivo, recebiam jovens órfãos abandonados, que eram

encaminhados pelo poder público, ou filhos rebeldes e ociosos que os pais os mandavam na esperança de se tornar um trabalhador, ou mesmos os filhos que a família não tinha condições financeiras de criar, Raul Barreto Neto (2009), em *Marujos De Primeira Viagem*, já mostrou como muitos dos aprendizes, quando não abusavam do tempo de folga permitido, fugiam da Escola e iam para as ruas da cidade, e eram vistos embriagados, com navalhas em tumultos e distúrbios.

A Casa de Correção era um problema sério. Menores eram presos com presos adultos, condenados por todos outros tipos de crime. Na verdade, já fora encontrada nessa instituição policial, crianças, mulheres gestantes, indivíduos chamados de loucos, estes últimos com sinais de agressões físicas (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/09/1912). Como apontei no início dos textos, os casos de menores espancados lá dentro eram constantes. Mesmo havendo muitos discursos como o de Lemos Britto, que dizia que internar os menores nas unidades prisionais com outros criminosos seria “attentar contra todos os principios hoje vitoriosos da sciencia que estuda o delicto e a pena”, essa prática perdurou até mesmo após a criação do Código de Menores, em 1927. Pelo Código Penal de 1890, criado após a queda do Império, crianças podiam ser levadas aos tribunais a partir dos 9 anos da mesma forma que os criminosos adultos. Em 1922, uma reforma do Código Penal elevou a maioridade de 9 para 14 anos. Com o Código de Menores de 1927, chegou-se aos 18 e a prisão de crianças e adolescentes ficou proibida. A Casa de Correção, diz Britto,

É, por sua vez, uma cousa tão hedionda, uma monstruosidade tal, que nos envergonha e deprime no concerto das províncias brasileiras. Nos humbraes daquelle antro bem que se poderia gravar em letras rubras o titulo daquela obra genial que Dostoievsky escreveu sobre as torturas dos desterrados nas prisões da Sibéria: – CASA DOS MORTOS! [...].

A reincidência é uma prova. Não eram raros casos como o de “Ellias Cohen gatuno perigoso com diversas entrada na Casa de Detenção” (A NOTÍCIA, 22/10/1915), ou de Jacintho Nascimento, que de tanto furtar, fugir e enganar a polícia, mereceu um breve histórico de sua vida fora da lei, no *Gazeta de Notícias*, em 05 de fevereiro de 1913; ou de indivíduos como os conhecidos como Fantoche e Perna Inchada que, de acordo com esse mesmo jornal, num depoimento dado pelo primeiro ao chefe de polícia, saíram de Salvador e foram cometendo furtos e outros delitos por outras cidades e estados do Brasil, sendo presos várias vezes, em diversos locais; e do conhecido pela alcunha de Camarão que, segundo o *A Notícia* (12/09/1914), “depois de denunciado é preso pela 5 vez furtando”. Embora, é verdade, nenhum

desses citados sejam menores, esses casos nos fazem refletir um pouco mais sobre as questões das prisões no período estudado.

Mais ainda: apesar de seu enfoque ser o estado de São Paulo, Esmeralda Moura nos mostra que, durante as primeiras décadas republicanas, nas fabricas e oficinas, mesmo com toda rigidez, inclusive castigos físicos sobre as crianças – talvez por aspirações infantis – muitas vezes elas fugiam do ritmo violento do trabalho, brincando. A resistência surgia em forma de brincadeiras, teimosia, malcriação. A historiadora reflete que no Instituto Disciplinar, órgão criado em 1902 que visava, por meio do trabalho, a regeneração de crianças e adolescentes infratores, as fugas e as tentativas de fuga dos menores,

individualmente ou não, bem como a reincidência criminal evidenciam que o cotidiano nesse estabelecimento correccional estava longe de aplacar a rebeldia e de promover a tão decantada reabilitação da infância e da adolescência por meio do trabalho (MOURA, 1999, p. 262).

Conclusão

Há ainda muito o que ser pesquisado, estudado, problematizado, questionado e dito. Quando, em meio aos documentos selecionados, encontro uma fonte mostrando que, em junho de 1913, foi preso “Mauricio Romão da Cunha acusado de ter deflorado uma menor de 12 anos de idade” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02/06/1913), ou que a menor Clara Maria da Conceição, “de cor preta e natural do Rio Grande do Sul” e que tinha 14 anos de idade, “se achava atacada de lepra e estava ao abandono ao ‘Mercado Modelo’ (A NOTÍCIA, 27/09/1915), onde acabou sendo recolhida ao Hospital dos Lazarentos, logo surge em mim a aspiração de dar mais atenção As Menores durante Primeira República. No mais, o que tentei neste artigo, e não sei se tive êxito, foi saber quem eram os menores chamados de delinquentes, vadios, vagabundos, gatunos... O que eles faziam para ser chamados assim. Já aprendemos com Boris Fausto que realmente havia uma política de controle social, e um retrato disso eram as prisões arbitrárias “amparadas” no Código Penal. Essas atividades policiais iam além de eventuais prisões de criminosos; a imprensa solicitava a presença policial para meninos jogando bola, empinando pipa, tomando banho de mar e até mesmo no trabalho informal de vender balas, jornais etc. Era um perigo o menor fora da escola ou de uma oficina de trabalho. Mas como vimos no decorrer do texto, as classes governantes não proporcionavam nada disso. Entretanto, embora as tentativas de controle, tanto enviando os menores à casa de correção, escola de aprendiz de marinheiros quanto à oficinas de trabalho, no caso das outras regiões do Brasil, não contiveram os ânimos e aspirações infantis. Fugas, desobediências, brincadeiras e reincidências comprovam.

Contudo, o fato é que as crianças foram à cadeia, junto com adultos, durante todo o período que delimita este trabalho. A década de 1920 presenciara muitas discursões e debates em torno da questão do menor. Só em 1927, o presidente Washington Luiz assinara a lei que ficara conhecida como Código de Menores. “Foi o Código de Menores que estabeleceu que o jovem é penalmente inimputável até os 17 anos e que somente a partir dos 18 responde por seus crimes e pode ser condenado à prisão” (WESTIN, 2015). Mas isso não é tudo. É verdade que mesmo após a lei, encontramos menores presos com adultos em casa de correção. Mais ainda, durante o ano de 1926 encontra-se também “uma lei que proíbe a publicação dos nomes dos menores delinquentes, por parte da imprensa”; o jornal *A Capital* alertou que “essa lei é, no entanto, violada diariamente nas columnas do ‘Diario’ que publica os nomes dos menores presos e dos que estão respondendo a processo criminal” (A CAPITAL, 12/11/1926). Só para se ter uma ideia do quanto o menor foi uma problemática nos meios parlamentares e na imprensa durante a Primeira República. E ainda o é hoje.

FONTES:

Local: Biblioteca Nacional Digital - Hemeroteca Digital. Disponível em:
<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em: 15/05/2018:

Jornais:

A Capital (BA) 1920 a 1926.

A Hora (BA) 1919.

A Justiça (BA) 1909 a 1920.

A Manhã (BA) 1920.

A Notícia (BA) 1912 a 1914.

Correio Comercial (BA).

Correio do Brazil: Orgão Democrata (BA) - 1903 a 1905.

Cidade do Salvador (BA) 1897 a 1899.

Diário de Notícias (BA) 1906.

Gazeta de Notícias (BA) 1912 a 1914.

Pequeno Jornal (BA) 1890 a 1893.

Periódicos:

Gazeta de Medica da Bahia (BA) 1867 a 1905.

Revista do Brasil (BA) 1909.

Leituras Religiosas (BA) 1889 a 1906.

Relatórios:

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA) -1892 a 1930 –

Mensagem e Relatório A Assembleia Geral Legislativa, **Relatório do Regimento Policial**, 1893.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA) -1892 a 1930 – Mensagem e Relatório. A Assembleia Geral Legislativa, **Relatório da Secretaria de Polícia**, 07/04/1895. Biblioteca Nacional Digital, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720887x&pasta=ano%20189>, acesso em 16/06/2019.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA) -1892 a 1930 – Mensagem e Relatório A Assembleia Geral Legislativa, **Relatório da Secretaria de Polícia**, 1893.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA) -1892 a 1930 – Mensagem e Relatório. A Assembleia Geral Legislativa, **Relatório da Secretaria de Polícia**, 1893. Biblioteca Nacional Digital, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720887x&pasta=ano%20189>, acesso em 16/06/2019.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, R. Wlamyra de. **O jogo da Dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. ed. 90, Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 21.

ASSIS, Nancy Rita Sé de. **Questões De Vida e Morte Na Bahia Republicana: Valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**, Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

DIAS, Adriana Albert. **A Malandragem Da Mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha**, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

EUGÊNIO, Alisson. Pobreza e problemas sociais no interior do Brasil da Primeira República: o caso de Alfenas-MG, **Revista de História Regional**, v. 22(1), 34-52, 2017.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

- FERNANDES, Florestan. **A Integração dos Negros na Sociedade de Classes**: 4.ed. São Paulo: O Globo, 2008.
- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2, 1994, p. 35.
- HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. São Paulo, Paz e Terra, 2010.
- MATA, Iacy Maia. **Os Treze De Maio**: Ex Senhores, Policia E Libertos Na Bahia Pós-Abolição (1888-1889), Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- MATTOS, Wilson Roberto. **Negros Contra a Ordem. Astúcias, Resistências e Liberdades Possíveis (Salvador-Ba 1850-1888)**. Salvador: EDUNEB; EDUFBA, 2008.
- MOURA BOLSONARO, Esmeralda Blanco. Crianças Operárias na Recém-Industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das Crianças no Brasil**, São Paulo, Contexto, 1999.
- NASCIMENTO LEITE, Rinaldo Cesar. **A Bahia Civiliza-se....**: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador. 1912 - 1916. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da monarquia ao Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.
- NETO, Raul Coelho Barros. **Marujos De Primeira Viagem**: Os Aprendizes-Marinheiros Da Bahia (1910-1945). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.
- OLIVEIRA, J. P. **Pelas Ruas da Bahia**: Criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- RODRIGUES, Andréa. Rocha. **A Infância Esquecida**. Salvador 1900 – 1940. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.
- RUDÉ, George. **A Multidão Na História**: um estudo sobre os movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.
- THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- THOMPSON, Edward, P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Marco Antônio. Crianças e Criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das Crianças no Brasil**, São Paulo, Contexto, 1999.
- SILVA, Aldo Josivaldo. M. **Instituto Geográfico E Histórico, Da Bahia**: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Travessias e Tramas**: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição – Bahia (1888-1930). Salvador: EDUNEB, 2016.

SANTOS, Myrían. Sepúlveda. **A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana**, TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun, p. 138-169, 2004.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luiz Antônio F. **A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República**. Revista Justiça e História – Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do

Rio Grande do Sul, v. 3, n. 6, 2003. SOUZA SILVA, Osnan de. Da Fuga Ao Furto: um estudo sobre a gatunagem em Salvador Pós-Abolição (1889-1920). **Revista Outrora**, Rio de Janeiro, Vol. 1, N. 2, p. 146-164, jul./dez. 2018

Westin, Roberto. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920**, disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>>, acesso em 17 Mar. 2018.

O Batismo: suas origens na Idade Média e seus usos e significados para os escravos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, Maranhão (1804-1806)

Tayná Silva Cuba¹, UFMA

Resumo

O presente estudo trata do sacramento do Batismo, a importância que ele adquiriu desde a Idade Média e seus significados, quanto modo de inserção dos sujeitos escravizados em uma sociedade escravocrata-cristã. Nesse sentido, procurou-se observar as reminiscências do rito do período medieval que perpassaram diferentes recortes temporais, relacionando-o com os assentos de batismos do Livro de Registros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Vitória – Igreja Catedral (ano 1804 – 1806), em São Luís, na época capital da província do Maranhão.

Palavras-chave: Batismo; Idade Média; Escravidão.

Abstract

The present study is about the sacrament of Baptism, the importance it has acquired since the Middle Ages and its meanings as a way of inserting the enslaved subjects in a Christian-slave society. In this sense, we tried to observe the reminiscences of the rite of the medieval period that permeated different temporal clippings, relating it to the baptism seats of the Livro de Registros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Vitória – Igreja Catedral (year 1804 - 1806), in São Luís, at the time capital of the province of Maranhão.

Keywords: Baptism; Middle Ages; Slavery.

Introdução

Este trabalho discorre sobre o sacramento do Batismo, onde se pretende identificar a importância adquirida pelo rito no decurso da Idade Média, bem como seus usos e significados para os sujeitos escravizados em uma sociedade cristã, a partir de uma investigação bibliográfica e da análise dos assentos batismais do Livro de Registros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Vitória – Igreja Catedral (ano de 1804 – 1806), em São Luís, capital do Estado do Maranhão.

Foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico e uma pesquisa subsequente no Arquivo Público do Maranhão, feita com o aporte das leituras das bibliografias levantadas. As atividades realizadas no Arquivo Público do Maranhão consistiram em uma sondagem e transcrição dos documentos que atenderiam os objetivos da pesquisa, compreendendo o recorte temporal escolhido. O Livro de Registros de Batismos da Freguesia N. S. da Vitória – Igreja Catedral (ano: 1804 – 1806), número 110, pertencente ao Inventário

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal do Maranhão. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão – Campus Dom Delgado. E-mail: tayna.cuba@gmail.com.

de Códices do Arquivo da Arquidiocese do Maranhão foi o conjunto de registros que melhor se adequou aos objetivos da pesquisa. É importante ressaltar que, muitos escritos ou impressos que são disponibilizados aos consulentes nos arquivos públicos apresentam identificações dúbias, com datas-limite mal estabelecidas. É o que ocorre com o Livro de Registros analisado, que em seu conteúdo possui também assentos de batismos dos anos de 1790, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802 e 1803. É necessário ressaltar que este trabalho representa os resultados parciais de uma pesquisa ainda inacabada, pois pretende-se realizar o levantamento de todos os livros da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, corpus documental constituído de vinte e dois livros, para possibilitar a reconstituição da paróquia com seus habitantes livres e escravizados.

Os registros paroquiais de nascimento/batismo, casamento e óbito – elaborados e conservados pela Igreja ou pelo Registro Civil de Pessoas Naturais – são também chamados de *registros de eventos vitais* (cf. BASSANEZI, 2009, p. 143). Eles são o corpo de dados mais importantes e basilares para os estudos da dinâmica, bem como do estado das populações modernas da tradição cristã. O registro paroquial portava um caráter religioso, com força de um ato civil para cada indivíduo. Essa documentação já possui largo uso em pesquisas de História Demográfica e História das Famílias, contudo são pouco aproveitadas na História Social.

Segundo o historiador João Fragoso (cf. FRAGOSO, 2014, p. 22) esses registros são as únicas coleções massivas e reiterativas para o estudo de inúmeras conquistas do mundo ibero-americano, composta por populações católicas e temerosas a Deus. As paróquias e curatos eram donas de um conjunto de assentos que registravam a vida de seus integrantes de modo individualizado. Nesses registros são encontradas informações relativas aos paroquianos como nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título e etc.) entre outras. Nos registros referentes às cerimônias de batismos e casamentos ainda podemos verificar uma noção de hierarquia social vivida costumeiramente pelos fregueses da paróquia, assim como os pactos de aliança e clientela entre famílias.

Este artigo está dividido em oito partes, no qual no primeiro tópico procura-se identificar as origens e os significados do sacramento batismal; no segundo discorre-se o batismo infantil e os debates acerca do tema, bem como brevemente suas implicações aos batizados escravos no Maranhão do início do Oitocentos; no terceiro tópico discorre-se sobre o batismo de extrema necessidade e como era realizado; no quarto tópico discorre-se sobre o destino de crianças não-batizadas e os debates acerca do assunto; no quinto tópico discute-se sobre a importância do batismo de adultos e seus usos na Idade Média e reminiscências em uma sociedade escravocrata-cristã de fins do século XVIII e princípios do XIX; no sexto tópico discute-se

sobre a importância da figura dos padrinhos e daqueles que ministravam o sacramento; o sétimo tópico trata dos Registros de Batismos, o padrão que deveria ser observado e suas orientações acerca do sacramento batismal. Por fim, no último tópico, discorre-se sobre a recepção do batismo pelos sujeitos escravizados na capital do Estado do Maranhão, São Luís, buscando identificar os usos e significados do primeiro sacramento para esses agentes históricos.

Descobrimos as origens e o rito do Batismo

O homem medieval, em toda sua complexidade, não pode ser compreendido sem que se considere a oposição entre o bem e o mal, essencial no cristianismo na Idade Média e justificativa fundamental para a intervenção da Igreja como instância que salva o homem do pecado (cf. BASCHET, 2006, p. 374).

A doutrina do pecado original² criada por Santo Agostinho no decurso de sua disputa contra o monge irlandês Pelágio e seus discípulos³, presente em seu Tratado sobre os Méritos e Perdão dos Pecados e o Batismo de Crianças, reforça a importância da Igreja e valoriza com maior intensidade a necessidade indispensável do batismo. Segundo ele, o pecado original é transmitido a cada homem no momento de seu nascimento que, antes de ter cometido qualquer falta, já nasce pecador. O pecado original afeta de maneira profunda a vontade do indivíduo e torna suspeito o exercício de sua liberdade que o conduziria, na maior parte das vezes, para o caminho da danação. Desse modo, a teologia agostiniana insiste no rebaixamento da natureza humana, apresentando um homem incapaz de se salvar sozinho e que necessita do socorro insubstituível da Igreja por meio do sacramento purificador. O batismo não restabelece completamente ao homem a pureza de suas origens no Éden, mas o liberta do pecado original e atrai sobre ele a graça divina (cf. BASCHET, 2006, p. 376).

Os ritos são meios de ação positiva do homem, estabelecidos de acordo com regras validadas na autoridade reconhecida pela coletividade ou comunidade de fiéis, cujo objetivo é criar um relacionamento com o divino. A função dos ritos iniciativos é apresentar o neófito ao universo religioso.⁴

Segundo Santo Agostinho, o sacramento é um sinal visível da graça invisível de Deus instituída para a justificação dos nossos pecados. O sacramento significa para o crente o meio

² Segundo a doutrina, o pecado original é o resultado da desobediência de Adão e Eva, ao comerem do fruto proibido. Assim, o primeiro casal teria introduzido o pecado no mundo: “... Por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte” (Rm 5:1).

³ Pelágio e seus seguidores afirmam que o pecado original não maculou por completo a vontade do indivíduo e que todos podem encontrar em si mesmos forças para elevar-se até Deus.

⁴ Neófito (SM): 1(rel) O que está para receber ou recebeu batismo; 2(rel) o converso ou prosélito novo; 3(rel) o recém admitido ao sacerdócio, noviço. Disponível em: www.michaelis.uol.com.br. Acessado em: 15/07/2019.

pelo qual a santificação é realizada, conferindo graça e fortalecendo a fé. O sacramento também pode ser compreendido como um ritual simbólico, que se constrói através da união das palavras e das coisas. Trata-se do uso da materialidade para simbolizar a imaterialidade do divino.

O batismo, vocábulo cuja origem é grega e que significa o ato de imergir, submergir na água, já era um ritual presente nas seitas na época de Jesus. Para a cristandade, é através do batismo que o neófito renuncia às tentações do demônio e estabelece uma nova relação com Deus através da fé. O batismo portava condição expiatória, de remissão de pecados e fé.

Um dos sentidos do sacramento do batismo é a introdução do indivíduo à comunidade cristã. Pode-se considerar o rito uma iniciação e uma passagem, na medida em que o rito reforça a dimensão humana e o neófito se hominiza, passando a fazer parte da comunidade que está incorporada ao universo cristão. A Igreja compreende que o sacramento não só nos liberta do pecado, como também nos eleva à condição de filhos de Deus, não mais de somente criaturas. Contudo, destaca-se do ponto de vista doutrinário e dogmático que a cerimônia do batismo não deve ser confundida com práticas mágicas e não é tão somente um ritual exteriorista: todo o simbolismo externo deve ser apreendido pelo batizando e ressoar dentro de si. A fé é condição sem a qual o batismo não tem validade (cf. BERARDINO, 2002 apud CAMPOS e FRANCO, 2004, p. 22).

O catecumenato surge no século II com o objetivo de preparar os adultos para o recebimento do sacramento do batismo. Paulatinamente, observa-se o enfraquecimento dessa prática – do batismo de adultos – visto que é reforçada a doutrina do pecado original, iniciando-se as crianças cada vez mais cedo.

Orígenes, para justificar a administração precoce do batismo, assegurava que o sacramento limpava o pecado de nascença e o pecado associado ao parto. São Cipriano, por sua vez, afirmava que o batismo podia ser administrado até os oito dias de nascido o neófito.⁵ Contudo, foi Santo Agostinho que mais reforçou sua profusão, ao afirmar que sem o sacramento as crianças não teriam acesso à salvação e à vida eterna. Segundo Santo Agostinho:

Os bebês que abandonam o corpo [morrem] sem serem batizados estão envolvidos na mais leve condenação de todas. (...) Como consequência da desobediência da carne e a esta lei do pecado e da morte, quem é nascido da carne tem necessidade de regeneração espiritual – não apenas para alcançar o Reino de Deus, mas também para que ele possa ser libertado da condenação do pecado. Portanto, se por um lado os homens nascem na carne sujeitos ao

⁵ As Constituições Sinodais de Portugal do século XV, por exemplo, recomendavam que o batismo fosse administrado até os oito dias do nascimento do bebê, uma vez que Cristo teria sido circuncidado aos oito dias de vida.

pecado e a morte, por outro, nascem de novo no batismo associado à justiça e a vida eterna (HIPONENSIS, 2019, p. 118).

O Batismo Infantil

O batismo de crianças foi instituído com o sentido expresso de receberem a remissão do pecado original, já que a elas o pecado pessoal não é atribuído. Contudo, a administração do sacramento em crianças foi duramente criticada por muito tempo. A questão pelagiana, por exemplo, negava a existência do pecado original e afirmava que o batismo deveria ser administrado apenas em adultos. A exegese compreende o batismo como o sacramento purificador, que tem poder salvífico, e cuja necessidade de recebê-lo o mais rápido possível alcança a todos.⁶ Na América Portuguesa, o sacramento deveria alcançar todo adulto e toda criança, principalmente os cativos africanos visto que estes eram os que mais careciam de encaminhamento para a salvação da alma. Havia que se purgar seus “gentilismos” já que vinham de uma terra de pecadores. Toda criança escrava maior de sete anos (idade em que se acreditava possuir “algum juízo”) que manifestasse a vontade poderia receber o batismo. As crianças escravizadas menores de sete anos, não necessitavam da anuência dos pais para a realização do ritual e em casos especiais, como por exemplo, o perigo de morte e distante do templo, a urgência estabelecia que quaisquer pessoas pudessem fazê-lo, bastando ter a intenção (MAIA, 2013, p. 4).

Segundo Santo Agostinho, bispo de Hipona:

Agora, na medida em que as crianças não estão presas a quaisquer pecados de sua própria vida real, é a culpa do pecado original que é curado neles pela graça daqueles que os salvam pela pia da regeneração (HIPONENSIS, 2019, p.120).

A historiadora Francisca Pires de Almeida acredita que o batismo de crianças já era realizado no território que viria a ser Portugal no século VI, e, apesar de ser difícil precisar quando se deu a generalização da prática, é correto afirmar que no século VIII o batismo já era administrado no primeiro ano de vida do bebê. O ritual do batismo foi sendo moldado e sofrendo adaptações ao longo dos séculos, de maneira distinta de região para região. Assim, ainda segundo a historiadora, surgiram manuais litúrgicos em Portugal como o de Braga (1517), Coimbra (1518) e Évora (1528) que apesar de apresentarem características próprias, demonstraram continuidades frente a uma tradição que remonta ao século XII (cf. ALMEIDA, 2014, p. 6).

⁶ “Em verdade, em verdade, vos digo: Quem não renascer da água e do Espírito, não poderá entrar no Reino de Deus” (Jo 3:5).

No Brasil, temos as Constituições Primeiras, que regulavam e disciplinavam o rito do batismo, quando impunham uma série de cânones de caráter mais taxativo e com mais informações que suplementavam a liturgia e ofereciam auxílio aos sacerdotes nas questões práticas. A Igreja acredita que a prática do batismo infantil é bíblica. Existem registros na Bíblia de famílias inteiras que foram batizadas, o que nos faz concluir que não se excluíram as crianças. No Brasil Oitocentista, as Constituições Primeiras orientavam aos párocos a ensinarem os fiéis, sobretudo as parteiras, como administrar o batismo em caso de extrema necessidade, dado a importância do sacramento na vida do cristão. No caso de crianças escravas, filhas de pais *infiéis*, estas poderiam ser iniciadas, desde que, chegada à idade dos sete anos, estas fossem separadas dos pais para que não se desviassem da fé cristã (cf. CAMPOS e FRANCO, 2004, p. 32).

O Batismo de Extrema Necessidade

Para que todos, em quaisquer situações, tivessem acesso ao sacramento do batismo, foram desenvolvidas regras que solucionassem os problemas trazidos pelas situações de risco de vida. Para atender aos casos dos partos difíceis foi criado o batismo de extrema necessidade. Como o sacerdote por vezes se fazia ausente nestas situações, cabia às parteiras a realização do sacramento, já que eram elas que prestavam assistência às parturientes. Os bebês que se encontravam em situação de risco deviam ser batizados por meio da aspersão de água limpa, pois estava em risco sua salvação. Caso não fosse possível à criança sair do ventre da mãe, o batismo devia ser administrado ao primeiro membro que aparecesse. Havia a crença de que o sacramento possuía caráter curativo, portanto era comum a prática de que os pais não prolongassem muito o período de tempo entre o nascimento e a administração do batismo (cf. CAMPOS e FRANCO, 2004, p. 32).

De igual maneira, na ausência das parteiras, as normas cristãs permitiam que o batismo fosse administrado por qualquer um dos presentes, incluso hereges, desde que fosse do seu conhecimento a fórmula batismal: *Eu te baptizo em nome do padre e do filho e do spirito sancto. Amen.* Caso a criança apresentasse melhoras em seu estado de saúde, ela era levada à Igreja no transcorrer de oito dias para que recebesse o batismo solene. Ao pároco cabia ter o conhecimento de como foi realizado o batismo de extrema necessidade e caso o que lhe fora informado não o agradasse, ele administraria o batismo condicional, que consistia em erguer a criança sobre a pia batismal e proferir as seguintes palavras: *Si tu baptizatus es, ego non te rebaptizo, sed si tu baptizatus non es, ego baptizo te in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti.*

Amén. Contudo, a historiadora Francisca Pires de Almeida nos adverte que, não devemos associar o batismo condicional somente às crianças que recebiam o batismo de extrema necessidade, visto que aos enjeitados também era administrado, mesmo que fosse de conhecimento de que já haviam sido batizados (cf. ALMEIDA, 2014, p. 16).

Ao realizar a análise do Livro de Registros de Batismos da Freguesia N. S. da Vitória – Igreja Catedral (ano: 1804 – 1806), presente no Arquivo Público do Estado do Maranhão, nos deparamos com inúmeras ocorrências de registros de batismos que se encaixam nas condições acima descritas, como os exemplos a seguir:

Aos dezesseis dias do mês de Outubro do anno mil oitocentos e quatro, em a Capella da Fazenda de São Joaquim pertencente ao Hospicio do Senhor do Bom – fim desta Freguezia de Nossa Senhora da Victoria da Igreja Cathedral do Maranhãm, com licença minha baptizou e pos os Santos oleos o Reverendo Prezidente do mesmo Hospicio o Senhor Antonio Joze Ferreira Goes a/ digo com licença
minha pos os Santos oleos o Reverendo Prezidente do mesmo Hospicio o Senhor Antonio Joze Ferreira Goes a Maria, que, por nascer perigoza, havia sido validamente baptizada em caza por Ignacio Joze Vidigal, filha de Luiza, solteira, escrava do Tenente Joze Miguel Pereira, pai incerto: assentio a dita açcao o mesmo Ignacio Joze Vidigal todos desta mesma Freguezia (REGISTRO DE BATISMO, 1804, fl. 06).

A criança, por nascer *perigoza*, isto é, em situação de risco, foi batizada em casa por um terceiro, sendo depois levada à Igreja para receber o batismo condicional, do qual se trata o registro. Observa-se também a condição jurídica da criança e da mãe: ambas eram escravas do tenente Joze Miguel Pereira. A criança era fruto de uma união não legitimada, cujo pai é dito como incerto no registro de batismo. No registro a seguir, observamos o parto de duas crianças, nascidas *em perigo*, presumidamente gêmeas, frutos de uma relação não legitimada da preta Domingas e cujo pai é dado como incerto. As duas crianças recebem por nome de batismo o nome de seu senhor: Manoel.

Aos quatorze dias do mez de Fevereiro do anno mil oitocentos e cinco, nesta Igreja Cathedral da Freguezia de Nossa Senhora da Victoria do Maranhão, com licença minha, administrou os Santos oleos o Padre João Joaquim Lisboa a dous inocentes nascidos de hum parto da preta Domingas, escrava de Manoel Antonio Fernandes, pai incerto; os quais por se acharem em perigo haviam sido batizados em caza no dia de seo nascimento pelo Reverendo Doutor ambos com o nome de Manoel (REGISTRO DE BATISMO, 1805, fl. 36).

O destino das crianças não-batizadas: O Limbo das Crianças

É uma característica própria da Cristandade Medieval, o estabelecimento de uma dualidade radical do “Além” em suas representações, que acaba por dividir a humanidade em

dois destinos radicalmente distintos: a bonança eterna do Paraíso para uns e a danação eterna do Inferno para outros (cf. BASCHÊT, 2006, p. 387). Contudo, observamos que o nascimento de uma “geografia do Além” ao longo do século XIII trouxe consigo um pouco de maleabilidade ao esquema dual de representações do além-túmulo da Idade Média (cf. BASCHÊT, 2006, p. 404).

Este espaço, que acolhe as crianças sem batismo surge entre os séculos XII e XIII, a partir dos apelos dos leigos preocupados com a punição injusta de seus filhos e que desejavam por opções menos angustiantes para tal situação, resultado do combate ao movimento pelagiano que rejeitava o poder salvífico do sacramento do batismo (cf. ALMEIDA, 2014, p. 16). Durante os primeiros séculos do período medieval, o destino das crianças que não haviam sido batizadas era o inferno, apenas pelo fato de não terem recebido o sacramento purificador.

A partir dos séculos XI e XII, o batismo de crianças recém-nascidas torna-se mais comum e a Igreja, paulatinamente, suaviza a pena das crianças falecidas antes de receberem o sacramento purificador. Como a elas não é atribuído o peso do pecado pessoal, as autoridades eclesiais admitem a essas crianças como punição a privação de Deus, sem sofrerem as penas corporais da danação.

O surgimento do Limbo das Crianças (*Limbus Puerorum*) significava proporcionar às crianças que morreram sem batismo um destino menos doloroso. Contudo, elas permaneciam confinadas num espaço voltado ao esquecimento, já que não mereciam compartilhar da visão de Deus. Algumas das soluções encontradas para amenizar a angústia dos pais foi o surgimento dos santuários *à repit* na Europa Central e a criação do *batismo de ponte*, no noroeste da Península Ibérica. Os santuários *à repit consistiam* em capelas dedicadas à Virgem Maria, santa protetora das crianças, que ao longo do século XV se tornou em um espaço especializado no que se acreditava ser a ressurreição momentânea de crianças. Já o batismo de ponte era um ritual em que se aspergia água sobre o ventre das grávidas à meia-noite, sobre uma ponte (cf. ALMEIDA, 2014, p. 17).

Apesar da importância do Limbo das Crianças em Portugal, se desconhece registros iconográficos dedicados à representação de tal espaço e referências sobre ele nas Constituições Sinodais. Contudo, se reconhece que o limbo se fez presente no pensamento português medieval e surge com maior intensidade na literatura religiosa portuguesa no curso do século XVI. Somos capazes de encontrar registros iconográficos do Limbo das Crianças em outras localidades da Europa, como no convento cartusiano de Villeneuve-lès-Avignon, onde existe um retábulo pintado por Enguerrand Quarton em 1454.

O Batismo de Adultos

Os indivíduos nascidos de pais não-cristãos, que gozam de perfeita saúde mental, necessitam receber a educação cristã por um período pré-estabelecido antes de receber o sacramento purificador. O batismo não podia ser ministrado em pessoas maiores de sete anos que estejam desprovidos do uso saudável da razão, como aqueles que se tornaram loucos e dementes. Quanto àqueles que jamais puderam gozar de boa saúde mental, o batismo era administrado de maneira igual ao batismo infantil.

Observa-se um recrudescimento do intento catequizante, fruto das reformas religiosas do século XVI e do contato entre europeus, ameríndios e africanos em território americano, resultando em uma nova fase da missão cristã de conversão (cf. CAMPOS e FRANCO, 2004, p. 32). De acordo com as Constituições Primeiras, todo aquele que manifestar o desejo do batismo e tiver idade superior a sete anos, deverá ser batizado. Sob este ponto de vista, o batismo de africanos e indígenas não se distinguiu, em linhas gerais, do sentido formal e teológico do ritual realizado em outras comunidades cristãs. Destarte, a violência simbólica e o caráter coercitivo, afirmado muitas vezes por movimentos posteriores, o batismo de adultos funcionou, em terras brasileiras, como um rito de introdução ao universo católico.

Era responsabilidade dos senhores de escravos o batismo de todos os cativos que estavam sob seu poderio, assim como era obrigação deles instruí-los nos caminhos da Santa Igreja, visto que uma das principais justificativas para a existência da escravidão era a conversão e salvação de almas. A Coroa Portuguesa confiscaria os escravos não batizados: se fossem adultos, com mais de sete anos de idade, deveriam ser batizados em no máximo seis meses após a compra, e as crianças menores de sete anos em no máximo um mês depois de adquiridas (cf. DEMÉTRIO, 2008, p. 91). Para conferir o sacramento do batismo aos escravos adultos, principalmente aos ditos *boçaes*, aqueles recém-chegados às terras brasileiras, era necessário a realização de um questionário, tal como previam as Constituições Primeiras:

Queres lavar a tua alma com agoa Santa?
 Queres comer o sal de Deos?
 Botas fora de tua alma todo os teus pecados?
 Não hás de fazer mais pecados?
 Queres ser filho de Deos?
 Botas fora da tua alma o demônio? (DA VIDE, 2007, p. 20).

Os registros de batismo das paróquias brasileiras apresentam tanto o registro de batismos de africanos recém-chegados como de crianças já nascidas escravas. O Livro de

Registros de Batismos da Freguesia N. S. da Vitória – Igreja Catedral (ano: 1804 – 1806), não é exceção à regra, como visto nos exemplos a seguir.

Aos vinte e oito dias do mez de Dezembro do anno mil oitocentos e quatro, nesta Cidade, digo nesta Igreja Cathedral Freguesia de Nossa Senhora da Vitoria do Maranhão, com licença minha, baptizou e pos os Santos oleos o Padre João Joaquim Lisboa ao adulto Domingos do gentio de Guiné e idade de desasseis annos, escravo de Monica Theresa: forão padrinhos Damiao, solteiro, escravo de Domingos Dias e Maria Rosa casada, escrava de Joze Alves Teixeira (REGISTRO DE BATISMO, 1804, fl. 2).

Neste registro, observa-se que o sacramento foi ministrado a um escravo de dezesseis anos, oriundo da Guiné, por nome Domingos, que pertencia à senhora Monica Theresa. No assentamento a seguir, nos é apresentado o batismo de Maria, filha legítima dos escravos Lourenço Coelho e Izabel Caietana, uma demonstração bastante clara de uma família, cujo matrimônio é oficializado pela Igreja Católica, formada por escravizados inseridos em uma sociedade cristianizada. Também é registrado o batismo de Quiteria Maria, escrava do mesmo proprietário dos escravos citados anteriormente.

Aos vinte e quatro dias do mez de Agosto do anno mil oitocentos e quatro em a Capella da fazenda de São Joaquim pertencente ao Hospicio do Senhor do Bom – Fim desta Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Igreja Cathedral do Maranhão com licença minha baptizou e pos os Santos óleos o Rdo. Presidente do mesmo Hospicio Senhor Jose Antonio Pereira Goes da Ordem do Carmo a Maria filha legitima de Lourenço Coelho e Izabel Caietana, escravos de João Coelho: forão padrinhos Jeronimo escravo da Comunidade do Carmo e Quiteria Maria, escrava do mesmo João Coelho, todos desta mesma Freguezia (REGISTRO DE BATISMO, 1804, fl. 07).

O matrimônio cristão foi estabelecido em terras brasileiras por meio da política de normatização familiar realizada pela Igreja Católica com o apoio do Estado, baseando-se nos valores morais da monogamia, fidelidade e indissolubilidade. Tais valores eram funcionais principalmente para as camadas mais abastadas da sociedade, já que permitiam a preservação e a concessão dos bens entre os “bem-nascidos”. Contudo, para os escravos o casamento adquiriu novas significações: Para os cativos, o enlace matrimonial era um atenuante diante das duras condições vividas em cativeiro, adquirindo novas finalidades para os contraentes segundo as penúrias vivenciadas por cada grupo que as fizessem alcançar. É interessante observar também o estabelecimento de redes de solidariedade horizontais dentro do cativeiro, visto que os padrinhos nos dois casos citados eram também escravos.

No cenário da cristandade oitocentista no Brasil, o batismo ainda consistia na principal forma de tornar qualquer indivíduo, escravo ou não, membro da sociedade católica. Para que

os adultos fossem iniciados, era indispensável a fé, a contrição ou atrição aos atos passados, a vontade de receber o batismo e o compromisso de não cometer mais pecados (cf. CAMPOS e FRANCO, 2004, p. 33).

Os Ministros e Padrinhos

Para a realização do batismo, a Igreja determina uma hierarquia junto aos membros eclesiais. O ritual deve ser realizado pelo pároco e na ausência deste ela poderá ser realizada pelo sacerdote ou pelo diácono, desde que tenha a devida autorização do pároco. Em seguida, o batismo pode ser ministrado por todos, desde que seja um caso de extrema necessidade. Como se trata do rito de iniciação do neófito ao universo cristão, a Igreja não distingue entre homens ou mulheres, pagãos ou hereges, desde que tenham a intenção de realizar o sacramento. O batismo é conferido em nome da Santíssima Trindade, e aquele que administra é o instrumento que está a serviço da fé. Contudo, é estritamente necessário que, mesmo entre estes, se respeite a hierarquia: homens têm prioridade sobre as mulheres (exceto sobre as parteiras, que pela sua profissão, têm preferência), os eclesiásticos sobre os laicos e os sacerdotes sobre os clérigos comuns (CAMPOS e FRANCO, 2004, p. 34).

Como o batismo é um nascimento espiritual, os padrinhos podem ser quaisquer cristãos que tenham a intenção de cuidar para que, seu afilhado permaneça na fé e aja de acordo com a conduta cristã. Por meio do sacramento, padrinhos e afilhados contraem parentesco espiritual, o que impede o matrimônio entre eles. Para a igreja, os padrinhos são tutores espirituais do batizando e são responsáveis pelo seu crescimento na fé cristã. Os padrinhos devem ser escolhidos pelos progenitores ou tutores da criança ou pelo próprio batizando, caso ele for adulto. O padrinho deveria ser maior de quatorze anos e a madrinha, maior de doze anos.

Os Registros de Batismos

A Cristandade acaba por se consolidar no século XV, aumentando de forma efetiva o domínio sobre a vida dos fiéis. Observam-se as tentativas de controle sobre a vida das populações por meio da sistematização de assentos de batismos, de matrimônios, óbitos, dentre outros. De acordo com as Constituições Primeiras, fundamentadas no Concílio Tridentino, toda Igreja do Arcebispado deveria possuir um livro numerado e encadernado, feito à custa da fábrica da Igreja, ou *de quem direito for* (CAMPOS e FRANCO, 2004, p. 35).

Os registros de batismos obedecem a um padrão designado pelo Concílio de Trento e ajustado para as terras brasileiras pelas Constituições Primeiras, cujo modelo especificado

compreende a data e o local em que aconteceu o sacramento, com indicação da freguesia, o nome do escravo a receber o sacramento e algum outro aspecto que auxilie em sua melhor caracterização (no caso dos cativos que aqui nasceram, aparecem crioulos, pretos, mulatos. Em se tratando de africanos, sua origem aparece em anexo, sua condição jurídica (escravo ou forro) e no batismo de inocentes costuma se registrar o nome dos pais e se são filhos legítimos.

No Livro de Registros estudado ainda se agregam outras informações tais como: O nome dos proprietários dos cativos, o nome dos padrinhos bem como o sobrenome quando livres ou forros e a assinatura do Padre que escreveu o registro. Também consta nos registros de batismo os nomes dos avós maternos ou paternos, caso ainda se fizessem presentes, como no registro a seguir:

Aos dez dias do mez de Junho do anno mil oitocentos e quatro, no Oratório público da Fazenda de Jussatuba, de que he senhorio Ignacio Xavier Garcez da Fonceca desta Freguezia de Nossa Senhora da Victoria da Igreja Cathedral do Maranhão, com licença minha baptizou e pos os Santos oleos o Padre Braz Martins Pereira a Quiteria filha de Luiza escrava da mesma fazenda, pai incerto: neta materna de Anaclata, tãobem escrava dali mesmo: foi madrinha Dona Anna Maria Correa da Fonceca, solteira, todos desta mesma Freguezia (REGISTRO DE BATISMO, 1804, fl. 9).

Qualquer particularidade da cerimônia deveria ser informada no registro de batismo: Quando o neófito for batizado em uma Igreja fora da paróquia, ou se foi batizado em outro lugar, por necessidade. Também é interessante destacar que caso a criança for fruto de um relacionamento não legitimado pela Igreja, e não haja *escândalo*, deve constar o nome dos progenitores (cf. CAMPOS E FRANCO, 2004, p. 36). Tomemos como exemplo o registro a seguir:

Aos três dias do mês de Junho do anno de mil oitocentos e cinco, nesta Igreja Cathedral Freguezia de Nossa Senhora da Victoria do Maranhão, com licença minha, baptizou, e pos os Santos oleos o Padre João Joaquim Lisboa a Aventino, filho de Luiza, escrava de Marta da Conceição, vinda da Freguesia de Aldeias Altas, que se acha presa na cadeia desta Cidade, pai incerto: forão padrinhos o mulato Francisco Raimundo, cazado, escravo da Dona Joanna Gertrudes de Azevedo, e Quitéria, mulata, forra solteira, todos desta Freguesia (REGISTRO DE BATISMO, 1805, fl.57).

O assento citado acima é da cerimônia em que recebeu o batismo o escravo Aventino, filho da escrava Luiza, vinda de outra freguesia e que se encontrava encarcerada na capital São Luís. Apesar da situação pouco favorável em que se encontrava a mãe de Aventino, percebe-se a preocupação da senhora, Dona Joanna Gertrudes, em batizar o rebento de sua escrava. O padrinho de Aventino era mulato, escravo e casado, condição que o diferenciava de muitos

padrinhos, visto que eram muitos os obstáculos para a realização de um casamento de escravos. A madrinha Quitéria era forra, o que poderia representar a Aventino a possibilidade de também alcançar a alforria com o auxílio de sua madrinha.

Deste modo, os registros de batismos não contam somente com as informações referentes ao ritual religioso. Possuem também dados que nos permitem vislumbrar a vida social das pessoas envolvidas e estudar as relações desenvolvidas entre os pais do batizando, o próprio batizando e seus padrinhos. Os vínculos que se originaram dentro da Igreja, conseguem ultrapassar seus muros chegando à vida secular (cf. SCHWARTZ, 1988 apud ANDRADE, p. 13).

Os significados do Batismo para os Escravos no Maranhão

A escravidão negra na América Portuguesa justificou-se principalmente na evangelização cristã de povos considerados como gentios e pagãos. Baseando-se na bula papal *Romanus Pontifex*, de 1455, os negros deveriam ser retirados de suas práticas religiosas originais e conduzidos ao mundo cristão para a salvação de sua alma (cf. ALENCASTRO, 2000, p.161 apud MAIA, 2013, p. 1). A escravidão entre os séculos XVI e XIX promoveu nas terras brasileiras adaptações sociais e culturais em todos níveis sociais. Na legislatura eclesiástica e civil existem títulos voltados exclusivamente aos escravos. Acerca do batismo, alguns são bastante precisos em suas orientações (cf. SILVA, 2018, p. 2).

O Maranhão, em meados do século XVIII, com o desenvolvimento da agro- exportação, passou a receber um número crescente de escravos oriundos do continente africano. O escravo sofria um processo de “coisificação”, segundo sua condição jurídica em terras brasileiras naquele período. A dessocialização do indivíduo, que era retirado de sua moradia e do convívio do seio familiar para então ser transladado por longas distâncias para os entrepostos comerciais no litoral de África fazia parte dos procedimentos para a feitura de um novo escravo (cf. MAIA, 2013, p. 1). Era estabelecida uma relação de propriedade entre o senhor e o escravo, onde ao senhor era conferido o direito de castigar, disciplinar ou desfazer-se de sua propriedade como lhe conviesse. Chegando em sua nova moradia após ser adquirido como mercadoria, o escravo recém-chegado era recepcionado por outros escravos que foram encarregados pelo senhor de ensinar-lhe o ofício e inseri-lo no mundo do trabalho, dando início ao seu processo de socialização.

Apesar de ser dever do senhor garantir o batismo e uma educação cristã ao escravo, estabelecer vínculos afetivos ou religiosos com seus escravos poderia ser um obstáculo ao

exercício de seu direito como proprietário para o senhor. O discurso ideológico que legitimava a escravidão transformava o escravo em pecador e merecedor de punição. Deste modo, a escravidão e o batismo nos parecem duas instituições essencialmente conflitantes (cf. ANDRADE, p. 16).

O batismo se constituía como critério central no longo processo em que o africano se tornava escravo. Por meio do Padroado Régio, a monarquia católica portuguesa estabeleceu normas e regras de trato específicas para a administração do batismo cristão. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de autoria do arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide, se tornaram o principal corpo doutrinário no qual se alicerçava a Igreja no Estado do Brasil Setecentista. Era baseado na tradição bíblica, nas Constituições Portuguesas, nas ordenações do Concílio de Trento e na experiência da gestão eclesiástica colonial. As Constituições contribuía para reforçar as hierarquias do Antigo Regime, na medida em que asseguravam a manutenção da ordem social e religiosa, lançando mão de aparatos de vigilância e punição (cf. MAIA, 2013, p. 4)

O proprietário era obrigado a batizar toda a sua escravaria e a inseri-la no seio da cristandade, podendo perder o escravo não batizado para quem o demandasse. Uma outra alternativa para o senhor do escravo consistia na comprovação por testemunhas, perante os eclesiásticos, de que o escravo maior de sete anos se negava a receber o sacramento. Deste modo, o proprietário estaria livre de punição. Todavia, o cativo adquirido até dez anos não poderia recusar o batismo cristão (cf. SILVA, 2018, p. 2). O batismo dos escravizados seria dado por efusão “deitando-se lhe água sobre a cabeça, rosto e corpo e não sobre o vestido” (DA VIDE, 2007, p. 19). A preocupação maior da legislatura eclesiástica era com a conversão ao mundo cristão dos cativos recém-chegados de África. Apenas um dos títulos é direcionado aos cativos nascidos em terras brasileiras, que orienta a realização do batismo nestes casos com pouco tempo de nascido e com o mesmo tratamento designado ao filho do senhor no que concerne ao sacramento primeiro. Os oriundos de África eram necessitados de maior atenção, havendo que se purgar seus gentilismos para que não se espalhassem na sociedade; com a recepção do batismo eles eram adotados por Deus, o que podia significar para eles uma série de possibilidades nos campos religioso, moral e social (cf. SILVA, 2018, p. 4 e 5).

Nas dicotomias que entremeavam o imaginário da época, a superioridade branca e europeia era exaltada na descendência de Japhe, filho de Noé que não pecou. A África, na concepção do colonizador, era uma terra de pecadores. Eles baseavam-se nos castigos imputados a Can, que teria sido punido com a negritude e com o exílio para as terras africanas

por ter enganado o pai, Noé. A percepção negativa que os homens brancos tinham dos africanos talvez decorresse do pressuposto de sua ingenuidade, dada a sua natureza incivilizada e bárbara, o que pode explicar a pouca atenção prestada à agenda desses indivíduos na constituição de relações e ao surgimento de mecanismos capazes de oferecer algum suporte na socialização do recém-chegado (cf. MAIA, 2013, p. 10).

O sacramento do batismo significava o nascimento espiritual para todo aquele que desejasse alcançar a glória celestial e escapar da danação do inferno. Henry Koster nos fala sobre a preocupação do escravo em tornar-se cristão: “o próprio escravo deseja tornar-se cristão, caso contrário seus companheiros de cativeiro, em qualquer desavença ou desentendimento trivial, sempre encerraram seu rosário de xingamentos com a palavra *pagam* (pagão).” (cf. KOSTER, 1817, p. 198-199 apud MAIA, 2013, p. 5). No Maranhão oitocentista também significava a inserção do neófito em uma sociedade escravista–cristã (cf. VAINFAS, 1988 apud ANDRADE, p. 14). Para o escravo que aportara em terras brasileiras ou aquele que já nascera em meio ao contexto escravocrata, o batismo significava não só a inserção ao universo católico como também a obrigação de abandonar sua identidade africana e adotar um nome cristão, para se identificar como participante daquela organização social. O significado do batismo para esses sujeitos escravizados também era tecer relações que proporcionassem ou parecesse proporcionar proteção aos indivíduos envolvidos. Tornar-se afilhado de um senhor era possuir uma situação privilegiada dentro do grupo social em que estavam os escravos. A mãe escrava daquela criança tornar-se-ia “comadre” de seus proprietários, podendo gozar de certo privilégio na senzala, além de proporcionar a essa mãe a oportunidade de negociação com seus senhores, quando da comercialização dos seus, impedindo a destruição dos laços familiares. Os escravos que escolhiam outros escravos para padrinhos ou outros sujeitos de condição jurídica distinta da sua viam a oportunidade de reforçar laços nascidos em outros espaços físicos que não o seu espaço de moradia. Apresentamos, em anexo, uma tabela que contém o número de escravos batizados segundo suas especificidades, ao longo do livro de registros analisados.

TABELA 01 – Escravos Batizados e Suas Especificidades.

110 - Livro de Registros de Batismos da Freguesia N. S. da Vitória – Igreja Catedral											
Anos	1790	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806
Filhos Legítimos	2	1	2	0	1	1	3	0	13	28	1
Filhos Ilegítimos	2	0	2	3	1	0	2	4	30	151	6
Africanos (Adultos)	0	3	2	0	0	0	0	0	14	139	1
Africanos (Ingênuos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	1

Fonte: Elaborado pela autora com base em REGISTRO DE BATISMO. Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. (1804-1806). Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Foi em 1805 que observamos que os homens, mulheres e crianças africanas vivenciaram de forma mais intensa o batismo cristão, já que deveriam ser batizados logo quando nos domínios portugueses. É possível perceber também um maior número de filhos ilegítimos, frutos de relações consensuais de mães escravas, nos anos de 1799, 1803, 1804 e 1805. Os laços de afetividade e de parentesco espiritual ganham novos sentidos na vida dessas mães e filhos escravizados, devido a existência de muitos obstáculos na constituição de outros vínculos, como os matrimoniais, que necessitavam do consentimento dos senhores e do pagamento das exigências para a realização do casamento. Nos anos de 1804, registramos 13 filhos frutos de uniões legitimadas pela Igreja, em 1805, 28 filhos, e nos anteriores números constantes. Para os cativos, o enlace matrimonial era um atenuante diante das duras condições vividas em cativeiro, adquirindo novas finalidades para os contraentes segundo as penúrias vivenciadas por cada grupo que as fizessem alcançar. É importante destacar primeiramente que, ao estudar a constituição dos laços parentais em cativeiro, não podemos nos limitar apenas às relações estabelecidas entre o casal de escravos. É fundamental que entendamos essas relações em sua extensão, alcançando o relacionamento dos cativos com seus senhores, e o quanto foi absorvido dos dogmas católicos por esses mesmos senhores, já que esse era um fator contribuinte para a legitimação das uniões escravas. Não pretendemos assegurar neste trabalho que todas as uniões escravas sacramentadas pela Igreja eram um resultado da vontade senhorial de obedecer ou não aos preceitos cristãos, mas enfatizar a importância que a religião tinha para definir o caráter dos laços constituídos pelos cativos, não importando a qual natureza pertencia. Embora a formação dos grupos familiares não dependesse unicamente da vontade senhorial, ela não escapava da conjuntura estabelecida pelas relações definidas com seus proprietários. O batismo e a formação de laços decorrentes desse sacramento acabavam por se tornar um meio de impedir a separação de famílias, visto que era possível aos escravos barganhar junto de seus senhores para que a

venda de seus entes queridos não se realizasse, apoiados nos ensinamentos cristãos e nos dogmas católicos.

Não obstante, haverem alguns exemplos de relações ancestrais que sobreviveram à longa travessia do Atlântico nos navios tumbeiros, a realidade da escravidão nas Américas foi a inexorável destruição das linhagens africanas. Apesar da capacidade de criação de outros laços familiares de um indivíduo, estas redes corporativas de relacionamento foram incapazes de suplantar tudo o que foi perdido quando da retirada do convívio dos parentes. O esfacelamento da rede familiar transforma a vida e a trajetória de um indivíduo de maneira inimaginável (SWEET, 2007, p. 50-51 apud MAIA, 2013, p. 7).

Conclusão

Observamos que o batismo, existente desde o período de Jesus Cristo, teve seu papel como sacramento purificador reforçado na Idade Média graças à doutrina do pecado original da teologia agostiniana, que insiste no rebaixamento da natureza humana. Deste modo, era primordial que crianças fossem batizadas o mais cedo possível, para que fosse garantido o seu lugar junto aos eleitos no paraíso.

A importância salvífica do sacramento foi constantemente reforçada no decurso da Idade Média, a sua antecipação para os primeiros oito dias de vida, a crescente atenção eclesial sobre sua celebração e a obrigatoriedade de seus registros em livros resultaram na generalização do rito na época moderna, alcançando inclusive, sujeitos escravizados. O batismo não só significava a admissão ao universo cristão, como também configurava a integração do neófito à organização social vigente e até mesmo um espelho das hierarquias do corpo social.

Acreditamos que o cumprimento dos preceitos cristãos pelos cativos pode ser compreendido a partir de alguns fatores: a fé nos dogmas católicos poderia ser uma estratégia para adquirir a confiança do senhor e assim obter a realização de alguns desejos, ser um meio de impedir que separassem os membros da família, visto que a separação entre parentes de uma união sacramentada não era aceita pela Igreja (apesar de ter acontecido), entre outros.

De acordo com os assentos de batismos analisados, observamos que os preceitos cristãos foram apropriados de diferentes formas pelos senhores de São Luís do Maranhão, por que observamos que alguns senhores não só consentiram a união desses escravos entre si, legitimando-as perante a Igreja, como também estimularam o batismo dos rebentos dessa união, como também havia outros senhores que não se importaram com o fato do batizando ser fruto de uma relação não oficializada.

O batismo transformou-se em condição necessária para todos aqueles que buscavam a salvação eterna e que desejavam integrar-se na realidade social que se esboçou no Brasil desde os primórdios da colonização.

Fontes:

REGISTRO DE BATISMO. Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. (1804-1806). Arquivo Público do Estado do Maranhão.

DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

Referências:

ALMEIDA, Francisca Pires. O ritual do batismo em Portugal na Baixa idade Média e nos inícios do século XVI. **Medievalista Online**. Porto: Universidade do Porto, Número 16, Dezembro, p.1-28, 2014.

ANDRADE, Antônia de Castro. Escravidão e laços de compadrio: Um estudo preliminar. **Outros Tempos**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, v. 2, p.11-31, [s.d].

BASCHET, Jérôme; LE GOFF, Jacques. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 141-172.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. **Varia História**. Minas Gerais: n° 31, Janeiro, p. 21-40, 2004.

CUNHA, Joceneide. Entre padrinhos e compadres: os africanos nos livros de batismos em Sergipe (1785-1835). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, julho, 2013, p. 1-11.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSOS, João, GUEDES, Roberto, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. 1° ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 21-125.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma nova interpretação da chegada de escravos africanos à América Portuguesa (Minas Gerais, século XVIII). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011, p. 1-24.

SILVA, Gian Carlo de Melo. Os filhos da escravidão e o primeiro sacramento: batismo, compadrio e sociedade escravista na freguesia de Santo Antônio do Recife, Capitania de Pernambuco, no fim do século XVIII. **História**. São Paulo: v. 37, p. 1-30, 2018.

A insurgência estudantil paranaense no pensamento militar: uma análise da Operação Pente Fino no contexto ditatorial de 1968¹

Lucas Augusto Souza de Jesus², UNICENTRO
Paula Eloise dos Santos³, UNICENTRO

Resumo

Esse artigo visa apresentar uma análise documental da Operação Pente Fino, realizada na Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, na cidade de Curitiba, cujo intuito foi prender as lideranças do Movimento Estudantil paranaense sob acusação de subversão, denotando o aumento da repressão policial às manifestações estudantis. Para essa análise nos valem do conceito de região, entendido como lugar de conflito e de relações de poder. A presença da repressão evidencia que a população paranaense não era exclusivamente “ordeira e conservadora” conforme a construção de sua imagem por parte do Estado.

Palavras-chave: Movimento Estudantil paranaense; Regime Militar; Repressão.

Abstract

This paper aims to present a documental analysis of the "Pente Fino" operation, carried out in Paraná and Santa Catarina Regional Police Station, in Curitiba city. This operation had a purpose to arrest the leaders of the Paraná Student Movement, accused of subversion, denoting the increase of the police repression in student protests. For this analysis, we use the concept of region, understood as a place of conflict and power relations. The presence of repression testifies that the population of Paraná was not exclusively “orderly and conservative”, according to the state's construction of its image.

Keywords: Paraná Student Movement; Military Regime; Repression.

Introdução

Inserido no contexto da Guerra Fria, a política brasileira enfrentava uma intensa crise político-social nos anos iniciais da década de 1960. Com a renúncia de Jânio Quadros, iniciou-se uma disputa pelo poder entre os grupos conservadores, contrários à posse do vice-presidente João Goulart, considerado pela burguesia e pelos militares como um político de esquerda, alinhado com os ideais comunistas. Por meio de um processo complexo, João Goulart sofreu

¹ O presente artigo foi desenvolvido através de uma pesquisa realizada na disciplina de História do Paraná, ministrada pela professora Me. Caroline Tecchio, no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste. A partir das discussões, notamos como o movimento paranista, liderado por Romário Martins, construiu a ideia de que o Estado do Paraná era composto por uma sociedade harmônica, discurso ainda presente nos dias de hoje. Ao longo da pesquisa, percebemos que a região é marcada por diversos conflitos que se estendem até os dias atuais, como demonstra o livro Paraná Insurgente: histórias e lutas sociais, cuja historiografia desmente a ideia de que a região paranaense é ordeira.

² Graduando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Avançado de Coronel Vivida – PR e pesquisador bolsista CNPq de Iniciação Científica. (E-mail: lucassouza269705@gmail.com)

³ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Avançado de Coronel Vivida – PR e pesquisadora voluntária de Iniciação Científica. (E-mail: paulaeloise.elo@gmail.com).

um golpe de Estado em 1964, articulado pela classe militar e pelas elites empresariais brasileiras, influenciadas pela política estadunidense, sob o pretexto de proteger o país da “ameaça vermelha”⁴.

Instaurado o Regime Militar em 1964, iniciou-se as perseguições às camadas da sociedade consideradas subversivas, por irem contra aos ideais repressivos e conservadores dos militares, como, por exemplo, professores e estudantes, ocasionando na ilegalidade da União Nacional dos Estudantes, que passou a atuar clandestinamente em todo o território nacional. No ano de 1968 as perseguições se intensificaram através da repressão institucionalizada e da promulgação do Ato Institucional nº 5. As lutas e movimentos de contestação se acirraram, não só no Brasil como em vários países latino-americanos.

No Paraná os professores foram afastados de suas cátedras e os alunos considerados subversivos foram afastados das aulas, principalmente na Universidade Federal do Paraná em Curitiba. No Rio de Janeiro, os policiais militares assassinaram o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em maio de 1968, em um confronto com os estudantes no Restaurante Universitário Calabouço, o qual servia comida aos universitários e secundaristas que não tinham onde comer (MÜLLER, 2018, p. 5). Os estudantes protestavam por melhorias nas estruturas do restaurante quando foram repreendidos pelas forças policiais, “que consideravam o prédio um ponto de encontro de agitadores e estudantes organizados” (MÜLLER, 2018, p. 5). Durante o conflito, um policial revidou as pedras com um tiro que acertou o peito de Edson, um secundarista de 18 anos que viera do norte do Brasil e frequentava o restaurante devido à sua pobreza.

O assassinato de Edson Luiz revoltou ainda mais a sociedade contrária ao Regime, ocasionando em passeatas de repúdio à violência policial em todo o território brasileiro, inflamando as lutas estudantis. Segundo Müller, a homenagem mais marcante ocorreu na missa de sétimo dia, celebrada na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, a qual foi repreendida pela

⁴ A “ameaça vermelha” refere-se ao comunismo revolucionário, síntese do ideário marxista-leninista que originou o bolchevismo e, conseqüentemente, o sistema soviético. O anticomunismo surgiu através do medo e da insegurança diante do projeto revolucionário comunista, transformando-se em um movimento político organizado a partir da necessidade das lideranças conservadoras em combater a expansão do comunismo após a revolução de 1917 na Rússia. No Brasil, o anticomunismo ganhou força com o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a adesão do líder tenentista Luiz Carlos Prestes ao partido, além da formação da Aliança Nacional Libertadora, na década de 1930. Porém, foi por meio do evento da “Intentona Comunista” em 1935 que o anticomunismo se consolidou de fato no país. O golpe de Estado de 1937, orquestrado por Getúlio Vargas, tinha como principal argumento político o combate ao comunismo bem como o golpe civil-militar de 1964, sendo este intensificado pela Guerra Fria (MOTTA, 2000, p. 4-15).

Polícia Militar, pelo Corpo de Fuzileiros Navais e pelos agentes do DOPS, que protagonizaram a violência contra as pessoas presentes (MÜLLER, 2018, p. 6).

Como aponta a historiadora Maria Ribeiro do Valle, o assassinato de Edson fez com que com a população aderisse às manifestações do Movimento Estudantil, objetivando desmascarar o caráter violento do regime, dando início ao processo revolucionário idealizado pelo M.E. (VALLE, 2017, p. 102). Dentro desse contexto é necessário entender as medidas tomadas pelo Regime Militar no Ensino Superior, que encadearam o desenvolvimento de organizações ligadas a esta modalidade, buscando resistir a tais decisões governamentais.⁵ Como início dessa ofensiva, percebe-se o desmonte da Universidade de Brasília que, no período pré-1964, era a universidade brasileira que possuía o maior número de adeptos dos ideais do nacional desenvolvimento, tanto de caráter reformista quanto de caráter revolucionário, que buscava construir projetos de soberania nacional. Com o golpe civil-militar, esvaziou-se 80% de seu efetivo docente, além de ocorrer a troca de gestão e discussões teóricas de caráter nacional desenvolvimentista (LEHER, 2019, p. 48).⁶

Durante esse processo, destacou-se as perseguições e assassinatos de professores e estudantes,⁷ que buscavam resistir através de greves e passeatas, veementemente combatidas

⁵ No período pré-1964, com a Revolução Cubana, as lutas pela libertação colonial na África e na Ásia, somadas ao crescimento e aumento da força política dos movimentos populares, como sindicatos e organizações camponesas, as universidades passaram a ser vista pelos militares e outros setores conservadores, como centro de proselitismo ideológico de esquerda, dado o aumento da participação política dos movimentos estudantis, o projeto inovador da UnB que integrava estudantes de todo o país e o conhecimento público de figuras comunistas nos meios acadêmicos, como Florestan Fernandes e Darci Ribeiro. Com o golpe civil-militar de 1964, ocorreu a Operação Limpeza, isto é, um intenso processo de perseguições a professores e estudantes considerados suspeitos e a proibição de livros considerados subversivos (MOTTA, 2014, p. 16-43).

⁶ Leher aponta que, como parte desse processo, ocorreu a ampliação da pós-graduação, objetivando desprover da graduação a pesquisa e reclassificar a pós-graduação a partir de perspectivas utilitaristas, visando a criação de capital humano e a normatização das universidades, a fim de sustentar o regime com intelectuais comprometidos e esse processo. Cumpre ressaltar o movimento da contrarreforma de 1968, que unia a coerção do AI-5 com outras leis buscando não apenas fazer essa ampliação da pós graduação, mas também uma modernização conservadora que retiraria a autonomia universitária para dar aos editais de pós-graduação, seus programas, os vestibulares e exames, as definições vindas diretas do Estado através do Ministério do Planejamento, que moldava essas ações para atender os interesses das frações da classe burguesa local, aliadas com o núcleo do capitalismo monopolista, que acabou fortalecendo a criação de inúmeras instituições privadas de ensino superior (LEHER, 2019, p. 48-52).

⁷ Os estudantes, líderes do Movimento Estudantil, José Dirceu, Luis Travassos, Vladimir Palmeira, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, dentre outros, foram presos por soldados da Força Pública e policiais do DOPS no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, em 1968. Uma das lideranças, Honestino Guimarães, desapareceu no ano de 1973. No Paraná, ocorreu um caso de perseguição ao estudante Franklin Paulo Lembrecht, por estar lendo o livro *O pensamento de Mao Tse Tung*. Quanto à Operação Pente Fino, foram perseguidos e presos os estudantes Palmira Amâncio da Silva, Marly Osna, Ana Beatriz Fontes, Tereza Daysy Urban, Kensho Yamada, Gilberto Lutemback Batalha, João Elísio Torres de Andrade, Francisco Timbó de Sousa, Elizabeth Fortes, Adalberto Daros, Sérgio Bianchi, Waldemiro Gremski, Caetano Eduardo Otaviano, Luiz Alberto Manfredini, Newton Coutinho, Clair da Flora Martins, Vitorio Sorotiuk, Isamu Ito, Berto Luiz Curvo, Elevir Dionísio Júnior, Nereu Carlos Massignan, Antenor Camili Pintado, Telmo Antonio Albechi Rossato, Jurandir Rios Garçoni, Luiz Celso Nicolau dos Santos, dentre outros. Alguns desses estudantes já haviam sidos presos na realização do XXX Congresso da UNE como, por exemplo, Palmira Amâncio da Silva, considerada pela DOPS como uma ameaça à ordem (ZAPARTE, 2011).

pelo Estado pois apresentavam uma ameaça à sua hegemonia (LEHER, 2019, p. 53-54), sendo justificada a violência policial como resposta à “agressividade” dos estudantes, atitude que deu aval à prisão da maior parte das lideranças estudantis do Movimento Estudantil nacional, conforme ilustrado na realização do XXX Congresso Nacional da UNE, ocorrida em Ibiúna, no Estado de São Paulo. O Movimento Estudantil paranaense havia enviado quarenta e dois estudantes ao XXX Congresso da UNE e organizara um encontro regional que visava discutir sobre as reformas universitárias, na Chácara do Alemão, em Curitiba, o qual foi abortado, acarretando na prisão de quarenta e duas pessoas, tendo sido presos e julgados somente quinze, sob a acusação de serem subversivos, conforme consta nos documentos da Operação Pente Fino, realizada em 1968, objeto de análise da presente pesquisa.

Para a realização da pesquisa, foi utilizado a abordagem analítica da Nova História Militar e da Nova História Política. Quando nos referimos à Nova História Militar, aludimos a uma História que está em oposição a História Militar Tradicional, que privilegiava a guerra, as batalhas, as atividades das forças militares na guerra e na paz e aos feitos dos grandes generais (PEDROSA, 2011, p. 2). Com isso, buscamos nos apropriar da Nova História Militar que é multidisciplinar, utiliza novas fontes e que é protagonizada pelos estratos inferiores da sociedade, priorizando a composição social das forças e quadros sociais, o recrutamento, as questões da cultura, ou seja, as relações entre as instituições militares e a sociedade.

Através da abordagem da Nova História Militar, buscamos compreender como as instituições militares no período do Regime Militar reagiram aos setores da sociedade civil, especialmente ao movimento estudantil, bem como quais foram as ideologias que os organizavam e a quais setores da sociedade civil eles buscavam atender aos interesses. Junto a essa abordagem analítica, empregamos a Nova História Política, procurando se diferenciar da tradicional História Política que priorizava os grandes líderes, o Estado como esfera separada da sociedade e as conquistas (REMOND, 2003, p. 13-p.15). Com a Nova História Política, analisamos os temperamentos políticos, manifestações de opinião, cultura política, ideias e forças políticas, compreendendo que a dimensão política percorre toda a vida coletiva (REMOND, 2003, p. 27-35).

Diante deste quadro teórico operacionalizamos as metodologias da Análise do Discurso para captar as intenções ou tentativas de ocultamento de projetos ou discordâncias dos grupos sociais no envolvimento da Operação Pente Fino, tal como as categorias de Intelectual Orgânico e de Hegemonia de Antônio Gramsci para compreender as relações entre os

intelectuais e as classes com quem se alinharam, bem como as disputas nas tentativas de estabelecer um consenso de domínio para as classes que estão submetidos.

Como fonte para essa pesquisa utilizamos o Dossiê individual de Stênio Sales Jacob, produzido em 1968 e que se encontra disponível no site do Arquivo Nacional e o artigo *A Ditadura Militar e o Movimento Estudantil Paranaense* de Vitorio Sorotiuik, estudante mencionado na Operação, escrito em 2012 e que, também, se encontra no site do Arquivo Nacional, juntamente com o Dossiê.

Paraná ordeiro ou Paraná subversivo?

Diante desse cenário, é possível compreender o Paraná como uma região em constante reconstrução de espaços de poder, tendo em vista que as regiões são acontecimentos históricos passíveis de afrontamentos, já que estão ligadas à manutenção da hegemonia (JÚNIOR, 2008). Para corroborar essa afirmação, Zaparte aponta que

Os estudantes lutaram pela derrubada do ensino pago, realizaram seminário sobre a política educacional, participaram do Congresso da UNE e os líderes da UPE também foram presos, se manifestaram contra a violência pessoal desencadeada no país, enfrentaram a polícia nas ruas e passaram a atuar na clandestinidade com a definitiva extinção da UPE e dissolução do seu patrimônio (ZAPARTE, 2011, p. 109).

Além disso, mesmo após o endurecimento do Regime, com o aumento da repressão e da intensa perseguição no Estado do Paraná, os estudantes deram continuidade à luta, mesmo atuando na clandestinidade (ZAPARTE, 2011, p. 166), demonstrando que a população não era ordeira e conservadora como o Estado pregava – e ainda prega –, lutando contra a hegemonia, cujo principal pilar era o da harmonia social. Logo, o Estado interpretava as ações contestadoras das práticas do regime como uma atitude subversiva, sendo passível de punição, justificada pela violência da polícia, como demonstra o documento da Operação Pente Fino, que está relacionado ao aumento da repressão policial às manifestações estudantis, sejam elas institucionalizadas ou não, assegurando “legalmente” a disciplina dos grupos através do aparelho de coerção estatal (COUTINHO, 2007, p. 130).

O documento inicia apresentando uma relação de nomes de estudantes presentes em movimentos de contestação e os órgãos responsáveis pela detenção dos mesmos. A pesquisadora Andreia Zaparte chama a atenção para o termo “elementos” utilizado para se referir aos estudantes, denotando uma desqualificação das pessoas suspeitas, tratando-as como marginais ou delinquentes justificando, assim, as perseguições (ZAPARTE, 2011, p. 140).

Ao analisar o depoimento dos acusados notam-se circunstâncias em comum que facilitam a compreensão dos acontecimentos do fatídico almoço na Chácara do Alemão em Curitiba. Percebe-se que os estudantes, em sua maioria, não sabiam a origem do convite para a churrascada, apenas tomaram conhecimento do evento e da reunião que ocorreria no mesmo local para debater sobre a Reforma Universitária. No que se refere à chegada das tropas militares, os depoimentos dividem-se diante da acusação de que foi estourado um foguete para avisar aos estudantes sobre a presença dos policiais: alguns afirmaram não terem ouvido barulho algum enquanto outros não sabiam distinguir se fora um rojão ou tiros de fuzis e, há ainda, os que ouviram ordens para os policiais atirarem, conforme consta no documento “[...] o declarante ouviu, durante a diligência, alguém dizer: ‘atire para matar’, não se estando certo se tais palavras foram proferidas por um dos policiais ou por qualquer estudante que se encontrava no local” (DEAP/DOPS, 1968, p. 20).

Outro fator importante diz respeito à quantidade de estudantes que compareceram ao XXX Congresso da UNE em Ibiúna, no Estado de São Paulo, sendo a maioria dos presentes na churrascada, os quais foram presos pela Polícia Militar de São Paulo no Congresso. Quanto as evidências apresentadas pela polícia, poucos estudantes reconheceram os documentos, afirmando terem visto superficialmente jornais do Estado de São Paulo e o que supunham ser panfletos sobre a Reforma Universitária que seria debatida no almoço, desconhecendo a maioria das evidências que lhes foram apresentadas.

No que tange ao interrogatório, é perceptível a presença da luta política entre os estudantes buscando mudar a hegemonia vigente. Conforme o documento da Operação Pente Fina

[...] o declarante e os demais companheiros que foram presos, não foram maltratados pelas autoridades que efetuaram sua prisão, com exceção do fato de terem sido conduzidos em uma viatura só; que o declarante ouviu durante a diligência, alguém dizer: “atire para matar”, não estando certo se tais palavras foram proferidas por um dos policiais presentes ou por qualquer estudante que se encontrava presente no local (DEAP/DOPS, 1968, p. 20).

Essa representação criada por parte dos militares retrata explicitamente a construção da imagem de como o Regime Militar tratou os cidadãos, inclusive seus adversários políticos. Os militares, como líderes do governo, se apropriaram dessa função para representar em si mesmos a nação, denotando uma construção de região, aqui entendida como um lugar de conflitos e relações de poder, tendo em vista sua atuação como intelectual orgânico da sociedade civil, originado da ligação para com a classe social dominante, mediando sua homogeneidade e fortalecendo seu poder (COUTINHO, 2007, p. 175).

Com isso, observa-se a violência contra os estudantes por parte do Estado, objetivando legitimar o poder através da hegemonia e do aparato de coerção estatal que, segundo Gramsci, “assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1968, p. 11). Diante disso, o que se percebe é que o domínio dos militares enquanto intelectuais se constituem como sujeitos que articulam a sociedade civil com a sociedade política, para então formar um governo que legitima os interesses dos setores das classes dominantes, as quais buscavam construir a reforma conservadora do ensino. A partir dessa condição *sine qua non* de dominação burguesa no regime político brasileiro, as características repressivas do Estado se explicitaram ainda mais fazendo com que sujeitos como Edson Luís e tantos outros jovens fossem mortos e desaparecidos durante a ditadura militar. Aliado a isso, se evidencia que nem um processo de dominação de classe pode existir apenas a partir do consenso e do simbolismo, especialmente na América Latina, sendo que a violência e assassinato fazem parte constante da história de um país de origem escravocrata e que sempre teve militares intervindo na política até os dias atuais.

Nos depoimentos, os estudantes afirmam não terem sofrido violência física, mas condenam a forma como foram conduzidos à delegacia, amontoados em um furgão com pouca ventilação, e as ameaças violentas que receberam. É nítida a tentativa de desvio de atenção para o leitor se focar em uma suposta ameaça de morte realizada de um estudante contra outro. O discurso demonstra a intencionalidade de representar a ação dos policiais como uma prática normal a partir do momento em que se coloca em xeque a ameaça de morte como possivelmente feita por parte dos estudantes, operando na construção de um pensamento orgânico das classes (DURIGUETTO, 2014, p. 276).

Cumprе ressaltar que o uso da não violência na abordagem policial é uma estratégia, tendo em vista que o Estado busca colocar as autoridades como justiceiros regionais que estão combatendo os inimigos da ordem e da harmonia social, evidenciando uma disputa de poderes em que duas forças buscam moldar a região a fim de legitimar sua posição de classe. Uma das formas de poder está na materialidade da ação em si, quando as personagens históricas, isto é, os estudantes, enfrentam a hegemonia e acabam por serem descobertos e condenados. A segunda forma está nas relações simbólicas que o documento evidencia na clara tentativa de construir uma memória de acontecimentos em que os militares são retratados como defensores da ordem social e política mediando, assim, a hegemonia de classe pela coerção (DURIGUETTO, 2014, p. 292).

Logo, percebe-se que tanto o simbolismo quanto a prática, estão conectados a partir de um terceiro elemento na construção da região: os conflitos. É importante destacar que toda forma de conflito molda a sociedade e a região de inúmeras maneiras, construindo a região nas relações materiais, tais como o espaço físico, relações de produção e política e, também, na parte simbólica, como a memória e a disputa de narrativa, que visa buscar a legitimidade dos vencedores desse conflito compondo, assim, o bloco histórico, isto é, a estrutura geral na qual se inserem a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas (GRAMSCI, 1991, p. 4).

Para construir essa narrativa, pode-se interpretar que os militares buscavam apresentar o movimento como revolucionário, sobretudo através do pretexto de que as práticas de guerrilha, presentes na conjuntura internacional e, também, no Brasil, eram uma ameaça ao desenvolvimento nacional, devido ao seu vínculo com as teorias marxistas (VALLE, 2017, p. 110).

Diante desse contexto, nota-se que, no documento, os militares acreditavam que os estudantes interrogados fugiam da responsabilidade da organização da reunião, afirmando que o encontro era clandestino, tendo em vista o sigilo e a presença de sentinelas para avisar a aproximação das tropas, demonstrando uma estratégia dos estudantes diante da perseguição do Estado. Além disso, o documento descreve as evidências apreendidas, informando que não se tratavam da Reforma Universitária, mas sim das atividades da UNE, instituição ilegalizada desde 1964, agregada ao movimento político nacional (DEAP/DOPS, 1968, folha 6, p. 49). Como argumento, o inquérito afirma que

Pela leitura atenta e reiterada dos textos dos 10 documentos apresentados a exame, chegaram os peritos à convicção de que tais documentos exteriorizam, com evidências, idéias [sic], dos sequazes das doutrinas marxistas, leninistas ou stalinistas. Os conceitos esposados pelo materialismo dialético, as expressões usadas pelos sectários dessas doutrinas, os seus conhecidos slogans, o objetivo de expor à desmoralização a autoridade constituída nos estados democráticos, a reiterada técnica de criar e estimular o ódio entre as classes sociais, sob o pretexto de defender o País contra o colonialismo e o imperialismo, tudo isso está claramente expresso e afirmado nos papéis em exame (DEAP/DOPS, 1968, folha 7, p. 50).

Evidenciando a insurgência estudantil a partir de um viés revolucionário contido nos panfletos presentes na reunião, percebe-se a estratégia dos militares em reconhecer conceitos fundamentais à doutrina marxista, como “colonialismo” e “imperialismo”, figurando um caráter subversivo dos estudantes, levando a entender que buscavam romper com a ordem vigente, promovendo manifestos e práticas e que, portanto, deveriam ser perseguidos e reprimidos (ZAPARTE, 2011, p. 68), conforme apresentado no documento, no qual os elementos são

enunciados como sujeitos que buscavam incitar uma rebelião popular através de ações violentas, visando modificar a estrutura político-social, valendo-se de “um plano de agitação em todo o território nacional” (DEAP/DOPS, 1968, folha 7, p. 50).

Logo, entende-se que ocorre um embate ideológico, no qual os militares buscavam deturpar a imagem dos estudantes ao mesmo tempo em que estes contra argumentavam, denunciando as práticas do regime de subserviência aos Estados Unidos e à repressão

[...] encerram ofensas ao govêrno constituído e às classes armadas. A injúria e a difamação inçam os papéis examinados. O Govêrno é capitulado [...] como “ditadura dos monopólios capitalistas”; como “govêrno integrado na política do imperialismo norte-americano”; e como “govêrno que garante a exploração latifundiária do campo”. O documento nº 3 tacha as classes armadas como “vendilhões e traidores”; como “camarilha militarista que assaltou o poder da República”; como instrumentos do “regime ditatorial-militar”, ao qual se deve mover guerra sem quartel [sic] (DEAP/DOPS, 1968, folha 8, p. 51).

Denotando um conflito de ideologias, abordadas como representações sociais criadas pela humanidade que podem ser utilizadas para tomar consciência e se emancipar nos conflitos sociais (MARX, 2008, p. 48), sendo historicamente necessárias por conta de sua validade psicológica, tendo em vista que as ideologias “organizam as massas humanas, formam terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição” (GRAMSCI, 1991, p. 62), ligadas diretamente às ações que influenciam no comportamento dos homens (COUTINHO, 2007, p. 112).

Ocorre, então, uma denúncia por parte dos interrogados sobre o caráter político-ideológico militar, estando, de um lado, os militares representados de forma vulgarizada e, de outro, os militares claramente incomodados com a forma como foram tratados, enquadrando-se no que Gramsci define como ideologia orgânica, ou seja, expressões ligadas à correntes históricas como o anticomunismo, defendido pelos militares, ao julgar os estudantes como subversivos revolucionários que deveriam, a todo custo, serem combatidos em prol da defesa nacional, difundindo então a sua hegemonia a fim de tornarem-se classes nacionais, influenciando nas ações das grandes massas (COUTINHO, 2007, p. 114), conforme o documento

Do referido, vemos que os denunciados agiram no sentido de fazer funcionar de fato os ilegais Partido Comunista Brasileiro e União Nacional dos Estudantes, distribuíram boletins e panfletos que constituem atentado à segurança interna, integrada na segurança nacional e praticaram atos destinados a provocar a guerra revolucionária e subversiva (DEAP/DOPS, 1968, folha 9, p. 52).

Diante desse cenário, na história da região paranaense, nota-se a tentativa de legitimar as práticas do Regime através do apelo à segurança nacional, demonizando as lutas sociais, intitulado-as como revolucionárias e subversivas e, por conseguinte, demonstrando que o Paraná, enquanto espaço de poder, também é insurgente.

Considerações finais

O Movimento Estudantil paranaense, como demonstra Zaparte, lutou pela democratização do ensino, denunciou a exploração econômica e a repressão violenta do Regime Militar (ZAPARTE, 2011, p. 115), conforme consta no documento da Operação Pente Fino, sendo nele tratado como um movimento revolucionário e subversivo.

As perseguições e a resistência se deram no início do Regime, no contexto do pós-golpe, o qual foi apoiado pelo então governador Ney Braga, que se encontrava amparado pelas Forças Armadas do Estado paranaense. Segundo Zaparte, no momento do golpe, os comandantes militares paranaenses que apoiavam o governo Goulart ou manifestavam-se contrários ao golpe foram presos, acusados de subversivos, evidenciando o início da repressão (ZAPARTE, 2001, p. 119). Com o objetivo de combater a insurgência e manter a hegemonia, normalizou-se a realização de operações policiais no estado, algumas delas organizadas pela DOPS e pelo DÓI-CODI como, por exemplo, a Operação Marumbi, cujo objetivo era prender os membros do Partido Comunista Brasileiro visando acabar com o “perigo vermelho” no território paranaense (ZAPARTE, 2011, p. 120).

Porém, as críticas ao governo militar e as práticas políticas “subversivas” se intensificaram no ano de 1968, juntamente com a repressão e a perseguição aos contestadores, sendo em sua maior parte estudantes, conforme demonstra o documento da Operação Pente Fino, a qual buscava a prisão de lideranças dos movimentos estudantis do Paraná, visto que militantes como, por exemplo, Vitorio Sorotiuk, estavam combatendo o funcionamento do regime através da tentativa de construção de uma nova hegemonia que impedisse o desenvolvimento da reforma conservadora no ensino superior, sendo então uma operação repressiva cujo principal foco eram os estudantes das áreas de humanas – perseguidos até os dias atuais –, por serem mais suscetíveis às lutas sociais e que, portanto, precisavam ser combatidos através de uma organização estratégica, movida por organizações policiais a mando do Estado (ZAPARTE, 2011, p. 139-145).

Por fim, a análise do documento trouxe à tona as evidentes estratégias por parte dos representantes do Regime Militar em construir uma narrativa que legitimasse suas práticas de

domínio da região, reforçando sua hegemonia, através da coerção e do domínio simbólico ao realizarem apelos em defesa da pátria, desqualificando os estudantes e os tratando como subversivos, “inimigos” da pátria, “ameaças” vermelhas, adjetivos ainda comuns nos discursos de hoje.

Fontes

DEAP/DOPS. Dossiê individual. Stênio Sales Jacob. 1968

SOROTIUK, Vitorio. **A Ditadura Militar e o Movimento Estudantil Paranaense**. 2012.

Referências bibliográficas

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Reginaldo B. A gratuidade do ensino nas universidades estaduais do Paraná: uma conquista da luta social. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes et. al. **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 307-320.

DURIGUETTO, Maria L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade.**, São Paulo: Cortez Editora, n. 118, abr/jun, p. 265-293, 2014.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JUNIOR, Durval M. A. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados – MS: UFGD, v. 10, n. 17, jan./jun., p. 55-67, 2008.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000

_____. **As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. São Paulo: Zahar, 2014.

MÜLLER, Luana Chinazzo. **Excedente de significação em torno da morte de Edson Luís: o sentido atribuído por *O Globo* ontem e hoje**. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 2018, Joinville. São Paulo: Intercom, 2018, p. 1-15. Disponível

em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0441-1.pdf>. Acesso em: 15/06/2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **A História Militar Tradicional e a Nova História Militar**. In: Simpósio Nacional de História, São Paulo. Anais do XVI Simpósio Nacional de História – ANPUH 50 anos: ANPUH, 2011, Editora ANPUH – SP, p. 1-16.

REMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2012

SPESSOTO, Márcia. LIMA, Simone. Gramsci: conceitos básicos. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí: UFMS, v. 3, n. 6, p. 104-120, jul/dez 2016.

VALLE, Maria R. A arquitetura do AI-5: os militares, o movimento estudantil e a imprensa. **REU**, Sorocaba, São Paulo, v. 43, n. 1, jul./dez., p. 99-111, 2017.

ZAPARTE, Andreia. **A DOPS e a repressão ao Movimento Estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

“Colorindo o passado com um valor que nos é caro”: memórias que educam, histórias que se entrelaçam

Maria Letícia Costa Vieira¹, UEPB

Resumo

Este estudo versa sobre a cultura escolar no Colégio Alfredo Dantas, tomando como objetivo trabalhar com a Cultura Escolar desenvolvida na instituição já mencionada no período de 1968-1987, o qual se situa no campo da História Cultural em diálogo com a História da Educação a partir das práticas de memória, dialogando com as perspectivas de Dominique Julia (2001), Verena Alberti (2004) e Foucault (2014). Adotamos como metodologia a coleta de narrativas de memória de ex-alunos e ex-professor, em que estes sujeitos educativos representam a escola em suas lembranças a partir das festividades, dos desfiles cívicos, do fardamento e apontam para sensibilidades educativas, cujos atos de memória permite alcançar. Esta pesquisa, acaba nos fazendo perceber que o Colégio Alfredo Dantas, é também espaço de sensibilidade, em que as emoções se afloram e as subjetividades podem ser lidas por meio das memórias.

Palavras-chaves: Cultura Escolar; Memória; Práticas Educativas; Ditadura Militar.

Abstract

This study deals with school culture at Alfredo Dantas School, taking as objective to work with the School Culture developed in the institution already mentioned in the period 1968-1987. These characteristics locate this study in the field of Cultural History, in dialogue with the History of Education from the practices of memory, dialoguing with the perspectives of Dominique Julia (2001), Verena Alberti (2004) and Foucault (2014). We adopted as method the collection of memory narratives of former students and teachers, since these educational subjects represent the school in their memories as of the festivities, civic parades and uniforms. Data collected point to educational sensitivities, whose acts of memory allow to achieve. This research ends up making us realize that the Alfredo Dantas School is also a space of sensitivity, in which emotions surface and subjectivities can be read through memories.

Keywords: School Culture; Memory; Educational Practices; Military Dictatorship.

Introdução

“Observamos, então, a escola como uma instituição ímpar, que se estrutura sobre processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento, constituidores da própria cultura, que não é monolítica, nem estática, nem repetível.” (Fabiany Silva, 2006, p. 205).

A epígrafe acima nos aponta para refletir sobre a escola como um espaço de cultura que

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB – Campus I). Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB- Campus I). Pesquisadora na linha de História Cultural das Práticas Educativas. Contato: lcosta3007@gmail.com / leticiahistoria@outlook.com.

desenvolve práticas e representações culturais importantes para os estudos históricos e sobretudo para o contexto da História da Educação entorno das práticas educativas. A história e memória de uma instituição escolar a partir das suas produções culturais, ou seja, da cultura da escola, abre portas para o ofício do historiador pois este através desse tipo de pesquisa consegue ressignificar num dado contexto histórico temporal e espacial da História da Educação a perspectiva da Cultura Escolar. Adotando a interpretação de Cultura Escolar como descreve Dominique Julia:

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização (JULIA, 2001, p. 10).

A partir dessa percepção, ao voltarmos nosso olhar para historiografia paraibana acerca da História da Educação campinense percebemos que está tratou de discutir perspectivas variadas sobre a participação das instituições escolares no processo histórico da cidade, levando em consideração que TORRINHA, 1945 *apud* SAVIANI, 2007:

A palavra “instituição” deriva do latim *institutio, onis*. Este vocábulo apresenta uma variação de significados que podem ser agrupados em quatro acepções: “1. Dispositivo; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina” (SAVIANI, 2007, p. 1)

Partindo da definição supramencionada nossa ponte de discussão é sobre uma instituição escolar que está em atuação há mais de 100 anos em Campina Grande, a qual tomamos aqui como nosso objeto de estudo, o Colégio Alfredo Dantas. Compreendendo que no contexto histórico- educacional ele apresenta sua importância educacional, formativa e cultural para a História da Educação campinense e paraibana.

Sabendo que a escola faz parte de uma parcela da nossa construção enquanto ser humano, tendo em vista que no interior da mesma existem complexidades e relações diversas, estas produtoras de culturas que se multiplicam e ganham sentido ao longo das nossas vidas. O Colégio Alfredo Dantas por sua vez é responsável por fazer parte da educação de diversas gerações na cidade de Campina Grande, um palco da construção de uma sociedade a partir de uma cultura própria e única da escola.

O espaço escolar nos apresenta experiências únicas e que têm a capacidade de marcar nossas vidas, dessa forma, discutir como é produzido esse processo que se transforma em uma

cultura própria da escola faz parte da nossa pesquisa em que, de acordo com SILVA (2006, p. 206):

A escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmento, fracionado ou não (SILVA, 2006, p. 206).

Ao pensar sobre o que pesquisar nos deparamos com milhares de questionamentos que por algum tempo não têm respostas, e é a partir da inquietação do que ainda não foi dito que somos impulsionados a pesquisar, apesar de existirem inúmeras pesquisas no campo da História da Educação sobre a Cultura Escolar produzida nas instituições de ensino, inclusive na instituição que escolhemos trabalhar no presente estudo, o Colégio Alfredo Dantas, nenhum outro trabalho toca no ponto em que abordamos. Tomando como norte, para o estudo com base na História da Educação entendermos que:

Escolas são instituições históricas e culturais que se assemelham na arquitetura e na estrutura organizacional. Ao mesmo tempo, cada escola é terreno diferenciado, em que subgrupos sociais com diferentes interesses se definem mutuamente, caracterizando sua cultura, dentro de determinado tempo, espaço e local. Estudar a rede de significados que compõe a cultura escolar permite a identificação dos mitos, crenças e valores que direcionam determinado grupo- escola, construídos ao longo do tempo pela história cotidiana vivenciada por seus membros, e que identificam cada escola em particular (FALSARELLA, 2018, p. 623).

A nossa problemática central se configurou em discutir como é produzida uma cultura escolar e de que modo as práticas de memórias elaboradas por ex-alunos e ex-professores permitem compreender a trajetória da instituição no período da Ditadura Militar e no processo de redemocratização (1968- 1987), fazendo com que as histórias e memórias existentes a respeito desse período sejam ressignificadas a partir da nossa investigação e pelas páginas da nossa pesquisa.

Para o recorte cronológico desse artigo, optamos por iniciar no ano de 1968, devido a disponibilidade no referente ao encontro das fontes para a captura de entrevistas e vamos até o ano de 1987 no qual já se tem passado todo o processo ditatorial e já se encontra no retorno à democracia, fase imprescindível para entendermos como era o contexto antes da Ditadura, durante e depois, levando em consideração a influência que esse período teve sobre a configuração da sociedade. O nosso principal objetivo quando pensamos acerca desses aspectos

desenvolvidos é mostrar a importância da discussão a respeito da Cultura Escolar no contexto da pesquisa em história no campo educacional, fazendo uma ponte entre a temática e as nossas motivações.

Acerca da nossa metodologia de pesquisa e coleta, as fontes consultadas e problematizadas, realçamos os arquivos, disponibilizados pela instituição de ensino aqui estudada, e as fontes orais, as quais foram coletadas através de entrevistas com ex-membros da instituição a fim de analisarmos as narrativas de memória destes e capturarmos o cotidiano escolar e as influências recebidas por esse ambiente devido a implantação da Ditadura Militar. Soma-se a essas abordagens a discussão de como o ensino de história no recorte temporal de 19 anos (1968- 1987) foi produtor da cultura escolar do Colégio Alfredo Dantas.

A partir da nossa investigação é possível compreender historicamente como a educação de gerações inteiras foram influenciadas no período da Ditadura Militar e quais mudanças esse período causou no ensino de história e na configuração da Cultura Escolar do Colégio Alfredo Dantas, sabendo que é a partir das práticas e representações que vivenciamos na escola que construímos nossa identidade.

Nesta perspectiva, nosso estudo abre portas para a construção da memória educativa do Colégio Alfredo Dantas, com destaque na influência da Ditadura Militar (1964- 1985) sobre a cultura e o cotidiano escolar na trajetória da instituição, sabendo que a partir deste é possível entender a funcionalidade e importância do espaço escolar supramencionado considerado de tradição geracional ao longo dos seus 101 anos, julgando por considerarmos a escola como uma instituição com cultura própria e original, e enfatizando a importância da Cultura Escolar esta que permeia todas as ações do cotidiano na escola.

Antecedentes históricos: Percursos de memória, trajetórias

[...] foi um colégio que marcou a minha disciplina, a minha organização [...] acho que a disciplina e a ordem foram interessantes demais até a chegada na universidade (João, 2019).

[...] pelo fato de eu ter sido aluno nos 60, nos anos 70 e ter voltado ao colégio nos anos 80 como professor, então eu me senti como uma semente, eu fui colocado lá e eu fui evoluindo e fui crescendo e aquela semente foi virando um arbusto, uma árvore, eu retorno devolvendo através dos meus frutos aquilo que o colégio fez por mim (Pedro, 2019).

As epígrafes acima, de dois ex-alunos da instituição², colaboradores da nossa pesquisa, corroboram com toda uma imagem a respeito do Colégio Alfredo Dantas³, tendo a ‘ordem’ falada por um deles, não só como uma questão de controle social, mas como a forma como ele se formou enquanto ser humano tem uma forte influência da responsabilidade que o colégio assumiu com relação a formação de uma sociedade, tomando o colégio como o principal meio para a construção do seu caráter, quando o pensamos como uma instituição de valores, normas e que serviu como um dos principais meios para a formação da sociedade campinense.

Ao analisarmos a segunda epígrafe é notória a importância que o Colégio exerceu na formação dos seus alunos, Pedro foi aluno e retornou para o colégio como parte de seu corpo docente, como ele mesmo se refere “eu retorno devolvendo através dos meus frutos aquilo que o colégio fez por mim”, ou seja, um enorme sentimento de gratidão permeia a memória desse ex-aluno e ex-professor de história.

O colégio surge em consonância ao ideal de modernidade da época, novas instituições sociais entram em cena na cidade de Campina Grande e em todo o contexto brasileiro, junto as ideias de modernização uma nova configuração permeava a cidade, novos meios de comércio, de vestir, de se portar atrelados ao caráter higienizador, pensava-se em uma sociedade voltada para o progresso, a disciplina e aos bons costumes, encontrando nas instituições educativas o caminho para a remodelação da sociedade, com esse novo caráter civilizador, e assim, o nosso objeto de estudo, o Colégio Alfredo Dantas entra em cena nessa nova perspectiva de levar o discurso do moderno para a sociedade.

A partir de então o Colégio Alfredo Dantas, que durante 23 anos encontrou-se denominado Instituto Pedagógico, carregou em seu seio forte ligação com a própria trajetória da cidade de Campina Grande- PB, fundado no ano de 1919, completou seu centenário no ano da efetivação da nossa pesquisa (2019), comprovando assim sua tradição e permanência enquanto influenciador de muitas gerações da cidade.

Figura 1:
Fachada do Colégio Alfredo Dantas no ano de 1974

² Os nomes utilizados nas citações, são codinomes, para preservar a identidade dos colaboradores.

³ Segundo o Memorial on-line do Colégio Alfredo Dantas, Fundado em 19 de fevereiro pelo Tenente Alfredo Dantas Correia de Góes, sob a denominação de Instituto Pedagógico. Funcionando na Rua Barão do Abiaí, 210, oferecendo os cursos Primário e de Preparação aos secundários, ministrados pelos Colégios oficiais.



(Arquivo Colégio Alfredo Dantas, fachada do colégio até 1974).

Por seu fundador ser o Tenente Alfredo Dantas Correia de Góes⁴ e sua esposa Yaya Dantas, um cunho forte de disciplina e ordem permearam a estrutura do colégio, e ao fundarem a instituição, traziam junto atrelado a isso o processo de modernização e educação da sociedade campinense, que em 1919 emergia ligado a diferentes e multifacetadas necessidades por todo o contexto brasileiro. Como retrata Andrade (2014):

Ditos e falas que tratam de uma cidade cosmopolita e moderna também amparam outras décadas, permanecendo na história de Campina Grande como efervescentes e eloquentes discursos que recorrentemente encontramos em jornais, músicas, almanaques e revistas. Referenciada como uma cidade sede de grandes eventos, a segunda maior do estado paraibano, Campina Grande tem sua história narrada e cantada por inúmeros estudiosos e artistas, que a descrevem como cidade moderna e em constante progresso, produzindo, como vimos, um imaginário e uma memória cidadina de avanço e urbanização. O charme e o encanto que despertam esses discursos gestam uma sensibilidade e um orgulho de pertencimento à cidade, levando seus sujeitos a legitimarem e a se identificarem com essa imagem construída de forma convincente (ANDRADE, 2014, p. 64).

Refletimos, dessa forma, a relevância do Colégio Alfredo Dantas⁵, que conduzia consigo o ideal de uma cidade em constante avanço, pensar na cidade de Campina Grande nesse contexto, evoca pensar nas instituições de ensino como meio pelo qual a educação e

⁴ Segundo o *Memorial Urbano de Campina Grande* (1996), Alfredo Dantas Correia de Góes nasceu em Teixeira (PB) em 17/11/1870. Filho do Dr. Manoel Dantas Correia de Góes, presidente interino da Paraíba em 1889, casou-se com Ana de Azevedo Dantas (Yayá). Faleceu em 19/02/1944 de câncer. Atualmente a cidade de Campina Grande possui o Colégio Alfredo Dantas, uma rua e uma praça com o nome do Tenente. (ANDRADE, 2014, p. 19).

⁵ Ao longo da pesquisa utilizaremos a denominação de Colégio Alfredo Dantas, mesmo quando nos referirmos a ele enquanto Instituto Pedagógico, tomando como base a denominação que vigora até a atualidade, Colégio Alfredo Dantas.

modernização da cidade viria a acontecer, tendo em vista que é a partir do colégio, pensando nos moldes da época, da instituição educativa que a civilidade ganharia forma e identidade, que chega através dos discursos e das práticas educativas.

Esperamos inteirar no decorrer da nossa investigação, uma considerável quantidade de detalhes sobre as práticas de memória constituídas na instituição supramencionada, essa que até o presente momento permanece em vigência em nossa sociedade, mas olhando para a mesma como fundamental na configuração da identidade campinense, e que esteve atrelada desde os primeiros sintomas de modernidade de Campina Grande, permeando e instituindo uma forte influência na Cultura Escolar na sociedade.

Figura 2:
Fundadores da Instituição



(Fonte: Arquivo do Colégio Alfredo Dantas, Tenente Alfredo Dantas Correa de Goes e sua esposa Yaya Dantas, fundadores do colégio).

Andrade (2014), nos alerta sobretudo para a chegada da urbanidade em Campina Grande, sobre a divergência entre o contexto social e as emergências da época, ou ainda como essa ideia de modernidade está fortemente atrelada a ideia de nação, identidade nacional e na construção de uma pátria, como sugere:

Essas formas de ver a cidade assumiam diferentes ares. Os discursos que desenhavam uma cidade de progresso, civilização e modernidade eram frutos de um chamado nacional, que buscava afastar dos novos modelos urbanos, as práticas associadas a um passado colonial e imperial. Nascimento (2013) alerta que essa questão da modernidade no Brasil surge em paralelo à constituição de uma identidade nacional. Aparece já no século XVIII, como eco das ideias iluministas e ganha maior envergadura no século seguinte, no bojo dos movimentos por independência (ANDRADE, 2014, p. 71).

Como consequência dessa “missão civilizadora”, o Colégio Alfredo Dantas foi o precursor de uma educação profissional na cidade, em seus primeiros anos exerceu função

formadora em todos os níveis de ensino, e durante o nosso recorte temporal (1968- 1987), ainda estavam vigentes os ensinamentos técnicos.

O Colégio Alfredo Dantas, põe em relevo as formas de pensar, encarar o mundo, ver o mundo, mas não deixa de ser lugar de sensibilidades e emoções. Cabe pensar que a relação entre memória e história se dá sempre em uma tensão constitutiva e produtiva que existiu no colégio. Escrever a história a partir do trabalho sobre memória impõe a tarefa da escuta do outro, a atenção com a linguagem por meio da qual o outro se faz presente no mundo e constrói significados para si e para o outro em tempos diversos.

Neste sentido, há um trabalho de elaboração do passado por parte dos interlocutores que deve ser objeto da atenção de quem entrevista, pensando que a memória é uma produção situada, mas não absolutamente individualizada, na medida em que aquilo que se lembra e se narra, faz parte de um repertório compartilhado que define muito do que pode ser lembrado e enunciado por meio da expressão oral.

É neste sentido que analisar as condições de surgimento e elaboração da cultura escolar da referida instituição pode ser apresentado como um trampolim para ler, pensar e estabelecer outras relações com a história da cidade de Campina Grande no período delimitado, contextualizado no ponto seguinte.

Trajetos históricos do Colégio Alfredo Dantas (1968- 1987)

[...] esse período em que eu comecei a estudar, foi o período do início da Ditadura Militar, então havia uma influência muito grande do governo militar sobre a educação (Pedro, 2019)⁶.

A partir da fala de Pedro, enquanto aluno do Colégio Alfredo Dantas, identificamos o contexto sendo tempos marcados pela Ditadura Militar, cujas ações foram retroalimentadas por setores da sociedade civil, aqui pretendemos ajudar a entender os trânsitos compartilhados e as referências negociadas naquele período de repressão, mas também de produção de outras sociabilidades e resistências diretas ou indiretas à maquinaria institucional do Estado Ditatorial, através das sensibilidades pretendemos olhar para a história oral como Alberti (2004) acentua:

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu- e, por isso dá vida a- as conjunturas e estruturas de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o, temos a sensação de que as discontinuidades são

⁶ Os nomes utilizados nas citações, são codinomes, para preservar a identidade dos colaboradores.

abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos (ALBERTI, 2004, p. 14).

Falar sobre esse contexto evoca nas memórias uma forte presença da disciplina⁷ e da influência do Estado no cotidiano escolar e nas formas de ensino, como podemos identificar na fala de Pedro enquanto ator social da escola:

[...] havia uma influência muito grande do governo militar sobre a educação, inclusive foram criadas disciplinas ideológicas, como Educação Moral e Cívica, e Organização Social e Política do Brasil (Pedro, 2019)⁸.

Os anos que delimitamos como nosso recorte temporal equivalem ao início de uma atmosfera de repressão e intolerância aos segmentos que tomavam diretrizes não niveladas com as ideologias do Estado Ditatorial, e entra em cena, opções para incutir essas ideologias por meio da mescla de disciplinas como História, Filosofia e Sociologia, por Educação Moral e Cívica, e Organização Social e Política do Brasil. Como afirma Sá (2006):

No plano educacional, o Estado institui, a partir da reforma de 1971, os Estudos Sociais, mesclando História e Geografia às Disciplinas Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Os conteúdos e os objetivos das disciplinas História e Geografia foram direcionados para um modelo propagandista e cívico de educação, em consonância com a política repressiva do Estado ditatorial (SÁ, 2006, p. 56).

Partindo das reflexões elaboradas por Sá (2006), entendemos que as ideias norteadoras dos Estudos Sociais, ou seja, a mescla entre História e Geografia junto as disciplinas de Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, tinham o intuito de moldar os indivíduos à realidade que se impunha, esses como cidadãos que cooperavam com os ideais da Ditadura Militar. Não existia dessa forma, liberdade para se pensar fora dos moldes da realidade instituída, sempre presando pelos objetivos nacionais.

Durante o período de Ditadura Militar, vários colégios aderiram as exigências do Governo, diferente dos outros, o Colégio Alfredo Dantas já tinha em seu repertório da cultura escolar um cunho de disciplina e moral forte, devido toda conjuntura de sua fundação e as ideias pertinentes ao Tenente Alfredo Dantas⁹, seu fundador. Como João, então aluno do colégio na época enfatiza:

⁷ No livro *Microfísica do Poder*, Michel Foucault define que “a disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. E o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental” p. 98

⁸ Os nomes utilizados nas citações, são codinomes, para preservar a identidade dos colaboradores.

⁹ Por se tratar de um Tenente, sua formação militar acaba por influenciar diretamente a constituição da cultura escolar, prática acolhida no Colégio Alfredo Dantas, este desde sua fundação, enquanto Instituto Pedagógico.

[...] era muita disciplina no Alfredo Dantas. Então, hora de intervalo era hora de intervalo, hora de assistir aula, era hora de assistir aula, diferentes de outros colégios contemporâneos, por exemplo 11 de Outubro, Pio XI, eram colégios que reinava mais uma certa liberdade de juventude transviada, de bagunça, desse tipo de coisa, no Alfredo Dantas não, você tinha advertências, se tivesse fazendo alguma coisa errada, de uma primeira vez você recebia uma advertência, de uma segunda vez você recebia a transferência, saudosa memória lembro do professor Loureiro, que dava aulas, aquelas que eram consideradas aula vaga e entrava pra falar de moral e bons costumes, um colégio com muita hierarquia e muita disciplina (João, 2019)¹⁰.

O lugar de fala dos atores sociais entrevistados ao longo da pesquisa, torna pertinente a ideia de uma exaltação da disciplina, essa que permeia toda a conjuntura histórica do Colégio Alfredo Dantas. Disciplina sendo definida por Foucault, como:

O momento histórico das disciplinas é quando nasce uma arte do corpo humano, que não visa apenas o desenvolvimento das suas capacidades, nem o aprofundamento da sua sujeição, mas a formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto mais útil e inversamente (FOUCAULT, p. 117, 1975).

A disciplina em nosso trabalho acaba por ter dois vieses importantes, o primeiro sugerido por Foucault, na citação acima, a disciplina¹¹ como sendo o meio pelo qual se molda os corpos e os fazem uteis e dóceis¹² para os desejos e mecanismos do Estado, e disciplina, por sua vez, enquanto promotora de seres com caráter e respeito para e em função da nação.

Figura 3:
Professor Loureiro em uma de suas participações em sala



¹⁰ Os nomes utilizados nas citações, são codinomes, para preservar a identidade dos colaboradores.

¹¹ Começa a nascer uma «anatomia política», que é também uma «mecânica do poder»; define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se deseja, mas para que funcionem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determinam. A disciplina fabrica assim corpos submetidos e exercitados, corpos «dóceis». A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos económicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1975, p.117).

¹² O conceito de corpos dóceis foi formulado por Michel Foucault, em seu livro Vigiar e Punir, publicado em 1975, desenvolvendo a genealogia como método para análise das relações de poder- saber em sua capilaridade.

(Fonte: Arquivo Colégio Alfredo Dantas).

Na figura acima, observamos a presença do Professor Loureiro, então diretor do Colégio Alfredo Dantas, em uma das suas visitas as salas de aula, a sua presença denotava respeito e ordem nas turmas, como se refere Foucault (1975):

O exercício da disciplina pressupõe um dispositivo que coaja por meio do olhar; um aparelho no qual as técnicas que permitem ver induzam efeitos de poder, e no qual, em contrapartida, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre os quais se exercem (FOUCAULT, 1975, p. 138).

A disciplina permeou esses lugares de memória, as carteiras enfileiras, os fardamentos intactos, a personagem do diretor visitando as salas de aula para observar, fazer o exercício da disciplina, a participação dos alunos, toda uma atmosfera de vigilância é configurada na escola, e o não cumprimento dessa disciplina acarretaria punições, advertência e transferência, modos de controle e de ordem.

O período de Ditadura Militar junto ao exército, foi responsável por diferentes formas de controle na educação, seja na forma do discurso, ou nas normas e regras, entendendo que cada ação do Governo exprimia a necessidade de impor seus objetivos enquanto representante da nação, que deveria ser cada vez mais disciplinada, corpos dóceis, frente aos controles sociais. Maria, ex-aluna do Colégio Alfredo Dantas, recorda:

A gente não tinha liberdade de ficar em corredor, de ficar batendo papo, a gente não tinha liberdade nenhuma, você ia pra escola pra estudar. Entrou na escola não podia sair, só saía quando pudesse sair, se alguém lhe encontrasse na rua, no horário de aula, fardado, na hora da aula, qualquer um, ia e falava na escola, que tinha um aluno, e tava com o uniforme da escola em tal lugar, quer dizer, era pra ele tá na escola, iam descobrir quem era o aluno, quando o aluno chegava lá, falavam com o aluno e os pais do aluno, a gente não tinha liberdade. A gente não tinha espaço pra bagunça, o que eu lembro da escola é que tinha moral, tinha ordem, o que não vejo tanto hoje (Maria, 2019)¹³.

A ordem e o progresso eram ideologias compartilhadas por todos os ambientes que tinham como viés controlador o Estado, nas práticas escolares desta instituição não foi diferente, isso acarreta inúmeros fatores para a discursão, que ganha folego a partir das narrativas de nossos colaboradores, entre eles um que se articula enquanto estudante e posteriormente professor, ou seja, que acompanhou as mudanças ditadas pelo período, como faz a analogia a duas fases:

¹³ Os nomes utilizados nas citações, são codinomes, para preservar a identidade dos colaboradores.

[...] os Colégios eram obrigados a participarem do desfile e por extensão nós éramos obrigados a participarmos dos desfiles, agora, de qualquer forma essa obrigatoriedade não incomodava tanto a gente não, porque, por exemplo principalmente no período do ensino fundamental, que foi o período mais difícil, do ponto de vista do autoritarismo, é porque a partir dos anos 70 uma nova etapa surge, a organização da oposição, a resistência à Ditadura Militar foi aumentando, foi crescendo, e aquilo instigava muito a gente, no sentido de se posicionar criticamente e tal, mas na primeira fase a idade da gente era muito pequena ainda, então a gente não sentia com tanta clareza quanto nos anos 70, nos anos 70 a gente já tinha mais idade, mais criticidade (Pedro, 2019)¹⁴.

Pensar a partir da fala de Pedro, nos revela a influência da Ditadura Militar na Cultura Escolar do colégio, essa que vai se moldando aos mecanismos do período ditatorial, e ao mesmo tempo, nos faz entender que com o passar dos anos, os sintomas dessa influência no cotidiano escolar vão ficando mais nítidos, com o crescimento de correntes de pensamento contrárias a Ditadura Militar.

A Cultura Escolar é um dos fatores primordiais da escola, seria a alma da instituição, aquela que teria a essência formadora de opiniões, que delimita toda a conjuntura a qual a escola deve ser submetida, tais como: as normas, regras, os fardamentos, as festividades que merecem a atenção dos alunos e personagens do colégio, e em meio a essa cultura, ter a interferência dos mecanismos militares acaba por intrometer-se diretamente na formação das identidades dos atores sociais da instituição de ensino e consequentemente da sociedade.

A fotografia abaixo, demonstra essa interferência em um dos desfiles de 7 de setembro do Colégio Alfredo Dantas, nos anos 60, início da Ditadura Militar, na faixa carregada por dois alunos da instituição, conseguimos identificar um dos principais jargões do Regime Militar “Liberdade: Ordem e Progresso”, o qual remete a todos os que estavam assistindo ao desfile que, a ordem e o progresso seriam a solução para que o povo brasileiro conseguisse a tão sonhada liberdade.

Figura 4
Desfile de 7 de setembro nos anos 60

¹⁴ Os nomes utilizados nas citações, são codinomes, para preservar a identidade dos colaboradores.



(Fonte: Arquivo Colégio Alfredo Dantas. Desfile cívico 7 de setembro, anos 60).

A forma como a Ditadura Militar interferiu na vida e no cotidiano na escola, e consequentemente na sociedade, está na imposição de novas normatizações ou a mescla dessas com disciplinas da área de humanas, as quais deveriam expandir e incitar o posicionamento crítico dos alunos, está nos fardamentos com símbolos que remetem a militarização, sendo o meio pelo qual o colégio desenvolveu sua disciplina, a moral e os bons costumes, no controle dos corpos, dos pensamentos e no incentivo e fortalecimento da unidade nacional, pois o contexto político e social influenciava no espaço escolarizado e nas práticas educativas nele desenvolvidas.

É a partir desse contexto, capturando e ressignificando as memórias em forma de narrativas orais, que conseguimos fazer nossa construção historiográfica, pautada nas sutilezas e sensibilidades desse período que marcou a história do nosso país, bem como os trajetos históricos da cultura escolar nesta instituição.

Conclusão

Nosso estudo nos permitiu compreender a importância da instituição escolar e das produções que a escola desenvolve a partir da sua cultura, tais como fardamentos, desfiles cívicos, festividades, momentos marcantes na vida de seus alunos, que nos ajudaram para compreender a memória educacional brasileira e paraibana a partir do contexto da Ditadura Militar.

Partindo dessa perspectiva, ter desenvolvido essa pesquisa foi relevante no entendimento de como o Colégio Alfredo Dantas desenvolveu práticas de memória no contexto da cultura escolar no período da Ditadura Militar, período este, marcado por exceção e opressão, e que repercutiu seus sintomas ditatoriais na escola, sobre as festividades cívicas, os fardamentos, o ensino de história e geografia, no cotidiano próprio da escola.

Pesquisar sobre a cultura da escola com base nos relatos dos alunos e de um ex-professor nos fez perceber como a escola ao longo desse período que recortamos para estudo, desenvolveu diferentes práticas educativas que foram recepcionadas por estes como importantes, pois formaram a consciência dos mesmos, junto a um momento de opressão, em que a escola estava representando uma ideia de poder que vinha dos Governos militares.

Entretanto, essa pesquisa, nos fez perceber que o Colégio Alfredo Dantas, é também espaço de sensibilidade, em que as emoções se afloram e as subjetividades podem ser lidas através das memórias. Memórias essas que contribuíram para nos fazer pensar essa instituição como esse espaço de saudade, de lembrança, ressignificando e dando voz aos ex-alunos e ao ex-professor que participaram da nossa investigação.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942)**. 302 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2014.

ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto de Estudo**. Revista Brasileira de História da Educação, nº 1, Maringá, PR, 2001.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa**. Editora UFPR. Educar, Curitiba, n. 28, p. 201- 216, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas- SP, HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. (Coleção Memória da Educação).

SÁ, Patrícia Teixeira de. **A socialização de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2006.

FALSARELLA, Ana Maria. **Os estudos sobre a cultura da escola: Forma, tradições, comunidade, clima, participação, poder**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 144, p.618- 633, jul- set, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. Roberto Bélgica. França, 1973 e 1980.

_____. **1926-1984- Vigiar e punir- Nascimento da Prisão** – Tradução de Raquel Ramallete. Ed. 42. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Simone de Beauvoir para além da França: Como o livro “O Segundo Sexo” influenciou diversas gerações em diferentes locais do Mundo?

Ana Carolina de Montmorency Pestana Varizo¹, UNIRIO

Resumo

Simone de Beauvoir foi autora de um dos primeiros livros questionando o papel feminino construído pela sociedade, levantando neste uma série de questões e influenciando fortemente o pensamento da época. Tendo isso em vista, o presente artigo pretende abordar como, apesar de ser muito criticada pelas gerações seguintes, a figura de Simone de Beauvoir se mantém presente no imaginário das mulheres feministas durante todas as ondas do movimento, de 1949 até o momento. Utilizando o livro “O Segundo Sexo” para apresentar a perspectiva da autora em ênfase e outras fontes como documentários, filmes e livros de outras autoras, buscarei demonstrar a influência do estudo da autora e sua contribuição ao redor do mundo.

Palavras chave: Simone de Beauvoir; feminismo; patriarcado.

Abstract

Simone de Beauvoir was the writer of one of the first books which questioned the feminine role created by society, raising on that lots of questions about feminism and strong influencing thoughts about it at her time. Keeping this in mind, the present article is going to approach how, besides the critics she acquired of the following generations, the portrayal of Simone de Beauvoir stays present in the feminists' foresight on every surge of the movement so far. Using the book “The Second Sex” for the present perspective of the author and others references as documentaries; movies and books from another author, pointing how her studies influenced and contributed around the world.

Key-words: Simone de Beauvoir; feminism; patriarchy.

Nos dias de hoje, há um senso comum de que é impraticável falar de feminismo sem mencionar Simone de Beauvoir. Escritora, filósofa, ativista política, teórica social, essa mulher nos contribuiu em diversas áreas do conhecimento, principalmente para os estudos de gênero. Pioneira nas pesquisas sobre tal área é considerada por muitas autoras e ativistas como a “avó” da segunda onda do movimento feminista devido à influência de seu livro “O Segundo Sexo”, que se tornou uma espécie de bíblia feminista.² Sendo assim, meu objetivo neste artigo é falar sobre as repercussões ocasionadas por tal livro para além de seu país e época, uma vez que

¹ Graduanda da Escola de História/UNIRIO, orientada pela Professora Doutora Claudia Regina Andrade dos Santos, e-mail: acvarizo@gmail.com

² O número de vendas do primeiro livro de “O Segundo Sexo” em sua primeira semana foi de 22 mil exemplares. Os trechos deste, antes publicados na revista “Les Temps Modernes” fizeram a revista bater recordes de venda. CHAPERON, Sylvie. “Auê sobre O Segundo Sexo”. Cadernos Pagu. Edição nº 12. 1999: p.37-53.

Beauvoir iniciou uma corrente de questionamento sobre construção e identidades de gênero, se tornando base para muitas pesquisas que seguiam ou até mesmo divergiam do seu pensamento, a criticando.

Para explicar a influência de Simone de Beauvoir nos movimentos feministas internacionais precisamos entender o que foram esses movimentos e como foram constituídos. Segundo as autoras como Elizabete Rodrigues e Milena Santos de Jesus, o movimento feminista é dividido em ondas³: A Primeira Onda se iniciou no final do século XIX e se estendeu até a década de 1920, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nesta época o intenso ativismo era em busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Entre eles, reivindicaram por direitos políticos, como por exemplo, o direito de voto; pelo fim de casamentos arranjados; pelo direito de possuírem propriedades sem diferenças contratuais; pelo livre direito de escolha e pelo direito sobre o próprio corpo. Sendo assim, o foco nessa primeira onda foi à busca por direitos sobre o próprio corpo, respeitando seus sentimentos e vontades.

Já a Segunda Onda do Movimento Feminista se deu dos anos 1960 a 1980, quando foi possível identificar uma grande quantidade de manifestações por direitos e mudanças na sociedade ao longo de toda Europa e de todo continente americano. Enquanto na Primeira Onda o foco era a reivindicação de direitos, na Segunda Onda a luta por direitos continuava, porém neste período exigiam uma mudança na sociedade, uma vez que entendiam que a desigualdade existente entre homens e mulheres, tanto no campo político e econômico como no doméstico, era resultado da estrutura sexista social vigente, construída e perpetuada pela mesma. Além disso, a segunda onda passou a criticar a ideia de que as mulheres só teriam satisfação no ambiente doméstico, principalmente quando durante a segunda guerra mundial, e após esta, muitas mulheres se lançaram no mercado de trabalho. Assim, as feministas buscavam combater a discriminação presente nos ambientes de trabalho, como diferença de salário e proibição para certos cargos e empregos, exigindo completa igualdade de gênero.

Foi nesse mesmo período que, segundo a autora Bell Hooks, foi introduzido o Estudo de Mulheres nas universidades. Anteriormente, este era aprendido em grupos que se reuniam para debater questões sexistas e formas de desafiar o patriarcado e começaram a tecer o que chamamos hoje de “teoria feminista”⁴. Segundo Hooks,

³ Trabalho com este conceito aqui, porém deixo claro que há estudiosos de gênero e de estudos feministas que divergem desse conceito de ondas feministas.

⁴ Nessa parte de seu livro “O feminismo é para todo mundo”, a autora tece uma crítica sobre o Estudo de Mulheres ter saído dos grupos e ter sido inserido no ambiente acadêmico, afirmando que o movimento deixou de ser difundido para todos, se mantendo restrito ao ambiente acadêmico e causando enfraquecimento na identificação com a causa.

A institucionalização dos Estudos de Mulheres ajudou a espalhar a notícia sobre o feminismo. Ofereceu um local legítimo para conversas ao proporcionar um grupo contínuo formado por mentes abertas. Estudantes que frequentavam aulas de Estudos de Mulheres estavam lá para aprender. Queriam saber sobre o pensamento feminista. E foi nessas aulas que muitas de nós acordamos politicamente (HOOKS, 2018, p. 19).

Desta forma, as mulheres que ingressavam no ensino superior daquela época foram sendo introduzidas ao universo feminista e isso contribuiu para o aumento do questionamento e crítica ao patriarcado e para o crescimento do movimento, assim como suas ramificações.

A Terceira Onda se inicia nos anos 1990, novamente em peso na Europa e por todo o continente americano. Esta vem como complemento das últimas duas, mas tecendo críticas a estas também. Uma das críticas feitas pela autora Bell Hooks é que o movimento só abrangia a experiência de mulheres brancas de classe média-alta, não atendendo a demanda de mulheres de outras raças e classes. As mulheres brancas, com ênfase nas norte-americanas, se auto proclamavam líderes do movimento, deixando a questão racial, que tentava ser colocada em pauta desde a segunda onda, por exemplo, de lado. Esta Onda foi marcada diversos questionamentos internos, florescimento de novas ideias e conceitos e redefinição de estratégias.

Assim, é possível entender que o feminismo é um discurso de caráter intelectual, filosófico e político que busca romper os padrões tradicionais e acabar com a opressão sofrida pelas mulheres em diversas sociedades. Portanto, ser feminista é lutar por tudo que foi citado acima para “o momento em que toda garotinha nascer tenha uma oportunidade igual a dos seus irmãos” (GAVRON, 2015).

Simone de Beauvoir entra como grande influência na Segunda Onda do movimento e suas obras são debatidas até hoje. Para falar de suas obras, é necessário entender a trajetória de vida da autora para entender como chegou ao existencialismo filosófico, por exemplo, que teve muita influência no seu modo de viver e pensar.

Simone de Beauvoir nasceu em Paris no ano de 1908, sua família era descendente de aristocratas, seu pai era ateu e sua mãe uma católica extremamente devota. Ela aprendeu a ler cedo, com 3 anos de idade, quando decidiu que queria ser freira. Após a família sofrer com problemas financeiros, ter de se mudar para uma série de apartamentos sórdidos e seguir a regra do desperdício zero, Simone passou a ser completamente abnegada, gerando ao longo de sua vida o desprezo pelo materialismo. Aos 14 anos voltou-se para o ateísmo, convicção esta que a fez se interessar pela filosofia e, posteriormente, se tornar a professora de filosofia mais jovem da França. Além disso, ainda jovem se envolveu com Jean-Paul Sartre, seu parceiro de vida e

trabalho, porém estes jamais se casaram, uma vez que Simone era contra a instituição do matrimônio. Segundo ela, “a burguesia inventou nestes últimos anos um estilo épico: a rotina assume o aspecto de aventura, a fidelidade, de uma loucura sublime, o tédio torna-se sabedoria e os ódios familiares são a forma mais profunda de amor.” (BEAUVOIR, 1967, p. 233-234).

Simone obteve certo sucesso com o romance “A convidada” e seus artigos sobre ética existencialista, porém foi com o “Segundo Sexo”, considerada por muitos sua obra-prima, que ela disparou para a fama. O impacto deste livro foi extraordinário, tendo várias edições e transformando a autora na referência do feminismo do século XX. Tudo isso porque não havia chegado até aquele nível de visibilidade alguém que tenha falado da opressão sofrida pelas mulheres ao longo da História; da necessidade do homem ser sempre o sujeito da ação e a mulher ser o outro, o ser passivo colocado em segundo plano, sempre inferior e incompreendido. Ela afirma que as mulheres são tratadas dessa forma devido a atitudes sociais e culturais presentes nas diversas sociedades existentes e não devido às características inatas de inferioridade. Ao se depararem com as afirmações feitas por Beauvoir e suas críticas a sociedade, muitas mulheres, de diversas localidades, se identificaram com o discurso e estavam cansadas de serem marginalizadas, colocadas em segundo plano. Isso alimentou, assim, as bases ideológicas do movimento.

Em seu livro “O Segundo Sexo”, ela afirma “Não se nasce mulher, torna-se mulher” e explica, a partir do existencialismo, a construção social do ser mulher. Isso impacta fortemente na Europa e nas Américas, uma vez que os jovens estavam cada vez mais se movimentando em busca de direitos civis, principalmente os direitos das mulheres, que começaram a ser reivindicados na primeira onda. A autora que até então não se considerava feminista, após uma autocrítica, declara que a luta dos sexos deve caminhar lado a lado com a luta de classes, sendo estas travadas ao mesmo tempo, apoiando assim o movimento, porém não se envolvendo e nem se declarando feminista. Ela acreditava ser uma intelectual, ligada a Sartre e ao projeto editorial da revista *Les Temps Modernes*, e também afirmava que apesar de seu livro ser o ponto de partida de muitos movimentos feministas ao redor do globo, sendo muito útil às militantes, este não era um livro militante e sim, uma reflexão sobre a situação das mulheres presentes na sociedade (MORAES, 2015, p. 130). A partir dessa declaração, é possível enxergar o grande objetivo da Segunda Onda do Movimento Feminista, onde a autora teve grande influência, é a busca por direitos sobre si.

A partir da leitura do artigo da Maria Lygia Quartim de Moraes é possível falar do caso do movimento feminismo brasileiro e do movimento feminista francês, como um influenciou o

outro e como a autora e filósofa teve uma grande influência nos dois. Ambos se encontram presentes na Segunda Onda do movimento que teve como marco os movimentos estudantis globais em 1968 e as questões que este levantou para o futuro de diversas sociedades. A juventude estava politizada, unida contra o imperialismo norte-americano, às burocracias dos partidos comunistas, aos graves erros políticos do socialismo soviético, aos valores burgueses e conservadores da época e defendiam os direitos civis de mulheres e negros. É possível observar que estes eram em sua maioria vítimas da repressão político-militar das ditaduras na América Latina, como foi o caso dos brasileiros que buscaram exílio ou fazer pós-graduação em outros países, como por exemplo, a França.

A França foi a escolha de muitos exilados e dos estudantes, uma vez que na época o Partido Comunista Francês era uma organização respeitada e extremamente atuante na luta por direitos. Se tornando assim, o epicentro político da época e reforçando a aliança entre a esquerda francesa e os militantes políticos. Foi no exílio que muitos criaram família e onde se exaltou mais ainda a contradição de gênero. A partir da formação dessas famílias, se observou que as queixas das ex-guerrilheiras não eram tão diferentes do comum das mulheres, principalmente ao se tratar de tarefas do lar e com os filhos. Foi com a esquerda francesa no auge com sua luta por direitos, entre eles abraçaram a causa feminista, que a França se tornou o centro irradiador do feminismo europeu.

Foi nesta França, que o livro “O segundo sexo” fez sucesso e que colocou Simone de Beauvoir sob as luzes do holofote da fama. As brasileiras, que se encantaram com a autora e filósofa francesa, quando voltaram para o Brasil a partir da lei da anistia buscaram se articular e criar revistas e jornais, entre eles o *Nós Mulheres*, para difundir tais pensamentos, tendo como referência o marxismo, que foi também serviu de referência para Simone, e se utilizando da bíblia feminista, como ficou conhecido “O Segundo Sexo”, para conscientizar as mulheres de sua luta, as chamando para brigar por seu direito lado a lado. Assim, se o movimento feminista brasileiro surgiu por influência do movimento feminista francês e a grandes produções textuais, entre elas, o livro citado acima.

Outro ponto onde é possível observar a influência de Simone de Beauvoir além da França é o documentário “Feminists: what were they thinking?”. Produzido pelo Netflix e dirigido por Johanna Demetrakas em 2018, O documentário tem como objetivo mostrar a partir de fotografias e entrevistas com mulheres famosas em diversas áreas, estudiosas da área de gênero, ativistas do feminismo atuais e ativistas do movimento feminista dos anos 1970,

demonstrar como o despertar do feminismo em cada uma mudou a sua postura de se colocar para o mundo, naquela época e agora.

Segundo declarações presentes no documentário, se sentia na atmosfera americana que este era o momento em que pessoas de diversos países se uniam para protestar pela causa das mulheres. Sob o exemplo de muitas mulheres fortes e, na maioria dos casos, próximas às entrevistadas, estas mulheres após terem acesso ao feminismo se tornaram diferentes tanto no pensar quanto no agir. A maioria ao citar autoras de influência toca no nome de Simone de Beauvoir e seu livro, além da influência clara de suas mães e amigas. As mais antigas foram às reuniões nos anos 1970, como Bell Hooks nos situa em seu livro “O feminismo é pra todo mundo” (2018), sendo seu primeiro contato com o feminismo, e onde os ideais do feminismo eram difundidos e questões eram trazidas.

Vale ressaltar que neste documentário mostra a História de mulheres como Judy Chicago e Miriam Schapiro, que criaram em 1972 a “Woman’s house”, juntamente com o programa de arte feminista da Cal Arts, onde a partir de diversas formas de artes, todas criadas por mulheres, onde apresentavam seu ponto de vista sem tentar se encaixar nos padrões da época, que eram os masculinos. Elas queriam fazer arte como uma mulher e não fazer arte “como um homem” para ter sucesso. Após o fim da exposição “Woman’s house”, as mesmas mulheres buscaram criar uma instituição onde estas e outras mulheres pudessem ser livres para ser e para criar, para serem e se sentirem fortes, poderosas e competentes; criar um lugar para passar a cultura feminista, nasceu assim o Woman’s Building em Los Angeles, Califórnia.

Um fato observado, tanto nos textos que me baseei para escrever quanto no documento, é o de que o feminismo durante a primeira e segunda onda buscava atender os interesses das mulheres brancas de classe média-alta, excluindo assim mulheres de outras etnias e classes presentes na Europa e nas Américas. Como foi bem levantado pela professora Funmilola Fagbamila e pela ativista e radialista Margaret Prescod no documentário citado, as mulheres negras e suas pautas foram negligenciadas diversas vezes pelo movimento. Estas não podiam falar de questões de gênero dentro do movimento negro e não podiam falar das questões da sua raça no movimento feminista, logo se encontravam sem qualquer tipo de representação efetiva. Mesmo após a Terceira Onda do movimento feminista, este problema se mantém presente até hoje, pois mesmo com as pautas crescente dos movimentos feministas de cada país, não abrange todas as singularidades da pauta de cada raça/etnia/classe ainda.

Em 2019, 70 anos após a publicação da 1ª edição do “Segundo Sexo”, encontramos uma situação peculiar no Brasil. Nas eleições de 2018 para presidente, o candidato Jair Messias

Bolsonaro foi eleito, deixando explícito que o eleitorado brasileiro médio era claramente conservador. Tomando posse em 1 de janeiro de 2019, o então presidente apresentou seus respectivos ministros para as áreas do ministério de seu governo. Chamarei atenção para a atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves. A digníssima ministra deveria, supostamente, defender os interesses das mulheres e minorias visando garantir os atuais direitos e mais ações do governo para maior atuação na proteção física e jurídica dos mesmos. Porém, desde o início do governo Bolsonaro, tal ministra fez declarações obtusas e que causaram bastante polêmica.⁵

A primeira polêmica, divulgada em muitos jornais, entre eles o Jornal O Globo, no dia 3 de janeiro de 2019, foi a declaração da ministra em sua posse no dia anterior do cargo dizendo “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa.” (O GLOBO, 03/01/2019). Tanto a mídia quanto diversos educadores, psicológicos, membros da comunidade LGBTI se pronunciaram contra essa declaração uma vez que ela soa como uma determinação que vai contra a liberdade individual e o direito de autodeterminação. Ao se retratar a ministra disse que não importa a cor que a criança use, mas que “menino é menino e menina é menina” (O GLOBO, 03/01/2019). Com essa declaração antifeministas, a questão aqui apresentada é simples: o que é ser menino e o que é ser menina? Como uma cor, algo tão pequeno, pode ser tão relevante para a construção da identidade de gênero?

Simone de Beauvoir, em sua introdução nos diz que

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a êle; ela não é considerada um ser autônomo. "A mulher, o ser relativo...", diz Michelet. E é por isso que Benda afirma em Rapport d'Uriel: "O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem". Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para êle, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

Dessa forma, é possível entender, de acordo com a autora, que ser mulher não é ser essencialmente feminina, mas sim ser o Outro, ser a oposição do ser masculino, até então ser alguém negado de direitos, vontades e pensamentos, era alguém inferior. Em seu livro, Beauvoir argumenta que esse lugar inferior da mulher, na sociedade em geral, foi fortemente

⁵ Declaração presente no vídeo < <https://globoplay.globo.com/v/7275217/> >

construído e embasado nas ciências em geral, principalmente na biologia. O argumento dos antifeministas até hoje está ligado à questões fisiológicas, como por exemplo, tal menina não pode praticar luta, pois não é um esporte feminino uma vez que o corpo feminino não foi feito para a luta, mas sim para a dança, algo mais delicado, e se a menina se nega duvidam de sua feminilidade. Logo, Beauvoir nos mostra que o conceito mulher é uma construção social de diversas camadas seguidas de variados argumentos e práticas empilhados durante anos.

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto "fêmea" soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: "É um macho!" O termo "fêmea" é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita no homem; entretanto, ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento (BEAUVOIR, 1970, p. 25).

Para Beauvoir, a formação da mulher é um longo caminho com diversos processos de aprendizagem que nos fazem apreender as diferenças socialmente criadas entre machos e fêmeas.

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Joan Scott, estudiosa contemporânea das teorias de gênero, vai além dos argumentos de Beauvoir, defendendo que é preciso rejeitar o caráter fixo e de oposição binária existente, isto é, deve-se desapegar da visão feminino-masculino, com relação a construção da identidade de gênero. A autora defende que é necessário uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos de diferença sexual para uma boa análise. Para ela, deve se tratar o sujeito individual tanto quanto o sistema social e os "campos de força" em que este esteja inserido, os articulando para, assim, compreender como funciona o gênero. Em sua visão, o gênero possui duas partes e diversas sub-partes que são ligadas entre si, porém são analiticamente distintas. Dessa forma, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas historicamente entre os sexos, não especializando a diferença física, mas afirmando essa

diferença de percepções diferentes a partir da cultura. Sendo este também a primeira forma de significar relações de poder.

Assim, desde crianças, nós meninas, somos levadas para furar as orelhas, somos colocadas em vestidos para nos acostumarmos desde cedo com algo castrando os nossos movimentos, somos ensinadas a ser meninas. Devemos ser delicadas, gentis e nossas roupas deveriam demonstrar isso, assim, entram as distinções de cores no imaginário humano e que vieram a ser citadas na fala da ministra Damares Alves.

Novamente fazendo referência ao artigo “Gênero - uma categoria útil para a análise histórica” (SCOTT, 1990, p. 21), todas as ações e rituais acima citados são agentes da legitimação de gênero, funcionando de diversas maneiras, entre elas a explícita diferenciação sexual, para garantir poder. Ou seja, se legitima determinados gêneros e os diferencia colocando em oposição para garantir controle e dominação de um sobre o outro, na maioria dos casos entre o gênero masculino sobre o feminino.

Logo, é possível ver que mesmo sem ser uma militante feminista, Simone de Beauvoir e seus pensamentos presentes principalmente no livro “O Segundo Sexo” não nutriu apenas o movimento feminista, mas também contribuiu para uma pesquisa mais aprofundada naquilo que os estudiosos chamam de “Teoria de Gênero”. Afinal, ao declarar que “Não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, a autora, acredito eu que propositalmente, buscou incitar o pensamento sobre a construção social dos gêneros, discussão iniciada na metade do século XX e que dura até o momento.

Bibliografia:

- BARCELA, Laura; LOPES, Fernanda. **Lute como uma garota: 60 feministas que mudaram o Mundo**. São Paulo: Cultrix, 2018.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – A experiência vivida**. 2ª edição. Editora Difusão Europeia dos Livros, São Paulo, 1967.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – Fatos e Mitos**. 4ª edição. Editora Difusão Europeia dos Livros, São Paulo, 1970.
- CHAPERON, Sylvie. “**Auê sobre O Segundo Sexo**”. Cadernos Pagu. Edição nº 12, 1999.
- De JESUS, Milena Santos. A Abordagem conferida ao sexo e ao gênero nas distintas ondas feministas. **Revista Café com Sociologia**, v.3, n.3,2014.
- HOOKS, Bell. **O feminismo para todo mundo**. Rosa dos Ventos: Rio de Janeiro. 2018
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. **O Feminismo Político do Século XX**. Blog da BoiTempo, 2015.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, N.1, P.77-98, 2005.

Da SILVA, Elizabete Rodrigues. Feminista Radical – **Pensamento e Movimento**. v.2.n.3, Revista Travessias, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. **Educação e Realidade**, v.16, n.2, 1990. p.5-22.

Filmografia:

DEMETRAKAS, Johanna. “**Feminists, what were they thinking?**” Netflix, 2018.

GAVRON, Sarah. “**As Sufragistas**”. Pathé. 2015.

Sites:

Declaração da Ministra Damare Alves sobre cores de roupa de meninos e de meninas provoca polêmica. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 2019. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/7275217/> > Acesso em: 30 de agosto de 2019.

Rizicultura em Santa Catarina: um panorama sobre cultura, problemas socioambientais e o PROVÁRZEAS

Vinícius Bosignari¹, UFSC

Resumo

A rizicultura é uma atividade econômica importante para o estado de Santa Catarina. Seu estudo dentro de uma perspectiva histórica é fundamental para compreender o envolvimento do plantio do arroz com a cultura, com o PROVÁRZEAS - Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis, e principalmente com os impactos socioambientais ocorridos pelo cultivo do arroz. O presente trabalho desenvolveu pesquisas bibliográficas através de jornais eletrônicos, artigos acadêmicos, livros e monografias para apresentar um panorama a respeito do arroz a partir do PROVÁRZEAS. Através da pesquisa, podem-se perceber as inúmeras festas relativas ao arroz, além de possibilitar uma discussão sobre os impactos causados pelo PROVÁRZEAS como: desmatamento de matas ciliares e contaminação de águas subterrâneas e lagoas através do uso intenso de agrotóxicos.

Palavras-chave: Rizicultura; Santa Catarina; História; Meio ambiente.

Abstract

Rice growing is an important economic activity for the state of Santa Catarina. Its study from a historical perspective is fundamental to understand the involvement of rice planting with the culture, with PROVÁRZEAS - National Program for the Use of Irrigable floodplains, and mainly with the socio-environmental impacts occurred by rice cultivation. The present work developed bibliographic research through electronic newspapers, academic articles, books and monographs to present an overview about rice from PROVÁRZEAS. Through the research, one can perceive the countless festivals related to rice, in addition to enabling a discussion on the impacts caused by PROVÁRZEAS such as: deforestation of riparian forests and contamination of groundwater and ponds through the intense use of pesticides.

Keywords: Rice Farming. Santa Catarina. History. Environment.

Introdução

O arroz é um dos cereais mais produzidos e consumidos no mundo. Historicamente, acredita-se que ele tenha chegado ao Brasil pela frota de Pedro Álvares Cabral, porém o seu cultivo em território nacional só foi relatado após 1530, na capitania de São Vicente. Espalhou-se mais tarde por outras regiões do litoral, sempre em pequenas lavouras de subsistência, principalmente na região nordeste, difundindo-se para outras áreas do país (PEREIRA, 2002).

Santa Catarina é um estado que se destaca por essa produção. O presente trabalho desenvolveu pesquisas bibliográficas através de jornais eletrônicos, artigos acadêmicos, livros e monografias para apresentar os festejos em torno da colheita do arroz, o PROVÁRZEAS e os

¹ Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é estagiário em História no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) - Setor do Memorial, vinculado ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

impactos socioambientais relativos à rizicultura no estado catarinense. Conforme Presa (2011) no que se refere à historiografia, utilizar como metodologia a história ambiental e agrária tornou-se cada vez mais atual, entendendo-se que o estudo do meio em que o homem vive é de importância primordial para a manutenção de sua existência e que as mudanças realizadas nele permitem a visualização da modificação de costumes, práticas agrícolas e do cotidiano.

O arroz é um produto que está na mesa do brasileiro. Seu cultivo não impacta somente a economia e a cultura popular, mas também os rizicultores e principalmente o meio ambiente – por exemplo, com mudanças ocasionadas na inserção da rizicultura, ou seja, pelo uso de defensivos agrícolas. O objetivo geral é levantar um panorama sobre esses problemas relacionados à produção de arroz em Santa Catarina, no período posterior ao Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), ou seja, apresentar o estado da arte pós década de 1980.

Produção de arroz na atualidade

“O arroz é um dos mais importantes grãos em termos de valor econômico. É considerado o cultivo alimentar de maior importância em muitos países, desempenhando um importante papel tanto no aspecto econômico, quanto social” (DIAS, 2009, p. 36). O consumo de arroz no mundo não se dá necessariamente pela sua eficiência nutricional, o conteúdo proteico do arroz é o menor dentre os principais cereais. Porém a qualidade de sua proteína, a digestibilidade, juntas com a quantidade consumida, tornam o arroz uma das principais fontes proteicas em alguns países. Especula-se que a boa qualidade da proteína do arroz é por conter oito aminoácidos basilares à alimentação humana. Participando de forma expressiva na refeição do brasileiro (48,7 kg/habitante/ano) que, agregado ao feijão, proporciona uma combinação ainda mais preciosa (RABELO; BRONDANI; RANGEL, 2002).

Segundo Cadorin (2011, p. 14), “[...] nenhuma outra atividade econômica alimenta tantas pessoas, sustenta tantas famílias, é tão crucial para o desenvolvimento de tantas nações e apresenta mais impacto sobre o nosso meio ambiente”. De acordo com Mello (2007, p. 17), “[...] a cultura de arroz ocupa o terceiro lugar em área, quinto em produção e quarto em valor de produção em relação às principais culturas temporárias desenvolvidas no Brasil”. O Brasil é um grande produtor mundial de arroz, com cerca de 10 milhões de toneladas. Essa produção é oriunda de dois sistemas de cultivo: o de várzea (irrigado) e de terras altas (sequeiro) (AZAMBUJA; VERNETTI JUNIOR; MAGALHÃES JUNIOR, 2004, p. 889). A cultura de

arroz irrigado contribui com aproximadamente 68% da produção brasileira e ocupa cerca de 30% da área cultivada com este cereal (FAGERIA; SANTOS; CUTRIM, 2007).

Para Medeiros (2002), a raiz do complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina encontra-se nos imigrantes italianos que trouxeram a cultura do arroz irrigado e suas técnicas de beneficiamento. “O arroz irrigado em Santa Catarina é cultivado, principalmente, ao longo da faixa litorânea, Vale do Rio Itajaí e Vale do Rio Araranguá. Climaticamente é a faixa nobre do Estado” (ISHIY et al., 1980, p. 1).

No estado, a produção abrange cerca de 148.000 hectares, produz 931.559 toneladas e envolve aproximadamente 65 municípios. Segundo Rocha (2011, p. 74) as principais regiões produtoras estão localizadas no Vale do Itajaí e Sul Catarinense, tendo o Vale do Itajaí como o responsável por 26,5% da produção de arroz em 2008. Em Santa Catarina, o cultivo de arroz é realizado 100% no sistema pré-germinado. O Estado ocupa o segundo lugar na produção de arroz irrigado (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2005).

Festejos relacionados ao plantio de arroz em Santa Catarina

Hodiernamente, o turismo rural vem ganhando força no Brasil. Em Santa Catarina não é diferente. O estado compõe boa parte de seus rendimentos econômicos através da agricultura. O turismo rural aparece como uma alternativa econômica ao campo, cuja boa parte de visitantes são das zonas urbanas. A partir das festas, a cultura do camponês passa a ser vista como um atrativo, além de dar oportunidade a outras pessoas de viverem esse “imaginário” criado pelas festas “típicas” ou rurais.

No período de 1980-90, segundo Medeiros (2002), houve uma intensificação das atividades agrícolas relacionadas à rizicultura em Santa Catarina. Várias indústrias do arroz ampliaram sua capacidade de beneficiamento no estado. Inclusive é nesta década que surge o Pró-Várzeas para viabilizar a construção e a manutenção das estruturas de irrigação. Nesse contexto de expansão da capacidade produtiva do arroz, começaram a aparecer algumas festas com esse tema: A Festa do Arroz de Joinville, Festa Catarinense do Arroz (Fecarroz) de Massaranduba, Festa do Melhor Arroz de Mirim Doce, Festa do Arroz de Tubarão, Banarroz (festa da banana e do arroz) de Jacinto Machado e Festa Estadual do Arroz.

Contudo, esses eventos não atendem mais a sua finalidade inicial que era a confraternização entre os agricultores e a celebração da colheita. Pelo contrário, hoje, essas festas reforçam muitos estereótipos relacionados ao camponês. Apresentam-no às vezes como um empresário do campo, alguém com dinheiro, que gosta de festejar e pouco fala das

dificuldades econômicas e sociais sofridas pelos verdadeiros agricultores, como a alta jornada de trabalho e a difícil competição com o agronegócio. Sempre remetendo a sua ascendência europeia, seja através de roupas “típicas”, seja no discurso do ethos do trabalho do imigrante (nesse caso o italiano) que pode empreender e prosperar sempre, fortalecendo uma ideia de “tradição”.² Como diria Hobsbawm (1997), as tradições inventadas são um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, que tem como finalidade inculcar certos valores, ideias e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Provárzeas

O Decreto Federal nº 86.146, de 23 de Junho de 1981 estabelece no governo do ditador-presidente João Figueiredo a criação do Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS NACIONAL. Basicamente o programa tinha como finalidade:

Art. 1º. É criado o Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS NACIONAL, com a finalidade de promover o aproveitamento racional e gradativo de áreas de várzeas nacionais a nível de propriedade rural.

§ 1º Serão beneficiários do PROVÁRZEAS NACIONAL os produtores rurais e suas cooperativas, através de financiamento e suporte técnico-administrativo na drenagem e sistematização de suas várzeas, dando-se prioridade ao atendimento dos mini e pequenos produtores localizados, preferencialmente, em áreas com infra-estrutura básica já implantada.

§ 2º O PROVÁRZEAS NACIONAL será desenvolvido em consonância com outros programas e projetos de apoio ao desenvolvimento rural e suas atividades se estenderão por todo o Território Nacional (BRASIL, 1981, n.p).

Este programa tinha como finalidade a utilização econômica das várzeas em todos os Estados brasileiros com a justificativa de obter maior produtividade agrícola, como alternativa para continuar o processo de modernização “agro” em todo o país. Em Santa Catarina, daria continuação ao “programa arroz” que estava sendo realizado pela ACARESC - atual EPAGRI - (PRESA, 2011). No estado, grande parte do esforço do projeto chamado PROVÁRZEAS se refletiu na introdução do cultivo de arroz irrigado. No entanto:

[...] o cultivo de arroz irrigado já era utilizado no início do século XX por agricultores do alto e médio vale do Itajaí, não sendo nenhuma novidade para os agricultores do sul; e tampouco o sistema pré-germinado foi uma inovação proposta pelo PROVÁRZEAS. O que pode-se afirmar é que o sistema como um conjunto, proposto por tal política agrícola, aliava quadras colocadas em

² Entender como um conjunto de características, valores e costumes que formam o caráter e identidade de uma nacionalidade, grupo étnico ou sociedade.

níveis pela água, o sistema pré-germinado, as sementes geneticamente modificadas e o pacote tecnológico em conjunto com a assistência técnica, propiciando um maior desenvolvimento do cultivo (PRESA, 2011, p. 89).

Impactos socioambientais relativos à cultura do arroz

Questão dos esgotos

O PROVÁRZEAS não impactou diretamente na questão dos esgotos clandestinos. Esse é um problema mais próximo da falta de saneamento básico. Apesar disso, a prática clandestina de não tratamento do esgoto doméstico afeta a rizicultura. Em jornais eletrônicos são encontradas notícias de esgotos “ligados” a arrozeiras. Um exemplo é no município de Gaspar (SC), localizado no Médio Vale do Itajaí, em uma publicação do Jornal Metas de 26 de junho de 2018, que diz o seguinte:

Na manhã de segunda-feira (25), o rizicultor Evandro Sabel começaria a preparar a terra para o plantio da nova safra, porém, antes de iniciar os trabalhos, ele teve que assumir outra tarefa. Até o meio-dia, ele dedicou-se apenas à limpeza das valas de sua arrozeira [...] Isto porque o esgoto de algumas residências da via está sendo despejado diretamente no local, a céu aberto. "Planto arroz aqui desde 1994 e há três anos a situação se agravou muito. Conforme novas casas vão sendo construídas na rua, o problema vai piorando", denuncia. [...] O rizicultor diz que a reclamação não é por causa do trabalho "extra" que precisa fazer, mas devido aos transtornos e riscos à saúde. "Conseguimos limpar a vala com o maquinário, porém o esgoto acaba respingando e pegando na nossa pele, fora o forte odor que é quase insuportável. A situação é nojenta" [...]. "Não é somente no meu terreno que isto está acontecendo. A situação se repete em outros lugares", afirma (JORNAL METAS, 2018, n.p).

Gaspar é um município que tem produção de arroz como uma das principais atividades econômicas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), com uma produção de 33.320 toneladas de arroz em casca. Esse método de esgotamento sanitário - ou melhor, a falta de um método - traz grandes impactos negativos para o ambiente. Além do mau cheiro produzido, contamina as águas subterrâneas, o solo e rios. Esse descaso do poder público com as questões de saneamento básico põe em risco à saúde humana e animal, visto que nessas “valas” sempre há presença de diferentes espécies de peixes que inclusive são consumidas por pessoas mais pobres. Outro caso de esgoto clandestino ligado à rizicultura foi noticiado pelo jornal NSC Total no dia 13 outubro de 2014 no município de Guaramirim (SC). Segundo o periódico:

Um valo aberto na rua Guilherme Tomelin virou ponto de conflito entre moradores e a Prefeitura de Guaramirim. As pessoas que vivem no local

reclamam do mau cheiro e dos insetos. Segundo a Fundação do Meio Ambiente, cerca de 20 residências são responsáveis pelo forte odor que vem do valo. Elas não têm fossa e, com isso, os dejetos humanos são despejados diretamente no córrego que irriga os arrozais da região. [...] o córrego virou esgoto porque das 25 famílias que vivem no local, apenas cinco delas têm fossa na residência. [...] Por causa do valo, muito mosquito acaba aparecendo aqui na rua. Temos crianças e isso não é saudável [...]. O valo que se transformou em um córrego poluído foi aberto pelos produtores de arroz em 1969. Ele tem 32 quilômetros de extensão e leva água do rio Itapocu para irrigar as terras de mais de cem rizicultores da Associação Distribuidora de Água para Irrigação (Adai). Segundo o presidente da associação, Valmor Correa, o valo passa pelos bairros Avaí, Caixa D'Água, Guamiranga e Quati. As principais preocupações são de que os produtores peguem alguma doença por entrar em contato com essa água ou que o solo fique gravemente contaminado. Além disto, Correa conta que há dois anos mudaram o valo de local, pois a população já estava jogando dejetos humanos no local (NSC TOTAL, 2014, n.p).

Utilização de agrotóxicos na lavoura

O cultivo de arroz é feito em etapas, nas quais se faz o uso de alguns agroquímicos para que obtenha a maior colheita e o produto final tenha “boa qualidade”. No Brasil a modernização da produção agrícola acentua-se a partir da década de 60, em particular nos anos 70, quando ocorre uma mudança radical na produção primária. Essa mudança se originou devido ao processo de transformação da agricultura mundial, denominado Revolução Verde, originado nos EUA durante a 2ª Guerra Mundial, que reestrutura a agricultura, resultando, mediante ao melhoramento genético, em plantas com elevada capacidade produtiva, mas com alta necessidade de insumos, ou seja, maior utilização de agroquímicos na agricultura (HARTWIG, 2007).

“A agricultura moderna é altamente dependente do uso de agroquímicos que auxiliam na obtenção de altas e estáveis produtividades, devido à proteção das culturas contra agentes competidores como plantas daninhas, pragas e moléstias” (CADORIN, 2011, p. 18). O uso de agroquímicos na agricultura brasileira é grande, um terço dos alimentos consumidos em território nacional está contaminado por agrotóxico (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2012, p. 24). As pragas e doenças reduzem de maneira significativa à produção dos cultivares. Para prevenir os efeitos devastadores destes organismos nocivos, usa-se agroquímicos (fungicida, herbicida e inseticida) (CHAVES-BEDOYA; ORTÍZ-MORENO; ORTIZ-ROJAS, 2013). No entanto, atualmente, as quantidades utilizadas de agrotóxicos são muito maiores do que as necessárias para o controle. O domínio da técnica utilizada é muito importante visando à redução do desperdício do agrotóxico e também da contaminação do ambiente (SILVA, 2009).

No caso da plantação de arroz:

A aplicação de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) pode prejudicar a qualidade das águas, caso não sejam adotadas as medidas corretas na sua utilização. Os resultados do monitoramento da qualidade da água, desenvolvido pela Epagri em parceria com a Embrapa, mostram a presença de resíduos de alguns agrotóxicos utilizados nas lavouras. – Drenagem: O preparo do solo em lavouras com taipas baixas permite que a água com argila em suspensão seja levada para os rios, acarretando, principalmente, problemas de captação para abastecimento urbano e causando assoreamento dos rios. A drenagem da lavoura, após a semeadura do arroz, também pode propiciar o carregamento de partículas do solo para os cursos d'água, afetando a fauna e flora aquática (EMPRESA DE EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, 2005, apud MACIEL, 2014, p. 37).

“Como na região sul do País, predomina a forma de cultivo irrigada, a maioria das lavouras se localiza nas proximidades de mananciais, e por exigir uma aplicação intensiva de insumos químicos, eleva significativamente os riscos de contaminação hídrica” (CADORIN, 2011, p. 23-24). Sabe-se que a utilização de agrotóxicos está relacionada a diversos problemas ambientais, como contaminação do lençol freático, rios, solos entre outros. No caso da rizicultura em Santa Catarina, a contaminação por agrotóxico afeta diretamente as bacias hidrográficas. Uma reportagem divulgada pelo G1 (2019, n.p) mostra que um “[...] estudo feito a pedido do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) encontrou resíduos de agrotóxicos em amostras de água do abastecimento público de 22 municípios do estado”. Isto é, o uso de agrotóxico nas plantações, inclusive a de arroz, está diretamente contaminando a água em vários municípios catarinenses.

Um exemplo do impacto causado pelo uso dos defensivos agrícolas devido ao cultivo de arroz em Santa Catarina foi o caso de Sombrio. De acordo com uma notícia publicada no dia 24 de abril de 2011 no site do MPSC, através de uma sentença proferida em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, ficou determinada a destruição de todos os diques e sistemas de irrigação destinados à rizicultura que estivessem com uma distância inferior a 100m da Lagoa de Sombrio, e a reparação do dano ambiental nas áreas degradadas. Conforme a notícia:

Na sentença, a Juíza Alessandra Meneghetti apontou como prova dos danos o nível baixo da lâmina d'água e a redução concreta na flora e fauna. Um exemplo constante dos autos são os juncais em processo de extinção, por serem roçados para posterior cultivo do arroz. Os pássaros nativos também são prejudicados porque buscam alimentação nas lavouras e acabam contaminados por agrotóxicos. A mesma situação ocorre com os peixes, que têm na lagoa o espaço para procriação. Quanto aos diques, a magistrada observou que a lagoa não tem margens definidas, por estar localizada numa

planície sujeita a inundações, e as construções interferem no controle das margens para beneficiar apenas a rizicultura. Os dados foram comprovados por perícias no local, com constatação até mesmo de descaracterização da orla e uso de herbicidas, que retornam à lagoa pelos canais que intercalam as canchas de plantio. "A rizicultura utiliza uma infinidade de substâncias tóxicas, como por exemplo, o Roundup e o Tordon. Tais substâncias são conhecidas como carcinogênicas. A estabilidade química e a lipofilia destes compostos, associadas à sua resistência à degradação, são responsáveis pela persistência no ambiente e acumulação na cadeia alimentar, contaminando não só os seres encontrados na lagoa, mas também o homem, que utiliza espécies como alimentos", concluiu a magistrada (MPSC, 2011, n.p).

Além da contaminação das águas e dos outros impactos acarretados pelo uso dos agrotóxicos na lavoura de arroz, no estado de Santa Catarina os agrotóxicos são o terceiro grupo responsável pelas intoxicações em seres humanos. De acordo com Diretoria de Vigilância Sanitária, durante o ano de 2018, as intoxicações concentraram-se nas regiões do Oeste, Planalto, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. Cujos municípios com maior número de casos foram: Rio do Campo (18), Joinville (12), Ibirama (11), Itaiópolis (11) e Grande Florianópolis (10). Nestas cidades concentram lavouras, apresentando intoxicações majoritariamente por agrotóxicos de uso agrícola (principalmente herbicidas) (SANTA CATARINA, 2019).

Desmatamento

O início do desmatamento da mata atlântica iniciou com a vinda dos portugueses ao Brasil. Porém, esse problema ambiental perpassa até a atualidade. Embora legislações ambientais regulamentem e fiscalizem tais problemas hoje, em um passado mais recente era comum desmatar em torno de córregos, rios e riachos para criar lavouras, principalmente de arroz irrigado, inclusive com o incentivo do Provárzeas.

Em Santa Catarina foi muito comum desmatar para plantar, embora as paisagens das cidades produtoras de arroz possam parecer que sempre foram assim, na verdade elas estão em lugares que já tiveram uma mata ou vegetação. Aliado a isso, segundo um estudo:

Em termos de produtividade das culturas, o arroz apresenta melhor desempenho quando plantado em áreas recém derrubadas de floresta densa ou em capoeirão. Isso faz com que essa cultura, excetuando os cultivos em áreas de várzeas, cerrados, irrigados ou com mecanização e adubação, seja um indicador da existência de desmatamentos e queimadas de floresta densa ou de capoeirão (HOMMA, 1996, p. 17).

Isso é um fator relevante de se levantar, visto que em Santa Catarina a Floresta Ombrófila Densa estende-se por todo o litoral, lugar onde mais se predomina o cultivo do arroz irrigado.

Considerações finais

A consolidação da rizicultura em Santa Catarina como se conhece hoje é fruto de mudanças significativas na forma de cultivo do grão. A partir do Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) em 1981, houve um incentivo ao uso de terras próximas a cursos de água. Essa adoção por parte do governo federal impactou seriamente as comunidades locais e principalmente o meio ambiente, com o desmatamento de matas ciliares e a contaminação de águas subterrâneas através do uso intenso de agrotóxicos, além da ligação de esgotos clandestinos à cultura de arroz.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Cartilha sobre Agrotóxicos**: Série Trilhas do Campo. Brasília: Anvisa, 2012. 24 p.

AZAMBUJA, Isabel Helena Verneti; VERNETTI JUNIOR, Francisco de Jesus; MAGALHÃES JÚNIOR, Ariano Martins de. Aspectos socioeconômicos da produção de arroz. In: GOMES, Algenor da Silva; MAGALHÃES JÚNIOR, Ariano Martins de (Ed.). **Arroz Irrigado**. No Sul do Brasil. Brasília: Embrapa, 2004. Cap. 1, p. 899.

BRASIL. **Decreto nº 86.146, de 23 de junho de 1981**. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS NACIONAL. Brasília,

CADORIN, Carina Bardini. **Procedimentos de perícia ambiental aplicados na atividade da rizicultura**: Avaliação de impactos ambientais causados pelo uso de defensivos agrícolas na região sul do estado de Santa Catarina. 2011. 70 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação Especialização e Perícia e Auditoria Ambiental, Universidade do Extremo Sul Catarinense- Unesc, Criciúma, 2011.

CHAVES-BEDOYA, Giovanni; ORTÍZ-MORENO, Martha Lucia; ORTIZ-ROJAS, Luz Yineth. Efecto de la aplicación de agroquímicos en un cultivo de arroz sobre los microorganismos del suelo. **Acta Agronómica**, Palmira, v. 62, n. 1, p.68-72, 26 ago. 2013.

DIAS, Tiago. **Produção de Arroz Parbolizado**. 2009. 97 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Química, Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade Regional de Blumenau - Furb, Blumenau, 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Cultivo do Arroz Irrigado no Brasil: Importância Econômica, Agrícola e Alimentar do Arroz**. 2005. Disponível em: sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoBrasil/cap01.htm. Acessado em: 30/08/2019.

FAGERIA, Nand Kumar; SANTOS, Alberto Baêta dos; CUTRIM, Veridiano dos Anjos. Produtividade de arroz irrigado e eficiência de uso do nitrogênio influenciadas pela fertilização nitrogenada. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Santo Antônio de Goiás, v. 42, n. 7, p. 1029-1034, jul. 2007.

G1. Estudo encontra resíduos de agrotóxicos na água de 22 municípios de SC: Foram analisadas amostras de 90 cidades. Foram achadas até substâncias banidas na União Europeia. 2019.

Disponível em: www.g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/03/22/estudo-encontra-residuos-de-agrotoxicos-na-agua-de-22-municipios-de-sc.ghtml. Acessado em: 19/09/2019.

HARTWIG, Marisa. **Mudanças no trabalho e na escolarização dos agricultores familiares: A aparente segmentação entre rural e urbano**. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina - Ufsc, Florianópolis, 2007.

HOBBSAWM, E. Introdução. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

HOMMA, Alfredo. Política agrícola ou ambiental para a Amazônia? **Revista de Política Agrícola**, Brasília, p.16-23, out. 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Gaspar, produção agrícola municipal - cereais, leguminosas e oleaginosas - 2007. 2007. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420590&idtema=18&search=santacatarina|gaspar|producao-agricola-municipal-cereais-leguminosas-e-oleaginosas. Acessado em: 19/09/2019.

ISHIY, Takaszi et al. **Recomendação de Cultivares de Arroz Irrigado para o Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Empasc, 1980. 7 p. (Comunicado Técnico nº 31).

JORNAL METAS. Esgoto prejudica rizicultura. Antes de plantar o arroz, o produtor Evandro Sabel precisa retirar o esgoto de uma vala no seu terreno. 2018. Disponível em: www.jornalmetas.com.br/geral/geral-gaspar/esgoto-prejudica-rizicultura-1.2076884. Acessado em: 19/09/2019.

MACIEL, Morgana. **Contabilidade Ambiental**. Estudo Sobre a Aplicação da Contabilidade Ambiental nas Empresas de Beneficiamento de Arroz nos Municípios de ANESC. 2014. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense-Unesc, Criciúma, 2014.

MEDEIROS, Marlon Clovis. A reestruturação do complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina no período 1990-2000. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p.61-81, jun. 2002.

MELLO, Giovanni Lemos de. **Toxicidade de dois Agroquímicos Utilizados no Cultivo de Arroz Irrigado em Juvenis de *Litopenaeus vanemei***. 2007. 51 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Aquicultura, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina - Ufsc, Florianópolis, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Decisão limita rizicultura no Sul de SC por contaminar lagoa com agrotóxico. 2011. Disponível em: <https://mpsc.mp.br/noticias/decisao-limita-rizicultura-no-sul-de-sc-por-contaminar-lagoa-com-agrotoxico>. Acessado em: 16/10/2019.

NSC TOTAL. Esgoto em valo gera notificações para moradores de Guaramirim: Fundação do Meio Ambiente alerta 20 famílias do bairro Caixa D'Água sobre a colocação de dejetos em canal usado para irrigar arrozeiras. 2014. Disponível em: www.nsctotal.com.br/noticias/esgoto-em-valo-gera-notificacoes-para-moradores-de-guaramirim. Acessado em: 19/09/2019.

PEREIRA, J. A. **Cultura do arroz no Brasil: Subsídios para a sua história**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2002.

PRESA, Juliana Brocca. **“O arroz no espigão e o milho no banhado”**: Programa PROVÁRZEAS – o desenvolvimento de uma política pública e o cultivo de arroz em municípios da Bacia do Rio Araranguá. 195p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal

de Santa Catarina, Centro de Filosofia de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

RABELO, R. R.; BRONDANI, C.; RANGEL, P. H. N. Arroz: Um bom alimento que pode ser melhorado. In: Congresso da cadeia produtiva de arroz / VII Reunião nacional de pesquisa de arroz - RENAPA, 1, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Epagri, 2002. v. 1, p. 25-28.

ROCHA, Fernando Goulart. **Cultivo de Arroz Irrigado na Região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Publicação do If-sc, 2011. 74 p.

SANTA CATARINA. DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. VSPEA - Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Florianópolis: Governo de Santa Catarina, 2019. Disponível em: www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/phocadownload/Noticias/2019/aBRIL/informativo%20vspea%2001.pdf. Acessado em: 19/09/2019.

SILVA, Tânia Maria Bayer da. **Tecnologia de aplicação aérea de fungicidas na cultura do arroz irrigado**. 2009. 61 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Agronomia, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria - Ufsm, Santa Maria, 2009.

Liberdade e igualdade para as mulheres na perspectiva da anarquista Emma Goldman

Andrea da Conceição¹, UERJ

Resumo

O presente artigo tem como finalidade apresentar alguns aspectos de uma investigação acerca do percurso político intelectual da anarquista Emma Goldman (1860- 1940), centrando a reflexão, em especial, no pensamento goldminiano sobre o universo de dominação em que a mulher estava inserida, destacando seus principais algozes: o Estado e a Igreja. De fato, é inegável que a trajetória vivenciada pela anarquista influenciou sua forma de ver e escrever sobre o mundo, principalmente a sua defesa da emancipação feminina a partir da quebra de pressupostos morais, de modo a possibilitar que a mulher conseguisse sua liberdade a partir de um processo de tomada de consciência. Nesse percurso, a emancipação sexual e intelectual, bem como o amor livre e a maternidade voluntária, emergiam como valores positivos a serem adotados.

Palavras-chave: Anarquismo; liberdade; emancipação feminina.

Abstract

This paper presents some aspects of an investigation about the intellectual political trajectory of the anarchist Emma Goldman (1860-1940), focusing the reflection, in particular, on Goldminian though on the universe of domination in which the woman was inserted, highlighting its main executioners: the State and the Church. It is undeniable that the trajectory experienced by the anarchist influenced her way of seeing and writing about the world, especially her defense of female emancipation through the breaking of moral assumptions, to enable women to achieve her freedom from a process of becoming aware. Along this path, sexual and intellectual emancipation, as well as free love and voluntary motherhood, emerged as positive values to be adopted.

Keywords: Anarchism; freedom; female emancipation.

Introdução

A rebeldia da anarquista Emma Goldman foi responsável por mover seus atos e suas palavras a fim de que todas as mulheres tomassem para si as rédeas das suas próprias histórias, deixando de ser meras coadjuvantes e assumindo o protagonismo do imbróglho histórico. Desse modo, pretende-se que a invisibilidade feminina seja desconstruída, dando espaço a uma história de possibilidades, em que a história é tratada como uma metamorfose, que favorece uma transmutação física e moral da história.

Com esta percepção, o presente artigo, busca destacar alguns aspectos do percurso político-intelectual da anarquista Emma Goldman que possibilitem compreender seu pensamento no que se refere ao universo de dominação em que a mulher estava inserida, sobretudo o seu protagonismo na luta pela independência feminina a partir de pressupostos

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista CAPES (E-mail: andreea.uerj@gmail.com)

libertários. Emma Goldman foi umas das militantes anarquistas que lutou e se negou a se calar diante do aprisionamento moral, sexual e intelectual da mulher, sendo ainda, responsável por fazer parte de um conjunto de mulheres que impulsionaram a luta pela liberdade, fazendo da sua própria vida uma revolução. Assim, compreendemos que “lutando pela melhoria de sua condição social e sexual, as mulheres também conquistaram seu direito à memória e, mais ainda, à história” (RAGO, 1988, p. 9). E, nesse sentido, cabe ressaltar a relevância para o domínio da história política e os estudos de gênero as ideias contidas nos escritos da anarquista Emma Goldman, especialmente no que se refere à busca da libertação da mulher.

Os anarquistas, em geral, e Emma Goldman, em particular, lutavam e proclamavam abertamente pela transformação social, com o propósito de destruir as formas autoritárias e hierárquicas de organização vigentes e atingir uma outra, baseada na cooperação e igualdade entre os indivíduos, cujo primado fosse a autonomia dos sujeitos, homens e mulheres, para intervir em seu próprio destino. Nada mais revolucionário. Portanto, nada mais político, já que se pretendia subverter as estruturas de poder imperantes, incluindo as normas de gênero, o poder masculino, a cultura patriarcal. (MARTINS, 2000, p. 13).

Nesses termos, é importante a compreensão que o “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 88). Estamos nos referindo, evidentemente, não às diferenças biológicas entre machos e fêmeas, mas ao significado das diferenças socioculturais entre o masculino e o feminino. Assim considerada, a relação entre os sexos não é natural, mas construída e reconstruída incessantemente em diferentes tempos e espaços históricos. (MARTINS, 2000, p. 14-15). Por isso, em se tratando da história das mulheres, é preciso conceder reconhecimento a esse “campo de pesquisa” (SCOTT, 1995, p. 75), pautado na busca da cisão com uma historiografia majoritariamente masculina, que conferiu silêncio ao feminino.

A liberdade da anarquista Emma Goldman floresceu em meio aos caminhos tortuosos que a vida a encarregou de passar, como se encontra revelado em sua autobiografia *Vivendo minha vida*. Nessa obra, Emma demonstra que seu caminho foi marcado por uma infância difícil, na qual o pai creditava às mulheres apenas o papel de meras serviçais, que deveriam preparar-se tão-somente para o casamento e para a reprodução. À Emma foi negada, por diversas vezes, a autonomia intelectual feminina. O pai severo exigia a submissão das filhas, recorrendo, inclusive, a castigos físicos e psicológicos.

No entanto, isso não a fez desistir; na verdade conferiu a ela a determinação presente em cada uma das suas lutas, que ganharam visibilidade com seus escritos, os quais criticam e

expressam a necessidade do rompimento com o universo de dominação no qual a mulher se encontrava, como se pode verificar na coletânea *Feminismo y anarquismo*, publicada em 2017. Essa coletânea reúne textos da anarquista publicados no periódico *Mother Earth*, que possuíam como objetivo o despertar moral, intelectual e sexual da mulher, através da tomada de consciência e posição sobre a desigualdade e as relações de poder que reprimiam e subjogavam as mulheres.

Essa mesma temática também ganha fôlego na coletânea *Questão Feminina*, publicada em 2019, reunindo artigos que a anarquista escreveu ao longo da vida, posicionando-se pela necessidade da liberdade feminina e criticando, sobretudo, as amarras tradicionais, como o casamento monogâmico indissolúvel legitimado pelo Estado e sacralizado pela Igreja. Esse, inclusive, é o tema exposto no livro *La tragédie de l'émancipation féminine suivie de du mariage et de l'amour*, no qual o casamento é analisado pela anarquista como um negócio, responsável por colocar a mulher como um objeto de troca entre os homens, concretizando a passagem da tutela feminina, antes pertencente ao pai, para o marido; tudo com o propósito de que os homens mantenham o controle sobre corpos e mentes das mulheres.

Desse modo, a anarquista defendeu e reivindicou a emancipação feminina plena, vivenciada por meio da maternidade voluntária, da livre união e da livre desunião, do amor livre, da liberdade sexual e formação intelectual feminina.

Para analisar os escritos da anarquista Emma Goldman, são utilizadas as contribuições advindas de Pocock, por compreender a sua importância no que tange a percepção da linguagem política contida no discurso do ator político, sendo esse representado pela anarquista. Desse modo, é necessário compreender os elementos que compõem o discurso da anarquista e as palavras-força que são utilizadas por ela. Esse exercício é de fundamental importância na apreensão dos paradigmas contra os quais a anarquista se insurge, defendendo a emancipação feminina e buscando a liberdade do corpo e da mente da mulher

Nessa perspectiva, é importante atentar-se para que “los lenguagens de la política no son definitivos sino plurales y flexibles.” (POCOCK, 2009, p. 87), de modo que se faz necessária a análise dos discursos políticos baseados no exercício de poder, especialmente no que se refere aos paradigmas que são refutados por Emma Goldman, através da construção de outro discurso baseado na evocação de palavras-força como liberdade, libertação e emancipação, com o propósito de fomentar a construção de uma nova moral sexual, que possibilitasse a liberdade da mente e dos corpos das mulheres.

Tendo por finalidade a compreensão da importância do significado do corpo no pensamento goldminiano, apropriamo-nos das ideias da pesquisadora Ana Ribas, segundo a qual “o corpo é o instrumento pelo qual a experiência se efetiva, e que este não precisa ser entendido apenas como objeto de cultura, mas também dotado de agência própria, não apenas como receptáculos de símbolos como produtor de sentido” (RIBAS, 2011, p. 5). É nesse sentido que se pode pensar a perspectiva goldminiana de rompimento das amarras de submissão feminina, uma vez que preconiza formas mais livres de viver, defendendo que as mulheres tomassem as rédeas das suas próprias vidas, por meio da destruição das relações hierárquicas em todos os campos da vida social, especialmente no que se referia às relações de poder exercidas sobre seus corpos.

A historiadora francesa Michele Perrot já chamou a atenção para o fato de que “o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade. [...] A gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva” (PERROT, 2019, p. 76). É possível que Emma sentisse essa forma de dominação sobre os corpos femininos, tanto é que empreendeu diversas lutas pela liberdade feminil, incluindo a o rompimento com a maternidade como obrigação natural e irrefutável da mulher. (MARTINS, 2000, p. 146)

As lutas da anarquista Emma Goldman tomaram uma grande proporção com a sua mudança para os Estados Unidos da América, em 1885. Nesse país, a anarquista se deparou com a desigualdade proporcionada pelo capitalismo, que por meio do Estado impunha mecanismos de controle, utilizando-se da coerção física e psicológica para manter a ordem e inviabilizar qualquer forma de manifestação da insatisfação coletiva. Por isso, segundo Elizabeth Lobo, Emma Goldman almejava o ideal de uma sociedade natural,

Baseada na liberdade não limitada pelas leis dos homens, porque todos os governos repousam na violência, na igualdade econômica que permita o florescimento do que existe de bom e verdadeiro nos homens e mulheres, no acesso ao prazer da vida, conforme os desejos, o gosto e as inclinações de cada um e de cada uma (LOBO, 1983, p. 21).

Assim, a anarquista entendia que todas as desigualdades eram fruto de um sistema responsável por regular e corroer a liberdade coletiva, instaurando assim o medo e a servidão. Por isso, ela insistia em criticar a inabilidade social de tecer críticas as malhas as quais o passado os envolvia, de modo, a dessacralizar a religião, o Estado, a propriedade, a institucionalização do amor e, sobretudo, a ignorância sexual a que as mulheres eram submetidas. Desse modo, a anarquista defendia que as mulheres deveriam vivenciar sua liberdade sexual e intelectual para alcançar a liberdade, tornarem-se libérrimas.

A voz da anarquista Emma Goldman

A anarquista Emma Goldman é uma mulher emblemática não apenas pela sua militância, mas, sobretudo pelas suas palavras vanguardistas que personificavam suas inquietações frente o universo de dominação ao qual a mulher estava subordinada. Universo esse que é buscado pela anarquista em todo seu percurso político e intelectual para ser combatido e anulado, possibilitando, assim, a criação de corpos e mentes livres, capazes de construir sua liberdade.

Emma Goldman nasceu em Kovno, atual Kaunas, na Lituânia, à época integrada ao Império da Rússia, em 27 de junho de 1869. Foi a terceira de quatro filhos, sendo apenas o último um menino. Demonstrou desde sua infância que a desobediência fazia parte da sua essência ao questionar as normas sociais impostas por seu pai, que muitas vezes incidiam sobre ela simplesmente por se tratar de uma mulher. Desse modo, a resposta à “rebeldia crônica” da jovem Emma vinha através de castigos físicos e psicológicos impostos por seu pai, que tinha seu papel do macho legitimado socialmente e aliado ao direito natural. Esse cenário, “implicava outra medida: a anulação do papel da mulher sendo personificado pela mãe” (GOLDMAN, 2015, p. 34), caracterizada pela anarquista como uma figura apática que parecia pouco feliz com o casamento.

As lembranças da infância eram assustadoras: “Desde minhas tenras memórias o lar era sufocante, e a presença do meu pai aterrador. Minha mãe, embora menos violenta com as crianças, nunca irradiava muito calor.” (GOLDMAN, 2015, p. 11). As lembranças da anarquista sobre a mãe recaíam especialmente na sua anulação enquanto mulher, sendo dominada em todos os aspectos pelo marido dominador.

O casamento de Emma Goldman ocorreu em 1887, quando tinha dezoito anos. Foi marcado por um universo de dominação social, uma vez que a anarquista se viu obrigada a casar com Jacob Kershner, amigo cultivado dentro da comunidade judaica que, a princípio, dizia entender suas demandas diante da insatisfação do poder que seu pai exercia sobre ela, propondo-a casamento como fuga da realidade paterna; Goldman aceita.

No entanto, com dez meses de casamento ela se viu frustrada diante da tentativa de outro homem desejar dominá-la a partir da invocação da maternidade, exigindo o cumprimento da obrigação de toda mulher casada prover filhos a seu marido e satisfazer a sociedade quanto à continuação da sua linhagem.

Desse modo, Goldman negou a organização tradicional do casamento, pois acreditava que

El amor, que es el más intenso y profundo elemento de la vida, el mensajero de la esperanza, de la alegría y del éxtasis; el amor, que desafía todas las leyes humanas y divinas y las más aborrecibles convenciones; el amor, uno de los más poderosos modeladores de los destinos humanos” (GOLDMAN, 2017, p.65).

Ainda para a anarquista, o amor verdadeiro só pode ocorrer “Em plena libertad” (GOLDMAN, 2017, p.67), para ela, a união institucionalizada transformava “o casamento em uma armadilha que fazia da mulher uma parasita, dependente do homem. As malhas desta armadilha estão na instituição do amor e da sexualidade.” (LOBO, S.D, p. 30)

A maneira encontrada por Emma Goldman de romper com “os horrores da vida de casada” (GOLDMAN, 2015, p. 29) foi sua ida para Nova York, como forma de sair do padrão social que “apedreja” a mulher, utilizando do recurso da “vergonha” para inibir qualquer forma de desobediência feminina. Enquanto isso, ficava o homem com o papel daquele que apenas desejava o bem de sua amada que muitas vezes o abandona para “corromper-se” no mundo.

A ida para Nova York foi imersa em um contexto no qual Emma, juntamente com sua irmã Helena,² já conheciam núcleos comunistas que falavam das “causas dos iguais”, e foi justamente em um desses núcleos que Goldman teve seu primeiro contato com a causa anarquista através do discurso de John Most:

Sua fala foi uma denúncia que descortinava as condições americanas, uma sátira mordaz sobre a injustiça e a brutalidades dos poderes dominantes, uma investida apaixonante contra aqueles responsáveis pela tragédia de Haymarket e a execução dos anarquistas de Chicago em novembro de 1887 (GOLDMAN, 2015, p. 7).

A tragédia expressa por Most foi iniciada com uma manifestação pacífica por parte dos operários da companhia McCormick que pleiteavam melhores condições de trabalho. Entre as suas reivindicações constavam as oito horas de trabalho e o aumento de salário. No entanto, o movimento foi chamado de “baderna” pelo dono da companhia e conseqüentemente foi duramente asfiziado e coibido, com o uso desmedido da violência por parte da polícia, o que levou à morte de homens e mulheres inocentes. Tal repressão buscava inviabilizar:

[...] quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, sua principal utilidade reside na própria luta. É por ela que os trabalhadores aprendem a defender seus interesses de classe, compreendem que os patrões e os governantes têm interesses opostos aos seus, e que não podem melhorar suas condições, e ainda menos se emancipar, senão unindo-se entre si e tornando-se mais fortes do que os patrões (MALATESTA, 2018, p.71).

² Helena é a irmã mais velha de Emma Goldman, que se refere a ela a todo o momento em seu livro autobiográfico, revelando o apreço que possuía pela irmã, que por diversas vezes desempenhou o papel materno na sua vida.

Então, diante de tamanha injustiça foi marcada uma manifestação na praça de Haymarket para 4 de maio. O protesto foi liderado por anarquistas tais como Albert Parsons, August Spies, Adolph Fischer, entre outros, que organizaram a manifestação com uma finalidade pacífica, sendo essa atestada pelo então prefeito Carter Harrison. No entanto, não foi o suficiente para barrar a violência do braço armado do capitalismo que exigiu que as pessoas dispersassem e, diante da negativa, resolveram ordenar a prisão dos oradores anarquistas, sendo acusados de conspiração.

Um mês após suas prisões, os anarquistas foram sentenciados a morte por um júri totalmente parcial com a causa capitalista de proteção aos donos das companhias, que se viam prejudicados diante da ousadia dos anarquistas em tomar para si a causa de seus empregados. Desse modo, os nove anarquistas sentenciados tornaram-se mártires e heróis, lembrados e ressuscitados em cada discurso que dizia aos companheiros o porquê da luta contra o sistema.

Paralelamente a sua chegada a Nova York, a anarquista Emma Goldman se deparou com fatos que aguçam suas inquietações e fortalecem suas convicções de que a mulher deveria romper com qualquer forma de controle social e de subordinação à figura masculina. Isso evidenciado diante da insatisfação com a fala da sua tia, que a recebe em Nova York, afirmando que “garotas não precisam saber muito! Tudo o que uma menina judia precisa saber é como preparar peixe *gefullte*, saber costurar e dar muitos filhos aos homens” (GOLDMAN, 2015, p. 12). Goldman se opõe veementemente a esta imagem ao defender sua autonomia intelectual, direito ao trabalho e sua liberdade na escolha do amor ao afirmar que “se algum dia amar outro homem, me entregarei a ele sem ser ligada por um rabino ou pela lei, e se esse amor morrer, deixarei-o sem precisar de permissão (sic.)” (GOLDMAN, 2015, p. 29).

E, ainda, defendendo a posição anarquista afirmava que: “pelo fato de que se deram um ao outro, a união do homem e da mulher não é indissolúvel, não estão condenados a terminar seus dias juntos se acontecer de se tornarem antipáticos um ao outro” (GOLDMAN, 2019, p. 50). De modo, a compreender que o casamento não deve ser “una imposición arbitraria, una infâmia y una mofa surda” (GOLDMAN, 2017, p. 67), que impede a verdadeira experiência do amor.

É possível perceber o papel que a anarquista buscava desempenhar diante de um mundo que respirava através das hipocrisias sociais; buscava quebrar essas falsidades, lutando por implementar um novo sistema mais igualitário e justo aos “comuns”. Desse modo, Goldman debruçou-se cada vez mais sobre o anarquismo, afirmando que:

Buscava a liberdade, o direito à auto-expressão, o direito a todas as coisas belas e radiantes. Anarquismo significava aquilo para mim, e eu viveria isso

apesar do mundo inteiro, prisões, perseguições, tudo. Sim, mesmo apesar da condenação dos meus camaradas mais próximos eu viveria meu belo ideal (GOLDMAN, 2015, p. 44).

O ideal que esposou combatia a ciência oficial, que servia ao interesse dos dominadores, legitimando a individualidade, por isso Emma Goldman acreditava que era necessário “acabar com a absurda ideia del dualismo de los sexos, o de que hombre y la mujer representan dos mundos antagónicos” (GOLDMAN, 2017, p. 193) responsáveis por germinar o ódio entre os sexos.

É contra as ideias de ódio que permeiam a sociedade que Malatesta afirmava que o “nós” anarquista deseja:

[...] mudar radicalmente tal estado de coisas. E visto que todos estes males derivam da busca do bem-estar perseguido por cada um por si e contra todos, queremos dar-lhe uma solução, substituindo o ódio pelo amor, a concorrência pela solidariedade, a busca exclusiva do bem-estar pela cooperação, a opressão pela liberdade, a mentira religiosa e pseudocientífica pela verdade (MALATESTA, 2008, p. 64).

Aproximando-se da causa anarquista, Goldman conhece Alexander Berkman (Sasha)³, que seria seu companheiro pessoal e, sobretudo, um dos seus braços na causa anarquista. Ele passou a ter seu nome vinculado ao atentado a Frick, dono da companhia McCormick, que não morreu diante do tiro pelo qual Berkman foi responsabilizado, mas ficou gravemente ferido, recuperando-se pouco depois. O atentado mal sucedido acarretou a prisão de Sasha, acusado de seis crimes e julgado por um júri parcial que “havia sido escolhido em poucos minutos” (GOLDMAN, 2015, p. 68). Sem contar que “o intérprete que lhe foi apontado traduzia titubeante e erroneamente, e após diversas tentativas de corrigi-lo, Sasha descobriu horrorizado que o homem era cego, como a justiça da América.” (GOLDMAN, 2015, p. 81). As circunstâncias já o haviam condenado antes da leitura de sua sentença. O anarquista foi condenado a vinte anos de reclusão na *Western Penitentiary* da Pensilvânia, somado a um ano adicional no *Allegheny Country Workhouse* por portar armas escondido. No entanto, Goldman continuou sua luta incansável contra as amarras sociais que teima em calar os corpos e as mentes, daqueles que insistiam se levantar contra eles.

³ Alexander Berkman não foi somente o companheiro da causa libertária de Emma Goldman, mas foi sobretudo, seu parceiro da vida. Para muito além da sua relação amorosa, os dois tornaram-se exemplo da vivência do amor livre, tornando-se companheiros por toda uma vida por acreditar simplesmente no amor verdadeiro, que é recíproco e não espera da outra alguma atitude para preenchê-lo, por isso o amor terno dos dois pendurou até a morte de ambos.

Sexualidade, amor e casamento

Como consequência das suas ações e manifestações contra o sistema asfixiante que insistia em aprisionar a mulher a um modelo de passividade, a anarquista realizou encontros nos quais ela defendia a liberdade dos corpos e das mentes das mulheres, defendendo, sobretudo, o direito sobre seus corpos. Goldman foi sentenciada e condenada em 18 de outubro de 1893. Depois de um ano na penitenciária da ilha de *Blackwell*, depara-se, mesmo em reclusão, com as desmedidas do poder coercitivo, desempenhado pelo Estado como elemento padronizador e ordeiro. Por meio de sua experiência prisional, Emma percebia e sentia o poder do Estado a incidir sobre os corpos das “detidas”, controlando-as e tomando-as como mulheres “degeneradas” que possuíam a audácia de transgredir os valores morais vigentes, vistos como regime de verdade na época.

O encarceramento de Emma Goldman foi um elemento determinante na atenção dada às questões femininas, uma vez que o espírito de liberdade da revolucionária fez com que olhasse de forma atenta a situação de reclusão e dominação na qual as detentas se encontravam, muitas das vezes decorrente da incompreensão de um sistema que tendia a culpá-las, já que:

A maioria dos presidiários que aguardavam julgamento vinha dos estratos inferiores da sociedade, homens e mulheres sem amigos, muitas vezes sem lar. Infelizes e ignorantes criaturas que eram, ainda tinham a esperança de não serem condenados” (GOLDMAN, 2015, p. 101).

Assim, a prisão simbolizava a caça contra aquilo que foi corrompido; “a pureza de Maria” havia sido exterminada por essas mulheres, de modo que deveriam ser punidas com o encarceramento. A detenção garantiria que seu espírito considerado libertino encontrasse o sofrimento e, com isso, a remissão do seu erro, uma vez que “para uma garota respeitável, é indecente e imundo conhecer qualquer coisa da relação marital.” (GOLDMAN, 2020, p. 4) Da “futura esposa e mãe” espera-se que seja “mantida na mais completa ignorância” (GOLDMAN, 2020, p. 1)

Para Emma Goldman, de fato, isso ocorria porque a mulher era “dócil y esclavizadora aquiescência a la superioridad de hombre” (GOLDMAN, 2017, p. 164), ideia corroborada por Cordero diante da leitura de Emma Goldman, ao afirmar que a mulher era “esclava del esclavo” (CORDERO, 2018, p. 54), sendo “triplemente oprimidas por causas religiosas, económicas y políticas. El marido le pega, los religiosos la engañan, el juez la ignora, el Estado envía a su hijo a la guerra: es la víctima por excelência.”. (CORDERO, 2018, p. 63)

Os padrões de conduta morais tradicional serviram como catalisadores da luta da libertária: Desde a infância, um estado de indignação crônica empolgava Emma Goldman. Esse

estado de indignação possuía raízes na observação de injustiças do cotidiano, nas repressões da vida familiar e, sobretudo, no trato desigual dado às mulheres.

Trato desigual que ganha destaque nas páginas dos jornais libertários, dos quais a anarquista participou: o primeiro o *Freiheit*⁴, folha que ela dividia com Jonh Most e através da qual realizava a crítica social da desigualdade nos Estados Unidos da América, sobretudo a situação povo oprimido por uma lógica estatal que, segundo os articulistas, possuía o intuito de pilhar seus objetos e seus sonhos. O segundo jornal a que Emma se dedicou foi o *Mother Earth*. Na verdade, ela foi a responsável por sua criação e sua redação, atuando entre 1906 e 1917, no auge do seu amadurecimento intelectual. Nesse periódico, ela escreve sobre amor livre, maternidade voluntária, emancipação feminina, liberdade sexual e intelectual para as mulheres.

As suas palavras traziam consigo sua experiência de vida, especialmente sua vivência como enfermeira improvisada na companhia do Dr. White, na qual ela se deparou com os horrores vivenciados pelas “mulheres reprodutoras”, marcadas por seus lares humildes, cercados de filhos e de fome. Diante disso, a anarquista iniciou sua escrita na defesa do controle de natalidade, por acreditar que “há tempos [a mulher] está ajoelhada diante do altar do dever imposto por deus, pelo capitalismo, pelo Estado e pela moralidade” (GOLDMAN, 2019, p. 7). Desse modo, “a maravilhosa maternidade” (GOLDMAN, 2019, p. 81) impossibilitava o despertar intelectual da mulher de sua farsa quotidiana. Para Emma Goldman, na verdade, a maternidade possuía apenas um objetivo: que a prole cega e estupidamente fosse dedicada à Moloch (GOLDMAN, 2019, p. 82), ou seja, ao capitalismo explorador. O culto ao modelo de mãe-esposa-dona-de-casa, buscava conservar a cegueira na qual a mulher estava submersa, o que, para a anarquista, deveria ser combatido, especialmente para:

[Abrir] o caminho não apenas para o livre debate de contraceptivos, mas também para a liberdade de expressão na vida, arte e trabalho, pelo direito dos médicos realizarem experimentos científicos com contraceptivos, assim como se fez com os tratamentos de tuberculose ou qualquer outra doença (GOLDMAN, 2019, p. 85).

Na voz de Emma Goldman, para além da Igreja e do Estado, o término do círculo de dominação feminina possuía um outro obstáculo: as sufragistas, uma vez que acreditavam que:

A demanda feminina pelo sufrágio universal baseia-se em grande parte na ideia de que as mulheres devem ter direitos iguais em todas as questões sociais. Ninguém poderia refutar isso se o sufrágio fosse um direito.

⁴O jornal foi fundado por Most em 1886. Contando com a contribuição de Emma Goldman de 1887 até meados do atentado realizado por Alexander Berkaman ao Henry Clay Frick. Pois, diante da crítica realizada por Most ao Sasha, por acreditar que o atentado apenas despertou uma simpatia pelo acometido, Goldman rompe com o idealizador do jornal, porá creditar que sua fala tratava-se de uma mentira, uma vez que Sasha realizou o atentado pelo bem da causa anarquista.

Infelizmente por ignorância a mente humana consegue ver uma imposição como um direito (GOLDMAN, 2019, p. 57).

A anarquista deixa claro que:

Não preciso dizer que não me oponho ao sufrágio feminino pelo senso comum de que ela não é igual ao homem. Não vejo razões físicas, psicológicas ou mentais do porquê as mulheres não devam ter direitos de votar assim como os homens (GOLDMAN, 2019, p. 58).

Para a anarquista, a crítica ao sufrágio feminino baseia-se no fato de que as mulheres não conseguiriam sua liberdade buscando legitimidade em um sistema que buscava apenas escravizá-las. Por outro lado, afirmava que essa liberdade buscada por meio do voto era dada apenas a uma pequena parte do grupo de mulheres privilegiadas, que excluía as mulheres de classes mais baixas da participação da construção da liberdade.

O que deve ser notado é que Emma Goldman combatia o voto por considerar essa conquista ilusória, totalmente nula quando aplicada às mulheres assalariadas que não possuíam propriedade. O voto censitário provocaria novamente mais uma divisão entre as mulheres, pensadas como inferiores e superiores. Em vez de tencionar o sistema para quebrá-lo e derrubá-lo, as mulheres, inserindo-se no processo político institucionalizado, acabariam por fortalecê-lo, favorecendo o sistema capitalista a explorar suas almas.

Por isso, Goldman acreditava que a melhor forma de romper com o sistema era:

Recusar o direito de qualquer pessoa sobre seu corpo; recusando-se a ter filhos, a não ser que os queira; recusando ser uma serva de deus, do Estado, da sociedade, de seu marido, da família etc, com isso tornando sua vida mais simples, porém mais profunda e rica (GOLDMAN, 2019, p. 62).

Essa recusa era permeada pelo direito ao seu próprio corpo, especialmente no que tange a obrigatoriedade do casamento como felicidade feminina, almejada e vivenciada desde a infância. Emma Goldman asseverava que a mulher era tratada como “máquina inconsciente” (RAGO, 1985, p. 20), a quem se atribuía a função de reprodução e criação dos filhos. A ela era negada a independência intelectual, com o propósito de mantê-la na completa ignorância sexual; situação que fazia parte das amarras de dominação.

Goldman dedicou-se a refletir, também, sobre o casamento e o amor. Para ela, “el matrimonio y el amor nada tienen em común; se encuentran tan distantes como los polos; es más, son incompatibles” (GOLDMAN, 2017, p. 161). Nessas críticas, Emma acompanhava os chamados grandes anarquistas, que já haviam apresentados censuras ao “casamento contratual monogâmico indissolúvel, legitimado pelo Estado e sacramentado pela Igreja, uma vez que feria, entre outros, o princípio da liberdade” (MARTINS, 2013, p. 26).

Emma Goldman considerava o casamento burguês um grande arranjo comercial, geralmente selado pelas famílias, em que o amor era o que menos importava. Já que: “La futura esposa y madre es mantenida en la más completa ignorancia respecto al único bien del que dispone em la competición del mercado, el sexo.” (GOLDMAN, 2017, p. 166). Lembrando que a mulher era negada tudo, permitido apenas a reprodução.

Além disso, a

institución del matrimonio hace de la mujer um absoluto parásito, um ser totalmente dependiente. La incapacita para la lucha por la vida, aniquila su consciência social, paralisa su imaginación, y después le impone su condescendiente protección (GOLDMAN, 2017, p. 60).

Na sociedade instituída, a mulher era considerada incapaz, até mesmo de lutar por sua liberdade; acreditava-se que a felicidade feminina estaria atrelada ao matrimonial e a maternidade. Para Goldman, o problema não estava na união de duas pessoas, mas na forma como tal união ocorria, submetendo a mulher a toda forma de opressão, tornando-a verdadeira escrava do homem e da família, de modo a invisibilizá-la como indivíduo. Além disso, Goldman afirmava que a união vivenciada nessas circunstâncias era permeada pelo sentimento de posse, que nada tinha a ver com o amor livre, que consistia “en plena libertad se entrega sin reservas, abundante, por completo” (GOLDMAN, 2017, p. 173), pois possui como finalidade apenas o amor mútuo, sem cobranças e sem amarras.

O que para a anarquista ainda é “algo extraño para mucha gente” (GOLDMAN, 2017, p.176), uma vez que o amor é atrelado a concepção artificial de matrimônio, já que o mesmo é “una imposición arbitraria, uma infâmia y uma mofa, absurda” (GOLDMAN, 2017, p. 177). Ideia corroborada pela também anarquista Voultarine de Cleyre, que publicava suas ideias no *Moth Eath* em tom evocativo:

Libertai as mães das crianças! Deixai as crianças serem puros filhos do amor, nascidos do desejo mútuo de paternidade. Deixai que as correntes do escravo algemado sejam quebradas, que não nasçam mais escravos, nem mais tiranos sejam concebidos (CLEYRE, 2019, p. 37).

Essa concepção era permeada, sobretudo, a partir do monopólio sexual, legitimado pelo “monstro de olhos azuis” (GOLDMAN, 2019, p. 4) como afirmava Emma Goldman referindo-se ao ciúme. Nesse sentido, o ciúme seria uma criação social-moral para dar credibilidade ao discurso de posse da alma feminina, sendo compreendido por meio de parâmetros sociais que conferem aos homens a propriedade das mulheres, principalmente por meio da “tirania da lei do casamento” (CLEYRE, 2019, p. 39).

Nessa perspectiva, Emma destacava que o casamento era responsável pelo claustro feminino, que envenenava a alma da mulher, incutindo-lhe ideias acerca de sua inferioridade

como algo natural; que era próprio do “ser-mulher” a falta de intelectualidade e de inteligência de lidar com objetividade e racionalidade com o universo masculino, como o trabalho, a profissão e as tomadas de decisões na esfera pública. Desse modo, havia o fortalecimento do discurso da mulher como “máquina inconsciente”, destinada a trabalhar e a procriar. Ao homem, ao contrário, era atribuído a razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso (GOLDMAN, 2019, p. 130). Nessa assimetria, ficava explícito que a racionalidade era estritamente uma característica masculina e, por isso, os homens tornavam-se responsáveis pelas mulheres, por suas crias e por sua voz.

Um das maneiras de despertar a consciência feminina perpassa pela compressão da própria mulher da necessidade de sua independência. E entendendo isso, Emma Goldman parte para Viena para aprender a profissão de enfermeira e de parteira, possibilitando, para além da sua independência financeira e intelectual, conhecer Kropotkin, Malatesta e Louise Michel (GOLDMAN, 2015, p. 68).

Assim, em sua estadia em Viena, em 1889, a anarquista tornou-se conhecedora das teorias de Sigmund Freud sobre sexualidade e se torna, também, portadora dos dois diplomas, de enfermeira e de parteira. Compreendia, pois, que o movimento anarquista: Dev[ia] apoiar a luta e a agitação de todos os dias contra opressores e preconceitos, manter o espírito de revolta em toda parte onde o homem sente-se oprimido e possui a coragem de revoltar-se (GOLDMAN, 2015, p. 40).

Era essa revolta que incendiava o descontentamento de Emma Goldman, principalmente quando se tratava da situação das mulheres pobres, especialmente na gravidez:

A maioria vivia em terror da concepção. A grande massa das mulheres casadas se submetia e quando se viam grávidas seu alarme e preocupação resultavam na determinação de se livrar de sua prole. Eram incríveis os métodos fantásticos que o desespero inventava: pular de cima de mesas, rolar no chão, massagear o estomago, beber misturas nauseantes, usar instrumentos pontiagudos. Tais métodos e outros similares eram testados, frequentemente resultando em graves ferimentos. Era alarmante, porém compreensível. Tendo uma grande prole de filhos, muitas vezes tal que o salário semanal do pai não conseguia sustentar, cada criança adicional era uma maldição, uma maldição vinda de Deus (GOLDMAN, 2015, p. 136).

As mulheres tornaram-se o objetivo da rebeldia de Emma Goldman contra o sistema, uma vez que elas eram exploradas e condenadas pelo mesmo, especialmente aquelas consideradas prostitutas, muitas das quais alvo do tráfico de mulheres para a América. A prostituição, bem como o tráfico de mulheres, foram objeto de preocupação e reflexão de Goldman. A anarquista chama a atenção sobre os motivos geradores da prostituição feminina que segundo ela aconteceria,

Não apenas com mulheres brancas, mas amarelas e negras também. Exploração, claro; o impiedoso Moloch que engorda às custas do trabalho mal pago, levando assim milhares de mulheres e meninas à prostituição (GOLDMAN, 2019, p. 38).

Por outro lado, destacava que as mulheres também eram levadas à prostituição pela falta de acesso à educação, condições dignas de trabalho e reconhecimento de sua capacidade intelectual, uma vez que:

Em lugar algum a mulher é tratada de acordo com o mérito de seu trabalho, mas apenas como objeto sexual. É, portanto, quase inevitável que ela deva pagar por seu direito de existir com favores sexuais, para manter uma posição onde quer que seja. Assim, é uma mera questão de níveis, se ela se vende para um homem, dentro ou fora de casamento, ou para muitos homens. Queiram os reformistas admitir ou não, a inferioridade econômica e social da mulher é responsável pela prostituição (GOLDMAN, 2019, p. 39).

Essa situação de subordinação e dependência, encontrava reforço, sobretudo, na manutenção da ignorância sexual feminina, já que:

A sociedade considera a experiência sexual de um homem como um atributo normal de seu desenvolvimento, enquanto que experiências similares na vida de uma mulher são vistas como uma calamidade terrível, a perda de sua honra e de tudo que há de bom e nobre em um ser humano (GOLDMAN, 2019, p. 45).

Emma Goldman denunciava o duplo padrão de moral sexual para homens e mulheres. Da mulher esperava-se submissão e castidade, parâmetros para sua aceitação na sociedade. Se porventura não seguissem tais parâmetros de comportamento normativo, rompendo com a moral estabelecida, seria excluída e obrigada a viver a margem da sociedade que a condenava e a obrigava a se prostituir para sobreviver. A inserção no submundo do comércio do prazer, representava o máximo da exploração, sobretudo dos corpos e mentes femininos por homens que não eram questionados e muito menos penalizados por seu valor moral, uma vez que a “justiça dos homens” funcionava de forma diferente para os dois sexos.

Para a anarquista, esse quadro legitimaria o trato desigual dado às mulheres e a manutenção da sua ignorância sexual, segundo Goldman o maior dos problemas, era cuidadosamente alimentada na medida em que servia aos homens e a sociedade por eles dominada. Às mulheres não era permitido que conhecessem seus corpos, sendo vítimas do sistema, já que:

A perpetuação de jovens na completa ignorância dos assuntos sexuais, alegando “inocência”, junto de uma natureza sexual excitadíssima e reprimida, ajuda a provocar as situações que nossos puritanos estão tão desejosos de evitar e reprimir (GOLDMAN, 2019, p. 45).

Nessa perspectiva, a repressão era necessária para que se evitasse o levante coletivo feminino; que seguissem o exemplo das mulheres insubmissas como as anarquistas, que

possuíam coragem de “dizer algo da fora das normas estabelecidas” (MOURA, 1932, p. 27). As libertárias ou anarquistas eram mulheres que defendiam a prática da liberdade feminina, tal como o foi Emma Goldman, sendo comumente associadas a prática realizada por mulheres “degeneradas”. (RAGO, 1985, p. 85). As “degeneradas”, segundo o doutor F. Ferraz de Macedo, na sua tese de 1873, citada por Margareth Rago, germinavam em meio:

[...] a ociosidade, a preguiça, o desejo desmesurado de prazer, o amor ao luxo. A miséria financeira, o desprezo pela religião, a falta de educação moral e principalmente o pensamento erótico da mulher. É imerso nesse pensamento que nasce a distinção e a difusão do estereótipo da “mulher honesta e casta e da vagabunda (RAGO, 1985, p. 87).

Procurando romper com as diversas concepções que escravizavam a alma feminina, a anarquista Emma Goldman continuou a publicitar suas ideias, utilizando sua palavra como arma. Foi perseguida e presa diversas vezes, como o encarceramento que sofreu em 12 de fevereiro de 1916, juntamente com Margareth Sanger, porque ambas discursariam a favor do controle de natalidade, o que significaria um perigo para a sociedade moral.

No entanto, isso não foi capaz de calá-la, já que o dia seguinte após sua prisão ela escreveu uma carta à imprensa, afirmando que:

Não é preciso dizer que qualquer que seja a lei sobre o controle de natalidade, aqueles que como eu estão disseminando conhecimento sobre esta questão não o fazem para interesses pessoais porque consideram lascivo ou obsceno. O fazemos porque sabemos das terríveis condições da massa trabalhadora e até mesmo dos profissionais quando não conseguem atender às demandas de tantas crianças (GOLDMAN, 2019, p. 56).

Emma Goldman foi libertada, mas continuaram tentando calar sua voz. A revolucionária voltou a ser presa em 1917, sendo condenada a dois anos de prisão e fiança dez mil dólares. Foi novamente encarcerada, dessa vez na penitenciária de Jefferson City. Apesar de detida em prisões distintas, Emma notou que:

[...] as presidiárias da penitenciária de Missouri, como as da ilha de Blackwell, eram recrutadas dos estratos mais baixos da sociedade. [...] Negras ou brancas, a maioria delas havia sido levada ao crime pelas condições que encontraram logo ao nascer. Minha impressão foi fortalecida pelo contato diário com as presidiárias durante um período de 21 meses. Apesar dos comentários dos psicólogos criminalistas, não achei nenhuma criminoso entre elas, apenas seres humanos desafortunados, quebrados, desamparados, desesperançosos (GOLDMAN, 2015, p. 472).

Não escapou também à observação crítica da anarquista as condições e as horas exaustivas as quais as mulheres prisioneiras estavam submetidas. Desamparadas por um Estado que as explorava e humilhava cotidianamente, eram obrigadas a produzir:

[...] 45 a 121 jaquetas por dia ou de 9 a 18 suspensórios. Embora o trabalho real na máquina fosse o mesmo, alguns exigiam o dobro da força física. O complemento do trabalho era exigido independentemente da idade ou da força

física. Mesmo a doença, mesmo de uma natureza muito grave, não era considerada causa suficiente para dar descanso ao trabalhador (GOLDMAN, 2015, p. 473).

Além disso, o exercício de coerção física e psicológica era desempenhado por um homem que não poupava esforços para que as mulheres o obedecessem, de tal modo que “as mulheres estavam a tal ponto aterrorizadas com ele que raramente ousavam erguer a voz. Se alguém o fazia, tornava-se o alvo de sua perseguição. Ele não deixava nem de roubar parte do trabalho e depois acusar a presa.” (GOLDMAN, 2015, p. 474-475)

A penitenciária do Missouri buscava romper com qualquer sentimento de solidariedade entre as presas, a partir da promoção da competitividade, sendo esse legitimado a partir do sistema de mérito da penitenciária,

[...]do qual a Classe A era a mais alta. Atingir esse nível significava diminuir a sentença quase pela metade, pelo menos até onde dizia respeito aos prisioneiros estaduais. Nós federais podíamos trabalhar até a morte sem gozar desses benefícios (GOLDMAN, 2015, p. 476).

A “empresa”, segundo a anarquista, funcionava por causa da mediação da tríplice aliança do regime da prisão, formado “pelo valentão oficial em nossa fábrica, que era muito útil. Também o capitão Gilvan, o direto ativo, e Lilian Smith, a matrona chefe” (GOLDMAN, 2015, p. 477), responsáveis por manter o controle dessa lucrativa “empresa” a partir do aprisionamento do medo das mulheres que se submetiam a humilhação estatal para manter viva a esperança de retornar à liberdade.

Em busca da liberdade para as mulheres encarceradas, a anarquista continuava a usar suas palavras para reivindicar a melhoria de qualidade da vida daquelas mulheres. Emma Goldman demonstrou às mulheres como a união e a solidariedade seriam responsáveis por mantê-la vivas, de modo que:

Na véspera de 27 de junho, minhas amigas negras me presentearam com um trabalho de dia inteiro de jaquetas para o dia seguinte. Havia se lembrado de meu aniversário, seria tão bom, se a senhorita Emma pudesse ficar fora da fábrica todos os dias (GOLDMAN, 2015, p. 480).

No entanto, para a revolucionária a prisão teria sido um antídoto quanto ao comodismo e um remédio na sua percepção em relação a vida:

Passei meu aniversário de 50 anos na penitenciária de Missouri. Que lugar seria mais apropriado para uma rebelde celebrar tal ocasião? Cinquenta anos! Senti como se tivesse 500 nas minhas costas, tão repleta de eventos havia sido a minha vida. Enquanto eu estivera livre, mal havia notado a idade tomando conta de mim, talvez porque eu havia contado meu verdadeiro nascimento em 1889 quando, garota de vinte anos, fui a Nova York pela primeira vez [...], eu costumava falar que meus primeiros 20 anos não poderiam ser usados contra mim, pois eu havia meramente existido (GOLDMAN, 2015, p. 498).

A anarquista Emma Goldman não lutava apenas pela liberdade das mulheres, mas pela libertação de todo indivíduo humano. Não eram apenas as mulheres que eram vítimas de uma sociedade que escravizava os indivíduos e exigia comportamentos pré-estabelecidos e legitimados; os homens também o eram, embora em menor escala, já que dos mesmos eram esperados comportamentos “típicos masculinos” que se opusessem a toda e qualquer característica dita feminina. Além disso, Emma acreditava que somente através de uma sociedade livre a mulher poderia se tornar liberta e libertária.

Por isso, na tentativa de silenciar a voz da libertária, que insistia em não se calar diante de um sistema desigual e opressor, os Estados Unidos da América decidiram mandá-la para o exílio junto a sua terra natal, como forma de dominar o seu espírito livre e sentenciar a sua mente. No dia 20 dezembro de 1919, Goldman, juntamente com outros presos, inclusive Sasha, foram embarcados em um navio que chegaria à “terra vermelha” em 9 de janeiro de 1920, dando início a uma nova jornada na vida da libertária.

Considerações finais

Ao observarmos o percurso político e intelectual da anarquista Emma Goldman, aqui brevemente comentado, nos debruçamos com os atos da sua vida sendo largamente influenciados pelo ideal de revolução que ela propunha, a liberdade pela liberdade. Repudiava, vigorosamente, o enquadramento social, pois esse serviria apenas como uma espécie de moldura que poria fim a toda forma de livre expressão individual. Desse modo, entendia que a limitação da expressão individual era uma ferramenta de controle social exercida pelo Estado, alinhado com a Igreja, de modo a evitar o despertar da consciência social para o caos provocado na vida do trabalhador com a exploração perpetrada pelo sistema capitalista.

Por isso, Emma Goldman valorizava não apenas o livre pensamento, mas também o livre exercício do mesmo, pois seria a partir desse que a verdadeira Revolução aconteceria. Desse modo, fez da sua vida um exemplo de que a cisão com o sistema era possível, rejeitando o modelo de mulher devotada ao lar, ao marido e aos filhos, o qual era exigido de toda a mulher; um parâmetro comportamental, em que a mulher é anulada e dessexualizada, vivendo à sombra de uma figura masculina que não é retratada apenas como um líder, mas como o dono de uma mulher infante.

Emma Goldman lutou arduamente contra a construção da mulher que deve ser tutelada pela figura masculina. Nesse caso, as experiências que viveu foram fundamentais na construção de sua resistência e luta. O próprio desafio; diante de um pai autoritário, opressor e castrador,

que queria subjugar-la e dominá-la apenas por ser mulher, o casamento com um homem que não a compreendia e exigia dela a maternidade que ele queria e uma sociedade conservadora e religiosa que requisitava que ela se adequasse e agisse como uma dama. No entanto, nenhum desses empecilhos foram suficientes para dominar o espírito de liberdade da anarquista Emma Goldman.

A libertária é lembrada, sobretudo, por não temer nenhuma luta, por fazer do seu corpo um testemunho contra a dominação. Por isso, em todo lugar que fosse necessário se impor diante do sistema, lá estaria a anarquista Emma Goldman, não se deixando limitar e nem se amedrontar diante de probabilidades negativas. A cada Revolução asfixiada, o espírito da anarquista se fortalecia e potencializava cada vez mais a certeza da sua vida: lutar. Lutar por um sistema igual, no qual não apenas as mulheres, mas os homens também pudessem ser aquilo que quisessem, sendo senhores dos seus destinos, se opondo a qualquer forma de dominação, fosse ela econômica, social, moral, religiosa e intelectual.

A anarquista buscou de forma incansável colocar fim ao chicote que continuava a açoitar a pele da mulher já flagelada, em um mundo que exigia dela parâmetros comportamentais desde o seu nascimento, que a condenava apenas por desejar conhecer seu corpo e realizar suas escolhas sexuais, longe daquilo que era estabelecido socialmente, sacralizado pela Igreja e legitimado pelo Estado. E da liberdade que Emma Goldman gostaria que o mundo fosse conhecedor, pois a liberdade fortalece e edifica os indivíduos, de modo a entenderem que toda forma de amarra social que é criada para sustentar um sistema desigual ocorre por meio da ignorância intelectual daqueles que acreditam que o sistema é o sustentáculo de suas vidas, principalmente com as intuições arcaicas e segregacionistas que propõe o enquadramento social como forma de realização pessoal.

Referências Bibliográficas

- CLEYRE, de Voltairine. **Escrito(s) a vermelho: Antologia de textos escolhidos 1890-1912**. São Paulo: Barricada de Livros, 2019.
- CORDERO, Laura Fernández. **Amor y anarquismo: experiencias pioneras que pensaron y ejercieron la libertad sexual**. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuni Editores, 2018.
- GOLDMAN, Emma. **Questão feminina**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre: Projeto Emma Goldman, 2019.
- GOLDMAN, Emma. **Feminismo y Anarquismo**. Tradução de Esther Peñas. Madrid: Enclave de Libros, 2017.
- GOLDMAN, Emma. **Vivendo Minha Vida**. Tradução: Nils Goran Skare. Curitiba, PR: L. Dopa, 2015.

GOLDMAN, Emma. **La tragédia de l'émancipation féminine suivi Du mariage et de l'amour**. Paris: Editions SYROS.

J.G.A. Pocock. “La Reconstrucción del Discurso: hacia una Historiografía del Pensamiento Político.” In **Pensamiento político e história. Ensayos sobre teoría y método**. Madrid: Akal, 2009.

LOBO, Elisabeth Souza. **Emma Golman**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LOBO, Elisabeth Souza. Emma Goldman - Revolução e Desencanto: do Público ao Privado. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.9, nº 18, ago./set.89,p.1-13.

MALATESTA, Enrico. **Escritos Revolucionários**. Organização e tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra: 2008.

MARTINS, Angela Maria Roberti. “Mulher liberta-te!”: O anarquismo e as mulheres. In: LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro; MARTINS, Angela Maria Roberti; SANTOS, E. M. (orgs.). **Pensando a História: reflexões sobre as possibilidades de se escrever a História através de perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013,p.25-48.

MARTINS, Angela Maria Roberti. Igualdade de Gênero: uma proposta anarquista. In: **Cancioneiro Libertario: das ideias às representações**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,p.1-228.

MATOS, Maria Izilda S. História das Mulheres e das Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v.19, n.19, 2013,p.5-15.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p.67-71, 1998.

MOURA, Maria Lacerda de. **A Mulher é uma Degenerada**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M.S. Côrrea. 2ª ed, 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890- 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. Luce Fabri, o anarquismo e as mulheres. **Textos de História**, vol. 8, nº 112, 2000, p.285-317 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/textos/article/view/5910/4887>. Acesso em: 18/12/2018, p. 280- 317

RAGO, Margareth. **Anarquismo & Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: achiamé, 1998.

RIBAS, Ana Cláudia. **Corpo, Liberdade e Anarquismo: Perspectiva libertárias nas páginas do jornal A Plebe durante a primeira metade do século XX**. Anais do XXVI Simpósio Nacional da História - ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Liberdade**, Porto Alegre, v.20, 1995.

A História Social e o Massacre da Linha do Parque

Lênin Pereira Landgraf¹, UFPel

Resumo

O presente artigo busca, utilizando como ponto de partida o artigo “História Social” de Hebe Castro, realizar uma brevíssima discussão a respeito do campo da História Social, relacionando o texto base com outros autores. Paralelamente se buscará evidenciar o papel que a História Social cumpre no projeto de pesquisa “O Massacre da Linha do Parque e a Disputa pela Memória – Rio Grande (1950)” desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Palavras chave: História Social; Massacre da Linha do Parque; Classe Trabalhadora.

Abstract

This paper aims to propose a brief discussion about the field of Social History, using as a starting point the paper "Social History" by Hebe Castro, relating the main text to other authors. In parallel, the article aims to highlight the role that Social History plays in the research project “O Massacre da Linha do Parque e a Disputa pela Memória - Rio Grande (1950)” developed in the Postgraduate Program in History of the Federal University of Pelotas (UFPel).

Keywords: Social History; Massacre da Linha do Parque; Working Class.

Introdução à História Social

No primeiro momento o presente artigo apresentará, de forma panorâmica, um pouco do surgimento da História Social, essa que é entendida aqui, através de José D’assunção Barros (2005), como uma dimensão da História, ou seja, uma lente que transforma o modo de ver o problema em questão (BARROS, 2005, p. 10). Essa nova dimensão da História surgiu em oposição a história tradicional, que privilegiava os grandes homens e acontecimentos, visão dominante até então na historiografia, e teve um de seus pontos de partida através da Escola dos Annales, que buscava, dentre outras coisas e de forma simplificada, a constituição de uma história problema. Entretanto, é importante ressaltar que os historiadores marxistas do mesmo período também buscavam romper com a história tradicional, apostando na conjunção dos aspectos econômicos e sociais (BARROS, 2005, p. 11). Sendo assim:

A delimitação de um novo campo a ser chamado de “história social” surge, portanto, sob a forte influência destes dois campos de motivação que passaram a exercer profunda influência no seio da historiografia da primeira metade do século XX. De um lado vinham os ataques desfechados pelo grupo dos Annales contra aquilo que consideravam uma “velha história política”, de outro lado começavam a surgir as primeiras grandes obras da historiografia marxista, que cumpriam fielmente um programa de filosofia da história

¹ Professor de História e mestrando em história no PPGH da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) leninlandgraf@hotmail.com

voltado para o econômico e para o social tal como havia sido proposto pelos fundadores do materialismo histórico a partir de meados do século XIX (BARROS, 2005, p. 11).

Ao encontro das críticas feitas a história tradicional, Eric Hobsbawm (1998) tem uma dura opinião sobre a disciplina acadêmica da história, construída durante o século XIX, e influenciada por Leopold Van Ranke:

Mesmo pelos padrões modestos das ciências humanas e sociais do século XIX, a história era, uma disciplina extremamente – poder-se-ia quase dizer deliberadamente – retrógrada. Suas contribuições ao entendimento da sociedade humana, passada e presente, eram insignificantes e ocasionais. Uma vez que o entendimento da sociedade requer entendimento da história, mais cedo ou mais tarde teriam de ser encontradas maneiras alternativas e mais produtivas de investigar o passado humano (HOBSBAWM, 1998, s/p).

Sobre a contribuição marxista para a evolução da História, Hobsbawm (1998), afirma que o marxismo/materialismo histórico foi a única corrente que buscou essa alternativa nas formas de investigar o passado humano. O marxismo, então, assume esse papel ao criticar o positivismo (que tentava aproximar a história das ciências naturais) e ao defender a história enquanto uma ciência social (HOBSBAWM, 1998, s/p.).

O surgimento da História Social pode ser visto como um grande marco para a historiografia mundial, impulsionando novos pensadores e a forma de encarar a pesquisa histórica. A evolução dessa nova dimensão da História encaixa-se perfeitamente na afirmação feita por José D’assunção Barros (2005) onde o autor afirma que:

[...]o caleidoscópio historiográfico sofre os seus rearranjos. E estes rearranjos são eles mesmos produtos históricos, derivados das tendências de pensamento de cada época e das suas motivações políticas e sociais. Os paradigmas acabam sendo substituídos uns por outros, por mais que tenham perdurado, e trazem a seu reboque novas tábuas de classificação (BARROS, 2005, p. 6).

Com o surgimento do novo campo “A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra ‘social’[...]” (CASTRO, 1997, s/p). A problematização das fontes e a busca por novos métodos se difundiram rapidamente entre os novos historiadores, principalmente a partir dos anos 1970. Nesse sentido a autora Hebe Castro (1997) aponta que:

Atualmente, mesmo a história política, até mais recentemente atrelada a uma abordagem tradicional, passa a fazer parte do campo de atuação desta história-problema, como dimensão específica da vida em sociedade. Nesse sentido, é

lícito questionar se existiria uma história que não a do social (CASTRO, 1997, s/p).

O questionamento feito pela autora, extremamente lúcido, vai ao encontro de José D'assunção Barros (2005), que também se questiona se a palavra social abrange os mais diversos interesses da sociedade “[...]o que faria da História Social uma espécie de categoria transcendente que acaba perpassando ou mesmo englobando todas as outras especialidades da História.” Ainda nesse caminho o autor afirma que “Em certo sentido, argumenta-se que toda a História que hoje se escreve é de algum modo uma História Social – mesmo que direcionada para as dimensões política, econômica ou cultural” (BARROS, 2005, p. 12-16). Entretanto, o autor adverte ainda que:

Qualquer informação historicizada pode ser tratada socialmente, é correto dizer. Mas é também verdade que nem toda História é *necessariamente* social. Se é possível elaborar uma *História Social das Idéias* ou uma *História Social da Arte*, é possível também elaborar uma *História das Idéias* ou uma *História da Arte* que se restrinjam a discutir obras do pensamento ou da criação artística sem reestruturá-las dentro do seu ambiente social mais amplo (BARROS, 2005, p. 16).

A importância que o movimento obteve em seu início no século XX, é revelada quando se avalia que o mesmo passou a se sobrepôr em relação a ultrapassada visão rankiana da História, ainda sobre isso a autora aponta que:

A oposição à historiografia rankiana e a definição do social se construía, assim, a partir de uma prática historiográfica que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os indivíduos e das tendências a longo prazo sobre os eventos na explicação histórica, ou seja, que propunha a história como ciência social (CASTRO, 1997, s/p).

Inicialmente vista como uma forma de síntese, afinal, toda perspectiva histórica pode estar alicerçada no social, e afirmada como campo histórico mais tarde, “A História social em sentido restrito surgiria, assim, como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais” (CASTRO, 1997, s/p). Com o passar do tempo e o aprofundamento dos historiadores no novo campo surgem novas discussões e metodologias, como por exemplo a aproximação dos historiadores sociais com a antropologia, priorizando as abordagens socioculturais. Já entre as décadas de 1960 e 1970 a base metodológica adotada pelos historiadores sociais foi a análise quantitativa, naquele período a utilização de fontes eleitorais, testamentos, inventários, entre outros, teve um crescimento exponencial, entretanto, se o novo olhar metodológico baseado no quantitativo possibilitou novas nuances nas pesquisas e “[...]trouxeram as grandes massas para

a história, ao trabalharem majoritariamente com dados agregados, tenderam a retirar-lhes a face humana” (CASTRO, 1997, s/p). Já nas décadas seguintes os limites da quantificação foram apontados, contribuindo para o avanço do campo (CASTRO, 1997, s/p).

O Massacre da Linha do Parque

Após essa breve introdução sobre o surgimento da História Social, parte-se agora para a apresentação do objeto e do projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da UFPel e intitulado “O Massacre da Linha do Parque e a Disputa pela Memória – Rio Grande 1950” e as aproximações do referido projeto com o campo da História Social.

A ditadura Getúlio Vargas, que por muito tempo perseguiu sindicalistas que não apoiavam seu governo, terminou em 1945, mas seu sucessor eleito, Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) deu continuidade a repressão e perseguição aos sindicatos e movimentos dos trabalhadores. O Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946², buscou reprimir e impedir greves. Já o Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947³, suspendeu o funcionamento da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), além da CTB o Partido Comunista Brasileiro (PCB) também foi posto na ilegalidade.

Os comunistas e movimentos sociais e sindicais já vinham sendo perseguidos com força desde a ditadura getulista, além disso, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da Guerra Fria, houve um aprofundamento nessa perseguição. O governo dos Estados Unidos passou a propagar a ideia de combate ao avanço do espectro comunista e um possível expansionismo da URSS. A propagação desse sentimento anticomunista justificou a intervenção norte americana em prol de seus interesses, direta ou indiretamente, em diversos países, principalmente na América Latina. Nesse sentido, Sidinei J. Munhoz (2003) afirma:

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas (MUNHOZ, 2003, p. 2).

² BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 15 março 1946. Seção 1, p. 3829.

³ BRASIL. Decreto nº 23.046, de 7 de Maio de 1947. Suspende o funcionamento em todo o Território Nacional da "Confederação dos Trabalhadores do Brasil". Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 7 maio 1947. Seção 1, p. 6253.

É nesse contexto que se encontra o objeto a ser estudado nesta pesquisa, O Massacre da Linha do Parque⁴, manifestação de trabalhadores que pediam a reabertura da Sociedade União Operária (SUO)⁵, fechada por ordem do governo, que culminou num massacre promovido pelos policiais. A comemoração em alusão ao Dia Internacional dos Trabalhadores foi convocada em um momento de grande tensão entre o movimento operário e a polícia, os acontecimentos dos anos anteriores na cidade e o sentimento anticomunista construído fortemente no pós Segunda Guerra Mundial colaboraram com essa crescente tensão. A convocação foi feita através de panfletos e assinada por pelo menos seis entidades operárias, entre elas a Associação dos Portuários, o Núcleo da Coligação dos Ferroviários e a União das Mulheres Riograndinas. As atividades previstas para a festa eram corriqueiras, como a realização de brincadeiras, churrasco e um baile ao ar livre. Só ao final da festa as lideranças operárias convocaram os presentes a saírem em caminhada até a sede da SUO (SAN SEGUNDO, 2009, p. 140).

A passeata saiu por uma das principais ruas da cidade, local onde passavam bondes, após alguns minutos foi interceptada por um grupo de policiais, liderados pelo delegado do DOPS⁶ Ewaldo Miranda, que exigiam o fim da manifestação e dispersão de todos, a partir desta ordem o confronto teve início. O saldo do massacre foi de quatro manifestantes e um policial mortos, além dos diversos feridos, como o vereador na cidade Antônio Réchia. Os mortos foram Euclides Pinto, Honório Alves de Couto, Osvaldino Correa e Angelina Gonçalves, esses trabalhadores e manifestantes, e Francisco Reis, soldado da brigada militar. Um processo foi instaurado para a investigação dos acontecimentos, mas ninguém foi responsabilizado pelas mortes.

O objetivo geral é, através do confronto das fontes, analisar de que forma o Massacre da Linha do Parque teve sua memória construída e, principalmente, disputada pelos diferentes grupos políticos no momento do acontecido. Os objetivos específicos são: elucidar a linha política e a qual grupo político/social cada um dos jornais usados como fonte está atrelado e buscar compreender a ligação entre trabalhadores e organizações sindicais na cidade de Rio Grande.

⁴ Linha do Parque foi o nome dado para uma rota de bondes na cidade, essa rota era muito usada pelos trabalhadores.

⁵ A Sociedade União Operária foi uma das principais entidades representativas dos trabalhadores rio-grandinos durante os séculos XIX e XX. Fundada em 1893, acabou fechada em definitivo em 1964 pelo golpe civil militar.

⁶ As Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) foram extremamente ativas durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura civil militar, desempenhando um papel de repressão e controle aos movimentos sociais e políticos no Brasil.

A pesquisa se situa na dimensão da História Social, buscando entender o processo e o comportamento dos distintos grupos sociais e políticos durante a disputa pela memória do Massacre da Linha do Parque. Entretanto entende-se, assim como José D'Assunção Barros (2005), que:

[...] uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo. Apesar de falarmos frequentemente em uma “História Econômica”, em uma “História Política”, em uma “História Cultural”, e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas (BARROS, 2005, p. 2).

A análise dos grupos sociais menos privilegiados, nesse caso os trabalhadores que lá estavam no protesto, muitas vezes torna-se difícil devido a escassez de fontes. Entretanto, Barros (2005) pontua que uma das formas que as fontes de História Social chegam aos pesquisadores é através da violência. No caso do Massacre, a violência coletiva que é “onde a massa anônima deixa suas marcas e conquista também a sua voz através de explosões de revolta que podem ficar registradas nas notícias de jornais, ou então nas descrições dos cronistas para os períodos mais antigos” (BARROS, 2005, p. 20). O autor aponta ainda que é principalmente nessas situações de conflito e protestos organizados pelos trabalhadores que eles de fato terão algum destaque e espaço:

As revoluções e os processos de transformação social, conforme já observou Thompson muito bem, são momentos privilegiados para a percepção das identidades de classe, inclusive as relativas aos grupos sociais menos privilegiados. São nestes momentos que as massas tornam-se visíveis, exprimindo-se através dos gestos do “protesto” (sejam protestos espontâneos, sejam os movimentos organizados, como as greves) ou da violência coletiva, que podem produzir desde badernas e motins até revoluções com repercussões sociais definitivas. São também nestes momentos que, eventualmente, emergem as lideranças populares – por vezes deixando suas vozes registradas em panfletos e em discursos que foram recolhidos pela imprensa ou pelos cronistas de uma época. No dia a dia, as massas populares são informes: executam como que emudecidas as tarefas que lhes permitirão assegurar a sua sobrevivência diária. A História conhece os camponeses do final da Idade Média, os operários urbanos das sociedades industriais, os escravos do Brasil Colonial sempre através dos registros massivos, que anotarão as datas de seus nascimentos, o número de filhos, a morte, a ocupação, e as modalidades de pertencimento (a um senhorio na Idade Média ou a uma indústria no mundo capitalista). Nestes momentos, as massas falam à História através de números que registram a sua laboriosa e sofrida passividade. Mas quando ocorre um motim, uma insurreição, um protesto público, pela primeira vez a massa de despossuídos será ouvida não através da passividade dos números silenciosos, e sim através dos gestos violentos e ruidosos (BARROS, 2005. p. 20).

Seguindo a lógica de que a História Social é voltada para examinar a dimensão social de uma sociedade, os interesses em comum entre essa pesquisa e o campo da História Social são muitos, como a análise dos grupos sociais conflitantes durante o Massacre e suas repercussões e os círculos de sociabilidade desses grupos, em específico os trabalhadores e sua relação com os sindicatos, que organizaram a festa que culminou no confronto. Para isso, torna-se necessário a análise de jornais, a principal fonte nesta pesquisa. Mais adiante um exemplo prático da análise das fontes será mostrado.

Para compreender a identificação sindical dos trabalhadores, a questão de classe torna-se fundamental, pois é preciso entender o quão atrelados às questões propagadas pelas organizações sindicais os trabalhadores estavam, a ponto de entrar em confronto com a polícia pelos seus ideais. O historiador com enorme contribuição para a História Social e de orientação marxista Edward Palmer Thompson (1987) aponta que a formação da classe ocorre com o advento da luta de classes e não somente com o fator econômico, mas também através do fator cultural. O autor afirma que a consciência de classe se origina através das experiências de luta através do tempo, ou seja, da luta de classes, não sendo papel de um grupo forçar a “conscientização” da classe. Para ele “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 9).

Thompson afirma que a classe acontece quando:

[...] alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

Ainda nesse sentido, sobre classe e consciência de classe, o autor afirma que:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente) suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 274).

Thompson aponta também que quando a consciência de classe tenha se desenvolvido, as pessoas podem ser socializadas sob uma ótica classista. A consciência de classe desenvolvida também contribui para a manutenção e prolongamento das instituições de classe.

Ao longo do tempo, nessa luta de classes, o proletariado precisou se organizar para resistir e obter avanços em suas pautas, os sindicatos e as uniões dos trabalhadores em associações sempre foram importantes meios de organização para a classe trabalhadora em todo o mundo. Nesse sentido, Henrique Canary (2012) exalta a importância dos sindicatos para a classe trabalhadora e afirma que ao concentrar um grande número de trabalhadores em um mesmo local de trabalho a burguesia criou as condições para a organização desses trabalhadores e dos sindicatos. Canary afirma ainda que:

Os sindicatos são o resultado inevitável da divisão da sociedade em explorados e exploradores. Existe luta e organização sindical praticamente desde que existe o capitalismo. Por isso também é possível afirmar que enquanto houver burgueses e proletários, vai haver luta e organização sindical[...] (CANARY, 2012, p. 28).

É claro até aqui que as comemorações do dia 1º de maio em Rio Grande e a passeata só aconteceram devido as organizações sindicais, fica ainda mais evidente a aproximação entre entidade sindical e trabalhadores ao lembrar que o protesto reivindicava a reabertura de um dos principais sindicatos da cidade. Torna-se, assim, fundamental analisar os círculos de sociabilidade desses trabalhadores, nesse caso em específico os sindicatos, através dos jornais operários, panfletos e atas de reuniões. No Brasil, assim como em todo o mundo, o cenário não foi diferente, os trabalhadores também precisaram se organizar, desde o princípio, para enfrentar os avanços dos patrões. Para Marcelo Badaró Mattos (2009), o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil remonta ao período da escravidão, período no qual, em diversos momentos, trabalhadores reuniram-se em associações para defender seus interesses. Essa luta entre patrões e associações de trabalhadores acabou gerando, ao longo do tempo, disputas pela memória.

Após as devidas contextualizações, aliado à teoria e à metodologia, as reportagens que giram em torno do massacre estão sendo confrontadas, de um lado a visão ou visões da imprensa comercial e de outro a visão ou visões da imprensa operária. A partir do confronto dessas duas principais fontes se dará a análise sobre a disputa da memória envolvendo o Massacre da Linha do Parque, além de auxiliar na análise dos grupos sociais conflitantes. Exemplo prático disso se dá ao comparar como o jornal *O Tempo* e o jornal *Gazeta Sindical* diferem na busca de um

mártir para o confronto. O jornal comercial concede grande destaque ao sepultamento do policial Francisco Reis, morto no confronto:

Com grande acompanhamento realizou-se ontem, às 16h, o sepultamento do soldado Francisco Reis, a primeira vítima da sanha comunista que caiu bravamente na defesa dos interesses da sociedade. O corpo do malogrado soldado, foi conduzido primeiramente até a Matriz de São Pedro, onde foi encomendado, e depois foi dado à sepultura. Compareceram ao sepultamento as principais autoridades e grande quantidade de povo, todos irmanados no mesmo sentimento de profunda dor, pelo golpe que os comunistas desferiram na sociedade rio-grandense, manchando com sangue rubro das suas ambições contra os interesses da nossa pátria e da democracia (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950).

Fica evidente a tentativa de transformar o soldado morto em um herói, o destaque para, em tese, um grande acompanhamento durante o funeral e o ataque feito aos comunistas locais deixa claro de que lado o jornal se postou nessa disputa. Em contrapartida o jornal operário *Gazeta* condena a ação dos policiais:

Heroísmo de uma operária. Entre as cenas de heroísmo e de firmeza proletária cumpre destacar a da morte da tecelã Angelina Gonçalves. Ia ela com um grupo de senhoritas que acompanhavam a Bandeira Nacional À certa altura, os policiais tentaram arrebatar a bandeira da menina que a carregava, Angelina porém, não podia deixar que a Bandeira passasse das *mão* honradas que a transportavam, para as mãos assassinas dos policiais. Adiantou-se, pois, e em luta com os tiras defendeu o Pavilhão Nacional com o próprio corpo, que Angelina foi fuzilada friamente por Gonçalino Gonçalves, tombando morta, envolta na bandeira que defendeu com a própria vida (*Gazeta Sindical*, 1ª quinzena de junho de 1950, p. 4. Apud San Segundo, 2009, p. 159).

Além de condenar a ação dos policiais, o jornal aponta a tecelã e as manifestantes que a acompanhavam como defensoras da honra e da soberania nacional, verdadeiras heroínas, evitando que o maior símbolo do sentimento nacionalista – a bandeira – passasse para as mãos, segundo o jornal, desonrosas dos policiais.

Conclusão

O Massacre da Linha do Parque foi um acontecimento importante na cidade de Rio Grande, mas ainda pouco explorado, sendo necessário a execução de uma pesquisa científica para continuar a discussão no campo historiográfico, colaborando, além do entendimento sobre a disputa, para que um fato tão marcante na história rio-grandina não caia no esquecimento. A análise dos grupos sociais envolvidos no Massacre e, principalmente, a análise dos círculos de sociabilidade dos trabalhadores é fundamental nessa pesquisa, e é possível fazê-la com o auxílio

da História Social. Após a brevíssima e singela apresentação do campo da História Social, espera-se que nas páginas anteriores tenha-se deixado evidente para o leitor as aproximações da presente pesquisa com a História Social.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **A História Social: seus significados e seus caminhos**. LPH – Revista de História da UFOP, nº 15, 2005.

CANARY, Henrique. **O que é... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia (orgs.)**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

MATTOS, Marcelo B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MUNHOZ, Sidnei J. **A guerra fria no Brasil: Repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito**. ANPUH XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952**. Porto Alegre: 2009.

THOMPSON, Edward P. **A formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Armação Baleeira de Itapocoroia na obra “Viagem á Província de Santa Catharina (1820)” do naturalista Auguste de Saint-Hilaire

Vinícius Bosignari¹, UFSC
Letícia Stiehler Machado², UDESC

Resumo

As armações baleeiras representaram uma importante atividade econômica para o Brasil em meados do século XVIII e início do século XIX. O presente artigo teve como objetivo analisar a condição político-administrativa-social da Armação Baleeira do Itapocoroia, situada no estado de Santa Catarina, a partir do relato do viajante Saint-Hilaire. Para tanto, utilizou-se como metodologia a análise do documento através de bibliografias sobre o tema e outras fontes do período. Por fim, pode-se perceber o caráter desbravador do pesquisador francês através da descrição geográfica do local. A partir disso, pode-se inferir que existiam três instâncias diferentes na organização da armação. São elas: a instância administrativa, a de caça e produção de derivados da baleia e a de moradia. Além disso, o trabalho desenvolvido por Saint-Hilaire é uma importante fonte para os estudos sobre a pesca da baleia no litoral catarinense, principalmente sobre a Armação de Itapocoroia.

Palavras-chave: Armação Baleeira; Itapocoroia; Santa Catarina; Saint-Hilaire.

Abstract

Whaling stations represented an important economic activity for Brazil in the mid-18th and early 19th centuries. This article aimed to analyze the political-administrative-social condition of Whaling stations Itapocoroia, located in the state of Santa Catarina, based on the account of the traveler Saint-Hilaire. For that, the source analysis was used as methodology through bibliographies on the theme and other sources of the period. Finally, one can perceive the pioneering character of the French researcher through the geographical description of the place. From this, it can be inferred that there were three different instances in the organization of the frame. They are: the administrative, whaling and production of whale products and housing. In addition, the work developed by Saint-Hilaire is an important source of studies on whaling on the coast of Santa Catarina, mainly in Itapocoroia.

Keywords: Whaling stations; Itapocoroia; Saint Catherine; Saint-Hilaire.

Introdução

As armações no Brasil Meridional foram empreendimentos coloniais cuja finalidade era pesca da baleia e o beneficiamento de seus derivados. A instalação das armações pode ser considerada como empreendimento que contribuiu para a ocupação e povoamento da região, promovendo atividades econômicas locais, compondo uma parte estruturante do projeto de

¹ Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é estagiário em História no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) - Setor do Memorial, vinculado ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

² Graduanda do curso de História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

iniciativas que atendiam a necessidade de geração de renda para a Coroa (SOUZA, 2016). Todavia, dentro de uma lógica de valorização da economia voltada a terra e de grandes gêneros de exportação, a caça das baleias atingiu pouca expressão na formação brasileira ao comparar com os ciclos do açúcar, do ouro e, posteriormente, do café (COMERLATO, 2011).

A pesca à baleia no Brasil constituiu um monopólio que o Estado concedia a grandes comerciantes, que buscavam lucros com a venda de azeite e barbatanas. Porém, era uma iniciativa particular, cabendo ao concessionário o estabelecimento, a instalação completa e a manutenção da armação sem qualquer custo a Coroa. A Coroa, em alguns anos, a partir do deferimento do contrato, não obtinha lucro com a pesca, mas ao findar do prazo, os bens estabelecidos na armação passariam a Coroa que as venderia para o próximo concessionário. (CABRAL, 1987).

A instalação desses núcleos baleeiros em solo catarinense ocorre simultaneamente ao aumento populacional na segunda metade do século XVIII, promovido pela vinda de casais de imigrantes madeirenses e açorianos (COMERLATO, 2011). Entretanto, é necessário lembrar que a mão de obra escrava sempre esteve presente nas armações em Santa Catarina. De acordo com Cabral (1987) a concessão da pesca da baleia em Santa Catarina se divide em dois grandes períodos. O primeiro referente à concessão de Tomé Gomes Moreira e o segundo referente à concessão Quintela. O primeiro monopólio durou de 1747 a 1764 e o segundo de 1765 a 1801. Em 1801 foram extintos os monopólios, devendo os bens das armações serem inventariados e colocados à venda ou entregue a quem quisesse empreender mediante o pagamento. Na falta de interessados a administração passava para as Juntas da Fazenda.

De acordo com Saint-Hilaire (1936) em Santa Catarina foram estabelecidas seis armações baleeiras distribuídas pelo litoral, são elas: Armação da Piedade ou “Armação Grande” no ano 1746, como chama o pesquisador; Armação da Lagoinha, fundada em 1772; Armação do Itapocorói, fundada entre 1777 ou 1778; Armação de Garopaba, fundada em 1795; Armação de Imbituba, em 1796 e por último a Armação da Ilha da Graça, São Francisco do Sul, ano de 1807.

Itapocorói, com origem tupi-guarani é o nome pelo qual é conhecida a baía localizada atualmente na cidade de Penha, Santa Catarina. A fundação dessa armação localizada no litoral catarinense, ao norte do rio Itajaí está intimamente ligada à ocupação castelhana da Ilha de Santa Catarina, que inclusive tinha controle sobre a Armação da Piedade, afirma Ellis (1973).

Segundo Boiteux (1959, p. 182) a localidade pode ser também grafada como: “[...] Itapacorói, Itapacoroia, Itapacaroia, Itapacaroí, Itapocoroy, Itapucuroi.”³ Para Silva (1959):

Itapacorói teve a sua época de intensa atividade, de um comércio fervilhante, com o florescimento da sua armação de baleias, onde centenas de operários brancos e outras tantas de escravos, trabalhavam, na estação própria, no beneficiamento dos cetáceos que eram apoiados, anualmente, em grande número, nas suas águas. Com a vergonhosa entrega da ilha de Santa Catarina aos espanhóis, em 1777, viram-se os armadores de baleias, das duas armações próximas à sede da capitania, na contingência de procurar lugares mais seguros para estabelecerem o seu rendoso negócio. A enseada de Itapacorói, pela sua segurança e comodidade, foi um dos escolhidos (SILVA, 1959, p. 101).

“*Viagem à Província de Santa Catharina (1820)*” do naturalista Auguste de Saint-Hilaire, embora escrita em 1850, é uma das únicas e principais fontes históricas escritas sobre a Armação de Itapacorói em seu período de funcionamento. Por isso, esse artigo tem como objetivo analisar a condição político-administrativa-social da Armação Baleeira do Itapacoroia a partir do relato de Saint-Hilaire.

Sobre o autor e a obra

“*Viagem à Província de Santa Catharina (1820)*” é um relato de viagem escrito por Auguste de Saint-Hilaire publicada em 1936 pela Companhia Editora Nacional no estado de São Paulo. A obra a ser analisada é em língua portuguesa, mas seu título original em francês é: “*Voyage dans la Province de Sainte-Catherine*” (Edição de 1851) e foi traduzida por Carlos da Costa Pereira, tendo 252 laudas. Ela faz parte da Coleção Brasileira da Bibliotheca Pedagogica Brasileira, Série 5ª, Vol. 58. A primeira publicação foi em 1850, trinta anos depois da viagem do autor por Santa Catarina.

Auguste de Saint-Hilaire era um viajante, escritor, naturalista e botânico francês. Ele nasceu em Orleans, 1779 e faleceu em 1853. Saint-Hilaire pertenceu a família de nobres e direcionou seus estudos à História Natural (LEAL, 2019, p. 43). De acordo com a edição analisada, ele era Membro da Academia de Ciências do Instituto de França. Professor da Faculdade de Ciências de Paris e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e membro da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

Após a chegada da família real ao Brasil em 1808, abriu-se a possibilidade de naturalistas europeus visitarem as terras da América Portuguesa e de conhecerem aspectos físicos, biológicos, etnográficos e socioeconômicos locais. Essas visitas tinham como objetivo

³ Neste trabalho usou-se das diferentes grafias e não somente Itapacoroia como escreve Hilaire.

sanar a curiosidade da elite política e econômica que vivia em torno de Dom João VI, além do interesse que os povos do Velho Continente tinham em relação ao além-mar (GONÇALVES; MALLOY, 2014, p. 103).

Saint-Hilaire chegou ao Rio de Janeiro em julho de 1816 como membro da Embaixada da França e percorreu um vasto território compreendendo as regiões sudeste e sul do Brasil, além do território do atual estado de Goiás. Sua especialidade era a Botânica, mas possuía um amplo conhecimento das Ciências Naturais. Durante a viagem coletou, classificou e organizou coleções de plantas, animais e minerais, que serviram de estudo para pesquisadores europeus e Museus Naturais (NEVES; MARTINS; RADTKE, 2007, p. 1).

A viagem que Saint-Hilaire escreveu o relato a ser estudado era referente a um grande percurso pelas Províncias do Sul iniciada em 1820. Segundo Neves, Martins e Radtke (2007, p. 2) ele desembarcou em São Francisco do Sul e seguiu até Desterro, costeando o litoral em direção ao sul. Percorreu o litoral até Porto Alegre, aonde chegou em junho, seguiu a Rio Grande também pelo litoral e dali prosseguiu rumo à Cisplatina. Visitou as Missões, desceu pelo Rio Jacuí, retornando a Porto Alegre, em junho de 1821, para dali regressar ao Rio de Janeiro de barco.

Saint-Hilaire é responsável por outras obras traduzidas para o português como: “*Viagem à comarca de Curitiba (1820)*”; “*Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*”; “*Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*”; “*Viagem à província de São Paulo*”. O viajante francês é visto como um modelo ideal do cientista do século XIX.

Saint-Hilaire (1936, p. 136), por ter visto e relatado a Armação do Itapocorói, atribui a sua escrita como verdadeira: “Descrevi minuciosamente a armação de Itapocoroia, tal como era em 1820 [...]”. De acordo com Nogueira (2005, *apud* PADOAN; 2015, p. 198):

Pela leitura de seus relatórios de viagem, vê-se o caráter do “homem-cientista” típico, da ciência que emergia firmando-se no cuidado das observações, na criteriosidade das análises e julgamentos, cristalizando-se como referência de dignidade pela busca da verdade pelo esclarecimento num campo de neutralidade (NOGUEIRA, 2005, *apud* PADOAN, 2015, p. 198).

A Armação do Itapocoróia

A Armação de Itapocorói (1777-78), segundo Cabral (1987) foi fundada no período áureo de pesca do cetáceo. Ao viajar pelo litoral catarinense no ano de 1820, Auguste de Saint-Hilaire passa pela Enseada do Itapocoroia e descreve a organização política, social e administrativa da Armação Baleeira estabelecida na localidade. Primeiramente o viajante situa geograficamente a Armação. “No fundo da enseada, situadas a menor distancia do morro da

Vigia que do morro do Cambri, vêem-se, á borda do mar, junto de um outeiro, as vastas construcções da armação de Itapocoroia.” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 130).

Ao chegar, segundo ele, foi recebido pelo administrador da armação que estava à sua espera, isto é, a viagem tinha um caráter institucional e era importante para o reconhecimento do território. No momento em que o viajante francês passa pela enseada de Itapocoroia a pesca das baleias já estava em declínio. De acordo com Cabral (1987) a Armação de Itapocorói e a da Ilha da Graça foram arrematadas por Manoel Machado Sousa em 1835 antes que a ruína lhe consumisse.

O relato traz à tona questões pertinentes sobre esse período e a configuração da Armação de São João Batista. Para Rossato (2005, p. 11) “[...] os relatos de viagens, não podem ser tomadas como insuspeitos ou neutros, o que significa que devemos historicizá-los, uma vez que se inserem em uma época e uma cultura.”. Por isso, neste trabalho propôs-se uma análise historiográfica da fonte e dividiu-se em temáticas conforme os tópicos:

Condições da pesca a baleia

No relato o botânico apresenta como se dá a pesca da baleia. Segundo o autor, a pesca começava em junho e terminava em meados de agosto. Período que as baleias encontram-se na costa brasileira para a procriação. Um ponto fundamental levantado por Saint-Hilaire é a diminuição do número de baleias devido à pesca. Isso acontece porque é no momento da reprodução que esses cetáceos são mortos.

A pesca era realizada através de lanchas. De acordo com Saint-Hilaire (1936, p. 134) “As lanchas empregadas na pesca, pontudas nas duas extremidades, com fôrma de lançadeira; – eram velozes e tinham seis bancos para os remadores.”. Conforme discute o autor, seis dessas embarcações saíam para a caça, cada acompanhada de outra lancha chamada de “socorro”, pois era responsável por auxiliar as outras. Ele ainda afirma:

As lanchas pouco se afastavam da armação. Quando avistavam o jacto d'agua que a baleia lança ao respirar, aproximam-se della, sem o menor ruido, e arremessavam-lhe o arpão. O cetaceo mergulhava; em seguida, puxavam-no pouco a pouco, traspassavam-no a golpes de lança e a lancha de socorro rebocava-o para a armação, onde o collocavam entre dois estrados, sobre os trapiches solidamente construidos defronte do estabelecimento (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 135).

Essas “lanchas”, como o autor chama, tratam-se de um tipo específico de embarcação utilizada para a caça as baleias. Conforme Pacheco (2009), esse modelo náutico possui influências dos botes açorianos e americanos. Já o conhecimento das técnicas de fabricação e

uso na caça à baleia, provavelmente veio para as armações com os açorianos. Essas embarcações são encontradas nas localidades onde os açorianos se assentaram ao longo do litoral do Estado, entre Laguna (Sul) e São Francisco do Sul (Norte).

O viajante francês apresenta dados relativos ao número de baleias abatidas para comprovar sua tese do declínio da pesca:

1748 a 1750 - 500 baleias abatidas somente na Armação da Piedade;

1777 - No ano de fundação da Armação do Itapocorói foram apanhadas 300 baleias;

1819 - Um ano antes de sua viagem, todas as seis armações juntas abateram 59 desses mamíferos.

Anos após a vinda do desbravador francês a Santa Catarina continuou a queda no número baleias abatidas nas armações. Conforme o discurso pronunciado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina pelo presidente João Carlos Pardal, publicada no ano de 1838:

A pesca das Baleias, que em outro tempo tão produtivo foi, acha-se hoje mui reduzido; poucas vantagens promete, e essas mesmas contingentes, geralmente se atribue a raridade de peixe á perseguição, que lhe fazem os pescadores estrangeiros, nas proximidades da Costa, e até Armaçoens (PARDAL, 1838, p. 16).

Principais estruturas presentes na Armação de Itapocorói relatadas pelo francês:

A Casa Grande, a Capela e a residência do capelão

De acordo com Saint-Hilaire, a Casa Grande é situada em um morro com gramas e vista para o mar próxima a capela. Em frente para um pátio quadrado, os armazéns e os alojamentos dos negros. Por estar situada em um morro era um ponto de observação do restante das instalações da armação, tendo um caráter de vigilância. Segundo Comerlato (2012):

A casa-grande, também denominada Casa de Vivenda, era a residência do administrador da armação e família, mais os funcionários do Real Contrato da pesca da baleia. As proporções eram bastante variáveis e internamente alojavam várias dependências. As edificações eram feitas de pedra e cal, sobre pilares ou em plano elevado acompanhando o relevo do terreno, possuindo duas frentes (uma para o mar) e quintal murado (COMERLATO, 2012, p. 107).

A capela localizada na armação é anterior a sua fundação. Silva (1959) aponta que a capela de Armação, dedicada a São João Batista, é das mais antigas de Santa Catarina. Sua construção data de 1759, ano em que, a 27 de abril, foi assinada a provisão do bispo do Rio de Janeiro autorizando a sua construção. Próximas a Capela e a Casa do Administrador se encontrava a residência do capelão. Saint-Hilaire (1936, p. 134) diz que no momento da partida

para o mar, “[...] o capellão vinha á praia abençoar as embarcações e davam-se propinas aos que as tripulavam”.

O Alojamento dos empregados e o alojamento dos negros

O alojamento dos empregados era um espaço no qual os pescadores contratados pelo administrador da armação ficavam enquanto durava a pesca. Também chamado em outras armações de “companha dos baleeiros” ou “campanha”, Comerlato (2012, p. 108) discute que “Estas residências variavam no tamanho e tipo de construção, podiam ser de tijolos, pau a pique ou de adobe. A companha servia de moradia somente no período da pesca, ficando o resto do ano vazia, pois os pescadores voltavam à suas terras e atividade na lavoura.”.

Como o período de pesca costumava ser cerca de dois meses, eles poderiam permanecer no local com suas esposas, porém não cita se os filhos também os acompanhavam. “Nas ocasiões propicias elles ali se installavam com suas mulheres, encontrando um agradável refrigerante nas laranjas que havia em abundancia nos arredores do estabelecimento.” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 133). Sobre as laranjeiras próximas ao alojamento dos empregados, Reis (2016) apresenta que:

De acordo com os arrolamentos de 1816, todas as armações, com exceção de Imbituba, possuíam roça própria. A produção visava inicialmente o abastecimento dos próprios núcleos, todavia a julgar pelos números das plantações, possivelmente vendia-se o excedente, caso de Itapocoróia que possuía cerca de 600 pés de laranja, avaliados em 192\$000, número alto em termos de autossuficiência (REIS, 2016, p. 49).

O alojamento dos negros só é citado por Saint-Hilaire, sem apresentar uma descrição do local, como faz com os demais. Não há elementos, na fonte, para que se possa explicar como era o alojamento dos negros na Armação, nem como viviam. É possível perceber que há um silenciamento em relação à presença de negros escravizados na Armação de Itapocoróia. Nessa edição traduzida em 1936, não há menção de palavras como senzala, dando a entender que como alojamento seria um lugar de morada temporário dos escravizados, assim como os empregados. No entanto a edição de 1978, afirma que existe na Armação de Itapocoróia uma senzala. (SAINT-HILAIRE, 1978). Provavelmente neste período em que o desbravador visita a respectiva armação, o número de escravos deve ser muito baixo ou inexistente, visto que a armação já estava entrando em colapso não só no número de baleias, mas também de trabalhadores e escravos. A falta de mão-de-obra dentro desse empreendimento, segundo Ellis (1969) fez com que a Junta Real da Fazenda encaminhasse as armações velhos soldados do Regimento da terra, maltrapilhos e famintos para suprir essa demanda.

O Engenho de frigir, reservatórios, armazém e trapiche

Para Comerlato (2011) uma importante fonte de referência e que complementa as estruturas relatadas por Saint-Hilaire é a gravura do pintor francês Jean Batiste Debret de 1827. Visto que mostra a Armação de Itapocoróia com seus espaços: marítimo, produtivo mercantil e o de subsistência representado pela extensa área verde com costões e morros. Segundo ela:

No espaço marítimo identificamos duas baleeiras, cada uma rebocando uma baleia. Na linha da praia, no canto direito da gravura, a primeira edificação seria a casa dos dois tanques, tendo ao lado o engenho de frigir e atrás deste a casa dos sete tanques. No centro do núcleo baleeiro está a igreja com uma quadra aberta em que se encontra um cruzeiro. A edificação do lado esquerdo da gravura era provavelmente a companhia dos baleeiros (COMERLATO, 2011, p. 481).

Localizado próximo ao alojamento estava, segundo Comerlato (2012) a principal edificação da armação. O engenho frigir era uma construção feita com pedras argamassadas e coberto por telhas. Tinha por finalidade a produção do azeite. Saint-Hilaire (1936) sobre o preparo do cetáceo:

Ali, vira-vam-no ele costas e extrahiam-lhe o toucinho em tiras que eram levadas para o engenho de frigir e onde, reduzidas a pedaços menores, eram postas a derreter nas caldeiras. Após sobrenadar por algum tempo, esses fragmentos precipitavam-se no fundo da caldeira, e, desprendida a gordura, retiravam-n'os, dali e passavam-n'os pela prensa, sendo os resíduos, ou torresmos, queimados nas fornalhas. O azeite era posto em pipas e remetido para o Rio de Janeiro. As barbas eram lançadas num tanque circular e, depois ele permanecerem algum tempo n'agua, extrahiam-se-lhes as laminas que as constituíam [...] (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 135).

Segundo Santanna (2016) as barbatanas alcançavam alto valor comercial na Europa, onde eram industrializadas, virando espartilhos, usados pelas nobres damas da França, Portugal, Espanha, Itália e na fabricação de pentes, agulhas. Próximo ao Engenho de Frigir ficavam os reservatórios do óleo da baleia ou como chama Comerlato (2011) a casa dos sete tanques:

[...] na altura de 16 palmos (3m.52), em sete reservatórios para onde se escoava, por meio de calhas, o azeite retirado das caldeiras. Esses reservatorios eram solidamente construidos de tijolos e media cada um cerca de treze passos de comprimento, calculando-se que o conteúdo de um palmo (0m.22) de altura de azeite equivalia a 10 pipas (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 134).

Os armazéns, conforme Saint-Hilaire (1936) ficavam localizados no pátio em frente a casa do administrador. A distribuição do óleo da baleia ao povo para a iluminação pública e em geral ficava no armazém (ELLIS, 1969). Outra construção importante era o trapiche. Ele era

uma plataforma de pedra seca com sua base em terra. Serviam de base às peças (sarilhos, cabrestantes e bolinetes) destinadas a içar as baleias capturadas. Também existiram trapiches de madeira. Eram utilizados como atracadouro de embarcações, desembarcando pessoas e mercadorias de importação. (COMERLATO, 2012).

Castellucci Junior (2015) defende que nos mais de 250 anos de caça predatória à baleia, entre o período de monopólios e depois da sua abolição, a atividade ganhou relevância econômica. Os derivados da baleia se tornaram produtos de necessidade para a sobrevivência no Novo Mundo e foram responsáveis por dar grandes lucros aos empresários. Os produtos tinham diversos usos que iam desde a alimentação à construção de casas e prédios. O óleo abastecia as lamparinas que iluminavam as casas, os engenhos e as próprias armações durante as noites.

Homens livres e escravos

Na fabricação do azeite empregavam-se os escravos e na pesca trabalhavam os homens livres “[...] por inspirarem mais confiança.” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 136). Os empregados eram pagos proporcionalmente ao número de baleias apanhadas. A justificativa dada pelo viajante não se sustenta somente pela afirmação de que não havia confiança nos escravos, na verdade, ter um escravo era muito caro e arrisca-lo na pesca seria pôr em risco um alto investimento. Acredita-se também que a maioria dos escravos da armação era do sexo masculino, pois Reis (2016, p. 29) afirma que no ano de 1816 “Entre os 333 escravos que formavam a força de trabalho dos cinco núcleos catarinenses, 95,8% eram do sexo masculino e apenas 4,2% do sexo feminino.”. Isso se deve ao fato de que o trabalho na armação exigir força física e ser perigoso, então era visto como essencialmente masculino. Conforme afirma Ellis (1973) a mais penosa cota de trabalho que coube aos escravos foi à manutenção do fogo na oficina das fornalhas.

Os homens livres que trabalhavam na pesca eram geralmente lavradores pobres “[...] eles, em vez de, terminada a pesca, voltarem a cultivar suas terras, economizando o dinheiro ganho, entregavam-se á indolencia e passavam o tempo a beber cachaça, a cantar e a tocar viola, até gastarem o ultimo vintem.”. (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 136). Saint-Hilaire (1936) continua: “Aliás, o dinheiro por elles ganho não ficava no lugar; terminada a pesca, repousavam, descuidando-se de suas terras. Agora, porém, são forçados trabalhar na lavoura. (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 137)”. Nesse trecho é possível perceber que o autor defende uma lógica de trabalho capitalista, na qual os trabalhadores deveriam economizar e visar o lucro.

Também é passada a ideia de que o pescador é indolente, estereótipo que se mantém até os dias atuais.

Saint-Hilaire (1936, p. 138) afirmou que: “Em 1811 a sua população era de 1.417 homens livres e 223 escravos. Crearam ali uma escola primaria e a sua igreja foi consagrada á Nossa Senhora da Penha.”. O botânico ainda continua: “[...] o facto de, em 1839, ter-se julgado esse lugar bastante povoado para elevá-lo á categoria de freguezia, com limites, ao norte, pelo Itapicú, e, ao sul, pelo rio Gravatá [...]”. (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 138).

Considerações finais

O caráter de viajante/desbravador de Auguste de Saint-Hilaire proporcionou várias informações sobre a Armação Baleeira de Itapocoroy principalmente no século XIX em sua obra “Viagem á Província de Santa Catharina (1820)”. Em um contexto de conhecer as fronteiras brasileiras, a geografia do Brasil, o naturalista descreveu o relevo e a flora dessa localidade. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, a colônia se tornaria sede do Reino no início do século XIX. Assim, havia a necessidade de conhecer o seu vasto território e assegurar sua unidade política-administrativa, tendo em vista que a América Espanhola começara a se fragmentar em diversos países independentes. Conforme aponta Magnoli (2003), a unidade das colônias brasileiras representava a única alternativa capaz de assegurar uma continuidade dentro do processo de independência. Isto é, dependendo da legitimação da soberania territorial pelo Estado Imperial.

O que se analisou neste trabalho foram as informações sobre as estruturas sociais desenvolvidas naquela determinada armação. Obviamente existiam relações de poder e a organização da armação se dava de maneira hierarquizada. A partir dessa obra de Saint-Hilaire, percebeu-se que existiam três esferas (tipos de construções) distintas: a administrativa, a de caça e produção e a de moradia. A obra de Saint-Hilaire é uma importante fonte para os estudos sobre a pesca da baleia no litoral catarinense, principalmente sobre a Armação de Itapocoroia, que está relatada em poucas fontes do período, diferentemente da Armação da Piedade, que por ter sido a maior armação de Santa Catarina, apresenta um número considerável de fontes históricas.

Fontes:

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem á Província de Santa Catharina (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 251 p. Tradução de Carlos da Costa Pereira.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978 [1820].

PARDAL, João Carlos. **Discurso Pronunciado na Assembleia Legislativa**: Província de Santa Catharina. Desterro: Typhographia Provincial, 1838. 40 p. 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura de 1838.

Referências:

CABRAL, Oswaldo R.. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1987. 504 p.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Histórias conectadas por mares revoltos: uma história da caça de baleias nos Estados Unidos e no Brasil (1750-1850). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 88-118, 2015.

COMERLATO, Fabiana. Arqueologia e patrimônio nas armações baleeiras catarinenses. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 10, p. 101-115, 2012.

COMERLATO, Fabiana. As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais. **Tempos Históricos Eletrônica**, Cascavel, v. 15, p. 481-501, 2011.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ELLIS, Myriam. Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia (Um capítulo esquecido da história do trabalho no Brasil Colonial). In: Eurípedes Simões de Paula. **Anais do VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**: Trabalho livre, trabalho escravo. vol. 3. São Paulo: Brasil, 1973.

GONÇALVES, Gláucia Renate; MALLOY, Letícia. Uma visita à literatura de viagem de Auguste de Saint-Hilaire. **Colineares**, Natal, v. 1, n. 1, p. 103-106, jun. 2014.

LEAL, Letícia. **As narrativas geográficas de viagem de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais no início do século XIX**. 2019. 111 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. **Terra Brasilis**, [S.L.], n. 4-5, p. 1-10, 1 jan. 2003.

NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach; RADTKE, Márcia Piva. **Mapa dos itinerários de Saint--Hilaire**: Viagem ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2007. 5 p.

PACHECO, Joel. **A canoa baleeira**: dos Açores e da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Edição do Autor, 2009.

PADOAN, Lucas de Lima Fernandes. Explorando o desconhecido: as contribuições dos viajantes naturalistas para as ciências naturais no Brasil do século XVIII e XIX. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - Reget**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 194-201, jan./abr. 2015.

REIS, Felipe Augusto Werner dos. **“Decrépitos e quebrados”**: escravidão, enfermidades e relações de trabalho nas armações baleeiras catarinenses (1746-1816). 2016. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ROSSATO, Luciana. **A Lupa e o Diário**: História Natural, viagens científicas e relatos sobre a capitania de Santa Catarina (1763-1822). 2005. 273 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTANNA, Maria Aparecida Pamato. **Imbituba nas conjunturas do tempo**. Imbituba: Livropostal, 2016.

SILVA, José Ferreira da. Dois séculos memoráveis. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, n. 6, p. 101-105, jul. 1959. Tomo II.

SOUZA, João Pacheco de. **Armação baleeira de São Joaquim de Garopaba**: um olhar sobre a história de um patrimônio. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Univille, Joinville, 2016.

BOITEUX, Lucas A. **Itapocoroi**: Escôpço Histórico. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, n. 10, p. 181-184, set-out. 1958. Tomo I.

“Um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente”: Uma análise da representação do Barão do Rio Branco em *Os Bruzundangas* de Lima Barreto

Fabio Wroblewski Filho¹, UFPR

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a representação satírica feita por Lima Barreto em seu livro *Os Bruzundangas* do Barão do Rio Branco como o personagem Visconde de Pancome. Será discutida de que forma o personagem reflete a atuação do Barão enquanto ministro e intelectual. Também será abordada a formação do corpo diplomático bruzundanga e a política externa desta república fictícia. É feita uma análise em torno da imaginação de um homem do começo do período republicano, utilizando para tanto o conceito de representação ficcional da realidade. Dessa forma, o presente estudo identifica na fonte literária uma perspectiva mais crítica ao Barão, que é geralmente tido como um herói nacional, evidenciando o ponto de vista de Lima Barreto, um observador dissidente de seu contexto.

Palavras-chave: Barão do Rio Branco; Lima Barreto; Os Bruzundangas.

Abstract

The objective of this study is to analyze the satirical representation made by Lima Barreto in his book *Os Bruzundangas* of the Baron of Rio Branco as the character Viscount of Pancome. Some aspects of how the character reflects the actions of the Baron as a minister and intellectual will be debated. The formation of the bruzundanga diplomatic body and the foreign policy of this fictional republic will also be approached. An analysis surrounding the imagination of a man from the beginnings of the republican period is done, using the concept of fictionalization of the reality. According to this, the present study identifies in the literary source a more critical perspective about the Baron, who is usually seen as a national hero, as it underlines Lima Barreto's point of view, a dissident observer.

Keywords: Baron of Rio Branco; Lima Barreto; Os Bruzundangas.

Introdução

“A glória das letras só as tem quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega” (BARRETO, 2013, p. 20). Assim escreveu Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), um autor afrodescendente que pertencia a uma família de classe média durante o fim do período imperial e a primeira república. A crítica dirigia-se àqueles que gozavam de reconhecimento público e institucional, mas cujas obras eram convencionais, conformadas com normas importadas da Europa de forma irrefletida. Barreto seguia no caminho contrário, sua literatura era profundamente crítica ao contexto no qual ela foi produzida, tanto temática quanto formalmente.

¹ Graduando em História que está no terceiro semestre.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX o circuito literário e artístico do Rio de Janeiro, capital política e cultural, era profundamente influenciado pela produção europeia, como argumenta Saliba (2012),

o fluxo cultural europeu apresentava-se como aquela única e irresistível tábua de salvação capaz de romper de vez com o passado obscuro e vazio de possibilidades do império escravista, e de abrir um mundo novo, liberal, cosmopolita, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas (SALIBA, 2012, p. 240).

Entretanto, às margens deste movimento, constituiu-se um grupo de escritores críticos e boêmios que se reuniam em cafés e confeitarias, desenvolvendo uma literatura inconformada e satírica (SCHWARCZ; STARLING, 2018). É neste grupo que Lima Barreto se manifesta, muito distante da recém formada Academia Brasileira de Letras. Um expoente da literatura de verve crítica de então, ele era mal-visto pelos mais diversos grupos: jornalistas, políticos, funcionários públicos, todos representados pelos personagens caricaturais das narrativas barretianas. Seus livros tratam da sociedade que o cerca, revelada em suas contradições e hipocrisias por meio do humor e do exagero. Sevcenko (1999) explica que “Quanto à caricatura, ela deriva da sua convicção de que a realidade não fala por si; é preciso que ela seja exagerada criticamente para revelar os seus defeitos e expor as deformações que despertem o desprezo geral” (SEVCENKO, 1999, p. 166-167).

Em uma posição social oposta à de Lima Barreto estava José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), mais conhecido como Barão do Rio Branco. O diplomata formado dentro dos moldes imperiais gozava no começo do século XX de fama nacional devido a sua atuação como advogado brasileiro em causas de disputa de territórios com países vizinhos. No ano de 1902, ele foi convidado a integrar o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) na posição de Ministro de Exteriores, seu nome era incontornável para o cargo em vista dos recentes sucessos que atestavam sua capacidade técnica, além da aclamação popular que o transformara em uma figura de grande respeito e admiração.

Embora não fosse um escritor de ficção, o Barão era um intelectual com obras históricas e inumeráveis contribuições à imprensa. Ao contrário de Lima Barreto, Rio Branco foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1898 e já era então sócio do Instituto Histórico e Geográfico havia décadas, duas das principais instituições de sociabilidade intelectual da época. Dessa forma, o monarquista “simbolicamente, integrava-se então aos círculos intelectuais e beletristas da República” (SANTOS, 2012, p. 87).

Assim, sendo a figura política mais comentada e de maior relevância, inserido nos altos círculos daquela jovem república, Rio Branco era um alvo ideal para as ferozes críticas de Lima Barreto, como feito pelo autor em sua obra postumamente publicada *Os Bruzundangas*. O livro é composto de crônicas sobre um país fictício, a República dos Estados Unidos da Bruzundanga. Cada capítulo versa sobre um diferente aspecto dessa nação, abrangendo desde a literatura, a nobreza e o ensino até os heróis e a constituição, cada um consistindo em uma representação satírica da situação do Brasil naquele momento que era também uma república oligárquica e corrupta. O objetivo da escrita do livro é introduzido no prefácio, quando é apresentada a incrivelmente problemática Bruzundanga, em que o narrador justifica que pretende que ela sirva de exemplo a ser evitado para o Brasil, de forma que “quantos exemplos de lá, bem grandes, nos irão precaver contra os pequeninos de cá...” (BARRETO, 2013, p. 12). Esse processo de exagero e sátira é comum na literatura barretiana, pois “o real assim construído perderia o aspecto frio e insensível que a rotina do cotidiano lhe assinala, provocando a anuência indiferente dos indivíduos, para mostrar-se em toda a crueza da sua nudez repentina” (SEVCENKO, 1999, p. 162).

Ao longo das pequenas crônicas, o personagem do Visconde de Pancome surge mais de uma vez, sendo um chanceler muito popular e muito poderoso que embora inteligente é também vaidoso e autoritário. Uma figura nunca criticada pela população ou pela imprensa, mesmo quando toma atitudes questionáveis. As semelhanças com o Barão são numerosas e, para tornar ainda mais explícita a caricatura pintada, Lima Barreto cita o nome de Rio Branco para que o leitor possa compreender de que fama goza o Visconde em suas terras. O personagem se torna um pouco figura histórica e a figura se torna um pouco personagem satírico.

O presente artigo, portanto, tem por objetivo discutir o personagem do Visconde de Pancome, presente no livro *Os Bruzundangas* de Lima Barreto, enquanto representação satírica do Barão do Rio Branco e de sua atuação nas esferas pública, política e intelectual. Confrontando o texto literário com a produção historiográfica sobre o período e sobre a figura histórica citada será possível vislumbrar como Lima Barreto operou na transformação de fatos de seu contexto em narrativas ficcionais críticas, visando demonstrar as relações entre realidade e ficção. Ademais, serão também analisadas a composição do corpo diplomático da Bruzundanga, e conseqüentemente do Brasil, e as orientações gerais da política externa da república fictícia, assim como sua inspiração real.

A utilização de narrativas literárias como fonte histórica permite que o historiador tenha acesso ao imaginário de determinado período, por meio da visão singular do escritor analisado.

Pesavento (2006) assevera que a linguagem atribui sentido ao mundo; todavia, o discurso literário opera na particularidade de que, utilizando de figuras de linguagem, é capaz de enriquecer o texto "metaforizando" a realidade, e assim criando uma "verdade do simbólico". Dessa forma, o historiador em seu processo de criação de problematizações se serve do texto literário por seu valor simbólico e de acesso ao imaginário, incorporando na narrativa histórica uma voz que pensou sobre o período estudado a partir de seu lugar social.

Nesse sentido, o conceito de representação cabe para que possamos analisar uma obra literária de forma a escapar de falsas problemáticas relativas à falta de veracidade inerente à literatura. Um livro ficcional não é um tipo de discurso que aspira a relatar fatos e, portanto, não pode ser assim compreendido. Por outro lado, o autor escreve a partir de seu contexto vivido, o que garante ao texto traços do período no qual ele é produzido. O processo de ficcionalização da realidade, a representação, ocorre a partir de um ponto de vista único. É a vivência do autor, assim como seu pensamento, que orientam de que forma será feita a representação literária da realidade por ele observada. Cardoso (1985) argumenta que

Não há verdades universais e absolutas. A apresentação da realidade é sempre fragmentada. O mundo objetivo — ou objectual — é conhecido em apenas algumas das infinitas facetas que possui (e aqui incluímos, como parte do mundo objetivo, o próprio mundo interior de cada ser, que, à medida que se torna dele conhecido, passa a funcionar como objeto, como algo que se vê sob determinado prisma). Além do mais, cada pessoa tem sua perspectiva própria, sua maneira de ver as coisas, maneira esta determinada e influenciada por um conjunto imponderável de fatores e razões (CARDOSO, 1985, p. 166).

Desta forma, a análise empreendida neste artigo se orienta a partir de uma visão específica sobre as primeiras décadas do século XX e sobre a figura do Barão do Rio Branco, que foi elevado à categoria de herói nacional quando ainda vivo, ocupando posição privilegiada na memória e na história brasileiras. Lima Barreto, por outro lado, teve sua literatura rejeitada a princípio e sua recuperação se deu apenas décadas mais tarde. Portanto, o estudo exposto neste artigo serve também para complexificar a figura construída em torno do Barão, em seu tempo e nos discursos posteriores, destacando um ponto de vista dissidente. Como argumenta Pesavento (2006), a narrativa literária possibilita que o historiador compreenda seu objeto de análise a partir de uma nova perspectiva. Os bruzundangas têm, portanto, muito a nos mostrar sobre nossa própria história e nossos heróis.

O Barão e o Visconde

A primeira aparição do Visconde de Pancome em *Os Bruzundangas* ocorre no sétimo capítulo, que analisa a diplomacia daquela curiosa república. O personagem é descrito como “um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente” (BARRETO, 2013, p. 64), conjunto muito específico de adjetivos que tecem críticas humoradas tanto sobre a aparência física do Barão, quanto sua personalidade e atuação política. Contudo, o autor reconhece a inteligência do personagem mesmo neste primeiro momento, característica que será aprofundada posteriormente ao discutirmos a atuação de Rio Branco como intelectual e historiador.

O capítulo se desenvolve descrevendo a diplomacia, enquanto política adotada, e o corpo diplomático, sobretudo o Ministro Pancome. Sua chegada ao cargo é apresentada como repentina a princípio, de acordo com a narração ele “estava como embaixador em um país qualquer e um Mandachuva fê-lo ministro de Estrangeiros” (BARRETO, 2013, p. 87). A ascensão súbita do Visconde reflete aquela do Barão, que após mais de duas décadas fora do Brasil ocupando cargos consulares e diplomáticos foi indicado em 1902 à posição de chanceler, quando ocupava então o cargo de ministro plenipotenciário em Berlim, pelo presidente eleito, Rodrigues Alves.

Em um capítulo posterior é explicado que Pancome faz parte do rol de heróis da Bruzundanga, sendo uma figura de grande popularidade e alvo de admiração por toda a população. Essa posição de ídolo se devia por “ter obtido do Rei da Inglaterra a comenda da Jarreteira para o Mandachuva e seus ministros, assim como o Tosão de Ouro da Espanha para os generais e almirantes” (BARRETO, 2013, p. 64). A história das condecorações era de grande relevância por estar a república bruzundanga as disputando com a “República das Planícies”. Ademais, a influência do Visconde também era creditada ao fato deste ter “conseguido adjudicar à Bruzundanga vastos territórios, graças à leitura atenta de modestos autores esquecidos” (BARRETO, 2013, p. 87). Para que o leitor possa compreender a figura de Pancome no seu contexto, o narrador explica sobre os cidadãos da república fictícia que eles “são assim como nós que temos grande admiração pelo Barão do Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver.” (BARRETO, 2013, p. 64). Colocando a crítica social à parte, as passagens supracitadas não apenas relacionam explicitamente o personagem ao Rio Branco, mas também os feitos do Visconde aos do Barão.

A questão da adição de territórios ao Brasil era de grande importância, tendo em vista que as fronteiras não estavam ainda completamente definidas e a territorialidade era um dos pilares da constituição de uma incerta identidade nacional que tentava se firmar nesses primeiros anos republicanos. Nesse sentido, os casos da questão de Palmas e da contenda com a Guiana Francesa são basilares não apenas na trajetória pessoal do Barão do Rio Branco, mas do país todo enquanto nação.

Acerca de Palmas, Doratioto (2014) afirma que

A questão era basicamente cartográfica, a de identificar os rios de cabeceiras opostas, denominados Peperi-Guaçu e Santo Antonio, que desaguavam no Iguaçu e no Uruguai. A polêmica resultava do equívoco de demarcadores espanhóis, da segunda missão demarcadora da década de 1750, que induzia a crer que aqueles dois rios de cabeceiras opostas eram, na realidade, o Chapecó e o Chopim (DORATIOTO, 2014, p. 70-71).

Sendo assim, a disputa pelo território se dava entre Brasil e Argentina, esta que pode ser identificada no livro como “República das Planícies”. Não sendo resolvida a questão entre as partes envolvidas, em 1889 foi acordado que a resolução caberia a um processo de arbitragem internacional, sendo o árbitro o presidente Cleveland (1837-1908) dos Estados Unidos. Embora inicialmente o advogado brasileiro escolhido fosse o diplomata Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, este faleceu em março de 1893 e teve de ser substituído. O nome escolhido foi o de Paranhos que no mesmo ano de 1893 chegou em Washington para preparar a defesa brasileira. Como já descrito, o problema se dava por causa de uma atribuição incorreta dos espanhóis no passado, portanto, conhecimentos históricos e geográficos do Barão, ancorados em rigorosa pesquisa cartográfica, conseguiram sustentar a causa brasileira. O resultado saiu somente em 1895 e o laudo foi totalmente favorável ao Brasil (SANTOS, 2012).

Anos depois outra questão de disputa de territórios mobilizou o Brasil, desta vez em oposição à França. Esta queria estender os limites da Guiana Francesa até as margens do Rio Amazonas. A situação também não se resolveu de comum acordo entre os países, assim, em 1896 novamente a questão foi levada para o arbitramento internacional, sendo agora árbitro o presidente do Conselho Federal da Suíça. Como há pouco Rio Branco havia conseguido uma vitória espetacular para a causa brasileira em uma situação similar, ele foi convocado como advogado brasileiro. Após a apresentação de suas memórias e respostas, em 10 de dezembro de 1900 foi proferida a decisão completamente favorável ao Brasil. O Barão então se firmou definitivamente como profundo conhecedor de questões de fronteiras, sua aptidão técnica era inegável e aclamada por todo o país. É por isso que anos depois seu nome foi incontornável quando da composição das pastas do presidente eleito (SALIBA, 2012).

Na narrativa, quando Pancome assume seu ministério é descrito que “a primeira coisa que fez foi acabar com as leis e regulamentos que governavam o seu departamento. A lei era ele” (BARRETO, 2013, p. 64), situação possível em decorrência da posição elevada que ocupava na consideração do Mandachuva, equivalente bruzundanga do presidente, e da opinião pública. Aqui se explica o adjetivo “megalômano” utilizado para descrever o Visconde anteriormente. Ver em Rio Branco uma figura que se considerava acima das leis tem algum respaldo histórico na sua atuação à frente do Itamaraty. Santos (2018) relata que o chanceler entregou um único relatório de atividades nos quase 10 anos que passou comando o ministério, embora a legislação prescrevesse relatórios anuais.

Personagem e figura gozaram de extrema popularidade e influência em seus respectivos contextos, o que rendeu ao Barão críticas com relação a sua vaidade por meio da caracterização do Visconde. Ademais, no livro, Barreto questiona a real efetividade de Rio Branco e suas políticas na condução das relações exteriores do Brasil. Em *Os Bruzundangas*, Pancome “convenceu o Mandachuva de que o país devia ser conhecido na Europa por meio de uma imensa comissão de propaganda e de anúncios nos jornais” (BARRETO, 2013, p. 128) e por causa dessa propaganda a população ficou vaidosa imaginando que sua república tropical tinha relevância internacional. Assim,

por essas e por outras, foi Pancome proclamado o maior estadista da nação, embora a situação interna, durante seu longo ministério (quase dez anos), piorasse sempre e cada vez mais, sem que ele apresentasse ou lembrasse medidas para remediar um tal estado de descalabro (BARRETO, 2013, p. 128).

Em suma, a posição por ele adotada, ainda que não apresentasse resultados efetivos era justificada, pois ele era tido como um “semideus” (BARRETO, 2013, p. 129).

Desde sua chegada ao Brasil para assumir a sua pasta no governo, Rio Branco insistiu em separar as atuações da política interna e externa. Essa não foi uma escolha puramente teórica, pelo contrário, serviu a legitimar a atuação de um Barão monarquista em um governo republicano que se empenhou destruir símbolos do passado imperial, assim como concedeu cargos diplomáticos a muitos republicanos embora estes não tivessem tanta experiência, visando apenas enfraquecer a presença monarquista no aparelho público. Ao separar a política externa da interna, Rio Branco dizia estar acima das disputas partidárias e, então, teria certa autonomia na sua tomada de decisão com relação à política que adotaria (SANTOS, 2012). Assim, embora fosse o político mais conhecido de sua época, Paranhos se eximia das polêmicas e crises internas.

Outro aspecto reiteradamente tornado alvo da prosa crítica de Lima Barreto diz respeito ao desejo de Rio Branco conseguir uma boa projeção do Brasil frente ao resto do mundo. A narrativa criada no livro reflete uma real medida adotada pelo chanceler, ainda que a divulgação feita pela diplomacia brasileira fosse sutil, ao contrário da imagem de propagandista do Visconde. Como assevera Santos (2018), “a imagem do Brasil no exterior era uma preocupação constante” com “subvenções pagas a periódicos estrangeiros” (SANTOS, 2018, p. 391), e dessa forma as boas qualidades do país eram realçadas nos periódicos destinados às populações europeias. O Barão compreendia que a projeção do Brasil como um país civilizado, próspero e estável era importante para que ele não fosse confundido com as nações “caudilhescas” que o circundam, ainda que isso fosse fruto de uma mentalidade gestada no período monárquico quando o Império acreditava ser um “bastião de civilização nas Américas”.

Ainda antes de sua fama como diplomata, conseguida após as brilhantes defesas em casos de arbitramento internacional, o jovem Juca Paranhos demonstrava ser erudito, sobretudo nas questões históricas, e seu intelecto era já reconhecido. Sendo assim, com capacidades técnicas inegáveis, Barreto teve de qualificar sua caricatura como um homem, apesar de tudo, inteligente. Ao contrário do resto do corpo diplomático da Bruzundanga que escrevia obras vazias de conteúdo apenas pelo reconhecimento, “o Visconde de Pancome era de fato um escritor;” (BARRETO, 2013, p. 64). Entretanto, o valor real de sua erudição é questionado ao se pensar como os conhecimentos adquiridos pelo ministro são de fato aplicáveis em políticas que levam em consideração a população como um todo, não apenas os altos círculos políticos ou a honra militar da nação. Isto é,

este senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiógrafo; mas não era um historiador. As suas ideias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes mesmos políticos (BARRETO, 2013, p. 86).

Paranhos não teve formação acadêmica em história, mas em direito como era comum à época para aqueles formados em vista de uma carreira política ou no Estado, caso do Barão levando em conta que seu pai, o Visconde de Rio Branco, foi um dos principais políticos do Segundo Reinado, galgando as mais altas posições possíveis. Não obstante os estudos de direito, mesmo na faculdade Juca Paranhos já demonstrava inclinação para o ofício do historiador, escrevendo ensaios biográficos que lhe renderam com apenas 22 anos um lugar no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Sua obra historiográfica, os poucos trabalhos escritos pelo Barão ao longo de sua vida, não era inovadora, contudo, consistia em trabalhos solidamente baseados em fontes diversas. Santos (2011) explica que:

Rio Branco foi um historiador que refletiu esses valores e essa cosmovisão, com grande competência, uma sólida base factual e uma narrativa sempre inteligente. Em termos de metodologia, temas e interpretações, ele não inovou e antes refletiu fielmente a historiografia corrente no Segundo Reinado (SANTOS, 2011, p. 42).

Entre sua produção historiográfica mais relevante estão dois textos escritos para circular na França e, portanto, serviam também para propagar uma boa visão acerca do Brasil. São estes o verbete relativo ao Brasil para a *Grande encyclopédie*, texto que foi posteriormente aproveitado para uma publicação relacionada com a Exposição Universal de Paris, o livro *Le Brésil en 1889*. Para esta obra, coordenada pelo jornalista e historiador Frederico José de Santana Nery, o Barão escreveu o capítulo sobre a história do Brasil. Em ambos os trabalhos há uma preocupação explícita em projetar uma certa ideia de Brasil para a Europa, mesmo anos antes de assumir o cargo de chanceler Rio Branco já está empenhado, por motivos diferentes, no esforço de construir uma imagem positiva do país. Em suma, a qualificação feita sobre o Visconde de Pancome enquanto historiógrafo, mas não historiador, era uma incisiva observação acerca de Rio Branco, que embora fosse famoso por sua erudição histórica não produziu nenhuma obra verdadeiramente relevante em termos de historiografia, apenas produções compostas por fatos e datas. Há uma diferença de significados entre o que seria um historiador ou um historiógrafo nos dicionários oitocentistas, segundo argumenta Hruby (2007, p.25). O primeiro é um estudioso que organiza, seleciona e explica estabelecendo relações entre os fatos históricos, enquanto o historiógrafo, por sua vez, assemelhava-se mais ao cronista, um literato que escrevia histórias em uma perspectiva mais limitada, mais parcial e menos crítica.

No livro, é dito que o Visconde de Pancome “transformou tudo” logo que se tornou ministro. De fato, isto é também aplicável ao Barão do Rio Branco quando este assumiu a posição de chanceler. Em 1904, o Barão propôs uma série de reformas, cujos pontos principais eram o aumento do número de funcionários e um aumento nos salários de todos empregados no Itamaraty. No Congresso, contudo, apesar do apoio de alguns aliados de Paranhos, estas medidas foram apenas parcialmente aprovadas. Ademais, além das reformas administrativas, o chanceler empreendeu mudanças na estrutura física do ministério que comandava, foram construídas uma biblioteca, uma mapoteca e um arquivo histórico. Mais paradigmático, porém, foi a construção de um banheiro cujo orçamento foi à época considerado abusivo (SANTOS, 2018). Os gastos da popular figura repercutiram na imprensa e dessa forma

Rio Branco consolidava sua fama de esbanjador do dinheiro público, e os comentários sobre suas iniciativas e excentricidades contribuíram para aumentar sua popularidade. Começou a circular a frase “Dinheiro haja, Sr. Barão!”, ora atribuída ao presidente Rodrigues Alves, ora a Pecegueiro do Amaral. Tornou-se corrente também a ironia de referir-se ao Barão como o “caríssimo chanceler (SANTOS, 2018, p. 392).

Não obstante os gastos do Itamaraty, o Barão também se envolveu no projeto de revitalização da armada brasileira iniciado em 1904, que visava equiparar poderio militar do Brasil ao de seus vizinhos muito mais poderosos, como Argentina e Chile. Em 1906, com a posse de Afonso Pena, este projeto foi abandonado em prol de outro ainda mais ambicioso cujos principais itens eram 3 encouraçados tipo *dreadnought*, o navio de guerra mais poderoso já feito até então. Doratioto (2014) explica que “de todo modo, o que o chanceler brasileiro desejava era um rápido aumento da armada brasileira, para superar a da Argentina, sem fins agressivos, mas como medida cautelar”(DORATIOTO, 2014, p. 87), embora assustasse os vizinhos levando a complicações diplomáticas com a Argentina.

Esta fama de gastador foi aproveitada na sátira de Lima Barreto. O Visconde de Pancome não apenas gastava muito dinheiro, mas sua atitude também inspirava outros ministros a gastarem como ele, o que inevitavelmente era o estopim de crises econômicas (BARRETO, 2013, p.87). A compra das embarcações foi claramente referida no livro quando o Visconde “convenceu o mandachuva que devia adquirir uma esquadra poderosa. Eis a Bruzundanga a pedir dinheiro aos judeus da City para construir uma esquadra poderosa. E as festas? E os anúncios?”² (BARRETO, 2013, p.87). O projeto era mais um gasto dos diversos feitos pelo Barão. Barreto também ironiza que embora os navios fossem os mais avançados já produzidos, “o país não tinha marinheiros dignos, arsenais”, além de que a esquadra “pôs de alcatéia a República das Planícies” (BARRETO, 2013, p. 128).

Os diplomatas do Visconde: a “beleza masculina” que representa a Bruzundanga

O perfil do diplomata formado sob os anos de Rio Branco no Itamaraty é severamente criticado por Lima Barreto. Logo no começo do capítulo sobre a diplomacia da Bruzundanga é narrado o modelo esperado:

A sua aprendizagem para o ofício é simples. Além do corriqueiro francês e os usos da sociedade, os aspirantes a diplomatas começam nos passeios e reuniões da capital da República a ensaiar o uso de roupas, mais ou menos à última moda. Não esquecem nem o modo *chic* de atar os cordões dos sapatos,

² Ao se referir aos “judeus da City”, Barreto está se referindo à encomenda dos *dreadnoughts*, modelo de embarcação britânico, feita à Inglaterra.

nem o jeito ultra *fashionable* de agarrar a bengala; estudam os modos apurados de cumprimentar, de sorrir; e, quando se os vê na rua, descobrindo-se para aqui, chapéu tirado da cabeça até à calçada para ali, balouçando a cabeça, lembramo-nos logo dos cavalos do Cabo de coupé de casamento rico (BARRETO, 2013, p. 61).

Os homens do Itamaraty são satirizados como profissionais superficiais que se escoram em modos europeizados para conseguir legitimação. A incapacidade intelectual do corpo diplomático é acentuada quando o narrador explica que “outra coisa que um recomendável aspirante a diplomata deve possuir são títulos literários” (BARRETO, 2013, p. 61), títulos obtidos com obras vazias, quando não plagiadas de autores relevantes. Barreto enquanto autor marcadamente ignorado pelas instituições literárias de sua época satiriza como o reconhecimento institucional nem sempre é resultado de um bom trabalho, questões políticas também estão envolvidas. Ademais, outro critério fundamental influi na entrada de um aspirante a diplomata ao Itamaraty: sua aparência física. A “beleza masculina” visada pelo Visconde foi ironizada quando o narrador afirma que

Essas suas sábias medidas, para recrutamento do seu pessoal, levaram para a sua secretaria moços bonitos e excelentes mediocridades, que ainda procuravam demonstrar a sua principal qualidade intelectual, publicando borracheiras idiotas ou compilações rendosas e pesadas ao Tesouro; (BARRETO, 2013, p. 130).

O recrutamento do pessoal do Barão tem espaço especial no livro, há um capítulo todo chamado “Pancome, as suas ideias e o amanuense” dedicado a narrar a escolha de um amanuense para o ministério de Pancome. No capítulo em questão, uma vaga de amanuense está disponível e deveria ser preenchida por meio de um concurso público, de acordo com a legislação. “Mas Pancome nada tinha que ver com as leis” (BARRETO, 2013, p. 122) e temia que um candidato indesejado fosse aprovado, embora também não pudesse romper abertamente com a lei. Ele buscava “um candidato bonito, bem bonito, não sendo em nada javanês, que pudesse oferecer aos olhares do ministro da Coréia ou do Afeganistão um belo exemplar da beleza masculina da Bruzundanga” (BARRETO, 2013, p. 130).

Em seu livro, Lima Barreto explica que javanês corresponderia ao mulato brasileiro. A literatura barretiana é marcada pela visão crítica ao racismo, questão claramente abordada desde o primeiro livro do autor, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, e que volta a aparecer nas obras posteriores. Sendo assim, o critério de beleza é também criticado na narrativa por seu racismo institucional que barraria oportunidades de emprego aos descendentes de escravizados. Além disso, a escolha de somente pessoas brancas para representar o Brasil no exterior reflete

a correlação naturalizada entre branquitude e civilidade, derivada tanto dos séculos de escravização com os quais o país havia há pouco rompido quanto das teorias do “racismo científico” (SCHWARCZ, 1993).

Ao enfatizar a beleza enquanto critério do Visconde, Barreto também enfatiza como as aparências eram importantes na condução da política externa da Bruzundanga, em sua imagem perante o resto do mundo, ainda que sejam Coreia ou Afeganistão, países distantes e de questionável importância diplomática. Ainda indeciso sobre como encontrar o melhor amanuense para a vaga Pancome encontra um formulário de aplicação com duas fotos anexadas que o agradam. A entrevista pessoal deste candidato consistiu em uma avaliação do aperto de mãos, sorriso e dança. Mostrando-se competente nesses quesitos ele foi de pronto aceito, embora tivesse uma inadequação: “Era só redigir cartas o que ele não sabia; mas, sendo elegante, bonitinho, bom dançador, tinha todas as boas qualidades para um aperfeiçoado amanuense do extraordinário Pancome” (BARRETO, 2013, p. 133). Ou seja, era um candidato versado na etiqueta esperada e com habilidades adequadas a uma socialização aristocrática, porém não era versado na única habilidade que importa tecnicamente para o cargo, a saber, a escrita de correspondência. Enfim, “feito amanuense, aprendeu logo a copiar minutas e, em menos de seis anos, Sune, o tal da carta, acabou eleito, por unanimidade, membro da Academia de Letras da Bruzundanga.” (BARRETO, 2013, p. 133).

No Brasil, desde o Império as nomeações para cargos diplomáticos são arbitrarias e assim o foi na época de Rio Branco. O concurso público era por vezes utilizado, “ainda assim, mesmo candidatos notoriamente bem-dotados para as funções eram objeto do crivo de Rio Branco mediante indispensável entrevista pessoal” (SANTOS, 2018, p. 294). Da mesma forma que Pancome, Paranhos também realizava encontros com seus candidatos, e o uso da beleza do candidato como critério utilizado pelo Visconde ficcional tinha seu grau de inspiração no processo histórico. Há pelo menos um caso conhecido no qual o Barão dispensou um candidato por este não se encaixar no seu critério estético. Trata-se do poeta Antônio Francisco da Costa e Silva. De acordo com Pedro Nava, o Barão teria dito: “Até gosto dos seus versos e aprecio seu talento. Contra sua pretensão o que está é seu físico. Eu só deixo entrar na carreira homens de talento que sejam também belos homens” (NAVA *apud* SANTOS, 2018, p. 294-295).

Diplomacia decorativa

No livro *Os Bruzundangas*, Lima Barreto desenvolve um conjunto de pequenas narrativas centradas na República Bruzundanga, analisando os mais diversos aspectos desse singular país. Não poderia ser diferente com a diplomacia, na qual o protagonista é certamente

o Visconde de Pancome, que satiriza o Barão do Rio Branco, mas que se constitui em um campo político nacional, maior que qualquer personagem individual. Sendo assim, a visão crítica de Barreto acerca de sua realidade não se limita à figura de Paranhos, pelo contrário, o autor faz também uma análise da política externa brasileira de forma geral, identificando de forma irônica as linhas mais gerais adotadas então.

Rio Branco nasceu no ano de 1845, quando a política brasileira ainda estava se estabilizando na figura de Pedro II. O Barão foi formado dentro do contexto da elite política imperial, pois seu pai, o Visconde do Rio Branco, era um dos principais atores políticos de então. Portanto, Paranhos era um homem de seu tempo e admirava a ordem que fora construída durante o segundo reinado, continuando monarquista após a proclamação da república. Enquanto diplomata ele também avaliava positivamente a diplomacia imperial que se voltava para a Europa, desconsiderando os outros países americanos. Sendo a única monarquia no meio de várias repúblicas, o império brasileiro acreditava ser mais europeu que as outras nações do continente e, por conseguinte, mais civilizado. A América hispânica era julgada instável, violenta e desordenada pelos políticos brasileiros monarquistas do século XIX. Pode-se vislumbrar essa visão política nos escritos de Joaquim Nabuco (1849-1910), político e diplomata companheiro de Rio Branco. Segundo Nabuco (2010),

De fato, dado o progresso da moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de força e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a América Latina. A manutenção de um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África (NABUCO, 2010, p. 307).

O próprio Nabuco, que tanto tinha em consideração o continente europeu, posteriormente irá desenvolver uma forte inclinação estadunidense e será convidado pelo Barão para ser embaixador dos Estados Unidos. Isto se deu no começo do século XX, momento em que o Brasil passava a mudar seu eixo diplomático da Europa em direção a Washington, operação frequentemente creditada à atuação do próprio Paranhos (SANTOS, 2012, p. 91). A motivação para que Rio Branco deixasse o continente europeu para focar na América, embora isto fosse contrário à diplomacia adotada no período imperial, está no forte componente americanista do governo republicano³. Outrossim, como apontado por Nabuco no trecho

³ O alinhamento americanista da república brasileira está presente desde antes da queda do Império. Já em 1870, o *Manifesto Republicano* afirma “Somos da América e queremos ser americanos”, em oposição à vinculação monárquica à Europa que alienava o Brasil do resto do continente americano, com história e formação muito mais próximas.

supracitado, o imperialismo europeu havia há pouco dividido a África e, sendo a América Latina instável política e economicamente, a Europa poderia visar um empreendimento imperialista na porção latinoamericana do continente. Para que isso fosse evitado, relações amigáveis com os Estados Unidos que então propagavam o monroísmo⁴ seria fortuito.

De volta à *Os Bruzundangas*, Lima Barreto escreve que apesar dos diversos problemas do Visconde e do corpo diplomático apontados no livro isto não seria um problema tão grave, uma vez que “A Bruzundanga é um país de terceira ordem e a sua diplomacia é meramente decorativa. Não faz mal, nem bem: enfeitada” (BARRETO, 2013, p. 65). Levando em conta a análise empreendida neste artigo, é particularmente interessante notar como Barreto se refere à Bruzundanga como “país de terceira ordem” e de que forma isso está refletindo a inserção do Brasil nas relações internacionais durante o período da primeira república. Embora o Barão considerasse o Brasil como um país de grande relevância, sobretudo quando comparado às nações vizinhas, e o projetasse assim, sua verdadeira relevância era muito menor dentro dos jogos de poder da política mundial, tendo como situação paradigmática a Conferência de Haia de 1907, que segundo Santos (2012) “apresentou-se como novo e decisivo teste para aferir o prestígio internacional do país” (SANTOS, 2012, p. 106). Neste evento os interesses brasileiros, que se alinharam aos interesses do resto da América Latina, se chocaram contra os europeus e estadunidenses. Era proposta uma Corte Permanente de Arbitragem composta por membros permanentes e outros rotativos. A posição de um país enquanto permanente ou rotativo seria reflexo de sua posição frente ao resto do mundo, consolidando uma ordem hierárquica que divide os países em mais ou menos civilizados. O Brasil foi qualificado como um país de terceira ordem e, portanto, não conseguiu um lugar fixo na corte proposta, ao contrário do esperado. Assim, vendo-se excluído do grupo de nações dominantes naquela ordem hierárquica, o governo brasileiro fez uso da tese de igualdade dos Estados defendida por Rui Barbosa (1849-1923). O chanceler Rio Branco não era pessoalmente contrário à ideia de uma ordem oligárquica mundial, no entanto, vendo sua nação em uma baixa qualificação, ele se viu obrigado a contrariar essa posição e se alinhar aos países hispano-americanos, que também estavam em uma “terceira categoria” (SANTOS, 2012, p. 109).

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4360902/mod_resource/content/2/manifesto%20republicano%201870.pdf. Acessado em 19/07/2020.

⁴ Em 1823 o presidente estadunidense James Monroe alegou que a América não poderia ser alvo de processos de colonização europeia de nenhuma forma, estabelecendo o que ficou conhecido como Doutrina Monroe. Portanto, os Estados Unidos se proclamam tutores da América Latina em uma ideologia que nasce visando proteger sua república dos interesses europeus, mas passa a se manifestar de forma imperialista estabelecendo uma hegemonia (KUHNS; ARÉVALO, 2015).

Considerações finais

Sendo uma personalidade singular quando o esperado era a reprodução de modelos do Velho Mundo, Lima Barreto inseriu em sua literatura componentes críticos ao mundo literário dominante de sua época. Cada linha do autor reflete toda sua vida, seu passado e presente, sua inadequação e seu pertencimento. O aspecto formal é tão importante quanto o temático, as frases diretas e o vocabulário coloquial têm tanto sentido na composição das obras quanto os retratos de um país injusto e de uma população explorada.

O presente artigo teve por objetivo analisar a representação de uma figura específica da realidade de Lima Barreto, contudo este é apenas um aspecto do complexo narrativo criado pelo escritor. Sevckenko (1999) afirma que “se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o proscênio dos desajustados, mais do que testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos conflitos” (SEVCENKO, 1999, p. 20). Assim, não apenas pela representação histórica a obra serve, pelo contrário, mais que um testemunho, *Os Bruzundangas* é um exemplo particularmente singular da imaginação de um homem da primeira república.

Espera-se que os argumentos apresentados sirvam também para questionar a construção de um herói nacional. O Barão do Rio Branco foi quando vivo uma importante figura para o Brasil e sua memória continua a ser preservada como um dos “*founding fathers*” (SANTOS, 2012, p. 10) da nação brasileira. Sempre inconformado, Lima Barreto nos apresenta uma visão mais crítica sobre o Barão, uma perspectiva nem sempre presente na vasta historiografia que se produziu posteriormente. Não se trata de desconsiderar os feitos do diplomata, relevantes para a história nacional de forma inegável, mas colocá-los em perspectiva, avaliando-os através dos olhos de um homem que nunca foi considerado herói.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Edusp, 2017
- CARDOSO, Zelia de Almeida. A representação da realidade na obra literária. **Lingua e Literatura**. São Paulo: Ano XI, v.14, p.161-167. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1985.113970>. Acessado em 19/07/2020.
- DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lilia M. **A abertura para o mundo 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.133-171.
- DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2014.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.235. 2007.

KUHN, Byron; ARÉVALO, Raquel. **A Doutrina Monroe e suas influências**. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8848>. Acessado em 19/07/2020.

NABUCO, Joaquim. **Essencial Joaquim Nabuco**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo, zzzMundos Nuevos**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560#article-1560>. Acessado em 25/08/2020.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia M. **A abertura para o mundo 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.239-294.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **Juca Paranhos, O Barão do Rio Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. O Barão do Rio Branco como historiador. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, v.69, ano XVIII, out./nov./dez, p.11-45, 2011.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O evangelho do Barão**. Rio Branco e a identidade brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M; Starling, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural no Primeira República. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

“El Rebelde en la clandestinidad”: A resistência mirista para além das armasRenata dos Santos de Mattos¹, UFRGS**Resumo**

O presente artigo tem por finalidade refletir sobre a atuação clandestina do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) no Chile ditatorial, especificamente, na publicação do periódico *El Rebelde*. Embora a difusão do jornal já ocorresse anteriormente ao golpe de Estado de 1973, foi apenas com a instauração da ditadura militar no país, com a perseguição do aparato repressivo aos grupos de esquerda e com o assassinato de diversos membros, que o elemento da clandestinidade passou a fazer parte da estratégia de resistência do MIR. Dessa forma, para além das armas, o MIR manteve as publicações ativas, convocando as massas para a luta e difundindo os ideais do movimento, tornando o jornal hoje uma fonte histórica relevante sobre a oposição política em tempos de autoritarismo.

Palavras-chave: MIR; Chile; Resistência; Ditadura.

Abstract

This article aims to reflect on the clandestine performance of the Revolutionary Izquierda Movement (MIR) in dictatorial Chile, specifically in the *El Rebelde* newspaper publications. Even though this newspaper existed prior to the year of 1973, the element of clandestinity came to an end only after the establishment of the military dictatorship in Chile, which brought the persecution of the repressive apparatus of left-wing groups and the assassination of their several members. Thus, in addition to weapons, the MIR kept the publications active, calling the masses to fight and spreading the ideas of the movement, making the newspaper a relevant historical source about political opposition in times of authoritarianism.

Keywords: MIR; Chile; Resistance; Dictatorship.

Introdução

A trajetória do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) está diretamente ligada ao contexto de disputas entre capitalismo e comunismo na Guerra Fria. Influenciado, sobretudo, pela Revolução Cubana e pela vitória do Movimento 26 de Julho, o MIR e diversos outros grupos de esquerda latino-americanos, lançaram-se na luta contra o imperialismo estadunidense e seus desmandos no continente.

O MIR irrompeu a cena política nacional em agosto de 1965, a partir do *Congreso de la Unidad Revolucionaria* em Santiago. Contendo 21 membros em seu Comitê Geral, dentre eles estudantes e trabalhadores, o MIR elegeu como Secretário Geral do grupo o médico Enrique Sepúlveda. Nessa mesma oportunidade, um amplo e heterogêneo grupo de organizações

¹ Licenciada e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

revolucionárias assumiu a tarefa de conduzir o *Movimiento Popular* no processo de luta pela construção do socialismo no Chile.

Na chamada *Declaración de Principios*, elaborada em setembro do mesmo ano, o MIR enunciava os fundamentos teóricos e políticos, que guiariam suas ações ao longo dos anos. Autointitulando-se, “vanguardia marxista-leninista de la clase obrera y de las capas oprimidas de Chile”, uma vez que se percebia como herdeiro histórico das tradições revolucionárias chilenas, o movimento tinha por finalidade derrubar o sistema capitalista e substituí-lo por um governo de trabalhadores e camponeses, dirigido pelos órgãos do poder proletário, fixando como principal tarefa a construção do socialismo e a extinção gradual do Estado, até chegar a uma sociedade sem classes (DECLARACIÓN DE PRINCÍPIOS, 1965, p. 2). Assim, tendo em vista o contexto de disputas no qual o Chile e o mundo estavam inseridos, “el MIR proclama claramente su apoyo al campo socialista y rechaza categóricamente la idea de una posible neutralidad frente al choque de ambos sectores” (PROGRAMA DEL MIR, 1965, p. 1).

Ao longo dos anos, o MIR passou a apontar as táticas políticas de manutenção do *status quo* utilizadas pela esquerda tradicional, em particular, a luta para reformar o sistema capitalista e o sistema eleitoral, o abandono da ação direta, a incorporação da via pacífica e parlamentar ao socialismo, entre outras. Para o grupo, essas diretrizes confundiam e desarmavam o proletariado, já que, em sua perspectiva, a insurreição popular armada configurava-se como um dos raros caminhos para derrotar o sistema capitalista. Desse modo, é possível dizer que uma das contribuições teóricas e estratégicas mais relevantes do MIR ao pensamento revolucionário chileno foi a introdução das formas armadas de luta como estratégia de enfrentamento com o Estado e as classes dominantes. Além da luta armada, na declaração de princípios observam-se outros elementos que compuseram as bases dessa militância e ilustram as razões pelas quais o MIR se tornou um dos principais inimigos da ditadura civil militar, instaurada pela Junta de Governo posteriormente. Para os miristas,

Nuestro país semi-colonial, tanto por su estructura económica como por su dependencia del mercado mundial, necesita enfrentar tareas básicas: la liquidación del imperialismo y la revolución agraria. Tras estas medidas deben movilizarse a la mayoría nacional compuesta por obreros, campesinos y sectores medios empobrecidos. 1.- La expulsión del imperialismo significa: a) Nacionalización, sin indemnización, de las empresas del cobre, salitre, hierro, electricidad, teléfonos, grandes casas comerciales como Grace, Duncan Fox, Williamson Balfour, etc. y de los bancos extranjeros. b) Ruptura de los pactos que nos atan al imperialismo y afectan a nuestra soberanía nacional, como el Tratado Militar con EE.UU., la OEA, el Fondo Monetario Internacional y otros. c) Desconocimiento de la deuda externa contraída por los gobiernos burgueses con el imperialismo. d) Relaciones comerciales y diplomáticas con todos los países del mundo. 2.- La revolución agraria significa: a) Expropiación, sin indemnización, de las tierras en poder de los latifundistas,

y su entrega a los campesinos que las trabajan, entrega que podrá ser individual o colectiva de acuerdo a las condiciones específicas de cada zona, e irá acompañada de ayuda técnica, de créditos, maquinarias, semillas y demás medidas encaminadas a elevar el nivel de productividad del agro (PROGRAMA DEL MIR, 1965, p. 2).

Com a intenção de apresentar tal plataforma às camadas populares, o MIR valeu-se do acirramento da luta de classes na conjuntura eleitoral de 1970 para penetrar nos setores mais radicalizados do movimento popular urbano e rural. Articulou-se, a partir de então, linhas de frente intermediárias — *Frente de Trabajadores Revolucionarios* (FTR); *Movimiento Universitario de Izquierda* (MUI); *Frente de Estudiantes Revolucionarios* (FER); *Movimiento Campesino Revolucionario* (MCR); e o *Movimiento de Pobladores Revolucionarios* (MPR),- destinadas a sistematizar as demandas populares e a levantar suas bandeiras. Nesse sentido, foi percebido um aumento qualitativo nos setores estudantil, *poblacional* e de camponeses. Paralelamente a isso, estreitavam-se as relações no interior dos grupos políticos que formavam a Unidade Popular (UP), especialmente com dirigentes de Partido Socialista (PS).

O governo de Salvador Allende

Vitorioso nas eleições presidenciais de 1970, Salvador Allende foi o primeiro socialista a chegar a tal posto pelas vias democráticas na América Latina. As diversas tentativas de Allende para chegar à presidência se deram pelos objetivos que percorreu durante sua carreira política, dentre eles: governar para o povo. A coalizão entre os partidos de esquerda que formaria a Unidade Popular foi tecida em torno de valores semelhantes aos do MIR, no que diz respeito à luta contra o imperialismo e a desigualdade social, porém sem abandonar o pluralismo e a democracia.

Formada pelos Partidos Comunista (PCCh), Socialista (PS), Radical (PR) e Social Democrata (PSD), o Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU) e a Ação Popular Independente (API), a UP firmou em seu Programa Básico de Governo o compromisso com as classes populares. Ao redigir que o governo popular tinha a dupla tarefa de "preservar, hacer más efectivos y profundos los derechos democráticos y las conquistas de los trabajadores; y transformar las actuales instituciones para instaurar un nuevo Estado donde los trabajadores y el pueblo tengan el real ejercicio del poder" (PROGRAMA BÁSICO DEL GOBIERNO DE LA UNIDAD POPULAR, 1969, p. 7-8), a coalizão propôs uma completa inversão dos tradicionais valores da sociedade naquele momento. A expectativa era de que, caso a esquerda vencesse o pleito, os maiores beneficiários da transferência de poder seriam os trabalhadores, e não somente a classe dominante.

A proposta da UP foi vista com respeito não apenas pelo empenho, que aplicou na elaboração coletiva de seu programa, mas também pela esperança de que a presidência de Allende fosse coerente com seu discurso. "El Gobierno Popular garantizará el ejercicio de los derechos democráticos y respetará las garantías individuales y sociales de todo el pueblo" (PROGRAMA BÁSICO, 1969, p. 8), era a clara mensagem do compromisso da esquerda no respeito às vias institucionais enquanto governo, contrariando as posteriores alegações dos setores militares e conservadores de que se instalaria no Chile uma "ditadura marxista-leninista".

Na prática, Allende sofreu uma série de reveses políticos ao longo dos mil dias² em que governou. Além da intervenção estadunidense no país, consequência do medo de uma “nova Cuba” no continente e da implantação do socialismo pela via democrática, os embargos econômicos, os boicotes a projetos políticos, a contrapropaganda e o financiamento de grupos paramilitares e *lock outs* tornaram-se uma constante já no final dos anos 1970, no país (MATOS, 2015, p. 36). De modo, a minimizar os impactos dessa instabilidade, Allende tentou manter um tom conciliador com a heterogênea oposição e, alinhado à postura do PCCh, realizar a transição ao socialismo a partir da ideia de “consolidar para avanzar”, dando “continuidade às políticas do governo em menor escala, intensificando o diálogo a DC [Democracia Cristã] e corrigindo as falhas de direção relacionadas à área nacionalizada” (BORGES, 2011, p. 83). Em razão disso, Allende passou a sofrer críticas dentro da própria esquerda, sobretudo do MIR e do PS, adeptos da ideia de “avanzar sin transar”, postura que visava maior agilidade nos processos de mudança e menor diálogo com a Democracia Cristã. Segundo Márcia Cury,

Fora da Unidade Popular, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) propugnava a instauração imediata do regime socialista, no qual os trabalhadores exerciam o poder econômico e político a partir da criação de um Estado operário-camponês. O movimento que defendia a luta armada para a conquista do poder e a formação de milícias populares declarou o seu apoio à Unidade Popular, mesmo reafirmando considerar um erro a insistência nas vias institucionais (CURY, 2017, p. 217-2018).

Pelas ações que contrariavam os limites legais, dentro dos quais Allende prometera atuar, o MIR chegou a ser considerado pela CIA como “un brazo de acción encubierta” do governo, um órgão destinado a extrapolar a lei quando essa impedisse as mudanças almejadas (BASSO, 2013, p. 223) e, simultaneamente, um possível responsável por debilitar a administração da UP, fato apontado como favorável na perspectiva de Henry Kissinger e o governo estadunidense (FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1970, p. 486).

² Período entre 4 de novembro de 1970 a 11 de setembro de 1973.

O fato é que o MIR se manteria como um dos elementos de pressão ao governo de Allende, mesmo estando ao seu lado nesse processo político. Essas divergências se tornariam ainda mais evidentes nos primeiros momentos em que a economia sofreu estagnação, com o aumento da inflação e as primeiras greves patronais, como indica Elisa Borges,

O ano de 1972 foi marcado por uma extrema polarização entre direita e a esquerda, por desentendimentos entre os partidos que compunham a UP, pelo financiamento por parte do governo norte-americano a grupos paramilitares e às ações “terroristas”. Neste ano, a economia entrou em crise. Houve boicote à produção e distribuição de alimentos e mercadorias, causando problema sério de desabastecimento e, ainda, greve geral em outubro, indicando crise com radicalização da política interna. [...] Entre os próprios partidos de esquerda, que compunham a UP e também com o MIR, o desentendimento era cada vez maior (BORGES, p. 140).

Concomitantemente a isso, o radicalismo do MIR seguiria sendo criticado pela esquerda partidária, especialmente após o golpe de Estado. Ainda durante a democracia, as posições do grupo somadas às ações de Allende, acusado diversas vezes de proteger e estimular integrantes do MIR, passariam a ser compreendidas como munição para a oposição apoiar um levante militar. O movimento, contudo, permaneceu até as vésperas do ataque ao *La Moneda*, tentando atrair membros da UP para uma tática que levasse em consideração a opção armada (BRUM, 2016, p. 133). Isso porque, segundo Cury (2017, p. 218),

a esquerda chilena tinha uma formação discursiva comum pautada no marxismo da III Internacional, com suas concepções acerca do Estado, do poder e da revolução que remetiam a uma tradição insurrecional, que identificavam a revolução com a tomada do poder.

Até 1973, como produto de sua análise sobre a situação política nacional e a avaliação de seu alcance na penetração e condução do movimento de massas, o MIR concluía que existiam somente dois caminhos para o desenvolvimento da luta de classes no Chile: a devolução de empresas tomadas e a convocatória de um plebiscito para dirimir o conflito político ou a contraofensiva revolucionária. Na ocorrência desta última desencadear um golpe de Estado, acreditava-se que haveria força necessária para conter as forças armadas (PÉREZ, 2003, p. 9). Assim, nesse mesmo ano, o MIR tomou a decisão de passar os seus quadros médios para a clandestinidade, prevendo os eventos futuros. Ação essa que foi assimilada pelos demais membros do MIR e por seus meios de comunicação³ após o 11 de setembro, como será o caso do jornal “*El Rebelde*”.

³ Além do *El Rebelde*, o MIR controlou a Agencia Informativa de la Resistencia (AIR), o Correo de la Resistencia (México), o *El Combatiente* e a *Rádio Liberación*.

O golpe de Estado, a perseguição e o *El Rebelde en la clandestinidad*

A proclamação militar, em cadeia radiofônica, no dia 11 de setembro de 1973, anunciou o bombardeio ao palácio do governo como resposta à negativa do presidente eleito para deixar seu posto. Instantes antes da sua morte, declarando seus sentimentos de esperança e de superação daquele “momento gris y amargo, donde la traición, pretende imponerse”, Allende transmitiu aos trabalhadores e trabalhadoras as ideias que o mobilizaram ao longo de sua trajetória política. Na perspectiva de Mario Amorós,

El golpe de estado del 11 de septiembre de 1973 significó una quiebra hasta hoy irreparable en la historia de Chile. El derrocamiento del gobierno constitucional, el bombardeo de la moneda y la muerte del Presidente Salvador Allende marcaron para siempre al régimen de Pinochet y anunciaron lo que sobrevendría desde aquel mismo día y durante muchos años: el absoluto desprecio por la dignidad de millones de seres humanos y la vulneración de todas las libertades democráticas. Además, aquella sublevación militar, respaldada por la derecha y la dirección del PDC, abrió paso también a la refundación del país en términos políticos, culturales, económicos, sociales e incluso psicológicos (AMORÓS, 2009, p. 5).

A refundação mencionada por Amorós marcou as primeiras declarações da Junta de Governo estabelecida e tornou-se o objetivo maior da ditadura, que através de táticas de apagamento do passado, ansiava pelo alegado nascimento de uma “nova pátria”, com diferentes valores. A ata de constituição da Junta, mais do que a vontade dos militares em “restaurar la chilenidad”, apresenta a sua aversão ao governo anterior, compreendido como a “intromisión de una ideología dogmática y excluyente, inspirada en los principios foráneos del marxismo-leninismo” (CHILE, 1973). No mesmo dia, após a destituição do almirante Raúl Montero, José Toribio Merino, autodesignado comandante-em-chefe da Armada e membro da Junta de Governo, afirmou não se tratar de um golpe, já que a “consciência legalista” e o “espírito cívico” das forças armadas os impediam de fazê-lo. Segundo o novo comandante, a partir da tomada do poder somente “gobernarán los más capaces y honestos”, “formados en una escuela de civismo, de respeto por la persona humana” (CHILE, 1973), fatos que o próprio processo histórico contradiz.

Em dezembro de 1973, o MIR estabelecia que o golpe de Estado havia fechado o período pré-revolucionário (governo da UP), e aberto o período contrarrevolucionário, que se caracterizaria pela tentativa da classe dominante de restaurar seu sistema de dominação, resolvendo a crise interna e freando brutalmente o movimento de massas. Nesse novo período, os aspectos gerais do programa mirista não sofreram alterações. Insistia-se na urgência da revolução proletária para o Chile, que deveria combinar as tarefas democráticas e socialistas. O objetivo inicial do MIR continuava sendo a destruição do Estado burguês, do imperialismo e

do conjunto da grande burguesia nacional, agrária, financeira e comercial. “A partir de 1973, la representación del Estado burgués la había sumido la ‘Dictadura Militar Gorila’, que pasaba a convertirse en el enemigo” (DONOSO, 2011, p. 217).

“El MIR no se asila” foi o principal lema entre os militantes do MIR após o golpe de Estado. Membros e dirigentes do grupo tinham a ordem de permanecer no Chile e lutar a partir da clandestinidade. A intenção do movimento era manter os quadros da militância unidos e fortalecidos para enfrentar as arbitrariedades do Estado e não deixar os trabalhadores à própria sorte, passando a considerar “el asilo político como una verdadera traición” (ZÁRATE et.al., 2006, p. 163). Como expressa Fernando Carter,

es bueno tener en consideración el ambiente político en la cual el MIR fue fundado: La Guerra Fría. Donde dejar la vida por las ideas parecía ser el deber ser de las personas que estaban involucradas en política. Prueba de aquello es la decisión que tuvo el movimiento de no buscar asilo en el exterior y crear un a oposición activa dentro del país (CARTER, 2013, p. 59).

Sobre isso, Rolando Álvarez, pesquisador acerca da experiência do Partido Comunista no Chile durante a ditadura Pinochet, menciona a configuração de um novo tipo de militância, aquela que não é mais visível e que abandona o cenário político aberto. O autor afirma, ainda, que o caráter terrorista da ditadura foi um importante elemento para moldar de maneira determinante o perfil da militância clandestina, o que incidiu sobre a mudança na linha política do Partido Comunista Chileno, a partir de 1980, e que pode ser percebido no caso do MIR, embora os processos quanto à clandestinidade e enfrentamento da ditadura sejam distintos para ambos os grupos. Segundo o autor,

[...] la militancia clandestina en esos años fue una de las expresiones de cómo las relaciones de poder de la época, aunque tremendamente desniveladas, no dejaron de enfrentarse en el campo de fuerzas que comprendía la sociedad chilena. En efecto, hubo sectores de la población que resistió desde un primer momento a estos dispositivos de dominación, que mezclaban el miedo, los placeres y el terror. Las relaciones de poder engendraron también resistencia. En ese sentido, fluyeron subjetividades distintas, que crearon nichos de poder que hacían frente a los poderes estatales y sociales que remaban al ritmo de la dictadura. Una de ellas fue la vida de la clandestinidad creada por los partidos políticos de izquierda (ALVAREZ, 2001, p. 12).

Há de se destacar que, a condição da clandestinidade para o MIR e os demais grupos de esquerda não foi linear, ela responde não só pelo aprimoramento das técnicas repressivas, mas também pelas necessidades estratégicas e táticas dela; necessidades ditadas por contradições internas entre os membros da Junta; disputas de poder entre as forças da repressão, e por fatores internacionais de pressão. No caso do MIR, que já possuía parte de seus membros na clandestinidade, a especialização da repressão estatal e a perseguição desencadeada pelo aparato repressivo, contribuiram para a generalização dessa forma de

resistência dentro do movimento. O crescimento da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA)⁴, a associação entre membros das diversas forças armadas no que se convencionou chamar Comando Conjunto (CC), e a ação violenta de outros órgãos de inteligência e segurança desencadearam um modo de agir entre os militantes políticos. Assim como, o aparato repressivo atuava de maneira secreta, prendendo, torturando, desaparecendo e assassinando militantes políticos, o MIR e outros grupos passaram a se valer dessa mesma estratégia, porém para articular operações, sobreviver e resistir às ofensivas do Estado. Em resumo,

[...] la clandestinidad fue capaz de generar una mística especial, inolvidable y tremendamente querida por aquellos miles que la experimentaron; fue capaz allí donde primaba el miedo, el terror, la indiferencia, el acomodo, de poner en movimiento un dispositivo de resistencia que hacía ver el mundo que se les presentaba, de otra forma, posible de hacerle frente, posible de cambiarlo, en fin, que los hacía sentirse como agentes creadores de futuro.⁵

Logo nos primeiros momentos da ditadura, levando em conta a situação da clandestinidade, a Comissão Política do MIR, liderada por Miguel Enríquez, passou a realizar balanços e lançar estratégias de resistência, ao passo que Pinochet e a Junta solidificavam seu poder e bloqueavam a ação dos partidos de esquerda. No documento “Pauta del MIR para unir fuerzas dispuestas a impulsar la lucha contra la dictadura” (1974), o grupo passou a ponderar a necessidade de unir forças com outros grupos progressistas e de esquerda para impulsionar a luta contra a ditadura. Assim, o MIR tentou, a partir da estratégia da coesão, unir setores da extinta UP e do Partido Demócrata Cristiano (PDC) numa “frente política de resistência”, que conservaria as características e propagandas individuais de cada organização, mas direcionaria suas estratégias para um único objetivo: o combate à ditadura (SILVA, 2016, p. 2016). Uma proposta sem muitos resultados devido ao aumento da repressão e ao exílio de diversos dirigentes políticos.

Apesar disso, outras estratégias foram postas em prática. Exemplo disso, é a formação de organismos de bases, atuantes nas fábricas, universidades, bairros e em todos os locais onde havia reunião, fugindo das tradicionais formas de organização dos trabalhadores, duramente

⁴ Órgão criado em 1973 e oficializado em junho de 1974. Idealizado e coordenado pelo general Augusto Pinochet e o coronel Manuel Contreras, a DINA atuou de maneira independente, respondendo somente ao ditador chileno. Até sua dissolução em 1977, esse organismo esteve envolvido nas mais graves violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura, sendo exemplos disso as operações Colombo, Condor e a criação de diversos centros clandestinos de detenção. Sobre a Direção de Inteligência Nacional ler MATTOS, Renata S., **A Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), o Terrorismo de Estado no Chile e as relações com o imperialismo estadunidense (1973-1977).**2019, 253 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

⁵ ALVAREZ, *op.cit.*, p. 13

controladas pela ditadura. Nesses espaços, os Comitês de Resistência buscaram revigorar o movimento popular e aproximar os cidadãos do MIR (LOPEZ, 2009, p. 104). Ao lado das organizações clandestinas estavam as organizações legalizadas, que embora instrumentalizadas pela ditadura e suas diretrizes, poderiam ser pressionadas desde a base, conquistando alguma legitimidade do Estado para as demandas dos trabalhadores, abrindo, assim, um campo de ação para empregar organizações clandestinas de base, como os Comitês. Ao mesmo tempo, grupos semiclandestinos próximos ao MIR, como o *Comité de Cooperación para la Paz en Chile* (COPACHI), de caráter ecumênico, que funcionou de outubro de 1973 a dezembro de 1975, exerceram a importante função de proteção e auxílio aos sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos, demonstrando a importância de todas as formas de aparelhamento da resistência no período. Em substituição ao COPACHI, forçado a cessar suas atividades por Augusto Pinochet, nasceu a *Vicaría de la Solidaridad*, criada por meio do Decreto Episcopal nº 5-75, que garantiu sua existência até a transição democrática.⁶

Outro aspecto relevante e de destaque neste artigo é a transformação do jornal *El Rebelde* em ferramenta de luta contra a ditadura. Antes do golpe de Estado, havia uma pluralidade de meios de comunicação e imprensa, ou seja, diversidade de linhas editoriais, que mostravam diferentes pontos de vista associados à direita e à esquerda. No entanto, a partir de 12 de setembro de 1973 passou a existir somente a imprensa oficial da ditadura, aquela alinhada aos valores antidemocráticos, que influenciou no desenvolvimento do golpe e em diversos casos, foi financiada pelos Estados Unidos da América. “Solo dos diários pudieron circular al día siguiente, pero luego con el paso de los días fueron apareciendo otras publicaciones, todas prescritas al pensamiento de los opresores” (VALADARES, 2015, p. 16). Nesse sentido, para obter outras informações, a população recorria aos meios de comunicação clandestinos, que paulatinamente passaram a suprir essa demanda. *El Siglo*, do PCCh e *El Rodriguista*, da *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR),⁷ são exemplos de publicações clandestinas, surgidas antes e posteriormente ao golpe, respectivamente, e assim como *El Rebelde* assumiram um importante papel como aponta Marlene Valadares:

Son estos tipos de medios de comunicación clandestinos los que tenían mayor influencia en las personas, mucho más que los propios medios oficialistas o que los diários y canales de televisión con más aparataje y mayor producción técnica, ya que eran los mismos ciudadanos, los trabajadores, estudiantes, mujeres, parientes de detenidos desaparecidos, los que redactaban la

⁶ Arzobispado de Santiago Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Disponível em: <<http://www.vicariadelasolidaridad.cl/>>

⁷ A Frente Patriótico Manuel Rodríguez foi uma organização armada chilena, batizada assim em homenagem a um importante símbolo da independência chilena Manuel Rodríguez. O grupo foi fundado em 1983, como o braço armado do Partido Comunista do Chile (PCCh), e permaneceu ativo até 1999.

información. Eran escritos por ellos y consumidos por ellos. Era un tipo de comunicación totalmente legítima para dar a conocer lo que les sucedía.⁸

Assim, com a intenção de agregar maior número de militantes capazes de, unidos, derrubar o regime imposto, defender os valores ideológicos da esquerda e da luta armada, bem como denunciar as violações perpetradas pelo aparato repressivo de Pinochet, o MIR recorreu à difusão de um periódico semanal. Nascido em 1962, o *El Rebelde* pertenceu à *Vanguardia Revolucionaria Marxista* (VRM) até o surgimento do MIR, quando passou a assumir o papel de órgão oficial do partido (NERCESIAN, 2017, p. 266). Até dezembro de 1973, o jornal era editado pelo destacado membro do MIR, Bautista Van Schouwen⁹, processo que foi interrompido pelo seu desaparecimento e retomado no ano seguinte por outras importantes lideranças: Andres Pascal¹⁰, Nelson Gutiérrez¹¹, Dagoberto Pérez¹² e Martín Hernández¹³, até 1975. Nesse mesmo ano, o feroz ataque da DINA contra a direção do MIR gerou uma etapa de “caos porque no había CP [Comité Político] que mandara la línea, y debíamos darla nosotros. Com variaciones, esa tarea siempre estuvo en mi columna [Horacio Marotta]¹⁴ y la dirigia (Augusto) Carmona¹⁵” (VICKER, 2012, p. 77). Apesar das instabilidades decorrentes da vida

⁸ VALADARES, *op.cit.*, p. 24

⁹ Bautista Van Schouwen Vasey, casado, médico cirurgião, membro do Comitê Central do MIR e editor do *El Rebelde* até 1973, foi preso em 13 de dezembro desse mesmo ano na paróquia de Los Capuchinos, localizada na Catedral 2345, Santiago. A prisão foi realizada por agentes civis armados, apoiados por policiais mobilizados. Van Schouwen permanece como um desaparecido da ditadura chilena. Sobre Bautista Van Schouwen ler HERNÁNDEZ, Martín V. **El pensamiento revolucionario de Bautista van Schouwen (1943-1973)**, 2004. Disponível em: <<https://lahaine.org/b2-img/schouwen.pdf>>

¹⁰ Sobrinho do ex-presidente Salvador Allende, Andrés foi membro da Comissão Política do MIR até 1974, quando Miguel Enríquez é assassinado em combate. A partir desse momento, passa a assumir o posto de secretário geral na clandestinidade, permanecendo assim até 1985.

¹¹ Juntamente com Luciano Cruz e outros jovens, Gutiérrez dedicou-se à organização do MIR na atual região de Bío Bío. Ambos se tornaram membros da comissão política do MIR, quando Miguel Enriquez foi eleito secretário geral da organização. Em 1975, já na clandestinidade, foi ferido numa ofensiva da DINA contra a direção do MIR, na rua Malloco. Após esse evento, partiu para o exílio na Suécia e depois em Cuba, passando a fazer parte da direção exterior do grupo.

¹² Pérez foi membro da Comissão Política do MIR e assassinado pela DINA no enfrentamento em Malloco. Assim como ele, seus irmãos Aldo e Carlos Pérez foram mortos por agentes da DINA em 1974, quando buscavam informações sobre Dagoberto.

¹³ Hernández foi co-fundador do MIR em 1965. Após o golpe de Estado, quando se preparava para deixar o Chile secretamente para se juntar ao trabalho estrangeiro de Edgardo Enriquez, a DINA chegou à trama de Malloco, onde morava a última Comissão Política do MIR. Em novembro daquele ano, ele foi preso e condenado por tribunais militares a 25 anos de prisão. Em 1978, ele saiu livre com a lei de Anistia de 1980 e permaneceu no Chile, mas logo foi novamente preso pela CNI e decidiu exilar-se. Ele viveu na França e depois em Cuba, retornando ao seu país somente em 1988.

¹⁴ Marotta foi membro do Comitê Central do MIR desde 1966. Após o embate da rua Malloco, o jornalista passou a ser responsável pela seção de propaganda do movimento. Em 1977 foi preso e torturado por agentes da Central Nacional de Informaciones (CNI) e da DINA

¹⁵ Carmona foi dirigente do MIR, membro do Comitê Central, redator da Revista Punto Final e do *El Rebelde* e chefe do canal 9 de televisão. Em 1977, foi assassinado por agentes da CNI em confronto.

sob o jugo ditatorial, o *El Rebelde*¹⁶ foi produzido ao longo de todo o regime, passando a clara mensagem de que estava orientado a ser:

[...] un periódico de combate. No trae un mensaje de resignación ni pacifismo, sino el de la rebeldía obrera ante la miseria y humillación a que los condena el capitalismo [...] Los combates callejeros, las huelgas con ocupaciones de fábricas y la extraordinaria decisión combativa de los trabajadores en el último período, están demostrando que los obreros y campesinos se han puesto altivamente de pie, que no tolerarán que el estado y las clases dominantes dejen caer el peso de la crisis económica sobre las espaldas de los más pobres, que ya son muchos los explotados que están endureciendo sus métodos de lucha, pasando rápidamente de los conflictos legalistas - que solo favorecen a los patrones- a los enfrentamientos con métodos revolucionarios [...] Por la razón y la fuerza, los trabajadores al poder (VIDAL, 2013, p. 222).

Desde seus primeiros exemplares, o MIR deixa claro seu objetivo de atingir as massas com a circulação do periódico e de recrutar militantes para os enfrentamentos advindos da luta contra o sistema capitalista e interclassista. A imprensa mirista se dirigiu concretamente “a sujetos sociales que se revelaron como sujetos en lucha contra la dictadura, es así que es de vital importancia reconocer el relato que se les dirigía para animarlos a participar de la lucha resistente” (HIDALGO, 2018, p. 107). A rede de distribuição formada por companheiros do PS, PCCh, MAPU e até membros do PDC, embaixadas e jornalistas infiltrados na imprensa oficial, garantia o alcance do *El Rebelde en la clandestinidad* nos mais diversos espaços.¹⁷

A existência do MIR e sua combatividade à ordem vigente desde a década de 1960, no Chile, representava por si só a oposição. Assim, o *El Rebelde*, antes difundido abertamente, é conduzido a “la clandestinidad”, elevando-o à categoria de ferramenta de luta, tornando-o um instrumento de sobrevivência e resistência. Dessa maneira, pensando nos anos de maior repressão e de propagação do Terrorismo de Estado¹⁸, praticado principalmente pela DINA - principal algoz dos integrantes do MIR entre os anos de 1974-1977- buscou-se utilizar como metodologia a análise das edições¹⁹ referentes a esse período, disponíveis no *Archivo Chile*²⁰, vinculado ao *Centro de Estudios Manuel Enriquez* (CEME), na tentativa de observar o conteúdo

¹⁶ O jornal também contou com a participação dos jornalistas Diana Frida Arón Svigilisky e Mario Calderón Tapia, ambos membros do MIR, presos e desaparecidos em 1974. (VICKER, op.cit., p.65)

¹⁷ VICKER, op.cit., p.120.

¹⁸ Como Terrorismo de Estado adota-se o conceito de Tomás Moulian, sociólogo e cientista político chileno, que o compreende como sendo “[...] la capacidad que tiene un Estado de actuar sobre los cuerpos de los ciudadanos sin tener que reconocer límites en la intensidad de las intervenciones o los daños y sin tener que enfrentar efectivas regulaciones en la determinación de los castigos o prohibiciones. Terror es la capacidad absoluta y arbitraria de un Estado de inventar, crear y aplicar penas o castigos sin más límites que las finalidades que se ha definido. Terror es la capacidad de un Estado para conseguir el acuerdo de muchos ciudadanos, que se auto conciben como pacíficos y tolerantes, para usar violencia y daños contra los enemigos políticos, en nombre de un bien mayor” (MOULIAN, 1997, p. 22).

¹⁹ No acervo constam 11 exemplares respectivos à data mencionada. No *Archivo Chile* é possível encontrar mais de 50 edições que vão de 1974 a 1988.

²⁰ *Archivo Chile*. Disponível em: <https://www.archivochile.com/Archivo_Mir/html/mir_rebelde.html>.

e as pautas da organização de esquerda, para combater as políticas autoritárias e neoliberais, características do regime ditatorial de Augusto Pinochet.

Dando início ao exame do periódico, a edição de abril de 1975, no tópico “Reproducir el Rebelde para las masas”, o MIR explica como ocorria a sua difusão mensal pelos campos e cidades do Chile, “reproducido en fotos, a mimeografo, a máquina e incluso a mano son decenas y miles de trabajadores que lo leen, lo estudian y lo difunden” (EL REBELDE, 1975, p. 21). Essa, que seria uma tarefa de massas, contava com a iniciativa de membros do movimento e cidadãos externos que, correndo riscos, reproduziam-no e o distribuía clandestinamente. Dessa forma, para que o periódico alcançasse o maior número de leitores possível, o MIR lançou o “Manual de Propaganda de las bases del MIR que enseña un procedimiento simple y barato de reproducción”, dando orientações sobre a diagramação e os títulos que deveriam ser utilizados, destacando que “quien este dispuesto a reproducir nuestro periódico debe hacerlo en la forma que le sea mas fácil; lo que importa es el contenido, no la forma”²¹

Levando em conta a importância do conteúdo destacado pelos próprios editores do jornal, foi possível identificar algumas das principais linhas de informações publicadas nas edições analisadas, tais como: panfletária/ divulgação dos princípios do MIR, de crítica à ditadura e de denúncia das violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado. Assim, a partir do golpe de Estado, ao foco da publicação é somada a ideia de sobreviver dentro do mais improvável cenário, já que, no período chamado pré-revolucionário, apesar dos conflitos entre o MIR e a extinta UP, essa favorecia o grupo liderado por Miguel Enríquez, concedendo-lhe liberdade de atuação. No que diz respeito às publicações panfletárias, o MIR buscava enaltecer a luta da esquerda, mostrando-se preparado para enfrentar o Estado contrarrevolucionário. Um exemplo disso são os trechos retirados da edição nº102, de dezembro de 1974:

El MIR es ya indestructible, se ha fortalecido internamente, ha aprendido a trabajar en la clandestinidad y por sobre todo ha echado profundas raíces en la clase obrera y multiplicando sus vínculos con las masas. Nuestro partido estaba y está preparado para situaciones como la muerte o caída de nuestro Secretario General y aún de toda o de mayor parte de nuestra dirección. La lucha revolucionaria clandestina exige prever aún esas circunstancias (EL REBELDE, 1974, p. 2).

A construir el partido revolucionario del proletariado. A unir a la izquierda en el frente político de la resistencia. A multiplicar los Comités de resistencia y el movimiento de resistencia popular. A desarrollar la resistencia activa. Compañero Miguel Enríquez: hasta la Victoria o la muerte. Viva nuestro partido y el partido revolucionario del proletariado chileno. Viva la resistencia

²¹ EL REBELDE, *op.cit.*

chilena. Viva la revolución proletaria chilena. Viva nuestros héroes y mártires.²²

Em ambos os fragmentos é possível notar alguns dos elementos discursivos do MIR no período pós-golpe, ou seja, a clandestinidade, a negação ao exílio e a organização resistente. Tais publicações ao mesmo tempo em que correspondem ao contexto de extrema violência e morte de Miguel Enríquez, principal expoente do movimento naquele momento, subestimam a capacidade de ação e a extensão do organismo terrorista arquitetado por Manuel Contreras.

Ao longo do ano de 1974, Modesto Segundo Espinoza Pozo, Francisco Javier Bravo Nuñez, Gloria Ester Lagos Nilsson, Hernán e Maria Elena González Inostroza, e outros militantes foram levados para centros clandestinos de detenção da DINA, tais como Londres 38, José Domingo Cañas, Cuatro Álamos e Villa Grimaldi, sendo presos e torturados para informar sobre o paradeiro de outros companheiros (INFORME RETTIG, 1996). No dia 5 de outubro, os agentes Miguel Krassnoff, Marcelo Moren Brito, Osvaldo Romo²³ e outros protagonizaram um cerco militar na rua Santa Fé, resultando em uma das mais significativas baixas do MIR. O episódio conhecido como *Calle Santa Fé* culminou na execução de Miguel Enríquez em combate e no crítico estado de saúde de sua companheira grávida, Carmen Castillo.²⁴ A despeito dos eventos, “se seguía instando a los militantes a aplicar las políticas que emanaban desde la dirección y se multiplicaban los llamados a redoblar las tareas en pos de los objetivos trazados, sobrevalorando así la capacidad de accionar del partido” (LÓPEZ, 2009, p. 129).

Além dos chamados à população para combater a ditadura, as denúncias aos crimes perpetrados pelo Estado foram utilizadas pelo MIR no periódico, como alerta e como forma de lançar luz às operações da DINA e de outros órgãos de inteligência, que agiam clandestinamente. Ainda na edição de dezembro de 1974, a fim de caracterizar o período de violações sistemáticas, o jornal relembra casos emblemáticos de miristas caídos pelas mãos do Estado:

La desesperación de la dictadura se expresa en una histérica represión sobre el MIR, que los ha llevado a la detención y tortura de guaguas, niños pequeños, ancianos y mujeres embarazadas; a la violación de mujeres, a la persecución, detención y tortura de familiares de perseguidos políticos, al asesinato de compañeros detenidos, como los casos recientes de Sergio Pérez Molina,

²² EL REBELDE, *op.cit.*, p.7

²³ Membros das Brigadas Repressivas da DINA, esses agentes foram reconhecidos torturadores, condenados no período democrático pelas violações aos direitos humanos praticadas ao longo da ditadura.

²⁴ O caso da Calle Santa Fé pode ser visto no documentário de mesmo nome, dirigido por Carmen Castillo, ex-companheira de Enríquez e vítima da DINA. CALLE Santa Fé. Direção Carmen Castillo Calle Santa Fe. 2007. Chile/França/Bélgica, DVD.

miembro de CP y Lumi Videla miembro de CC²⁵ (EL REBELDE, 1974, p. 5).

O caso de Lumi Videla, citado no jornal, tornou-se amplamente conhecido pelos detalhes brutais de sua morte e pela maneira como a DINA tentou responsabilizar o MIR pelo crime contra sua própria companheira. Presa no centro clandestino da rua José Domingo Cañas, Cuartel Ollagüe, após ser torturada junto de seu companheiro Sérgio Pérez Molina, abusada sexualmente e assassinada, Videla teve seu corpo jogado em frente à embaixada Italiana. Desse modo, a polícia política, assim como os demais órgãos do Estado conjuntamente aos meios de comunicação, poderia criar uma história que levasse a opinião pública a temer a militância política e confiar nas ações do Estado contra a esquerda. Assim como esse, diversos outros casos de contrapropagandas e *fake news* foram desenvolvidas com auxílio das mídias cúmplices da ditadura para justificar a repressão, haja vista a Operação Colombo, com 119 desaparecidos e a sua relação com os jornais *El Mercurio*, a *Revista Lea* da Argentina e o jornal brasileiro *O Dia* (Cf. SALAZAR, 2011, p. 206)²⁶

A denúncia dos crimes da ditadura no periódico também abriu espaço para outra forma de comunicação, aquela oriunda dos familiares e dos companheiros de presos e de desaparecidos políticos, que alimentavam a cada dia, as estatísticas de vítimas da repressão. Segundo a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, também conhecida como Comissão Valech (2003), foram descobertos 1.132 recintos clandestinos de detenção por todo o país, locais onde as brigadas repressivas da DINA, e posteriormente da CNI, empregavam as técnicas de violência física e psicológica com a finalidade de suprimir a resistência e obter informações. Nesse sentido, a solidariedade com aqueles afetados pela crescente situação se manifestava na concessão de visibilidade e voz, a exemplo da entrevista com o pai de uma companheira desaparecida em fevereiro de 1977²⁷, na 125ª edição do jornal (EL REBELDE, 1977, p. 11) e da declaração de apoio “a la heroica lucha de los familiares de los 2500 desaparecidos”, no exemplar nº 128 do mesmo ano:

[...] El MIR llama: a todos los trabajadores y al pueblo de Chile a apoyar y a unirse por todos los medios posibles, necesarios y eficaces, a la lucha de los familiares de los desaparecidos y a redoblar la lucha por imponer respeto a los derechos humanos en Chile. Llamamos a expresar en conversaciones y asambleas en forma pública, el apoyo total a la lucha de los familiares de los desaparecidos, y a exigir que la dictadura responda a sus exigencias, aclare la suerte corrida por los desaparecidos y ponga fin a la hipócrita y criminal

²⁵ Onde diz “CP”, leia-se Comité Político, e “CC”, Comité Central.

²⁶ Sobre a Operação Colombo, ler “Operación Colombo: El caso de los 119”. In: Archivo Chile. Disponível em: <https://www.archivochile.com/Derechos_humanos/119/ddhh1190006.pdf>

²⁷ Os nomes Juan e Silvia, citados na publicação para designar pai e filha, são fictícios a fim de preservar suas identidades, conforme está indicado na mesma página da entrevista no periódico.

política permanente de assassinatos, desaparecimentos y torturas contra nuestro pueblo.²⁸

Por fim, impulsionados pelos desdobramentos do golpe e da instauração da ditadura, o MIR tornou constante em suas publicações a crítica ao governo e suas arbitrárias decisões político-econômicas, que geravam graves consequências aos cidadãos, sobretudo às classes trabalhadora e camponesa, defendidas pela esquerda. Isso porque as primeiras medidas adotadas pelos militares foram anular a reforma agrária de Allende e devolver as terras aos antigos proprietários, além de manter estagnadas aquelas empresas nacionalizadas no governo da UP. Em agosto de 1975, na edição nº108 do *El Rebelde*, o movimento pontuava a crise econômica derivada da doutrina de choque adotada por Pinochet²⁹ e influenciada pelos *Chicago Boys* estadunidenses (Cf. KLEIN, 2007).

Al acercarse los dos años de dictadura militar gorila, la Junta Militar ha entrado en un acelerado debilitamiento político, mientras el movimiento de masas y de resistencia manifiesta una creciente activación. La crisis y el caos económico provocado por la política de “shock” y superexplotación del gobierno gorila tiene las más desastrosas consecuencias sobre la actividad productiva del país. Cientos de industrias quiebran, cierran sus puertas, paralizan sus máquinas o reducen al mínimo la producción. Centenares de miles de obreros y empleados son lanzados a la cesantía y otros (EL REBELDE, 1975, p. 2).

Essa e outras publicações do MIR expressam uma clara percepção do momento em que se vivia. A super exploração da força de trabalho mencionada no periódico, explicava, na perspectiva do grupo, a deterioração das condições materiais de vida e a necessidade de perpetuar as práticas repressivas do Estado (VALDÍVIA et.al., 2006, p. 159). No exemplar nº124, de dezembro de 1976 (EL REBELDE, p. 3), o grupo ainda cita o apoio que a América Latina recebia do “imperialismo yanqui” e a aparente estabilidade econômica, “produto da sobreexplotación de los trabajadores y por el repunte de el precio del cobre”. Tais marcas do desenvolvimento do capitalismo neoliberal afrontavam diretamente o projeto mirista, motivo pelo qual a questão econômica era pauta constante nos manifestos e no periódico, transformando o MIR no que Peter Kornbluh (2013, p. 173) chamou de alvo nº1 da ditadura. Embora isso seja verdade, vale ressaltar que assim como o MIR, o PCCh, o PS, o MAPU, a esquerda cristã e qualquer cidadão alinhado às políticas nacionalistas e anticapitalistas eram

²⁸ EL REBELDE, *op.cit.* p.28

²⁹ Os preceitos neoliberais não eram consenso nas Forças Armadas. Havia alas de militares dentro da Junta e no corpo das Forças que discordavam de Pinochet e do intervencionismo estadunidense. Membros dos Chicago Boys iam com frequência ao Chile, mas a organização e implementação do neoliberalismo foi feita por adeptos da Escola de Chicago no país andino. É a ala civil presente e atuante no governo ditatorial, liderada por Jaime Guzmán, a responsável pela institucionalização do neoliberalismo, que se materializou no primeiro texto da Constituição apresentado no ano de 1978.

considerados potenciais inimigos e alvos do Estado, podendo variar a intensidade da perseguição a eles de acordo com a conjuntura e objetivos dos órgãos de inteligência e segurança.

Nos anos seguintes ao golpe de Estado, apesar dos contínuos ataques dos órgãos repressivos, que forçaram o MIR a optar pelo exílio e inviabilizaram articulações políticas mais diretas entre o movimento e as massas, o *El Rebelde* manteve-se como uma ferramenta de contato e resistência, dando “luz a mensajes que de outra forma no podrían ser publicados, lo que le da a la sociedad la posibilidad de generar sus propias redes de trabajo y organización.”³⁰

A longa duração do periódico demonstrou e ainda demonstra³¹ a construção de um importante canal de comunicação estabelecido entre movimento de esquerda radical e seu público alvo, ou seja, militantes políticos, a classe trabalhadora e todos aqueles que se sentiam representados pela luta contra o sistema advogada pelo MIR. Além disso, sublinha-se a ideia de que o MIR, para além da guerrilha armada em si mesma, utilizava outros métodos de resistência, estimulando e elucidando a importância da estratégia e a legitimidade da adesão à luta armada num contexto de avanço do Terrorismo de Estado.

Considerações finais

Refletindo sobre a prática do MIR ao longo de sua trajetória enquanto oposição, principalmente a partir de sua permanência no Chile, da clandestinidade e de sua opção pelas armas, o *El Rebelde* se encontra inserido nos instrumentos fundamentais do grupo para se constituir enquanto oposição. Dentre as formas de luta, desde as armas até o silêncio diante da tortura, a escrita e a difusão da informação, mesmo que fora dos canais oficiais de comunicação, coloca-se como uma dentre tantas formas de resistir num cenário de extrema censura e violência, no qual a circulação de informações era seletiva e as ações repressivas realizadas pela DINA e por outros órgãos estatais de inteligência e segurança eram ocultadas.

A manutenção e a resistência da militância no Chile permitiram que, mesmo com significativas perdas em 1978, ocorresse a *Operación Retorno*, iniciativa tática que tentaria fortalecer a estrutura militar do MIR, com a reinserção no país de quadros político-militares provenientes do exílio na Líbia, Vietnã, Argélia e sobretudo em Cuba, onde esteve exilado Andrés Pascal Allende e onde encontrou espaço para aprimorar as técnicas da guerrilha. Anterior a isso são ainda as discordâncias internas, que vinham pelo menos desde 1975, no

³⁰ VALADARES, *op.cit.*, p.34

³¹ Disponível em: <<https://elrebelde.cl/>>.

MIR, e o levou a fragmentar-se, em 1986, entre *MIR-Militar* e *MIR-Político*, ambos dissolvidos em 1990. Nesta mesma década, surgiram o *MIR Ejército Guerrillero de los Pobres* e o *MIR Juventud Rebelde Miguel Enríquez*, que abandonou a estratégia da luta armada somente em 1997 (JORQUERA, 2014). Ainda assim, o *El Rebelde* permaneceu circulando, buscando frear os objetivos militares estratégicos da ditadura, conjugando as operações na cidade e no campo e, posteriormente, difundindo suas pautas políticas no cenário democrático.

Portanto, levando em conta o explanado, é possível dizer que, para além das armas, o MIR se destaca enquanto grupo militante, que assumiu elevados riscos ao manter na escrita do jornal uma possibilidade de lutar contra os valores da ditadura, alertar os militantes sobre os agentes da repressão, denunciar as violações dos direitos humanos, defender sua ideologia, valorizar a classe trabalhadora, apresentar aos chilenos uma alternativa de radicalização e de informação. Embora esse tenha sido um duro período para o MIR, para todos os partidos de esquerda e para uma geração inteira de chilenos, a permanência do movimento na clandestinidade e sua presença ainda hoje no campo político demonstram o caráter aguerrido assumido por seus membros, representando um dos poucos exemplos de resistência do contexto ditatorial latino-americano, que ultrapassou a barreira do tempo e persiste nas lutas anticapitalistas no Chile atual.

Fontes:

ARCHIVO CHILE. **Pauta del MIR para unir fuerzas dispuestas a impulsar la lucha contra la dictadura.** Disponível em: <[https://www.archivochile.com/Miguel Enriquez/doc de miguel/miguelde0008.pdf](https://www.archivochile.com/Miguel%20Enriquez/doc%20de%20miguel/miguelde0008.pdf)> Acessado em 05/08/2019

CHILE. **Acta de Constitución dela Junta de Gobierno**, 11/09/1973. Disponível em: <<http://www.archivochile.com/entrada.html>> Acessado em: 02/08/2019

CHILE. **Proclama**. 11/09/1973. Disponível em: <<http://www.archivochile.com/entrada.html>> Acessado em: 02/08/2019

Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (Informe Valech). Capítulo VI: Recintos de Detención. Disponível em: <<http://www.fasic.org/dumentos/Capitulo%206.pdf>> Acessado em: 16/08/2019

Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (Informe Rettig). Disponível em: <<https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/170>> Acessado em: 19/08/2019

EL REBELDE, nº 102, 1974. Disponível em: <[https://www.archivochile.com/Publi ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr102.pdf](https://www.archivochile.com/Publi%20ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr102.pdf)> Acessado: 01/01/2019

EL REBELDE, nº 105, 1975. Disponível em: <[https://www.archivochile.com/Publi ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr105.pdf](https://www.archivochile.com/Publi%20ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr105.pdf)> Acessado: 01/01/2019

EL REBELDE, n° 108 e n°109, 1975. Disponível em: <<https://www.archivochile.com/Publico/ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr108-109.pdf>> Acessado: 01/01/2019

EL REBELDE, n° 124, 1976-1977. Disponível em: <<https://www.archivochile.com/Publico/ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr124.pdf>> Acessado: 01/01/2019

EL REBELDE, n° 125, 1977. Disponível em: <<https://www.archivochile.com/Publico/ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr125.pdf>> Acessado: 01/01/2019

EL REBELDE, n° 128, 1977. Disponível em: <<https://www.archivochile.com/Publico/ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr128.pdf>> Acessado: 01/01/2019

Foreign Relations of the United States 1969-1976, Volume XXI. Memorandum for the Record, November 19th 1970. Disponível em: <<http://static.history.state.gov/frus/frus1969-76v21/pdf/frus1969-76v21.pdf>> Acessado em: 06/03/2020.

MIR, Declaración de Principios, 1965. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Archivo_Mir/Doc_Agosto_65_a_67/miragosto65a670001.pdf> Acessado em: 16/08/2019

MIR, Programa del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, 1965. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Archivo_Mir/Doc_Agosto_65_a_67/miragosto65a670002.pdf> Acessado em: 16/08/2019

Referência Bibliográfica:

ÁLVAREZ, Rolando. **Desde las sombras: Una historia de la clandestinidad comunista (1973- 1980)**. Tesis para optar al grado de Magister Artium, mención História. Universidad Santiago de Chile, Santiago de Chile, 2001.

AMORÓS, Mario. **La DINA: El Puño de Pinochet**. Ponencia presentada en el 53° Congreso Internacional de Americanistas, México DF, julio de 2009. Disponível em: <<http://memoriando.com/noticias/1100-1199/1152amoros.pdf>> Acessado em 09/08/2019

BASSO, Carlos. **La CIA en Chile**. Santiago de Chile: Aguilar, 2013.

BORGES, Elisa Campos. **O projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista chileno: Nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas**. São Paulo, 2005. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica.

BORGES, Elisa Campos. **Con la UP ahora somos gobierno! A experiência dos cordones industriales no Chile de Allende**. Niterói, 2011. 267 f. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

BRUM, Maurício Marques. A via rupturista: O Movimento de Izquierda Revolucionaria e o governo de Salvador Allende (1970-1973). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016.

CARTER, Fernando Manuel Figueroa. **“EL MIR NO SE ASILA”**: La clandestinidad del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) 1973 – 1983. Tesis para optar al título de

profesor en historia y ciencias sociales, con mención en arte y patrimonio y al grado académico de licenciado en educación. Universidad del Pacífico, 2013.

CURY, Márcia. **O protagonismo popular. Experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2017.

DONOSO, Igor Goicovic. Pueblo, conciencia y fusil. El Movimiento de izquierda Revolucionaria (MIR) y la irrupción de la lucha armada en Chile (1965-1990). In: POZZI, Pablo A.; PÉREZ, Claudio. **Por el camino de Che: Las guerrillas latinoamericanas 1959- 1990**. Imago Mundi: Buenos Aires, 2011.

JORQUERA, Álvaro Pérez. **El Debate de Estrategias al interior del MIR. Elementos para una reconstrucción histórica crítica sobre el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (1965 - 1990)**. Tesis para optar al Grado de Licenciado en Historia, Universidad de Chile, 2014.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo do desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability**. New York: New Press, 2013.

LOPEZ, Jose Leonel Calderón. **La política del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) durante los dos primeros años de la dictadura militar (1973-1975)**. 2009. Santiago. Trabalho de Conclusão de Curso em História- Universidade de Santiago.

MATTOS, Renata dos Santos de. **Make the economy scream: o plano ITT-CIA e os impactos no governo de Salvador Allende (1970-1972)**. 2015, 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MOULIAN, Tomás. **Chile actual: anatomía de un mito**. Santiago: LOM, 1997.

NERCESIAN, Inés. Los años setenta em debate, análisis del MIR chileno y la izquierda peronista sobre la realidade latino-americana. In: **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Nº. 23, p. 261-284, Jul./Dez., 2017.

PÉREZ, Cristian. Historia del MIR. Si quieren guerra, guerra tendrán. **Estudios Públicos**, n. 92, 2003. Disponible em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160304/20160304093124/rev91_perez.pdf> Acessado em: 08/08/2019

SALAZAR, Manuel. **Las letras del horror. Tomo I: La DINA**. Santiago: LOM, 2011.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **“Por ti, América”: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na Trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

VALADARES, Marlene. **Combatiendo la dictadura desde la prensa clandestina**. Reportaje de investigación sobre la prensa clandestina durante la época de dictadura em Chile. Museo de la Memoria y los derechos humanos. Disponible em: <<http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2015/06/Investigaci%C3%B3n-prensa-clandestina.pdf>> Acessado: 07/03/2020

VICKER, René Ramirez. **Entre el papel y la metralla: apuntes para la historia de la prensa clandestina em la primera etapa del Chile dictatorial (1973-1980)**. Universidad de las Américas, Facultad de Comunicaciones, 2012.

VIDAL, Hernán. **El Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile en la justicia transicional.** Alternativas: Santiago, 2013.

ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz de; VALLEJOS, Rolando Álvarez; VALLEJOS, Julio Pinto. **Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981).** Santiago: LOM Ediciones, 2006.

A Lisístrata e a Megera: panoramas da figura feminina na dramaturgia de Aristófanes e Shakespeare

Felipe Daniel Ruzene, UFMS¹

Resumo

O seguinte texto trata sobre a visão do feminino dentro da dramaturgia de dois períodos históricos diversos, de modo a ilustrar quais os papéis sociais e perfis idealizados para a figura da mulher, dentro do recorte temporal estabelecido e por meio de duas comédias que tem sua trama desenvolvida por uma personagem feminina. Tais apontamentos serão analisados na antiguidade grega, bem como no período Elisabetano da Inglaterra por meio das obras “Lisístrata”, de Aristófanes, e “A megera domada”, de Shakespeare.

Palavras-chave: A megera domada; Lisístrata; Feminino; Teatro.

Abstract

The following text deals with the view of the feminine within the dramaturgy of two different historical periods, in order to illustrate the social roles and profiles idealized for the figure of the woman, within the established temporal cut and through two comedies that have their plot developed by a female character. Such notes will be analyzed in Greek antiquity, as well as in the Elizabethan period of England through the works of “Lysistrata” by Aristophanes and Shakespeare's “The Taming of the Shrew”.

Keywords: The Taming of the Shrew; Lysistrata; Feminin; Theater.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo promover uma reflexão acerca da representação da figura feminina ao longo de determinados períodos históricos. Para tal definiremos como recorte temporal dois períodos distintos: a antiguidade clássica grega, mais propriamente a cidade-estado de Atenas, e a Inglaterra moderna durante a dinastia Tudor-Stuart, na chamada renascença britânica. Dentro destes recortes, realizaremos nossas análises por meio de duas obras teatrais, especificamente dramaturgias voltadas para a comédia, que nos mostram um pouco sobre como os autores visualizam as mulheres de sua época. Ambas as peças, bastante conhecidas, tem como personagens principais mulheres e seu enredo gira em torno de temáticas consideradas femininas para a época (STEARNS, 2012).

Optamos por duas peças teatrais, uma vez que este é um dos gêneros que mais se relaciona com seu próprio tempo, expressando preocupações típicas de sua sociedade e apresentando personagens que exprimem sentimentos e anseios comuns ao grupo. Dessa forma, o teatro se desenvolve ao longo dos tempos como uma importante ferramenta educacional, que

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Câmpus do Pantanal – CPAN; Corumbá – Mato Grosso do Sul (E-mail: felipe.ruzene@yahoo.com.br); Orientação: Prof.^a Dr.^a Nathália Monseff Junqueira.

proporciona ao expectador uma elaborada leitura do momento histórico em questão e da visão expressa pelo autor.

Os caminhos que o teatro percorreu a serviço da educação são longos e de suma importância, uma vez que vem colaborando em satisfazer os anseios do homem [...] o teatro sempre expressou os conflitos e as consequências da evolução da história, isto é, era (e continua sendo) o porta-voz do momento, do sentimento do homem que busca o novo, a evolução. Vemos então, a história da humanidade 'contada' (também) por meio do teatro ao longo dos séculos (CAETANO, 2011, p. 2).

Para tal fim, apresentaremos inicialmente um breve histórico de modo a analisarmos o período em que tais obras foram escritas, bem como o meio em que seus autores estavam inseridos. A posteriori, examinaremos os papéis sociais atribuídos às mulheres por uma camada da sociedade daquele período. Associaremos, assim, algumas práticas das mulheres atenienses com a mais famosa comédia do dramaturgo grego Aristófanes – a “Lisístrata”, de modo a compreender os pormenores dos papéis sociais que cabiam a figura feminina na pólis. Em seguida, compararemos os papéis sociais comumente atribuídos às mulheres na modernidade inglesa (mais especificamente do período elisabetano) à comédia “A megera domada” de William Shakespeare, construindo uma análise semelhante à anterior.

Por fim, poderemos observar como era a representação da mulher nas artes teatrais, também como as sociedades viam as relações entre os gêneros nestes períodos, e os perfis idealizados atribuídos às mulheres, isso mediante a ótica destes autores. Assim, debateremos sobre as discussões acerca da figura feminina, quando inserida num determinado período histórico e imaginário social.

O feminino ateniense

Inicialmente, ao observarmos a comédia na antiguidade grega, percebemos que havia, como característica no enredo, a preocupação de referir-se às situações correntes na *pólis*, com a intenção de demonstrar ao cidadão os problemas de sua cidade-estado (CARVALHO, 1996, p. 27). Tal fato é perceptível nas obras de Aristófanes (435 – 335 a.C.), um dos mais célebres poetas de seu tempo. Escritor de aproximadamente quarenta peças, das quais conhecemos apenas onze, teve obras encenadas na grande Dionísia² e também em Leneias³, todas com o intuito de demonstrar a vida ateniense (CARVALHO, 1996, p. 28). Deste modo, Aristófanes

2 Principal festival de Atenas era realizada ao longo das festas a Dionísio. Em seus três dias de festival, eram apresentadas 3 peças trágicas e 5 comédias, com prêmio aos destaques (PUGA, 2018, p.53).

3 Festival menor, ocorria durante o Gamelionas, mês do casamento, provavelmente se iniciou no mercado da cidade até a construção do Teatro de Dionísio em Atenas (PUGA, 2018, p.74).

contestava, por meio de seu trabalho, sua própria sociedade, de forma que suas peças eram leituras das muitas realidades em Atenas. O teatro grego, e a comédia aristofânica por conseguinte, era responsável por reunir os interesses principais da comunidade, “a ponto de dizer Platão que o regime de governo dominante era uma teatocracia” (BELLEZA, 1961, p. 13).

Além disso, a criticidade do autor grego é outro de seus marcos. Um exemplo clássico são os homens de Estado atenienses, que eram como funcionários públicos da época, personagens constantemente criticados pelo dramaturgo. Ainda, apresenta heróis, valores e temáticas em contextos tipicamente atenienses, de modo a criticar seu próprio tempo e elevar suas ideologias e crenças pessoais.

Seus heróis suscitam o passado de Atenas, os valores democráticos, as virtudes cívicas e a solidariedade social. Comenta em diálogos mordazes e inteligentes todos os temas importantes da época – a Guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta, os métodos de educação, as discussões filosóficas, o papel da mulher na sociedade e o surgimento da classe média (CAETANO, 2011, p. 4).

Escrita e encenada na Atena clássica, em 411 a.C., a “Lisístrata” (ou Greve do Sexo) é um relato cômico a respeito das mulheres atenienses durante a Guerra do Peloponeso (431 – 404 a.C.). Assim, a obra narra a história de Lisístrata, que lidera as mulheres atenienses em uma greve de sexo com o intuito de que a necessidade masculina por tal ato possa forçar uma negociação, levando ao fim da guerra e, conseqüentemente, à instauração da paz. Logo, Aristófanes leva os atenienses “através do cômico, provocando o riso com o objetivo de aliviar a dor oriunda dos sofrimentos de uma guerra que parecia não ter fim” (CARVALHO, 1996, p. 28). Apesar disso, observaremos que o uso da mulher como protagonista em “Lisístrata” não deve ser tratado como um discurso de libertação do feminino, nem sequer um discurso igualitário entre os sexos.

De acordo com Kenneth Dover (1972, p. 153), esta é uma peça muito representada no mundo atual por conta das extravagantes e eróticas cenas da obra e pela ridicularização do papel social feminino restringindo-o ao sexo. Segundo Fernando Peixoto (1995, p. 52) “seu teatro é marcado pelo vigor sensorial, pela capacidade de incorporar, em suas sátiras, elementos de obscenidade”. Contudo, é lembrado também, porque existe uma mensagem de paz muito bem elaborada e não um mero recado pornográfico.

Nos meantes do IV a.C., na cidade-estado de Atenas, a condição social e política da mulher era amplamente divergente aos direitos e papéis conferidos ao homem. As mulheres não eram consideradas cidadãs políticas – *politai* – na pólis, pois a elas cabia apenas o privado e não a vida pública. Para a mulher utilizava-se a palavra *astai*, mas “isso pode ser tomado como

uma referência para a sua posse de direitos civis” (JUNQUEIRA, 2011, p. 79), que não incluía a cidadania política dos homens. Assim sendo, as mulheres estavam em posição de inferioridade em relação ao indivíduo masculino.

A qualidade de cidadão implica no exercício de uma função que é essencialmente política, de participação às assembleias e aos tribunais, onde as mulheres são excluídas; assim como são excluídas, também, da maior parte das manifestações cívicas, com exceção de determinadas cerimônias religiosas (MOSSÉ, 1983, p. 51).

Outrossim, a mulher ateniense é aquela que tem pais e esposo atenienses, e precisava de um *kyrios* (um tutor), comumente seu pai ou seu marido, ausentando-se estes, um parente próximo (LESSA, 2010, p. 58). Assim, era instituído um modelo ideal às ações da mulher, inclusive para sua movimentação pela pólis, que deveria ocorrer “somente em determinadas ocasiões e sempre acompanhadas por um membro masculino da família” (JUNQUEIRA, 2011, p. 75). Isto posto, para a historiadora Margarida Maria de Carvalho (1996, p. 32), o casamento era o que fundamentava o papel e estatuto da mulher, neste contexto. Ainda, o matrimônio era um contrato entre duas casas, mediado pelo tutor da mulher, sendo este o responsável por determinar os modos de vida de sua tutelada. À vista disso, o perfil feminino ideal era de fato o de uma protetora do lar, incumbida de garantir a descendência de seu esposo e gerar mais cidadãos para a *pólis*, é como se não houvesse na mulher personalidade própria, apenas enquanto uma ramificação de seu *kyrios* (CARVALHO, 1996, p. 33).

Com base nesse modelo, as mulheres administram o *oikos* (as ocupações domésticas são de sua responsabilidade), casam-se quando jovens, dedicam-se à fiação e à tecelagem, possuem como função primordial a concepção de filhos (principalmente do sexo masculino), atuam no espaço interno (enquanto os homens no externo), participam da *Thesmophórias* (festa em homenagem à Deméter), permanecem débeis e frágeis, apresentam a cor da pele clara – um indício da vida longe do sol e, portanto, do ambiente exterior ao *oikos* –, são inferiores em relação aos homens e apresentam uma atividade sexual contida (LESSA, 2010, p. 44).

Logo, a mulher ateniense é um ser de categoria subalterna que, portanto, não deve ser comparada ao homem, ou a qualquer herói. O feminino na sociedade é importante a partir do momento em que pode acolher a semente masculina e gerar filhos/cidadãos. A mulher tinha participação ativa na sociedade ateniense, todavia cabia a ela a vida privada, enquanto a vida política era exclusividade do homem e este, segundo Aristóteles, sempre deveria conservar a sua superioridade (1998, p. 33).

Assim, a mulher se torna esse belo mal, enviado pelos deuses sobre a terra para se vingar do roubo do fogo por Prometeu. Seu retrato, adulado pela aparência, desastroso para o caráter e o comportamento, é ilustrado por gerações de autores gregos e as cidades se inventam de belas histórias para

justificar a exclusão definitiva das mulheres da vida política e da transmissão do nome e da herança (JUNQUEIRA, 2011, p. 78).

Ainda que houvesse divergência no trato com a mulher quando em diferentes contextos ou em diferentes condições sociais, seja na vida rural ou na cidade, na casa de ricos ou de pobres, a sua condição de inferioridade era mantida e perpetuada na totalidade do pensamento ateniense (JUNQUEIRA, 2011, p. 80). Compartilhava um grau de subalternidade, junto às crianças, escravos e estrangeiros.

Aristófanes, muito preso às tradições, tinha as mesmas opiniões dos aristocratas moderados. Perseguiu, assim como estes, os adúlteros do povo, os partidários da guerra, os heliastas desatinados com a mania de julgar e com o desejo de receber o trióbolo; condenava a educação nova, ministrada pelos sofistas, injustamente personificados por Sócrates; atacava a nova concepção de tragédia cujo representante era Eurípides (JARDÉ, 1977, p. 76).

Em suma, podemos analisar, assim, um pouco sobre a visão da mulher na sociedade ateniense durante a antiguidade e percebemos que Aristófanes “tem acerca da mulher uma visão comum, como a de qualquer cidadão de sua época” (CARVALHO, 1996, p. 32).

O feminino elisabetano

A denominação elisabetano, ou isabelino, se refere ao reinado da Rainha Elizabeth I (1558-1603), segundo dos quatro períodos nos quais o Reino da Inglaterra é governado por uma mulher. Neste ínterim, a renascença inglesa encontra seu auge e em meio ao florescimento das artes, poesias e literaturas surge uma memorável figura: William Shakespeare (1564 – 1616), o bardo. Segundo Harold Bloom (1980), William Shakespeare criou a noção que temos do humano, escreve ainda, em uma biografia do dramaturgo, que “o bardo é o supremo artífice da sabedoria”.

Mais de dois mil anos após a *Lisístrata* de Aristófanes, Shakespeare escreve uma de suas primeiras comédias, “*A megera domada*”. Apesar de haver um intervalo cronológico grande entre as obras, observamos que a visão da mulher na sociedade inglesa não encontra grandes alterações daquela observada na pólis ateniense. A peça conta sobre Batista, um senhor que impõe a sua filha mais nova, Bianca, que só se case após a mais velha, Catarina (ou Katherine), uma mulher independente e indisciplinada para seu tempo. Desta forma, Catarina se vê obrigada a casar com Petróquio, o qual pretende fazer de tudo para dominá-la. Tendo como ilustração o processo de “domesticação” de Catarina, a comédia de Shakespeare pretende mostrar como “dói no ouvido a mulher abusada” (SHAKESPEARE, 2018, p. 127).

Em divergência à Grécia Antiga, onde não cabia à mulher o mundo político, a Inglaterra estava sob o governo e liderança de uma mulher, a já citada Rainha Elizabeth. A princípio, pode-

se pensar que, com isso, a visão a respeito do papel feminino seria diferente. No entanto, mesmo as mulheres apresentando um papel social fundamental, era esperado delas um perfil sempre de segundo plano, subordinado, passivo. “As mulheres eram ligadas ao irracional, às emoções, à natureza, até ao sobrenatural. Ora temidas, ora adoradas, Evas ou Marias, Portões do Diabo ou Esposas de Cristo, bruxas ou anjos” (MENDES, 2011, p. 14). Neste contexto, até mesmo os relatos, as artes, a cientificidade, as perspectivas históricas e filosóficas eram de domínio quase exclusivamente masculino, e muitos eram os mecanismos para salvaguardar estes comportamentos.

As mulheres eram vistas como sendo inferiores ao homem, eram consideradas como um ser secundário, e, portanto, deviam obediência e submissão aos homens. Além disso, historiadores como Duby e Perrot, nos explicam que até mesmo o órgão genital do gênero masculino e feminino era motivo de reflexão na época, estes eram utilizados para justificar a superioridade masculina e uma inferioridade feminina. Segundo esses historiadores o órgão genital feminino era uma inversão do masculino. O órgão genital da mulher era dado como um instrumento retido para o interior, enquanto que o masculino era pronto e acabado voltado para o exterior (ARAÚJO, 2015).

De acordo com Syntia Alves o bardo “influenciado pelo teatro clássico e interessado pelas mudanças sociais de sua época, a arte dramática foi o meio pelo qual Shakespeare se utilizou para problematizar seu tempo e a sociedade na qual vivia.” (ALVES, 2013, p. 52). Ademais, segundo perspectiva de Leandro Karnal (KARNAL, 2016), Shakespeare correspondia ao pensamento de sua época, o que incluía a xenofobia, preconceitos raciais, a misoginia e o antissemitismo, mesmo que ele não conhecesse nenhum judeu, pois haviam sido expulsos da Inglaterra em 1290. Desta forma também, Shakespeare tem com as mulheres uma relação que o século XVI demonstra, “desconfiança profunda de suas capacidades” (KARNAL, 2016), em todos os sentidos. A exemplo disso, o conhecido trecho de Hamlet (SHAKESPEARE, 1997) proclamado por este na segunda cena do primeiro ato: “Fragilidade, teu nome é mulher”.

Constatamos, em “A megera domada”, que esta é uma peça sobre a domesticação feminina. Em seu discurso final, na última cena do teatro, Catarina demonstra todo o pensamento elisabetano a respeito da mulher e a coloca em seu papel de submissão ao homem. Logo, Shakespeare apresenta uma obra belíssima, mas como qualquer outro de sua época, manifesta alguns conceitos comuns ao seu período como citado anteriormente. Em relação ao caso dos papéis sociais femininos, tema de nosso estudo, havia, nessa peça, uma tentativa de: “explicar a inferioridade e a submissão das mulheres ao mesmo tempo em que as preconizavam. A mulher ideal deveria ser calada e submissa ao homem, considerado um ser superior, racional e por isso detentor do saber.” (MENDES, 2011, p. 14)

Por fim, o feminino no período elisabetano dialoga, em vários aspectos, com o pensamento grego na antiguidade. “Dentre as mais variadas características, Shakespeare soube retratar o seu tempo histórico demonstrando a forma de viver e a obediência feminina” (ARAÚJO, 2015, p. 5). Logo Shakespeare, assim como Aristófanes, nutre a respeito da mulher um sentimento comum à sua respectiva época.

Nas comédias elizabethanas, o princípio de que um homem deveria subjugar sua esposa mudou a natureza da megera na comédia. Ela não podia mais continuar exercendo o controle sobre seu marido e passou a ser dominada ou domesticada pelo discurso teológico ou pela violência, um método mais direto (MENDES, 2011, p. 14).

Portanto, mesmo havendo muitos anos entre as duas obras, podemos criar sobre as peças destes grandes dramaturgos uma análise a respeito da visão do feminino, identificando assim o porquê de criar comicidade em cima de papéis fortes em relação à mulher. Em vista disso, cabia ao masculino mostrar ao feminino o seu lugar na sociedade, quer seja pela fé ou pela hostilidade.

Análise das obras

Uma vez que vislumbramos acerca da visão da mulher na Grécia Antiga, podemos identificar o contexto no qual Aristófanes escreve sua obra. Uma comédia bem estruturada que demonstra, segundo o autor, o papel que cabia à mulher e a visão masculina do perfil feminino.

A peça “Lisístrata” (Λυσιστράτη) se inicia quando a personagem principal convoca as mulheres, de sua *pólis* e estrangeiras, com o intuito de discutir uma importante questão: a Guerra do Peloponeso. Devido a esse conflito, os homens estavam envolvidos unicamente com os assuntos bélicos e não mais vivendo suas vidas em casa com suas respectivas famílias. Assim sendo, Lisístrata tem uma ideia para pôr fim ao confronto e trazer os maridos e filhos de volta a seus lares, bastava apenas uma greve de sexo. Logo, os homens seriam compelidos (por seus instintos) a assinar um acordo de paz dando encerramento à armada. (PUGA, 2018, p. 191)

Ainda no primeiro diálogo da peça a personagem Lisístrata apresenta a fala na qual já podemos observar parte do pensamento que relaciona a natureza feminina à lascívia e sexualidade. Em oposição à idealização teórica de mulheres com “tipo de vida puro e casto, ou seja, uma atividade sexual bastante discreta”, como apresenta Fábio Lessa (2010, p. 55). “Lisístrata – Chamassem-nas à festa dionisíaca, de Pã ou Genetílides em Cólidas, quem poderia atravessar as ruas, tal repique dos tímpanos? Cleonice é a única mulher a vir aqui.” (Lisístrata v. 1-5)

Prosseguindo, depois de mais alguns versos, o dramaturgo demonstra o papel doméstico para o qual a mulher era destinada, bem como aquilo que representa o universo feminino na

época, por meio da resposta de Cleonice: “Cleonice – Esperas brilho e sensatez de quem fica plantada em casa, maquilada, lindura em túnica ciméria, em manto açafraão, no frufu de suas pantufas?” (Lisístrata v. 42-45)

Desta maneira, Aristófanes insere de modo claro e direto todo o pensamento coletivo a respeito da mulher, conhecido e afirmado por um grupo de atenienses em sua época. Seguindo, Lisístrata apresenta seu revolucionário plano às mulheres de Atenas, na esperança de se juntarem em busca da paz. Mais um diálogo que pretende vincular a figura da mulher simplesmente à conjunção carnal, mais particularmente ao desejo pelo órgão masculino.

Lisístrata – Pois prego a abstinência do caralho!⁴ Qual a razão da retirada abrupta? Por que o muxoxo e o não no rosto? O alvor se deve a quê, e o chororô? Quem não está a fim? Dizei-me o que sucede?
 Cleonice – Impossível cumpri-lo! Haja conflito!
 Mirrine – Também não entro nessa! Que haja guerra! (...)
 Cleonice – Dá uma opção! Eu ponho os pés na brasa do carvão, mas não metas o caralho no meio: nada chega aos pés do pau! (Lisístrata v. 124-135).

Notamos, pois, nestes poucos versos citados, uma explicação para a natureza cômica das peças femininas aristofônicas, podendo enquadrá-las dentro do conceito de “cômico pelo absurdo” (CARVALHO, 1996, p. 34). Tal conceito é caracterizado por criar impressão de surpresa entre o efeito do produto e sua causa, ou seja, a comédia em “Lisístrata” está no fato de que a possibilidade de domínio da mulher sobre o homem, ou mesmo o ato do feminino superar sua função sexual e conquistar um papel político, era tão absurdo para o pensamento na antiguidade que causava graça. Em uma época onde tanto atores como espectadores no teatro eram exclusivamente homens, foi de grande sapiência uma peça cômica que juntava toques de realidade, para que os cidadãos pensassem sobre as situações atuais de sua *pólis*, com elementos absurdos, que na obra se apresentam pelo perfil feminino fora da realidade ateniense. (CARVALHO, 1996, p. 35)

Desse modo, a visão de mulher construída na peça é tida como “amantes do vinho, astuciosas, adúlteras e apegadas demasiadamente ao sexo” (POMPEU, 2011, p. 76). Ainda assim, conquistaram uma Acrópole por meio de uma greve de sexo, algo extraordinariamente cômico para a época. Esse constructo aristofônico, coloca a mulher num papel que almeja a paz e o retorno ao seu modo de vida domiciliar, sem questionar suas funções ordinárias. Esperava-se, unicamente, o regresso à submissão que lhe é imposta pela sociedade ateniense, como aponta Ana Maria César Pompeu:

4 No original: πέος, nomenclatura para o órgão masculino, que assume tom obsceno dado ao contexto, ao clímax. (VIEIRA, 2011)

Nenhuma delas questiona sua função ordinária ou procura de algum modo mudá-la, mas elas só querem voltar a sua vida normal, interrompida pela guerra. Sua ação é desinteressada e temporária e só se utilizam de habilidades peculiares ao seu sexo: governo e finança domésticos, procriação e cuidado com a família. A fantasia está na projeção destas habilidades fora da esfera domiciliar, por meio de uma conspiração em que a cidade é assimilada à família individual e a agregação de cidades, a uma vizinhança (POMPEU, 2011, p. 79).

Por fim, em meio a guerra, a ausência, ou mesmo a perda dos esposos, a vida doméstica comum foi interrompida, sendo que esta era justamente a parcela da qual as mulheres atenienses eram habitualmente incumbidas, de onde retiravam sua identidade e sua participação na sociedade. Assim, é difícil afirmar que havia consciência por parte da mulher sobre a injustiça deste sistema de submissão, que lhe negava a participação política e a voz pública, e se compreendiam como isso afetava suas vidas (POMPEU, 2011, p. 80). Sobre os papéis sociais femininos apresentados em “Lisístrata”, observamos que:

Não há nela uma figura com perfil revolucionário forte o suficiente para simbolizar a ideologia feminista dos dias de hoje. As mulheres almejam o retorno à paz doméstica convencional, superada a guerra que divide os gregos (VIEIRA, 2011, p. 12).

Isto posto, observamos que, fazendo-se valer de situações inverossímeis ao feminino de seu tempo, por meio do absurdo cômico, e adicionando alguns toques obscenos, Aristófanes compõe “Lisístrata”. Ainda que no final a paz tenha sido “conquistada pelo empenho delas” (PUGA, 2018, p. 192), a peça não demonstra preocupações em modificar o pensamento sobre a figura da mulher que havia em seu tempo, ao invés disso, a obra ratifica toda esta ideologia.

Lisístrata – Que raça multienrabada¹ a nossa! Não é à toa a tragédia nos elege: pomos de quatro o macho, que ao tirar o cu da reta, nos lega o neonato. (Lisístrata v. 137-141)

Coro de homens – Até para o longo, Estrimodoro, a vida é um baú de enigmas. Alguém imaginara ouvir que as mulheres, um peso morto a quem alimentávamos em casa, meteriam a mão na estátua da padroeira, dominariam minha acrópole, lacrando pórticos com barras e ferrolhos? (Lisístrata v. 256-265).

Mais de dois séculos posteriores à criação da Lisístrata, surge na Inglaterra elisabetana um egrégio dramaturgo. William Shakespeare era filho de luveiro (interessante profissão para sua época), contudo Shakespeare não seguiu a ocupação de seu pai e tornou-se poeta, vindo a ser o célebre Bardo de Avon. Entre os séculos XV e XVI, escreveu uma de suas primeiras comédias, “A megera domada” (*The Taming of the Shrew*). Pouco se conhece da fonte de

5 No original: *καταπύγων*, adjetivo alusivo à sodomia, acrescido do prefixo de intensidade *πάν* (todo), assim a decisão do tradutor por usar “multienrabada” (VIEIRA, 2011).

inspiração para a construção desta peça, visto que Shakespeare escreveu pouquíssimos enredos novos, ainda que muitos originais. Há uma misteriosa especulação ao entorno de uma comédia perdida que seria intitulada “*The Taming of a Shrew*” e não “*The Taming of the Shrew*”, como a peça do Bardo. Contudo, nada de concreto se conhece a respeito do surgimento da estória de Catarina e Petróquio. (HELIODORA, 2018, p. 9)

Durante o período elisabetano, a sociedade pregava um perfil ideal de mulher, aquela que deveria ser “fraca, submissa e principalmente calada. Uma mulher virtuosa não deveria expressar suas opiniões, sua voz deveria ser abafada.” (MENDES, 2011, p. 65) Tal afirmação pode ser ilustrada no monólogo final da personagem principal desta obra:

Katherina – É um vexame a mulher ser tão ingênua, fazer guerra e não implorar a paz, ou aspirar mando e supremacia e não amar, servir, obedecer. Por que temos o corpo tão suave, inapto para problemas e trabalhos, senão pra suavidade e coração ficar de acordo com o aspecto interno? (SHAKESPEARE, 2018, p. 126).

Mesmo após tanto tempo, entre uma peça e outra, notamos poucas divergências no modo de pensar a mulher, as diferenças de gênero e as relações entre eles. Desta forma, há diálogos, apesar de despropositais, entre Shakespeare e Aristófanes. A exemplo do trecho citado acima, o Bardo elucida que a mulher deveria implorar a paz, exatamente a trama que se aborda em “*Lisístrata*”, a busca pela paz por meio da ação feminina, bem como dialoga a respeito da mulher estar predestinada ao aspecto interno, assim como vislumbrado no imaginário ateniense. Esta paz apontada por ambos autores não visava qualquer alteração do papel social feminino, apenas a manutenção dos ideais vigentes e a reafirmação da superioridade masculina. Desse modo, “pode-se perceber que o inglês bebeu na origem do gênero trágico, ao mesmo tempo em que também era influenciado por seu tempo.” (ALVES, 2013, p. 55).

Tal como na Grécia Antiga, o teatro elisabetano também era encenado exclusivamente por homens, o que aumentava a comicidade nas peças que abordavam sobre a mulher. Neste cenário, onde o pensamento masculino imperava, Shakespeare compõe a história da Megera, uma mulher que fugia das determinações de sua época e que, com um discurso transgressor, desafiava o poder patriarcal. Como exemplo, ao perceber os planos de seu pai, ao dá-la em casamento mesmo contra sua vontade, Catarina questiona o posicionamento das mulheres de subordinação aos homens presentes: “Senhor meu pai, será do teu desejo me fazer égua pr’uma tal parelha?” (SHAKESPEARE, 2018, p. 28). Tal ação leva a personagem a ser rotulada durante o enredo como “mulher do diabo”, “demônia infernal” ou “espírito maligno”.

Ainda que diálogos como estes sejam comuns ao longo da peça, a intenção final era, na realidade, a de narrar o processo de domesticação de Catarina, que por meio do casamento se livraria de seu “espírito diabólico” (como nomeado por seu pai, Batista) e se tornaria a mulher que a sociedade idealizava (PREGNOLATTO, 2012, p. 2). O que de fato ocorre e se torna evidente nos últimos discursos da personagem.

Katherine – Vamos, vamos, seus vermes abusados, já tive pretensões iguais às suas, coragem e razão inda maiores, brigando com palavras e cara feias. Mas vejo que são palha nossas lanças, com força fraca e uma fraqueza imensa, querendo aparentar o que não temos (SHAKESPEARE, 2018, p. 126).

Também, durante o período em questão, há um constante combate contra qualquer ideia de liberdade da mulher em relação ao homem. As dinastias vigentes na época, Tudor-Stuart, dedicaram “uma energia obsessiva ao controle sobre a mulher indisciplinada, a que exercia sua sexualidade ou seu discurso sob seu próprio domínio e não sob o de um homem” (MENDES, 2011, p. 68).

Deste modo, igualmente a Aristófanes, Shakespeare, por mais que tenha colocado uma mulher forte em papel principal, não tinha a pretensão de criar em “A megera domada” uma discussão a respeito do papel da mulher, nem mesmo ampliar uma ideologia de oposição ao sistema patriarcal.

Afinal, se a peça é uma crítica à sociedade, a megera deveria triunfar no final da obra. [...] A obediência de Catarina surpreende a todos, afinal ela não é mais o ‘demônio’ que todos conheciam. [...] Catarina que parecia ser indomável, agora aparentemente é controlada pelo marido (PREGNOLATTO, 2012, p. 2).

A respeito da relação da mulher para com o homem, Catarina adverte outras esposas mostrando o papel que lhes cabia, o qual a sociedade inglesa esperava na época.

Katherine – Seu marido é senhor, é vida, é guarda; Seu chefe e soberano; ele é que a cuida. Ele a sustenta; seu corpo ele dedica ao mais árduo labor, em terra e mar, na noite horrenda e no frio do dia, pra deixá-la no lar segura e quente. E só pede a você por recompensa amor, beleza e doce obediência – pouca paga para dívida tão grande. Dever como o do súdito ao monarca deve a mulher também a seu marido (SHAKESPEARE, 2018, p. 126).

Assim como em “Lisístrata”, as mulheres são retratadas como egoístas, pois enquanto estão sãs e salvas seus maridos lutam, de forma heroica, para manter a sociedade e o estado em ordem, livres dos desejos de outro estadista. Conjuntamente, o Bardo mostra em sua peça que

todos os meios são válidos para domesticar uma megera e mostra alguns processos dolorosos pelos quais Catarina passa até ser forçada a se enquadrar nos moldes femininos que sua sociedade impunha. Havia vários modos de punir, inclusive fisicamente, as mulheres por não agirem conforme o desejo social, sendo uma prática comum na época. Tais punições tinham o intuito de envergonhar e fazer da mulher objeto de chacota (MENDES, 2011, p. 67). Os castigos físicos eram aplicados, também, às mulheres atenienses, como mostra a passagem selecionada da obra de Aristófanes. “Corifeu – Por que dar corda à lengalenga, Fédrias? Alguém desça o sarrafo nelas já! [...] Se alguém lhes esmurrar o maxilar, hão de fechar, qual Búpalo, a matraca! [...] Cala a boca ou eu te esfolo, encarquilhada!” (Lisístrata, v. 356-364).

Assim, a mulher deveria se colocar em seu lugar de submissão em relação a um homem, quer seja pai ou marido, ou mesmo um tutor, como o *kyrios* na Grécia Antiga. Portanto, a personagem principal desta comédia termina sua última fala dizendo: “Katherine – Deixem, então, esse orgulho indevido, pondo a mão sob o pé de seu marido, como sinal do que, se o quer a sorte, a minha ‘stá pronta – que ela o reconforte”’. (SHAKESPEARE, 2018, p. 126).

Ao final, a seu marido Petróquio só cabem elogios. Após tanto fazer para suprimir as vontades de Catarina a peça termina dando-lhe os parabéns. “Hortênsio – Viva quem doma megera danada./ Lucentio – Milagre, mesmo, é ver que foi domada.” (Shakespeare, 2018, p. 127).

Por fim, em seu trabalho introdutório à peça, Bárbara Heliodora (2018, p. 10) aponta que:

Não há nada na obra de Shakespeare que o caracterize como um autor machista (várias de suas protagonistas são antepassadas das famosas ‘caçadoras’ de Bernard Shaw, que caçavam os machos com os quais desejam fundar dinastias) [...] Mas por outro lado não podemos nunca esquecer que ele escreveu no final do século XVI e no princípio do século XVII, e que, portanto, sua visão do mundo não pode ser a de nosso tempo.

Por fim, Shakespeare não apresenta quaisquer pensamentos que possam ir de encontro com o feminismo da atualidade, nem pode ser visto como um autor machista, uma vez que sua obra é mero reflexo de seu próprio tempo e não devemos descorrelacioná-los.

Considerações finais

Em suma, tanto Aristófanes como Shakespeare são marcos da dramaturgia de seu tempo. Dentre os muitos assuntos que abordaram estava a mulher, a qual se tornara personagem principal em suas peças. Porém, ainda que em contextos e períodos históricos divergentes, tanto

a Lisístrata, quanto a Megera, apresentam a comédia por meio da superioridade masculina em detrimento ao feminino. Estas peças nos auxiliam a pensar as diferenças, ou semelhanças, a respeito da visão da mulher e de seu papel na sociedade, quer seja na antiguidade ou nos tempos atuais. Também, nos permite refletir sobre o trato para com a mulher em seu tempo, uma vez que suas obras refletem o pensamento comum dos grupos masculinos em que viviam. Por fim, é preciso pensar que tais autores escrevem de acordo com aquilo que correspondia ao seu período e contexto histórico.

Cabe a nós, portanto, refletir sobre fontes como a “Lisístrata” ou “A megera domada”, de modo a reconhecer que as diferenças entre homens e mulheres não devem nos fazer desiguais. Assim, faz-se necessário permanecermos vigilantes para que realidades como as narradas nestas peças, que colocam as mulheres em papel de submissão e inferioridade, estejam restritas exclusivamente aos livros e palcos.

Atualmente, é incabível pensar uma peça teatral que apele à misoginia ou ao discurso patriarcal como forma de gerar comicidade com o público, uma vez que temos conhecimento dos incontáveis (e ainda correntes) anos necessários para o empoderamento feminino. Contudo, as mudanças que ocorreram no pensamento da sociedade não podem desconsiderar as obras clássicas, pois estas peças servem ainda hoje como modelos para reavaliarmos o modo como a sociedade humana pensou e tem pensado as relações e diferenças de gênero, quer seja na Antiguidade Grega, na Inglaterra elisabetana ou na contemporaneidade.

Fontes

ARISTÓFANES. **Lisístrata**. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SHAKESPEARE, William. A Megera Domada. In: **Grandes obras de Shakespeare: Comédias**. Tradução de Barbara Heliodora. São Paulo: Nova Fronteira, 2018. p.7-128.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Tradução de Milôr Fernandes. São Paulo: L&Pm Pocket, 1997.

VIEIRA, Trajano. **Lisístrata e Tesmoforiantes de Aristófanes**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Referências Bibliográficas

ALVES, Syntia. Mulheres trágicas de Shakespeare: Ofélia, Julieta e Lady Macbeth. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v.6, n.17, p. 51-66, jun.-set. 2013

ARAÚJO, Emanuella Bezerra de Oliveira et al. As mulheres de Shakespeare: uma releitura do medievo com base na literatura e história. In: **Anais do II Congresso Nacional de Educação**. Campina Grande: Editora Realize, p. 1-5, 2015. Disponível em:

- http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID310_01092015161053.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.
- BELLEZA, Newton. Teatro grego. In: **Teatro grego e teatro romano**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti editora, 1961. p. 12 – 66.
- BLOOM, Harold. **Shakespeare: The invention of the Human**. 1. ed. New York: Riverhead Books, 1998.
- CAETANO, Erica Antonia. Representação da mulher na dramaturgia. **Travessias**. Cascavel, 2011. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4007>. Acesso em: 03 maio 2018.
- CARVALHO, Margarida Maria de. A Mulher na comédia Antiga: a Lisístrata de Aristófanes. **História Revista**. São Paulo, v.1, n.1, p.27-42, 1996.
- DOVER, Kenneth J. **Aristophanic comedy**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1972.
- GRIMMAL, Pierre. **O Teatro Antigo**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- HELIODORA, Barbara. Introdução. In: SHAKESPEARE, William. **Grandes obras de Shakespeare: Comédias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. p.9-11.
- JARDÉ, Auguste. **A Grécia antiga e a vida grega**. São Paulo: EDUSP, 1977.
- JUNQUEIRA, Nathália Monseff. A melissa como padrão no universo masculino grego. In: **Imagens da mulher grega: Heródoto e as pinturas em contraste**. Campinas, 2011. p. 71-107. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP/SP.
- KARNAL, Leandro. Shakespeare por Leandro Karnal. [Entrevista concedida a] Celso Loducca. **Quem somos nós?**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MM6I98SSLpc>. Acesso em 01. maio 2018.
- LESSA, Fábio de Souza. **Mulheres de Atenas: mélixa – do gineceu à agora**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- MENDES, Luciana Neves. **A representação das personagens femininas principais de a megera domada de William Shakespeare em duas adaptações para o cinema e a televisão**, Rio de Janeiro, 2011. 204 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFRJ/RJ.
- MOSSÉ, Claude. **La femme dans la Grèce antique**. Paris: Albin Michel, 1983.
- PEIXOTO, Fernando. **O que é teatro?**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- POMPEU, Ana Maria César. A Construção do Feminismo em Lisístrata de Aristófanes. **Revista Letras**. Curitiba, n.83, p.75-93, 2011.
- PREGNOLATTO, Flavia Peres. Análise da obra a megera domada de William Shakespeare. In: **10º Simpósio de Ensino de Graduação**. Piracicaba: UNIMEP, p. 1-3 2012. Disponível em: www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/10mostra/4/506.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.
- PUGA, Dolores. **As disputas políticas na arena do teatro ateniense: um estudo comparado das hetaireias de Eurípides e de Aristófanes (415-405/4 a. C.)**, 2018. 235 p. Tese. (Doutorado em História Comparada) - UFRJ/RJ.
- STEARNS, Peter N. Das civilizações clássicas ao período pós-clássico. In: **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41 – 60.

Aspectos políticos da Idade média: articulações de poder a partir da obra *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d’Arc (987-1460)* de Georges Duby

Vítor Mateus Viebrantz¹, UPF

Resumo

No período situado entre os séculos X-XV, as relações de poder na Europa ocidental se encontravam inseridas em um complexo de articulações e desdobramentos. Em *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d’Arc (987-1460)*, Georges Duby (1992) investiga a trajetória e as especificidades das expressões do poder a partir do exemplo da França feudal, percebendo suas repercussões nos diversos domínios humanos e políticos. Partindo da obra citada, o artigo analisa o arcabouço da organização política medieval a partir de quatro características indicadas por Duby: as dimensões doméstica e sagrada do poder e seu carácter masculino e fragmentado. Associam-se a obra outras bibliografias para viabilizar um horizonte de compreensão das possibilidades e circunstâncias do poder na época medieval. A abordagem metodológica utilizada é revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Política; Poder; Feudalismo.

Abstract

In the period situated as the 10th - 13th centuries, the power relations in western Europe were inserted in a complex of articulations and unfoldings. In *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d’Arc (987-1460)*, Georges Duby (1992) investigates the trajectory and specificities of expressions of power as of on the example of feudal France, realizing its repercussions in the various human and political domains. Correlating with the oeuvre cited, the article analyzes the framework of medieval political organization as of four characteristics indicated by Duby: the domestic and sacred dimensions of power and its masculine and fragmented character. Other bibliographies are associated with the oeuvre to make viable a horizon of understanding the possibilities and circumstances of power in medieval period. The methodological approach used is bibliographic review.

Keywords: Politics; Power; Feudalism.

Introdução

Compreender como surgiu gradativamente o Estado feudal e como os poderes políticos medievais se articulavam é o que o historiador Georges Duby se propõe analisar na sua obra *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana d’Arc (987-1460)*, publicada no Brasil em 1992. Para isso, o autor faz um recorte histórico, entre o fim do século X e metade do século XV, analisando o território do que hoje é a França para descrever tal processo.

Duby indica:

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: vitormateusviebrantz@gmail.com.

Ao se aproximar do ano mil, na vasta extensão de terra que estudo, o homem ainda é raro, pobremente equipado, e continua surpreendentemente rude; [...] E, no entanto, um movimento em profundidade, lento, ainda pouco discernível, vem aumentando há algumas gerações a população do campo. É também ele que incita, nos mosteiros e junto às catedrais, ao aproveitamento da rica herança cultural legada pelo Renascimento carolíngio; valendo-se dos escritos antigos que ele salvou do aniquilamento e dos comentários que então suscitaram, os estudiosos sonham em remodelar a sociedade de acordo com a vontade de Deus. **Esse impulso progressista, cada vez mais vivo, tira essas regiões da selvageria, apontando-as cada vez mais claramente ao olhar do historiador. Este, no entanto, terá enorme dificuldade, até o limiar do século XIII, em discernir o que eram os poderes e como se articulavam** (1992, p. 12, grifo nosso).

Percebendo a complexidade do longo período histórico em análise, entre os séculos X e XV, Duby (1992) está considerando as mudanças no interior da vida medieval que se relacionam diretamente com as nuances do político. O momento em questão é multifacetado e as ações dos sujeitos vão se marcando entre continuidades e descontinuidades. São novas e reformadas práticas no cotidiano, nas relações sociais, nas sensibilidades, como o uso de roupas de baixo, os laços da vassalagem, o gosto por cores brilhantes e coloridas, pela magia (LE GOFF, 2005, p. 325²).

Ocorre também uma expansão na infraestrutura religiosa, nas ordens e organização do clero católico (RUST, 2011). Nessa expansão, os contatos entre as diversas interpretações pagãs também influenciam as interpretações do cristianismo, gerando conflitos e acomodações dentro do imaginário religioso, entre amuletos, filtros, fórmulas, relíquias, sacramentos, preces (LE GOFF, 2005). O desenvolvimento de hábitos cortesões, também vai dinamizando as relações entre homens e mulheres, na sexualidade, no casamento, nas paixões (DUBY, 1992).

Novas tecnologias são conhecidas. Paulatinamente há um crescimento demográfico, uma ampliação da agricultura e sua passagem de agricultura dominial para senhorial. Ocorre uma tímida reorganização das cidades e das feiras, há um crescimento da produção e revigoramento do comércio, consequência da existência de excedentes agrícolas (LE GOFF, 1991) e da “feudo-clericalização” (FRANCO JR., 2001, p. 17).

Situado nessa multiplicidade, o panorama político também está em vicissitude, se estabelecendo nos desdobramentos de marcas e prolongamentos específicos: o poder era de natureza doméstica, estava ligado ao sagrado, era exercido por homens e nenhum se constituía absoluto (DUBY, 1992, p. 13).

² O ano da publicação original de *A civilização do ocidente medieval*, do historiador francês Jacques Le Goff, é 1964. Utilizamos o exemplar publicado pela editora Edusc, traduzido por José R. Macedo, publicado em 2005.

Analisando as articulações do campo político do recorte temporal em questão, viabiliza-se compreender com maior fôlego os processos históricos posteriores, principalmente os relacionados as continuidades e descontinuidades políticas. Nesse sentido, Kritsch (2004) analisa alguns elementos do processo de constituição do Estado moderno nos séculos finais do medievo, da consolidação dos poderes nacionalistas (como no caso da França), das monarquias absolutistas e da noção de soberania.³

A partir de características específicas indicadas no trabalho de Duby (1992, p. 13), pretende-se analisar, através da revisão bibliográfica, o arcabouço da organização política medieval, associando outras bibliografias, para viabilizar um horizonte de compreensão das possibilidades e circunstâncias do poder no período medieval. Na primeira parte do texto é discutida a problemática das fontes no estudo sobre a Idade Média. Em seguida, são abordadas as quatro características, mediante aportes de bibliografias historiográficas clássicas e recentes, nas suas considerações e compreensões do período.

Carência de fontes sobre política na Idade Média

Construir uma narrativa sobre o passado requer, entre outras coisas, a existência de fontes históricas, que

[são] tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano. Neste sentido, são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador (BARROS, 2012, p. 130).

Elas viabilizarão, junto da análise, crítica, interpretação, a produção de conhecimento acerca de processos históricos humanos, pelos historiadores. Para o período medieval em análise (séculos X-XV) a gama de fontes históricas é limitada, principalmente as fontes escritas. Diante disso, Duby (1992) reporta a dificuldade em identificar os poderes políticos e como eles se articulavam, já que como ele aponta pouco se escrevia e “todo poder exercia-se sobretudo pela palavra e pelo gesto” (p. 12). Essas questões são consequência e causa, já que a alfabetização era extremamente limitada à alguns clérigos e pouquíssimos homens e mulheres. Logo, a personalidade e o falar eram centrais nas relações, sendo o escrever cerceado.

³ Confira FERNANDEZ, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade. *História (São Paulo)* [online]. São Paulo, v. 28, n. 2, nov. 2009, p. 43-55.

Também Le Goff, analisando o ocidente medieval, aponta essa da palavra e do gesto sobre o escrito:

Neste mundo em que os gestos litúrgicos e o asceticismo, a força física e o aspecto corporal, a comunicação oral e a lenta valorização do trabalho contavam tanto, **era importante conferir valor, além do escrito, à palavra e ao gesto**” (2005, p. 14, grifo nosso).

Como apontado pelo historiador, com a comunicação e a expressão corporal como centrais, as fontes históricas documentais escritas são reduzidas no período. Aquelas que encontram estão sob impasses: seus vocabulários são inflexíveis, não se adaptam às mudanças e foram, na maioria das vezes, escritas por eruditos, operando a favor daquilo que acreditavam, além disso as mudanças linguísticas ao longo do período nas regiões da Europa Ocidental, conferiam transformações nos próprios significados das palavras, alteravam pronúncias, as características léxicas e de escrita (DUBY, 1992, p. 12).

Para mais, preocupados com a escrita elegante e retórica, os documentos remanescentes do período possuem uma linguagem rebuscada, inclinada ao pedantismo, com a finalidade de, muitas vezes, mascarar a realidade (DUBY, 1992, p. 12). Como apontado por Le Goff: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (1990, p. 536). E assim, não são produzidos inconscientemente, estão assediados em um contexto e interesse específico, de um grupo ou de um sujeito que estão associados ao poder.

Em relação ao período em análise, maior parte do que se produzia estava atrelado a um seleto grupo de pessoas consideradas eruditas, das quais faziam parte, quase em sua totalidade, homens da Igreja e funcionários dos Estados. Esses eram defensores de suas prerrogativas, minimizando as forças leigas, deliberando suas posições e ideologias e “escrevendo no calor do combate, tais homens deformavam os fatos, conscientemente ou não” (DUBY, 1992, p. 12). E, nesse sentido, o documento assume função de monumento – documento-monumento (LE GOFF, 1990) – sendo produto do esforço dos detentores do poder para perpetuar ao futuro impressões de suas experiências, mesmo que isso signifique realizar apagamentos e distorções.

Em relação as produções historiográficas sobre o período, Néri Almeida (2010) faz uma interessante revisão das características que a historiografia e historiadores de cada época incorporaram ao período. Na conclusão de seu artigo, centraliza a questão das rupturas no plano do poder e a necessidade de um contínuo questionamento acerca do assunto, a fim de tentar constituir, com maiores detalhes, as especificidades do poder político no período em questão. Ela adverte:

Para fazê-lo é evidentemente fundamental o abandono do uso isolado do referencial dado pelos valores políticos modernos, bem como a crítica dos documentos medievais para que se possa também compreender, por meio dos critérios que esses historiadores utilizaram para escrever a história medieval, em que medida eles podem ser úteis à reformulação dos recursos que empregamos para a análise do período (ALMEIDA, 2010, p. 70).

Desta forma, como apontado por ela, para a construção de uma compreensão sobre o período, ao investigar as fontes – principalmente documentais – e a produção historiográfica, demanda-se problematizar e analisar os referenciais e os contextos das produções tanto primárias quanto secundárias.

Natureza doméstica do poder

No território da atual França, no período em questão, as formações políticas possuíam uma característica singular. Eram constituídas e organizadas como uma casa: o poder tinha natureza doméstica. Sintoma disso é a correlação entre as palavras que designam sede dos poderes e o vocabulário doméstico, que persistem inclusive até hoje, como por exemplo as palavras “câmara” e “sala”. Como descreve Duby:

Todo poder emana ainda de uma casa, de um *hotel*, de um *oustau* (grande mansão), da sede onde toma assento o chefe da família, para administrar como o conselho dos seus os interesses de uma comunidade que congrega vivos e mortos; e seus alicerces repousam necessariamente na convivialidade, na amizade, na troca de serviços entre homens ligados pelo sangue, por aliança ou pelo parentesco simbólico criado pelos gestos de homenagem (DUBY, 1992, p. 279).

Como apontado pelo historiador, os próprios espaços domésticos assumem o simbolismo do poder, por serem o ambiente material sede do poder e por neles ocorrerem as manifestações desse poder: era nos recintos da casa onde o pai, chefe da hierarquia doméstica, também chefe do grupo, clã, descendentes, fazia suas comunicações e ordenações, sucedendo-se ali o tangível do poder, pela palavra, pela gesticulação.

E essa hierarquização doméstica, onde o pai era o alto do potentado, é o espaço onde também se desenvolvem as relações de desigualdade: filhos e esposa estão sob o jugo do poder paterno (do homem) e, juntos deles, também estavam os outros homens que lhe fizeram votos, as mulheres e crianças desses. Dessa forma, o pai é o responsável, protetor e sustentador, bem como detentor do poder, das decisões e sentenças.

A partir dessa configuração doméstica do poder, nas salas e câmaras, na casa dos sujeitos, as hierarquias mais regionais do poder (senhor feudal), as estruturas nobiliárquicas, as cortes reais e imperiais vão se conformando (DUBY, 1992). Essa propriedade doméstica contínua desde o feudo ao castelo real é fundamental para amalgamar as tessituras políticas.

Como no espaço doméstico, o jogo do poder se manifestava sobretudo pelos gestos e expressões, a feitura do político também se manifestava pelo tomar, soltar, reter, conquistar, prometer, abraçar, ajoelhar, curvar-se (DUBY, 1992). A prestação da homenagem, cerimônia essencial das relações sociais e políticas medievais, previa que o homem que iria jurar sua fidelidade ao senhor, seguiria um rito, no qual destacavam-se o contato corporal e expressões de contiguidade:

O vassalo colocava suas mãos, juntas, nas do senhor, que as fechava com as suas, e expressava sua vontade de entregar-se recorrendo a uma fórmula do tipo: “Senhor, passo a ser vosso homem”. Em seguida, pronunciava um juramento de fidelidade, garantindo-lhe sua fé e podia-se ainda acrescentar, como na França, o beijo que o transformava num “homem de boca e de mãos” (LE GOFF, 2005, p. 84).

Como narrado acima, fica exposta a conexão entre a expressão corporal e a perspectiva do poder, presente na autoridade do senhor, no pai, aquele que recebe a promessa. O vassalo, a partir daquele momento, assume função de delegado do poder senhorial: participar das assembleias reunidas pelo senhor, distribuir a justiça em seu nome, ajudá-lo militarmente e colaborar com a administração. Esse círculo em torno do poder doméstico tendia a se expandir, juntamente com o poder, cabendo ao chefe da família fortalecer-se, angariar riquezas e aumentar o número de pessoas ao seu jugo, pelos laços de homenagem e pela reprodução, nos âmbitos do caráter hereditário do poder (DUBY, 1992).

Quando da morte do pai, o filho mais velho, antes submisso, assume esse poder. Agora estando acima de sua mãe, esposa e filhos, dá continuidade ao poder já estabelecido. “O que assegurava o domínio crescente [...] era a hereditariedade deste – peça essencial do sistema feudal. Tal evolução [hereditariedade do poder] se produziu cedo na França, do século X ao princípio do século XII” (LE GOFF, 2005, p. 85). Como indicado pelo historiador, se convergiu para o estabelecimento gradual da ideia de que o poder é transmitido por procriação: pelo sangue se transmite valores, carismas, direitos e privilégios (DUBY, 1992; LE GOFF, 2005), tornando o sexo “um pecado menor, na medida em que garante a transmissão dos poderes, ou seja, a ordem do mundo” (DUBY, 1992, p. 14). Assim, dentro dos limites do doméstico, o poder se gerava (sexo), gestava (comunicação e gesticulação) e se perpetuava (hereditariedade do poder), viabilizando a continuação política dos compromissos e relações.

O poder imperial/real também se pautava nesta domesticidade do poder, sendo impelido ao monarca a tarefa de hospedar, alimentar e educar, em seu palácio, os jovens filhos de nobres e pessoas influentes, transformando sua casa em uma escola (DUBY, 1992). Destarte,

espera-se que ele [vínculo] durará, continuando a unir aos “velhos”, ao *sênior*, chefe da casa, os jovens que nela receberam o alimento do espírito e do corpo

e que agora detêm um encargo público, um honor, como dizem os textos latinos. Esta honra confere-lhes o direito de comandar, de se dizerem “senhores” (dominus) dos homens que têm por missão dirigir (DUBY, 1992, p. 27).

Da formação palaciana sairão bispos (ordem sacerdotal), chefes de guerra (militares) e sujeitos que ajudarão instituir a justiça e manter a ordem monárquica. Construindo assim, pela educação desses jovens, um vínculo de afeto e reverência, fundamentais nas relações políticas estabelecidas (DUBY, 1922).

Estando as diversas formas de poder político estruturadas semelhantes à uma casa, onde “o poder, ainda que se estendendo por uma vasta província, só era concebível sob a forma de um patrimônio transmitido de uma geração a outra de consanguíneos” (DUBY, 1992, p. 14), pode-se indicar, a partir do analisado, a natureza doméstica do poder, manifesta pela figura paterna, o chefe da casa e das relações consequentes, nas diversas esferas e camadas da política e sociedade feudal.

O poder estava mergulhado no sagrado

A condição de autoridade e poder expressa no âmbito doméstico, mergulhava, no período em questão, no sagrado: ligado a Deus, aclamado nas igrejas pelos sacerdotes. Tanto o poder vinculado aos príncipes, quanto ao poder dos senhores, dos pais, dos nobres estava atrelado ao poder divino. Ou seja, na maior ou menor hierarquia política o poder se atrelava à mística religiosa do sagrado (DUBY, 1992; BLOCH, 2014⁴).

A presença dos valores cristãos na vida de homens e mulheres, nas suas manifestações diárias e inclusive nas relações mais íntimas, corroborava para resignar-se com sua realidade política. Os ensinamentos vindos da Igreja persuadiam os mais pobres aos mais privilegiados aceder com as estruturas hierárquicas, nobiliárquicas, reais, imperiais, senhoriais, que estavam ligadas a proposta hierárquica da própria catolicidade. Assim,

tal sistema operava com a colaboração entre a hierarquia temporal e a hierarquia espiritual. A primeira assentava-se nas relações de suserania e vassalagem do regime feudal [...]. A segunda era a da Igreja Católica: os sacerdotes, os chefes religiosos das abadias, os bispos e, sobre o topo da pirâmide, estava o Papa, que exercia jurisdição plena todos os fiéis e pastores (BARNABÉ, 2010, p. 153).

Destarte, toda essa estruturação hierárquica se legitima através dos prolongamentos do influxo do religioso no cotidiano e nas experiências dos sujeitos. Como indica Aline Coutrot

⁴ O ano da publicação original de *A Sociedade Feudal*, do historiador francês Marc Bloch é 1939. Utilizamos o exemplar da editora Edições 70, traduzido por Liz Silva, publicado em 2014.

(1996, p. 334) os ensinamentos religiosos não se limitam apenas a cultura do sagrado mas a diversas atitudes e domínios da vida humana, regulamentando “uma moral individual e coletiva a ser aplicada [...], julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência os fiéis se submeter a eles. [...]” (COUTROT, 1996, p. 334). Como afirma a autora, os ensinamentos religiosos não delimitam somente o sacro, mas molduram os caminhos sociais, econômicos, culturais e político. Assim, nessa relação bilateral, “o religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso” (COUTROT, 1996, p. 335). Ou seja, o elemento religioso permeia o político, que também influencia os contornos do religioso. No contexto medieval em análise, o cristianismo católico influenciava na mentalidade, cultura, atitudes e ações dos homens mais simples, submissos hierarquicamente, como também regia a vida dos “senhores”.

Também foram escopo das ingerências do sagrado os príncipes e imperadores. Essa pressão via Igreja Católica Apostólica Romana atendia inicialmente a intenção de atingir as ideias de Santo Agostinho (354-430) da “cidade de Deus” (FRANCO JR., 2001) e mais tarde numa tentativa hierocrática na Europa (KRITSCH, 2010), à qual, todavia, desde Carlos Magno, os príncipes e imperadores não aquiesceram (BIBIANI; TÔRRES, 2002).

A disputa entre o poder temporal e espiritual incidiu em uma longa série de confrontos entre a Igreja e os príncipes. Como aponta Barros (2009, p. 71): “papado e império, [...] constituíram dois projetos universalistas [de] simultânea interdependência e concorrência”. Na tentativa de se impor, a Igreja, ocupava-se da justificativa de ser representante oficial da fé no mundo. Os príncipes também se diziam investidos de tal divindade. Ou seja, para ambos era o sagrado que legitimava o poder.

Georges Duby reporta sobre uma imagem da coroação da Virgem, esculpida em 1190, no portal da catedral de Sinlis e que mais tarde reaparece em Notre-Dame, em Paris. Nela, vê-se à esquerda Luís VII ajoelhado e, à direita, um bispo de pé que se sobressai.

Fotografia 1 - Portal de Sant'Ana, na Igreja de Notre-Dame em Paris, França.



Disponível em: <https://st.depositphotos.com/1005381/1807/i/950/depositphotos_18072585-stock-photo-virgin-and-child-on-a.jpg>. Acesso em: 18/10/2018.

Como o autor reflete “o que assim vemos encenado face ao povo é o sucesso dos reformadores eclesiásticos que haviam garantido a superioridade do espiritual sobre o temporal” (DUBY, 1992, p. 221). E foi esta a condição no reinado de Luís VII, onde a realeza teve de subordinar-se a Igreja romana.

O projeto do início do século X, assegurava à Igreja a superioridade: não poderia sujeitar-se ao poder temporal. Assim,

um reto princípio [...] passou a pulsar no espírito gregoriano como missão de vida: cabia aos clérigos garantir que seu entendimento sobre os assuntos terrenos fosse reconhecido como a verdade a respeito dos homens e do mundo (RUST, 2013, p. 79).

A partir deste princípio os clérigos deveriam ser partícipes do poder, sendo juristas e orientadores. Os bispos carolíngios escreviam aos chefes exortações morais para que contemplassem Deus e mostrassem assim, aos súditos, uma aparência ideal e exemplar, para que eles como filhos reproduzissem as ações paternas (DUBY, 1992). Os que exerciam poder deviam encaminhar à salvação todos que conduziam, pois, o divino os encarregou de uma parte do seu povo. Como apontado por Bloch (2014, p. 480), dos três deveres fundamentais cabidos ao rei, barões e nobiliárquicos o primeiro era o de assegurar a salvação espiritual do seu povo. Contribuindo com a difusão das palavras do Evangelho, combatendo fés errôneas, desvios e fazendo reinar a justiça e a paz, reflexo da divina e perfeita sociedade celeste (BLOCH, 2014).

O projeto de dominação do papado, se desenrolou desde as reformas eclesiásticas efetuadas pelo papa Gregório VII⁵ (1073-1085), instituindo um novo código eclesiástico afim

⁵ Um trabalho com grande fôlego sobre o assunto está em RUST, Leandro D. **Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média Central**. São Paulo: Annablume, 2011.

de combater as práticas do nicolaísmo e da simonia (KRISTH, 2010; RUST, 2011). As medidas se chocaram com os interesses do imperador Henrique IV (1056-1106), dando lugar a questão das Investiduras que “só estaria definitivamente resolvida em 1122, com a Concordata de Worms” (BARROS, 2009, p. 64). Mais tarde, Inocêncio III (1198-1216), “avançava na construção dos pilares de uma teoria hierocrática do poder quando conferia à Igreja o papel de sede última de legitimação do poder temporal, a partir de seus próprios critérios políticos e morais” (KRISTH, 2010, p. 268), ou seja, o pontífice seguia no dando os encaminhamentos para a consolidação do projeto papal de controle político. Assim, os afrontamentos pela disputa do poder vão compor um processo de dissidências entre Igreja e príncipes ao longo do período medievo e além, sendo mais tarde pano de fundo para os processos de consolidação entre as monarquias nacionais vindouras.

Outra característica da presença do sagrado no poder são as jurisdições vigentes, que também eram de cunho confessional e estavam intimamente ligadas ao religioso. Segundo Inácio e Luca haviam duas leis vigente no período: a eterna “equivalente a razão de Deus, o plano eterno da divina sabedoria que ordena toda criação” (1988, p. 75) e a natural, “reflexo da razão divina nas coisas criadas e que se manifesta na inclinação de buscar o bem e evitar o mal” (INÁCIO; LUCCA, 1988, p. 75). Estas categorias de legislação indicadas pelas autoras buscam ordenar o espaço social e político, conectando-o a dimensão divina, fazendo-a linguagem jurisdicional.

A inserção do sagrado no poder político também se fazer na presença de “homens da Igreja no próprio seio da domesticidade” (DUBY, 1992, p. 15): como já analisamos, o político está ligado às relações domésticas. O sagrado, nas suas conexões com o político, também se manifesta nesse espaço: nas casas dos senhores mais abastados residiam grupos de sacerdotes, participando da vida cotidiana, de conflitos, do material e do carnal (DUBY, 1992). Em relação a este último, desejando estabelecer sacralidade na “instituição profana” (DUBY, 1992) que era o casamento, e, conseqüentemente controlar as relações de hereditariedade do poder, a jurisdição matrimonial passou para as mãos dos padres (DUBY, 1992; FRANCO JR., 2001).

Também durante a homenagem, uma das cerimônias mais significativas social e politicamente entre os medievais, o elemento religioso se manifestava: um rito sacramental unia os homens, “o juramento, num compromisso de fé, contraído por um gesto religioso – a mão pousada num objeto sagrado, o livro santo, a cruz, um relicário –, por uma fórmula religiosa (‘que Deus me ajude’)” (DUBY, 1992, p. 15), esses elementos e performance religiosa descritos pelos autor davam consistência ao ritual, fazendo com que essa relação de poder se

tornasse pertencente ao campo do sagrado. Como o juramento era “feito sobre a *Bíblia* ou relíquias de santos [...]” (FRANCO JR., 2001, p. 92), desrespeitar esses laços seria infringir esses bens cristãos e todo seu significado hierático, o que configuraria pecar gravemente contra a fé, provocando a ira celeste.

Ao analisar a inserção do sagrado no político, percebemos que o cristianismo e os agentes da Igreja participaram da construção do tecido que viabilizou a materialização das relações de poder político no período relacionado (KRISTH, 2010). Mergulhadas no sagrado, as relações recíprocas do poder baseavam-se no divino para se perpetuar e organizar, até suas manifestações mais simples assumiam características litúrgicas. Além disso, o viés religioso operou diversos conflitos envolvendo império e papado, protagonizando disputas pelo poder entre o temporal (monarcas, nobres e senhores feudais) e religiosos.

O carácter masculino do poder

No período e espaço em análise, publicamente, o poder era um atributo exclusivo aos homens. Para compreender essa especificidade, deve-se perceber que:

na Idade média não se concebe a ordem sem a hierarquia. A construção do masculino/feminino respeita esta noção e se esforça em articular entre eles os dois princípios da polaridade e da superposição hierarquizada, quer dizer, uma classificação binária e horizontal, fundamentada na oposição, e uma interdependência vertical entre categorias. Desta difícil combinação resulta uma imagem negativa e inferior do feminino na sua relação com o masculino (KAPLISCH-ZUBER, 2006, p. 139).

Partindo da premissa hierárquica indicada pela autora observa-se que na dinâmica do poder: sendo ele de carácter doméstico, vê-se os homens chefiando as casas e, se ele estava mergulhado no sagrado, vê-se os homens sendo os únicos aptos a serem sacerdotes da Igreja Católica. Ou seja, o feminino estava inviabilizado de assumir o poder, assim se obstruía a ideia do poder no feminino.

Duby indica que:

Todos os responsáveis pelo destino familiar [e do poder], isto é, todos os homens que detêm algum direito sobre o patrimônio e, à frente deles, o mais velho, a quem aconselham e que fala em nome deles, consideram consequentemente como seu direito principal casar os jovens e casá-los bem (DUBY, 1989, p. 15).

O casamento também era uma instituição de ordenamento masculino, já que algumas mulheres traziam no sangue poder: eram filhas, herdeiras de poderes, riquezas e desposas-las significava tomar seu corpo e, simultaneamente, o poder que era depositado nele, que congregava mais poderio (DUBY, 1989).

Na sexualidade também se manifesta o carácter masculino do poder: o homem normalmente não se restringia às relações conjugais: “numerosos indícios atestam o vasto e ostensivo desenvolvimento do concubinato, dos amores ancilares [sic] e da prostituição, assim como a exaltação, no sistema de valores, das proezas da virilidade” (DUBY, 1989, p. 17). Como apontado pelo historiador, apesar da moralidade aceita e, ilusoriamente respeitada, que colocava ao homem satisfazer-se apenas com sua esposa, os homens detentores do poder mantinham relacionamentos para além de seus matrimônios, o que para eles significava enaltecimento. Divergentemente, como apontado pelo mesmo historiador (1989, p. 17), das mulheres esperava-se a virgindade antes do casamento e da esposa, fidelidade, para evitar o ingresso de “sangue intruso” no quadro da família. O que também representava uma expressão de poder do masculino sobre o feminino na sexualidade.

A partir do discurso religioso, fundado na narrativa bíblica da criação e do pecado original, onde Deus teria criado a mulher a partir de partes do primeiro homem e da desobediência dela em comer o fruto proibido (PIRES, 2016; KAPLISCH-ZUBER, 2006), os clérigos proclamavam que somente aos homens Deus havia conferido o poder.

Pires (2016) analisa esses estereótipos construídos em relação as mulheres no medievo a partir das justificativas religiosas. Em relação a elas ele afirma:

Com todo o esforço da construção de uma identidade feminina que colocasse as mulheres numa condição inferior à que foi delimitada aos homens, a Igreja e seus teólogos conseguiram também justificar e operacionalizar uma intensa vigilância e perseguição sistemática a todos aqueles que não se enquadravam de alguma forma nos dogmas da Igreja, direcionada, em certo período, principalmente às mulheres (PIRES, 2016, p. 140).

Assim, a partir dessa construção da identidade feminina não dotada de poder, não era concebível uma mulher empunhar uma espada e conseqüentemente que atuasse nas questões de justiça e paz. Também lhes eram negados solenizar o sacrifício divino, excluindo assim elas da vida sacerdotal (PIRES, 2016; DUBY, 1992; LE GOFF, 2005).

Todavia, mesmo diante de um contexto histórico de relações religiosas, sociais, culturais e políticas que privilegiavam ao homem, deve-se perceber a autonomia e protagonismo das mulheres medievais, sua resistência e expressão por diversos canais que lhes conferiam formas de poder e de influência. “Se vasculharmos a construção do Pensamento Ocidental veremos que as mulheres sempre estiveram presentes, contribuindo indireta ou diretamente, seja como sujeito passivo ou ativo desta história” (COSTA; COSTA, 2019, p. 12). Simoni aponta que “sabe-se que muitas figuras femininas agiam de forma independente, administravam negócios, pagavam impostos, trabalhavam como professoras, escritoras, farmacêuticas, médicas, rainhas”

(2010, p. 1) o que desmonta a hipótese da completa marginalização da mulher do medievo e indica a participação delas no trânsito das relações sociais, mesmo que diante das limitações constituídas.⁶

Georges Duby (1992, p. 221) narra sobre outra imagem, que também se encontra na Igreja de Notre-Dame, na França, e que é representativa acerca do contorno masculino de poder. A imagem, que fica no portal norte do templo, retrata a Jesus e sua mãe. Ambos estão sentados sobre o mesmo banco, ela se encontra a direita do filho. Jesus já está coroado e segura um emblema utilizado nas audiências solenes da dinastia dos Capeto (DUBY, 1992, p. 221). Na figura, Jesus assume dignidade real e ele, já coroado, vai coroar a mulher, Maria.

Fotografia 2 - A coroação da Virgem, Igreja Notre-Dame em Paris, na França.



Disponível em: <<https://pt.depositphotos.com/18083015/stock-photo-coronation-of-the-virgin-mary.html>>. Acesso em: 18/10/2018.

O autor acrescenta que a “cena significa a predominância do masculino sobre o feminino, e que todo poder de mulher deriva do poder exercido por um homem, sendo dele uma delegação subalterna” (DUBY, 1992, p. 222). Na lógica religiosa cristã da época, por Cristo em sua passagem na Terra ter manifestado sua natureza masculina e ser o potentado da comunidade crente que constituiu, justifica-se aos homens o exercício do poder. Cabendo às mulheres, nessa lógica religiosa, o papel mariano de submissão, obediência e devoção (PIRES, 2016; DUBY, 1992).

⁶ Ao longo do tempo foi aceita a alegação de que as mulheres medievais estiveram totalmente apartadas em um mundo dominado pelos homens. Contudo a tendência atual é a de revisão desse paradigma e a evidenciação da participação das mulheres nas relações humanas daquele período. Confira: COSTA, Marcos R. N.; COSTA, Rafael F. **Mulheres intelectuais na idade média**: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística. Porto Alegre: Fi, 2019 e SIMONI, Karine. De dama da escola de Salerno a figura legendária: Trotula de Ruggiero entre a notoriedade e o esquecimento. **Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamento**. 23 a 26 de agosto de 2010.

Como analisado anteriormente, estando o poder ligado a naturezas doméstica e sagrada, encontra-se mergulhado em dois espaços de autoridade masculina e, conseqüentemente, o poder assume também carácter masculino: os homens na dinâmica social contraíam a articulação do poder. Além disso, a justificativa religiosa construída pelos clérigos a partir de passagens bíblicas contribuía para essa identidade feminina desprovida de poder (PIRES, 2016).

Nenhum poder conseguia impor-se de forma absoluta (ou hegemônica)

O poder político no período em questão, assumiu diversos contornos de corpo constituído, organizado e estabelecido. Todavia, ele não se fez absoluto. “Num mundo ainda extremamente vazio e selvagem, subsistiam sempre pelas bordas espaços ordenados de amplas extensões não domesticadas, ou seja, não organizadas como casas” (DUBY, 1992, p. 17). Como indicado pelo historiador, nas extensões dos poderes ainda haviam espaços e grupos que não se ligavam ao corpo político. Esse, estava pulverizado, rateado entre príncipes e nobres que controlavam espaços, territórios, a justiça e a paz e essa característica de fragmentação viabilizou a sobrevivência dele.

A desintegração da unidade política é um processo onde o “[...] senhorio banal se uniria ao senhorio fundiário e se torna preponderante, subjugando os homens a seu poder” (ALMEIDA, 2010, p. 9). Como indicado pelo historiador, os homens vão se associando a homens mais fortes, os laços de vassalagem vão conferindo essa ligação e aquele que recebe esses votos domina e implementa o poder.

Conforme indica o francês Le Goff:

a história política do Ocidente medieval é especialmente complicada porque reflete o **extremo desmembramento em virtude da fragmentação** da economia e da sociedade, e do **monopólio dos poderes públicos pelos chefes de grupos mais ou menos isolados** [...]. A realidade do Ocidente medieval não está somente nesta atomização da sociedade do governo, está também **na confusão horizontal e vertical dos poderes**. Entre os múltiplos senhores, a Igreja e as igrejas, as cidades, os príncipes e reis, os homens da Idade Média nem sempre sabem de quem dependem politicamente (LE GOFF, 2005, p. 89, grifo nosso).

Esse “extremo desmembramento” indicado pelo autor está ligado aquela união indicada por Almeida (2010, p. 9), que faz com que sujeitos vão se conectando a outros sujeitos, que também se ligam a outros mais ou menos poderosos, no propósito de estabelecer relações de poder a seus interesses. Essa pluralidade de compromissos de um mesmo indivíduo, como aponta Le Goff, “[que] permite o jogo político no sistema feudal. Quase todo vassalo era homem de vários senhores. [...] lhe permitia muitas vezes oferecer uma fidelidade preferencial ao senhor que lhe fizesse a melhor oferta (2005, p. 85)”. São esses jogos de interesse e de

relações complexas que comprimem o ordenamento político e de domínio, pelos diversos vínculos e segmentações, conformando a não absolutização total do poder.

Havia assim, pelo processo de “feudo-clericalização” (FRANCO JR., 2001), um despedaçamento das relações políticas, jurídicas, econômicas, sociais que estava alçado nas instituições das relações pessoais, nas homenagens, vassalagem-suserania.

[...] um dos traços comuns a todos os poderes é, se não, precisamente a sua fraqueza, pelo menos, o carácter intermitente da sua eficácia; [...] Já encontramos as razões principais desta falta de força: lentidão e dificuldades das comunicações; ausência de reservas em numerário; necessidade de um contato direto com os homens, para exercer uma verdadeira autoridade (BLOCH, 2014, p. 480).

Ou seja, além da dificuldade de comunicação – em função das principais manifestações se darem por meio de gestos e expressões corporais – o exercer real do poder se mitigava em função da complexa rede de relações entre os homens, tornando inviável a existência de um poder integral, vertical e centralizado.

Além disso, o poder estava associado a figura que o detinha e assim, ao final da vida dela, ele acabava por se esvaziar. Afirma Bloch, que nem a figura do rei conseguia se impor acima de um “sentimento familiar estritamente limitado” (2014, p. 481). Isto é: o poder, apesar de ter hereditariedade, era frágil, pois, como o mesmo autor esclarece, era difícil para os medievais “separar a imagem concreta do chefe [,] da ideia abstracta [sic] do poder” (BLOCH, 2014, p. 481). Evidenciando, destarte, a profunda volubilidade em que os poderes se constituíam, desde o imaginário e cotidiano das pessoas, até suas instituições mais concretas como a realeza.

Como discutimos entre os referenciais, os poderes políticos no período em questão se caracterizam por serem frágeis, fragmentados e marcados por relações pessoais de feição tendenciosos. Também agravavam essa condição as dificuldades em função da distância, isolamento e comunicação que alguns locais viviam. Provocando desta maneira uma desestruturação nas relações políticas, sem uma verticalização claramente definida e concreta.

Considerações finais

No período medieval entre os séculos X e XV, articulações nas tessituras sociais, religiosas e econômicas constituíram um horizonte de relações no arcabouço político. Suas dimensões estavam ligadas as relações domésticas, estando organizado nos auspícios delas, centrada na figura paterna e na hereditariedade do poder. Também, se encontrando mergulhado

no sagrado, pela influência da Igreja Católica e se viu formar, sob o manto litúrgico, as relações jurídicas-políticas, praticadas no enredo de cerimônias e acordos sob tutela religiosa.

Além desses aspectos, o político tinha caráter masculino: eram os homens quem detinham o poder das instituições doméstica e religiosas. O paterno comandava a casa, a família e os ligados a ele. Os homens eram também sacerdotes e dirigentes da religião. A qual legitimava esse suposto direito ao poder, através do discurso de que Deus havia concedido o poder aos homens. Outra característica do poder político é a sua pulverização: não era absoluto. O processo de fragmentação consequente do feudalismo trouxe a fragilização dos poderes, sejam políticos ou jurídicos e destarte, por esses quase cinco séculos, pouco se manifestavam poderes fortes e centralizados.

Portanto, tais propriedade analisadas apontam para uma articulação política plural: a fragmentação dos poderes permitiu existência de diversos personagens mais ou menos fortes no cenário político. Essa constituição doméstica, ligada ao religioso, masculina e pulverizada, abriu caminho para que, depois de fortificado e reunificado, não enfraquecesse mais, influenciando diretamente o período histórico posterior.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Néri B. A Idade Média entre o “poder público” e a “centralização política” itinerários de uma construção historiográfica. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 26, n. 43, jun. 2010, p. 49-70.

BARNABÉ, Gabriel R. A teoria do plenitudo potestatis nos séculos XIII e XIV. **Revista Interações - Cultura e Comunidade**. Uberlândia, v. 5, n. 7, jan.-jun./2010, p. 151-161.

BARROS, José A. Cristianismo e política na Idade Média: as relações entre o papado e o império. **Revista Horizonte**. Belo Horizonte, v. 7, n. 15, dez. 2009, p. 53-72.

_____. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Revista Mouseion**, n. 12, mai.-ago./2012, p. 129-159.

BIBIANI, Daniela; TÔRRES, Moisés R. A Evolução Política da Alta Idade Média na Europa Ocidental: Da Pluralidade dos Reinos Romano- Germânicos à Unidade Carolíngia. **Revista Brathair**. São Luís, v. 2, n. 1, 2002, p. 3-13.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Tradução Liz Silva. Lisboa: Edições 70, 2014.

COSTA, Marcos R. N.; COSTA, Rafael F. **Mulheres intelectuais na idade média**: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística. Porto Alegre: Fi, 2019

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. **Por uma História política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 331-363.

DUBY, Georges. **A Europa na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A Idade Média na França:** de Hugo Capeto a Joana d’Arc (987-1460). Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 1992.

_____. **Idade Média, idade dos homens:** do amor e outros ensaios. Tradução Jônatas B. Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média:** o nascimento do Ocidente. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

INÁCIO, Inês C.; LUCA, Tania R. **O pensamento medieval.** São Paulo: Ática, 1988.

KAPLISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Bauru: EDUSC, 2006, p. 137-150.

KRITSCH, Raquel. Fundamentos históricos e teóricos da noção de soberania: a contribuição dos “Papais Juristas” do século XIII. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, jul. – dez./2010, p. 261-279.

_____. Rumo ao estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. **Revista de Sociologia e Política** [online]. Curitiba, n. 23, nov. 2004, p. 103-114.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval.** Tradução José R. Macedo. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. Campinas: EdiUNICAMP, 1990.

_____. **Mercadores e banqueiros da Idade Média.** Tradução Antonio P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Coleção Universidade hoje.

PIRES, João D. A. Misoginia medieval: a construção da justificação da subserviência feminina a partir de Eva e do pecado original. **Faces da História,** Assis, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016, p. 128-142.

RUST, Leandro D. **A Reforma Papal (1050-1150):** trajetórias e críticas de uma história. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

_____. **Colunas de São Pedro:** a política papal na Idade Média Central. São Paulo: Annablume, 2011.

SIMONI, Karine. De dama da escola de Salerno a figura legendária: Trotula de Ruggiero entre a notoriedade e o esquecimento. **Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamento.** 23 a 26 de agosto de 2010.

Representações das histórias das mulheres na coleção indumentária do Museu Julio de Castilhos (1995-2010)

Andréa Reis da Silveira¹, UDESC

Resumo

O artigo apresenta a investigação sobre as representações das histórias das mulheres no acervo de indumentária do Museu Julio de Castilhos (MJC), PoA, RS, no recorte temporal de 1995-2010. Analisa os objetos de três exposições que abordaram perfil das mulheres rio-grandenses. Avalia as doações e a musealização feitas por mulheres, nas quais denominei intelectuais mediadoras. Os dados assinalaram que as construções narrativas da historicidade das peças passaram pela interpretação desse grupo de classe média, branco e de idade cronológica média, que compôs as informações que constam na documentação museológica do banco de dados Donato, e, no Livro Diário do acervo. Os resultados apontaram permanências de estereótipos sobre as histórias das mulheres, problematizando as ações educativas realizadas pelo MJC.

Palavras-chave: Museu; Coleção indumentária; História das mulheres.

Abstract

The paper presents the investigation about the representations of the women's stories in the collection of clothing of the Julio de Castilhos Museum (MJC), PoA, RS, in the 1995-2010 period. The objects of three exhibitions that addressed the profile of women from Rio Grande do Sul are analyzed. It evaluates donations and musealization made by women, which I have called mediating intellectuals. Data indicated that the narrative constructions of the historicity of the pieces went through the interpretation of this group of middle class, white and middle chronological age, which composed the information contained in the museum documentation of the Donato database, and in the Daily Book of the collection. The results pointed to the permanence of stereotypes about the women's stories, problematizing the educational actions carried out by the MJC.

Keywords: Museum; Collections; women's history.

Introdução

O artigo discorre a respeito das representações das histórias das mulheres por meio das peças da coleção de indumentária pertencente ao Museu Julio de Castilhos (MJC). A coleção formada por roupas e acessórios foi constituída entre os anos 1995-2010, a partir da doação de mulheres da sociedade rio-grandense. As peças de indumentária foram utilizadas em três exposições temporárias que aludiram a respeito das mulheres, utilizando um discurso de subalternidade, distinção e insuficiência nas representações.

As funcionárias e diretoras que compunham o quadro funcional ao receberem e incorporarem as peças ao acervo, desenvolveram os procedimentos de musealização que passa pelos procedimentos de documentação, registro, preservação e pesquisa, culminado com a

¹ Historiadora (PUC/RS 1990) e Museóloga (COREM 219-I); Especialista em Museologia e Patrimônio Cultural (UFRGS, 2003), Mestra em Patrimônio Cultural (UFSM, 2011) e Doutoranda no PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2016-2020).

comunicação aos públicos do MJC pelas exposições e ações educativas. Portanto, os objetos passaram por todo encadeamento museal tornando-se patrimônio do Estado do RS.

O processamento museológico precisa passar por pesquisas que amplifiquem a historicidade do objeto em seu contexto de atuação, dando sentido informacional à peça. O tratamento museológico do MJC ao objeto, finalmente, provocaria conhecimento. De forma que, para investigar as peças de indumentária em suas construções narrativas praticadas pelo Museu, utilizei o banco de dados e o livro de registros das ações diárias onde estão pormenorizadas as informações. As duas fontes, o banco de dados e o Livro diário possibilitaram descortinar os registros elaborados pelas intelectuais mediadoras (GOMES; HANSEN, 2016). No caso, considereirei como intelectuais mediadoras as mulheres envolvidas no processo de musealizar as peças: doadoras, funcionárias da Instituição e suas diretoras).

Apoiada naqueles registros documentais busquei desvendar como foram produzidas as representações das histórias das mulheres nas peças de roupas e acessórios, que deram a ver um discurso museal. O Museu na época, auto intitulou-se “museu escolar” em consequência da visitação principal e em grande volume, das escolas das redes pública e particular do RS, que absorveram as narrativas e as representações do discurso.

O Museu como *locus* de produção e disseminação de conhecimentos e informações aplicaria perspectivas de reflexão e conscientização a respeito das histórias femininas contidas em suas peças de indumentária catalogadas? Ou as utilizaria a serviço das permanências do domínio masculino nas relações sociais, tornando a Instituição um espaço consagratório? Acredito na oportunidade de trabalhar mudanças e rupturas de pensamentos dissonantes às demandas da emancipação das mulheres no tempo presente, como potência da função do Museu. O que esse acervo nos mostra?

O capítulo é composto por quatro subtítulos. Inicia com uma sucinta caracterização do objeto MJC nos seus 117 anos², na qual apresento elementos teórico-metodológicos do processamento museológico. Busco o objetivo de articular a problematização da formação das coleções do museu e as narrativas pontuadas ao longo das práticas a respeito da história e da memória produzida.

O segundo tópico do capítulo desenvolve as fontes que constituíram a análise das coleções do período 1995-2010. Explico a metodologia que me encaminhou para a análise da coleção de indumentária, em meio as demais outras 28 possibilidades do acervo.

² Completos em 30 de janeiro de 2020.

A terceira parte apresenta a tríade expositiva que comunicou representações das histórias das mulheres. Por último, findo o artigo realçando os objetos de indumentária que perpassaram o processo de musealização, colocadas como subordinadas, indistintas e pautadas na unicidade de uma classe, etnia e grupo.

O objeto de estudo particularizado: o MJC meios e métodos

O Museu Julio de Castilhos (MJC) é uma instituição histórica e de caráter histórico. Está localizada no centro histórico da cidade de Porto Alegre, RS, ocupando uma sede de duas casas contíguas construídas no século XIX. Foi criada por Antônio Augusto Borges de Medeiros em 1903, como Museu do Estado do RS. Em 1907, recebeu a denominação de MJC em homenagem ao político que idealizou a sua criação. Além do que, Julio Prates de Castilhos viveu e morreu na casa destinada a abrigar a Instituição.

O Museu possui acervo de 11.324 objetos constituídos principalmente pela doação da sociedade rio-grandense. Os objetos do MJC foram classificados em 29 coleções a saber: armas, arquitetura, arreamento, bibliografias, bandeiras, condecorações, documentos, etnologia, filatelia, heráldica, iconografia, indumentária, instrumentos musicais, instrumentos de trabalho, máquinas, medalhas, mobiliário, numismática, objetos decorativos, objetos domésticos, objetos de uso pessoal, objetos gerais, regionalismo, sigilografia, tesserologia, utensílios domésticos, viaturas. Tais classificações demonstram vários estratos de tempo na trajetória do Museu.

O Museu passou por mudanças de caracterizações da sua tipologia e das coleções. Do perfil eclético dos primeiros 50 anos, avançou para colecionar unicamente objetos voltados para a regionalidade rio-grandense. Até a década de 1960, o delineamento do acervo era desenvolvido para a aquisição de peças de artes, ciências naturais e algumas coisas históricas.

Por meio do Decreto Estadual nº 589 de 1958, a instituição especializou-se na tipologia histórica. Desse modo, manteve o encargo de preservar a memória política, das relações sociais e o modo de vida do RS. No decurso do século XIX e XX, os museus históricos em geral, e o MJC em particular, foram espaços considerados como produtores de narrativas ligadas a formação identitária nacional. Essa concepção foi condicionada a historicidade dos próprios museus, que caminham em paralelo com os rumos das sociedades. Mesmo que aparentassem neutralidade nos discursos e representações, os processos institucionais de aquisição, preservação, exposição, educação, procuravam não deixar transparecer intencionalidades presentes.

A institucionalização dos museus como hoje os conhecemos teve início com os museus científicos. Foram formados de acervos removidos dos elementos da natureza, voltados para a pesquisa e o aprendizado de determinados grupos. Dessa condução permaneceu a ideia do ordenamento, da transmissão de informação e de dar sentido ao passado. A materialidade e a visualidade caracterizaram o modo como os objetos foram dispostos a serviço de narrativas, estruturadas por ideias, valores, moldando comportamentos, no tempo e no espaço.

Na atual perspectiva, os museus históricos podem ser admitidos como agentes transformadores das relações sociais. A Sociomuseologia, aporte teórico que coloca os museus integrados às comunidades, podem agir como transformadores da sociedade em favor de refletir seus problemas (PRIMO, 1999).

Assim, mais do que restringir as suas narrativas sobre histórias de personagens e feitos privilegiados, normalmente sob o viés do masculino, os temas e as propostas se ampliam, gerando inúmeros desconfortos no campo de tensões e disputas que esses espaços articulam na produção de memórias e histórias.

Musealizar peças que são retiradas do seu contexto de uso e tempo, para receber nova atribuição simbólica e funcional museológica, é um jeito de exercer controle sobre a historicidade das coisas e das pessoas. Na apropriação que o museu faz do valor simbólico do objeto sobre um determinado tipo de real, há uma construção sempre passível de reconstrução.

Podemos considerar que as indumentárias, produzem sentidos que se revelam em classificações sobre as experiências dos sujeitos. De modo que propus articular análise, dentre outras possíveis, sobre os objetos da cultura material regional pertencente as mulheres.

Examinei as incorporações de indumentária que foram pertencentes e usadas por mulheres, e musealizadas no MJC entre os anos de 1995-2010. Meu posicionamento foi de que esses objetos conformaram distinção, invisibilidade e insuficiência sobre a memória social das mulheres rio-grandenses. O modo que a instituição museu possui para gerar formação histórica (RÜSEN, 2014), ou seja, tornar prática a compreensão da história nas experiências humanas, é feita pela mediação dos objetos.

Escolares e demais públicos buscam a compreensão do passado nas referências dos objetos. Como testemunhos, esses objetos representam a cultura material historicizada, possibilitando interpretar sobre a realidade social, no que Waldissa Guarnieri (2010) chamou de fato museológico, estabelecer uma relação profunda entre o ser humano como sujeito conhecedor, com a realidade apresentada pelo objeto no cenário do museu.

Evidencio assim que, as peças trazem noções simbólicas elementares do passado no presente. O processamento museológico de transformar um objeto abduzido de sua funcionalidade original para receber estatuto de fato museal, é feito por seleções repletas de lutas e tensões. O museu, portanto, é campo político, sem nenhuma neutralidade. Muito pelo contrário: os museus são lugares de posições disputadas nas narrativas que apresentam, principalmente em exposições.

Para compor o acervo a peça é avaliada nos critérios que lhes são inerentes, e, nos de atribuição de valores, sentidos, significados. Conforme a conveniência da classe, do grupo ou da etnia a que está relacionado, o objeto musealizado atende atributos do seu meio. Além disso, é preciso reforçar que a representação do passado é organizada pelos agentes históricos que doam o objeto, em contrato com os funcionários que o recebem e documentam.

Isso quer dizer que os museus e seus acervos, são importantes instrumentos para se verificar como as memórias sociais estão sendo construídas. Uma visita ao museu ou uma pesquisa a respeito dele, são possibilidades de acompanhar a produção do passado em outras fontes historiográficas que não apenas as tradicionalmente acompanhadas por historiadores, da cultura escrita dos textos em arquivos.

O passado escrito de acordo com a materialidade dos objetos é laborioso e pouco conhecido. De modo que esse artigo também tem a intencionalidade de provocar a reflexão de como a cultura material pode ser empregada na interpretação das relações do passado com o presente, sobretudo, nas relações de gênero. Explorar seus recursos, métodos e técnicas dá acesso ao estudo das mudanças e permanências das representações e das narrativas na articulação do social. A questão da captação da memória por esses lugares se deu no uso dessa para investimentos políticos, ao exemplo das categorias como gênero.

Maurice Halbwach (2013) estabeleceu a memória coletiva a partir de quadros sociais como a família, a igreja, a escola e as instituições museus. Mas, deixou pouco espaço as subjetividades e as individualidades, absolutamente inerentes as memórias sociais. Os historiadores dos *Annales* abriram espaço aos sujeitos excluídos das narrativas: mulheres, negros, pobres e outras categorias em que os acervos museológicos estão repletos de representações. O que importa compreender é que esses textos em formato material, deram abertura a discussões que dizem respeito ao direito a memória. As condições de comunicação, conteúdos, o que lembrar e o que esquecer, vem prosperando como oportunidade de debates sobre os museus.

O pressuposto deste texto é de que o espaço museológico do MJC, e todo o seu processamento operatório específico, está canalizado para a didatização histórica (RÜSEN, 2007), ação que estimula o conhecimento histórico no cotidiano, em processos, conteúdos e agendas. Roupas, sapatos e acessórios da coleção de indumentária atribuída ao feminino, apontam para outras possibilidades de compreensão das experiências humanas, e, portanto, são fontes de informação e conhecimento passível de exploração.

Dentre as experiências, as indumentárias preservadas no MJC, considerado como “museu educador”, podem dizer muito a respeito dos significados construídos sobre homens e mulheres. Durante muito tempo a centralidade apresentada no MJC esteve predominantemente ligada aos objetos de representações de masculinidade, situações de guerra, de política, de economia, de trabalho entre outras cujo acesso era desautorizado a uma parte das mulheres.

Vânia Carvalho (2008), creditou aos objetos simbologia e significação de individualidades sexuadas. As peças classificadas como masculinas pertencentes a um determinado tempo e espaço, caracterizam e desenhavam personalidade de gênero. Atribuindo-lhe valores, qualidades, modos de ser quase sempre embasados em critérios racionais do universo do trabalho e dos estudos, interditados a elas.

Às mulheres restou a submissão das ordens bíblicas de representação. Para a referida autora, os objetos da casa retoricamente ligados ao seu corpo e sua personalidade, remetiam a função de mediadora. Cabia a elas administrar as relações no meio familiar e social (CARVALHO, 2008). A insuficiência dos recursos da cultura material difundidos e pesquisados nos museus a respeito de mulheres levou os públicos, a falsa percepção de ausência de protagonismo feminino na História.

O MJC recolheu ao longo de sua história, acervo ligado as figuras da intelectualidade e do poder político e econômico, legitimando a prerrogativa masculina nos objetos, discursos e exposições. As salas expositivas têm longa duração temática, relacionadas a um perfil historiográfico linear e factual. Os conteúdos estão de acordo com os disciplinares escolares. Há as salas Indígena, Missões, Revolução Farroupilha, e a sala com o mobiliário que foi pertencente à Julio de Castilhos, como alusão ao período republicano. Os demais espaços públicos do Museu são designados para exposições temporárias e itinerantes.

Fontes que trataram as histórias das mulheres no MJC

A coleção de indumentária do Museu é uma das partes de um grande jogo das relações que está contida no tabuleiro das narrativas, representações e práticas.

Para compreender o percurso museal dos objetos e o modo como o MJC elaborou suas representações e narrativas, estabeleci a leitura do Livro Diário do acervo. Consta que, a operação museológica se desenrolava da seguinte forma: o primeiro passo se dava com a recepção da (s) peça (s) doada (s). O sistema de doação é uma das maneiras de ingresso do objeto, sendo a mais corriqueira dentre as demais: compra, legado, permuta e coleta.

A maior parte das doações realizadas no período em questão foi de homens, sobre homens. As doações feitas pelas mulheres privilegiavam as histórias de maridos, filhos, pais e outros parentes. Via de regra eram peças caracterizando a oportunidade de celebrar as façanhas julgadas dignas da história, recobertas da memória familiar, presunçosa da validade e importância do personagem.

No entanto, sistematicamente, as doadoras falavam de si. Entregavam ao Museu, partes de suas memórias materializadas em objetos repletos de sentimentos dos acontecimentos passados. Desse modo, foi concebida a coleção de indumentária feminina: roupas, sapatos e acessórios da condição humana. Da condição atinente a representatividade das mulheres, historicamente, mães, esposas e filhas.

A Instituição recebia o objeto e dava à doadora um documento de aceite, comprovante da entrega em caráter incondicional da transferência de posse. Em seguida, era preenchida ficha descritiva do objeto doado³, para seguir na catalogação das coleções. Em sequência, o objeto era higienizado, embalado e acondicionado na Reserva Técnica, aguardando seu uso e difusão aos públicos. Por outro lado, as informações do objeto eram disponibilizadas, primeiro nas fichas de papel e depois no banco de dados, recebendo uma numeração classificatória nas coleções.

As informações sobre a peça eram extraídas da oralidade de seus doadores. A investigação de dados mais detalhada para compor a historicidade do objeto musealizado, somente tinha algum desenvolvimento no destaque para compor uma exposição. E mesmo assim, somente a funcionalidade, data, propriedade e descrição eram precariamente referenciados.

Depois de entender como se dava o processo de composição da musealização do objeto no MJC, passei a investigar o teor do preenchimento de dados e informações que constam das

³ Até 2004, ano que foi instalado o banco de dados, o acervo era registrado em fichas de entrada manualmente. Essa ficha ficava armazenada em arquivos de aço, e o objeto era inserido no Livro de Tombo. Após a instalação do Banco de Dados Sistema Donato, o objeto passou a ser registrado diretamente no meio virtual. Todas informações do acervo foram transferidas para o Sistema, e o Livro de Tombo foi desativado.

fichas digitais do Sistema Donato⁴. A escolha da classificação indumentária não foi aleatória. Representou a maior parte do acervo adquirido entre 1995-2010. Porém, as peças relacionadas às histórias das mulheres estavam em menor volume. Das categorias da indumentária feminina, destaquei acessórios, vestimenta doméstica, roupas íntimas (brancas), roupas de festa, vestimentas cerimoniais e vestidos sociais. Saliento que os acessórios foram os objetos mais abundantes entre as doações.

A ampliação da coleção de indumentária se deu no período de 1995-2010, tendo relação com a reabertura do Museu ao público e a retomada de aquisição do acervo. A motivação se deu pela reformulação do conceito de coleção, numa nova forma de administração da gestão museológica. Após um seminário ministrado pelo ex-diretor do Museu Paulista, Ulpiano Bezerra de Menezes, que visitou o MJC e contribuiu com a reorganização do acervo, o MJC estabeleceu uma nova abordagem para as coleções e método de catalogação.

A coleção de indumentária, desde então cresceu em volume e variedade. Onde reservava colecionar, preferencialmente, artigos do guarda-roupa masculino, abriu-se espaço para aquisições de peças corriqueiras, apropriadas no uso do segmento feminino. Não apenas aquelas roupas articuladas aos grandes feitos e fatos, mas peças que possibilitassem restituir às mulheres, lugar no processo histórico em seus múltiplos afazeres, mobilizações e interesses.

Contudo, o arranjo de representação das mulheres nas fichas do acervo seguiu conformando a expressão das mulheres privilegiadas da sociedade. Os documentos de entrada da peça apresentaram descrições das características segundo experiências de vida das mulheres da elite porto-alegrense e gaúcha. As lembranças de filhas, esposas, mães, avós de famílias importantes, são as memórias contadas. Por serem praticamente biográficas, prescreveriam a necessidade do crivo historiográfico, o que não aconteceu.

A questão não é de desprezar tão respeitáveis contribuições. Os registros dessas trajetórias familiares são extremamente válidos. Entretanto, inserem um ponto de vista único e hierárquico diante da multiplicidade de mulheres existentes, em suas pluralidades étnicas, de idade, de cor, de posição, de tamanho. Concluo que esses registros das fichas do Donato elaboraram uma duração de tempo reconstruído da memória, provocando a omissão do museu na perspectiva de representação diversa do universo das mulheres.

⁴ *Software* desenvolvido pelo Museu de Belas Arte no RJ e disponibilizado mediante aquisição em projetos de modernização de museus, pelo Departamento de Museus atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Como o sistema foi desenvolvido para atender acervo de arte, foram realizadas modificações de forma a possibilitar a documentação de coleções históricas (GEMENTE, 2011).

Exposições de objetos conformadores às histórias das mulheres

Entre outras realizadas no contexto 1995-2010, três exposições temporárias fizeram referimento ao posicionamento social de mulheres. Os objetos participantes das mostras, adquiridos no período em questão, tiveram narrativas construídas no entendimento do conceito de feminino, entendido pela divisão dos papéis sexuais. A primeira das três mostras foi denominada “Anita Garibaldi, heroína de dois mundos (1997).

Essa exposição contou com objetos concernentes a trajetória da personagem Anita Garibaldi, numa visão histórica romanceada de sua participação nas lutas revolucionárias ao lado do marido. As peças que participaram da exposição foram da coleção iconográfica do Museu: retrato de Anita, gravuras de cenas épicas imaginadas e criadas pelo artista Edoardo Matania, e xale que teria pertencido a personagem.

As gravuras e o retrato de Anita revelaram uma mulher à sombra do idealismo e da liderança do cônjuge. A protagonista foi demonstrada em situações marginais à sua própria história, vinculada na visibilidade do marido: Transpondo o Rio Canoas (objeto nº 5433/Ic), aos 24 anos (5434/Ic); ardendo em febre (5436/Ic); no leito de morte (peça 7079/Ic); o encontro com Garibaldi (5432/Ic); o amor de Garibaldi (5437/Ic), e a gravura do primeiro filho do casal Domenico Menotti (5439/705). Observa-se que a biografia da personagem não fugiu as idealizações da mulher apaixonada, mãe de família e companheira incansável que reveste as interpretações do papel feminino, ainda ecoante na construção da sociedade.

A segunda exposição, “Retratos de Casamento (1998)”, pelo próprio título já demonstra qual o horizonte de expectativas era esperado do comportamento feminino: casamento, família, procriação. A “triade sagrada” daquilo que a sociedade esperava das mulheres, mesmo em finais do século XX, não foi superada. O evento repercutiu em parte, porque a curadoria foi produzida e divulgada por uma senhora jornalista de renome na sociedade gaúcha e porto alegreense.

Ela usou de sua rede de sociabilidades para captar recursos materiais e financeiros que engrandeceram a expografia. Por conta desta parceria, a mostra que durou trinta dias, recebeu apelo de divulgação na televisão e no jornal de alcance no RS. A outra parte do bom resultado de públicos se justifica, na curiosidade popular de conhecer reproduções dos vestidos de personalidades nacionais e internacionais, contidas nas representações. Os estilistas locais fizeram cópias dos vestidos das celebridades como Lady Diana, Miss Brasil Dayse Nunes, Jaqueline Kennedy, entre outras da elite gaúcha. Contudo, o discurso manteve intacto o sistema de relações de dominação das mulheres frente ao casamento, glamourizado sem crítica a instituição e seus pormenores. Nessa apresentação, o MJC se compatibilizou com a posição da

mulher vinculada exclusivamente aos afetos e emoções. Manteve a dimensão do comportamento e compartilhou da noção de anseio das mulheres a uma vida familiar.

Fotografia 1 - Sala das noivas, modelos das personalidades



Fonte: arquivo fotográfico de eventos do Museu. Sem autoria. Ano 1998.

A exposição Retratos de Casamento que o MJC apresentou não problematizou os conflitos, violências e contribuições do matrimônio e maternidade para a emancipação e a igualdade de condições sociais às mulheres. Reconstruiu representações que proclamaram manutenção da dependência e conformação delas dentro da esfera doméstica.

A terceira exposição que o Museu abordou no período 1995-2010 foi intitulada “Com que roupa? ”. Datada de 2008 e fundamentada na apresentação de peças da coleção para diferentes necessidades sociais e culturais, foi composta das indumentárias masculinas, femininas e infantis da coleção, com ênfase no contexto da primeira metade do século XX.

As roupas selecionadas para a expografia referente as mulheres foram pautadas nas categorias da classe média, da etnia branca, e da faixa etária jovem. Esses marcadores remetiam ao apelo de consumo, estética e beleza na classificação das mulheres. Compuseram uma personagem: mulheres elegantes, charmosas, impecáveis em roupas encantadoras, cuja representação era o ideal das classes abastadas. Uma história não contada por elas, sustentando a continuidade de um estilo de manutenção de um *status quo*. As representações das mulheres nas roupas da exposição estiveram dispostas na domesticidade, no lazer e na estética dos corpos, embasadas em valores de continuidades relativas. Chapéus, vestidos e sapatos de festas, bailes, passeios, luvas, colares e leques, maiôs e bolsas de passeio demonstravam a condição de um grupo, legitimando a diferença social e a assimetria das relações de gênero. As peças seguiam modelos eurocêntricos editados em revistas de moda que a elite tinha condições de adquirir. Isso fica evidente na expografia da exposição “Com que roupa? ”, mostrada na figura nº2.

As autoras Marina Maluf e Maria Lucia Mott (1988) descrevem que algumas dessas revistas, incentivavam em textos, recomendações e editoriais que as mulheres casadas praticassem os ditames da modernização, Cortes de cabelos, roupas e acessórios salientes, para a distinção social e econômica, apontam sucesso do seu provedor. A elas foi estabelecido apenas um lugar, dos valores constituídos pela família heteronormativa.

Fotografia 2 - Acervo incorporado entre 1995-2010 na Exposição “Com que roupa”



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora. Ano 2008.

Uma exposição é o discurso da instituição tornado público, é a ponta de um *iceberg*, cujos processos se encontram ocultos e submersos nas práticas cotidianas da instituição, nem por isso isentos. Para Marília Xavier Cury (2006), a exposição é o conteúdo e a forma associada pela interdependência com os objetos. Assim sendo, o museu deve assumir o desafio de construir experiências que signifiquem positivamente reflexão e análise.

No caso das desigualdades entre os homens e as mulheres obliteradas na exposição, foram elementos despercebidos desse processo no MJC. O caráter educativo e de transformador social pelo desenvolvimento da consciência histórica, são colaborações renovadoras a serem exploradas no museu, e as histórias das mulheres tem muito a contribuir. Não é por ser a instituição referência da história regional do Estado do RS que, o MJC necessita reproduzir a perspectiva da pretensa inferioridade da mulher. Ele é um espaço eminentemente educativo, que tem o cenário favorável a não formalidade na produção do conhecimento.

Indumentárias musealizadas do MJC e suas representações

No tocante ao tema gênero e museus, são escassos os trabalhos produzidos. Os já existentes exploram basicamente duas frentes: as exposições museológicas ou biografias de personalidades destaques. Destaco autoras como Aída Rechená (2011), Vânia Carvalho (2008),

Irene Vaquinhas (2014), Joana Angélica Silva (2016), que se debruçaram nos temas citados. Seus textos foram importantes contribuições para ampliar reflexões e diálogos da relação dos objetos dos museus com as problematizações de gênero.

Já mencionei que o MJC possui 29 coleções em seu acervo. Dentre elas, destaquei 1.140 objetos catalogados na coleção indumentária, e que constituem 9,76% do total. No período de 1995-2010, foram incorporados nessa coleção 296 peças de indumentária, sendo especificamente, 109 objetos entre 1995-1998; 68 da etapa 1999-2002; acrescido de 98 artefatos dentro dos anos 2003 ao 2006, e finalizando com as doações de 21 objetos entre 2007-2010. Então, o que significaram esses dados para o que nos propomos investigar? Que relação as indumentárias trazem a respeito das relações de gênero em um museu regional?

Os objetos que formam a coleção de indumentária do MJC foram tipificados por roupas, sapatos e acessórios, trajes caracterizados como masculinos, femininos e infantis: vestidos, chapéus, roupas íntimas, casacos, calças, paletós, gravatas, chapéus, leques de abanar, joias e bijuterias, entre outras acentuadas variedades de exemplares que desvendam padrões de temporalidade, de culturas, de comportamentos e valores. Os dados acima coletados estão enquadrados em períodos, a partir das quatro gestões que administraram o MJC, entre 1995-2010.

Cada diretor do Museu teve um mandato de quatro anos, porque são funções comissionadas do governo estadual que se renovam democraticamente, nesse interstício. Verifica-se que de 1995-2010 o volume de aquisições de acervo teve redução. Se na gestão 1995-1998 as incorporações avançaram, modificando o perfil das coleções, nas demais outras administrações os registros no banco de dados indicaram recolhimento passivo (corporificado pela ausência de uma política de aquisições). As análises deram a ver o que ocorreu com base em duas circunstâncias: problemas infra estruturais da instituição, acarretando fechamento temporário e afastamento dos públicos e, a percepção do corpo funcional de que a importância social do MJC não estava na preservação acumulativa de patrimônio e sim, pelas ações educativas.

Para tanto, foi necessária readequação das atribuições precípuas do museu, dentre elas a atração pelo colecionismo. A imposição de adquirir objetos passivamente, sem planejamento estratégico e diagnóstico de gestão foi melhor escalonada. A diminuição das aquisições foi contornada para a qualidade delas. Menor volume, mas com qualidade e significação de objetos. Considero que essa ação mostrou uma preocupação do corpo funcional com a gestão das

memórias, mostrando que o museu tenderia a atualizar sua função cívica, para uma reflexão mais inovadora, incluindo outros imaginários.

No que se refere as relações de gênero, compreendo que as intelectuais mediadoras são frutos do seu tempo, e se apoiavam nas condições do seu presente para acomodar o passado. Reconheço que o seu engajamento ou não, na questão das narrativas e representações das histórias das mulheres, foi resultado da composição dos seus saberes históricos, pautados no masculino como único sujeito da história. Elas são frutos do seu tempo, e é necessário considerar suas identidades construídas dentro desse sistema de relações. Por este ângulo, evidencio a distorção das informações geradas na produção de sentidos sobre as peças de indumentária.

A dissociação das informações sobre os acervos comprometeu notadamente, os sentidos históricos das peças. Perceber que nas indumentárias existe um passado a ser pesquisado e compreendido, requer investimentos que o Museu não dispunha e ainda não desfruta. Poucas peças receberam investidas de pesquisa histórica, no máximo articulada a dados intrínsecos e de informação empírica dos doadores, o que inviabilizou uma reflexão pormenorizada e de embasamento teórico seguro para as abordagens. Um museu histórico que não investigou história nos seus objetos.

Vamos agora tratar da especificidade das roupas identificadas como femininas. A escolha se deve por estarem revestidas de significados que mobilizam discussão e estudo de gênero, proposta do artigo. Musealizados, os vestidos, sapatos, chapéus, roupas íntimas, etc., estão ligados a fatores socioculturais. São muitos os conflitos envolvidos no não tão simples ato de cobrir o corpo. Tem envolvidos valores éticos, morais e sociais dos quais somos partícipes como sujeitos e agentes, invariavelmente.

A figura 4 apresenta um acessório representativo da identificação do lugar da mulher, registrado no banco de dados do acervo. O chapéu vermelho é signo de atrativos sexuais, mas também da ostentação da classe média e alta. Usar a peça era uma forma de legitimar o matrimônio de sucesso, e muito provavelmente um destaque social da identidade da sua usuária.

Fotografia 3 – Chapéu feminino coleção Indumentária do MJC



Fonte: Banco de dados Donato nº10771. Data registro nov. /2010

De acordo com o que escreveu Marina Maluf (1995, p. 80): “As circunstâncias de vida nos vestidos que elas usam, seus amores na cor de uma echarpe ou chapéu, São para elas relíquias das quais só elas sabem o preço [...]”.

A coleção de indumentária do MJC conta com diferentes tipos de vestidos femininos. Tem em si as características cronológicas de suas doadoras: mulheres jovens, em idade reprodutiva. O cumprimento das saias, a largura das cinturas, o tipo de tecido, os cortes e decotes, modelagem e cor são indícios das características das protagonistas que os vestiram, que mostraram seu modo de vida. Essa tipologia de acervo possibilita analisar os grupos da qual fez parte, e experiências pessoais que se desenrolam a partir de pesquisas, entrevistas e oralidade da memória das doadoras, numa situação de imortalizar momentos, vidas e feitos.

A figura 5 evidencia que “a memória das mulheres é trajada” (MALUF, 1995, p. 82). A cor rosa do vestido de cintura fina e comprimento longo doado ao acervo do MJC, remete apropriado à perspectiva dos usos, costumes e controles da “moça de família”. A peça confirma o espaço social destinado às mulheres, sustentado e apropriado na tríade casamento, maternidade, domicílio. Desde cedo as vestimentas já introduziam na subjetividade as concepções a serem seguidas e reproduzidas, por gerações ou pela tradição reportada na documentação museológica. A vida oculta na privacidade da casa se apresenta na aparência rosa, cor usada pela dona de casa como sinônimo de feminilidade, construindo representação de um comportamento recatado, esperado das damas afortunadas pelo casamento e dos recursos financeiros de seus esposos. Uma mulher bibelô, conferida pelo museu.

Fotografia 4 - vestido da coleção Indumentária MJC



Fonte: Banco de dados Donato, nº 9163. S/data.

A questão da representação cronológica nas roupas fica evidente. O tema exige muito a se dedicar, o que não nos permite espaço neste artigo. Na perspectiva biopolítica das relações sociais expressas no museu, conservar memórias de mulheres saudáveis, jovens, de boa formação e saúde reforçam o ideal civilizatório. Seguiam padrões de moda e dedicação na constância de sua condição social, visto que os adereços das roupas seguiam à semelhança dos hábitos de requinte, higiene, estética, produzindo *status* pessoal e diferença.

Os vestidos analisados são manufaturados, industrializados, artesanais, em diferentes tessituras, cores, tamanhos, formatos, modelagens, proporções e outros predicados que retratam a prodigalidade dos corpos, gostos, recursos, usos e outros indicadores de expressão que mulheres e homens padronizaram como identificadores de gênero. Para além disso, um modo de vida burguês já que apresentam diferenciações na confecção, indicando multiplicidade de eventos como festa, coquetel, baile de debutantes, casamento, noivados, cotidiano, trabalho, intimidade e outras modalidades que indicam a posição das classes e da etnia.

Construindo expressividades, os objetos de indumentária do MJC legitimam as narrativas históricas hegemônicas, especialmente compostas na predominância dos valores do masculino, do patriarcalismo e da heteronormatividade. Resquícios de um pensar e agir histórico. As roupas femininas de mulheres brancas, e da classe média e alta do acervo, imprimem impressões de reforço ao já desgastado, porém, ainda presente.

Ademais, essas roupas e seus desdobramentos de vestir, acessórios e calçados, representam estereótipos de gênero, que tem relação direta com identidade. Assinalar estereótipo de gênero é estabelecer um processo modelar. Relaciona perpetuidade de esquemas mentais e sociais, que atribuem juízos de valores, subjetivando códigos e condutas

generalizantes. Os estereótipos limitam ou neutralizam as potencialidades e as opções humanas, convencionando interpretações culturais.

Vejamos dois exemplos do vestuário feminino vários modelos representativos: os vestidos de noiva, e as roupas de trabalho cotidiano. Os de noiva, tiveram suas incorporações a partir de doações de senhoras vinculadas as sociabilidades da diretora que administrou a instituição MJC, entre 1995-1998. Foram adquiridos para compor a exposição temporária “Retratos de Casamento”.

A exposição cujo teor condicionava a atividade social e profissional das mulheres ao casamento, seguido da domesticidade e da maternidade, expressava nitidamente uma percepção tradicional e hierárquica do Museu. Primeiro porque não há homogeneidade de mulheres, menos ainda, essa tríade casa, filho, estado civil, interferiu nas capacidades femininas de atuarem historicamente em todas as frentes dos processos de desenvolvimento da ocidentalidade. Vânia Carvalho (2008) estudou os artefatos do Museu Paulista onde, os objetos desempenham papéis. Para a autora a categoria de repertórios centrífugos é colocada nos objetos femininos, nas quais operam representações e práticas da presença feminina fazendo a integração do corpo feminino com os objetos domésticos.

A casa, suas rotinas e objetos cotidianos fazem parte das ordenações patriarcais que colocam as mulheres em desigualdade estrutural de poderes e as subordina na égide do lar e masculina. A posição “centrífuga” que a autora coloca, remete ao pensamento de que a ampliação do acesso das mulheres as representações políticas têm relação com as oportunidades educacionais, dentre as quais os museus estão diretamente imbricados. Desde o século XIX, foi naturalizado o lugar das mulheres, o domicílio, por conta do sexo biológico, onde não eram capazes de se esclarecerem, pois, controladas pelas forças da natureza. O argumento justificava a sua exclusão do campo político e das decisões na falta de condições intelectuais, emocionais e físicas para ascender nas atribuições. Estas representações sociais tão comuns nas exposições dos acervos dos museus, servem como certificação do discurso patriarcal.

Na coleção de indumentária do MJC aparecem ainda, roupas de trabalho, ou cotidiano. São peças de uniformes escolares, aventais de cozinha ou de professora, figurinos de enfermagem, e outras de uso íntimos como, calçolas, *Sutien*, corpetes, camisolas, espartilhos, *chambres* e anáguas. Novamente, como os vestidos de noiva, são peças que identificam categorias de classe, etnia e grupo, exprimindo características de aparência atribuídas a feminilidade. Na documentação museológica, conjunto de procedimentos e ações de registro e informação após a musealização, essas peças têm seus descritores condicionados a

interiorização mecânica do sexo feminino. Valorizam a eficácia simbólica de sua identificação singular.

Em maioria, as peças que se referem as enfermeiras, são descritas com valorização do trabalho quase “assistencial” da atividade, misturando elementos moralmente aceitos e cristalizados, a enfermagem é trabalho “sério” na caracterização feminina. A respeito das roupas “íntimas” verifiquei que quase não foram inseridas informações referentes a sua historicidade. Constituem no Sistema Donato informações intrínsecas, estas óbvias frente a observação da materialidade da peça, mas nada além.

No que se refere as informações extrínsecas, dos significados aferidos, nenhuma palavra se refere as genitálias, nem ao corpo. Os registros de informação mencionam a questão estética das peças, como elementos de sedução ou sentido erotizado. A coleção do MJC tem peças de períodos diferentes, do final do século XIX aos 1960 do XX, em que o controle social restritivo das mulheres e homens era intenso. Portanto, ornamentos, babados, fitas e outros decorativos abundantemente acoplados as funcionalidades das peças, eram ambíguos, pois usados nas duas faces do modo como as mulheres podiam ser representadas. De um lado o aspecto doméstico, da casa, da família, mãe, do âmbito privado da dominação masculina; e do outro, a das mulheres públicas ou prostitutas, no pejorativo do discurso machista predominante.

Como foi dada a conotação de se tratarem de objetos do vestuário íntimo feminino, as peças consideradas “brancas”, as que fazem parte do ciclo reprodutivo natural de qualquer fêmea. Essas peças ficavam escondidas sobre camadas de outras roupas, como medida de higiene, e principalmente como elementos de comunicação, mensagens bilaterais de uma condição comportamental e de valores morais, na subjetividade de suas representações. Para esses objetos há toda uma trajetória possível de interpretações e de significados que não são desenvolvidos em favor das histórias das mulheres, em seus períodos de vida. De qualquer forma, essas indumentárias, sejam populares (em mínima quantidade) ou de manifestação de uma elite, são sistemas individuais e coletivos que manifestam normas estruturadas a serem descortinadas pelos pesquisadores (BARTHES, 2005).

As peças de roupas brancas, assim como as demais indumentárias, ensinam. Questões de gênero e história, em toda a sua variedade podem ser liberadas para investigação e formação pela sua materialidade e visualidade. Nelas há indícios de distanciamento temporal, e diferença contextual entre o passado e o presente, como documentos e testemunhos, mostrando transformações únicas e plurais ocorridas e ou desaparecidas.

Considerações finais

Os padrões estabelecidos socialmente para o uso das indumentárias são pontos cruciais para se compreender as demarcações de gênero. Na observação ainda superficial e em construção desses instrumentos de discursos, selecionados, adquiridos, preservados e difundidos no MJC, é possível perceber a assimetria e a desigualdade nas relações históricas entre homens e mulheres.

Tecidos e roupas emitem alocações de posições condicionadas social e culturalmente, e precisam ser problematizados. Há necessidade de esmero metodológico. São muitos objetos a serem trabalhados e a documentação museológica especificada no banco de dados Donato e no Livro Diário, não dão conta da amplitude da historicidade frente o predomínio memorialístico. Não havendo pesquisa museal no acervo, segue-se a perspectiva disfuncional das representações tradicionais do espaço social das mulheres no ambiente familiar, na função maternal e na subordinação marital.

As narrativas de gênero transcorridas pelo MJC pelos objetos de indumentária do acervo constituído entre 1995-2010, mostram que o presente se faz de múltiplos passados. De forma que, ao visitarem exposições e participarem de ações educativas do MJC, meninos e meninas encontrem presenças de percepção de outras abordagens de gênero nos objetos de indumentária que não sejam expressões de um paternalismo misógino constituído no passado e ainda retumbante no presente. O Museu é lugar fórum, de discordâncias e discussões das existências coletivas. Que possam ter no museu um ambiente de oportunidade de perceberem nas roupas, atos imperativos de gênero.

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. **Inéditos: imagem e moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BITTENCOURT, J. N. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 8-19, 1996.
- BRULON, Bruno. Museus, mulheres e gênero: olhares sobre o passado para possibilidades do presente. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 55, p.01-26, 2018. Disponível em: <<https://www.pagu.unicamp.br/es/cadernos-pagu>>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato**. São Paulo EDUSP, 2008.
- CARVALHAL, André. **Moda com propósito: manifesto pela grande virada**. São Paulo: Paralela, 2016.
- CURY, Marília X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006.
- DEL PRIORE, Mary (ORG.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

GEMENTE, Gilson. Vinte anos de Donato: um breve histórico do banco de dados do Museu Nacional de Belas Artes. In: BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell; MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva (Coord.). *I Seminário Serviços de Informação em Museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. p. 127-132.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. **Textos e contextos de uma trajetória profissional**. Maria Cristina de Oliveira Bruno (Org); colaboração: Maria Inês Lopes Coutinho, Marcelo Mattos Araújo. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Volume 1 e 2.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HIRATA, Helena Sumiko et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

_____; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAES, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.3, p. 368-424.

MENESES, U. T. B. Do Teatro da Memória ao Laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan. /dez. 1994.

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e Ciência da Informação: distinção e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de "Roupas Brancas"**. 2009. 122f. **Dissertação** (Mestrado). Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PRIAMO, Judite. **Pensar contemporaneamente a Museologia**. Cadernos de Sociomuseologia, n. 16. Lisboa, Portugal: Universidade Lusófona de Humanidades, 1999.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.1 (Memória/História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 51-86, 1993.

RECHENA, Aída. **Sociomuseologia e Género: Imagens da Mulher em Exposições de Museus Portugueses**. Tese (doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2011. Disponível em: http://www.museologiaportugal.net/files/upload/doutoramentos/aida_rechena.pdf>. Acesso em 2015.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã**. Petrópolis, R: Vozes, 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. V. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Joana Angélica Flores. **A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: uma análise em branco e preto**. 2015. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VAQUINHAS, Irene M. Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história. **MIDAS**. Museus e estudos interdisciplinares, n. 3, 2014.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

A História a partir da subalterna: Breve debate bibliográfico entre os Estudos Pós-Coloniais e de Gênero.

Nicole Angélica Schneider¹, UFSM

Resumo

Diante de uma historiografia que parecia engessada em conceitos generalizadores, pesquisadoras de núcleos de estudos e disciplinas nas universidades, a partir de 1960, unem-se para responder a uma demanda das ruas: onde estão as mulheres na História e motivo pelo qual suas histórias não foram contadas. Juntamente com um movimento social, surge um movimento acadêmico de construir uma epistemologia para compreender estes sujeitos ausentes até aquele momento: os Estudos de Gênero. Muitos debates foram se constituindo neste campo, forçando uma oxigenação em outros. Os estudos pós-coloniais construídos para compreender as consequências sistemáticas da relação colonizado-colonizador contribui com o debate de gênero. Neste artigo farei um breve debate bibliográfico sobre esta abordagem interdisciplinar e interseccional para os Estudos de Gênero.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Estudos pós-coloniais; Interseccionalidade.

Abstract

In the face of a historiography that seemed to be plastered in generalizing concepts, researchers of study centers and disciplines in universities, from 1960 on, came together to respond to a demand from the streets: where the women are in history and why their stories were not told. Together with a social movement, an academic movement emerged to build an epistemology to understand these subjects absent until that moment: the Studies of Gender. Many debates have arisen in this field, forcing an oxygenation in others. Postcolonial studies built to understand the systematic consequences of the colonize-colonizer relationship contribute to the gender debate. In this paper I will make a brief bibliographic debate on this interdisciplinary and intersectional approach to Gender Studies.

Keywords: Gender Studies; Postcolonial Studies; Intersectionality.

Estudos de Gênero e Pós-Coloniais

A ausência das mulheres na narrativa histórica e na historiografia está sendo rompida desde meados dos anos 1960 por um movimento de pesquisadoras que reivindicam um espaço nas análises científicas, principalmente na área das humanidades e sociais. A historiadora Joan W. Scott tornou-se umas das principais deste grupo nos estudos referentes à vida das mulheres no passado. Os Estudos de Gênero, segundo ela, são as pesquisas sobre as relações de poder, socioculturais e econômicas entre os sexos (SCOTT, 1995).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4765055714287030>>.

Os Estudos de Gênero sempre andaram juntos com os movimentos sociais feministas, visto que o próprio campo de pesquisa foi uma conquista dessas mulheres que lutavam pela igualdade social, cultural e econômica para homens e mulheres. E provavelmente muitas das demandas desses estudos tenham vindo das questões levantadas pela disputa feminista.

Desde o início dos Estudos de Gênero muito foi criticado e acrescentado devido a esse diálogo. A socióloga brasileira Berenice Bento (2006), em sua tese, abordou algumas dessas críticas à primeira versão de Estudos de Gênero. Mesmo Scott, levantando três categorias de análise para os estudos (gênero, classe e raça), na prática houve uma universalização das mulheres, injusta diante da luta feminista. A filósofa Judith Butler, na sua famosa obra *Gender Trouble*, de 1990, aponta concordâncias em diversos pontos com Scott, mas questiona a binariedade dos sexos propostos pela historiadora. Diante de movimentos feministas e LGBTQI+ a dualidade de sexos se tornou insuficiente para explicar e compreender as identidades de gênero que podem ser incorporadas. De acordo com ela, todos os elementos que envolvem o debate são construções culturais, até mesmo os sexos binários masculino e feminino, vistos como naturais pela Scott. Ambas acreditam que existem mais categorias transversais que tornam o gênero muito mais complexo do que apontavam.

[...] [Butler] alega que gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Essas interseções não poderiam ser hierarquizadas nos termos de alguma condição primária de opressão (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Seguindo a linha de críticas sobre a pluralidade das mulheres, identidades e realidades, outras teóricas foram surgindo e contribuindo para o campo de estudos. O desafio de buscar uma teoria que conseguisse lidar com todas as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, proposto por Joan Scott, foi diversificando os debates e chamando as pesquisadoras aos Estudos de Gênero.

Muitas das contribuições para compreender e conhecer a pluralidade de mulheres veio das pesquisadoras do movimento pós-colonial. Com as dificuldades de se identificarem e se sentirem representadas/os com as produções europeias – a maioria –, surge um grupo de pesquisadoras/es dos países do Hemisfério Sul, principalmente da Índia e do continente africano (colônias britânicas e francesas, por exemplo), que acusam a falta de espaço nas ciências para serem representados de forma respeitosa e protagonista. Estas/es estudiosas/os pós-coloniais, a partir do Outro e da periferia (em relação à Europa, de onde vinha a maior produção científica), começam a questionar sobre o espaço representativo e de fala das vozes subalternas nos grandes centros intelectuais europeus, exemplo deste movimento são as obras da teórica indiana Gayatri C. Spivak.

Estas/es estudiosas/os através de uma análise de gênero e pós-colonial buscam explicar o mundo através da relação de poder que provoca a desigualdade entre países do Norte (como Inglaterra e França) e do Sul (como Índia e Nigéria), cuja as consequências são percebidas atualmente, relacionados a setores de economia, política e socioculturais. A crítica levantada pelo movimento intelectual é logo percebida quando nos deparamos ou refletimos a forma como a História dos continentes e povos são contadas a partir da chegada dos brancos europeus. Tanto a mentalidade como o discurso continua sendo dos colonos *versus* colonizados, os civilizados *versus* bárbaros, opressores *versus* oprimidos. O discurso do Norte construiu uma imagem do Outro, do Sul, subalterna e inferior (SANTOS, 2010).

Exercícios de Poder

O termo subalterno utilizado pelas/os estudiosas/os pós-coloniais é no sentido cultural, relacionado a uma consequência do período imperialista. Seu significado retoma o termo lançado por Gramsci e o ressignifica:

[...] os “grupos sociais subalternos” em Gramsci se relacionam com a “esfera da produção econômica”. Nos estudos pós-coloniais, entretanto, como resguardo a um retorno às “identidades essencialistas”, o objetivo era o de deslocar sujeitos e essências “fundacionais”, e quebrar as noções de uma Índia unitária em uma multiplicidade de identidades contingentes e instáveis entendidas como efeitos de relações de poder que estão em constante mudança (GÓES, 2016, p. 106).

Há algumas/ns pesquisadoras/es que afirmam que a utilização do termo “subalternos” pode parecer ofensivo e desnecessário. Todavia, ao incorporá-lo, torna evidente a causa, os sujeitos e contra quem/o que. O subalterno está nas relações de poder. E a importância da fala desses sujeitos está relacionada à herança aristotélica: o falar é um ato político independentemente do espaço que acontece. Os escravos na Grécia Antiga muitas vezes não compreendiam a linguagem, e mesmo que entendessem, não podiam falar. Os artesãos, apesar de terem o domínio da linguagem, tinham que trabalhar e, logo, não tinham tempo para usar da fala. As mulheres, que tinham o trabalho de engravidar e reproduzir, não eram dignas de falar e serem ouvidas. Os gregos, que tinham tempo para pensar e falar, apenas eles, eram considerados os verdadeiros cidadãos, participantes da política e da sociedade. Desta forma, falar é um ato de civilidade (RANCIÈRE, 2005).

Segundo Michel Foucault (1979) o poder está intrínseco em todas as relações sociais. Se aceitarmos as estruturas determinadas por interesses socioeconômicos, fica inevitável não supor que algumas pessoas exercem poder sobre outras e é essa relação de poder que estabelece a própria estrutura.

A Divisão Internacional do Trabalho é outra forma de fortalecer o laço econômico em desequilíbrio no mercado global. Tal relação que é estabelecida durante o imperialismo e colonialismo é o principal mecanismo da globalização atual. Estrutura-se com os países imperialistas exportam tecnologia, empresas e produtos industrializados para as ex-colônias e estas, em troca, fornecem mão de obra mais barata e principalmente matéria prima. Todavia, a maior parcela do capital de lucro vai para os primeiros. Para o segundo resta submeter-se a exploração (SPIVAK, 2010).

Mesmo teorias europeias, como o materialismo histórico e o pós-estruturalismo, que são críticas ao funcionamento econômico mundial e que lançam elementos importantes para compreender a sociedade, nasceram e foram moldados para explicar o mundo a partir de uma perspectiva europeia. Quando se fala de países como a Índia, as teorias parecem não se encaixar ou faltam elementos para compreender a singularidade daquela realidade.

Uma opção para resolução do impasse é juntamente os sujeitos desses países silenciados falar de si, sobre si e para si e o mundo. O reconhecer-se diante de um sistema de opressão e nomeando as formas de controle torna-se fundamental para esse sujeito desse mundo ser ouvido e poder olhar para sua realidade com olhos críticos. Os estudos subalternos ou pós-coloniais vêm para ser uma das formas dos subalternos se expressarem suas realidades. Intelectuais europeus como Deleuze e Foucault já reconheciam a insuficiência de suas teorias para explicar a realidade de alguns grupos sociais e a capacidade destes falarem por si.

[...] uma valorização não questionada do oprimido como sujeito, o “ser objeto”, como Deleuze admiravelmente ressalta: “estabelecer condições nas quais os prisioneiros seriam capazes de falar por si mesmos”. Foucault acrescenta que “as massas sabem perfeitamente bem, claramente” – mais uma vez, aparece aqui a temática de não ser enganado – “eles sabem muito mais do que [o intelectual] e certamente o dizem muito bem” (FD, pp. 206-207 apud SPIVAK, 2010, p. 29).

A indiana Avtar Brah (2006), pesquisadora de Estudos de Gênero do ponto de vista subalterno, propõe “[...] uma análise macro, considerando simultaneamente subjetividade e identidade para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social” (PISCITELLI, 2008, p. 268). Assim, estes estudos feministas e teorias pós-coloniais partem da compreensão da história macro para melhor perceber as realidades das mulheres. A socióloga indiana Chandra T. Mohanty (1997) critica o feminismo branco europeu que ao se relacionar com as mulheres com outras realidades não exercem diálogo, colocando suas pautas como universais, desconsiderando as diversas experiências.

Gênero no Pós-Colonialismo

O conceito de gênero é o mais usado, sendo “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Perceber esses poderes agindo torna possível encontrar a voz de algumas mulheres as quais sofreram violências epistêmicas e físicas. Com os conceitos pós-coloniais o objetivo é identificá-las em suas singularidades sem padrões europeus pré-definidos. É com essas ideias que a indiana Gayatri C. Spivak (2010) busca problematizar a ausência da fala das mulheres, visto que ela é oprimida duplamente, tanto pela violência nos campos do conhecimento, historiográfico e teórico, como pela violência de gênero.

[...] por um lado, procura-se elaborar um discurso sobre a vitimização histórica e o legado desse processo de silenciamento e invisibilidade; por outro, busca-se construir um conceito propositivo de agenciamento que possa incluir as condições existenciais e materiais das mulheres como uma categoria complexa, multifária, contingenciada pelos múltiplos constituintes identitários e pela existência inequívoca de “hierarquias de gênero, classe e raça”, nas palavras da crítica feminista inglesa Mary Eagleton (GOULART, 2013, p. 692).

Todavia, Spivak acredita que apenas uma perspectiva de gênero ou só pós-colonialista não corresponde a uma compreensão completa das opressões que colocam a mulher como subalterna. Os Estudos de Gênero costumam homogeneizar o termo mulher e universalizar os modos de dominação, o que justamente é questionado pelos estudos subalternistas. A autora acredita na união das duas perspectivas, pois tanto as mulheres como as formas como são sentidas as opressões são diferentes de uma mulher branca periférica para uma mulher negra na mesma situação, assim como as mulheres brancas dos grupos dominantes, e assim por diante. Os estudos devem considerar as diferenças ao tirar essas mulheres das sombras. Em metodologias históricas como a positivista, que visa apenas os documentos oficiais como fontes, é percebida a ausência das mulheres, pois elas não estavam nos locais de poder. Caso chegassem a ocupar o lugar de destaque, eram postas como a última opção e a narrativa tornava-as desqualificadas naturalmente para o posto (PEDRO, 2005). Apenas com mudanças de pensamentos historiográficos se tornou possível que as mulheres tivessem espaço para poderem entrar na narrativa histórica, possível com a Escola dos Annales.

Entre as historiadoras e os historiadores que passaram a seguir a tradição da historiografia dos Annales – que pretendia ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns –, tornou-se mais fácil escrever uma história que incluísse as mulheres (PEDRO, 2005, p. 85).

Em torno das opressões sofridas pelas subalternas, Spivak (2010) traz um exemplo indiano. Ao perder o marido, é visto com bons olhos que a viúva hindu se atire sobre a pira funerária do falecido, num ato de sacrifício/suicídio das viúvas. Este episódio é conhecido como Sati². Em 1829, os britânicos ao se depararem com este ritual, logo o proibiram. Esta situação é um exemplo de como o conflito de culturas diferentes geram atritos e, como sendo a colonizadora, a cultura é um forte elemento tomado dos povos que estão sob colonização. Ao efetuarem a proibição, os britânicos levaram apenas seus princípios em conta, subjugando o significado do ritual das viúvas para o povo nativo indiano e para as mulheres. Elas, sujeitas da ação, não foram questionadas sobre a decisão. Aqui se confirma a sugestiva questão provocadora no artigo de Spivak: *Pode o subalterno falar?*. O que há neste caso é a impossibilidade das mulheres falarem e se manifestarem sobre algo que é de total importância para suas vidas. Ao controlar e tornar crime o ritual nativo, os colonizadores partem dos princípios e valores britânicos do que seria uma sociedade boa e civilizada. E na construção de uma identidade nacionalista, o papel ocupado pela mulher, comportada e do lar, é fundamental.

Diante das diferenças e relações que os conceitos gênero, raça e classe tomam dentro do sistema maior do capital já tratado por Marx e Engels, Spivak encontra o informante nativo. Este que se configura como necessariamente excluído, para que a harmonia do capital permaneça. Para ela, esse informante nativo era a mulher pobre do Sul. A mulher que vive em uma situação de total vulnerabilidade financeira e em um local provavelmente insalubre, negra na África e hindu na Índia (GÓES, 2016).

Isso se torna extremamente significativo quando percebemos que esta sujeita é apagada das narrativas históricas, não é colocada em debate sua existência e não são feitas políticas que gerem uma mudança significativa na vida dessas mulheres. Mesmo propostas revolucionárias não deixam claro qual seria o papel desta mulher numa sociedade utópica. Sua presença na História está marcada através da voz dos outros, de forma humilhante, como vítima, sofrendo as ações dos homens brancos colonizadores. Considerando esta informante nativa, trabalhos como da estadunidense Angela Davis (2016) propõe trazer a voz das mulheres negras retratando a opressão violenta que elas sofriam no sistema escravista, no qual a identidade de gênero da mulher era considerada apenas para tornar mais precária sua existência.

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e

² Sati equivale ao feminino para a palavra *sat* que significa ser. Nos escritos sagrados hindus, ser representa o espírito universal, a Verdade, o Bom, o Justo. Logo, a palavra no seu feminino tem o significado de boa esposa.

reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (p. 19).

Contribuições à História

Para a História, uma área de conhecimento cujo objetivo é responder questões do presente com processos do passado, um olhar plural possibilita meios de encontrar as melhores respostas. Os estudiosos do período colonial e pós-colonial percebem uma relação de causa/efeito dos vestígios do passado com as situações socioeconômicas de países atualmente. Além disto, uma História nacional construída pelo colonizador prevê controle das questões históricas, sobre a racialidade, a autoridade, o conhecimento, a subjetividade dos colonizados e sobre seus corpos e noções de si. Apesar dos estudos pós-coloniais não ser pensado para os processos de colonização nas Américas, tanto Angela Davis como Lélia Gonzalez, conseguem dar alguns vestígios de influência e reflexões que levam a compreender alguns destes pontos americanos.

[...] Por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala (GONZALEZ, Lélia, 1984, p. 225).

Na abordagem de gênero questões sobre o corpo, sexualidade e desigualdades pautadas nos sexos são frequentemente levantadas. No pós-colonialismo estas problemáticas estão relacionadas à colonização. O poder colonial soma-se ao poder patriarcal. O resultado da união é a compreensão das mulheres no período colonial como um objeto que confirma a dominação e exploração, através da violência sexual.

Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada: desde as conquistas coloniais, às guerras civis e interestatais, às ocupações e intervenções militares. Imperialismo, colonialismo e guerras foram, em geral, empreitadas masculinas e masculinizadas. Nesses contextos, a violação do corpo feminino por homens colonizadores, militarizados ou armados, do lado “amigo” ao “inimigo”, repete-se histórica e violentamente (BALLESTRIN, 2017, p. 1038).

O estupro de legitimação é um ato de humilhação à mulher e todos os quais ela gerou. “O estupro grupal perpetrado pelos conquistadores é uma celebração metonímica da aquisição territorial” (SPIVAK, 2010, p. 110). É essa História que é lida e contada para as crianças nas escolas, uma introdução desde a infância como historicamente é tratada e objetificada as mulheres.

A imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade é marcada pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie. Como se deveria examinar a dissimulação da estratégia patriarcal, que aparentemente concede à mulher a livre escolha como sujeito? Em outras palavras, como se pode passar da ‘Grã-Bretanha’ ao ‘hinduísmo’? Até mesmo essa tentativa mostra que o imperialismo não é idêntico ao cromatismo, ou um mero preconceito contra pessoas de cor. [...] Minhas leituras são, mais propriamente, um exame interessado e imperito, de uma mulher pós-colonial, sobre a fabricação da repressão – uma contranarrativa construída da consciência da mulher, e, portanto, do ser da mulher, da mulher como um ser bom, do desejo da mulher boa, e, assim, do desejo da mulher. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, testemunhamos o lugar móvel da mulher como um significante na inscrição do indivíduo social (p. 98).

A construção tanto de raça como de gênero é realizada dentro das relações de poder, o que torna o colonizado inferior, constituindo um papel à mulher para “[...] dar suporte a uma retórica nacionalista por meio de um investimento ou de uma manipulação do lugar ocupado por essas mulheres” (GOULART, 2013, p. 697).

Uma pesquisa que considere apenas gênero como abordagem única pode estar sendo levada a traçar o caminho daquela historiografia universal que critica. Uma pesquisa que considere apenas uma categoria analítica não é desqualificada por sua universalidade, porém é cabível de diversas relatividades que prejudicam muitas vezes o resultado de tal estudo.

Se considerar a universalidade, logo se tornará uma generalização que deixará muitas mulheres como não sendo sujeitas históricas, incorporando o discurso já criticado da historiografia por ter sido sempre centrada no homem branco hétero europeu. Com uma crítica forte diante de uma historiografia grande, a coerência na construção desse campo de estudos que visa o contradiscurso deve ser considerada como um dos objetivos. Diante destas revelações, atualmente o campo acadêmico de História, como de outras áreas das humanidades e sociais, busca interagir e trocar referências, conceitos e teorias, construindo um conhecimento mais completo interdisciplinar e interseccional.

Conclusão

O conceito interseccional é contemporâneo dos primeiros debates de gênero, sendo algumas vezes usado por suas teóricas. Abordagens raciais, patriarcais, classistas, entre outras as quais dialoguem com a categoria “mulher” na análise, resulta no conhecimento das relações de poder como fontes de discriminação e construção de desigualdades (COSTA, 2014). De acordo com a feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw, o termo compreende “[...] as desvantagens, as vulnerabilidades, as opressões e o desempoderamento sofridos dinamicamente

pelas mulheres, que se encontram em dois ou mais pontos de encontro dos eixos de poder” (COSTA, 2014, p. 151).

Perante uma medicina misógina até metade do século XX, uma mídia de objetivação feminina, uma cultura machista, uma sociedade excludente e desigualdades econômicas, as ciências devem fazer as pazes para a construção de uma sociedade que resolva todas estas afirmações questionadas pelo movimento feminista das ruas.

Desta forma, os estudos pós-coloniais contribuem para o debate, ajudam na construção de uma História das Mulheres e de Gênero mais completa, com relações de diversos campos e análises mais profundas das origens, continuidades e descontinuidades das estruturas de poder que fortificam as diferentes desigualdades.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jacqui M.; MOHANTY, Chadra T. (Ed.). **Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures**. New York: Routledge, 1997.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 25, n. 3, setembro-dezembro, p. 1035-1054, 2017.

BENTO, Berenice. Estudos de Gênero: o universal, o relacional e o plural. In: _____ . **A reinvenção do corpo**. sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 69-108.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas: n. 26, p. 329-365, 2006.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York: Routledge, 1990.

COSTA, Joaze Bernardino. Descolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: v. 30, n. 1, janeiro/abril, p. 147-163, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GÓES, Camila. Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial. **Revista Outubro**. São Paulo: n. 26, p. 89-111, 2016.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Editora Cortez, p. 223-244, 1984.

GOULART ALMEIDA, Sandra Regina. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos Feministas**. Florianópolis: maio-agosto, p. 689-700, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo: v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Goiânia: v. 11, n. 2, jul/dez., p. 263-274, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 34^a ed. São Paulo: EXO experimental org, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. para uma nova cultura política. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A Instrumentalização do Futebol Como Meio Para a Consolidação da Ditadura Civil-Militar (1966-1970)

Thiago Lindemaier da Rosa¹, UFSM

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar o modo como a Ditadura Civil-Militar Brasileira se consolidou através do meio futebolístico e como este passou a ser institucionalizado pela mesma. Desse modo, serão analisadas as relações políticas e publicitárias que aproximavam o futebol do governo ditador e os benefícios que trouxeram para a Ditadura, relações essas que, em conjunto com o chamado milagre econômico, foram fundamentais para a popularidade do ditador Emílio Garrastazu Médici. Tendo como base o documentário *Memórias do Chumbo – Futebol nos Tempos do Condor* (2012), produzido pela emissora ESPN Brasil, este retrata o modo como o futebol foi utilizado para propagar a imagem publicitária e o de firmamento das Ditaduras no Cone-Sul. O documentário tem como diretor o historiador e jornalista Lucio Castro e conta com a participação de nomes já consagrados na historiografia brasileira.

Palavras-chave: Ditadura; Futebol; Política; Brasil.

Abstract

The present work proposes to analyze the way the Brazilian Civil-Military Dictatorship was consolidated through the footballing environment and how this became institutionalized by it. In this way, the political and advertising relations that brought football closer to the dictator government and the benefits they brought to the Dictatorship will be analyzed, relations that, together with the so-called economic miracle, were fundamental to the popularity of dictator Emílio Garrastazu Médici. Based on the documentary *Memórias do Chumbo - Futebol nos Tempos do Condor* (2012), produced by the broadcaster ESPN Brasil, this portrays the way football was used to propagate the advertising image and the firmament of the Dictatorships in the Southern Cone. The documentary is directed by the historian and journalist Lucio Castro and includes the participation of names already consecrated in Brazilian historiography.

Keyword: Dictatorship; Football; Politics; Brazil

O futebol, como todas e todos nós sabemos, é quase um ethos brasileiro. Nele é encontrada uma paixão que nos permite formular uma identidade nacional. Esse espaço popular, que envolve tantas emoções, sendo elas ambíguas ou não, é de muita importância para a instrumentalização política e para a propaganda ideológica de governantes.

Um governo sediar ou ganhar um evento esportivo de grande repercussão é de suma importância para atingir seus objetivos, seja estes de difusão de ideias política, social ou do ponto de vista publicitário. Foi assim com as olimpíadas sediadas na Alemanha Nazista em 1936, não sendo diferente com a própria Copa de 1970, sediada no México e ganha pelo Brasil, ou com a Copa de 1978, realizada na Argentina e conquistada por esta. De maneira geral, o

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5003689204930614>.

futebol manteve-se entrelaçado com as ditaduras civil-militares no Cone Sul, sendo de suma importância para esses governos. No Brasil, não poderia ser diferente: a Ditadura aproveitava-se do poder que tinha para “controlar” tanto o ambiente externo quanto o ambiente interno do futebol, seja na Seleção Brasileira ou nos clubes esportivos do País (*Memórias do Chumbo – O futebol nos tempos do condor.*).

Antes do Golpe Civil-Militar de 1964, o projeto de Jango tomava forma, fomentando desgostos para a cúpula militar e para uma parcela significativa da sociedade brasileira, a Campanha da Legalidade¹ gerava pavor a esses setores, a qual evitou um golpe, já em 1961. Conforme aponta o historiador Carlos Fico, no documentário, o golpe se deu muito em função de uma preocupação da elite política brasileira diante dos avanços populares, os quais poderiam ser grandes, mas sorrateiramente os Estados Unidos estimulavam as disputas políticas internas, começando a criar raízes por dentro da maioria da cúpula militar.

Em 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho (Comandante da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora – MG), mobilizou suas tropas e as deslocou para o Rio de Janeiro. No outro dia, o Presidente João Goulart saiu de Brasília para Porto Alegre, buscando resistência à articulação golpista. O Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, em seu discurso, declara que o cargo de presidente da República estava vago (*Memórias do Chumbo – O futebol nos tempos do condor, 2012*) e, assim, se iniciou “o dia que durou 21 anos”².

Iniciava-se na História do Brasil Republicano, uma ditadura que, na tentativa de se estabelecer a todo custo, buscou conchavos com empresas, redes televisivas e grandes empresários, tudo em prol de dar autenticidade ao seu governo. Partindo do que é retratado no documentário analisado, a ditadura, regida pelos militares, além dos exemplos já citados, construiu um apelo público, tendo como sua principal estratégia ações publicitárias, enxergando o futebol como peça chave para difundir as suas ideias, através de um discurso que se dizia nacionalista e patriota, criando a falsa imagem de um governo harmonioso.

No início da Ditadura Civil-Militar, tentou-se demonstrar uma roupagem democrática do Governo, entretanto, rapidamente essa ideia desapareceu, como expõem o historiador Carlos Fico ao documentário. Para ficar mais nítido, quando em 1965 houve eleições diretas para prefeito de São Paulo, se promulgou uma emenda constitucional na qual os prefeitos das capitais brasileiras passariam a ser nomeados. No mesmo ano, ainda se teve eleições diretas

² Segundo Konrad e Lameira, no trabalho intitulado “Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964), a Campanha da Legalidade foi um movimento de resistência das forças constitucionais à tentativa de um possível golpe militar, em 1961. Sendo a primeira tentativa de um golpe, que fracassou devido a mobilização popular.

³ O DIA que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2013.

para governador em onze estados do Brasil, porém, na véspera das eleições, Castelo Branco instaurou o AI-2, dando autonomia direta ao Planalto. A partir desse ato, a conjuntura brasileira passou a dar proteção aos governadores nomeados pela Ditadura e as eleições passaram a ser indiretas para presidência da República (*Memórias do Chumbo – O futebol nos tempos do condor.*).

Logo na sequência, o AI-3 é instaurado, fazendo com que as eleições a governador passassem a ser indiretas. Isso se deu devido à vitória da oposição em Minas Gerais e na Guanabara (MEMÓRIAS, 2012). Esse Ato preparou a institucionalização das Forças Armadas como Poder Executivo, cada vez mais se tornando autônomo e gerando consequências diretas para uma parcela significativa da sociedade brasileira, principalmente em relação à repressão e à tortura, agora rotineiras.

Em 13 de dezembro de 1968, se intensificou ainda mais repressão, a partir do AI-5. Deste modo, se consolidou um governo ditatorial com atrocidades ainda mais horrendas. Com isso, não se quer dizer que não havia repressão e tortura nos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar, pois é com o ditador Castelo Branco que ela se originou, especialmente através de um dos seus primeiros atos, a criação do Sistema Nacional de Informações (SNI). O SNI foi criado em junho de 1964, através de Golbery do Couto e Silva, seu idealizador, ganhando força e espaço como costuma acontecer em governos ditatoriais, assim, se estruturando uma instituição de grande autonomia, a qual transformava o Brasil em uma rede de segurança nacional, conforme aponta o documentário *Futebol nos tempos do Condor*⁴, produzido pela emissora ESPN – Brasil em 2012. Com isto, escolas, universidades, sindicatos, empresas privadas e estatais, entre outros departamentos da sociedade, nada fugia do controle da Ditadura. Logo, entendia-se que a paixão maior de uma parcela da sociedade brasileira estava diretamente ligada ao futebol.

Assim, passou-se a ter um controle dos estádios, sendo que a organização do Futebol sofreu uma reestruturação com a inserção o órgão de informação e repressão. Desse modo, assim como nas questões referentes aos empregos públicos e aos sindicatos, os clubes esportivos passaram a ser mecanismos estruturais para o “controle” da população, conforme aponta o já citado Carlos Fico:

[...] tudo aquilo que depende de um aval de qualquer coisa dada pelo regime podia ser manipulado por esse esquema e isso era uma forma do controle e da violência (MEMÓRIAS, 2012).

⁴ Memórias do Chumbo: O futebol nos tempos do condor. Direção de Lúcio de Castro. Brasil: ESPN Brasil, 2012.

O futebol passou a ser uns dos principais meios da campanha publicitária do Governo, na segunda Copa do Mundo (1970) do período ditatorial, se apropriando dos símbolos nacionais, colocando como sua marca o patriotismo, o qual estava ligado diretamente com o Governo e vice-versa. Isso fez com que surgissem diversos *slogans* pró-Ditadura, buscando ganhar o apoio da população. Uns dos mais famosos, senão o mais famoso, foi “Brasil, ame ou deixe-o” (MEMÓRIAS, 2012). Toda esta estratégia não era apenas para manter a imagem favorável aos ditadores, mas, também, para colocar a prova a autenticidade da Ditadura.

Em 1966, a Seleção Brasileira de Futebol entrava em preparação para o Mundial que teria como sede a Inglaterra. Havia uma expectativa gigantesca de que a Seleção voltasse com a taça, já que seu elenco era recheado de grandes craques, como Pelé e Garrincha. Tinha-se uma expectativa muito grande sobre a Seleção, dado que era considerada uma das principais candidatas ao título. Essa expectativa gerava influências populares, mas a seleção passou a ser um objeto cobiçado, tanto por agentes que estavam dentro do esporte, quanto pelo próprio Governo. Se de um lado, temos a Ditadura que começou a montar articulações para se infiltrar nos vestiários, e até mesmo na casamata, por outro lado, temos o próprio presidente da CBD, João Havelange, almejando o tricampeonato para consolidar-se frente a uma possível candidatura à presidência da Federação Internacional de Futebol (FIFA).

A Seleção Brasileira, na Copa de 1966, teve uma estratégia muito arriscada para o governo ditatorial, pois se tinha preocupação de formular uma equipe e, além disso, fazer dessa equipe um instrumento de propaganda do militarismo. A propaganda, por si só, seria direcionada para o âmbito externo do País. Na preparação de 1966, segundo o depoimento de Carlos Eduardo Sarmiento ao documentário *Memórias do Chumbo – O futebol nos tempos do condor*, foram selecionados quatro times: os verdes, os amarelos, os azuis e os brancos, sendo que os jogadores dessas equipes ficariam no mínimo três meses em preparação no Brasil e cada uma dessas equipes tinha um itinerário, pré-definido entre a ditadura e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), a fim de percorrer cidades estratégicas. Entretanto, todo esse sistema de preparação não adiantou tanto para a CBD, bem como para a Ditadura Civil Militar, já que a Seleção Brasileira proporcionou um verdadeiro vexame na maior competição de futebol do Mundo.

Arthur da Costa e Silva assumiu o cargo de ditador da República em 1967, quando a repressão aumentava, bem como os protestos e manifestações. Em 13 de dezembro de 1968, foi instaurado aquilo que daria profundidade aos tempos mais horrendos e tristes do Brasil Republicano, o AI-5. Este acabou ficando conhecido como o “golpe dentro do golpe”, sendo

que a personificação do AI-5 era o delegado paulista Sérgio Ramos Fleury, o qual veio a criar o Esquadrão da Morte, sendo responsável por dezenas de execuções extrajudiciais (GUTERMAN, 2009, p. 179). Outro ponto que se intensificou de forma brutal foi a censura, como no caso do jornal *O Estado de São Paulo*, com censores dentro da redação, quando os militares usaram a desculpa de que seria uma “otimização” do trabalho, conforme está relatado ao nosso material de pesquisa. Para o bem da verdade, veio para controlar quais informações poderiam ser publicadas, sendo que, qualquer matéria que, por ventura, viesse a mencionar tortura, violação ou divergência dentro do âmbito militar, era censurada por esses agentes.

Jornalistas fugiam do país ou eram presos, assim piorava-se a situação que já era caótica na conjuntura brasileira. Aprofundavam-se o Terrorismo de Estado, poucas coisas escapavam aos olhos do Estado de Segurança Nacional, os clubes de futebol passavam a se submeter a Ditadura, sendo que qualquer nome levantado para um possível postulante a cargo em algum clube deveria passar por um aval do Estado. Segundo Fico em seu depoimento ao referido documentário abordado, os postulantes das organizações futebolísticas de cada estado brasileiro estavam agindo em prol dos militares. Os atletas e comissão técnica passam a ser cada vez mais vigiados além de serem feitos relatórios sobre seus atos nas suas vidas cotidianas, uns dos personagens mais marcantes neste período é o jornalista, que ficou mais conhecido por ser uns dos técnicos da Seleção Brasileira, João Saldanha sendo um árduo crítico da Ditadura Civil-Militar. Saldanha possuía raízes no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e isso gerava medo na cúpula dos militares, que desconfiavam que Saldanha poderia ter acesso a constantes viagens para outros países devido ao fato de estar à frente do cargo de técnico da seleção verde e amarelo, poderia estar levando consigo documentos para fora do país que denunciavam a tortura que aqui acontecia, além de levar ajuda aos exilados (MAGALHÃES, 2014, p. 91-93).

A intervenção direta que o governo fez na comissão técnica brasileira veio a derrubar João Saldanha do cargo de técnico da seleção, João já vinha desgastado e não foi demitido do cargo apenas por defender as ideias do PCB, mas também por ter grande influência e saber se manifestar. Havia um certo medo por parte dos militares devido ao desconhecimento sobre até onde poderia ir à influência de João Saldanha. E devido a essas questões já se tinha em curso um planejamento para derrubá-lo do comando da seleção. A saída de Saldanha do comando técnico da seleção brasileira, sucedeu-se após uma série de divergências com técnicos de outros clubes e principalmente com a alta cúpula militar, que desgostavam das manifestações de João frente a imprensa, onde relatava as torturas e os estado em que o Brasil se encontrava, declarações estas feitas não somente a imprensa nacional, mas também para imprensa

internacional (MAGALHÃES, 2014, p. 91-93). Além disso, e conforme nos aponta o documentário analisado, havia-se um desejo tremendo dos militares em demonstrar controle sobre a CBD, o presidente João Havelange acaba cedendo aos militares e acaba cedendo espaço dentro do comando da instituição. Desse modo, há a saída de Saldanha e conseqüentemente entrada de Zagallo para comandar a seleção na copa de 1970.

Outra mudança que vem a ocorrer é na comissão técnica com a introdução de mais militares que eram ligados ao sistema de repressão e ao sistema de inteligência. Conforme o documentário aqui já citado, além da queda de Saldanha os militares impõem à CBD o brigadeiro Gerônimo Bastos na chefia da delegação e esse por sua vez leva para a frente da chefia de segurança um agente da repressão Roberto Câmara Lima Ypiranga (MEMÓRIAS, 2012), cujo nome consta na lista de hoje dos indivíduos que estavam ligados a tortura e que João Saldanha possivelmente revelaria em uma crônica ao *Jornal do Brasil*.

Vou escrever uma matéria sobre a presença exigida, e por mim repelida de polícias espancadores na concentração. Foram barrados por mim, mas depois fui barrado por eles. Afinal de contas estavam no poder, e que poder. Trecho da entrevista de João Saldanha ao Folha de São Paulo (MEMÓRIAS, 2012).

Os militares temiam que as atrocidades cometidas por eles viessem à tona, manchando a imagem do governo, por conta disso o ditador Arthur Costa e Silva no ano de 1968 cria a Agência Especial de Relações Públicas (AERP). A criação da AERP surge após debates na cúpula militar sobre a necessidade de assegurar uma imagem favorável a ditadura buscando um papel agregador social (GUTERMAN, 2009, p.180) a AERP surge para passar construir uma identificação nacional, através deste programa ideológico.

A ditadura, durante o Governo de Costa e Silva, passou a ter uma estratégia de infiltração sobretudo em 1969 a infiltração passa a ser de suma importância sendo considerada uma marca vitoriosa como dito pelos próprios militares, a técnica de infiltração tentava buscar controlar a sociedade por agentes que eram da repressão. Um exemplo disso é a nomeação do já citado Roberto Ypiranga a chefia da segurança da delegação brasileira, não por mera coincidência esse esteve envolvido dois anos antes no atentado a explosão do gasômetro no Rio de Janeiro. A escolha de Roberto Ypiranga na delegação de 1970 tinha como objetivo controlar informações que saíam de dentro da delegação ou do vestiário, este era a espécie de um mensageiro da ditadura blindava as informações para que não saíssem para o âmbito externo (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 142).

Já para os jornalistas cobrirem as matérias da seleção teriam que possuir duas credenciais, uma imposta pela FIFA e o credenciamento da Seleção Brasileira, os jornalistas que não possuíssem uma das duas não poderiam cobrir a seleção no hotel onde essa estaria

alojada. Uns dos personagens que não pôde cobrir a seleção foi o próprio João Saldanha já que as credenciais passavam pelas mãos do sistema de segurança (MEMÓRIAS, 2012).

Se fora de campo parte da população passava por atos desumanos, dentro de campo a seleção do Brasil era só alegria, pois estava proporcionando dentro da competição grandes espetáculos futebolísticos. Isso fez com que boa parte da sociedade brasileira se encantasse, tudo o que o meticoloso governo brasileiro poderia sonhar, transformou-se em um mecanismo de legitimação, os militares que estavam no governo usaram e abusaram das propagandas publicitárias para se legitimar, principalmente no governo do ditador Médici, mas conforme podemos perceber através das palavras de Livia Magalhães:

Permanece a ideia de que o futebol e os esportes de uma maneira geral são usados, manipulados, pelos regimes autoritários. Da mesma forma com os torcedores, que participam supostamente sem o conhecimento da realidade em que vivem, o conhecido ‘nós não sabíamos’. [...] ajudam a problematizar essas memórias (MAGALHÃES, 2014, p. 13).

O futebol passa a ser uns dos mecanismos fundamentais na ditadura militar de Emilio Garrastazu Médici, este assume a sua posse frente a república em 1969 em meio a um cenário que até então era conturbado devido a uma crise no poder que abria as portas para uma conjuntura ainda mais violenta. Médici era uma figura que viria a ter grande visibilidade e influência em alguns setores da brasileira, movimentava um grande apelo da população dos trabalhadores do Brasil. Com Médici o Brasil estava em plenos momentos de empregos, mas, ainda havia desemprego e isso somado a identificação que tinha com a paixão pelo futebol, lhe rendiam bons frutos. Em depoimento dado em 1999 pelo ex-presidente Luís Inácio “Lula” Da Silva ao historiador Ronaldo Costa Couto, Lula diz:

Hoje a gente pode dizer que foi por conta da dívida externa, milagre brasileiro e tal, mas dado o concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. E foi no auge da repressão política mesmo, o que a gente chama de período mais duro do regime militar. A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era grande. Luís Inácio Lula da Silva (COUTO, 1999, p. 117).

A influência de Médici no âmbito trabalhista, juntamente com as propagandas publicitárias da ditadura criaram vínculos com boa parte da população, com o trabalho publicitário do Coronel Otavio Costa na Agencia Especial de Relações Públicas, se desenvolveram propagandas atrativas. Assim, fato que contribui para o sucesso da ditadura nesse período é a implementação do uso da televisão, o Brasil iria assistir pela primeira vez pela televisão um mundial. Conforme aponta Otavio Costa o início do uso da televisão facilitou muito a publicidade em torno do Ditadura Civil-Militar:

Essa repercussão pela televisão dá uma repercussão inimaginável, espantosa e multiplicou de muito o sucesso que os jogadores conquistaram em campo.

O Brasil foi bem-sucedido, o Brasil foi campeão e espantosamente isso apareceu o presidente surgiu. As coisas convergiam uma entre a outra. [...] O sucesso da Copa do Mundo foi a canção de Miguel Gustavo “Pra Frente Brasil. Otavio Costa. Militar responsável por boa parte da publicidade deste período em entrevista ao documentário (MEMÓRIAS, 2012).

Em meio a essa “cortina de fumaça” encobria-se muito bem os rastros da tortura realizada pela Ditadura Civil-Militar. Com o Brasil se consagrando tricampeão mundial as resistências contra a ditadura foram reprimidas com mais intensidade e o “milagre brasileiro” em curso, Médici se tornava cada vez um ditador influente, mesmo sendo um agente que girava em torno da repressão e tortura, encobrendo suas barbaridades como os exemplos acima citados. As pessoas estavam maravilhadas com a facilidade e usufruto do falso milagre econômico brasileiro, a maioria da população conseguia comprar eletrodomésticos e isso fazia do governo do Médici um governo excelente para uma classe social que teria um certo poder de aquisição (MEMÓRIA, 2012).

Com a conquista do tricampeonato o futebol se distinguiu entre o público e do privado, isso fica evidente quando o general Médici doa um cheque de 25 mil cruzeiros através da caixa econômica federal a cada jogador tricampeão, e quando o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf veio a responder um processo pelo ato de doar a cada jogador, um fusca bancado pelos cofres públicos (BOMBONATO, 2013, p. 23). O futebol passa a ser ainda mais monitorado, equipes de imprensa estavam em constante vigilância assim como João Saldanha que ainda era visto como um perigo para a ditadura e deveria ser controlado. Até mesmo João Havelange era vigiado pelos órgãos de informações e conforme está no conteúdo do documentário já citado produzindo pela ESPN, Havelange era submetido a inquéritos militares por conta da sua corrupção onde se denunciavam excessivas irregularidades no setor imobiliário “para a federação” e isso sustentava uma rede de corrupção mapeada através de Havelange, como aponta Carlos Eduardo Sarmiento também em entrevista ao documentário:

Os inquéritos sobre Havelange iriam muito mais que a corrupção, mas também por este ter um vínculo familiar que Havelange teria com Juscelino Kubitschek desde o primeiro IPM que foi convocado ele se recusou a levar um advogado levando consigo um amigo que era general e isso dava aos seus algozes uma preocupação. Trecho da entrevista de Carlos Sarmiento dada ao documentário *Memórias do Chumbo – O futebol nos tempos do condor*, 2012 (MEMÓRIAS, 2012).

Isso mostra como Havelange teria influências dentro do setor militar, que por parte dos militares com o então presidente da CBD se dariam em prol de uma sistemática inclinação da ditadura mandando e desmandando dentro da instituição em troca de um passe livre para que Havelange pudesse continuar com seus ativos esquemas de corrupção.

Outro personagem que fica muito em evidência nesse período é Edson Arantes do Nascimento - o Pelé. De acordo com os documentos do serviço de informações do extinto DOPS qualquer desconfiança que se tinha acerca de Pelé foi extinta no dia 21/10/1970 depois da conquista do mundial onde este ficou responsável por defender a ditadura. Conforme apura o relatório do DOPS de São Paulo obtido pelo o documentário.

[...] tendo ele asseverado que nem si quer tomara conhecimento do teor do referido documento, esclarecendo, ainda, que durante os jogos que realizou no México, Colômbia, e Bogotá foi assediado por comunistas para assinar manifestos contra o nosso Governo, com o que não concordou por ser contrário ao comunismo podendo, inclusive, fazer pronunciamento nesse sentido, se julgado conveniente.

Conclusão

Ao fim e ao cabo notamos que o futebol como espaço de cultura e lazer pode ser sim um ambiente propício para que governos tirem vantagens em prol de seus próprios benefícios, quem diz que o futebol e o âmbito político são duas esferas antagônicas que não podem ser relacionadas está cometendo um erro grotesco, a pessoa que afirma esse ponto não sabe nada ou sabe muito pouco sobre a história do Brasil. No decorrer dos anos podemos ver que não somente o futebol, mas o esporte como um todo foi utilizado como ferramenta política para atingir publicidade a determinados governantes, pratica vista geralmente em governos de cunho autoritário ou totalitário. O esporte passa a ser cobiçado pelo controle estatal, em busca de criar uma identidade nacional entre o governo e o esporte (GUTERMAN, 2009, p. 101).

No decorrer deste trabalho podemos perceber que a Ditadura Civil-Militar mantinha fortes laços com a CBD e vice-versa, esses laços iam desde a convocação de jogadores, escolha da comissão técnica, âmbito de segurança interna e externa, ou seja em quase todas as relações desportivas, tudo passa pela ditadura. Tanto é que, na copa de 1970, no México, os jornalistas brasileiros que iriam cobrir a seleção brasileira no mundial necessitavam de duas credenciais, uma imposta pela FIFA e outra pela CBD, forma esta que a Ditadura utilizou para controle de informação. Lembremos aqui os casos de João Saldanha e João Havelange, em que Saldanha seria um perseguido pelo governo devido a suas posições políticas e Havelange um agente que tanto ajudou a Ditadura Civil Militar, quanto foi ajudado pela mesma, assim sendo uns dos principais aliados e beneficiados pelo governo, assim consideramos que o esporte além de ter seu lado voltado ao lazer este é intrinsecamente ligado ao meio político, muitas vez sendo um objeto de disputa.

Podemos afirmar que o mundial de 1970 juntamente com o falso milagre econômico brasileiro foram dois mecanismos estruturais para a consolidação e polarização da ditadura

imposta por Médici. Porém, segundo as questões levantadas nesse trabalho não se pode dizer, portanto, que o futebol é apenas o famoso “pão e circo”. Mesmo que tenha sido um instrumento beneficiário para os militares e principalmente para as elites econômicas que apoiavam o governo, o fato de mexer com o sentimento nacionalista e com o patriotismo da nação, juntamente com a ferrenha censura em cima de suas atrocidades foram também fatores que contribuíram para que a ditadura se estabelecesse por 21 anos neste país.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Anderson da S. A Copa de 1970 nos folhetos de cordel: poesia, futebol e política em tempos de Ditadura. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0208, mai/ago. 2020.
- BOMBONATO, Pedro Guilherme Orzari. **Carnavalização e Linguagem: o futebol como dramatização da sociedade brasileira**, 2013. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da Ditadura e da Abertura: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e a sombra**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.
- GERHARD, Dilger. **Resistências no País do Futebol: a copa em contexto**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2014.
- GONÇALVES, Lucas Toledo. O CURIOSO CASO JOÃO SALDANHA: representações a partir do documentário memórias do chumbo – o futebol nos tempos do condor. **Tempos Gerais: Revista de Ciências Sociais e História**, São João Del-Rei, n. 1, p. 83-100, 2016.
- GUTERMAN, Marcos. Médici e o Futebol: a utilização do esporte mais popular do brasil pelo governo mais brutal do regime militar. **Projeto História**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 267-279, 2004.
- GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do País**. São Paulo: Contexto, 2009.
- KONRAD, Diorge Alcenio, LAMEIRA, Rafael Fatinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, 2011
- MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina**. Lamparina: Rio de Janeiro, 2014.
- MEMÓRIAS do Chumbo: O futebol nos tempos do condor. Direção de Lúcio de Castro. Brasil: ESPN Brasil, 2012.
- O DIA que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2013.

A *Ara Pacis Augustae* na Itália fascista: breve análise sobre a reorganização dos fragmentos a partir do *Cinegiornale Luce*¹

Augusto Antônio de Assis², UNICAMP

Resumo

O artigo pretende discutir a relação de apropriação do passado romano pelo regime fascista através da mobilização da *Ara Pacis Augustae* nos cinejornais do *Istituto Luce*. Para tanto, inicialmente objetivamos traçar um percurso analítico sobre o *culto della romanità*, mesclando bibliografia especializada e discursos de Benito Mussolini. *A posteriori*, analisaremos o cinejornal de 01 de dezembro de 1937, do *Istituto Luce*, em que os fragmentos de Florença da *Ara Pacis* são condicionados para o transporte a Roma. O esforço final consistirá na problematização das relações estabelecidas entre o conceito de *Pax* e a *Ara Pacis*, na Roma Antiga e na Itália Fascista, e os Usos do passado empreendidos por Augusto e Mussolini por meio do monumento.

Palavras chave: Usos do passado; *Ara Pacis Augustae*; *Culto della romanità*; cinejornal.

Abstract

The article intends to discuss the relation of appropriation of the Roman past by the fascist regime through the mobilization of *Ara Pacis Augustae* in the newsreels of the *Istituto Luce*. Therefore, we initially aimed to trace an analytical path about the *culto della romanità*, mixing specialized bibliography and speeches by Benito Mussolini. *A posteriori*, we will analyze the newsreel of December 1, 1937, of the *Istituto Luce*, in which the fragments of the *Ara Pacis* in Florence are conditioned for transport to Rome. The final effort will be to problematize the relations established between the concept of *Pax* and *Ara Pacis*, in Ancient Rome and in Fascist Italy, and the Uses of the past undertaken by Augusto and Mussolini through the monument.

Keywords: Uses of the past; *Ara Pacis Augustae*; *Culto della romanità*; newsreel.

Introdução

A mobilização do passado para referendar agendas políticas não é novidade no decurso da história. A Antiguidade Clássica, por exemplo, é constantemente reivindicada enquanto base étnica e cultural das sociedades do ocidente, fato acirrado durante o processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais. Na Itália fascista, tal radicalização foi levada às últimas consequências, instaurando-se um verdadeiro culto, no que tange a sociedade romana antiga. Todavia, todo processo de uso instrumental do passado acaba por deformá-lo, em vista das necessidades históricas dos sujeitos que o evocam. Imagens, símbolos, monumentos, governantes, valores dentre outras manifestações da Antiguidade, de cunho social, cultural e político, foram selecionados e enquadrados a partir de uma ótica ideológica fascista.

¹ Este estudo apresenta resultados parciais de pesquisa da Iniciação Científica em desenvolvimento com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n°: 2020/06052-6, sob orientação do Professor Galydson José da Silva/UNIFESP.

² Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas, bolsista de Iniciação Científica (FAPESP). Contato: augustoassis2q3d@gmail.com.

Dentro do *Culto della romanità* no *Ventennio* fascista, considera-se que a figura da *Ara Pacis Augustae*, monumento erigido à época de Augusto e reconstruído por Mussolini, é detentora de grande importância, em especial após a ocupação da Etiópia e a proclamação do império, no contexto de equivalência do *Duce* com o *Primo Imperatore*. Sua instrumentalidade central, em diálogo com todos os componentes da *Piazza Augusto Imperatore*, é atrelada à noção de *Pax* romana e seu paralelo fascista: a “*Pax* Mussoliniana”.

Uma das formas de divulgação em massa destes ideais foi por meio dos cinejornais produzidos pelo *Istituto Luce*, noticiários cinematográficos sobre a Itália e o mundo. Através de um conteúdo que, de maneira inédita, utiliza o audiovisual dinâmico, o fascismo instaurou uma verdadeira política da imagem, visando a construção de um imaginário social que fosse capaz de legitimar e glorificar seus meios e fins. Tal empresa pode, portanto, ser compreendida como parte de um mecanismo que almeja o poderio sobre o sentido, suprimindo possibilidades alternativas de representações sobre o passado, o presente e o futuro da coletividade.

O *Culto della romanità* no *ventennio* fascista

Os estudos sobre a Antiguidade clássica são constantemente evocados, em diferentes épocas e temporalidades, ao longo da história do ocidente. No decurso do século XIX, até meados do XX, entremeio à ascensão e consolidação dos Estados nacionais, o discurso histórico é atrelado às questões identitárias, onde atua numa chave legitimatória. Deste modo, a noção de herança pauta a afirmação, edificação e manutenção de uma comunidade de destinos comuns (SILVA, 2007, p. 27).

Para tanto, a História Antiga volta-se para uma erudição de caráter conservador, em detrimento de processos interpretativos (FUNARI, 2003, p. 29). Supostamente estática e passiva, a Antiguidade seria suscetível à plena e objetiva descrição, ignorando-se, contudo, a incessante deformação da história à face daqueles que a moldam. Destarte, pode-se dizer que o caráter instrumental conferido ao passado referendou inúmeros preconceitos e processos de opressão, como o racismo, o machismo e os regimes autoritários (SILVA, 2007, p. 28). Todavia, o desenvolvimento de estudos com amplo manancial crítico e atentos às nuances entre presente e passado permitem a desconstrução e a oposição em relação a tais categorias nefastas.

No contexto italiano, a romanidade já é basilar à história desde o medievo, fator, contudo, radicalizado após a reunificação nacional, onde as pretensões colonialistas no norte da África são moralmente ratificadas (PARODO, 2016, p. 1-3). Mas o ápice desse processo pode ser observado durante o *ventennio* fascista, onde a Roma antiga foi idealizada e seu culto

instaurado. O *Culto della romanità* não foi somente um paralelismo ideológico entre presente e passado, mas a tentativa de estabelecimento de uma amálgama entre os processos históricos antigo e fascista (SILVA, 2018, p. 143). A noção de *retorno* ao passado, por exemplo, foi duramente criticada por Giuseppe Bottai, ministro da educação (1936-1943), dado que a romanidade não poderia ser ensinada, linearmente, mas sim interpretada e desenvolvida, de maneira diacrônica (GIUMAN; PARODO, 2016, p. 37).

A utilização política do campo de construção do conhecimento tido como oficial foi levada a cabo. Ademais, parte da produção histórica e arqueológica estava atrelada ao *locus* institucional, estabelecendo uma relação de dependência para com o posicionamento ideológico dominante. Diversos historiadores buscaram estudar temas de interesse do regime e alguns até estabeleceram correlações diretas entre Roma Antiga e a Itália do *Duce*. Essa postura, contudo, não foi homogênea durante todo o regime, oferecendo ao meio acadêmico alguns focos de resistência - às vezes apenas “afacista”-, que foram progressivamente se esvaindo com o enrijecimento da política cultural fascizante, em especial na década de 1930 (CLEMENTE, 2010, p. 296).

A arqueologia, por sua vez, ainda que mediada por relações de poder semelhantes àquelas do campo histórico, passava por um período áureo de desenvolvimento técnico, financiado e inflamado pelos fascistas, e de novas descobertas. Nas palavras do próprio Mussolini:

Não passa dia em que não retorne à luz do Sol algum documento da grandeza de Roma. A terra parece ansiosa para restituir os vestígios do que foi o império mais vasto da história. Por que negar a existência de algo misterioso no fato de que essas descobertas, em todos os cantos da Europa, coincidem com o tempo fascista, que retomou os símbolos de Roma e atribui ao povo italiano as virtudes que tornaram dominante e poderosa Roma?³ (MUSSOLINI, 1958, v. XXVI, p. 51).

Misteriosa, do mesmo modo, seria a *origem* e a *continuidade*. O *Duce*, ao tratar da *origem*, afiança que, no tocante à exegese do Império romano, a crítica histórica não seria capaz de dizer:

Por quais talentos secretos ou por qual projeto de inteligência suprema uma pequena população de camponeses e pastores poderia, pouco a pouco, ascender ao poder imperial e transformar no curso de poucos séculos a obscura vila de cabanas nas margens do Tibre em uma cidade gigante, que contava

³ Tradução nossa. “Non passa giorno in cui non ritorni alla luce del sole qualche documento della grandezza di Roma. La terra sembra ansiosa di restituire le vestigia di quello che è stato l'impero più vasto della storia. Perché negare l'esistenza di qualche cosa di misterioso nel fatto che queste scoperte in ogni angolo d'Europa coincidono col tempo fascista, che ha ripreso i simboli di Roma e addita al popolo italiano le virtù che fecero dominatrice e potente Roma?”

seus cidadãos a milhões e dominava o mundo com suas legiões⁴ (MUSSOLINI, 1956, v. XX, p. 234-5).

A Roma fascista teria, entretanto, dois problemas, os de necessidade e os de grandeza. Enquanto o primeiro diz respeito a moradia e comunicação, o segundo versa sobre a efetivação da *continuidade*. Para tanto, Mussolini afirma:

Toda a Roma antiga deve ser libertada de desfigurações medíocres, [...] a Roma monumental do século XX deve ser criada. Roma [...] deve ser uma cidade digna de sua glória, e esta glória deve se renovar constantemente para transmiti-la, como um legado da era fascista, às gerações vindouras⁵ (MUSSOLINI, 1956, v. XX, p. 235).

A ideia do culto é atrelada ao “mistério da continuidade”, no qual seria função do regime fornecer uma bagagem pedagógica psicofísica ao italiano, a fim de garantir a perpetuação da Roma antiga, criando assim o “novo homem fascista” (GIUMAN; PARODO, 2016, p. 37).

A construção da imagem sobreposta entre o moderno e o antigo pautou-se, em grande medida, na instrumentalização massiva da cultura, mobilizando, em especial, os meios de divulgação de massa. Apesar do alcance relativamente alto dos escritos, a difusão dos discursos, tanto em cima de palanques, quanto pelo rádio, obteve uma efetividade bem mais elevada (GIARDINA, 2008, p. 71). Todavia, a maior ferramenta de interlocução da romanidade foi através da cultura visual. A massificação de imagens e signos romanos possibilitava que os italianos acessassem a romanidade mesmo sem o conhecimento da língua latina. “A repetitividade e a frequência da imagem-símbolo permitiam que, fora de uma leitura cultural, *fascios*, águias, colunas, arcos triunfais agissem sobre o público com uma relação perceptiva imediata e primária, análoga a do slogan publicitário.”⁶ (MALVANO, 1988, p. 153)

Um dos maiores avanços no campo cultural deu-se na cinematografia, através da tentativa de apropriação de suas potencialidades, como a grande difusão de sentidos, o amplo e fácil acesso e o ampliamiento sensorial em relação ao receptor, através do conteúdo audiovisual (FERRO, 1992, p. 14). Em 1925, Mussolini eleva *L'Unione Cinematografica Educativa* ao status de sociedade paraestatal: o *Istituto Nazionale Luce* (MORALES, 2007, p. 415). Constituída em 1924, a fim de produzir material instrutivo e educativo para a população, a

⁴ Tradução nossa. “Per quali doti segrete o per quale disegno d'una intelligenza suprema un piccolo popolo di contadini e di pastori poté, grado grado, assurgere a potenza imperiale e tramutare nel corso di pochi secoli l'oscuro villaggio di capanne sulle rive del Tevere in una città gigantesca, che contava i suoi cittadini a milioni e dominava il mondo colle sue legioni.”

⁵ Tradução nossa. “Bisogna liberare dalle deturpazioni mediocri tutta la Roma antica, [...] bisogna creare la monumentale Roma del ventesimo secolo. Roma [...] deve essere una città degna della sua gloria, e questa gloria deve rinnovare incessantemente per tramandarla, come retaggio dell'età fascista, alle generazioni che verranno.”

⁶ Tradução nossa. “La ripetitività, e la frequenza dell'immagine-símbolo faceva sì che, al di fuori di una lettura culturale, fasci, aquile, colonne, archi trionfali, agissero sul pubblico com un rapporto percettivo immediato e primario, analogo a quello dello slogan pubblicitario.”

sociedade foi rapidamente atrelada ao regime, que a enxergou enquanto notável meio de veiculação propagandística (GUZZO, 2016, p. 201).

Alinhados aos preceitos de difusão cultural e instrução da população, os cinejornais Luce, com breves notícias sobre diversas localidades da Itália - e também do mundo -, passam a ser obrigatórios em todas as salas de cinema italianas, a partir de 1926 (GIARDINA, 2008, p. 71). Ademais, as produções do instituto tinham ampla penetração no tecido social:

O LUCE possuía um sistema de distribuição próprio e bastante eficaz, formado por pequenos Luces regionais que se ocupavam de distribuir os filmes nas escolas, centros, associações e cinemas. Quando uma cidade não tinha cinema, o furgão do LUCE, equipado com tela, projetor e pessoal, se dirigia as praças para promover uma exibição pública (ROSA, 2012, p. 63).

A romanidade, um dos pilares do instituto, foi sensorialmente ampliada, e, mediada pela estética persuasiva, tornou-se cada vez mais familiar e acessível no cotidiano italiano.

Dentro da política de imagem, a cultura material assume um papel central. A revitalização e reprodução de diversos monumentos romanos ocorre nesse período. Réplicas da estátua Augusto de Prima Porta, por exemplo, são colocadas em diversas escolas de Roma, que também doa várias para outras cidades italianas (GIARDINA, 2013, p. 60). Uma cópia em bronze da mesma é doada por Mussolini a Zaragoza, já no regime franquista, com tom de união entre italianos e espanhóis sob a égide augustana (SILVA; RUFINO, 2014, p. 355-6). Do mesmo modo, a circulação de selos com representações de inúmeras construções antigas difundiu em larga escala o ideal romanístico (ZERI, 2006, p. 27).

A já citada espetacularização do trabalho arqueológico é levada a cabo também na arquitetura. As reformas urbanas tinham um amplo teor classicista, em detrimento da “decadência” moral e cultural do medievo. As políticas de *sventramenti* consistiam na destruição e remoção de inúmeras áreas centrais de Roma, consideradas como irrelevantes e vulgares; os monumentos da Antiguidade foram isolados e restaurados (LEITE, 2012, p. 115). O processo de higienização empurrou a população pobre para as periferias da cidade, em condições extremamente precárias, aumentando a miséria (INSOLERA, 2001, p. 12-5).

Todavia, do ponto de vista ideológico, tais premissas já estavam muito bem demarcadas pelo *Duce*. O objetivo central era a transformação da imagem de Roma, que: “deve parecer maravilhosa a todos os povos do mundo: vasta, ordenada, poderosa, como era na época do primeiro império de Augusto.”⁷ Para tanto, os *sventramenti* eram necessários, pois: “Tudo o

⁷ Tradução nossa. “deve apparire meravigliosa a tutte le genti del mondo: vasta, ordinata, potente, come fu ai tempi del primo impero di Augusto.”

que cresceu ao seu redor nos séculos de decadência deve desaparecer.”⁸ E, do mesmo modo, as construções da antiga Roma deveriam ser isoladas: “Os monumentos milenares de nossa história devem elevar-se na necessária solidão.”⁹ (MUSSOLINI, 1957, v. XXII, p. 48)

O Plano Regulador de Roma de 1931 ratificou as propostas urbanísticas já pontuadas em 1925 (CEDERNA, 2001, p. 162-3). Em 1934, Mussolini dá o golpe simbólico que iniciou a destruição dos casarões no entorno do Mausoléu de Augusto (fotografia 1), em prol da construção da *Piazza Augusto Imperatore*, de suma importância para nosso trabalho, melhor discutida mais adiante.

Fotografia 1 – Mussolini dà il primo colpo di piccone ai lavori per l’isolamento dell’Augusteo.



Fonte: *Istituto Nazionale Luce* (1934).

Assim como ocorre em todo processo de mobilização política da história, o passado é idealizado nos moldes requeridos pelo operador. Logo, a História romana sofreu inúmeras distorções, acréscimos e supressões a fim de adaptar-se aos contornos fascistas. Um dos debates centrais da época girou em torno de qual seria sobre qual Roma a ser seguida: a republicana ou a imperial.

A Roma tradicionalista e conservadora da idade médio-republicana ou a totalmente cosmopolita do período imperial? A Roma que defende seus privilégios pela força das armas contra as reivindicações legítimas dos aliados

⁸ Tradução nossa. “Tutto ciò che vi crebbe attorno nei secoli della decadenza, deve scomparire.”

⁹ Tradução nossa. “I monumenti millenari della nostra storia devono giganteschi nella necessaria solitudine.”

italicos ou aquela universalista que não hesita em conceder a cidadania plena a todas as populações do império? [...] Todas e nenhuma¹⁰ (GIUMAN; PARODO, 2016, p. 38).

Os empecilhos gerados na tentativa de diferenciá-las ou separá-las acabou resultando na amálgama (GIARDINA, 2008, p. 64). A própria operação política efetuada no campo histórico torna essa conclusão particularmente previsível. A reivindicação do passado já é, por si só, um processo permeado de ambiguidades e descontinuidades. Contudo, seu encadeamento massivo necessita de uma dimensão majoritariamente genérica. Conformar a história romana aos auspícios fascistas significa oscilar, de acordo com as necessidades do momento, entre as inúmeras possibilidades de construção e reconstrução do passado.

As condições históricas da década de 1930 vão, de maneira progressiva, aproximando o *Culto della romanità* a tópicos mais relacionados à lógica imperial. Em 1936, após a invasão e anexação da Etiópia, o *Duce* anuncia o ressurgimento do império na trilha da romanização:

A Itália tem finalmente seu império. Império fascista, porque traz os sinais indestrutíveis da vontade e do poder do *Littorio* romano [...]. Império de civilização e humanidade para todas as populações da Etiópia. Isso está na tradição de Roma, que, após ter vencido, assimila os povos ao seu destino¹¹ (MUSSOLINI, 1959, v. XXVII, p. 268-269).

Augusto, visto como o fundador do império romano, é uma imagem a ser construída e buscada por Mussolini, fundador do novo, fascista. Longe de significar que a imagem do *Primo Imperatore* já não tivesse ampla penetração no tecido social e cultural da sociedade italiana; todavia, agora a imagem de Augusto é dotada de uma aura divinizada enquanto representante universal da *romanità* (VISSER, 1992, p. 15). As possibilidades propagandísticas foram, ainda, ampliadas pela proximidade com as comemorações em decorrência do Bimilenário do nascimento de Augusto.

Entre 1937 e 1938 ocorreu a *Mostra Augustea della Romanità*, uma exposição sobre o *Primo Imperatore* a fim de celebrar os dois mil anos de seu nascimento. O conteúdo da mostra apresentava uma verdadeira imersão cultural na vida romana, através de costumes, usos e valores, tudo mediado pelo programa ideológico do regime fascista. O evento também representou uma maior interlocução entre o meio acadêmico e a população em geral, que

¹⁰ Tradução nossa. “La Roma tradizionalista e conservatrice dell’età medio-repubblicana o quella pienamente cosmopolita del periodo imperiale? La Roma che difende con la forza delle armi i propri privilegi contro le legittime rivendicazioni degli alleati italici o quella universalistica che non esita a concedere a tutte le popolazioni dell’impero la piena cittadinanza? [...] Tutte e nessuna.”

¹¹ Tradução nossa. “L’Italia ha finalmente il suo impero. Impero fascista, perché porta i segni indistruttibili della volontà e della potenza del Littorio romano [...]. Impero di civiltà e di umanità per tutte le popolazioni dell’Etiopia. Questo è nella tradizione di Roma, che, dopo aver vinto, associava i popoli al suo destino.”

compareceu em peso, proveniente de todos os locais da Itália (GIARDINA, 2008, p. 60). Contudo, os preparativos já estavam em curso há vários anos.

No II Congresso Nacional dos Estudos Romanos, realizado em 1930, foram estabelecidas as metas para a mostra. Os primeiros pontos estipulados dizem respeito à restauração do Mausoléu de Augusto e a reconstrução da *Ara Pacis Augustae* - Altar da paz de Augusto (D'AGOSTINO, 2014, p. 45). O isolamento do Mausoléu de Augusto dá-se nesse contexto, com a construção da *Piazza Augusto Imperatore*, sistematizada pelo arquiteto Vittorio Monpurgo¹². A praça abrigaria ainda a *Ara Pacis*, cujos trabalhos de reconstrução e restauro estavam a cargo do arqueólogo Giuseppe Moretti. O altar seria reinaugurado por Mussolini em 23 de setembro de 1938, enquanto evento de encerramento da mostra. Os dois monumentos, erigidos à época de Augusto, simbolizaram a harmoniosa comunhão dos impérios romano e fascista aos olhos do *Duce* (IONESCU, 2014, p. 79).¹³

O Primo Imperatore, ao retornar vitorioso das campanhas militares da Gália e da Espanha, em 13 a.C., instaura o que viria a ser conhecido como *Pax romana*, um período de aproximadamente 200 anos, a variar de acordo com a literatura - antiga e moderna -, pautado na estabilidade, abundância e, principalmente, paz. O senado, no mesmo ano, ordena a construção da *Ara Pacis*, em homenagem a Augusto, enquanto símbolo de uma era.¹⁴ Após a ocupação da Etiópia e a proclamação do império, Mussolini anuncia o início de um período de prosperidade, reiterando a noção de paz - que assume feições “mussolinianas” -, reificada, novamente, no altar (D'AGOSTINO, 2014, p. 49).

Ambos - repetia-se - pacificaram a Itália pondo fim a uma grave crise política e social, ambos restauraram a disciplina, expurgaram o Senado, transformaram a milícia partidária em milícia nacional, promoveram o crescimento demográfico, defenderam os bons costumes e a família, relançaram a agricultura e exaltaram os valores morais da vida rural que se expressavam no patriotismo do soldado-camponês¹⁵ (GIARDINA, 2013, p. 57-58).

Ademais, é importante evidenciar que nos dois contextos a paz é indissociável da guerra. A construção da *Ara Pacis* no Campo de Marte reforça a dialética augustana de edificação da

¹² Três igrejas da região são preservadas e integradas na praça, evidenciando a incorporação de valores cristãos aos ideais antigos, como *Caritas*, *Pietas* e *Iustitia* (LEITE, 2012, p. 123).

¹³ A *Ara Pacis* é reconstruída desrespeitando sua localização original, a fim de estabelecer uma relação descontextualizadas com o mausoléu; tudo em prol da equivalência do *Duce* com o *Primo Imperatore*.

¹⁴ Faz-se necessário ressaltar que a construção do altar simbolizava a prosperidade daquele momento histórico específico. Apesar do alto otimismo no tocante a um horizonte de expectativas, é somente *a posteriori* que o mesmo passará a ser enxergado enquanto marco inicial de um processo mais amplo.

¹⁵ Tradução nossa. “Entrambi – si ripeteva – avevano pacificato l’Italia ponendo fine a una grave crisi politica e sociale, entrambi avevano ripristinato la disciplina, epurato il senato, trasformato la milizia di parte in milizia nazionale, promosso la crescita demografica, difeso i buoni costumi e la famiglia, rilanciato l’agricoltura ed esaltato i valori morali della vita rurale che si esprimevano nel patriottismo del soldato-contadino.”

paz na guerra. Visão reforçada por Mussolini que, no anúncio da vitória italiana na Etiópia, expressa um dos ideais do regime fascista: “Império de paz, porque a Itália quer a paz para si e para todos e decide pela guerra somente quando é obrigada pelas imperiosas, incoercíveis necessidades da vida.”¹⁶ (MUSSOLINI, 1959, v. XXVII, p. 268-9). Entretanto, o conceito de paz e suas fundamentações, nos dois contextos, são extremamente menos lineares e bem mais problemáticas que os auspícios fascistas.

O processo de reconstituição da *Ara Pacis* foi extremamente conturbado. Em 1568, dez fragmentos foram encontrados por acaso durante a construção do *Palazzo Peretti*, onde, após reparos em 1859, mais 17 foram recuperados. Escavações arqueológicas de 1909 descobrem a posição exata do altar e mais 53 fragmentos, mas instabilidades na fundação do prédio e o risco de inundação impediram a continuidade dos trabalhos. O regime fascista, que já vinha impulsionando fortemente o desenvolvimento tecnológico da arqueologia, patrocina a campanha que, entre 1937 e 1938, recupera enfim boa parte do que faltava do altar e, como já dito, o reconstrói na *Piazza Augusto Imperatore*.¹⁷ Alguns dos fragmentos do altar, durante o longo processo de descoberta, acabam se espalhando por museus da Europa, mas são requisitados pelos fascistas (CLARIDGE, 2010, p. 213).¹⁸

Alguns dos momentos de reagrupação e restauro, adjunto à reinauguração, são retratados pelos cinejornais do *Istituto Luce*, ou seja, estavam inseridos em um fundamental veículo de divulgação em massa dos ideais fascistas. Partimos do princípio de que a análise crítica desses materiais pode corroborar para a problematização do uso político da História Antiga pelo fascismo, no tocante à *Ara Pacis Augustae* e ao conceito de paz. Nossa principal fonte é a edição de primeiro de dezembro de 1937, onde foi noticiada a recuperação dos fragmentos da *Galleria degli Uffizi*, em Florença, e seu transporte para Roma. Faz-se necessária, contudo, uma breve explicação do manancial teórico-metodológico mobilizado para esta empreitada, analisando algumas das possibilidades na mobilização do cinejornal enquanto fonte histórica.

¹⁶ Tradução nossa. “Impero di pace, perché l'Italia vuole la pace per sé e per tutti e si decide alla guerra soltanto quando vi è forzata da imperiose, incoercibili necessità di vita”.

¹⁷ A *Ara Pacis* ainda passaria por mais reformas, *a posteriori*, incluindo uma remontagem completa, com correções nos trabalhos então realizados. Os detalhes desse processo fogem, contudo, do escopo do nosso trabalho.

¹⁸ Mesmo que a maioria tenha sido devolvida no empreendimento de reconstrução, o Louvre, por exemplo, possui ainda hoje um dos fragmentos do altar. Disponível em: <<https://www.louvre.fr/en/oeuvre-notices/fragment-ara-pacis-altar-peace>>, acesso em 12, set., 2020.

A imagem e o imaginário social: ferramentas para pensar o cinejornal

A fim de realizarmos a análise da fonte em questão, optamos por mobilizar três conceitos de diferentes autores que, apesar das temáticas distintas, oferecem um interessante manancial crítico para nossos objetivos. Entendemos tais acepções como não excludentes, e sim, dotadas de potencial para se completar e enriquecer a análise.

O conceito de imagem, estudado por Hans Belting, define que a mesma teria um local de excelência para acontecer, o corpo humano. As experiências sensoriais, mediadas pela observação, definem a percepção. O processo de figuração seria composto pela tríade imagem, meio corpo. O meio possibilita a veiculação da imagem que, contudo, só se concretiza de fato através da animação do espectador, não enxergado enquanto sujeito passivo (2014, p. 10, 22, 32). A imagem da *Ara Pacis* não se confunde com o suporte material, que é por onde ela se “corporiza”. O meio pode circunscrever e transformar a percepção, orientando a experiência do corpo a partir da observação (*Ibidem*, p. 24).

A relação intermedial evoca imagens a partir de diversos suportes, pressupondo a consciência de sua coexistência. Desse modo, uma foto, apesar de poder apresentar a mesma imagem do altar, é um meio diferente. A correlação entre imagens em comum e meios distintos bebe e alimenta um conjunto de representações mentais (*Ibidem*, p. 65). O suporte cinematográfico encadeia imagens em movimento, em um ambiente escuro, com a intervenção do som, alterando a experiência sensorial. Tudo atua sobre um observador aparentemente imóvel, mas dotado de ampla atenção semântica, que concretiza, relaciona e percebe imagens o tempo todo (*Ibidem*, p. 61-2).

Como meio, a existência do filme resume-se à percepção instantânea e limita-se ao momento em que a percepção ocorre; constitui a temporização radical da imagem e, portanto, uma forma diferente de percepção. [...] Efetivamente, através do aparelho que gera a ilusão cinematográfica, a projeção esbate e elide as fronteiras entre meio e percepção. O meio filme não existe no estado passivo, pois carece da animação técnica que gera no espectador a impressão de que as fugidas imagens fluindo diante dos seus olhos são apenas as suas próprias imagens como aquelas que pode experimentar na imaginação e no sonho (*Ibidem*, p. 101).

No nosso caso, o meio técnico do filme ainda perpassa a dimensão de um veículo de informação de massa, na qual busca-se construir uma realidade específica para as imagens através do fascínio para com a encenação medial. O mundo se torna acessível, mas sempre por meio de intermediários. Contudo, a percepção ainda é, de maneira imanente, antropológica. (*Ibidem*, pp. 32, 57). Ademais, acrescentamos às reflexões do autor, devido à especificidade do objeto, que o meio jornalístico produz, por vezes, um discurso de autoridade, mascarando seus preceitos ideológicos numa suposta descrição objetiva.

Portanto, uma imagem cinejornalística é de natureza complexa e multissensorial, com possibilidades de interferência técnica, através do suporte, a fim de direcionar o processo de percepção. Todavia, mobilizar imagens a fim de construir qualquer sensação de ilusão, em maior ou menor grau, só é possível a partir de um conjunto de representações mentais que seja coletivo (*Ibidem*, p. 102); exequível por meio do imaginário social.

O imaginário social é definido por Bronislaw Baczko como um conjunto de representações da vida em sociedade, como suas instituições, agentes e autoridades. Consolidado pela coletividade, através de suas aspirações, ele é uma das forças reguladoras da vida e, deste modo, um mecanismo de exercício do poder, em especial o político, que pleiteia legitimação (1985, pp. 309-0, 314). Quanto mais um Estado tende ao totalitarismo, mais ele almeja o monopólio do sentido. Para tanto, busca-se suprimir as representações que não caucionem seu ideal de imaginário social - legitimador e glorificador -, o reduzindo a um “real deformado” (*Ibidem*, pp. 297, 314). Durante o *ventennio* fascista tal operação pode ser exemplarmente observada, sobretudo através do *culto della romanità*.

Os discursos, que reúnem as representações coletivas, tornam o imaginário social inteligível por intermédio dos símbolos, modelando comportamentos e introduzindo valores.

Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum. (*Ibidem*, p. 311)

O simbolismo é, ao mesmo tempo, obra e instrumento. Por corolário, a imagem necessita do conjunto de representações coletivas para atuar na construção de sentidos, contudo, o imaginário social só pode existir por meio dela - vista enquanto símbolo.

A cidade, explorando a carga simbólica das formas ao projetar nelas o imaginário social, é um espaço privilegiado de exercício do poder (*Ibidem*, p. 313). As reformas urbanas do *Duce* mobilizam a arquitetura para traduzir o prestígio e o poder do regime. Além disso, tal relação é intercedida pelos meios de divulgação de massa, que “amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam” (*Ibidem*, p. 313). A reinauguração da *Ara Pacis* se insere no contexto de fortalecimento da legitimidade do regime, mobilizando o *locus* singular da cidade, através da busca pelo monopólio do sentido e de seus meios de difusão.

Por fim, toda a relação proposta entre imagem e imaginário social, por meio do cinejornal, ocorre sob o conceito fundamental de nosso trabalho: os Usos do passado, uma área dentro dos estudos de Recepção dos Clássicos. Como observa Martindale, a recepção focaliza

o diálogo trans-histórico, de perspectiva bidimensional, conceituando tanto o antigo como o moderno enquanto clássico. Rompe-se, assim, a noção estática de passado, o receptor assume papel central na atribuição de significados às obras. “A Antiguidade está constantemente mudando, à medida que modernidades em constante mudança dialogam com ela; as obras antigas passam a ter um significado distinto sob diferentes condições modernas.”¹⁹ (2013, p. 175). Entretanto, nos diferenciamos do posicionamento do autor, em dois pontos específicos, ao ampliar a categoria de clássico para a de Antiguidade, e por considerar que os processos de recepção já aconteciam mesmo nos períodos antigos.

Todavia, a área dos Usos do Passado se diferencia por seu enfoque analítico no caráter instrumental do passado mobilizado, buscando compreender os acréscimos, supressões e distorções que objetivam abusos no presente. Karlsson aponta que os diferentes usos do passado refletem a consciência histórica de determinadas sociedades, correspondendo a valores fundamentais da vida, como a identidade, a moral, a política e a ideologia, em diferentes graus de força e urgência, num processo sempre mediado pela cultura (2012, p. 137). Ademais, “os usos do passado atuam para criação e consumo de uma narrativa que, produzida no presente, não deixa de estabelecer expectativas para o futuro” (SILVA; FUNARI; GARRAFFONI, 2020, p. 45). Realizadas as demarcações dos principais conceitos e categorias mobilizados, partimos agora para a apresentação e análise específica do documento.

A grande e significativa obra de restituição da *Ara Pacis*

Em primeiro de dezembro de 1937 foram ao ar oito cine-reportagens do *Cinegiornale Luce B* (b1211). A sexta, situada em Florença, apresentava a preparação e o acondicionamento dos fragmentos da *Ara Pacis*, na *Galleria degli Uffizi*, para o transporte à Roma, no contexto de reconstrução do monumento em prol das comemorações do bimilenário do nascimento de Augusto. Produzida pelo *Istituto Nazionale Luce*, com direção artística de Arnaldo Ricotti, a película tem duração de 53 segundos, em preto e branco, e apresenta narração dos acontecimentos ao fundo.

O *Archivio Storico Luce*, parte do *Istituto Luce Cinecittà*, guarda um rico acervo audiovisual sobre o século XX italiano, com diversas coleções fotográficas, cinematográficas e documentárias, mas a mais relevante é certamente seu próprio acervo institucional; incluem-se aqui os cinejornais fascistas. O projeto de digitalização do acervo possibilita um fácil acesso a

¹⁹ Tradução nossa. “Antiquity is constantly changing as ever-changing modernities engage in dialogue with it; the ancient works come to mean differently under different modern conditions.”

essa documentação, através do sítio online: <https://www.archivioluce.com/>. O processamento técnico de nosso objeto,²⁰ tituló o recorte da seguinte maneira: O transporte dos fragmentos da Ara Pacis a Roma a mando do Duce em ocasião do bimilenário de Augusto²¹, dentro da temática *celebrazioni civili*, a sexta mais recorrente dentro da série documental.

O cinejornal começa com a apresentação do *locus* da reportagem, *Firenze*, com a bandeira da Itália fascista ao fundo - cena típica em todos os cinejornais da época, alterando somente o nome da cidade. A gravação se inicia com uma vista panorâmica de Florença a partir da janela da Galeria; na sequência, trabalhadores arrancam os frisos da *Ara Pacis* da parede, os acondicionam em caixas para a viagem, que são, por fim, sugestivamente carregadas para fora da instalação, com o *Palazzo Vecchio* na paisagem. Praticamente toda a cena é acompanhada de narração de fundo e de uma música incitativa nos momentos de silêncio.

No sentido de facilitar o acesso ao documento, transcrevemos o áudio:

A cidade de Florença, pela grande e significativa obra de restituição da *Ara Pacis* ordenada pelo *Duce* por ocasião do Bimilenário de Augusto, guarda todos os fragmentos que preservou durante séculos e que estão entre as peças mais significativas que a escultura romana deixou. Os fragmentos do altar, cuja construção, como se sabe, foi deliberada pelo Senado romano no ano 12 a.C. em decorrência do retorno de Augusto das campanhas vitoriosas da Gália e da Espanha, e que representam a proteção com Augusto, seus familiares, os flâmines, personagens do séquito, outros ricamente ornados com ramos vegetais e, finalmente, um representando três figuras alegóricas, possivelmente a terra, o ar e a água, estão destacados das paredes da sala da *Galeria degli Uffizi*, onde foram coletados, e devidamente embalados em uma caixa dupla para o transporte à Roma.²²

Um dos grandes movimentos do cinejornal é demarcar um local de relevância para a *Ara Pacis* dentro do imaginário do público. É fundamental não perder de vista que uma política de massa, como a da imagem, lida com uma grande heterogeneidade, logo, o conhecimento prévio sobre o altar e sua importância, antiga e atual, é bem distinto. Portanto, diferentes conexões explicativas são sobrepostas, autorreferenciando-se, a fim de uma maior abrangência, tanto reforçando conceitos prévios, quanto construindo novos.

²⁰ Disponível em: <https://patrimonio.archivioluce.com/luce-web/detail/IL5000027651/2/index.html>. Acesso em: 18, set., 2020.

²¹ Tradução nossa. “*Il trasporto di frammenti dell’Ara Pacis a Roma per volere del Duce in occasione del bimillenario di Augusto*”.

²² Transcrição e tradução nossa. “La città di Firenze, per la grande e significativa opera di restituzione dell’Ara Pacis voluta dal Duce in occasione del Bimillenario di Augusto, a c’è tutto i frammenti che essa conservava da più secoli e che sono tra i pezzi più significative che la scultura romana c’è abbia lasciato. I frammenti dell’Ara, la cui costruzione come noto fu deliberata dal senato romano nell’anno dodici avanti Cristo, a ritorno di Augusto dalle vittoriose campagne della Gallia e della Spagna, e che rappresentano la protezione con Augusto, i suoi familiare, i flâmini, personaggi del séquito, altri con ricche ornati di tralci vegetali e uno infine che rappresenta tre figure allegoriche, forse la terra, l’aria e l’acqua, vengono distaccati dalle pareti della sala della Galleria degli Uffizi, dove erano raccolti, e è correttamente imballati in una doppia incassatura per il trasporto a Roma.”

Ademais, o evento é demarcado de maneira enfática: a “grande e significativa obra de restituição da *Ara Pacis*”, que o próprio *Duce* está movendo esforços para realizar. Um trabalho tão grande e significativo necessita de uma justificativa de igual monta, entretanto, recebe três, que corroboram para a monumentalização do altar. Percebe-se que três consensos de autoridade foram evocados, Mussolin, Roma e Augusto.

O mais simplista diz respeito ao *volere* do *Duce*, figura dotada de respaldo moral para discernir e apontar o que deve ou não receber um posto monumental. O segundo, também objetivo, trata da carga histórica imanente àquele objeto, por ser um exemplar dentre o que havia de mais significativo na escultórica romana, atrelado ao elogio estético, ratificando concepções de belo. Por fim, a terceira apologia remete aos pontos de contato estabelecidos entre o altar e Augusto. Tal relação pode ser compreendida de maneira dupla, pois, ao mesmo tempo em que a construção da *Ara Pacis* é tratada como consequência das vitórias do *Primo Imperatore*, ele é o motivo central evocado nos frisos.

Ademais, o público em questão está cotidianamente em contato com a romanidade, facilitando a aceção de símbolos e a construção de sentidos. Deste modo, os receptores não teriam dificuldade de edificar uma imagem da *Ara Pacis*, ou reforçar alguma já existente, que, por conseguinte, está atrelada aos três nomes-conceitos. Além disso, o cinejornal também nos oferece um panorama histórico sobre eventos romanos; a fim de contextualizar o monumento, a reportagem atua como educadora. Observa-se, logo, uma imagem necessita de um conjunto de representações coletivas para atuar, imaginário esse que só existe por meio de tal imagem: ao mesmo tempo em que o cinejornal necessita do *culto della romanità* para operar, é por meio dele que tal imaginário é construído e pode se manifestar.

Ligado a essas questões, o maior empreendimento do cinejornal consiste na tentativa de estabelecimento de um *continuum* histórico entre Augusto e Mussolini. As guerras do imperador romano resultam na construção do altar. Lembremos que a invasão da Etiópia tinha, a pouco, ocorrido, portanto, o fato estava latente na memória social. Logo, a reconstrução da *Ara Pacis* faz sentido histórico, dentro da lógica fascista. Além disso, pouco mais de um minuto depois de nossa cine-reportagem, a notícia de encerramento da edição apresenta a visita do vice-rei da Etiópia, em algumas de suas cidades. O representante máximo da Itália no território ocupado é aclamado pela população, que chega a realizar um desfile militar com trajes “indígenas” típicos, ressaltando a relação de alteridade.²³

²³ Disponível em: <https://patrimonio.archivioluca.com/luce-web/detail/IL5000027666/2/il-vicere-graziani-prosegue-visita-nelle-regioni-e-citta-nel-nord-etiofia.html&jsonVal=>. Acesso em: 19, set., 2020.

(Re)construir um monumento que marca a materialização da paz no império - centralizado em torno do líder - em decorrência da guerra é uma afirmação ambígua e dialógica, e pode muito bem ser aplicada para os dois contextos e, ainda, para um terceiro, justamente o que estamos querendo apontar: a tentativa de sobreposição das duas histórias. O império, potente e que assimila o conquistado, é, sobretudo, um império de paz - reificada no altar. O *Duce* busca amarrar tais histórias a partir do princípio da continuidade.

Por fim, não podemos nos esquecer de um valor muito caro ao regime, e exaltado no cinejornal, o trabalho. Durante a narrativa diversos trabalhadores rodeiam os frisos da *Ara Pacis*, onde realizam todas as etapas da obra. A talhadeira é martelada contra a parede para possibilitar que os frisos sejam arrancados e, posteriormente, amarrados e carregados. A madeira é serrada e parafusada para que a caixa de acondicionamento possa ser feita; tal caixa ainda é selada e gravada com a inscrição do destino, Roma. Por fim, numa cena quase cômica, ocorre uma simulação do carregamento da caixa, com o *Palazzo Vecchio* ao fundo, um belo enquadramento para terminar a reportagem.

A impressão de que todo o trabalho foi realizado nos 53 segundos é latente. O fascismo, personificado na figura do *Duce*, grande mandatário de toda a obra, é eficiente. Outrossim, o braço forte do Estado é circundado pela população, que pode facilmente se identificar com os trabalhadores da reportagem, um legítimo paralelo com o simbolismo do *fascio*.²⁴ Ademais, narra-se a história antiga enquanto a atual é realizada na frente de seus olhos, reforçando um dos motes do regime: o fascismo constrói a história, edificada pela guerra em prol da paz. Entretanto, como já dito, toda utilização política da história a molda para atender os objetivos do presente. Deste modo, devemos problematizar o conceito na antiguidade para melhor compreender seus usos na contemporaneidade.

Considerações não pacíficas

A *Pax* romana, buscada na figura de Augusto e edificada no ressurgimento da *Ara Pacis*, é um ideal a ser construído e almejado. Este conceito pauta-se na ideia de ápice social e cultural da civilização romana, e é edificado através da noção de estabilidade, idealizada em diversos contextos, onde enfatizamos a primeira metade do século XX (SILVA; RUFINO, 2014, p. 361). Entretanto, essa noção ignora, relativiza ou suaviza os conflitos e as tensões sociais existentes.

²⁴ O *fascio* é um símbolo de origem etrusca muito utilizado pelos romanos. Consiste numa acha rodeada por vários gravetos amarrados com uma tira de couro, e representa a potência da coletividade, especialmente em torno de um braço armado, uma vez que sozinho, o graveto facilmente se partiria, mas em feixe resiste. Na contemporaneidade seu simbolismo foi apropriado em vários contextos, independente da orientação política. Contudo, o *fascio* é mais conhecido como o principal símbolo do regime de Mussolini, originando, inclusive, seu nome.

“Este apaziguamento geral do império não exclui a existência de combates e lutas, quer para a consolidação do poder romano, quer para expansão de suas fronteiras.” (PEREIRA, 1989, p. 220)

São os próprios escritos do imperador, nas célebres *Res Gestae Divi Augusti*, onde Augusto ufana-se por ter fechado o templo de Jano por três vezes, fato que ocorria somente em tempos de paz (BRUNT; JOHN Eds., 1967, pp. 24-5), atrelado aos autores clássicos que o vêem a partir de uma chave positiva, como Virgílio, Horácio, Suetônio e Sêneca, que servem de base para o conhecimento posterior, buscando reiterar o almejado *status* de coesão do regime (SILVA; RUFINO, 2014, p. 361).²⁵ É também em sua própria obra que Augusto anuncia a decisão do senado de construir a *Ara Pacis* e consagrá-la em sua homenagem, após seu retorno da campanha da Espanha e da Gália (BRUNT; JOHN Eds., 1967, pp. 24-5), contudo, sua influência nesta decisão é debatida.

A construção do monumento se dá no contexto das reformas urbanas promovidas pelo *Princeps*. “Augusto manipulou a paisagem urbana para oferecer experiências sensoriais dinâmicas e significativas, imbuídas de sentido direcionado.”²⁶ (FAVRO, 1996, p. 4) A busca de Augusto pela associação de símbolos e signos romanos com os seus pessoais e à sua figura, pode ser entendida como processo de sacralização da sua ação imperial e religiosa (BELTRÃO; SILVA, 2014, p. 176).

A *Ara Pacis* pode, deste modo, ser compreendida a partir da conjugação de ideais dentro de uma perspectiva histórica e narrativa. As noções que viriam ratificar a, posteriormente dita, *Pax* romana aparecem com peso nos relevos do templo. Na face leste, a personificação de Roma aparece sentada em uma pilha de escudos, no painel ao lado, a fartura e a prosperidade aparecem na figura da Deusa Tellus - percebida, em algumas interpretações, como a personificação da *Pax*. Logo, a *pax* é uma conquista do *bellum*. Em outro ponto, na face oeste, as imagens de Rômulo e Eneias, pertencentes a dois mitos da fundação mitológica de Roma, são colocadas na entrada principal do templo. A materialidade dos painéis cria um ponto de intercruzamento entre os dois mitos e Augusto. Por fim, nas faces sul e norte, uma fúnebre procissão com membros de famílias da aristocracia romana segue o *Princeps*, que aqui pode ser entendido como o ponto de coesão da aristocracia romana. Em suma, toda a iconografia da *Ara Pacis*

²⁵ Outros imperadores também reiteraram o ideal de paz; enquanto Nero cunha a *Ara Pacis* em uma série de moedas, em 64-7 d. C., Vespasiano inaugura um templo, no fórum, em homenagem à *Pax*, em 75 d.C, por exemplo. (CLARIDGE, 2013, p. 210).

²⁶ Tradução nossa. “Augustus manipulated the cityscape to offer dynamic and meaningful sensorial experiences, imbued with directed meaning.”

aglutina uma mentalidade social romana à imagem e semelhança de Augusto. (MARTINS, 2017, pp. 462-3) (BUENO, 2019, pp. 153-5)

O uso do passado efetuado por Augusto para com os mitos fundacionais de Roma pode, em alguns pontos, ser comparado com o uso empreendido por Mussolini, desta vez para com o próprio Augusto. De maneira geral, podemos concluir que ambos buscaram uma legitimação histórica para seus regimes, especialmente no tocante à estabilidade proveniente da *Pax*. Ademais, a *Ara Pacis Augustae* foi uma importante imagem mobilizada nesse contexto, tanto por coadunar símbolos e signos, ideologicamente perpassados, quanto pela capacidade de transmiti-los.

O passado legitimador buscado na Antiguidade passa por inúmeras construções e reinterpretções - antigas e modernas -, não se apresentando, de maneira alguma, como estático. Fato que pode ser entendido, simplesmente, como um processo de recepção; e, na especificidade fascista, como um uso deliberado do passado. O cinejornal do *Istituto Luce* permite-nos realçar diversas estratégias e motivos de transmissão de um ideal do grupo dominante, em busca do poderio do sentido. Mas a *Pax*, longe de ser homogênea, é ainda hoje um território de intensas disputas.

Fontes

BRUNT, Peter A.; JOHN M. Moore (Eds.). **Res gestae divi Augusti**. Oxford: Oxford University Press, 1967.

Istituto Nazionale Luce. Il trasporto di frammenti dell'Ara Pacis a Roma per volere del Duce in occasione del bimillenario di Augusto. RICOTTI, Arnaldo (direção artística). **Cinegiornale Luce B**: b121106. 53s. Florença, 01 dez., 1937.

Istituto Nazionale Luce. Il vicerè Graziani prosegue la visita nelle regioni e città nel nord dell'Etiopia. RICOTTI, Arnaldo (direção artística). **Cinegiornale Luce B**: b121108. 1m 18s. Massaua, 01 dez., 1937.

Istituto Nazionale Luce. Mussolini dà il primo colpo di piccone ai lavori per l'isolamento dell'Augusteo. Fotografia. In: CEDERNA, Antonio. L'isolamento dell'Augusteo. In: INSOLERA, Italo. **Roma fascista nelle fotografie dell'Istituto Luce**; con alcuni scritti di Antonio Cederna. Roma: Riuniti: Istituto Luce, 2001, p. 167.

MUSSOLINI, Benito. **Opera Omnia di Benito Mussolini**. SUSMEL, Edoardo; SUSMEL, Duilio (Orgs.). v. XX. Firenze: La Fenice, 1956. [v. XXII. Firenze: La Fenice, 1957]; [v. XXVI. Firenze: La Fenice, 1958]; [v. XXVII. Firenze: La Fenice, 1959].

Referências bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.*. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

- BELTING, Hans. **Antropologia da imagem: para uma ciência da imagem**. Lisboa: KKYM+EAUM, 2014.
- BELTRÃO, Claudia; SILVA, Débora. A *Domus Augusta* no *Vicus Sandaliarius*: imagem e presença augustana num altar romano. In: CAMPOS, Carlos; CANDIDO, Maria. (Orgs.). **Caesar Augustus**. Entre Práticas e Representações. Vitória/Rio de Janeiro: DLL-UFES/UERJ/NEA, 2014, pp. 173-190.
- BUENO, Giovanni Pando. Distintos usos da monumentalidade por Augusto – breve análise comparativa entre o Mausoléu de Augusto e Ara Pacis Augustae. **Epígrafe**, São Paulo, v.7, n.7. 2019, pp. 131-160.
- CEDERNA, Antonio. L’isolamento dell’Augusteo. In: INSOLERA, Italo. **Roma fascista nelle fotografie dell’Istituto Luce**; con alcuni scritti di Antonio Cederna. Roma: Riuniti: Istituto Luce, 2001, pp. 161-179.
- CLARIDGE, Amanda. Altar of the Augustan Peace (*Ara Pacis Augustae*). In: **Rome, an Oxford Archaeological Guide**. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 207-213.
- CLEMENTE, Guido. O fascismo e os historiadores, sucessos e fracassos do uso político da história. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico. **Tempos de Fascismos**. São Paulo: Edusp, 2010.
- D’AGOSTINO, Andrea. La ‘necessaria solitudine’ di due monumenti: L’Ara Pacis e il Mausoleo di Augusto sotto il fascismo. In: PIRETTO, G. P.. **Memorie di pietra: I monumenti delle dittature**. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2014, pp. 35-68.
- FAVRO, Diane. **The Urban Image of Augustan Rome**. EUA: Cambridge University Press, 1996.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- GIARDINA, Andrea. O mito fascista da romanidade. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, 2008, pp. 55-76.
- GIARDINA, Andrea. Augusto tra due bimillenari. In: **Augusto**. Milão: Electa Mondadori, 2013, pp. 55-72.
- GIUMAN, Marco; PARODO, Ciro. ‘Mistero è l’origine’: Ritualità e religiosità di Roma antica nell’Italia fascista. In: BAGLIONI, Igor (Org.). **Saeculum Aureum**. Tradizione e innovazione nella religione romana di epoca augustea, V. 1, “Augusto, da uomo a dio”. Roma, 2016, pp. 35-50.
- GUZZO, Domenico. Cinematografia. In: DE MARIA, Carlo (Org.). **Fascismo e società italiana: Temi e parole-chiave**. Bologna: Clionet, 2016, pp. 121-140.
- INSOLERA, Italo. **Roma fascista nelle fotografie dell’Istituto Luce**. Con alcuni scritti di Antonio Cederna. Roma: Riuniti: Istituto Luce, 2001.
- IONESCU, Dan-Tudor. Ara Pacis Augustae: un simbolo dell’età augustea: Considerazioni storico-religiose tra Pax Augusta e Pax Augusti. **Civiltà Romana: Rivista pluridisciplinare di studi su Roma antica e le sue interpretazioni**. Edizioni Quasar, 2014, pp. 75-108.
- KARLSSON, Klas-Göran. Processing Time – On the Manifestations and Activations of Historical Consciousness. In: BJERG, Helle et al (Orgs.). **Historicizing the Uses of the Past**.

Scandinavian Perspectives on History Culture, Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II. Bielefeld: Transcript Verlag, 2012, pp. 129-143.

LEITE, Cláudia Carolina Santos. **A vitalidade implícita na ruína: A propósito do Mausoléu de Augusto**. 2011/2012. 164p. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.

LOUVRE. Fragment from the Ara Pacis (Altar of Peace). **Musée du Louvre**. Disponível em: <<https://www.louvre.fr/en/oeuvre-notices/fragment-ara-pacis-altar-peace>>, acesso em 12, set., 2020.

MALVANO, Laura. **Fascismo e politica dell'immagine**. Turim: Bollati Boringhieri, 1988.

MARTINDALE, Charles. Reception – a new humanism? Receptivity, pedagogy, the transhistorical. **Classical Receptions Journal**, v. 5, n.2, 2013, pp. 169-183.

MARTINS, Paulo. Texto e imagem: História: Como se faz a História sob(re) Otávio/Augusto. In: SILVA, Glaydson José da; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **A ideia de História na Antiguidade Clássica**. São Paulo: Alameda, 2017, pp. 437-468.

MORALES, Suzana. La página web del Archivo Histórico del Instituto Luce: un instrumento de difusión cinematográfica. **Anales de Documentación**, nº 10, 2007, pp. 413-128.

PARODO, Ciro. Roma antica e l'archeologia dei simboli nell'Italia fascista. **Medea**, vol. II, n.1. 2016, pp. 1-27.

PEREIRA, Maria Helena. **Estudos da cultura clássica**. V. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

ROSA, Cristina Souza. Cinema educativo do Fascismo e do Estado Novo em comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, nº. 27, 2012, pp. 55-75.

SILVA, Glaydson José da. **História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, Glaydson José da. Historicidade, memória e escrita da história: Augusto e o Culto della Romanità durante o Ventennio Fascista. **Romanitas, Revista de Estudos Grecolatinos**, nº. 12, 2018, pp. 142-163.

SILVA, Glaydson José da; RUFINO, Rafael. O bimilenário do nascimento de Augusto na Espanha franquista (1939-1940): leitura e escrita da História entre o passado e o presente. In: CAMPOS, Carlos; CANDIDO, Maria. (Orgs.). **Caesar Augustus**. Entre Práticas e Representações. Vitória/Rio de Janeiro: DLL-UFES/UERJ/NEA, 2014, pp. 341-366.

SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 40, nº 84. São Paulo, 2020, pp. 43-66.

VISSER, Romke. Fascist doctrine and the cult of the Romanità. **Journal of Contemporary History**, v. 27, n. 1, 1992, pp. 5-22.

ZERI, Federico. **I francobolli italiani**. Gênova, 2006.

Corpos estranhos, ou incompreensões da fé.

Uma história religiosa sentimental: o caso do Pe. João Batista da Mota Veloso (Vila da Cachoeira – RS, Séc. XIX.)

Henrique Melati Pacheco¹, UNISINOS

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as potencialidades da utilização de um documento eclesiástico como fonte de reflexões para temática das sensibilidades religiosas brasileiras oitocentistas. Para tal, utilizo uma correspondência, enviada em 1851, assinada pelo Padre Católico Secular: João Batista da Mota Veloso (1818 – 1882), destinada ao Governo da Província do Rio Grande do Sul. A investigação seguiu modelos metodológicos da História Social, recorrendo ao método da busca onomástica, a reconstrução de micro-trajetórias, e aos jogos de escala. Assim, devido ao ineditismo deste tipo de aporte teórico-metodológico e documental, leremos uma microanálise do “texto-chave” da correspondência. O resultado da investigação, por fim, fomenta discussões sobre alguns conceitos e contextos que se referem à história religiosa brasileira oitocentista.

Palavras-chave: João Batista da Mota Veloso; Sensibilidades; Conflitos religiosos; Cachoeira do Sul.

Abstract

This paper intends to analyze the potential uses of an ecclesiastical document as a source of reflections on the theme of 19th-century Brazilian religious sensibilities. To this aim, I use a correspondence, sent in 1851, signed by the Secular Catholic Father: João Batista da Mota Veloso (1818 - 1882), addressed to the Government of the Province of Rio Grande do Sul. The investigation followed theoretical and methodological models of Social History, using the method of onomastic search, the reconstruction of micro-trajectories, and games of scale. Thus, due to the unprecedented nature of this type of theoretical, methodological, and documentary contribution, we will read a microanalysis of the “key text” of correspondence. The result of the investigation, finally, fosters discussions about some concepts and contexts concerning to 19th-century Brazilian religious history.

Keywords: João Batista da Mota Veloso; Sensibilities; Religious conflicts; Cachoeira do Sul.

Introdução

Possivelmente erguido, imperioso, sério, com os olhos marejados, gesticulando, falando alto e com firmeza, José justificava-se por ter agredido e insultado o escravo Benedito. Ele chamava, em sua defesa, as Sagradas Escrituras.

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2019), mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista do CNPq - Brasil. Atualmente é bolsista vinculado ao projeto de pesquisa "Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: Ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira - RS)"; orientado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. Contato: contatomelati@live.com

José, um escravo, homem negro: “inspirado pelas escrituras sagradas”, julgava-se apto a “exercer a justiça divina na terra”.² Qual terá sido o olhar deitado, a expressão na face do Chefe de Polícia, ao ouvir, no dia 13 de agosto de 1868, em Porto Alegre, durante um interrogatório, as palavras de José? Qual terá sido sua reação?

No auto de sanidade que integra o processo policial em que José foi denunciado, ficou registrado o diagnóstico de sua insanidade: *monomania religiosa*. Ele foi considerado, pelo Chefe de Polícia, como *douido*.³

Provavelmente em vista do acontecido, das agressões e insultos cometidos por José contra o escravo Benedito, de sua “exaltação nervosa”, suas “ideias fixas e desconexas”, o seu senhor, Reverendo Padre João Batista da Mota Veloso, desistiu dos direitos ao escravo, propondo sua doação para Rita Faria, senhora de Benedito, como forma de indenização pelo ocorrido. A denunciante, porém, também rejeitou assenhorar-se de José. E o destino de José foi ser doado à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.⁴

Entre os gestos e os doestos, a exaltação e a admoestação de José, qual teria sido sua leitura das Sagradas Escrituras? Sua *monomania*, é certo, foi um sintoma que lhe impôs o pensamento médico de sua época – e não cabe aqui avaliar sua veracidade.⁵ Mas quanto a sensibilidade de José? Quanto ao arsenal simbólico e católico que ele manejou? Qual os significados de um homem negro (e que se marque sua masculinidade) apoiar-se nas Sagradas Escrituras? Para além dos significados de um homem (provavelmente) branco, o Chefe de Polícia, julgar tal atitude como *doudisse*, também como um desacato, desdém a ordem (em que

² AHRS - Delegacia de Polícia de POA, maço 20 - 13/08/1868. Processo Policial (denúncia) movido por Rita Faria contra o escravo José, acusado de agredir e insultar o escravo Benedito. No auto de sanidade do processo, realizado dia 02 de setembro, constou: “sofrer ele de alienação mental, no grau de monomania religiosa, o que se puderam verificar tanto pela exaltação nervosa que lhe reconheceram, como pelas ideias fixas e desconexas que apresentou em suas respostas, tendo sempre pôr fim a santidade das escrituras sagradas e se julgar ele inspirado pelas mesmas escrituras para exercer a justiça divina na terra” (AHRS, Delegacia de Polícia de Poa, M: 20 - 13/08/1868). Como resultado do processo, o Reverendo João Batista da Mota Veloso, senhor de José, desistiu dos direitos ao escravo, a fim de indenizar os prejudicados pelo mesmo e estes abdicaram do escravo que foi doado à Santa Casa de Misericórdia. O caso de José não será o foco da análise deste texto, e sim uma introdução a perspectiva desenvolvida abaixo.

³ No universo médico europeu e atlântico-americano da modernidade tardia, os sintomas da loucura eram subdivididos em três grandes patologias: a *monomania*, “o delírio causado por uma ideia fixa que não implicaria ao indivíduo em perda do discernimento quando distraído do tema que lhe toma o pensamento; a *mania*, [que é] quando o delírio [é] geral e exaltado; e a *demência*, quando uma indiferença ou ‘apatia moral’ juntar-se-iam a inatividade, o enfraquecimento ou perturbação completa da consciência” (LORENZO, 2007, p. 171).

⁴ Instituição de assistência médica e de caridade social, fundada no início do séc. XIX, “ao que parece, a autoridade repressiva acreditava contar com a Santa Casa como uma solução para seu problema cotidiano em relação aos indivíduos perturbadores da tranquilidade pública” (LORENZO, 2007, p. 120).

⁵ De acordo com o pensamento médico da época: “no caso das monomanias, os indivíduos enlouqueciam, pois, em função das paixões de sua época” (MARQUES, 2013, p. 184).

senhores, homens e brancos, estariam no topo), podemos arriscar escrever as razões da desrazão de José?

O fato de o Chefe de Polícia considerar José um *doudo* provavelmente não foi uma medida inusitada. Na segunda metade do séc. XIX, para a Polícia, “a loucura não se diferenciava em muito de outras formas de arruaças e ameaças às pessoas e à propriedade, em especial aquelas originadas das camadas menos favorecidas” (LORENZO, 2007, p. 234). Portanto, analisando um negro, um escravo “brigão” e “desobediente”, ainda por cima audaz, ao ponto de falar como um profeta, não é difícil imaginar que o Chefe de Polícia tenha acionado o discurso sobre a loucura, como processo (ou dispositivo) intelectual e social de exclusão (ou normalização). Mas quanto ao senhor de José? O Padre João Batista de Mota Veloso que, aparentemente, consentiu com o diagnóstico médico-policia da época, desistindo da posse de sua “mão de obra” humana, que, ao que tudo indica, também era porta-voz de sua religião. Talvez, por simples apatia do Padre para com seu escravizado “desordeiro”, ou por pura loucura de José, que realmente o impedia de produzir, ou mesmo incitava, excitava ou irritava seu senhor e outros/as escravos/as. Podemos, ainda, conjecturar que o Padre Veloso, seguindo os preceitos da Igreja Católica pós-tridentina, sentia um “ceticismo crescente quanto à natureza miraculosa das curas taumatúrgicas e outros fenômenos do extraordinário religioso” (MARQUES, 2013, p. 178), incluindo as exaltações evangélicas de José.⁶ E, assim, resolveu seguir a “linha de um cristianismo erudito e racional, em harmonia com o espírito das Luzes” (MARQUES, 2013, p. 178), sem espaço para José e sua *monomania religiosa*.⁷

De acordo com o historiador marxista Eugene Genovese (1988), a tradição cristã desempenhou um papel importante nas relações sociais da escravidão no Novo Mundo. Analisando as experiências negras e suas relações com a resistência/acomodação em frente a hegemonia paternalista senhorial, Genovese percebeu que, para as comunidades escravizadas (“a classe dos escravos”), o cristianismo por vezes foi interpretado como uma arma contra a submissão e as tentativas de desumanizações operadas contra os/as escravos/as pelos seus/uas senhores/as. Pois, “quando os escravos negros do Novo Mundo adotaram o cristianismo,

⁶ O concílio de Trento foi um evento institucional da Igreja que ocorreu no séc. XVI, em parte (mas não somente) como uma resposta às reformas religiosas, e modificou as diretrizes da Igreja Católica no mundo ocidental. Ver: Santirocchi (2010).

⁷ Sobre a doudisse de José, por fim, cabe dizer: na Porto Alegre da segunda metade do séc. XIX., a influência da psiquiatria-policia vinha progressivamente “secularizando as mentes”, enquanto que, na Igreja Católica gaúcha, como em outras partes do universo cristão ocidental da modernidade tardia, ocorria a “secularização do extraordinário religioso” (MARQUES, 2013, p. 179). A secularização é aqui assumida como “um fenômeno social, intelectual e cultural, no qual as influências da religião sobre o comportamento das pessoas vão diminuindo” (SANTIROCCHI, 2018, p. 171).

transformaram-no numa religião de resistência, nem sempre de desafio revolucionário, mas do tipo de resistência espiritual que aceitava os limites do politicamente possível” (GENOVESE, 1988, p. 366).⁸ Assim, como escreveu Genovese (1988), o cristianismo possibilitou às comunidades escravizadas criar “uma sensibilidade sobre a qual se poderia erigir um sistema religioso, que contribuiria para a corrente principal do cristianismo americano sem perder seu aspecto específico de expressão cultural negra” (GENOVESE, 1988, p. 284). E, dessa forma, as comunidades escravizadas participaram da re-formação do cristianismo moderno americano e da criação de um cristianismo negro (ou afro-católico) particular.⁹

José, com uma sensibilidade particular, podia se apropriar, sem necessariamente se sujeitar as Escrituras. Ou seja, José se produziu e foi produzido enquanto sujeito de uma cultura. Assim, o que lhe acarretou ser diagnosticado como *monomaniaco*, no dia 13 de agosto de 1868, em outra ocasião pode ter sido o ingrediente ideal de uma performance que lhe possibilitou prestígio e destaque social. Sua “*monomania*”, por vezes, pode ter sido seu carisma religioso.¹⁰

Uma operação da história – o lugar, o fazer

A história de José tem aqui o valor de um desvio. Ela exemplifica o método e abre os questionamentos que impulsionaram a escrita deste trabalho. Uma história sentimental procura uma nova verossimilhança. Não como uma simples ficção, mas como a invenção/descoberta (ficcionalização) de uma realidade social passada, que é sempre lacunar, provisória, abertas a inferências e possibilidades do/a pesquisador/a do presente.¹¹

⁸ Assim, “por mais obediente, por mais Pai Tomás, que o cristianismo tenha tornado o escravo, também arraigou em seu espírito a consciência dos limites morais da submissão, colocando um outro senhor acima do senhor e diluindo, desta forma, a base moral e ideológica donde se origina o próprio princípio de autoridade humana absoluta” (GENOVESE, 1988, p. 263).

⁹ “A religiosidade afro-americana se originou da junção de várias correntes – a africana, a europeia, a judaico-cristã clássica e a ameríndia [ao que se deve acrescentar as religiosidades islâmico-abraâmicas] –, mas tornou-se, predominantemente, uma fé cristã ao mesmo tempo negra e americana” (GENOVESE, 1988, p. 314). Portanto, “buscar antecedentes europeus para todos os traços da cultura negra, como fizeram muitos, seria incorrer num absurdo” (GENOVESE, 1988, p. 314). Da mesma maneira, procurar medir o grau de africanidade (ou criouliização) desta religiosidade negra afro-brasileira é um tanto inapropriado.

¹⁰ Do cenário sociocultural no qual José atuou, no qual seu corpo misterioso foi codificado e codificou, adaptou-se a norma e também fez-se como norma, por fim, de seu catolicismo, como escreveu a historiadora Cláudia Rodrigues (2010, p. 31): “é preciso considerar que a apropriação de alguns dos dogmas do catolicismo por parte de negros africanos e seus descendentes deve ser considerada como resultado da efetiva crença neles”. Pois não me parece que, movido por uma dissimulação, José teria dito ao Chefe de Polícia que agrediu e insultou Benedito com base nas Sagradas Escrituras.

¹¹ “A chamada história das sensibilidades tem que buscar a presença do corpo entre as palavras, tem que pensar a própria representação, qualquer forma de discurso como sendo também um gesto, que tem como suporte o corpo” (ALBUQUERQUE JR., 2018, p. 52). Assim, “os historiadores das sensibilidades devem procurar na documentação as marcas deixadas pela presença do corpo, dos sentidos, as marcas deixadas pelo olhar, pela escuta, pela olfação, pelo paladar, pelo trato, mas também as marcas deixadas nos discursos e nas matérias e formas de expressão pelos sentimentos, pelos desejos” (ALBUQUERQUE JR., 2018, p. 60).

Em uma história religiosa sentimental, uma primeira pergunta se impõe: como falar religião? da religião? Sem falar na religião, religiosamente? Como falar, sem “tremor nem temor”, historicamente – *historiográfica-mente* – a religião, e não à religião? Religião: uma linguagem que é, como observou Derrida (2000, p. 14), “insociável do vínculo social, político, familiar, étnico, comunitário, da nação e do povo”. Idioma de “autocnia, solo e sangue” (DERRIDA, 2000, p. 19). Linguagem religiosa, idioma e fala, que integra, de acordo com Certeau (2017, p. 145), um “sistema de interpretação”, com seus próprios tipos históricos de inteligibilidade e suas próprias verdades (Deus, a Providência, as Escrituras etc.). Portanto, aqui (neste texto de história), trata-se de compreender o “sistema religioso” (suas consciências e seus padrões de inteligibilidade) dentro de um “outro”, o nosso, um sistema historiográfico, preocupado com o “social”.¹² Portanto, a história social determina um processo de pesquisa e um modelo de inteligibilidade. Não tanto o conteúdo mas a forma de um trabalho. Assim, este texto, marcado por um lugar de produção, é o desdobramento de uma pesquisa empírica em instituições de arquivo.¹³

No que tange ao aporte teórico-metodológico adotado, recorro ao método onomástico (busca pelo nome), a reconstrução de micro-trajetórias, e aos jogos de escala. Proponho, assim, realizar uma composição narrativa preocupada com a re-constituição de um cenário (ou contexto) histórico-social complexo, que vai do indivíduo a estrutura e vice-versa. O intuito é refletir sobre os limites de apreensão de uma história social sensível do religioso.¹⁴ Os questionamentos e inquietações, portanto, vinculam-se a temática da chamada história das sensibilidades.¹⁵ Para tanto, escolhi restringir minha análise a um texto-chave específico.¹⁶

¹² “Nessa perspectiva, ‘compreender’ os fenômenos religiosos é, sempre, perguntar-lhes outra coisa do que aquilo que eles quiseram dizer; é interrogá-los a respeito do que nos podem ensinar a respeito do seu estatuto social através das formas coletivas ou pessoais da vida espiritual” (CERTEAU, 2017, p. 144).

¹³ De acordo com Michel de Certeau (2017, p. 57), os trabalhos de história são “produtos de um lugar”; um lugar social, que se relaciona com uma instituição: a classe dos/as historiadores/as. Assim, meu lugar de produção é marcado por vínculos institucionais (como historiador bolsista CNPQ e mestrando do PPGH/Unisinos), além de pertenças e posições de gênero (como homem cisgênero), étnico-raciais (identificado no padrão da branquitude) políticas, sociais etc. E, é “a consideração desse lugar, no qual se produz, [...] a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconheceria a si própria, como classe, nas relações de produção, e que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida” (CERTEAU, 2017, p. 64).

¹⁴ Os gestos que impulsionaram a tessitura narrativa deste texto, todavia, se vinculam também aos questionamentos e inquietações deste pesquisador, que são tanto racionais como emocionais. Isto pois, como escreveu Certeau (2015, Vol. II, p. 2), “as regras de uma disciplina não decidem. Elas controlam a correção e a erudição de um estudo, mas não decidem sobre o interesse que o anima. [...] A gramática da historiografia verifica o bom andamento do trabalho; ela não determina a direção que ele toma”.

¹⁵ De acordo com a historiadora Sandra Pasavento (1999, p. 17), a história das sensibilidades é “um campo que analisa as sensibilidades, ou seja, as formas pelas quais os indivíduos, através da história, deram a perceber a si próprios e ao mundo. Buscando aproximar-se do que se poderia chamar a ‘sintonia fina’ ou o ‘clima de uma época’” (PASAVENTO, 1999, p. 17).

¹⁶ Ao escolher um texto-chave para realizar minha análise, levo em consideração, todavia, que “cada explicação (há tantas quantos métodos) resultará, pois, de questões colocadas e de soluções propostas a título de hipóteses

Trata-se de um documento produzido no âmbito da Igreja-Instituição, escrito por um agente eclesiástico (um Pe. secular) e remetido ao Governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1851). Este documento, atualmente, é custodiado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), e faz parte do fundo documental “Assuntos Religiosos”, acervo “Clero Católico”: Paróquia de N. Sra. da Conceição da Cachoeira.

Abaixo reproduzo uma pequena tabela com a organização dos documentos preservados no fundo documental do AHRGS, pertencentes à Paróquia de Cachoeira. O objetivo é inteirar o/a leitor/a sobre o contexto mais amplo de produção e arquivamento do documento que conheceremos mais abaixo.¹⁷

QUADRO 1 – DOCUMENTOS DA PARÓQUIA DE CACHOEIRA DO SUL (AHRGS).

Período de produção:	Tipologia documental:		Obs.
1820/1840	Correspondências	9	
	Quadros estatísticos	0	
	Outros*	1	
			*Cópia da Carta de Fundação da Freguesia (1779).
1840/1858	Correspondências	10	
	Quadros Estatísticos	22	
	Outros*	2	
			*Representação da comissão de Obras da Igreja Matriz (1849).

Fonte: AHRGS, Acervo Clero Católico. Maço: 17; caixa: 08.

articuladas ao mesmo tempo sobre ‘paradigmas’ (problemáticas comuns em um meio de pesquisa) e sobre procedimentos de análise (práticas submetidas a regras explicitadas)” (CERTEAU, 2015, Vol. II, p. 329).

¹⁷ O arquivamento é “operação que consiste na guarda de documentos nos seus devidos lugares, em equipamentos que lhe forem próprios e de acordo com um sistema de ordenação previamente estabelecido” (PAES, 2004, p. 24). Nesse sentido, é interessante notarmos que a seleção e organização do Fundo Documental “Assuntos Religiosos” já preestabelece o “religioso” como um objeto passível de estudos, como uma esfera relativamente autônoma do social. O Acervo e o seu arquivamento, assim, marcam uma “inversão do pensável” que torna o religioso “um objeto social e, portanto, um objeto de estudo, deixando de ser para o indivíduo aquilo que lhe permite pensar ou se conduzir” (CERTEAU, 2017, p. 158). A religião deixa de ser a norma, e a organização do arquivo é uma das provas dessa mudança.

A maior parte da documentação foi produzida durante a segunda metade do séc. XIX (momento em que foi criado o Bispado do RS) e é composta de correspondências enviadas para o Governo da Província (Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários da Província) e de quadros estatísticos (nº de casamentos, batismos e óbitos ocorridos na Paróquia, semestralmente). Todos os 44 documentos do fundo, exceto a representação da comissão de obras da Igreja (1849), foram produzidos por clérigos: Vigários Interinos ou Colados da Paróquia de Cachoeira.¹⁸ É interessante notarmos como esses clérigos, agentes produtores da documentação, estiveram integrados a uma rede de comunicação político-eclesial, como revela a própria materialidade dos documentos arquivados neste fundo.¹⁹ Assim, este fundo documental parece valioso para estudos históricos que explorem a comunicação político-eclesial e suas redes através dos seus elementos “comunicantes, [d]o suporte da comunicação, [d]o seu alcance e durabilidade, [d]a

¹⁸ Alguns apontamentos sobre a linguagem e os cargos institucionais da Igreja no Brasil do século XIX: Bispado é um “território circunscrito pela Santa Sé [jurisdição eclesiástica da Igreja Católica] dentro do qual o BISPO exerce a jurisdição espiritual com todos os direitos e regalias nas funções litúrgicas” (LIMA; OLIVEIRA, 1998, p. 394). “BISPO - Etimologicamente, [...] deriva do grego ‘episcopas’, que significa superintendente, guarda. [...] [É um] PRELADO que tem a seu cargo a direção espiritual” de um bispado (LIMA; OLIVEIRA, 1998, p. 394). De acordo com Mauro Tavares (2008, p. 54-55), “após a revolução farroupilha, na tentativa de reorganizar a vida religiosa da Província, é fundada a Diocese do Rio Grande do Sul. [...] O aval do Papa Pio IX veio com uma Bula de 1848, e o primeiro Bispo nomeado por Dom Pedro II foi Dom Feliciano Rodrigues Prates, em setembro de 1852. Mas, somente em 1853, o novo Bispado teria sido concretizado com a posse do Bispo. Na verdade, a criação do Bispado do Rio Grande do Sul, a partir do desmembramento do Bispado do Rio de Janeiro, pode ser visto tanto como uma tentativa de maior controle do Estado Imperial sobre os habitantes, recém saídos de uma guerra civil, como também uma tentativa da Igreja Católica de reorganizar o culto religioso.” Voltando à linguagem institucional da Igreja: Freguesia é uma “povoação, sob o aspecto eclesiástico: sinônimo de paróquia” (LIMA; OLIVEIRA, 1998, p. 399). “PÁROCO - Sacerdote a quem está entregue a cura das almas numa PARÓQUIA” (LIMA; OLIVEIRA, 1998, p. 402). “CLERO SECULAR - Designação dos clérigos que prestam obediência direta ao BISPO. Sem vida comum em ordem religiosa e sem votos solenes, cuidam do pastoreio das ALMAS” (LIMA; OLIVEIRA, 1998, p. 396), diferenciam-se, portanto, do “CLERO REGULAR - Corpo de clérigos ligado a uma ordem religiosa, que escolhem viver em com unidade, segundo uma regra comum. [...] Emitem votos solenes evangélicos (Pobreza, Castidade e Obediência)” (LIMA; OLIVEIRA, 1998, p. 396). O Clérigo Vigário é aquele “que tem poder vicário [outorgado], segundo as normas do Direito. Exerce as funções em substituição ou representação de uma entidade superior” (FRANCO et al, 2010, p. 37). No Brasil oitocentista, existiram Padres Vigários Colados: “a qualificação do vigário confirmado pelo Padroado”, que recebiam “uma CÔNGREA [valor monetário] do poder civil que lhe assegurava certa estabilidade no gozo do benefício” (LIMA; OLIVEIRA, 1998 p. 406), e interinos, ou encomendados: “Vigário amovível; aquele que administra a igreja [e a Paróquia] por ENCOMENDAÇÃO” (LIMA; OLIVEIRA, 1998, p. 406).

¹⁹ A rede de comunicação Político-eclesial, formada pelas cartas que compõem o Acervo do AHRs, formam indícios de que, no Brasil da segunda metade do séc. XIX., os clérigos e o Governo atuaram juntos em favor da estruturação das Vilas, da educação moral das gentes, e no aprimoramento dos costumes. Deve-se levar em conta, entretanto, que a relação entre clérigos e o Governo nem sempre foi pacífica. Como é o caso dos conflitos, pouco estudados pela historiografia, entre presidentes do Estado e os párocos que teriam recebido dinheiro para a reconstrução de igrejas, capelas etc. E, depois de certo tempo, fazendo o controle, o Estado constatou que muitas das capelas que deveriam ter sido reformadas e/ou construídas não o tinham. Pediu-se conta, então, do dinheiro e dos gastos feitos. Não devemos esquecer, também, que os clérigos brasileiros oitocentistas foram “funcionários públicos” do Estado. Portanto, não é estranho o fato de que as cartas escritas pelos clérigos tenham sido enviadas para o Governo, especialmente aquelas produzidas antes de 1853 – data da instalação do Bispado do RS. Como é o caso da carta que analisaremos abaixo, de 1851. Ver: Oliveira (2001) e Tavares (2008).

[sua] seleção, tipologia e gramática dos conteúdos, [além] [d]os impactos externos das mensagens” etc. (HESPANHA, 2018, p. 10).²⁰

Correspondência - O teatro da enunciação escrita

Entre quatro paredes da residência Paroquial, talvez à luz de velas, no início da noite, quando o fim das suas obrigações eclesiais lhe permitiram uma maior concentração para escrita, seguiu firme a pena de ave ao mergulhá-la no tinteiro e vê-la submersa no líquido de noz gálica e cor castanha. Será que sua mão tremeu (provavelmente de raiva) ao escrever os fatos, que certamente afluíam em sua memória?

João Baptista da Motta Veloso nasceu na Província do Minho, na região norte de Portugal, em 1818. Filho legítimo de Zacarias Vieira e Maria Veloso, João B. Veloso partiu de Portugal no início do séc. XIX; realizou seus estudos e foi ordenado clérigo no Rio de Janeiro, em 1846.²¹ Quatro anos depois, em outubro de 1850, João Veloso chegava à Vila Nova de São João da Cachoeira, sua missão era a de governar a Paróquia e cuidar das almas dos seus moradores.²²

Pouco mais de um ano após chegar na Vila de Cachoeira, o Pe. João Veloso remetia para o Governo a correspondência que reproduzo abaixo. Reforço que buscaremos conhecer os limites que esta documentação eclesiástica oferece para uma pesquisa histórica. Neste teatro da enunciação (a correspondência), em que João Veloso é o único ator/autor, protagonista de sua própria escritura (comunicação marcada pôr envios e recebimentos), meu interesse é lançar luz para certos aspectos do seu “palco”. Focalizar, com a lupa (ou o microscópio) da pesquisa histórica, os golpes de escrita de Veloso, que desenharam, em papéis antigos, os seus pronomes pessoais do “eu”, do “tu” e do “eles”.

[Folha 1]

Immo. e Excm. Senhor.

Com a maior repugnancia levo ao conhecimento de v. exc., que desde o dia 13 de Outubro do anno prep., epocha em que, na qualidade de Vigario Collado, tomei posse desta Freguesia, tenho sustentado té hoje uma terrivel luta com um conventiculo de meos Fregueses q. baldos de fortuna e probidade,

²⁰ Cabe destacar que os acervos paroquiais do AHRGS ainda foram pouco explorados pela historiografia profissional, aparecendo somente como coadjuvantes em alguns poucos estudos sobre Irmandades Leigas. Ver: Tavares (2008) e Griggio (2016).

²¹ Informações extraídas de Rubert (1998, vol. 2, p. 48).

²² A Villa Nova de São João da Cachoeira foi fundada em 1819. Naquele lugarejo, no século XVIII, foi erguida a Capela de São Nicolau da Cachoeira (por volta de 1740) e, depois, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (1779), ocupada, originalmente, majoritariamente por populações indígenas oriundas das missões, e, em menor escala, por casais açorianos, brasileiros e comunidades escravizadas e livres afro-americanas. A Igreja de N. Sra. da Conceição da Cachoeira ficou pronta em 1799, e, em 1815, foi elevada à condição de Igreja Matriz. Em 1850, quando João Veloso chegou em Cachoeira, a Vila contava com 5.000 almas, mais ou menos. Sobre Cachoeira ver: Fagundes (2009), Sônego (2012) e Haack (2020).

envenenados por falsas doutrinas e enfraquecidos de sentimento religioso não cessão de agucar seus mortíferos instrumentos para exaspirem o Pastor; que caminha pela estrada da honra e da probiedade e só dá á seus fregueses exemplos de virtude e boa movigeração; e se acaso eu ousou ultrajar a verdade, atiro-lhes a luva para q. mostrem actos de minha vida q. me possam desloulvar. He fora de duvida q há nesta Villa um pequeno numero de homens, q dirigiaó e ainda pertendem dirigir a seu bél prazer os negocios Ecclesiasticos desta freguesia; huns tocao os sinos quando querem, outros depositaó despoticamente defuntos dentro da Igreja, outros querem festas segundo ritual da sua esquentada imaginação, outros casamentos e seo-abrupto, outros pertendem acabar com a fabrica, fornecendo toxeiros para enterros, privilegio este q. segundo meu humilde entender só pertence a fabrica da Igreja²³, outros intitulam-se zeladores da Matriz e Sanctos sem o beneplacito do Vigário, e consequentemente eu acho suas causas na impunidade e na ignorancia affectada, pois como dis o psalm. 35.Li: noluit inteligerre ageret.²⁴ Os membros mais entusiastas do conventiculo são os senhores Israel Vieira da Cunha, seus irmaóns Pancibio e Theobaldo, Manoel Ribeiro Barbosa Vianna, Estevão Candido de Carvalho, escrivaó d' Orfaós, e também Juiz de depósitos e enterros; atribuicoens que, segundo o código de sua imaginação passaraó a sua senhoria, também pertence a associação dos insultos o senhor Antonio Correia Dias de Moura, porteiro da câmara desta Villa, o qual saiu a dias desta Villa e sua futura consorte, com vistas de se [Folha 1v] casar na Capital, contra as disposições do com. Tradicional e const. Do bispo porém eu confio muito na sabedoria e zelo do reverendo senhor Vigario Geral, a quem vou participar as intencoes dos bradores. Todos estes senhores tem seos empregos, cujos diplomas saó batidos na bigorna do conventiculo e passados pela chancellaria de suas próprias maós; alguns, senhores aceitaó o pergaminho para insultar publicamente o Vigario e propalarem que elle quer pisar os Brasileiros; oh ignorancia! Pois executar leis é exercer prepotência sobre alguém? O Vigario tambem he brasileiro, se não nato ao menos adoptivo; foi no Brasil q. elle recebeo a educacao que tem, e se lhe falta instrução deve attribuir-se autos a indocilidade do seu entendimento, do que ao profundo saber de seos abalisados Mestres. Sinto ser provocado a sahir do manso de guarita para dar publicidade a estes factos, e ao grande atentado comettido contra mim no dia des de junho preteripto; hé mais que notorio, que, tendo eu acabado de cantar uma Misa nesse dia, fui insultado pelo senhor Vianna, dentro da sachristia²⁵, e que ao sair desta fui agredido pelos senhores Israel Vieira da Cunha, e seus irmãos Pancibio e Theobaldo; e se um homicídio, ou grave ferimento naó assinalaraó os passos dos parricidas, foi por causas independentes de sua vontade, esto he, porque homens particulares viraó em meu socorro. Eu posso afirmar a Vossa Excelencia que nesse dia sofri o mesmo tratamento que uma cidade tomada de assalto, a qual se entrega sem compaixao a ferocidade dos soldados. E porque? Por principiar a Missa, passando um quarto depois do meio dia, sem estarem estes senhores presentes; por naó querer estar o Vigario

²³ Fabrica é o “conjunto dos bens patrimoniais, ou dos seus rendimentos, destinados à conservação e reparo das igrejas, bem com o às despesas e à manutenção do culto divino” (LIMA; OLIVEIRA, 1998, p. 399).

²⁴ “Noluit intelligere, ut bene ageret (Ps. 35, 4)” do salmo bíblico: “Ele deixou de ser sensato e de fazer o bem”. De acordo Jean-Marie Le Gail (2013, p. 260), no ocidente da modernidade tardia, “o latim propicia ao padre que a domina uma competência, uma autoridade e um prestígio consideráveis”. Isto, pois, “o latim criou no seio do universo masculino uma elite do espírito e dos talentos que reúne magistrados, médicos e clérigos numa república das letras e das ciências que se esforça na conciliação entre mérito e berço” (LE GAIL In CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013, p. 260).

²⁵ A sacristia é um cômodo ou casa anexa à Igreja, lugar onde se guardam as vestiduras e demais instrumentos necessários para os rituais das missas.

pelos seus dictames, e seguir os rituais da Igreja. Estes Senhores ainda hoje ignorão a gravidade dos seus crimes, dignos por sem duvida da mais severa punição; mais eu nunca os persegui, e desejo mesmo q. se lance um expesso veo sobre o passado; eu só peço q. se medie o presente e previna o futuro: o remédio mais apropriado he fazer secear a arvore d' anarchia religiosa, a q. hoje dá grandes fructos, ainda q. uns insípidos, e outros sumamente amargos. Eu tenho [Folha 2] golpeado esta arvore, e em breve pertendo arramcar o tronco, se a providencia como protectora da Igreja, quizer fazer a retaguarda á minha nobre e valorosa espada, q. he apalavrade Deos, e o Codigo Sagrado por onde se governaó as Igrejas do Brasil. O meo desideratum he arvorar o estandarte da boa ordem nesta Matriz, e para obter este resultado entendo; que não devia conservar, na fruição as causas pertencentes aos altares do Divino Espirito Santo e Nossa Senhora das Dores, aos Senhores Israel Vieira da Cunha e Manoel Ribeiro Barrosa Vianna, devotos que vaó tudo com os sanctos, e nada com o seu Pastor, talvez por este ter o dom da palavra, e que elles naó. No dia dois do corrente, a estacaó da MissaConvictual admoestei, que todas as pessoas que tivessem em seo poder objectos pertencentes no Dinivo Espirito Sancto, e Nossa Senhora das Dores, no dia cinco, os fofsem entregar ao parochio, na sacristia da Matriz: O resultado foi, o que cosnta do auto que remeto a V. E., e que há de permitir-me mandar publicar, bem como esta parte official.²⁶ E com estas recusa offendem sobremaneira á minha jurisdição e direito parochial, q. me concedeu os cânones e outorga a constituição do Bispado no Livro 2° Tit 27 n. 33 e seguintes. Recorro a v. e. para se dignar dar suas ordens, a fim de entragarem-me todas as offertas, vestidos, ornamentos, cruces, coroas, bandeiras, em uma palavra todas as cousas pertencentes a estes dois altares, visto não terem irmandades, e o q. he mais, nem festeiros para o anno seguinte.²⁷ E mister q. estes senhores comprehendaó q. onde ha lei terminante, cessa todo e qualquer arbítrio; he preciso convencerem-se q. òs desobedientes, para me servir da frase de um excellentíssimo presedente, naó merecem sympathias dos orgaós officais da lei. Conheco, elmmo. S., q. o laconimo he inseparavel das occupações de todo o homem publico, porem ha factos q. devem ficar bem esclarecidos, e emq se nao pode evitar o prolicismo. Deos Guarde a V. E. Residencia Parochial 9 de Novembro de 1851, digo, Residencia Parochial na Villa da Cachoeira, 9 de Novembro de 1851.

Ilmmo. Exc. Snr. Vice-Presidente

[a] Joao Batista da Mota Veloso, Vigario da Vara e da Igreja (AHRS, Assuntos Religiosos. Maço: 17, Caixa: 08 – 09/11/1851).²⁸

²⁶ Aqui Veloso faz referência “Auto de naó arrecadação” escrito por ele um dia antes da correspondência acima. Neste documento, Veloso escreveu que, no dia 5 de novembro de 1851, se encontrava na Sacristia “para se proceder ao arrecadamento de todos os objectos pertencentes aos Altares” da Igreja, mas que, porém, o cidadão “Manoel Ribeiro de Barbosa Vianna estabelecido com taberna nesta Villa em poder de quem estaó todos os objectos pertencentes ao Divino Espirito Santo, naó compareceu para fazer a entrega ao referido Vigario”. O que levou Veloso a escrever tal documento. (AHRS, AR 08, M: 17 – 08/11/1851).

²⁷ As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, organizadas pelo Arcebispo D. Sebastião de Vide (1707), funcionaram, durante boa parte do período colonial e todo o período imperial, como o principal instrumento jurídico-pastoral e político-eclesiástico do Brasil. Em sua correspondência, Veloso citou o segundo livro das Constituições, título 27, parágrafos 33 e seguintes, em que se escreve que cabe ao Pároco a “administração dos sacramentos, e não a nem-uma outra pessoa”, e que “as ofertas se offerecerem em alguma Cappela, ou Oratorio, que seja de pessoa particular, não poderá o Senhor delle tomal-as para si [...] antes as deve entregar todas ao Parochio da Freguezia a quem pertencer [...]” (VIDE, 2007, p. 171-173).

²⁸ Mantive a grafia original da documentação, o objetivo foi preservar ao máximo o sentido original do escrito. Idem para outras fontes primárias desta pesquisa.

Abaixo exploraremos o teatro da enunciação que se expõe agora. Prestemos atenção, portanto, nos pronomes do “eu” (O Pe. Veloso) e do “eles” (O coventículo de insultos) que Veloso cria, a golpes de escrita, em seu texto.²⁹

O homem por debaixo da batina – “Eu” João Batista da Mota Veloso

João Batista da Mota Veloso tinha 33 anos de idade em 1851. Quando chegou à Villa da Cachoeira, em 1850, ali já estavam estabelecidas 5 gerações (em torno de 120 anos) de famílias luso-afro-(ou)brasileiras. Este caráter *outsider* do novo Padre pode ter sido um catalisador dos conflitos descritos em sua correspondência. É possível imaginar que Veloso mantinha um carregado sotaque lusitano, que não havia sido mitigado pelos anos de estudos na Capital do Império do Brasil, e que soava estranho para os moradores da Vila de Cachoeira (situada no centro-oeste da Província do Rio Grande do Sul, na fronteira com os Estados da Prata, por isso, marcado por uma linguagem falada e corporal diferente daquela de Veloso). O fato é que, alguns cachoeirenses, de acordo com Veloso, mantinham a ideia de que o Pároco tinha intenções de “pisar os Brasileiros”. Ao que Veloso respondia acusando a ignorância de seus detratores e afirmando: “o Vigário também he brasileiro, se não nato ao menos adoptivo”. Toda essa situação, do estranhamento inicial entre o Vigário e seus fregueses, também deve-se ao fato de que, no período imperial, os Vigários das Paróquias tornavam-se, para os seus fregueses, um “pai que não se escolhe” (pois eram enviados pelos seus superiores, em um processo que não era consensual, nem para Paróquia e nem para o Clérigo). E, além disso, este “pai que não se escolhe” poderia, muitas vezes, tornar-se intransigente (CORBIN et al, 2013, p. 261).

O clímax da intriga (um verdadeiro drama) relatado por Veloso, ocorreu no dia 10 de Junho de 1851. Naquela ocasião, perto do meio-dia, após rezar uma missa na Igreja Matriz, alguns fregueses insultaram e agrediram Veloso ferozmente. Pe. Veloso confessa que, naquele dia, sofreu “o mesmo tratamento que uma cidade tomada de assalto, a qual se entrega sem compaixão a ferocidade dos soldados”.³⁰ E a alegoria bélica de sua corporeidade não é fortuita.

²⁹ Se o “eu” da carta reproduzida acima produz a figura de Pe. Veloso, e o “eles” a imagem de um grupo de homens que formam, de acordo com o autor, um “coventículo de insultos”, o “tu” da documentação, como um terceiro de uma relação binária, é o Vice-Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Percebe-se, assim, que o Governo apareceu na carta como um terceiro e mediador da relação entre o Pe. e os seus fregueses.

³⁰ Ainda sobre o “grande atentado” cometido contra Veloso, cabe destacar, seguindo Jean-Marie Le Gail (2013, p. 253) que, “homem de paz[,] o clérigo atribui-se o direito de não andar armado, de não lutar em duelos e de não participar das atividades de caça”. Assim, de acordo com a correspondência, Pe. Veloso estava pronto para oferecer a outra face. Até porque “o clérigo é o homem do sacrificio da missa, que, à imagem de Cristo, deve sacrificar-se aceitando o martírio” (Ibid, p. 257). E, se Veloso se viu obrigado a levantar sua “nobre espada” (símbolo que não

O corpo do Padre Veloso, de acordo com os ensinamentos dos Seminários que ele frequentou, era um espaço alegórico (ou teatral) da própria vida espiritual.³¹ Na corporeidade dos padres do ocidente moderno, portanto, deveria estar marcada sua distinção com relação aos leigos. E isto é visível, seja por sua batina (sotaina), vestimenta longa e de cor preta (por vezes branca), que representava o próprio asceticismo com relação ao intramundano, ou por seu intelecto, educado nos bons costumes e na escrita.³² Os clérigos, na maior parte das vezes, carregavam uma marca inefável de reconhecimento durante o período colonial e imperial do Brasil.

Um último aspecto relativo ao “eu” (Pe. Veloso), diz respeito ao seus sentimentos, suas emoções. Um Padre que, nas suas próprias palavras, “caminha pela estrada da honra e da probiedade e só dá á seus fregueses exemplos de virtude e boa movigeração”; sempre disposto a empunhar a sua “nobre e valorosa espada, q he a palavra de Deos, e o Codigo Sagrado”, e, que, diferente de alguns dos seus fregueses, possui o verdadeiro “dom da palavra”. Percebe-se que modéstia não faltava ao Pe. Veloso. Na verdade, sua correspondência demonstra um grau de soberba, o que era relativamente comum aos clérigos brasileiros oitocentistas. Como escreveu o historiador Jean-Marie Le Gail (2013, p. 261), nas paróquias ocidentais da modernidade tardia, “a convicção dos padres de serem os eleitos de Deus os leva às vezes à *superbia* [e] ao orgulho”. E, “esta arrogância advinda do estado de vida [...] pode levar ao autoritarismo paroquial” (LE GAIL In CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013, p. 261).³³ Nestes termos, não é difícil imaginar que Veloso tentava se manter/fazer como bispo de/em sua pequena Paróquia.³⁴

deixa de ter um quê de fãlico, de ser “varão”), o faz para “defender sua honra, não por vaidade, mas pela verdade, para a honra de Deus e da Igreja” (Ibid, p. 257).

³¹ foi o trabalho dedicado à reforma e à formalização do clero o objetivo principal da Igreja pós-tridentina, que, no Brasil da modernidade tardia elaborou os Seminários, conferências eclesíásticas, estatutos etc. dedicados aos clérigos (CERTEAU, 2017, p. 208).

³² É importante destacar que os clérigos oitocentistas são “antes de tudo letrados”. Assim, ‘maciçamente eles se afastam da [dita] cultura popular’. (CERTEAU, 2017, p. 211). E a própria construção discursiva da correspondência do Pe. Veloso demonstra essa tentativa de afastamento. O enredamento da linguagem, seu jogo de palavras, p. ex., se articula em torno de códigos de legitimação que são os Livros da Lei: da Bíblia até as Constituições Primeiras do Arcebispado, passando pelo uso do Latim até uma homenagem a um “nobre Presidente”. Assim, Pe. Veloso demonstrava dominar os conhecimentos do sagrado e do mundano, se colocando como conhecedor do político-elesial. Outro ponto importante faz referência ao meio-de-vida de Veloso. Os clérigos do Brasil imperial formavam uma espécie de “servidores públicos”, profissionais do Estado. Recebiam suas cômguas (salários) do governo, porém também retiravam recursos através da cobrança de seus serviços religiosos.

³³ Porém, os auto elogios de Veloso, para além da soberba, funcionaram, provavelmente, como uma estratégia para autoproteção, e também para criar empatia para com seus fregueses. O Pe. Veloso, assim, em sua correspondência, se “autoconstruiu” como sujeito de seu discurso. Para uma perspectiva da autoconstrução nos discursos, que trata justamente das perspectivas diversas entre personagens, intérpretes e papéis, ver: Reichert (2012).

³⁴ O autoritarismo de Veloso, seu pequeno “bispado” cachoeirense remete a uma intransigência que “toca bem no fundo do dispositivo, intelectual, mental e afetivo dos católicos do século XIX.” Sendo “ao mesmo tempo defensiva e ofensiva, afirmação e condenação, às vezes também provocação ou agressão.” (CORBIN et al. 2009, p. 404). No caso específico da correspondência de Veloso, ficou registrado seus interesses de “fazer secear a arvore

Os “Devotos que vaó tudo com os Sanctos” – “Eles”, um Conventículo de Insultos

Uma das limitações de análise do texto-chave deste trabalho provém do fato de se tratar de um documento unilateral. Pouco dialógico, a correspondência revela apenas o que o Pe. Veloso estava disposto a “nos” mostrar. Assim, o discurso e as práticas dos fregueses ficam relegadas a um aquém-do-texto difícil de se verificar. São como ruídos de outra parte; reminiscências de táticas e estratégias do cotidiano, exemplos de mil formas de “caça não autorizada”, como escreveu Certeau (2019, p. 38), que caíram nas malhas de um outro discurso. Palavras que foram enredadas por uma linguagem outra. Portanto, o pronome pessoal “eles” da correspondência é formado tão somente pelas imagens que o Pe. Veloso formou/colou. A representação do Outro que autorizou e emitiu o Pe. Veloso não indica, “de modo algum o que ela é para os seus usuários”, os leigos de Cachoeira. (CERTEAU, 2019, p. 39).

Ainda assim, a correspondência de Veloso nos permite elaborar algumas hipóteses. Se, como vimos, o rebanho de cachoeirenses não recebeu com gratidão o seu novo Pastor (Pe. Veloso), não é menos verdade, seguindo nossa análise do texto, que o Padre também não simpatizou com alguns dos seus paroquianos. Um “conventículo de insultos”, grupo “baldo de probidade”, “enfeitados de falsas doutrinas” etc.³⁵ Percebe-se que não faltaram adjetivos na ponta ácida da pena de ave do Pe. Veloso, utilizados para qualificar negativamente algumas ovelhas de seu rebanho.³⁶

d’ anarchia religiosa, a q. hoje dá grandes fructos [em sua Paróquia Cachoeirense], ainda q. uns insípidos, e outros sumamente amargos.” Assim revela já ter “golpeado esta arvore”, e em breve pretender “arrancar o tronco”. Pe. Veloso parece ter sido um legítimo representante do ultramontanismo, que foi um conjunto de movimentos eclesiásticos modernos ocidentais que defenderam uma maior autoridade episcopal (do Papa) sobre a Igreja-Instituição. Este movimento teve maior força no século XIX, e, em suma, se contrapôs à política liberal, a filosofia das Luzes e os protestantismos cristãos. Assim, durante o século XIX (momento em que Veloso recebe sua formação no RJ), em pouco tempo o ultramontanismo assumiu papel central para Igreja Instituição brasileira. De acordo com Santirochi (2010, p. 26), a corrente ultramontana “entrou no país por influências estrangeira”, através de clérigos egressos ou nascidos na Europa, “especialmente de Portugal”, como é o caso de João Baptista da Motta Veloso. O ultramontanismo intencionava, por fim, entre outras coisas, a intervenção do Clero na administração eclesiástica e leiga, intenção compartilhada no escrito do Pe. Veloso. No que se refere a Igreja-Instituição, de acordo com Tavares (2008, p. 262), “na segunda metade do século XIX, prevaleceu, na hierarquia da Igreja, a percepção de que a religiosidade dos leigos organizados em irmandades [mas não somente] era uma prática supersticiosa e profana que deveria ser substituída pela ‘verdadeira religião’, pelo verdadeiro sentimento cristão, com seus dogmas e sua disciplina”. Relembremos da constatação do Pe. Veloso: seus fregueses encontravam-se “envenenados por falsas doutrinas”.

³⁵ Os opositores de Veloso, de acordo com o Vigário, eram os senhores “Israel Vieira da Cunha, seus irmãos Pancibio e Theobaldo, Manoel Ribeiro Barbosa Vianna, Estevão Candido de Carvalho, escrivão d’ Orfaós, e também Juiz de depósitos e enterros”; também “o senhor Antonio Correia Dias de Moura, porteiro da câmara desta Villa”. Portanto, “homens bons” daquele lugarejo, provavelmente brancos (ou tidos como brancos), e detentores de um considerável poder local, trabalhando na Câmara Municipal e demais instituições pertencentes à máquina burocrática do Estado. Uma análise pormenorizada do “conventículo de insultos” escapa aos objetivos deste artigo. Porém, novas análises, especialmente no Processo-Crime em que o Pe. Veloso foi réu, podem complexificar a estória do conflito.

³⁶ Cabe dizer que o conflito entre Veloso e os leigos não se encerrou nesta documentação. Na verdade, se o enredo da correspondência escrita por Veloso pressupõem um drama (praticamente épico), os “fatos reais” que seguiram

Entre as práticas de alguns leigos cachoeirenses, de acordo com Veloso, estavam as de dirigir “a seu bél prazer os negocios Eclesiasticos”, tocar os sinos nos momentos que queriam, depositar “despoticamente defuntos dentro da Igreja”, além da realização de “festas segundo ritual da sua esquentada imaginação” e “casamentos ao seo-abrupto”. E, ainda, estes leigos ameaçavam “acabar com a fábrica [da Igreja], fornecendo toxeiros para enterros”. É aí que o conflito entre o Pe. Veloso e os leigos de Cachoeira demonstra uma legítima diferença entre dois modelos de sentimentos religiosos ou/e “estruturas culturais” (CERTEAU, 2017).³⁷ Ou seja, o conflito aparece, em parte, como um resultado da lenta mudança (que ocorre na Igreja-Instituição, com a aparelhagem *ultramontana* dos seminários e ginásios de formação eclesiástica, bem como na Igreja-Sociedade, com a proliferação e consumo de novos símbolos e práticas religiosas por parte dos grupos sociais) que alterou o catolicismo dito, pela historiografia, como “tradicional”, “barroco” ou “popular” para aquele dito como “ultramontano”, “romanizado” ou “reformado”.³⁸

seu envio foi mesmo triste para o Padre. Na documentação eclesiástica da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Cachoeira (séc. XIX) encontramos indícios deste final desgraçado: “Ilmo Senhor A Irmandade do Santíssimo Sacramento desta Villa, a quem foi presente a portaria de Vossa Senhoria dactada de ontem, ordenando a esta irmandade que em cumprimento as Ordens do Excelentissimo Vice Presidente da Provincia, que tam bem acompanham a mesma portaria, se tomasse conta por um balanço ~~de todos os objetos~~ da Igreja, Fabrica, e todos os objetos da mesma pertencentes, **em rasao do Padre João Baptista da Mota Veloso, que exercia o lugar de Vigario e á cargo de quem se achavão os mencionados objectos, ter se ausentado por estar suspenço do exercício de Vigario, por haver sido condenado por sentença.** [...] (Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, Acervo das irmandades, documentação avulsa, s/d [grifos meus]). Buscando por detalhes desta condenação do Pe. Veloso, encontrei os processos-crime em que ele foi réu. Justamente o “conventículo de insultos”, os srs. Israel e Panchilio Vieira da Cunha, Manoel Ribeiro Vianna etc. acusaram Veloso de difamação e atentando contra honra, devido ao fato do Pe. ter realizado a publicação da correspondência que analisamos aqui em um jornal de grande circulação da Capital. (Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Civil e Crime, N: 2973, M: 4, E: 56). Acusado e condenado, porém, como diz o ditado: quem ri por último ri melhor. E, segundo o historiador Arlindo Rubert (1998 vol.2, p. 49), Pe. Veloso, após ter sido condenado, “foi até a corte, defendeu-se tão bem que a 13/08/1852 foi cabalmente absolvido.” Assim, um ano após os ocorridos, Pe. Veloso foi servir como Vigário em Rio Pardo (Villa vizinha de Cachoeira), onde permaneceu até falecer em 12 de junho de 1882. (RUBERT, Vol. 2, p. 26).

³⁷ Destaco, porém, que o conflito entre Párocos e Fregueses na Vila de Cachoeira no século XIX. foi comum. Uma rápida imersão na documentação presente no “Acervo das Irmandades” do Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul nos revela uma série de outros casos similares. A guisa de exemplo elenco dois. 1º) entre a Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos e o Vigário Luiz Antonio Gonçalves dos Santos, em 1863, quando o “Reverendo Parocho” foi convidado a assistir a eleição da nova mesa daquela instituição e respondeu, por officio, “que não comparecia por ser a irmandade de pretos e outras palavras emsultantes a vista do que a irmandade deliberou a proceder-se a elleição com ausencia do mesmo Parrocho”. (AHCS, Acervo das Irmandades. Livro 1º das Atas da Irmandade de N. Sra. do Rozario dos Pretos. ff. 35v). 2º) Entre a Irmandade do S. Sacramento e o Vigário Marcolino de Maia Firme, em 1870, quando a irmandade tomou “conhecimento que a urna em que se acha depositado e feichada a Imagem do Senhor Morto, havia sido violada por arrombamento”, e, mais tarde soube que o mandante de tal ato havia sido o Reverendo. Ao que a Irmandade respondeu: “não póde também esta irmandade deixar de estranhar á vosso reverendíssimo semelhando acto! Se Vosso Reverendissimo precisava da Imagem do Senhor Morto para expor aos fieis, porque não se dignou dirigir-se á mesa ou ao Provedor da irmandade? Parece que assim seria melhor.” (AHCS, Acervo das Irmandades. Livro de Actas das Irmandades conjuntas do S. S. e N. Senhora da Conceição. ff. 50 – 51v). Sobre conflitos entre párocos e irmandades, ver: Aguiar (1997) e Oliveira (2001). Sobre a Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira, ver: Moreira (2014).

³⁸ Para uma revisão sobre estes conceitos, ver: Santirocchi (2010).

Considerações finais

Com base nesta breve análise que realizei do caso do Pe. Veloso (1851), foi possível discutir alguns conceitos e contextos que se referem à história religiosa brasileira oitocentista. Especialmente, no que diz respeito a sua aproximação, através dos métodos da história social, da temática das sensibilidades na história. Assim, foi possível construir alguma ideia de como o *ultramontanismo*, a *secularização* e a *re-forma* católica afetaram os corpos, os sentidos e as emoções, dos clérigos e de seus fregueses.

Os “corpos estranhos”, por fim, podem ser encontrados em José, o escravizado considerado *douido*, ou em João Veloso, Padre que foi agredido por seus fregueses, ou mesmo nos fregueses de Cachoeira, representados como um “conventículo de insultos” pelo seu Vigário. A *estranheza* destes corpos surgiu, em alguma medida, devido as “incompreensões da fé”; devido às incapacidades de aceitar a fé do Outro. E, pensar nos limites dessas alteridades, pensar no que o caso acima pode sugerir sobre nossos modelos de vida atual, é lembrar a re-mordida de outra parte (mordida repetida e reprimida do passado no presente); é lembrar que a história encena mil formas passadas de representar uma falta do presente. Pois, através de frestas, lacunas, rastros, traços, restos, indícios, evidências e fragmentos: o fio de Ariadne de uma pesquisa histórica começa e termina aqui.³⁹

Fontes

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Assuntos Religiosos. M: 17; C: 08.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Delegacia de Polícia de POA. M: 20; 13/08/1868.

Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul (AHCS) - Acervo das Irmandades.

Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) - Civil e Crime, N: 2973; M: 4; E: 56.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marcos Magalhães de. Tensões e conflitos entre párocos e irmandades na capitania de Minas Gerais. **Textos de História** - Revista de Pós-graduação em História da Unb. Brasília: v. 5, n. 2, p. 43-100, 1997.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. Uma noite aos arrepios: reflexões em torno da história das sensibilidades. In: Cláudia Priori, Cleusa Gomes Silva e Georgiane Garabely Heil Vásquez.

³⁹ A re-mordida do passado no presente relembra-nos que o “morto assombra o vivo”, e que “a história é canibal”. Deixando rastros de sua saliva na espessura de uma investigação empírica, a “re-mordida” deriva do radical latino “remordere”: o que tornar a morder, que significa tanto “fazer sofrer pelo remorso”, como “difamar” e “refletir” (CERTEAU, 2016, p. 71).

(Org.). **Perspectivas Transculturais e Transnacionais de Gênero**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 49-74.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A fábula mística**. Séculos XVI e XVII - volume II. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CORBIN, Alain. **História do cristianismo**: para compreender melhor nosso tempo. São Paulo: WMF, 2009.

DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni. **A religião**: o seminário de Capri. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no Púlpito**: O comércio e suas elites em São João da Cachoeira (1840-1850). Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

FRANCO, José Eduardo et al. Glossário de Cultura Católica| Termos ou Conceitos. **Cadernos de Ciência das Religiões**, Lisboa, n. 17, 2010.

GENOVESE, Eugene D. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GRIGIO, Ênio. “**No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**”: A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em história). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras**: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c.1850 – 1888). Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

HESPANHA, António Manuel. Prefácio In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicação política entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 9 -13.

LE GALL, Jean-Marie. A virilidade dos clérigos. In: CORBIN, Alain; et al. **A História da Virilidade**. 1. A invenção da virilidade da antiguidade às luzes. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 242-264.

LIMA, José Arnaldo Coelho de Aguiar; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (Orgs.). **Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudo Históricas e Culturais, 1998.

LORENZO, Ricardo de. **E aqui enloqueço**: a alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1872). Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MARQUES, Tiago Pires. Uma frágil camada de razão: a clínica das paixões religiosas na França e Portugal (c. 1820 – 1910). In: MARQUES, Tiago Pires (Ed.). **Experiências à deriva**: paixões religiosas e psiquiatria na Europa dos séculos XV a XXI. Lisboa: Cavalo de ferro, 2013, p. 171-217.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira: (in)visibilidade negra, devoção, memória e patrimônio. In: NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **Centros de documentação e arquivos: Acervos, experiências e formação**. 2ª ed. – São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 113-139.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os bispos e os leigos: reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: v. 6, n. 1, p. 147-160, 2001.

PAES, Marilene Leite. **Arquivos teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PASAVENTO, SANDRA. Sinais pelo ar. **Rivista Di Studi Portoglesi e Brasilliani I**. Roma, p. 13-19, 1999.

REICHERT, Emmanuel Henrich. **Sedução e casamento nos processos-crime na comarca de Soledade (1941-1969)**. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2012.

RODRIGUES, Cláudia. Morte, catolicismo e africanidade na cidade do Rio de Janeiro Setecentista. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**. Campinas: v. 12, n. 12, p. 31-52, 2010.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul** – volume II. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. **Reflexão**. Campinas: v. 42, n. 2, p. 161-181, 2018.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma. **Temporalidades**. Belo Horizonte: v. 2, n. 2, p. 24-33, 2010.

SÔNEGO, Aline. **“Sob a condição que continue nossa companhia”**. As décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município Rio-grandense (Cachoeira 1871/1889). Dissertação (Mestrado em história). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades, Igreja e devoção no sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

VIDE, Sebastião Monteiro de. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, 2007.

Resenha**O exílio dentro do exílio de Herbert Daniel - um exemplo da homofobia presente na esquerda revolucionária brasileira.**Alysson Brenner Nogueira Pereira, UNICAMP¹

James N. Green nasceu no ano de 1951 em Baltimore nos EUA e é atualmente professor de História Latino-Americana na Brown University, além de ativista de causas políticas e LGBTQ+. Green é diretor de um dos mais importantes centros de estudos sobre o Brasil no exterior, e está à frente do Projeto *Opening Archives*, programa que tem milhares de documentos sobre o período da ditadura militar brasileira. Green é homossexual e um dos maiores brasilianistas dos EUA, características que se refletem em suas obras.

O livro “Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel - Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão”, lançado no ano de 2018, é uma obra biográfica sobre Herbert Eustáquio de Carvalho, mais conhecido como Herbert Daniel (Daniel era um de seus codinomes) - um complexo personagem da esquerda revolucionária no contexto político da década de 1960, falecido em 1992. Intelectual e guerrilheiro, Daniel fez parte de diversos grupos políticos, como Colina, VAR-Palmares, e VPR.

A grande questão do livro é retratar um sujeito que, além de revolucionário, é também gay. Diante de uma esquerda homofóbica, Daniel teve que esconder sua sexualidade, vivendo um “exílio interno” - assim chamado, pois foi forçado a viver também um exílio territorial na Europa, período em que fortaleceu o seu corpo, seus ideais e seu psicológico. Quando retornou ao Brasil se engajou na política, tornando-se ativista em defesa do meio ambiente e da população negra, indígena e homossexual. No final de sua vida, a Aids o acometeu, mas isso o tornou ainda mais forte como militante, sendo até hoje uma grande referência em discussão da luta contra a AIDS.

Daniel era amigo pessoal de Dilma Rousseff, com quem militou por muito tempo no VAR-Palmares. Por tal motivo, Green, ao pesquisar sobre o tema, aproximou-se e entrevistou a ex-presidenta do Brasil. As falas de Dilma enriquecem a narrativa, uma outra visão, além da figura pública, é apresentada, vê-se Dilma Rousseff como amiga, imagem não construída pela mídia tradicional.

¹ Graduando em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Estadual de Campinas. Anteriormente concluiu o Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho.

Dilma Rousseff, que conheceu Herbert em 1967, quando ambos eram membros da Polop, lembra-se de que ele lhe procurou no dia seguinte debruçando-se em lágrimas. Antes disso, Herbert lhe havia contado sobre sua homossexualidade e seu amor por um rapaz da organização (GREEN, 2018, p. 63).

A principal discussão presente no livro do brasileiro é a questão explícita no título em inglês “*Exiles Within Exiles*”, ou seja, “Exílios Dentro de Exílios” (tradução própria). A vida guerrilheira de Daniel é de tal modo interessante pois, além de ser um importante guerrilheiro na luta pela democracia, viveu uma luta interna em relação à sua sexualidade. Desde cedo procurou esconder que era homossexual, mesmo quando começou a se relacionar em segredo com homens fez o papel de “ativo”, considerando assim que não participava de relações homossexuais, mas sim com homossexuais. A sociedade de seu tempo era muito preconceituosa em vários aspectos e a temática gay não era debatida, pouco se sabia sobre e, nesse contexto, as esquerdas brasileiras não estiveram excluídas de reproduzirem tais pensamentos.

Segundo perspectivas tradicionais compartilhadas pelo movimento comunista internacional, a homossexualidade era um produto da decadência da burguesia. Diante disso, Daniel vê necessidade em esconder seus desejos sexuais. Green diz que a razão para isso é que Daniel realmente acreditava que a luta armada era a melhor forma de instaurar a democracia, por isso a necessidade de deixar sua sexualidade de lado e apoiar a guerrilha. Porém, com o passar do tempo, é possível perceber um novo Daniel, a partir da mudança de suas ideias em relação ao movimento gay, à discriminação sexual, novos olhares são direcionados à esquerda. Isso se deveu ao tempo de Daniel em exílio na Europa, quando entrou em contato com novos pensamentos em Portugal e em Paris, como por exemplo o pensamento feminista. Assim, surge um sujeito que é vital para conectar os pensamentos revolucionários com os movimentos sociais que emergem.

A trajetória de Daniel revela o poder das forças históricas que moldaram sua vida e a de tantos jovens que amadureceram sob o regime militar, buscaram diversas formas de desafiar a ditadura e, então, repensar radicalmente a política do poder, a sexualidade e o corpo no fim do século XX no Brasil (GREEN, 2018, p. 337).

A estrutura do livro é dividida em 17 capítulos apresentados de forma cronológica, com exceção do primeiro que narra o último ano da vida de Daniel. No começo do livro há um prefácio intitulado “O laço que nos une”, escrito por Jean Wyllys - considerado por Green o herdeiro político de Daniel - que traz uma reflexão necessária sobre a construção histórica. Sendo a história uma construção social, ela depende do que se escolhe querer lembrar, querer discutir. Daniel, mesmo sendo um grande protagonista do período da ditadura civil-militar, não

faz parte do imaginário dessa época por conta da homofobia presente na sociedade. Green traz em sua introdução reflexão similar e mostra a importância de se falar de tais personagens, além de tratar da sua admiração pelo protagonista do livro.

O primeiro capítulo é “Ousar lutar, ousar vencer (1992)”. O autor trata da morte de Daniel, seu enterro, falando também de seu lema de vida. O capítulo “Ele adorava ler (1944-1964)” apresenta a família de Daniel, seu nascimento, sua infância e suas características. “Faculdade de Medicina (1965-1967)”, o terceiro capítulo, aborda a entrada de Daniel na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no curso de Medicina, e conseqüentemente o contato com a militância. O capítulo “‘O’. (1967-1968)” conta sobre as dores de uma paixão de Daniel e o grupo que participava na época, a “Organização”. O quinto capítulo, “Ângelo (1968)”, trata sobre um dos melhores amigos de Daniel que dá nome ao capítulo. “Clandestino (1969)” traz o início da época de clandestinidade de Daniel e “União e Separação (1969)” explica sobre a junção do grupo Colina, que Daniel fazia parte, à VPR, formando a VAR - Palmares.

O capítulo “Para o campo! (1970)” trata da época em que Daniel foi treinado por Carlos Lamarca no Vale da Ribeira. “40 + 70 = 110 (1970-1971)” mostra Daniel depois de fugir da Ribeira e a sua ação nos dois sequestros dos embaixadores alemão e suíço, pela troca de 40 e 70 presos políticos, respectivamente. “Caindo aos pedaços (1971)” mostra um período em que Daniel está bem abalado por diversas razões, a VPR acaba e Lamarca morre. O capítulo intitulado “Cláudio (1972-1974)” retrata a grande paixão do revolucionário, o designer Cláudio. O décimo segundo capítulo “Cravos Vermelhos (1974-1975)” narra o exílio do casal na Europa, primeiramente em Portugal. No capítulo “Marginália (1976-1979)” o autor retrata o período do exílio de Daniel na França. Green desenvolve um argumento muito interessante nesses dois capítulos que tratam da vida de Daniel na Europa: “Paradoxalmente, o armário simbólico que construiu para acobertar seus sentimentos eróticos e emocionais parecia servir-lhe bem na clandestinidade” (GREEN, 2018, p. 104), ou seja, o exílio externo de sete anos é vencido, pois Daniel viveu um exílio interno por mais de duas décadas.

“De volta ao Rio (1981-1982)” mostra a luta pela volta do exilado ao Brasil, e o alcance dessa conquista. O capítulo “Palavras, palavras, palavras (1983-1985)” retrata o período que Daniel mais escreveu livros, abordando diversas de suas publicações. “A política do prazer (1986-1988)” aborda o período em que Daniel entrou no campo da política, se candidatando a deputado estadual pelo Rio de Janeiro. O último capítulo “Quarenta segundos (1989-1992)” traz a descoberta da Aids por Daniel e sua luta tanto para sobreviver como para militar sobre a

doença. Faz-se necessário dizer que Green consegue permanecer fiel ao seu protagonista e ao seu lema de vida, nesse capítulo em específico, o autor expõe o lema presente também no livro “Vida antes da morte”, publicado em 1989, “Quando adoeci, com uma infecção típica da Aids, percebi que a primeira pergunta a ser respondida é se há vida, e qual, antes da morte” (DANIEL, 1989, p. 5). O epílogo, intitulado “O que sobrou” conta que Cláudio, seu grande amor, acabou falecendo também acometido pela Aids, mas de propósito, devido a tristeza que sentia pelo destino de seu companheiro.

No final do capítulo “Cláudio (1972-1974)” são apresentadas 45 imagens, as únicas representações iconográficas encontradas no livro. Elas retratam toda a vida de Daniel cronologicamente e representam todas as fases que perpassam o livro, seus pais, sua infância, a graduação na UFMG, colegas de guerrilha, seu companheiro Cláudio, o exílio, o período eleitoral e o final de sua vida. É evidente que a incorporação das fotos à narrativa não é meramente ilustrativa, Green mostra a diversidade de fontes históricas disponíveis ao historiador. Para além das fotografias, são mostrados jornais, revistas, folhetos, anúncios, livros, desenhos, declarações, cartazes, material de campanha política, fichas de polícias, entre outros. Esses documentos vêm de diferentes acervos e são instrumentos que possibilitam por parte do leitor uma maior apreensão de quem foi e como foi a vida do sujeito Daniel.

É interessante também analisar o uso de trabalho oral na pesquisa do brasilianista. Green realiza ao todo 84 entrevistas e tais fontes históricas são fundamentais para a construção da narrativa. É possível que se compreenda a História como um conhecimento que se constitui não apenas com documento escritos, mas também com fontes orais, primordiais para a composição do livro. Green retrata em sua escrita a questão da dificuldade e o perigo de se trabalhar com fontes orais, alguns depoimentos colhidos não correspondem com o de outras pessoas, ou o tempo apagou muitas das lembranças da época. Comparando entrevistas orais o autor nota que o que algumas pessoas dizem, outras testemunhas não concordam ou divergem em detalhes, como a duração de um evento ou uma data específica.

Uma dificuldade relatada por Green com relação às suas fontes foi o falecimento de uma das poucas testemunhas da época antes da conclusão das pesquisas que deram origem ao livro. Outra dificuldade foi a utilização do livro “Meu corpo daria um romance”, de Herbert Daniel, que mistura biografia e ficção, tornando a tarefa de utilizar o livro como fonte histórica complexa. Porém, Green também relata momentos de felicidade no exercício de seu ofício, principalmente ao falar da mãe de Daniel, Dona Geny, “Sentado na modesta sala de estar de uma casa bem-arrumada, passamos horas e horas conversando, enquanto ela generosamente me

oferecia café e bolos” (GREEN, 2018, p. 20). O brasileiro conta que quando se despediram viu a saudade profunda do filho nos olhos da mãe - além de presenciar momentos em que ela abre seu coração e mostra presentes de valor sentimental, como por exemplo um perfume Chanel que Daniel deu para ela.

O objetivo do livro “Revolucionário e gay” não é dar uma aula de história, porém Green consegue contextualizar de forma muito didática o período em que Daniel vive. Em todos os capítulos haviam recapitulações da época, passando pelo início da ditadura civil-militar brasileira até o período de redemocratização, se detendo aos principais acontecimentos. Fala-se de Jango sendo deposto, da instituição dos Atos Institucionais, da criação dos novos partidos políticos, dos grupos guerrilheiros e revolucionários, da morte de Edson Luís, da passeata dos 100 mil, das greves de Osasco (SP) e Contagem (MG), do “milagre econômico”, da Copa do Mundo de 1970, da morte de Vladimir Herzog, da Lei da Anistia, do movimento das “Diretas Já”, de Tancredo Neves, do Governo José Sarney. O livro é por isso útil a quem se interessar pelo período da ditadura civil militar brasileira e pelas questões históricas que envolvem a esquerda brasileira nesse período.

Para aqueles que se interessam pela história LGBTQ+ (e mais especificamente o movimento gay) encontrará no texto de Green a fala de grupos principais, com a abordagem do “Lampião da Esquina” e a própria história do biografado, que é um sujeito homossexual. Daniel é um dos principais nomes na questão da Aids, seus escritos sobre o assunto são usados até hoje no mundo inteiro, afinal ele revolucionou a imagem da doença ao enxergá-la não pela morte, mas pela vida de quem é dela portador.

Daniel pode ser comparado a Harvey Milk, o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos. Milk é retratado no filme “Milk - A voz da igualdade”, sendo possível perceber a construção de um sujeito que viveu uma intensa batalha política e também uma batalha consigo mesmo. Ele busca direitos iguais e oportunidades para todos, sem discriminação sexual. Daniel, apesar de ter se candidatado a Deputado Estadual do Rio de Janeiro e não ter vencido, teve suas ideias políticas inovadoras abraçadas por Liszt Vieira, com pautas sobre o meio ambiente e o respeito a toda forma de amor.

O fato de uma pessoa tão importante para a história do Brasil cair no esquecimento reflete vários aspectos da sociedade brasileira. Memória é uma construção social, e o fato de Daniel não ser conhecido entre as novas gerações demonstra quanto da homofobia existente influenciou no apagamento de sua permanência como personagem histórico relevante. Como disse Jean Wyllys, esse apagamento “expõe o quanto nossa sociedade é homofóbica e refratária

à visibilidade de personalidades que dignifiquem a homossexualidade” (WYLLYS, 2018, apud GREEN, 2018, p. 14). Ainda assim, o livro “Revolucionário e gay” cumpre bem o papel de tratar dos não tratados. Em entrevista para o programa Roda Viva, James Green disse que “Esse livro é basicamente pra criar referências para pessoas LGBTs e seus aliados de pessoas que sabiam ou tentaram ligar as reivindicações das esquerdas no Brasil com as reivindicações LGBT e de outros movimento sociais” (GREEN, 2019, 14:20-14:34) - como Daniel fez. É um livro necessário que lembra a existência e a importância de Daniel como revolucionário, gay, ativista.

“A biografia de Daniel, defendo eu, não é apenas uma operação de resgate de uma figura um tanto singular da história do Brasil contemporâneo; é também um veículo para repensar toda a narrativa” (GREEN, 2018, p. 24). No final do livro Green traz a lembrança da ex-vereadora Marielle Franco, mulher, negra, mãe, da comunidade LGBTQ+, nascida na Favela da Maré, e ativista. É por pessoas como ela que o livro é necessário, para lembrar dos que muitos querem esquecer e que por tal motivo acabam não sendo representados. Green contribui para essa representatividade - uma lembrança das minorias que na verdade são maioria. No livro “AIDS A terceira epidemia: ensaios e tentativas”, de Herbert Daniel e Richard Parker, publicado em 1991, os autores dedicam seus escritos aos que são considerados a escória da sociedade, “Revolucionário e Gay” faz o mesmo.

a todas as personagens - homossexuais, bichas, viados, sapatões, sapatilhas, entendidos, gays, lésbicas, bofes, monas, gueis, mariconas, travestis, transformistas, perobos, transexuais, michês, prostitutas(as), garotos, giletes, bonecas - que constelando a noite das cidades fazem-nas mais belas e menos sórdidas. E, esperamos, um dia, mais solidárias (DANIEL e PARKER, 1991, p. 5).

Referências Bibliográficas

- BROWN UNIVERSITY. James N. Green. Disponível em: <https://www.brown.edu/academics/history/people/james-n-green>. Acessado em: 30/06/2019.
- DANIEL, Herbert. **Vida antes da morte** - Life before death. Rio de Janeiro: Tipografia Jaboti, 1989.
- DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS A terceira epidemia: ensaios e tentativas**. São Paulo: Iglu Editora, 1991.
- GREEN, James N. Entrevista do historiador James Green: 07 jan. 2019. Entrevista concedida ao programa “Roda Viva”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=59UGjk60dfA>. Acessado em: 01/06/2019.
- GREEN, James N. **Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão**. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MILK - A voz da igualdade. Direção de Gus Van Sant. São Francisco: Universal Pictures, 2009.
DVD (128 min.).